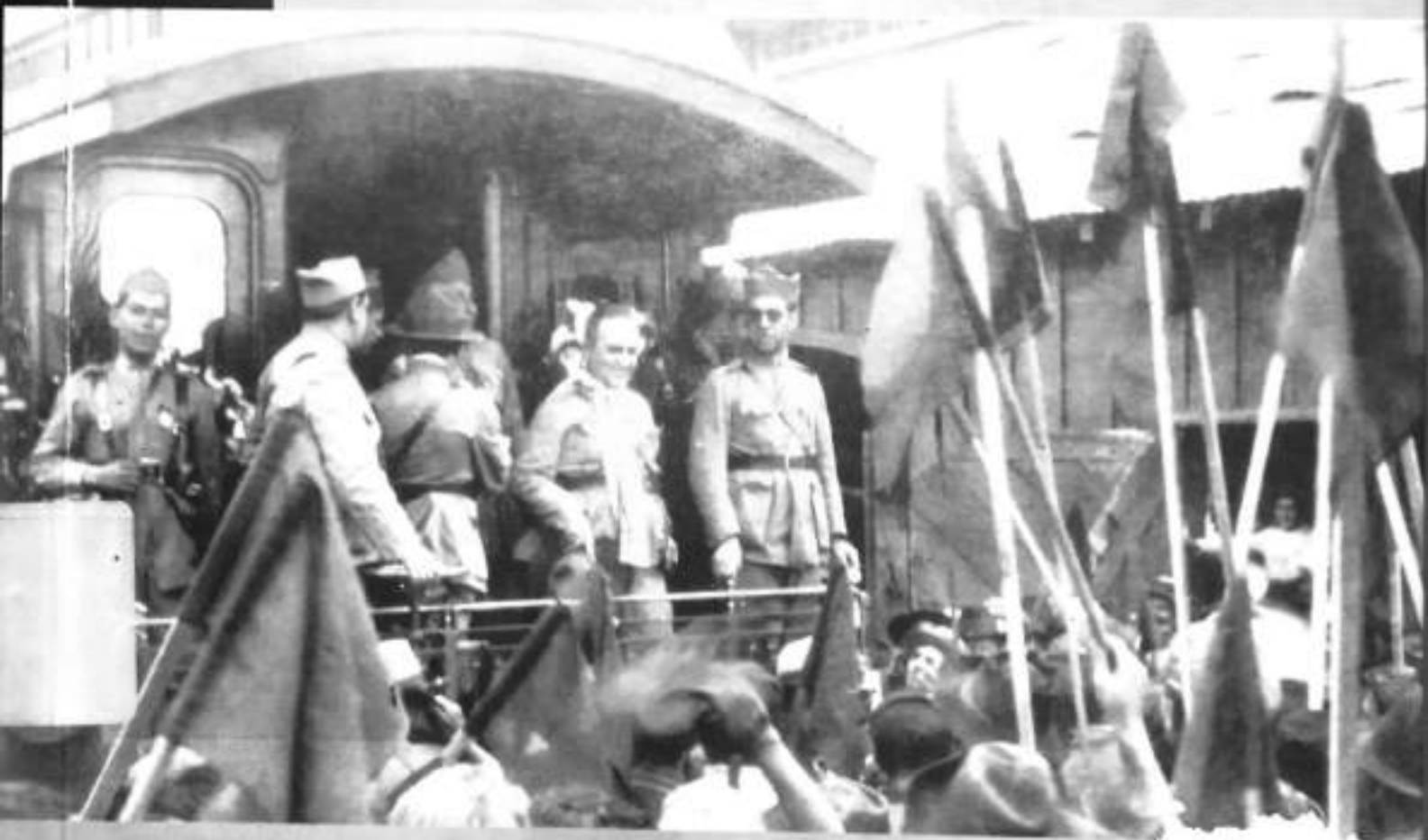


José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1882

1930



Editora FOLHA DIRIGIDA

Esta nova edição de **A Era Vargas**, abre com este volume dedicado à análise exaustiva da preparação, construção e desenlace da Revolução de 30. Muito comentada, mas infelizmente pouco conhecida em sua intimidade histórica.

O livro agora dado à luz pública, amparado em impressionante documentação, oferece um quadro extremamente complexo, que revela as intimidades do processo histórico, as danças e contradanças no quadro político, as intrigas e traições que constituem a essência da atividade político-partidária.

Defende a tese de que, em verdade, a Revolução de 30 dá sequência ao processo de abolição da escravatura, que teve como cenário nosso conturbado século XIX. Seria a sua consequência natural, que vinha sendo travada pela oligarquia rural que, desde antes da República, detinha as rédeas do poder, na sociedade e no estado.

São as administrações conservadoras que, no afã de se conservarem no poder a qualquer preço – fraudando eleições, não reconhecendo deputados eleitos pelas oposições, intervindo nas províncias –, terminam sendo o combustível que incendeia corações e mentes que buscam uma forma mais justa de compartilhamento do poder.

No plano imediato, ao fraudar as eleições presidenciais de 1929 – em que eram candidatos Getúlio Vargas, presidente da província do Rio Grande, e Júlio Prestes, presidente da província de São Paulo – o governo de Washington Luiz funciona como o estopim deste material altamente combustível. Claramente roubados os gaúchos, aliados aos mineiros e aos paraibanos, deflagram uma vasta conspiração que culmina com a luta armada vitoriosa.

É a história deste processo, amplo e complexo, que este livro tenta contar.

Com brilho e sucesso, consegue desentranhar todas as articulações, marchas e contramarchas, conspirações, traições, alianças, fintas e tudo mais que tece o processo histórico em todos os níveis

da sociedade. E isto tudo em língua de gente, com clareza e elegância de estilo, muito diferente de uma certa tradição acadêmica que confunde escrever mal com profundidade ou rigor científico.

Só percorrendo a integridade de suas páginas o leitor entenderá que este é um livro sério, profundo e fácil de ler.

Augusto Aristeu de Souza



José Augusto Ribeiro é jornalista profissional desde 1956, quando tinha 18 anos. Daquele ano até 1963, trabalhou em *O Estado do Paraná*, de Curitiba. No Rio de Janeiro, e em seguida, em São Paulo, passou, como costumava acontecer na época, por muitas redações: *Diário Carioca*, *O Cruzeiro*,

Folha de São Paulo, *Manchete*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Fatos e Fotos*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *TV-Globo*, *TV-Bandeirantes*.

Em rápidos intervalos, trabalhou no governo do presidente João Goulart, com o ministro do Trabalho Amaury Silva, na Comissão Nacional de Sindicalização Rural (1963/1964); como assessor de imprensa, na campanha do presidente Tancredo Neves, quando candidato a Presidente da República (1984-1985); e, na mesma função de assessor de imprensa, na campanha eleitoral de Leonel Brizola à Presidência, em 1994.

Publicou *De Tiradentes a Tancredo, uma história das Constituições do Brasil* (1987); *Nossos Direitos na Nova Constituição* (1988); *Curitiba, a Revolução Ecológica* (1993); e *Tancredo Neves, a noite do destino* (2015). Em 1979, realizou, com Neila Tavares, o curta-metragem *Agosto 24*, sobre a morte do presidente Vargas.

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1882

1

1930



A presente edição é dedicada a Oswaldo Maneschy e Adolfo Martins,
pelo empenho e apoio que tornaram possível sua realização.

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1882

1

1930

Getúlio Vargas na Revolução de 30

Apoio:

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



NA. 4404785
T. 35166

Editora FOLHA DIRIGIDA

Copyright © 2001 José Augusto Ribeiro

Revisão: Luis Filipe Ribeiro

Capa e projeto gráfico: Marcelo Azevedo

Fotos: © Acervo da Fundação Getúlio Vargas; e Coleção Pedro Corrêa do Lago, gentilmente cedidas pelo proprietário

2014

Todos os direitos desta edição reservados à
Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini, de estudos políticos do PDT.
Rua do Teatro, número 39 - Praça Tiradentes, Centro.
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.050-190
Telefones: (21) 2232 1016 e (21) 2232 2005

CIP-BRASIL. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R369e

Vol. 1

Ribeiro, José Augusto, 1938-

A Era Vargas, volume 1 : 1882-1950 : o primeiro governo Vargas / José
Augusto Ribeiro. - Rio de Janeiro : Casa Jorge Editorial, 2001

ISBN 85-85835-28-1

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 2. Brasil - História - 1930-1945. 3. Brasil
- História - 1945-1964. 4. Brasil - História - 1951-1954. I.

01-1153

CDD 981

CDU 981

Para Luis Filipe que, como irmão, tem aguentado
poucas e boas por mais de setenta anos.

APRESENTAÇÃO

Nenhum brasileiro foi tão amado e, após décadas de sua passagem, permanece tão vivo no coração do povo. Da mesma forma, poucos brasileiros conseguiram despertar tanto ódio e rancor na oligarquia como Getúlio Vargas.

Somente estes preceitos já tornariam Getúlio uma das maiores, senão a maior personalidade da História do nosso País. Mas Getúlio é muito mais, é o Brasil, independente, soberano e trabalhista. Getúlio sempre esteve vivo.

Por estes e outros motivos, não faço a mínima questão de minimizar nestas linhas o orgulho que me desperta apresentar a vocês uma das mais importantes, didáticas e verdadeiras obras sobre a vida deste estadista. Mais honrado ainda estou em ter a oportunidade de “rabiscar” a obra do professor José Augusto Ribeiro, homem que admiro e cuja trajetória integra e ilumina os passos de todos os patriotas que dedicam suas vidas à construção de uma sociedade mais justa.

Vértebra ereta, integridade impar e capacidade intelectual invejável são características que credenciam José Augusto Ribeiro a nos relatar esta História, que ao longo dos anos foi tão deturpada, escandalosamente e massivamente falsificada com o objetivo de tentar apagar algo que após Getúlio jamais será alcançado: o imperioso desejo de independência do nosso povo.

Na esteira revolucionária dos ideais getulistas, arrisco-me na ousada tarefa de abordar um tema que considero primordial na História de Vargas e que, por muitas vezes, ainda causa, intimidações até mesmo nos mais vibrantes defensores de suas ações. O Estado Novo. Não são poucas as vezes que percebo alguns companheiros separarem o presidente Getúlio em três fases, o da Revolução de 30, do Estado Novo e o governo instaurado com a eleição de 1950, sempre ponderando um determinado embaraço na voz ao se referir ao “ditador” do Estado Novo.

Embora o próprio Getúlio tenha se referido à Ditadura do Estado Novo, creio que este termo – ou esta concepção – não reflete a verdade e o significado daquela época, que, certamente, foi o período mais importante, revolucionário e significativo de toda a Era Vargas. Sem precisar argumentar sobre a conjuntura política internacional do período, onde sistemas idênticos eram a regra e não a exceção, Getúlio foi obrigado pela conjuntura a evitar a ascensão fascista ao

governo e, por consequência, conseguir imprimir uma verdadeira reforma, criando as bases econômicas e sociais para soldar as bases de nosso desenvolvimento.

O período compreendido entre 1937 e 1945, também conhecido como Estado Novo, foi quando o país e, principalmente, os trabalhadores, avançaram de forma significativa. Tenho convicção de que ninguém além de Getúlio possuía clareza e força política suficientes para promover as mudanças necessárias para o Brasil construir uma estrutura moderna de administração do Estado, pondo fim ao parasitismo que anteriormente reinava.

A fase do Estado Novo foi incutida na história como um período ditatorial. Formalmente pode ter sido, mas poucos períodos foram tão democráticos na esfera social como o Estado Novo, pois promoveu a ascensão econômica e social de muitos brasileiros, criou a legislação para proteger o trabalhador e construiu as bases do nosso desenvolvimento que se estendeu de forma significativa até os anos 80.

Obviamente que a oligarquia deposta pela Revolução de 1930 não achava isso e tratou de cravar na história o governo Vargas como um governo ditatorial. E quem escreve a história é a estrutura paralela de poder. Não é à toa que os denominados brasilianistas como Thomas Skidmore se especializaram em difamar Getúlio, pautando uma gama de colonizados a seguir seus traços.

No Estado Novo foram criados o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Alcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Conselho Federal do Comércio Exterior, a lei da sociedade anônima e a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma obra que não terminou em suas cláusulas, mas que serviu de base para todos os avanços legislativos e conquistas oriundas da organização dos sindicatos, instituições resguardadas e protegidas contra atentados autoritários. Getúlio Vargas criou, no Estado Novo, a Justiça do Trabalho. Criou o salário mínimo, e concedeu a estabilidade no emprego ao trabalhador.

Estas e outras realizações, sem falar da reforma geral do Estado, código eleitoral, voto da mulher, entre outros, são alguns exemplos, de como Vargas conseguiu ser ele mesmo, implementando seu projeto. O Estado Novo, fazendo um

paralelo com o slogan de Kubstchecki, representou um avanço de 80 anos em 8.

Mas Getúlio tinha plena consciência de que a questão primordial para qualquer nação era sua independência econômica, algo que ainda não alcançamos, especialmente pelos retrocessos que a nossa história nos reservou. Por este motivo, Getúlio e seus ideais são tão atuais, tão candentes e urgentes.

Em 1951, mesmo após o avanço estabelecido pelo Estado Novo, Getúlio proferiu seu entendimento sobre esta questão: “A independência econômica não se adquire necessariamente com a independência política: é tarefa lenta e difícil, que se arrasta por muitos decênios, que às vezes se retarda por séculos e cujo êxito final depende de inúmeros fatores, alguns imprevisíveis, outros condicionados aos fenômenos gerais da organização mundial”.

Por sua importância ideológica, atualidade e clareza, peço licença para expor integralmente as palavras de Vargas.

“A independência política é um ato de força, que se prepara como revolução e que se concretiza num instante decisivo, criando uma nova ordem jurídica e traçando sobre o mapa continental os limites de uma nova soberania. Uma vez conquistada, ela se impõe como fato e como direito e os seus efeitos perduram, desde que o povo, que se fez independente, saiba conservar – como nós temos sabido – o bem que adquiriu.

Muito diversa é a independência econômica. Não provém de uma revolução, mas de um processo evolutivo, que se vai completando a pouco e pouco. Não cria uma nova ordem jurídica, porém transforma lentamente a ordem já criada, procurando adaptar o formalismo das normas às exigências materiais da vida humana em sociedade. Não traça no mapa das nações nenhum limite novo de soberania, mas delimita, dentro do próprio meio social, a independência real do indivíduo e as condições fundamentais da vida – o bem-estar, a felicidade, os confortos indispensáveis à fecundidade do trabalho, e, de modo geral, aquele princípio eqüitativo que aconselha uma gradativa e proporcional distribuição da riqueza, dos bens materiais e das amenidades da existência entre os que trabalham e produzem.

Essa tarefa não é obra de uma geração, nem apanágio de um século: é uma soma infinita de esforços sucessivos, é produto de um longo período de adaptação às circunstâncias da vida em comum e às condições da própria economia mundial. A bem dizer, a independência econômica não tem um dia decisivo de

ultimar-se, não pode fixar-se numa única data histórica, como a independência política, que hoje celebramos com o mesmo orgulho e o mesmo entusiasmo com que temos feito há cerca de cento e trinta anos.

A independência econômica é um eterno processo de desenvolvimento, uma sucessão de ciclos que se ampliam, que não raro se renovam, e que parecem desconhecer qualquer termo final. Para sustentá-la, portanto, para consolidá-la e para dilatá-la, é preciso manter sempre aceso o fogo sagrado e vigilante do nosso patriotismo e do nosso devotamento à causa pública. Todo novo governo tem por missão vencer mais uma fase desse processo: e o caminho percorrido será tanto maior quanto melhor forem assimiladas e compreendidas as grandes necessidades populares. Aproximar-se do povo, auscultar-lhe as aspirações profundas, sentir-lhe a miséria, o sofrimento, o clamor de desespero que se levanta das camadas desfavorecidas da fortuna, acompanhar de perto os reclamos da subsistência individual, penetrar nas crises profissionais e domésticas, ouvir os apelos que saem dos lares, das oficinas, das fábricas, das escolas, das fazendas e dos campos; procurar resolver as crises, melhorar as condições de vida, aumentar o conforto e a assistência aos que trabalham, proporcionar a todos os homens padrões mais altos de existência e igualdade de oportunidade na luta pelo pão cotidiano – essa a grande e primordial missão de todos os governos.

E, fazendo isso, estamos construindo lentamente a independência econômica e lutando contra os seus principais inimigos, que são o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno.”

Como é possível observar nas palavras de Getúlio, além de uma certa profecia, ele tinha muito claro o que impedia o desenvolvimento pleno do país: a exploração estrangeira. Getúlio fez de tudo para combatê-la, para construir as bases da independência econômica, não só campo estrutural, mas ideológico.

Por este motivo, reeditamos esta importante obra. Esperamos que ela nos ensine, esclareça e contribua com a luta incessante do povo brasileiro, em especial dos trabalhadores, em busca de nossa independência econômica e social.

Boa leitura.

São Paulo, 1º de Maio de 2015.

Antonio Neto
Presidente Nacional da CSB

APRESENTAÇÃO

A reedição de *A Era Vargas*, do jornalista José Augusto Ribeiro, era uma necessidade, porque livros contra Getúlio Vargas há muitos: trazendo a verdade dos fatos, poucos. Na insuspeita opinião de Barbosa Lima Sobrinho, Vargas foi o grande estadista brasileiro do Século XX, por ter comandado, com uma visão nacionalista, a transição do Brasil agrário para o Brasil industrial, quebrando a histórica subordinação das elites brasileiras aos interesses estrangeiros.

Vargas sempre teve um projeto para o Brasil e, por causa dele, para preservar o seu legado e derrotar os golpistas de agosto de 54, precisou dar um tiro no coração e fazer a Carta-Testamento. Os militares tiveram que adiar o golpe por 10 anos: só chegaram ao poder em 1964; mesmo assim, após terem sofrido outra derrota, em 1961, quando Leonel Brizola - pelas ondas da Cadeia da Legalidade - garantiu a posse do Vice-Presidente constitucional João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Os udenistas de ontem e os neoliberais de hoje não perdoam Vargas, porque ele sempre teve lado: o do trabalhador, o dos humildes. Nos dias de hoje - de leilões de megajazidas de petróleo e de concessões diversas ao capital internacional; em que os EUA, a meca do capitalismo, proclamam a autossuficiência em petróleo graças ao domínio de novas tecnologias - é preciso refletir sobre as documentadas informações contidas nesta trilogia de José Augusto sobre a Era Vargas.

E sobre quais foram as razões e os motivos que levaram Getúlio a nacionalizar o subsolo do Brasil; a criar a Petrobras; a construir a usina siderúrgica de Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores; a instituir o controle cambial, a lei de remessa de lucros; a criar as estatais estratégicas para o desenvolvimento brasileiro, como a Eletrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce; e a fundar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

É preciso conhecer e avaliar os avanços de Vargas no campo da Educação, que retomaram o projeto de José Bonifácio, o Patriarca da Independência; e também o avanço que representou o Código Eleitoral promulgado por Vargas, em 32, ainda no governo provisório, que instituiu o voto secreto e o voto

feminino no Brasil, este último, um marco para a igualdade de gênero, que, na França, só ocorreria em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os brasileiros de hoje, principalmente os jovens, precisam entender porque Vargas criou a legislação trabalhista, e saber que, antes, não havia nenhuma proteção aos trabalhadores brasileiros; de forma idêntica, ocorria com a previdência pública. A explicação destes fatos torna este livro leitura obrigatória para os que acreditam no futuro do Brasil.

Em *A Era Vargas*, terão também a oportunidade de encontrar, com riqueza de detalhes e em linguagem de fácil entendimento, um retrato nítido do Brasil político, a partir de meados do Século XIX, passando pela República Velha, pela Revolução de 30, pela participação do Brasil da 2ª. Guerra Mundial, pelo Governo Dutra, pela espetacular campanha e eleição de Vargas em 1950 - e pela crise de agosto de 1954, com seu trágico desfecho.

Neste livro, José Augusto Ribeiro desmonta, uma a uma, as inverdades históricas construídas pelos inimigos de Vargas. Por isto, todos os que se preocupam com o Brasil precisam ler esta obra, lançada originalmente em 2001, que agora, revista e atualizada pelo autor, é relançada pela Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini, do PDT.

Este é um livro fundamental para se compreender o Brasil; e para citar um único leitor ilustre de quem ele fez a cabeça: através dele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva compreendeu a verdadeira dimensão e a real importância de Vargas para a História do Brasil. Lendo este livro, Lula compreendeu que Vargas sempre teve um projeto de Brasil que, por sua atualidade, merece ser lembrado neste ano de 2014.

Ano em que o suicídio e a Carta-Testamento de Vargas completam 60 anos; ano em que o golpe de 64, que derrubou João Goulart, completa 50 anos; ano em que a morte de Leonel Brizola completa 10 anos.

O PDT se orgulha de prosseguir em sua missão de nunca deixar o povo brasileiro esquecer os seus verdadeiros heróis.

Boa leitura.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2014.

Carlos Lupi
Presidente Nacional do PDT

PREFÁCIO

José Augusto Ribeiro é um escritor predestinado que domina a arte de escrever como poucos, esparramada numa coleção de fatos que resgata a História política brasileira, no período que vem do final do século passado, focado principalmente no período de 1930 a 1954.

A sua obra representa a iluminação de seu próprio ser, e o compromisso ético e político de retomar o fio da história, a partir dos fatos políticos que marcaram o Brasil na década de 30 - a Era Vargas -, sob o viés da desconstrução de inverdades históricas.

Em sua trilogia, José Augusto mergulha nos recônditos mais longínquos e de lá extrai fatos e versões, traições e contradições, articulações e conspirações, idiossincrasias e intimidades do poder e da vida nacional.

A Era Vargas constitui leitura obrigatória para melhor se conhecer o Brasil e a sua destinação histórica; e a Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini sente-se honrada em participar desta reedição e proporcionar aos leitores uma visão ímpar dos acontecimentos que culminaram com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas.

Ao narrar, na tessitura do processo histórico, o protagonismo de Vargas, detém-se longamente sobre esta figura humana impressionante - seus medos e inquietações; sua coragem e determinação; sua vida espartana e austera; sua formação republicana; sua paciência; seu senso de humor; e, sobretudo, seu talento inesgotável para a conciliação.

Vargas navegou nas correntes do positivismo, e até em correntes filosóficas avançadas e reformistas da metade do século 19, como a do socialista francês Saint Simon, um dos precursores de Marx; e tais influências em sua trajetória política marcaram indelevelmente seu sentimento de brasilidade e pertencimento.

Getúlio trazia, no sangue, a singularidade das experiências vividas nas cavalgadas através dos pampas e das estâncias, das querelas entre maragatos e republicanos, do pastoreio e da calma dos prados.

Para Getúlio, a Revolução de 30 resgata as dívidas sociais que a República herdara do Império e este, do Brasil Colônia.

Ao se candidatar por uma coalizão oposicionista - a Aliança Liberal - assume uma plataforma de vanguarda, que contemplava causas populares revolucionárias, de um projeto nacionalista de desenvolvimento transformador, capaz de tirar o Brasil, agrário e feudal, do atraso, na perspectiva da industrialização e da soberania nacional.

Em seu primeiro governo, logo após a Revolução de 30, Vargas inaugura um novo tempo - com anistia para presos políticos, criando a justiça eleitoral, o voto universal e secreto, a lei do salário mínimo - tomando decisões que mudaram o Brasil para sempre, cujos benefícios se estendem até os dias de hoje.

Assim, também cria o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional; revoluciona a indústria de transporte; implanta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); disciplina a remessa de lucros para o exterior; regulamenta o direito de organização sindical de trabalhadores e empregadores; institui o voto feminino, o direito de férias e aposentadoria; nacionaliza as riquezas do subsolo e regulamenta a exploração do petróleo e demais recursos minerais - além de outras políticas de cunho nacionalista.

Vargas, em maio de 1945, também regulamenta a criação de partidos políticos nacionais (PTB, PSD e UDN) para se contrapor aos agrupamentos oligárquicos e aos currais eleitorais sem doutrina e conteúdo programático.

A Era Vargas se constitui numa releitura de um período da historiografia brasileira dos mais fecundos, que se revela na construção de uma nova pátria: com justiça social, democrática, cidadã e acolhedora.

Vargas sai da vida para entrar no Panteão da História como o maior estadista brasileiro; e a obra de José Augusto Ribeiro resgata sua honra e sua dignidade.

Brasília, 1º de maio de 2015.

Manoel Dias
Ministro do Trabalho e Emprego

PARTE I

O FIO DA HISTÓRIA

CAPÍTULO 1

1930

OS COMÍCIOS DO RIO E DE SÃO PAULO; OS CADERNOS SECRETOS **A REVOLUÇÃO COMEÇA NOVE MESES (E QUASE MEIO SÉCULO) ANTES**

SEU BATISMO POPULAR, AQUILO QUE FEZ DE GETÚLIO VARGAS UMA FIGURA FORTÍSSIMA NO IMAGINÁRIO COLETIVO FOI O GRANDE COMÍCIO DA ESPLANADA DO CASTELO, NO RIO, NA NOITE DE 2 DE JANEIRO DE 1930, SEGUIDO DOIS DIAS DEPOIS PELA ESPANTOSA E INACREDITÁVEL RECEPÇÃO POPULAR A ELE EM SÃO PAULO. JÁ ERA O COMEÇO DA REVOLUÇÃO, NOVE MESES ANTES DO DESENCADEAMENTO DE SUAS OPERAÇÕES MILITARES.

Oficialmente, a Revolução de 1930 começou às cinco e meia da tarde de 3 de outubro de 1930, quando as forças rebeladas deram início a operações militares simultâneas em Porto Alegre e outros pontos do Rio Grande, assim como em Minas, contra quartéis do Exército, portos, campos de pouso, estradas de ferro, instalações dos correios, estações de rádio e outros objetivos controlados pelo governo federal.

Do ponto de vista de hoje, talvez pudéssemos dizer que a revolução começara nove meses antes, a 2 e 4 de janeiro de 1930, com os dois comícios, um no Rio, o outro em São Paulo, em que Getúlio Vargas apresentou ou tentou apresentar a plataforma da Aliança Liberal, a coalizão de forças políticas que lançara seu nome à Presidência da República, como candidato de oposição ao governo do Presidente Washington Luís. (Mas os antecedentes da Revolução de 30 remontavam a quase meio século antes, com as lutas pela Abolição e pela República.)

Esses dois comícios (ou tentativas de comício) foram as maiores manifestações populares no Brasil desde a campanha da Abolição, mais de quarenta anos antes, sobretudo em seu auge, em maio de 1888, quando a Princesa Isa-

bel, como regente do trono na ausência do Imperador D. Pedro II, que estava na Europa, doente, assinara a Lei Áurea, aprovada pelo parlamento para abolir completamente e em definitivo o regime do trabalho escravo no Brasil.

A campanha da Abolição fora também a mais emocionante da história do Brasil independente.

1888

Ciúmes da Pátria

JOSÉ DO PATROCÍNIO

D. Pedro II, o Imperador, estava na Europa, doente, quase entevado, quando recebeu a notícia de que sua filha, a Princesa Isabel, Regente do Trono, assinara a Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que abolia de todo e de uma vez só, em todo o país, a escravidão remanescente, mas ainda muitíssimo numerosa e cada vez mais vergonhosa e humilhante.

– Afinal, afinal... – teria dito D. Pedro, os olhos inundados de lágrimas, a garganta áspera de emoção: – O dia mais feliz de minha vida!

Qualquer que seja o julgamento final da história sobre o papel do Imperador e da Princesa sua filha na tardia libertação dos escravos no Brasil, o que as biografias registram é que D. Pedro II, com todos os seus poderes, não tinha a prerrogativa de propor leis ao Parlamento: só por intermédio do Primeiro-Ministro ele o poderia fazer. D. Pedro, segundo seus biógrafos, mudou três ou quatro gabinetes até conseguir um Primeiro-Ministro que se dispusesse a propor ao Parlamento uma lei de abolição.

Esse dia 13 de maio de 1888, o mais feliz na vida do Imperador, deve ter sido o mais feliz também, ou o mais intenso, o mais arrebatado, na vida do mais apaixonante dos líderes da campanha abolicionista, José do Patrocínio, o Tigre da Abolição, jornalista, negro, filho de escrava, a voz que ganhou a alma das ruas do Rio de Janeiro.

Nos últimos dias da campanha abolicionista, essa voz fora posta à prova num dos grandes palcos das estrelas do canto, que também era uma das maiores tribunas políticas do Rio.

Num ato público em 1888, com o teatro lotado, da plateia às torrinhas, as mais altas galerias, José do Patrocínio começa a falar, e uma voz prepotente, da plateia, do balcão nobre ou das galerias, interrompe:

– Cala a boca, burro!

Muito mais tarde os comícios seriam substituídos pela televisão, em estúdios fechados, a salvo das interrupções. Mas naquele ano de 1888, assim como por bem mais de meio século depois disso, essa era uma figura esperada: o bebum do comício, alcoolizado ou às vezes fingindo; aquele que, sóbrio ou alterado, interrompe e tenta desconcertar os oradores. Patrocínio não toma conhecimento e retoma o fio do discurso.

A voz, porém, insiste:

– Cala a boca, macaco!

José do Patrocínio contém-se, de novo, e prossegue. Negro, plebeu, filho de escrava, sempre na contramão do poder e da fortuna, sustentando-se e a seus jornais com os recursos da época e até com dinheiro tomado a comerciantes por meios discutíveis, José do Patrocínio vai ficar mal, no momento mesmo da Lei Áurea, com algumas lideranças do movimento abolicionista, porque no dia seguinte ao 13 de maio levará uma rosa de ouro à Princesa Isabel.

Nessa noite, porém, no teatro, o negro, o plebeu, o jornalista, o tribuno José do Patrocínio é – e sabe disso – a consciência da história.

Mas a outra voz, aquela voz abusada e estridente da plateia, volta a falar:

– Cala a boca, negro!

Quando pela terceira vez essa voz se manifesta, alguma descarga eletriza José do Patrocínio. Há uma pausa, que deixa nervosos os espectadores, e ele já não retoma o discurso no ponto onde fora interrompido. Diante do cenário e da plateia de tantas óperas, Patrocínio responde como se fosse o personagem de uma delas:

– Negro! Negro! Negro, sim! Negro como Otelo, para ter ciúmes de minha Pátria!

Negro Otelo, negro Patrocínio! Semanas depois, tarde da noite de 13 de maio de 1888, José do Patrocínio consegue que um amigo o leve em casa, no subúrbio. Ao longo do dia e mesmo agora, fora obrigado a parar em todas as esquinas:

queriam ouvi-lo, queriam que discursasse como naquela noite no teatro.

Quando, afinal, chega em casa, Patrocínio não pode sequer despedir-se do amigo que o levara. Na madrugada do primeiro dia de um Brasil sem escravos, José do Patrocínio não tem um último, um escasso fio de voz. Não consegue ao menos dizer “obrigado”, desejar boa noite. A grande voz da Abolição fora afinal silenciada.

Mais de quarenta anos depois, a Revolução de 1930 retomaria os compromissos da campanha abolicionista, que a República, proclamada logo depois dela, não conseguira resgatar.

SEXTA-FEIRA, 3

Na tarde de 3 de outubro de 1930, sexta-feira, pouco antes do início das ações militares da revolução, marcado para as 5 e meia em todo o país, Getúlio Vargas deu início – em seu gabinete de Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no Palácio Piratini, em Porto Alegre – à redação de um diário, que manteria com maior ou menor regularidade até 1942. Esse diário permaneceu secreto por mais de sessenta anos e só foi publicado em 1994, por sua neta Celina Vargas do Amaral Peixoto.

Já nas primeiras palavras, nas primeiras linhas do diário, Vargas se explica:

– Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram parte, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventuras dos escritores da mais rica fantasia imaginativa. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece.

– Lembrei-me de que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida, como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar.¹

¹ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pg. 3.

Ele escreve para si mesmo e não para o público, mas deve pressentir que no futuro esses registros serão indispensáveis para a reconstituição dos acontecimentos dos quais ele já é, e a partir de agora será muito mais, autor e não ator, protagonista e não testemunha ou coadjuvante.

– Não o fiz durante a minha mocidade, cheia de tantos episódios interessantes e dignos de anotar que se vão apagando pouco a pouco da memória. Depois, o trato contínuo com os homens e as observações feitas sobre os mesmos em fases e circunstâncias diferentes nos habilitam a um juízo mais seguro.

– Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução. Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser para hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro?

Vargas escreve antes do início da revolução e não pode ter certeza do que vai acontecer, se a revolução vencerá ou será derrotada.

Ele registra, em seguida, como foi seu dia até o momento em que escreve:

– Pela manhã, recebi o secretário da presidência [João Antunes da Cunha], com quem despachei a correspondência do dia, e entreguei-lhe, para passar a limpo, o manifesto revolucionário que deverá ser publicado amanhã.

DEPOIS DO ALMOÇO, UMA PARTIDA DE PING-PONG

– Às 11 e meia – prossegue o diário – revi o artigo da Federação² sobre a mensagem. Feita a toilette, almocei tranquilamente com a minha família e fui depois jogar uma partida de ping-pong com a minha [mulher], como costume fazer todos os dias a essa hora.

– Durante o jogo, chegou meu sobrinho Vargas Neto. Subi novamente ao primeiro andar do palácio. Chegaram meu irmão Protásio e seu sogro Agnelo Correia. Vinham combinar para levar meus filhos para a casa deste, pois minha mulher se recusa a afastar-se. Despediram-se as visitas e segui para a sala de despachos do palácio.

Se Getúlio e D. Darcy jogavam todos os dias uma partida de ping-pong

² A Federação era o jornal oficial do PRR, Partido Republicano Riograndense, o partido de Vargas.

depois do almoço, as circunstâncias especialíssimas daquele dia exigiam que não alterassem sua rotina. Embora nos dias e nas semanas anteriores Getúlio tivesse recebido vários líderes revolucionários em seu gabinete ou mesmo na ala residencial, isso era coisa que não mudava o ritmo de vida do Palácio Piratini.

O GQG, o Grande Quartel General da revolução, estava ainda funcionando na casa de uma irmã de Oswaldo Aranha, nos arredores de Porto Alegre, e só se transferiria para o Palácio quase à mesma hora do início das ações militares da revolução. Porque o plano concebido e desenvolvido pelo coronel Gois Monteiro, comandante militar do movimento, previa a tomada de Porto Alegre e a neutralização das forças federais na cidade por um conjunto de ações súbitas e simultâneas. Quanto maior a normalidade no Palácio Piratini e na vida de Vargas e sua família, maior seria a surpresa e menor a perda de vidas na revolução.

Na sala de despachos, o primeiro a ser recebido foi o Secretário da Fazenda (e interino do Interior, em substituição a Oswaldo Aranha), João Simplicio, muito amigo do General Gil de Almeida, o comandante da 3ª. Região Militar.

– Atendi em primeiro lugar o dr. João Simplicio, Secretário da Fazenda e interino do Interior. Nada sabia sobre o movimento preparado para hoje, [apenas] os boatos insistentes que corriam na cidade, o comércio alarmado, pessoas retirando-se para fora, avisos das guarnições federais do interior ao general Gil e, finalmente, casos particulares de pessoas, cujos nomes citava, afirmando a revolução para hoje.

– Respondi-lhe que o Rio Grande acompanharia um movimento de ordem geral, e que, se isto se desencadeasse, nem eu poderia evitar a participação do Estado. Ponderou-me o perigo de uma precipitação de elementos exaltados e disse-me que queimaria toda a sua biblioteca se Minas entrasse no movimento revolucionário, porque, se tal acontecesse, instituiria uma subversão completa de todas as noções que ele havia aprendido. Trocamos ainda ligeiras impressões sobre assuntos administrativos e ele retirou-se.

– Recebi depois o diretor da Viação Férrea, dr. Fernando Pereira. Vinha comunicar-me as medidas especiais que havia tomado, a pedido de Oswaldo Aranha, sobre distribuição de material ferroviário, carros e vagões, acumulando-o em Marcelino Ramos, Passo Fundo, e retirando-o de Cruz Alta, Alegrete

e Uruguaiana.

– Despachei em seguida com o Secretário de Obras Públicas. Nessa ocasião, ficou ao corrente do movimento que deveria iniciar-se hoje, e combinamos algumas medidas sobre abastecimento de gasolina para as embarcações da Diretoria de Viação Fluvial.

– Recebi depois o dr. Virgílio de Melo Franco, que viera destacado pela direção revolucionária para estacionar em palácio e aguardar a chegada do quartel-general. Prestou-me alguns informes sobre os últimos aprestos para a hora que se aproximava. Às 4 da tarde terminei esta nota.³

OS BOATOS CIRCULAVAM ÀS ESCÂNCARAS

Na manhã de 3 de outubro – diz Hélio Silva⁴ – o dia, embora de primavera, amanhecera enevoadado e com uma leve garoa. O Tenente Coronel Gois Monteiro, que passara as últimas semanas praticamente invisível, trabalhando de madrugada no QG improvisado na casa de uma irmã de Oswaldo Aranha, resolveu dar uma volta pelo centro de Porto Alegre, para observar o movimento e sentir o clima da cidade – seu primeiro e decisivo teatro de operações nas próximas horas, uma espécie de prova eliminatória da revolução.

Gois Monteiro era praticamente desconhecido em Porto Alegre, a não ser por alguns contemporâneos de sua passagem pela Escola Militar – quase um quarto de século antes – e por alguns militares de sua geração e outros que serviam no Rio Grande e podiam tê-lo conhecido nos poucos meses desde que chegara para assumir o comando de São Luís das Missões. Para estes, ele tinha uma explicação, caso estranhassem vê-lo em Porto Alegre: estava de licença, acompanhando a convalescença de sua mulher, em seguida a uma cirurgia inesperada.

Vestido à paisana, de terno e gravata, Gois Monteiro não poderia causar mais estranheza que os muitos “civis” (alguns deles militares) que a toda hora

³ Idem, pp. 3 e 4.

⁴ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pp. 185 e seguintes.

apareciam em Porto Alegre, desapareciam e voltavam.

A essa mesma hora, um deles, Virgílio de Melo Franco, passava com o mesmo objetivo pela Rua da Praia, em companhia do conhecidíssimo Oswaldo Aranha, que ainda não reassumira a Secretaria do Interior do governo do Estado e para muita gente estava afastado da atividade política e rompido com Getúlio.

O Coronel Gois Monteiro também se dirigira à Rua da Praia, onde havia muitos cafés, locais “de conversação daquela gente loquaz e de imaginação meridional”.

– Percorri vários deles e o meu desapontamento foi grande. Os boatos circulavam às escâncaras. Não havia precaução nenhuma. Dizia-se abertamente [que a revolução] ia rebentar dentro de horas e ouvi, sem ser reconhecido, que o chefe militar era um tal Coronel Gois Monteiro, nascido em São Luís das Missões, terra de Pinheiro Machado. Meu nervosismo era grande... temia que naquele momento já as autoridades do Exército estivessem ao corrente do que se estava passando.

Gois nem era gaúcho, mas alagoano.

– Fui sentar-me, desolado, num banco da Praça da Alfândega... Estava inteiramente abatido com a indiscrição dos gaúchos. Um oficial meu amigo, do Estado-Maior da Região, passando por acaso no local, chegou-se a mim e declarou, ex abrupto, que se propalava na cidade que o movimento era para aquele dia e que eu seria o chefe militar. Acrescentou que, se isso fosse verdade, ele, que havia servido comigo, desejava por-se a meu lado.

Gois respondeu que sua presença ali, naquele momento, era um desmentido. Se, porém, acontecesse alguma coisa, o amigo, que ocupava posto de confiança pessoal, deveria ficar com seu comandante.

– Quando voltei para o almoço, em casa, novamente passei em alguns cafés e pude observar que os boatos aumentavam cada vez mais. Além disso, já se haviam verificado alguns assaltos a casas de armas, os colégios encerravam suas aulas e os estabelecimentos comerciais desciam suas portas.⁵

⁵ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pp. 101 a 103.

Menos de doze horas antes, na madrugada do próprio dia 3, Oswaldo Aranha fora à casa de sua irmã, convidar Gois e Virgílio de Melo Franco para um encontro com Getúlio. Esse cuidado, essa reserva contrastavam com o que agora Gois testemunhava no ponto mais movimentado do centro de Porto Alegre.

Depois do almoço, Gois passou uma última vez pelo QG instalado na casa da irmã de Oswaldo Aranha e por volta das 4 horas foi com Virgílio de Melo Franco, que se tornara secretário do Estado Maior da Revolução, para o Palácio Piratini.

“APROXIMA-SE A HORA. SINTO-ME COM
O ESPÍRITO TRANQUILO”

Não se passa meia hora do registro anterior e Getúlio escreve de novo. E afirma a disposição de sacrificar a própria vida se a revolução malograr.

– Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu Estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso.⁶

Apesar de todos os indícios – especialmente do que Gois Monteiro observara na Rua da Praia e na Praça da Alfândega, o comando da 3ª. Região Militar não chegou a ver um quadro nítido da situação e muita ironia se fez em torno da visita que, na manhã do próprio dia 3, o General Gil realizara a seu oculista... Oswaldo Aranha chegou a alarmar-se, imaginando que o General pudesse estar percorrendo os quartéis, a fim de colocá-los em pé de guerra.

No início da tarde começaram e multiplicaram-se em Porto Alegre os tele-

⁶ Getúlio Vargas, Diário, vol. 1, pp. 4 e 5.

fonemas, sempre dados por mulheres a outras mulheres, e sempre dizendo a mesma coisa:

– Olhe... o doente piorou muito... A cirurgia vai ser logo à tarde.⁷

O serviço de escuta telefônica do General Gil pode ter ouvido alguns desses telefonemas, sem desconfiar de que cirurgia se tratava.

O General Gil, terminada a consulta no oculista, voltou ao QG, no centro da cidade, e foi informado de que se preparava um grande comício – o que, para os revolucionários, estava inteiramente fora de questão – no qual Aranha lançaria o manifesto revolucionário.

O General telefona ao Secretário da Fazenda, João Simplicio, a quem costumava recorrer como intermediário junto a Vargas. Simplicio nada sabia dos preparativos da revolução – até porque sempre se manifestara contra qualquer solução revolucionária. A resposta que Getúlio lhe dera ao despacharem no início da tarde nada esclarecia sobre os preparativos e a hora da revolução. Simplicio prometeu procurar Getúlio pessoalmente, para levar-lhe essa informação.

– Quase à mesma hora – escreveria o General Gil em suas memórias⁸ – dois telefonemas anônimos avisam que a revolução está para eclodir.

TELEFONEMAS ANÔNIMOS CONFUNDEM O COMANDO MILITAR

Os auxiliares do General, que recebem os telefonemas, não os levam a sério. Nos dias anteriores houvera muitos telefonemas anônimos que se revelaram alarme falso (e que talvez tivessem sido dados de propósito, como a notícia, para desnortear o comando da região militar, do suposto comício no qual Aranha leria o manifesto revolucionário. Às 3 horas, porém, o General Gil recebe um rádio do Coronel Leitão de Carvalho, comandante da guarnição de Passo Fundo. Um soldado mandado aos correios, para despachar correspondência de rotina, encontrara o edifício ocupado por civis armados.

⁷ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pg. 191.

⁸ *Idem*, *ibidem*.

Um oficial vai procurar o Secretário João Simplicio com a cópia desse rádio. Antes que o oficial volte, Leitão de Carvalho radiografa de novo: por ordem do prefeito de Passo Fundo, o fornecedor habitual do regimento recusava-se a vender velas – que eram periodicamente compradas para quando faltasse luz no quartel.

O tenente Miranda Correia, que fora levar as informações anteriores a João Simplicio, chega de volta ao quartel e sai de imediato, agora com ordem de mostrar os rádios pessoalmente a Getúlio. Este recebe o tenente e responde:

– Diga ao General que as providências serão tomadas.⁹

Nesse momento, Gois Monteiro estava na ala residencial do Palácio Piratini, fardando-se para assumir o comando ostensivo das operações. Quando soube, logo depois, que o tenente saíra livremente do palácio, para voltar ao quartel, Gois não gostou. Mas a volta, sem incidentes, de Miranda Correia deve ter desarmado o General Gil e seus outros oficiais. O General Gil não viu malícia alguma no telefonema que recebeu a seguir:

– Uma autoridade do governo do Estado avisava que, tendo irrompido uma greve no cais do porto, o chefe de polícia tinha seguido... com a força, para restabelecer a ordem.

Na verdade, a missão desse destacamento policial era ocupar os navios atracados no porto e inutilizar seus equipamentos de rádio.

Às quatro e meia, terminou automaticamente o expediente das seções do QG que não tinham assuntos urgentes que dependessem da decisão ou da assinatura do comandante. Por isso, o General Gil deu ordem para que nenhum oficial se retirasse sem sua licença.

Às cinco, o General recebe duas informações. Um telefonema comunica que a casa do Chefe do Estado Maior da Região Militar, Coronel Firmo Freire, fora invadida por um oficial de polícia, acompanhado de guardas civis e paisanos. O objetivo era prender o coronel, mas este ainda não voltara para casa. E um sargento chega com a notícia de que a polícia estava

⁹ Idem, pg. 193.

prendendo, nas ruas, os soldados que acabavam de deixar os quartéis e os oficiais que não tinham sido alcançados pela ordem de não sair sem licença expressa do General.¹⁰

SÓ ÀS CINCO HORAS O GENERAL GIL RESOLVE AGIR

Só então o General determina que se monte um esquema de defesa do quartel e manda emissários a outros quartéis de Porto Alegre. Na ala residencial do quartel, de onde pretendia telefonar para Getúlio, o General encontra o Major João Cavalcanti Pereira de Melo, que vinha dizer “da grande agitação reinante na cidade, onde o comércio cerrava as portas e o povo enchia as ruas”.

O General liga para o palácio do governo e o oficial de gabinete prontifica-se a chamar o Presidente do Estado:

– Enquanto esperava, senti, de repente, o silêncio denunciador da ligação cortada. Insisto. Vou a outro telefone, no hall do segundo andar e, ao avizinhar-me do aparelho, irrompe a fuzilaria e o assalto simultâneo ao quartel-general.¹¹

Eram cinco e meia em ponto. Gois Monteiro ouviu uma fuzilaria intensa.

Getúlio, nesse momento, estava conversando de novo com João Simplicio, que lhe fora levar as informações do General Gil de Almeida.

Gois, em seguida, foi conversar com Getúlio, e pela primeira vez atravessou fardado o Palácio Piratini, que já estava repleto de gente.

– Quando passei pelas antessalas repletas de gente, verifiquei que havia causado sensação a minha presença, pois eu era um desconhecido e todos, naquela emergência, sussurravam, curiosos, palavras de indagação.

– Quando abri a porta do salão onde se achava o Sr. Getúlio Vargas... encontrei-o só. Estava de pé e passeando de um lado para outro. Avistando-me, veio a meu encontro. Cumprimentei-o e ele, serenamente, perguntou-me se já me haviam chegado notícias, relatando-me ao mesmo tempo que, à hora

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, *ibidem*.

em que começara o tiroteio, estava ele com o Secretário da Fazenda, Sr. João Simplicio, o qual lhe perguntara, quando ouviu os estampidos, do que se tratava, ao que ele respondera que aquilo significava, nada mais nada menos, as cartas na mesa.

Segundo versões jornalísticas publicadas depois, a frase de Vargas, quando Simplicio se levantou, anunciando que ia ver o que era aquilo, foi outra:

– Não vá, Simplicio. É a revolução...

O DIÁRIO RESUME O INÍCIO DA LUTA

O próximo registro no diário de Vargas parece ter sido feito já na madrugada seguinte, do sábado, dia 4, embora dê a impressão de ter sido iniciado logo depois dessa conversa com João Simplicio:

– Começou o movimento. Um fogo de fuzilaria e metralhadoras, uns vinte minutos de luta, e foi tomado o quartel-general, presos o comandante da Região e seu estado-maior. O assalto foi feito por guardas civis e populares capitaneados por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Adalberto Correia. Foi um lance épico. Seguiu-se depois o cerco, pelas forças da Brigada Militar do Estado, Guarda Civil e elementos populares, aos núcleos de resistência. No morro do Menino Deus estavam dois corpos, 8º. e 9º. O primeiro, sob o comando do tenente-coronel Galdino Esteves, aderiu, e o segundo ofereceu fraca resistência, sendo presos o comandante e alguns oficiais. Rendeu-se também a Companhia de Estabelecimentos e a Carta Geral.

– Resistiu, até a madrugada, o 7º batalhão de Caçadores, comandado pelo coronel Acauã. Durante a tarde e parte da noite, a cidade sofreu o alarme do fogo cruzado entre os sitiantes e sitiados, fuzilaria, metralhadoras e morteiros. Pouco depois da meia-noite, veio um oficial do 7º. a palácio propor-me um parlamento. Entreguei-o ao coronel Gois Monteiro, que ficou dirigindo as operações como meu chefe de estado-maior. Este regulou as condições de entrega e o 7º se rendeu.

– Desde que se iniciou a luta até tarde da noite, tive em palácio a assistência contínua de amigos, deputados, militares etc. A Guarda Civil, comandada

pelo capitão Feio, foi das forças mais eficientes que se bateram na jornada de 3 de outubro. Às 2 da madrugada fui deitar-me.¹²

Em Porto Alegre, a fase estritamente militar da revolução estava na prática encerrada por volta das dez da noite.

A fuzilaria ouvida pelo General Gil de Almeida, no QG da 3ª. Região Militar, pelo Coronel Gois Monteiro, pelo Secretário João Simplicio e por Getúlio Vargas no Palácio Piratini, devia ser a do ataque ao próprio QG, no centro de Porto Alegre e perto do Palácio, e ao arsenal de guerra, quase ao lado do QG.

O ataque foi antecedido pelo habitual desfile de um grupo de 50 homens da Guarda Civil, que ficava em frente ao QG. Todo fim de tarde, um grupo desses saía, em ordem unida, do quartel da guarda civil, passava pelo portão do QG da 3ª. Região Militar e depois seus integrantes tomavam rumo conforme o lugar da cidade que tivessem de guardar.

Nessa tarde, porém, outro grupo saiu armado dos portões da Guarda Civil, para invadir e tomar o QG.

A operação começou, na verdade, minutos antes das 5 e meia, de modo a pegar de surpresa o General Gil e evitar atos de resistência que só resultariam na perda de vidas que poderiam ser poupadas. (Às 5 e meia, João Alberto daria início ao ataque às unidades federais situadas no morro do Menino Deus, a maior concentração militar de Porto Alegre, e outros grupos atacariam outros pontos. O barulho dessas operações seria ouvido no QG pelo General Gil.)

No comando desse ataque inicial ao QG estavam Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, que tinham sido dos primeiros partidários e eram dos mais ativos defensores da revolução.

Tendo instigado e articulado a luta armada, entendiam que seu dever era arriscar a própria vida no primeiro minuto em que outras vidas seriam arriscadas e perdidas.

A fuzilaria inicial destinava-se a imobilizar os sentinelas do QG e do arsenal de guerra, atacado no mesmo instante por outro grupo. O que nem o Gene-

¹² Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pg. 5.

ral Gil, nem talvez Gois Monteiro e João Simplicio devem ter ouvido foi o estouro de um foguete lançado do Morro do Menino Deus, de onde João Alberto, com esse sinal, deu ordem de ataque geral às unidades militares de maior poder de fogo de Porto Alegre.

A tomada do QG e a prisão do general comandante da região seriam operações de muito maior impacto psicológico, político e, afinal, militar. O General Gil, a essa altura, estava com pouquíssimos homens em seu QG e de tal forma cercado que não poderia receber reforços: todos os edifícios, todas as casas vizinhas, até uma igreja, estavam ocupados pelos revolucionários.

Nas duas ruas nos fundos do quartel, a prefeitura de Porto Alegre, simulando reparos no encanamento de água, abria trincheiras que agora estavam guarnecidas de homens armados. Parte do armamento de que o General poderia servir-se estava sem os respectivos percussores – retirados antecipadamente por subalternos e soldados: havia talvez mais percussores nos bolsos de Oswaldo Aranha que nas metralhadoras do General Gil.

Em vinte minutos, o quartel fora tomado, mas o General Gil, o Chefe de seu Estado-Maior, Coronel Firmo Freire, e o tenente Miranda Correia estavam entrincheirados no apartamento residencial do comandante. O General recusa-se a capitular e mesmo a dialogar com os atacantes – inclusive Oswaldo Aranha.

Afinal avisa que se considerará prisioneiro se receber uma carta de próprio punho de Getúlio Vargas, responsabilizando-se pelo ataque e pela revolução. Getúlio escreve e manda a carta e o General Gil afinal se entrega, já madrugada alta. Logo depois, rendia-se a última unidade que, em Porto Alegre, ainda resistia, o 7º Batalhão de Caçadores.

Gois Monteiro, em suas memórias, assim se refere aos combates em Porto Alegre

– Para Porto Alegre, que era a chave de tudo, foi estudada e preparada a execução à maneira clássica da técnica dos golpes de Estado. As principais forças e depósitos de material bélico ali existentes, e que se encontravam na zona do Morro do Menino Deus, deviam ser atacados por um grupo de choque, sob o comando do Sr. João Alberto.

– A área constituída por outros focos de reação, na zona central da cidade, conhecida pelo nome de Várzea ou Campo da Redenção, formava um conjunto, compreendendo a Carta Geral do Brasil [serviço cartográfico do Exército], o Colégio Militar, a Companhia de Estabelecimento, fortemente reforçada, e, finalmente, o 7º. Batalhão de Caçadores, cujo quartel era situado na encosta do palácio do Governo. Essa área foi atacada por outro grupo comandado pelo [futuro] General Alcides Etchegoyen, que teve de dividir suas forças por três objetivos simultâneos.

– Finalmente, a área do porto da cidade, onde estavam localizados o quartel-general da Região Militar, o Arsenal e outros estabelecimentos militares, ficou a cargo de um grupo de choque chefiado pelo Sr. Oswaldo Aranha em pessoa, porque fez questão disso, tendo ao seu lado o Sr. Flores da Cunha e muitos outros líderes civis. Uma reserva geral fora colocada na zona do Cemitério, sob o comando do falecido General Newton Estillac Leal, a fim de atender a qualquer eventualidade.¹³

A resistência do coronel Acauã, do 7º. Batalhão de Caçadores, no morro do Menino Deus, foi um bom exemplo da inteligência e audácia dos planos militares da revolução. O Batalhão tinha condições de resistir por muito tempo mais, mas não de romper o cerco imposto a seu quartel pelas forças sob o comando de João Alberto.

Depois de muita insistência de João Alberto, o coronel Acauã concordou em mandar um parlamentar, um emissário encarregado de verificar a veracidade das informações sobre a vitória do movimento em Porto Alegre. Esse emissário viu que o General Gil estava preso, que o QG da 3ª. Região Militar estava em poder dos revolucionários, que os outros quartéis eram controlados por estes, que também o porto, as estações telegráficas e de rádio e a estrada de ferro tinham caído sob o controle dos revolucionários. Só então o emissário admitiu ser portador de credenciais para assinar a rendição do 7º. B.C. e a resistência terminou. A prisão do General Gil desarmara o pouco que havia de mobilização para a defesa das forças federais.

¹³ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pp. 99 e 100.

Na própria noite de 3 de outubro, cessados os poucos focos de resistência em Porto Alegre, o Rio Grande começou a mandar grandes contingentes de homens e as possíveis quantidades de armas para Santa Catarina e o Paraná. Por excesso de candidatos, o voluntariado foi suspenso.

A BOA SURPRESA DE MINAS

Eram bem modestos os planos do Coronel Gois Monteiro para Minas e especialmente para Belo Horizonte, que estavam sob verdadeira intervenção branca, com enormes contingentes de força federal, praticamente imobilizando a polícia militar estadual e neutralizando a ação dos militares revolucionários e dos civis envolvidos na conspiração.

Às cinco e quarenta da tarde de 3 de outubro, o comandante interino da 8ª. Brigada de Infantaria, Coronel José Joaquim de Andrade, também comandante efetivo do 12º. Regimento de Infantaria, já deixara o quartel e seguia para casa, preocupado com três filhos pequenos, que estavam com sarampo.

A substituição de Antônio Carlos por Olegário Maciel na Presidência do Estado, a 7 de setembro, a inexistência, ao contrário do Rio Grande, de sintomas inequívocos de alguma coisa em andamento, a natural prudência e discrição da política mineira e, mais que isso, com certeza, a natureza dos planos de Gois Monteiro para Minas – planos estritamente defensivos – levaram os comandantes militares e mesmo os líderes civis fiéis a Washington Luís a um certo relaxamento das medidas de controle.

Tanto que o comandante efetivo da 8ª. Brigada, General Diógenes Tourinho, estava de férias desde 22 de setembro, embora fosse a sua a maior unidade do Exército em território de Minas. O regime de prontidão fora suspenso e alguns contingentes, inclusive um batalhão inteiro, tinham sido retirados de Belo Horizonte.

O Coronel José Joaquim de Andrade chegou em casa, mudou de roupa, resolveu sair para comprar frutas (as crianças doentes não estavam aceitando bem o alimento salgado). Quando voltou foi cercado e abordado, antes de alcançar a porta de casa, por um grupo de investigadores de polícia, que ti-

nham ordens de levá-lo imediatamente à presença do Secretário do Interior e Justiça do governo do Estado, Cristiano Machado.

Formalmente era apenas um convite, mas o Coronel teria de ir de imediato, escoltado pelos policiais. O Coronel reagiu, conseguiu entrar em casa e seu motorista foi alvejado e gravemente ferido, a tiros, quando tentou telefonar para o quartel. Afinal apareceu um oficial de igual patente, o Coronel Aristarco Pessoa, que assumiria, em seguida, o comando das operações militares revolucionárias em Minas.

Com ele o Coronel José Joaquim de Andrade concordou em seguir até o gabinete do Secretário Cristiano Machado, onde recebeu voz de prisão.¹⁴

Assim como o Coronel Andrade, outros oficiais foram presos em Belo Horizonte no caminho de casa. Da mesma forma, grupos de policiais civis ocupavam sem alarde as repartições públicas federais. Com essas prisões e a ocupação de repartições federais – inclusive a estação dos telégrafos – as operações revolucionárias em Belo Horizonte tornaram-se inesperadamente muito mais ofensivas do que se esperava.

Embora os bondes, ônibus e os automóveis particulares recebessem ordens da polícia para recolher, uma verdadeira multidão logo ocupava a rua da Bahia, desfilando em direção à Praça da Liberdade. A notícia da prisão do Coronel Andrade espalhou-se e dois jornais afixaram cartazes na porta de sua sede, com manchetes que eram verdadeiras convocações:

– Finalmente chegou o dia! A Revolução explodiu em todo o Brasil! Viva a Revolução! Viva o Brasil!

O quartel do 12º. Regimento de Infantaria estava sob a responsabilidade do oficial de dia, Tenente Rui de Brito Melo, que acompanhava o jantar dos praças quando foi informado da prisão do Coronel Andrade. A informação acrescentava que a Força Pública do Estado (polícia militar) preparava-se para tomar o quartel do 12º. RI e apoderar-se de seu armamento.¹⁵

O quartel, porém resistiu e foi sitiado. Das operações de cerco e ataque

¹⁴ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pp. 258 e 259.

¹⁵ *Idem*, pg. 265.

participaria um jovem jornalista e estudante de Direito, encarregado da missão de transferir em segurança para outro lugar as crianças de um orfanato ao lado do quartel, que poderia ser atingido pela fuzilaria. Ele participara de comícios e caravanas na campanha eleitoral e depois apoiara a revolução. Nessa missão, ele não derramaria o sangue de ninguém, mas correria os mesmos perigos dos combatentes armados. Chamava-se Tancredo de Almeida Neves.

NO RIO, TIROS NO FIM DE UM COMÍCIO DA ALIANÇA

Pelos planos de Gois Monteiro, os revolucionários de São Paulo e do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro) não deveriam empreender qualquer ação militar, apenas atos de perturbação da ordem, de modo a deixar demonstrada a presença de uma mobilização revolucionária nesses lugares.

Em São Paulo, o último trabalho de Siqueira Campos, antes de partir para um encontro com Luís Carlos Prestes em Buenos Aires, ao fim do qual morreria na viagem de volta, tinha sido a montagem de bombas e granadas com as quais ele pretendia apenas fazer barulho, já que não teria condições de atacar sequer uma delegacia de polícia, quanto mais o mais frágil dos quartéis.

No Rio, capital da República, sede do governo, do Congresso e do Supremo Tribunal, o objetivo também era fazer barulho – fazer barulho na rua para repercutir na Câmara dos Deputados e no Senado, e fazer barulho no Senado e na Câmara, para repercutir na rua.

Os líderes revolucionários no Rio sabiam perfeitamente que, uma vez iniciada a revolução no Rio Grande, em Minas e no Nordeste, os mais visíveis e expostos deles, como os deputados da Aliança Liberal, seriam imediatamente presos, antes mesmo da decretação do estado de sítio (que dependia da aprovação da Câmara e do Senado). Da mesma forma, a censura à imprensa não esperaria por essa aprovação. Era preciso, portanto, fazer barulho antes, enquanto não estivessem suprimidas as liberdades públicas e a legalidade constitucional.

Para isso, marcou-se um comício – de protesto contra a conduta política do governo – para as 5 horas da tarde dessa sexta-feira, 3 de outubro, nas escadarias do Teatro Municipal, no coração do centro do Rio. Quando as ações

militares da revolução tivessem início em outros pontos do país, especialmente em Porto Alegre, os oradores da Aliança estariam falando no comício e estimulando a mobilização popular.

Pelos planos militares da revolução, um comício como esse seria um ato de perturbação da ordem. Na verdade, era ainda um ato perfeitamente legal, de exercício de liberdades públicas asseguradas pela legalidade constitucional. Quem perturbou a ordem foram partidários do governo, ou por ordem deste ou porque a desordem já imperasse dentro dele.

O clima no Rio era de certo nervosismo. Os cariocas iniciaram seu dia lendo nos jornais que Luís Carlos Prestes fora preso na véspera em sua casa em Buenos Aires, onde vivia legalmente, como exilado, com paradeiro conhecido e papéis em ordem. Apesar de tudo isso, Prestes estava em regime de incomunicabilidade na polícia de Buenos Aires.

Nos próximos dias, a prisão de Prestes em Buenos Aires será apresentada como a senha para a revolução no Brasil – o que era um disparate.

Prestes rejeitara, em novembro de 1929, qualquer apoio à candidatura de Getúlio Vargas e ao movimento revolucionário que se seguiria à fraude eleitoral. Em maio, rompera com seus antigos companheiros da Coluna Prestes, que apoiavam a revolução de Vargas. No que dependesse de Prestes, ele nada faria para facilitar essa revolução e tudo faria para impedi-la.

Além disso, Prestes fora preso em seguida a um golpe de Estado reacionário, que derrubara o velho Presidente Hipólito Irigoyen, para substituí-lo pelo General Uriburu, um gorila fascista que levava a Argentina para o retrocesso político, econômico e social no mesmo momento em que o Brasil contava as horas para o início do maior avanço modernizador de sua história.

Como imaginar, portanto, que o General Uriburu se prestasse a fazer soar, pela prisão de Prestes, a senha para a revolução no Brasil? Prestes seria solto logo depois e o governo argentino pretextaria que ele fora preso a pedido do governo de Washington Luís, num processo de extradição.

Na Câmara dos Deputados, nas horas anteriores ao comício na escadaria do Teatro Municipal, a Comissão de Justiça discute o pedido de licença para a abertura de processo criminal contra o deputado João Suassuna, da Paraíba

(da região de Princesa e da família do grande poeta Ariano Suassuna), acusado de cumplicidade no assassinato de João Pessoa. Há um pedido de vista do deputado Ariosto Pinto e a votação – que jamais se realizará – é adiada para a próxima reunião, marcada para a segunda-feira, dia 6.

A julgar pelo noticiário dos jornais, o comício na escadaria do Teatro Municipal realizou-se sem incidentes, do começo ao fim, na mesma hora em que estaria começando a revolução, a não ser quando, em perfeita ordem, pretendiam os manifestantes retirar-se e foram alvejados a tiros justamente pelos grupos que se haviam localizado próximo ao Conselho Municipal. Momentos depois, chegava ao posto central da Assistência o empregado do comércio Armando Silva, de 22 anos, o qual apresentava ferimento por bala na perna esquerda.

Esse seria o primeiro, mas não o último dos poucos tiros da revolução no Rio. Outro será disparado, dias depois, para matar o deputado João Suassuna.

O NORDESTE COMEÇA SEIS HORAS DEPOIS

Uma deficiência, a falta de uma simples palavra no código usado para as comunicações entre Juarez Távora, no Nordeste, e o comando revolucionário de Oswaldo Aranha em Porto Alegre, atrasou por mais de seis horas o início da revolução em todo o Nordeste.

Além de cifradas, as comunicações tinham de ser concisas, telegráficas, até, para dificultar sua decifração pelos serviços de espionagem do governo.

Como o código de Juarez não o dispunha da palavra “movimento”, ele respondeu ao telegrama final de Aranha, que marcava o início das operações revolucionárias para as 5 e meia da tarde de 3 de outubro, com a seguinte proposta: “Recebi e peço licença para iniciar a marcha na madrugada de 3 para 4.”

Em Porto Alegre, Aranha e Gois Monteiro entenderam que a “marcha” a ter início de madrugada seria o deslocamento para Recife das forças que tivessem, já a partir das 5 e meia da tarde, assumido o controle da cidade de João Pessoa, do governo da Paraíba e das repartições federais e unidades do exército nesse Estado.

Essas forças iriam somar-se, em Pernambuco, a contingentes locais, civis e militares, que estariam sublevados desde o fim da tarde do dia 3.

Gois Monteiro e Aranha concordaram, sem saber que o entendimento de Juarez era outro: as primeiras operações, na Paraíba, em Pernambuco e em todo o Nordeste só teriam início na madrugada de sábado, 4 de outubro.

Isso deu tempo ao governo federal e ao de Pernambuco para reforçar seus dispositivos de defesa e causou mortes que teriam sido evitadas se Juarez Távora não se tivesse confundido e confundido o comando de Porto Alegre.

Nesse dia 4 de outubro, Vargas registra no diário:

– Pela manhã, tive a continuação das notícias sobre o movimento no interior do Estado, nas localidades onde existiam forças federais. Aderiram ao movimento as guarnições de Cachoeira, Pelotas, Livramento, Santa Maria. Ainda discutiam ou recalcitravam – Rio Grande, Bajé, Uruguaiana, Rosário, São Gabriel, Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo.¹⁶

A adesão de Cachoeira e Santa Maria era meio caminho andado para a travessia de Santa Catarina pela coluna de Miguel Costa. A recalcitrância ou resistência de Passo Fundo logo cessaria e o coronel Leitão de Carvalho seria preso pelos revolucionários, assim como o futuro Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em Marcelino Ramos.

Com a cessação da resistência em Passo Fundo e Cruz Alta, a linha da São Paulo-Rio Grande ficava desimpedida desde Porto Alegre até Marcelino Ramos, permitindo o envio de reforços à coluna de Miguel Costa e do general Filipe Portinho, que já chegava à divisa de Santa Catarina com o Paraná.

A origem imediata da Revolução iniciada nessa tarde de 3 de outubro de 1930 estava na mobilização para as eleições presidenciais de 1º de março, caso dos comícios do Rio e São Paulo nos primeiros dias de janeiro; nas violências promovidos pelo governo do Presidente Washington Luís na campanha eleitoral; e na fraude eleitoral praticada sem limites em todo o país.

Mas a Revolução tinha antecedentes mais remotos, de quase meio século.

¹⁶ Getúlio Vargas, Diário, vol. 1, pg. 5.



CAPÍTULO 2

1882

JÚLIO DE CASTILHOS: ABOLICIONISTAS E REPUBLICANOS

MATRIZES E PRECURSORES DA REVOLUÇÃO DE 1930:

A LUTA DE JÚLIO DE CASTILHOS E SEUS COMPANHEIROS PELA ABOLIÇÃO,
PELA REPÚBLICA, PELO DESENVOLVIMENTO E PELA JUSTIÇA SOCIAL

Os antecedentes da Revolução de 30 eram anteriores à própria proclamação da República, em 1889, e situavam-se na corrente mais avançada do movimento republicano e abolicionista do século 19, o Partido Republicano Riograndense (do Rio Grande do Sul), o PRR.

Na campanha abolicionista, o PRR não se contentara com a propaganda das ideias e das leis de extinção do trabalho servil, e realizara o mais extraordinário movimento de alforria de escravos de que se tem notícia no Brasil. Dos sessenta mil escravos que existiam no Rio Grande em 1882, quando o partido foi fundado, sobravam apenas cerca de seis mil em 1888, quando foi votada a Lei Áurea. Mais de cinquenta mil escravos tinham sido libertados sem o pagamento de qualquer indenização.

Na proclamação da República, em 1889, o PRR garantira o apoio dos comandos militares do Rio Grande à derrubada da monarquia e assim assegurara a vitória republicana.

A participação na campanha republicana e a ação decidida que assegurara a vitória da república no momento da queda da monarquia não bastariam para caracterizar o Partido Republicano Riograndense como um movimento precursor da Revolução de 1930. Assim como o PRR era republicano e abolicionista, havia partidos republicanos (como o de São Paulo) francamente escravagistas.

O que deu esse caráter precursor ao partido riograndense foram as lutas que empreendeu na campanha abolicionista, na campanha republicana e, já na república, no Congresso Constituinte de 1890-91, convocado para votar a primeira Constituição republicana federal; e ainda na Assembleia Constituinte do Estado e no governo do Rio Grande do Sul.

Essas lutas tinham começado sob a liderança de um jovem advogado e jornalista chamado Júlio de Castilhos e sob a inspiração do pensador francês Augusto Comte e de sua filosofia positivista.

Júlio de Castilhos, fundador do Partido Republicano Riograndense e de seu jornal *A Federação*, de enorme influência nas campanhas abolicionista e republicana no Rio Grande do Sul, nascera em 1860 na Fazenda da Reserva, município de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos, na região da Serra gaúcha. Era filho de fazendeiro e nasceu em família rica, mas numa região de poucos escravos, na qual o espírito do escravagismo, tão presente em outras regiões do Brasil e do próprio Rio Grande, não se enraizara. Na adolescência, Júlio de Castilhos fez o ginásio em Porto Alegre e aos 17 anos entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo. Eram poucas as escolas superiores existentes no país – e em poucas de suas maiores cidades. Em todo o Rio Grande, não existia uma só escola superior, punição, talvez, pela Revolução Farroupilha de 1835-1845 e por sua República de Piratini, que desafiaram o Império ao longo de dez anos.

Nessas poucas escolas vivia-se, nesse ano de 1877, um momento de grande efervescência intelectual e política. Já existia, desde 1870, um movimento republicano organizado em clubes e até em alguns partidos provinciais. Já existia um movimento abolicionista. E estudantes e professores liam e discutiam ideias perigosas: Darwin e a teoria da evolução, o materialismo filosófico, Augusto Comte e o positivismo.

O marxismo e outras correntes socialistas agitavam a Europa. Em seguida à derrota da França na Guerra Franco-Prussiana de 1870, Paris vivera os dias da Comuna, com o povo supostamente e efemeramente no poder.

Em países como a França, os herdeiros de Augusto Comte deslocariam o positivismo para posições conservadoras e até reacionárias. Na França, país

de nascimento de Augusto Comte, fundador do positivismo, algumas de suas correntes acabaram descambando na Ação Francesa, de Charles Maurras, monarquista, reacionária, antissemita e depois pró-nazista. A pretexto disso, estabeleceu-se que todas as influências positivistas seriam reacionárias e autoritárias.

No Brasil, porém, o positivismo era o progresso, embora, por muito tempo, não fosse compreendido e pelo menos estudado sem preconceitos.

AUGUSTO COMTE E O POSITIVISMO

Em primeiro lugar, era uma grande injustiça atribuir posições reacionárias a Augusto Comte, uma das maiores figuras intelectuais do século 19 e um dos melhores seres humanos de sua época. Comte nasceu em 1799 no sul da França, em Montpellier, e teve tais dificuldades com o pai, autoritário e intolerante, que saiu de casa adolescente e foi viver em Paris, como estudante na Escola Politécnica, talvez a melhor escola superior do mundo na primeira metade do século 19. Comte sustentava-se de aulas particulares que dava a colegas e outros estudantes. Destacou-se tanto na escola que, no último ano, seria convocado para substituir o professor de matemática, quando este adoeceu.

Recém-formado, Comte foi por algum tempo secretário de Henri de Saint-Simon, um dos mais famosos e importantes pensadores da época e um dos fundadores do pensamento socialista na Europa.

Em seguida, tornou-se professor e empreendeu a redação de uma enorme obra filosófica e científica que assentaria os fundamentos do positivismo. Ao mesmo tempo, entregava-se à tarefa de dar aulas diárias, gratuitamente, nos sindicatos de trabalhadores.

Independente do que Augusto Comte escreveria, sua vida pessoal foi o desmentido das acusações intelectuais que lhe fizeram. Vivendo sozinho e por conta própria desde a adolescência, Comte envolveu-se em Paris com mais de uma mulher. Uma delas, chamada Caroline, era prostituta. Davam-se bem, passaram a viver juntos e um dia ela foi chamada a registrar-se ou a renovar um registro na polícia de Paris. Comte decidiu que deviam casar-se.

– Você, casada – disse ele – não terá mais de submeter-se a essas humilhações na polícia.

Era esse o homem, o oposto do reacionarismo que lhe atribuíram.

Comte foi o fundador da sociologia, a ciência da sociedade, e adotara como ponto de partida de seus estudos e teses uma espécie de agnosticismo pragmático. Não podemos, diz ele, saber com certeza como o universo foi criado. Nem podemos saber com certeza se existe uma finalidade no universo e na criação. Mas sabemos uma porção de coisas que podem ajudar o homem a melhorar o mundo e a vida dos homens. Ele não estava pensando em coisas que ajudariam os ricos a ficar mais ricos. Ele pensava em coisas que poderiam melhorar a vida de todos os homens.

Entre essas coisas, Comte situava o conhecimento científico e o que hoje chamaríamos a tecnologia, os processos da produção industrial baseados no avanço do conhecimento científico. Aos avanços econômicos decorrentes da mobilização do conhecimento científico e da tecnologia, Comte acrescentava uma cobrança que raramente é mencionada e faz muita diferença: ele preconizava a incorporação do proletariado aos benefícios da sociedade moderna.

Comte sempre manifestou grande admiração e respeito por todos os movimentos socialistas de sua época. Achava, porém, que os socialistas revolucionários estavam equivocados num ponto: ao entenderem que bastava o proletariado assumir o controle dos meios de produção para transformar irreversivelmente as sociedades. Para que se consolidassem avanços irreversíveis, seria preciso que o controle dos meios de produção pelos trabalhadores fosse acompanhado de mudanças de mentalidade, aquilo a que hoje daríamos o nome de uma revolução cultural – empreendimento tentado na segunda metade do século 20 pela China de Mao Tsé-tung, com resultados, no caso, desastrosos.

Aqui não estamos discutindo se Augusto Comte estava certo ou errado em suas previsões, mas o caráter de suas ideias políticas. Estas, pelo que vimos até aqui, não poderiam ser consideradas ideias reacionárias e de direita.

Só isso bastaria para encerrar a discussão, mas temos ainda um argumento. O historiador Eric Hobsbawm, marxista e insuspeito de simpatias ou cum-

plicidade por ideias de direita, e além disso bom conhecedor do Brasil, escreveu, em *A Era dos Impérios*, que o positivismo de Augusto Comte degenerou em reacionarismo na França e outros países da Europa, mas foi extremamente positivo e progressista em três países – a Turquia de Kemal Atatürk, o México dos chamados “científicos”, ainda no século 19, e o Brasil dos militares e civis positivistas que fizeram a Abolição, a República e, depois, a Revolução de 1930.¹⁷

A HERANÇA DA REPÚBLICA FARROUPILHA

Em Porto Alegre, Júlio de Castilhos fora apresentado às ideias dos chamados livres-pensadores, que não se submetiam a dogmas, especialmente os da religião, e também a alguns ativistas republicanos. Em São Paulo, em pouco tempo, tornou-se adepto e, em seguida, um dos líderes da corrente positivista na Faculdade de Direito. Em 1879, com 19 anos, deu início à publicação de seu primeiro jornal, *A Evolução*.

Formando-se em 1881, com 21 anos, Júlio de Castilhos voltou para Porto Alegre, com o projeto profissional de advogar e o projeto político de engajar-se na luta pela abolição e pela República no Rio Grande.

No Rio Grande, as ideias republicanas vinham da Revolução Farroupilha e sua República de Piratini, de 1835 a 1845. O Rio Grande não só lutara pela República-ideia como vivera a experiência de uma república de fato, uma república física, em seu território. As lembranças da Guerra dos Farrapos tinham determinado, no Rio Grande, uma atitude coletiva de recusa da monarquia.

Foi com essa herança das tradições farroupilhas de 1835 que os movimentos republicano e abolicionista começaram a abrir caminho no Rio Grande do Sul. No momento em que Júlio de Castilhos voltava de São Paulo, recém-formado, o Clube Republicano de Porto Alegre convocava para fevereiro de 1882 uma convenção republicana regional, da qual ele já participou, como relator da comissão de imprensa partidária, dada a experiência jornalística

¹⁷ Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, pg. 115.

que trazia dos anos de Faculdade e do jornal *A Evolução*. Do relatório de Castilhos e sobretudo de sua ação pessoal nos dois anos seguintes resultaria o lançamento, pelo Partido Republicano, do jornal *A Federação*, publicado a partir de 1º de janeiro de 1884.

A convenção, que reunira mais de cinquenta delegados, elegeu uma comissão executiva provisória para organizar o partido e dirigi-lo em todo o Rio Grande. Até então – e a partir daí isso mudou radicalmente – o movimento republicano no Rio Grande procurava contemporizar com as posturas do Partido Republicano de São Paulo, até mesmo na questão do escravagismo. O partido paulista, não podendo fingir que o problema não existia, propunha que o governo central delegasse a cada província a reforma do regime servil, “de acordo com seus interesses peculiares e suas circunstâncias econômicas”, e defendia o pagamento de indenização aos proprietários que perdessem seus escravos, “em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio de liberdade”.¹⁸

Em 1883, o Partido Republicano Riograndense realizou seu 1º Congresso e prestou homenagem, a 21 de abril, ao martírio de Tiradentes, o que ainda constituía um atrevimento. Tiradentes, afinal, fora enforcado por ordem da Rainha D. Maria, a Louca, de Portugal, bisavó de Sua Majestade, o Imperador Pedro II.

No segundo Congresso do Partido Republicano Riograndense, em 1884, Castilhos já era o secretário da Comissão Executiva e em seu relatório acentuou a expansão do partido, por meio de clubes republicanos, em todo o Rio Grande. Nesse momento, já funcionavam vinte clubes na Província: em Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, São Martinho, Cruz Alta, Palmeira, Santo Ângelo, São Luís, São Borja (liderado pelo General Manoel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas), Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Vicente, São Gabriel, Caçapava, São Sepé, Bagé e Jaguarão.

¹⁸ Sérgio da Costa Franco, *Júlio de Castilhos e sua época*, pg. 22.

ABOLIÇÃO JÁ!

O segundo Congresso tomou posição firme e radical pelo abolicionismo, abandonando a linha de contemporização com o conservadorismo escravagista do partido de São Paulo. Um documento chamado de “Bases do Programa dos Candidatos Republicanos”, redigido por Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, coincidentemente os dois positivistas da Comissão Executiva, e aprovado pelo Congresso, assim definia a posição dos republicanos do Rio Grande sobre a abolição:

Sobre este melindroso assunto, entende o partido que não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara. Para a resolução do problema entende o Congresso que o melhor alvitre a tomar é entregar quanto antes, por disposição da lei geral, às províncias, plenos poderes para obrar cada uma como entender. Quanto à nossa Província, a abolição deve ser imediata e pronta, desde que a nossa assembléia receba os poderes necessários para legislar sobre o assunto.¹⁹

Mais adiante veremos como a Revolução de 30 tem vínculos fortíssimos com a campanha abolicionista. Nesta reconstituição da história de alguns de seus precursores, basta situar a importância do documento dos republicanos do Rio Grande em 1884 – um desafio irrecusável, em primeiro lugar aos Partidos Conservador e Liberal, que se alternavam no comando da maioria do Parlamento imperial e na condução dos Conselhos de Ministros, muitas vezes impostos pelo próprio Imperador. Desafio que se estendia aos próprios republicanos menos dispostos a lutar pela abolição.

O governo e o parlamento imperial tinham adotado em 1871 a chamada Lei do Ventre Livre, pela qual não seriam mais escravos os filhos de escravos. Para as forças conservadoras, isso resolvia o problema da abolição e nada mais se devia fazer até que morressem os derradeiros escravos – o que poderia levar no mínimo uns cinquenta anos, considerando que continuariam escravos o filhos de escravos nascidos até 1871.

¹⁹ Idem, pg. 27.

Era de tal ordem a predominância das forças conservadoras que o Imperador Pedro II queixava-se de não conseguir um Primeiro-Ministro disposto a propor e fazer aprovar a abolição imediata do regime servil. Nesse quadro, seria um bom recurso tático reivindicar para as províncias a prerrogativa de decidir cada uma delas, por sua assembléia de representantes, se aceitava ou abolia imediatamente a escravidão. No Rio Grande, dizia o documento do Congresso republicano, a abolição seria imediata. Com os avanços já realizados nas províncias do Amazonas e do Ceará e com os que ocorressem em outras províncias, a escravidão ficaria confinada sobretudo às províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, e não teria condições de resistir e sobreviver por muito tempo mais.

Em 1885, certamente para retardar por mais alguns anos – quem sabe até o século 20! – a abolição definitiva, o Parlamento imperial votou a chamada Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos chegados aos 60 anos de idade. Nas condições de vida daquela época, mesmo homens livres e abastados ou já tinham morrido ou estavam velhos e em muitos casos incapacitados para o trabalho bem antes dos 60 anos. Mesmo nos países mais ricos, a expectativa média de vida era inferior a essa idade. O próprio Imperador de longas barbas brancas contava apenas 59 anos quando a lei foi aprovada. Na verdade, a Lei dos Sexagenários era um achado reacionário – libertava mais o senhor que o escravo, porque o senhor deixava de ser responsável pelo sustento e moradia do novo liberto.

Apesar dessa vantagem para os proprietários, a Lei dos Sexagenários levou um ano para ser aprovada. Numa primeira tentativa, em julho de 1884, a Câmara dos Deputados derrubara por 59 a 52 votos, o gabinete Souza Dantas, autor da proposta.

No dia seguinte, Castilhos escrevia palavras proféticas em seu artigo para A Federação, dizendo que D. Pedro II estava preso entre as pontas de um dilema perigoso: ou “afasta de si as simpatias de uma classe que tem sido a mais fiel servidora do trono, o que é um perigo para a monarquia; ou cede à pressão dos interesses coligados dos senhores de escravos e isola-se do movimento nacional irresistível, o que constitui um perigo ainda mais grave para a monarquia, que pode acompanhar a escravidão na sua morte”.

O RIO GRANDE LIBERTA 90% DE SEUS ESCRAVOS

D. Pedro dissolveu a Câmara que negara apoio até à Lei do Ventre Livre, e convocou eleições para um novo parlamento, das quais surgiria uma nova maioria também antiabolicionista. Os republicanos do Rio Grande iniciaram nova campanha de alforria sem indenização. Já em agosto, podiam festejar em Porto Alegre:

– Ao cabo de poucos dias de ativo trabalho – escreve Castilhos – o povo, em uma brilhante manifestação de regozijo, pode proclamar ontem a liberdade de mais de metade dos escravos existentes na cidade. Já um distrito inteiro, o terceiro, não possui mais escravos, conquistando a glória da primazia e fornecendo à capital um poderoso e saudável estímulo. Mas o que ainda vem dar maior lustre à exemplaríssima agitação de que é hoje teatro Porto Alegre, o que fá-la realçar ainda mais, é que a abolição aqui se vai operando sob este moralíssimo princípio: abolição sem indenização pecuniária. Não tem direito à indenização aquele que, cedendo aos impulsos do dever, restitui o homem ao domínio de si mesmo. O princípio cardeal inscrito na bandeira do abolicionismo é este severo princípio moral: a liberdade humana não se compra, nem se vende.²⁰

Libertados mais de metade dos escravos, os republicanos entram na segunda etapa da campanha e pretendem “ver raiar o sol do dia 7 de setembro para iluminar este comovente espetáculo: Porto Alegre esfacelando a gargalheira do seu último escravo.”

Júlio de Castilhos percebe e mostra que as derrotas do abolicionismo, como a eleição de 84, são agora derrotas da monarquia:

– O Imperador, não podendo mais furtar-se às exigências da opinião nacional, manifestamente contrária à conservação do escravo, mandou que o seu governo apresentasse ao parlamento um projeto de abolição gradual. O parlamento, composto na sua maioria de senhores de escravos e representantes de um eleitorado quase todo escravagista, repeliu bruscamente o projeto.

²⁰ Idem, pg. 32.

– Durante os longos 44 anos do seu reinado – diz Castilhos – o Sr. D. Pedro II, com engenho, mas sem patriotismo, tem conseguido protelar a solução de todos os graves problemas de que depende a vida nacional, fazendo permanecer o Brasil, por assim dizer, na mesma situação em que se achou ao libertar-se do regime colonial.

Nos três meses de agosto a outubro de 1884, os republicanos levam a campanha da alforria ao interior do Rio Grande. Júlio de Castilhos escreverá:

– O abolicionismo operou no Rio Grande verdadeiros prodígios. Iniciada a regeneradora agitação em Porto Alegre, ela difundiu-se com rapidez instantânea por toda a província, pondo em sítio a negra instituição infamante.

– Pode-se dizer que em algumas dezenas de dias, mais de 30 mil pessoas foram arrancadas ao sinistro ergástulo da escravidão. E para uma tão moralizadora reivindicação não foi mister lançar mão da violência, fazer uso da força, perturbar a paz entre os cidadãos, acender o facho da discórdia social.

Em 1887, a matrícula periódica dos escravos – que eram propriedade e, portanto, objeto de escrituras e registros – revelou permanecerem em escravidão em todo o Rio Grande entre seis e sete mil pessoas. Em 1884, quando o segundo Congresso republicano decidira radicalizar sua posição abolicionista, havia 60 mil escravos na província.

– Vê-se, pois – diria Castilhos – que em pouco mais de dois anos foram arrancadas às cruezas do escravismo cerca de cinquenta mil cabeças. Um esforço mais, e podemos proclamar extinto o escravismo em nosso território. Se não hesitou o abolicionismo rio-grandense ao iniciar a cruzada libertadora, quando povoavam os ergástulos da escravidão sessenta mil escravizados, muito menos deve vacilar agora que não mais de sete mil mourejam no trabalho servil.²¹

Quase 90% dos escravos tinham sido alforriados no Rio Grande antes da abolição. Sem indenização. Vencida definitivamente a luta abolicionista, com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, os republicanos do Rio Grande concentraram-se na luta pela república.

²¹ Idem, pg. 33

Na verdade, nada menos que 54 mil escravos tinham sido libertados, nesses poucos anos, graças à campanha desses republicanos – incansáveis, eloquentes e ousados, além de obstinados em sua pregação: era uma vergonha – diziam em toda parte e a todo mundo – um homem ser dono de outro homem. E vergonha ainda maior um homem pretender ou aceitar dinheiro em troca da liberdade de outro ser humano.

O Rio Grande talvez estivesse, politicamente, à frente da média do Brasil. Nos dez anos entre 1835 e 1845, fora uma república separada do resto do Império ao longo da Guerra dos Farrapos – a mítica e martirizada República de Piratini, que já lutava por um dos objetivos da futura ação republicana, a federação.

Romântica e generosa como seria depois a campanha da Abolição, a República de Piratini marcara, no espírito de toda a posteridade no Rio Grande, o episódio exemplar que fora o oferecimento de tropas estrangeiras para a resistência contra o avanço das forças imperiais.

Ao receber o oferecimento, que vinha de Juan Manuel Rosas, o poderoso caudilho argentino, o General David Canabarro, chefe militar farroupilha, respondeu de imediato, como se nem fosse preciso pensar:

– Senhor, o primeiro dos vossos soldados que ultrapassar a fronteira fornecará o sangue com que assinaremos a paz de Piratini com o Império, pois, acima do nosso amor à República, está o nosso brio de brasileiros.

Era assim a República de Piratini. Capaz de romper com o Império e de lutar contra ele em defesa da Federação, isto é, do direito de o povo de cada província escolher seus governantes e suas leis, em vez de recebê-los prontos da sede imperial. Mas capaz, também, de fazer a paz com o Império, em defesa da soberania nacional e contra a intervenção estrangeira no solo do Brasil.

A REPÚBLICA NÃO PODIA ESPERAR

Para muitos monarquistas e até para alguns republicanos, a república poderia ter esperado pela morte do bom Imperador Pedro II, poupando-lhe a humilhação da queda e a crueldade do exílio. Talvez por isso, a proclamação

da República, a 15 de novembro de 1889, foi, para alguns republicanos, uma surpresa.

Não para Castilhos, que ainda na véspera escrevera sobre boatos de abdicação de D. Pedro II já em dezembro.

A abdicação ou a morte do Imperador elevariam ao trono sua filha, a Princesa Isabel, casada com um nobre francês da casa de Orleans, o Conde d'Eu, e por ele muito influenciada. Já fazia algum tempo que os republicanos – e muitos monarquistas – preocupavam-se com a iminência do Terceiro Reinado, cuja chefia efetiva seria exercida pelo Conde e não pela Imperatriz Isabel. A Constituição conferia ao Imperador – e isso valia para uma Imperatriz reinante – as prerrogativas do Poder Moderador, um conjunto de poderes grandes demais para que pudessem ficar nas mãos de um tipo como o Conde d'Eu, o “avarento Orleans” como o qualificava Castilhos nesse artigo.

Na Guerra do Paraguai, o Duque de Caxias considerara que as hostilidades deviam ser suspensas em seguida à queda da capital paraguaia, Assunção, sendo indiferente capturar Solano Lopes, o Presidente derrotado e em fuga. A decisão do governo brasileiro, no Rio, seria continuar a luta. Caxias abandonou o comando e foi substituído pelo Conde d'Eu, que queria credenciar-se precisamente para o Terceiro Reinado e empreendeu, contra os paraguaios derrotados, uma guerra verdadeiramente genocida, de extermínio da população civil inocente, a pretexto de capturar o “tirano Lopes”.

No Brasil o Conde d'Eu era dono e explorador dos mais infames cortiços do Rio de Janeiro. Chamá-lo de avarento foi pouco.

A proclamação da República tinha de ser feita antes do golpe da abdicação e foi garantida pela ação de Júlio de Castilhos no Rio Grande. Ele conseguiu que o principal comandante militar no sul do Brasil, o Visconde de Pelotas, herói da Guerra do Paraguai, aceitasse a República e a indicação de seu próprio nome para chefiar o governo do novo Estado do Rio Grande do Sul. Ao saber disso, Rui Barbosa, um dos principais ministros do governo provisório do Marechal Deodoro, teria dito:

– Está salva a república.

Sem a tomada de posição do Visconde de Pelotas, as guarnições do sul

poderiam negar apoio à república e, por influência de Gaspar Silveira Martins, o poderoso chefe monarquista do Rio Grande, sublevar-se em defesa do Imperador destronado.

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS SOCIAIS

Proclamada e garantida a república, os republicanos do Rio Grande organizaram-se para a primeira eleição republicana, destinada à escolha do Congresso Constituinte que votaria um projeto de Constituição elaborado por Rui Barbosa. Assim como no Partido Republicano Riograndense, havia no governo provisório da República uma presença positivista atuante e influente – exercida por Benjamim Constant e pelo mesmo Demétrio Ribeiro que redigira, com Castilhos, o documento abolicionista do congresso republicano riograndense de 1884.

O movimento positivista no Brasil tinha nesse momento dois líderes de autoridade incontestável, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Eleito e instalado em 1890 o Congresso Constituinte, os dois submeteram-lhe um conjunto de propostas que exprimiam as ideias políticas do positivismo.

Muitas dessas ideias são até hoje objeto de controvérsia – por exemplo a de que Augusto Comte defendia a ditadura como modelo de governo. O que ele de fato defendia, assim como Júlio de Castilhos, era a existência de governo com o efetivo poder de regular a vida social. Esse governo atuaria paralelamente a uma assembléia que o controlaria pelos orçamentos e seria encarregada de aprovar e fiscalizar a execução orçamentária.

Na opinião de um dos mais fiéis expositores das ideias do positivismo no Brasil, o Embaixador Paulo Carneiro, “o nome dado por Comte a esse tipo de governo criou equívocos e suspeitas que até hoje perduram”:

– É totalmente absurdo confundir seu sistema com os regimes totalitários, que ele foi o primeiro a repelir, fundando a política moderna na mais ampla liberdade espiritual.

– Pierre Laffitte, o mais antigo e mais bem informado dos seus discípulos, esclareceu perfeitamente a questão numa carta dirigida a Benjamin Constant

para felicitá-lo pelos rumos que tomava, sob a sua direção, a República brasileira: “Dá-se a algumas expressões de Augusto Comte o sentido corrente e vulgar, quando ele mesmo lhes deu um sentido filosófico em muitos pontos diferentes. Augusto Comte proclama, com efeito, e frequentemente, a necessidade do regime ditatorial. Mas o que se deve entender por isso? A noção de ditadura é, para ele, inseparável da ideia de liberdade, da mais completa liberdade de expressão e de discussão. Cumpre igualmente levar em conta a vigilância que, no seu esquema, a assembléia financeira, eleita pelo povo, exerce sobre o governo, ao qual pode sempre recusar as verbas de que carece.

– A concepção de Augusto Comte não tem o caráter que lhe quiseram emprestar. Não se trata, absolutamente, no seu pensamento, de conferir, a quem quer que seja, um poder absoluto.

– É, a rigor – conclui Paulo Carneiro – um governo presidencial o que Augusto Comte propõe. A palavra “ditadura”, adquiriu conotações tão contrárias ao sentido que [Comte] lhe atribuíra que deve ser substituída por “poder central”, expressão equivalente. Foi, aliás, o que fez Júlio de Castilhos, que jamais usou a palavra ditadura ao redigir a Constituição do Rio Grande.²²

O que aqui, porém, nos interessa são as propostas de caráter social, as propostas de defesa do trabalho e dos trabalhadores sustentadas pelos positivistas que tanta influência tinham exercido sobre a campanha abolicionista e a campanha republicana.

As propostas positivistas não esperaram pela eleição do Congresso Constituinte. Nas horas seguintes à proclamação da República, em novembro de 1889, o Apostolado Positivista, a organização hierarquicamente mais importante do positivismo no Brasil, levou a Benjamim Constant, Ministro da Guerra do governo provisório, um anteprojeto redigido por Miguel Lemos e Teixeira Mendes para realizar o ideal de incorporação do proletariado à sociedade moderna, “em nome de uma verdadeira política republicana”.

O documento que expunha essas propostas era apresentado, como diziam Miguel Lemos e Teixeira Mendes, “depois de uma consulta democrática a

²² Paulo Carneiro, organizador, *As ideias políticas de Júlio de Castilhos*, pp. 26 e 27.

cerca de quatrocentos operários, que o haviam discutido em reuniões proletárias realizadas na primeira semana das novas instituições”.

A primeira reivindicação dos positivistas era a decretação, para os operários de oficinas e outros estabelecimentos estatais, de um salário mínimo que protegesse seu poder aquisitivo. O salário mínimo não seria um “salário ínfimo”, mas o suficiente, como no caso dos funcionários públicos, para o sustento da família do trabalhador. A jornada de trabalho ficaria limitada a sete horas por dia, com descanso obrigatório nos domingos e feriados, e os trabalhadores teriam direito de 15 dias de férias por ano.

O salário seria composto de duas parcelas, uma fixa e a outra ajustada aos resultados do trabalho. Em caso de doença, sua ou de pessoa da família; de dia santificado segundo sua religião; e ainda de gala (casamento ou nascimento de um filho) ou de luto, o trabalhador continuaria recebendo a parte fixa do salário.

O trabalhador alcançaria estabilidade no emprego após sete anos de efetivo exercício. Depois disso, só poderia ser demitido se cometesse falta contra os regulamentos do trabalho, evidenciada em processo regular. Se ficasse inválido por qualquer motivo, seria aposentado com direito pelo menos à parte fixa do salário. Aos 63 anos de idade, ele poderia, independente de doença ou invalidez, ser aposentado com uma pensão equivalente a pelo menos a parte fixa do salário. Em caso de morte do trabalhador, a viúva, as filhas solteiras e os filhos menores de 21 anos teriam direito a pensão equivalente a dois terços do salário do morto.

Tais propostas referiam-se apenas aos assalariados de estabelecimentos estatais, porque a lei e o espírito da época – cem anos exatamente depois da Revolução Francesa! – não admitiam que o Estado interferisse na “liberdade” contratual de empregadores e empregados privados. Ainda assim, poucas foram aceitas. As que o foram saíram com a ressalva de serem meramente normativas, ou seja, não obrigatórias, “quanto às indústrias privadas que às mesmas aderissem”. A adoção de um salário mínimo e de uma jornada de trabalho limitada só se tornou realidade mais de quarenta anos depois, com a Revolução de 1930.

O GOVERNO AVANÇA E A CONSTITUINTE RECUA

O governo provisório do Marechal Deodoro mostrou-se sensível à reivindicação de medidas sociais e de proteção ao trabalho – e a rigor não poderia ir muito além do que foi. A Constituinte é que poderia avançar e, no entanto, recuou. Não só recuou em relação a esses pequenos, mas sugestivos e quem sabe contagiosos avanços do governo provisório da República, como adotou normas que impediam até a futura adoção, pelo Congresso, de atos de regulamentação das relações de trabalho.

As propostas de Miguel Lemos e Teixeira Mendes ao Congresso Constituinte, em nome do Apostolado Positivista, seguiam a mesma linha dos projetos apresentados em novembro de 1889 ao governo provisório, mas tinham de tratar também da organização política da República. Melhor que expô-las e discuti-las uma a uma é verificar, com alguns exemplos, como votaram os constituintes republicanos do Rio Grande do Sul.

O projeto do governo previa a eleição indireta do Presidente da República. A Comissão Geral encarregada de opinar sobre o projeto, conhecida como Comissão dos 21, da qual participava um representante de cada Estado e um do Distrito Federal²³ e na qual Júlio de Castilhos era o representante do Rio Grande do Sul, não aceitava a eleição indireta, mas propunha um sistema complicadíssimo de eleição direta, pelo qual cada Estado teria um voto, conferido ao candidato majoritário em seu território. Na prática, isso podia significar que um candidato com menos votos no total do eleitorado, mas vitorioso em muitos Estados, derrotaria o candidato com mais votos no conjunto do país (como aconteceu nos Estados Unidos no ano 2000, com a eleição do Presidente George W. Bush, que teve menos votos, no conjunto do país, que seu adversário Albert Gore).

Tanto na comissão como, em seguida, no plenário do Congresso Constitu-

²³ A cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal, sede do governo da República. Em abril de 1960, a capital federal foi transferida para Brasília, que passou a ser o Distrito Federal. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara, depois fundido ao Estado do Rio de Janeiro, do qual foi feita capital.

inte, Júlio de Castilhos adotou o ponto de vista que acabaria prevalecendo – nem a eleição indireta, nem a tal eleição por Estados:

– Entendo – declarou ele – que o supremo funcionário nacional deve ser eleito pela Nação, representada pela maioria do eleitorado, que se compõe de todos os cidadão ativos. Desde que seja eleito pelos Estados, representando cada um destes um voto, pode facilmente acontecer que seja eleito pela minoria nacional o Presidente da República.²⁴

Na eleição direta do Presidente, Castilhos e seus companheiros venceram na Constituinte. No mesmo capítulo da organização política, perderam em outra questão da mesma importância. Castilhos e seus companheiros republicanos do Rio Grande apoiaram a concessão do direito de voto aos analfabetos.²⁵ Essa proposta foi recusada e o voto do analfabeto só seria realidade quase cem anos depois, em 1985.

No caso do voto do analfabeto, o Congresso Constituinte republicano recuou até mesmo em relação à Constituição do Império, de 1824. Esta não consagrava o voto universal, mas um voto censitário (só votava quem tivesse propriedades ou renda além de certo valor), e não proibía o voto do analfabeto – até porque o número de pessoas alfabetizadas em 1824 era tão reduzido, talvez entre 5 e 10% da população, que ou votavam os analfabetos (com renda ou propriedades) ou não haveria eleitorado. Proibir o voto do analfabeto dois anos depois da abolição da escravidão era privar os antigos escravos de qualquer direito político – era mantê-los em seu lugar!

A derrota do voto do analfabeto já era sinal do destino de toda e qualquer proposta de avanço social e proteção ao trabalho e ao trabalhador. Caíram todas essas propostas. Pior que isso. Caiu também uma tentativa de Castilhos, de transferir para os Estados a prerrogativa de adotar cada um os códigos de direito comum que mais lhes conviessem. Como as questões trabalhistas eram consideradas objeto do direito comum (da lei civil ou da lei comercial) e não havia a menor disposição de reconhecer as relações de trabalho como objeto

²⁴ Sérgio Costa Franco, *Júlio de Castilhos...*, pg. 92.

²⁵ *Idem*, pg. 93.

de leis específicas, transferir aos Estados a prerrogativa de disporem de seus próprios códigos seria permitir que os mais avançados politicamente adotassem leis mais avançadas de proteção ao trabalho e ao trabalhador.

A primeira Constituição republicana do Brasil foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891, muito copiada da Constituição dos Estados Unidos, de cem anos antes, e absolutamente indiferente aos problemas sociais de um país que acabava de abolir a escravidão e trocar a monarquia pela república.

A CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

De volta a Porto Alegre, os representantes republicanos no Congresso Constituinte prestaram contas, em comício na Praça da Alfândega, de sua atuação e de seus votos. Com isso, cumpriam dois preceitos do código de ética do positivismo: “Viver às claras” era o primeiro. “Viver para outrem”, o segundo.

Cada Estado devia agora votar a sua Constituição, nos limites da Constituição Federal. Castilhos elaborou o projeto de uma Constituição estadual que instituiu os mecanismos de um governo forte, subordinado a uma assembleia que atuaria sobretudo na votação do orçamento e no controle de sua execução. Esse modelo tinha enormes diferenças em relação ao modelo político da Constituição Federal. As leis, por exemplo, não seriam votadas pela Assembleia de Representantes, mas decretadas pelo Presidente do Estado, depois de ouvir as câmaras municipais e receber e examinar emendas e observações dos próprios cidadãos.

Essa Constituição do Rio Grande conseguiu introduzir em seu texto a primeira norma constitucional de proteção ao trabalho e aos trabalhadores de que temos notícia em nossa história. Em nome do princípio positivista de incorporação do proletariado na sociedade moderna, a mesma norma fora proposta à Constituinte Federal e por ela rejeitada. Dizia apenas:

“Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos de quadro e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de que gozarem aqueles.”

Funcionários públicos todos sabemos o que são. Jornaleiros eram os operários e assemelhados do serviço público – operários dos serviços braçais nas

estradas de ferro estatais, serventes de pedreiro em obras públicas, trabalhadores não qualificados na construção e manutenção de rodovias, faxineiros, jardineiros, zeladores.

Esse artigo adotado pela Constituição do Rio Grande do Sul, depois de rejeitado na Constituição Federal, não pretendia equiparar os salários desses trabalhadores braçais, como então se dizia, ao trabalho intelectual realizado pelos funcionários burocráticos mais qualificados, nem ao trabalho menos intelectual, mais mecânico, em parte manual, realizado por secretárias, datilógrafas e outros burocratas menos qualificados do serviço público.

Pretendia apenas estabelecer que, com salários diferentes, os direitos fundamentais seriam os mesmos: estabilidade por tempo de serviço, repouso semanal, férias, aposentadoria, licença remunerada em períodos de doença. Os jornaleiros, operários, não teriam nenhum direito que não coubesse aos funcionários. Mas o que fosse concedido a estes seria estendido a eles.

Era pouco, pouquíssimo, e restrito aos jornaleiros a serviço de órgãos do Estado. Era, porém, simbólico, sobretudo do que o Estado e sua Constituição estavam proibidos de fazer e do que a Constituição Federal – uma constituição republicana! – proibira ao próprio Congresso Nacional.

Essa única medida de caráter social não ficou letra morta na Constituição do Rio Grande.

Nos anos seguintes, Júlio de Castilhos foi Presidente do Rio Grande e regulamentou, nos termos desse único e solitário dispositivo constitucional, os direitos dos trabalhadores contratados para os serviços de dragagem das lagoas do Estado. Eles teriam salário mínimo; jornada de trabalho limitada a 9 horas nos meses de inverno, 10 na primavera e outono e 11 no verão; pagamento da remuneração normal nos dias em que o mau tempo ou outra circunstância extraordinária impedisse o trabalho; e pagamento de dois terços dos salários aos que adoecessem em serviço ou em consequência deste.

Na ausência praticamente total de normas de proteção ao trabalho em que então viviam os brasileiros, um simples regulamento como esse já era uma iniciativa revolucionária.

E para termos ideia do que era o ânimo dos autores da Constituição do Rio

Grande, eles adotaram como bandeira do novo Estado o “pavilhão tricolor da malograda República Rio-Grandense” (a República de Piratini, da Guerra dos Farrapos). E determinaram que fosse elevado, “em uma das praças públicas do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves e de seus gloriosos companheiros da cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, se antes a iniciativa particular não houver satisfeito esse patriótico tributo”.

AS SEMENTES DA REVOLUÇÃO DE 30

A Constituinte e a Constituição do Estado estavam limitadas pela Constituição Federal. Não, porém, o Partido Republicano Riograndense. Um novo programa, aprovado depois da carta constitucional do Estado, assinada a 14 de julho de 1991, aniversário da Queda da Bastilha, continha propostas que não poderiam figurar nem na Constituição, nem, naquele momento, nas leis do Estado. E que não seriam aprovadas pelo governo federal ou pelo Congresso Nacional.

O novo programa do Partido Republicano Rio Grandense incluía entre suas teses econômico-financeiras as seguintes tarefas: animar o desenvolvimento da agricultura, a criação e indústrias rurais; promover os meios de transporte; organizar o plano geral de viação, como garantia da defesa do território nacional, do desenvolvimento industrial do País e facilidade de suas relações exteriores; protecionismo, proteção às indústrias do País; socialização dos serviços industriais, desde que o objeto da exploração seja um serviço público e que esse serviço não possa ser explorado pelos particulares, senão sob a forma de monopólio ou privilégio; educação e instrução popular; ensino técnico-profissional; supressão de quaisquer distinções entre os funcionários públicos do quadro e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens daqueles; concurso oficial do Estado às leis de assistência aos operários urbanos e rurais e que proporcionem, aos proletários, as condições materiais suficientemente estáveis à sua existência...; regime de oito horas de trabalho nas oficinas do Estado e nas indústrias; regime de férias aos trabalhadores; propagar, junto aos chefes agrícolas, comerciais e industriais, a necessidade

de harmonizar os interesses do capital com o trabalho; proteção e defesa do íncola selvagem, garantindo-lhe a posse do território, acolhendo-o, educando-o, incorporando-o ao convívio nacional; proteção aos menores, mulheres e velhos; direito de greve, tribunal de arbitragem para resolver os conflitos entre patrões e operários.

Júlio de Castilhos deixou o governo do Rio Grande em janeiro de 1898 e foi sucedido por um de seus mais próximos colaboradores e amigos, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Fora do governo, Castilhos, que fora advogado e jornalista antes de ser deputado e Presidente do Estado, decidiu que não tinha mais o direito de advogar. Considerava imoral postular como advogado perante juízes que ele próprio nomeara. Passou, por isso, a viver exclusivamente de suas atividades de pecuarista – e estabeleceu uma regra que seria observada por seu sucessor, Borges de Medeiros, e pelo sucessor deste, Getúlio Vargas.

Júlio de Castilhos morreu em 1903 e foi saudado, nas cerimônias fúnebres, por um estudante que disse:

– Ele não semeou em terra sáfara. Os belos ensinamentos que nos deixou serão continuados por aqueles que o seguiram e compreenderam.

Esse estudante chamava-se Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 3

1883

TUDO ESTÁ PRONTO, NADA MAIS HÁ PARA INVENTAR

O MUNDO PERFEITO E ACABADO

O COMISSÁRIO DE MARCAS E PATENTES DO GOVERNO DOS
ESTADOS UNIDOS PEDE DEMISSÃO, CONVICTO DE QUE NADA MAIS
HAVERÁ A PATENTEAR. NESSE MUNDO, NASCE GETÚLIO VARGAS.

Em 1883, o Comissário de Marcas e Patentes dos Estados Unidos pediu demissão. Já não havia no mundo, disse ele, o que inventar. Já não haveria, portanto, o que registrar e patentear. O Ocidente, apaixonado pela máquina, pela tecnologia e pela ciência, já conhecia, ou em forma embrionária ou em forma operacional e industrial, a eletricidade, o automóvel, o avião, a televisão e o computador. O mundo considerava-se pronto, perfeito e acabado.

Nesse ano de 1883, o francês Léon-Paul-Charles Malandin construiu um veículo de quatro rodas e motor de dois cilindros, movido a gasolina. Malandin é citado algumas vezes, inclusive na exigente e discriminatória Enciclopédia Britânica, como o primeiro a guiar um automóvel com verdadeiro motor de combustão interna.

(Já em 1823 ou 1825, como a dar razão ao aflito comissário de marcas e patentes, o engenheiro mecânico inglês Samuel Brown andara na Shooter's Hill, em Londres, com um veículo que aparentemente usava hidrogênio carburetado como combustível.)

Ainda que descartemos os direitos de preferência desse inglês ou daquele francês, não há dúvida de que o automóvel, como invenção, ficou pronto nessa década do século 19. Em 1885, o alemão Carl Benz testou seu primeiro carro; e Gottlieb Daimler testou o seu em 86. São nomes, marcas e patentes familiares até hoje.

Só a poesia futurista, já na década de 1920, consagraria o automóvel como o símbolo mais visível e ambicionado da civilização tecnológica e do modo de vida a que ela nos conduziria por muito tempo, pelo menos até o colapso do modelo do petróleo abundante e barato, na segunda metade do século 20. Mas em 1883 o mundo ocidental estava embriagado pelo progresso técnico.

A eletricidade começava a ser dominada e entrava no cotidiano das cidades. Nesse ano de 1883 entrou em funcionamento o primeiro serviço de iluminação pública da América do Sul, na cidade de Campos, então Província do Rio de Janeiro. Ainda em 1883 foi instalada, no Ribeirão do Inferno, afluente do grande rio Jequitinhonha, na altura de Diamantina, Minas Gerais, a primeira usina geradora de hidro-eletricidade do Brasil, destinada a movimentar bombas d'água para a lavra de diamantes. E foi inaugurada uma linha de bondes elétricos na cidade de Niterói, capital da velha Província do Rio de Janeiro.

Nada mais natural que das muitas promessas da eletricidade se deduzisse a hipótese de associá-la a outro projeto que, com o passar dos séculos, descera da imaginação extravagante de loucos e visionários para a prancheta dos engenheiros – onde acumulava forças e experiência, para afinal subir fisicamente aos céus: a máquina de voar.

Em 1883 houve uma tentativa abortada, mas audaciosa, de aplicar a energia elétrica aos balões. Inspirados pelo que tinham visto na Exposição de Eletricidade de Paris, dois anos antes, os irmãos Gaston e Albert Tissandier construíram um pequeno dirigível de formato alongado e dotado de motor elétrico a bateria. Mas as baterias eram pesadas e pouco potentes e a energia que liberavam mal deu para sustentar seu próprio peso. O voo fracassou.

No ano seguinte, porém, dois capitães do Exército francês, Charles Renard e A.C. Krebs, voaram com o *La France* – também dotado de motor elétrico, muito mais eficiente – de Chalais-Meudon a Villacoublay, percurso coberto em 23 minutos. Ainda em 1884, na Rússia, Aleksander Mozhaysky desenhou e construiu um monoplane movido a vapor, que foi lançado da rampa de uma pista de esqui e sustentou-se alguns segundos no ar.

(Santos Dumont só apareceria em Paris em 1898 e assim o avião propriamente dito ficou para o início do século 20, com ele na Europa e os irmãos

Wright nos Estados Unidos.)

O que o raio laser significaria na década de 1980 a eletricidade já o era cem anos antes, na década de 1880.

Nesse momento, experiências com eletricidade permitiram a produção em série de efeitos especiais, como relâmpagos, auroras e arco-íris *ex macchina*, além de completos sistemas elétricos para os grandes teatros. O primeiro foi montado na Ópera de Paris em 1880-1881.

De mãos dadas e enamoradas uma pela outra, a arte e a engenharia inauguraram em 1883 duas grandes obras em Nova York: a Metropolitan Opera House e a Ponte de Brooklyn. E, na Holanda, o Concertgebouw, de Amsterdam.

Se fosse apenas pelo automóvel, pelo voo mecânico dirigido, pelas pontes de estrutura de aço e pelas infinitas aplicações da eletricidade, o Comissário de Marcas e Patentes estaria certo em 1883. Mas que dizer de realidades típicas do século 20, como o rádio e a televisão, e como os antibióticos?

As ideias pioneiras para a realização da TV presumiam a transmissão simultânea de todos os elementos da imagem, cada qual em circuito próprio e separado. Por volta de 1880, no entanto, W. E. Sayer, nos Estados Unidos, e Maurice Leblanc, na França, propuseram o importante princípio – adotado ulteriormente em todas as formas de televisão – de emitir rapidamente, em sequência, um a um, os elementos da imagem, linha a linha, quadro a quadro, confiando na persistência da visão humana. Abriu-se, com isso, a possibilidade de usar um só cabo ou um só canal para as transmissões. Em 1884, Paul Nipkow requereu na Alemanha a patente de um completo sistema de televisão.

O rádio é que demorou mais: em 1887, o físico alemão Heinrich Hertz conseguiu, por meios eletromagnéticos, gerar ondas que hoje se sabe terem sido de rádio. Mas a primeira transmissão rádio propriamente dita só veio a ocorrer em 1906, nos Estados Unidos, na estação experimental de Reginald Fessenden, no Estado do Massachussets.

Um dos pioneiros da bacteriologia, Robert Koch, que em 1881 identificara o bacilo da tuberculose (então um flagelo mais assustador que o câncer e depois a Aids, em etapas sucessivas do século 20), descobriu em 1883 o vibrião do cólera. Em 1881, em Cuba, Carlos Finley arriscara a opinião de que a febre

amarela era transmitida pelo mosquito *stegomya*. Em seguida a essa descoberta, foi possível dominar a doença e concluir as obras do Canal do Panamá, reduzindo-se vertiginosamente a taxa de mortalidade dos operários: de 176 por mil para 6 por mil.

Quanto aos antibióticos, a palavra deriva de antibiose, termo usado pela primeira vez nos anos 80 do século 19, para descrever a destruição de um ser vivo por outro. Tentativas de usar substâncias derivadas de um organismo para inibir ou matar outros começaram há pelo menos dois mil anos, quando os chineses tomaram conhecimento das propriedades curativas dos fungos da soja e usaram essa substância para tratar o carbúnculo e outras doenças. A primeira sugestão de que o antagonismo bacteriano poderia ser importante no tratamento das doenças tinha sido feita por dois franceses, Louis Pasteur e Jules François Jobert, em 1877. (Em 1884, Pasteur descobriu a vacina antirrábica.)

Um estatístico americano, que trabalhara no censo de 1880, apresentou em 1886 a hipótese de que as perfurações num cartão poderiam ser percebidas por uma máquina, que tabularia os valores aritméticos representados pelas perfurações.

Esse estatístico chamava-se Herman Hollerith e esse cartão perfurado foi combinado por ele com alguns inventos eletromagnéticos, dando-lhe o título um dos criadores do computador. Esses meios automáticos ainda rudimentares permitiram classificar e tabular os dados do censo seguinte, em 1890, na terça parte do tempo exigido pelos formulários manuscritos do censo de 1880. Mais tarde, Hollerith associou-se a duas empresas, para organizar a Computing, Tabulating, Recording Company, mais tarde International Business Machines, ou IBM.

Talvez estivesse começando a Segunda Revolução Industrial. A primeira vinha de pelo menos cem anos antes, substituía o trabalho físico do homem pelo esforço da máquina – e tornou-se possível graças, sobretudo, ao desenvolvimento da máquina a vapor com o carvão como combustível.

A Segunda Revolução Industrial consistiria na substituição do trabalho mental do homem pelo esforço de outro tipo de máquina – do computador aos conjuntos de trabalho físico operados por ele, ou seja, do robô que aperta

porcas e parafusos na linha de montagem à nave espacial não tripulada.

Ao lado da substituição do trabalho humano, outra grande mudança ocorria nos anos 80 do século 19. Em 1881, na Midvale Steel Company, nos Estados Unidos, Frederick W. Taylor iniciou estudos de organização do trabalho que mais tarde seriam a fundação do moderno planejamento da produção. Com a medição detalhada do tempo necessário para cada fase da fabricação, Taylor desenvolveu uma abordagem quantitativa da organização da produção e criou a gerência científica das funções produtivas. Era o método da produção em massa, que a muitos olhos e para muitos efeitos confundia-se com uma palavra mágica naqueles dias: progresso.

De 1880 a 1890, a produção de aço nos Estados Unidos subiu de um milhão e meio para onze milhões de toneladas. As ferrovias dobraram de extensão, de 150 para 300 mil quilômetros de via permanente. Antes do fim do século, os Estados Unidos ultrapassariam a Inglaterra na produção de ferro e aço, e passariam a fornecer 25% do consumo mundial de ferro. Em 1880, a população continental dos Estados Unidos era de 50 milhões de habitantes; em 1900 aumentara mais de 50%, subindo para 76 milhões. Nesses vinte anos, nove milhões de imigrantes entraram nos Estados Unidos.

Em 1880, apenas 28% dos norte-americanos viviam em comunidades urbanas; metade das pessoas que trabalhavam dedicavam-se à agricultura, 17% à indústria e 33% ao setor de serviços e outras atividades. Em 1900 já eram 40% os americanos que viviam nas cidades – o que evidenciava o surgimento de uma sociedade apoiada sobre o progresso industrial.

Invenções como o telefone, a máquina de escrever, a linotipo, o fonógrafo, a caixa registradora, a luz elétrica e o automóvel tornaram-se o ponto de apoio de outras indústrias.

O recurso aos derivados do petróleo na produção industrial e na vida cotidiana tornou-se a alavanca propulsora da mais poderosa das novas indústrias. Em 1882, John D. Rockefeller fundou a Standard Oil, hoje Exxon.

Do outro lado do oceano, as potências coloniais européias expandiam suas possessões. Nos primeiros 75 anos do século 19, o aumento dos territórios coloniais ficou em torno de 210 mil quilômetros quadrados, em média, por

ano. A partir dos anos 80 e até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), essa média subiu para 620 mil quilômetros quadrados anuais.

No fim do século, as potências coloniais, suas colônias e suas ex-colônias (como os Estados Unidos e o Brasil) estendiam-se por aproximadamente 85% da superfície do planeta.

Antes de 1880, as possessões coloniais na África eram relativamente poucas e limitavam-se às regiões litorâneas. Quase todo o interior e grandes fatias do litoral ainda eram independentes. Por volta de 1900, a África já fora quase toda dividida em territórios controlados pelas potências européias.

As únicas exceções eram a Libéria, fundada sob o patrocínio dos Estados Unidos, depois da Guerra da Secessão, para abrigar ex-escravos segregados; o Marrocos, que a França conquistaria em seguida; a Líbia, tomada logo depois pela Itália; e a misteriosa e milenar Etiópia, herdeira do Salomão bíblico e sua Rainha de Sabá, que nunca ninguém antes conseguira conquistar.

Além do domínio colonial propriamente dito, as grandes potências exerciam o controle político e econômico de quase todo o mundo, graças a outras formas de domínio, como as chamadas esferas de influência, os tratados comerciais especiais e a subordinação de fato dos países devedores aos países credores.

A enorme China, com a exceção dos enclaves de Hong Kong e Macau, nunca foi oficialmente colônia de ninguém. Mas as grandes potências mandavam e desmandavam em quase todo o império chinês, a ponto de os ingleses punirem cruelmente os chineses com uma guerra devastadora, para obrigá-los a consumir ópio, que eles não produziam e cujo comércio enriquecia as multinacionais da época.

Os Estados Unidos não eram, a rigor, uma potência colonial; mas sua indústria petrolífera, sua siderurgia, seus bancos e seu poderio econômico iniciavam, além fronteiras, a construção de um império de novo estilo – o neocolonialismo, apoiado pelo poder de fogo do dólar e, quando preciso, das canhoneiras.

Em 1883, um mestre-escola russo da província de Kaluga, chamado Konstantin Tsiolkovski, autodidata e cientista amador, registrou em seu diá-

rio, com data de 28 de março, a ideia de um tonel cheio de um gás fortemente comprimido: se abrirmos uma pequena saída para o gás, ele escapará num fluxo contínuo e moverá o próprio tonel. O resultado será uma variação também contínua do movimento do tonel. Se dispusermos do número suficiente de saídas (seis, por exemplo), seremos capazes de regular a saída do gás e o tonel poderá descrever qualquer trajetória curva. Desse registro no diário de um mestre-escola, resultaria que um dia se pudessem enviar veículos e até seres humanos a trajetórias em órbita da Terra e mesmo à Lua e aos planetas.

Longe, embora, de tanto movimento e novidade, foi nesse mundo, e no ano de 1882, pouco antes de todos esses acontecimentos, que nasceu Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 4

1882-1897

UMA INFÂNCIA NA FRONTEIRA

RIO URUGUAI: SÃO BORJA

OS PRIMEIROS ANOS DE GETÚLIO VARGAS

Getúlio Vargas abriu os olhos não só nesse mundo como sob a influência de um conjunto de antecedentes e de ideias não conformistas que se afirmavam mesmo no pequeno cenário do lugar e da família que o destino lhe tinha designado: São Borja, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e na margem brasileira do rio Uruguai.

O pai, General Manoel do Nascimento Vargas, lutara como voluntário na Guerra do Paraguai. O avô, Evaristo Vargas, pai do General Vargas, combateu na Revolução Farroupilha, quando o Rio Grande, em 1835, sob a liderança de Bento Gonçalves, decidiu tornar-se República, separando-se do Império do Brasil e do absolutismo e do centralismo do governo imperial.

Evaristo Vargas pode ter salvo Anita, a brasileira que se casara com o revolucionário italiano Garibaldi e lutava ao lado dele, em sua passagem pelo Brasil.

Anita fugia de Santa Catarina a cavalo, levando o filho recém-nascido, Menotti, para encontrar-se com Garibaldi na região de Vacaria, já no Rio Grande. Quando estava para ser capturada, e provavelmente morta, talvez degolada e sem qualquer garantia de que não seria também violada, antes ou depois de morrer, apareceu o soldado farroupilha que a salvou. Um século depois da República dos Farrapos, o velho General Vargas, já muito velho, considerava que esse soldado era Evaristo Vargas, seu pai. E dizia:

– Meu pai me contou isso.²⁶

²⁶ Paul Frischauer, Getúlio Vargas, pg. 33.

O General Vargas entrou na guerra do Paraguai como cabo e saiu Capitão. Com o pouco dinheiro que tinha antes e com os soldos acumulados nos anos de guerra, comprou terras em São Borja, estabeleceu-se como criador de gado, casou-se com D. Cândida Dornelles, filha de uma das mais poderosas famílias da região, e tornou-se o chefe local do Partido Republicano.

Ao contrário dos republicanos de São Paulo, cujo partido representava sobretudo os grandes fazendeiros, produtores de café e dependentes do trabalho escravo, o Partido Republicano Riograndense era apaixonadamente abolicionista.

Republicano da primeira hora, leitor dos enciclopedistas (embora a vida não lhe tivesse dado maiores oportunidades em matéria de escola e formação intelectual), o velho Vargas antecipou-se à abolição e emancipou todos os seus escravos.

Muitíssimos anos depois, um visitante surpreendeu-se, na fazenda do General, ao deparar com o retrato de um negro, “em lugar de honra numa das paredes”, junto aos retratos de família.

– Era o de um certo Amaro, que, desde 1886, fora libertado pelo velho Vargas, como amigo da casa e da família.²⁷

Com a república, o ainda Capitão Manoel Vargas assumiu, como presidente local do Partido Republicano, as responsabilidades de chefe político de São Borja.

Os republicanos do Rio Grande, liderados por Júlio de Castilhos, lutavam duramente para evitar que a queda do império fosse apenas uma transição de cúpula e queriam imprimir a marca do espírito republicano a todos os escalões da administração pública e da vida política. Seu ânimo era o da ruptura: não, ainda, o da reconciliação.

Acontece que o cunhado do velho Vargas, Dinarte Dornelles, irmão de Dona Candoca (D. Cândida Dornelles, agora Dornelles Vargas), assumiu a liderança do partido de oposição, o Partido Federalista (Liberal). Mesmo em tempo de paz, isso era briga certa.

Os federalistas diziam-se contra os abusos e a violência do primeiro governo republicano, chefiado inicialmente pelo Marechal Deodoro da Fonseca e depois pelo Marechal Floriano Peixoto; e eram acusados de tentar restabelecer a monarquia.

²⁷ Idem, pg. 43.

A revolução explodiu em 1893. O Capitão Vargas organizou um corpo de provisórios e reuniu-se à Divisão Norte, comandada por Pinheiro Machado, que era um dos dois ou três líderes republicanos mais importantes no Rio Grande depois de Júlio de Castilhos, e seria, nas décadas seguintes, embora sem qualquer função executiva, apenas no exercício do mandato de senador, uma das mais poderosas figuras políticas de toda a República, fazedor e desfazedor de Presidentes.

Dinarte Dornelles, cunhado do Capitão Vargas mas chefe do partido federalista, organizou também uma força armada, cujo inimigo mais próximo seria inevitavelmente a Divisão Norte.

De fato, forças da Divisão Norte, sob o comando do recém-promovido Coronel Manoel do Nascimento Vargas, derrotaram os federalistas de Dinarte Dornelles. Na luta morreu Gumercindo Saraiva, lendário chefe guerreiro e guerrilheiro e principal líder federalista no Rio Grande.

E não foi só isso: uma lança dos republicanos atravessou o chapéu de Dinarte Dornelles.

Quando a revolução terminou, Manoel do Nascimento Vargas era General de Brigada, mas a luta familiar entre os Vargas e os Dornelles estava instaurada e prolongou-se por mais de trinta anos.

Felizmente essa luta na família foi mais uma guerra política que um torneio de sangue. Porque a Revolução de 1893 revelou-se de um horror indizível, próximo apenas ao pior do que se sabe ter sido o período do Terror na Revolução Francesa, um século antes.

Na cidade de Nossa Senhora do Desterro, rebatizada à força como Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano, o Coronel Moreira César, futuro herói de Canudos, fez executar na fortaleza de Anhatomirim quase duzentos presos inermes e indefesos que se tinham rendido.

O degolamento era habitual e praticado em massa, para poupar munição de pólvora. Um neto do General, Manoel Antônio, filho mais novo de Getúlio Vargas, lembraria:

– Para quem vive no campo, a faca quase faz parte da mão. Meu avô Manoel Vargas, por exemplo, não gostava que degolassem. Dizia que, quando termi-

nava um combate, era uma trabalhadora sair atrás de determinados oficiais dele, que gostavam de degolar.²⁸

Na fazenda, o velho Vargas reencontrava alguma coisa do igualitarismo da guerra, porque a fazenda de criação de gado era diferente da fazenda de plantação de café ou dos canaviais do Nordeste.

– Somos, por formação, nômades – diz o mesmo neto. – Do ponto de vista filosófico, digamos assim, estamos antes da agricultura, estamos na fase do pastor. Nossa concepção de vida é diferente da do agricultor ou pessoa da cidade. A mulher, por exemplo, tem um papel muito importante... Ela não é objeto de consumo ou uma escrava, uma súdita. Na sociedade nômade, a mulher toma parte igual ao homem. Havia mulheres que davam tiro, mulheres jogadoras... Uma das avós ou avoengas do Jango (o futuro Presidente e, antes, Ministro do Trabalho e Vice-Presidente João Goulart) era uma velha danada. Jogava como homem, fumava, bebia, peleava, tocava tiro nos homens... À mulher era permitida, inclusive, uma certa liberdade sexual.²⁹

É com os peões encarregados de tomar conta do gado que, na companhia dos irmãos mais velhos, Viriato e Protásio, o jovem Getúlio, desde os 5 anos, cavalgava, de uma pastagem a outra, através do pampa.

Foi com o ex-escravo Amaro que aprendeu a ler. E o filho de Amaro foi seu primeiro amigo de infância.

– São Borja – disse uma testemunha tardia, mas ainda ocular, dessa história – recebia o correio duas ou três vezes por semana. O que mais interessava ao velho Vargas não eram as cartas, eram os jornais. Ele não bebia e não jogava, mas tinha o vício dos jornais e assinava todos os que podia. Desde que os filhos aprenderam a ler, comunicou-lhes a paixão da leitura. Getúlio era o terceiro filho e foi o que mais absorveu essa paixão.³⁰

Até os 14 anos, o menino estudou em São Borja. Mais que dos livros,

²⁸ Manuel Antônio Vargas, depoimento ao programa de história oral do Cepdoc, citado em Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pg. 41.

²⁹ Idem, pg. 40.

³⁰ Paul Frischhauer, Getúlio Vargas, pg. 39.

nesse período, aprendia da experiência. Principalmente a experiência do pai – e seu maior orgulho não era o que o General Vargas possuía, mas o que ele fizera. O velho, muito moço pelos padrões de hoje, pensava da mesma maneira.

Por volta de 1940, depois da tomada do poder pelo Generalíssimo Francisco Franco e certamente pensando na hipótese de restabelecimento da monarquia na Espanha, um Conde de Vargas espanhol escreveu pedindo permissão para investigar as possíveis ligações de sangue entre os Vargas do Brasil e a antiga linhagem homônima na Península Ibérica.

O velho General foi implacável:

– Isso não tem a menor importância. Importante, para mim, é que entrei no exército como cabo e acabei general.³¹

Com 14 anos, em 1897, o menino Getúlio foi fazer “preparatórios” em Ouro Preto, a antiga Vila Rica do Tiradentes e seus comparsas na Inconfidência Mineira. A visão histórica do General Vargas não chegaria a ponto de perceber nesse lugar e seus personagens a importância depois resgatada pelo filho. Ouro Preto, mais tarde, seria reintroduzida na história. Agora era apenas a sede de escolas que reuniam estudantes de vários Estados.

Viriato e Protásio, os irmãos mais velhos, já estudavam lá e tomavam conta de si mesmos. Getúlio foi morar com eles, na mesma pensão. Não era capricho de novo rico o General Vargas mandar os filhos para tão longe. (Getúlio teve de ir a cavalo de São Borja a Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul, percurso que, em linha reta, teria mais de trezentos quilômetros, e de Santa Maria a Ouro Preto viajou de trem – jornada tão longa e demorada quanto atravessar a Europa inteira.)

Talvez como represália pela Revolução Farroupilha, talvez pelo receio de que ela se repetisse, o Império discriminou o Rio Grande, evitando o surgimento de novas escolas em suas cidades. Foi por isso, mais que por fidelidade intelectual a Augusto Comte e ao positivismo, que Júlio de Castilhos e os republicanos do Rio Grande sempre defenderam o princípio do livre exercício de todas profissões, ressalvada a responsabilidade por danos, e a supressão dos

³¹ Idem, pg. 32.

privilégios dos diplomados. Como não tinha onde formá-los, o Rio Grande não dispunha de número suficiente de médicos, advogados, engenheiros e mesmo contadores. O próprio Castilhos estudou na Faculdade de Direito de São Paulo.

Leitor compulsivo de jornais, o velho Vargas podia não saber de tudo o que estava acontecendo no mundo, mas de alguma coisa estava informado e devia perceber que naquela civilização orgulhosa e que se via perfeita e acabada não haveria para seus filhos, a não ser pelo caminho da escola, as mesmas oportunidades que ele tivera. Mesmo as posições políticas já se tornavam reserva de mercado dos bacharéis, dos médicos e, em menor escala, dos engenheiros e até dos farmacêuticos.

Pouco depois da chegada de Getúlio, houve em Ouro Preto uma briga feia entre estudantes paulistas e estudantes gaúchos. Entre estes, Viriato e Protásio Vargas. A briga virou tiroteio e no tiroteio morreu um estudante paulista, da rica e influente família Prado. Quase todos os envolvidos, gaúchos e paulistas, conseguiram fugir. Protásio logo foi considerado inocente e liberado. Viriato foi processado.

Quase cinquenta anos depois, na tarde de 5 de agosto de 1954, esse episódio seria citado, nos debates da Câmara dos Deputados, como sinal de responsabilidade do Presidente Vargas nos acontecimentos da madrugada daquele dia (o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda e a morte do major Rubens Florentino Vaz, que desencadearia a crise final do segundo governo Vargas). A essa e outras alegações, respondiam, ainda na década de 1980, em depoimento conjunto, uma das filhas, um dos filhos e um irmão sobrevivente de Vargas.

– Papai era muito garoto, até para tomar parte na briga – disse Alzira, filha e biógrafa de Getúlio.³²

Getúlio, de fato, era nove anos mais novo que Viriato. A briga não era de garotos, era de estudantes adultos.

– A diferença era com o Viriato – diz Spártaco, irmão mais novo de Getúlio. Spártaco não estava em Ouro Preto, mas conviveu com as consequências do tiroteio.

³² Valentina, Getúlio Vargas, uma história oral, pg. 31.

– Até que um dia Viriato foi agredido e nesse dia morreu um que era da família Prado, de São Paulo. Fizeram uma carga no processo. Protásio foi processado, Viriato fugiu e Getúlio era um guri, não deram importância.³³

Alzira:

– Não foi briga nem por causa de política, nem de Estado e muito menos de estudo: foi briga por causa de amor. Parece que Viriato tinha tomado a namorada de um paulista.

Manoel Antônio, filho mais novo de Vargas:

– A primeira Itu tinha cerca de 4 mil hectares. Depois meu avô vendeu uns mil e trezentos, ficou com 2 mil e 700. Ele não tinha dinheiro e teve de ir buscar os filhos lá em Ouro Preto, por causa daquela história. Ele comprou os filhos de volta, corrompeu a Justiça. Foi uma briga de estudantes, estudantes rio-grandenses com estudantes paulistas.

Ainda Manoel Antônio:

– Pode ter sido por mulher, por sina, por isso ou por aquilo, ninguém sabe porque. Simplesmente porque um não gostava da cara do outro, então se fizeram os grupos, não é? Se encontraram na rua sai nome daqui, sai nome dali, vai revólver, vai tiro e no fim estava morto o Prado, que era o chefe do grupo paulista. Meu avô chegou, deve ter levado carta do Borges de Medeiros, Pinheiro (Machado) deve ter ajudado a tirar os filhos de lá, se não eles morriam. A família Prado toda estava a fim deles, para pegar e matar.³⁴

(Borges de Medeiros era o sucessor de Júlio de Castilhos no comando do Partido Republicano Riograndense e no governo do Rio Grande do Sul. Pinheiro Machado era senador, um dos líderes nacionais do Partido e um dos homens mais poderosos da República. Sem o apoio ou pelo menos a neutralidade dos dois, não seria possível manter a sucessão de Presidentes paulistas, depois entremeada de alguns mineiros, que caracterizou aquele período.)

Mesmo o sangue de um Prado não seria suficiente para um não a Pinheiro Machado.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 5

1898

A HERANÇA POLÍTICA DE CASTILHOS

BORGES DE MEDEIROS, UMA SURPRESA

O CAUDILHO SEMPRE PINTADO COMO REACIONÁRIO E AUTORITÁRIO
IMPÕE RESPEITO AO DIREITO DE GREVE, QUE A LEI NÃO RECONHECIA,
E ENFRENTA E DERROTA AS MULTINACIONAIS DA ÉPOCA.

Sucessor de Júlio de Castilhos na Presidência do Rio Grande do Sul e na liderança do Partido Republicano Riograndense, Antônio Augusto Borges de Medeiros, gaúcho de Caçapava, nasceu em 1863, três anos depois de Júlio de Castilhos, e aparece na história como um caudilho fechado e autoritário.

Por isso há atitudes suas que nos surpreendem, como apoiar greves de trabalhadores, greves grandes, que assustavam o governo federal... E como a luta que travou, o primeiro governante brasileiro a fazer isso, contra grupos multinacionais que operavam no Brasil em prejuízo dos interesses nacionais.

Na inexistência de cursos universitários no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros teve de fazer a mesma coisa que Júlio de Castilhos – estudar fora, onde houvesse escolas superiores. Castilhos foi para São Paulo. Borges de Medeiros estudou em Pernambuco. Formou-se, também em Direito, com 22 anos, em 1885. Voltando ao Rio Grande, encontrou-se com Júlio de Castilhos, que, aos 25 anos de idade, já era um dos mais importantes líderes republicanos.

Nos primeiros anos da República, sendo Júlio de Castilhos Presidente do Rio Grande, Borges de Medeiros exerceu o cargo de chefe de polícia, “sem jamais – como disse um contemporâneo – ter segurado nas mãos um revólver”.

Ninguém esperava muita coisa de Borges de Medeiros quando se tornou sucessor de Júlio de Castilhos na presidência do Rio Grande do Sul. Supunha-se que seria um seguidor de Castilhos – obediente e silencioso. Teve início em

1898 o primeiro dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros (cinco ao todo), que se prolongariam, com um só intervalo, até 1928.

Nesses mandatos todos, o maior conflito que Borges de Medeiros teve de enfrentar era uma herança do governo de Júlio de Castilhos e de uma antiga reivindicação de toda a economia do Rio Grande: a abertura da barra de Rio Grande, o acesso aos portos da Lagoa dos Patos, até Porto Alegre, e a normalização da navegação de cabotagem em todo o Estado. A barra do Rio Grande era a única passagem navegável entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos, na qual desaguavam total ou parcialmente vários rios navegáveis (como o Guaíba) e em cujo entorno situava-se boa parte da economia gaúcha, a começar pela cidade de Porto Alegre.

Castilhos conseguira desengavetar os projetos de engenharia encomendados, ainda no Império, a Honório Bicalho, acrescidos de subsídios técnicos do especialista holandês Peter Caland. Teoricamente, era tudo fácil. Bastaria construir uma espécie de funil de granito, com cinco quilômetros de extensão, mar adentro, do lado de Rio Grande, e outros três quilômetros do lado de São José do Norte.

Os projetos foram descritos por um biógrafo de Borges de Medeiros, Barbosa Lessa:

– Era só ir colocando no fundo do mar blocos com cerca de trinta quilos; acima, blocos de maior tamanho; uma terceira camada, de blocos ainda maiores; e, já à flor d'água, formando uma estrutura capaz de resistir aos mais violentos vagalhões, imensos blocos com o peso médio de oito toneladas! Para construir tais molhes de pedra, seria necessária uma movimentação de blocos e de massas humanas em tudo semelhante à construção de uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo: a Grande Pirâmide de Quéops. Apenas com a pequenina diferença de que os blocos da Pirâmide haviam sido ajustados a céu aberto e, aqui, teriam de ser ajustados nas profundezas do mais tempestuoso mar da América do Sul. Parecia um investimento quase inviável, pela necessidade de imensos capitais. E a própria natureza conjurava contra o projeto (não havia pedras nas imediações de Rio Grande), de vez que os blocos de granito teriam de ser trazidos de longe, do Capão do Leão ou de Piratini.³⁵

³⁵ Barbosa Lessa, Borges de Medeiros, pg. 67.

“ESSE NEGÓCIO DE MILICO NÃO É ASSIM”

Getúlio pretendia ser militar como o pai – apesar das advertências do General:

– Olha, isso não é como tu pensa, esse negócio de milico não é assim.³⁶

De volta ao Rio Grande, depois da temporada em Ouro Preto, Getúlio sentou praça no Exército, como soldado raso, numa espécie de estágio para conseguir vaga e matrícula na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo, no próprio Rio Grande. As vagas nessa escola sendo poucas e disputadas, o meio mais prático e mais rápido era sentar praça no Exército, pois os soldados tinham certa prioridade sobre os paisanos (mesmo para o filho de um general).

Em 1899, quando estava com 16 anos, Getúlio foi afinal admitido na Escola de Rio Pardo.

– Entrou para a escola de Rio Pardo e se desencantou – (depoimento de Manoel Antônio Vargas). – De fato, dentro de pouco tempo ele estava cheio daquilo lá. E houve uma revolta dos estudantes contra a disciplina. Não sei se era a questão da boia ou outra coisa. Se revoltaram e fizeram uma greve, não é? Foram expulsos e então ele aderiu. Disse: “Eu também tomei parte.”³⁷

Foi em 1902. Alguns cadetes da Escola protestaram contra a atitude de um dos oficiais e foram expulsos. Getúlio não participara do protesto – estava estudando no cemitério próximo, onde se refugiava de vez em quando para evitar a barulheira da caserna – mas solidarizou-se aos colegas punidos e foi também expulso.

Com a expulsão, Getúlio passou de cadete a soldado raso, para completar o serviço militar. Em 1903, já estava para entrar em inspeção de saúde, da qual dependia sua baixa, quando o batalhão recebeu ordem de marcha para o Acre, onde os brasileiros liderados por Plácido de Castro lutavam pela reincorporação do território acreano ao Brasil. Getúlio retirou o pedido de desligamento e

³⁶ Depoimento de Manoel Antônio Vargas, em Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pg. 32.

³⁷ Idem, ibidem.

seguiu com o batalhão até Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia. O General ficou furioso. Getúlio perdia um ano de estudo sem nada ganhar na carreira militar, liquidada por seu gesto de solidariedade aos colegas punidos em Rio Pardo.

A guerra, porém, não aconteceu, graças às negociações conduzidas pelo Barão do Rio Branco, que resultaram na assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre voltaria a ser território brasileiro.

Ainda em Corumbá, Getúlio renovou o pedido de desligamento, foi atendido e, pela segunda vez numa vida ainda tão breve, voltou para o Rio Grande – agora para Porto Alegre. Fez exames para a instrução pública (de novo, a etapa dos preparatórios interrompidos em Ouro Preto), a caminho da Faculdade de Direito, que, afinal já existia na capital de seu Estado, embora sem o prestígio das de São Paulo e Pernambuco. (As primeiras escolas superiores no Rio Grande foram criadas no início do século, com o apoio de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros).

Assim como, anos antes, fora para Ouro Preto aos cuidados de Viriato e Protásio, irmãos mais velhos, agora Getúlio, entrado na casa dos vinte anos, teria a seu cuidado o irmão imediatamente mais novo, Spártaco. Foi um tutor parecido com o pai que seria depois:

– Eu fui morar com ele em Porto Alegre, estava entregue a ele – recordaria Spártaco já bem velho. – Eu obedecia, nem fumava perto dele. Numa viagem de Uruguaiana a São Borja, num naviozinho que havia, ele me viu fumando e me viu esconder o cigarro. Me deu um charuto e passei a fumar perto dele.³⁸

SURGE O GRUPO FARQUHAR

Reeleito em 1903, Borges de Medeiros solicitou – e não foi atendido – que o governo federal lhe transferisse a responsabilidade pela barra de Rio Grande, a saída da Lagoa dos Patos para o oceano, e pelos portos do Estado e fornecesse adiantamentos de dois a três mil contos de réis, para futuro reembolso.

³⁸ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pp. 32 e 33.

No ano seguinte, realizou-se nos Estados Unidos a Exposição Universal de Saint Louis, da qual o Brasil participaria. Borges de Medeiros aproveitou para mandar a Saint Louis um engenheiro que pudesse expor, discutir e negociar o projeto da barra de Rio Grande. De fato, o projeto despertou o interesse de um engenheiro americano, Lawrence Elmer Corthell, especialista em projetos hidráulicos, que já trabalhara nas obras da barra do rio Mississippi, nos Estados Unidos.

Corthell avaliava a questão de longe e ficou em dúvida quanto ao potencial econômico do Rio Grande do Sul, mas impressionou-se pelo parecer altamente favorável dos técnicos do famoso Sindicato Farquhar (hoje diríamos Grupo Farquhar). Na opinião desses técnicos, o porto de Rio Grande era a única coisa que faltava para um grande salto de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, que levaria o Estado ao desempenho de um papel na economia internacional.³⁹ Não apenas na economia nacional, mas na economia internacional.

Nesse momento, 1904 ou 1905, nem Borges de Medeiros, com sua excepcional argúcia, poderia perceber que sombra ameaçadora é o líder desse grupo, Percival Farquhar, que se movimenta com tanta desenvoltura e facilidade na banca internacional, para investir no Brasil. Investir no Brasil é modo de dizer, porque Farquhar assume o controle de grandes negócios no Brasil – portos, estradas de ferro, serviços públicos de iluminação e transportes – sem ter recursos. Ele oferece infindáveis recursos estrangeiros, mas opera sobretudo com capitais privados estrangeiros atraídos a aplicar em suas armadilhas e com capitais públicos brasileiros extorquidos das fontes oficiais de financiamento.

Só depois de 1930 e da Revolução, e já em pleno governo Vargas, Farquhar foi devidamente desmascarado e suas concessões, especialmente as outorgadas pelo desavisadíssimo Presidente Epitácio Pessoa, seriam cassadas e transferidas ao patrimônio nacional.

Na época da investidura do governo Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, ainda não havia elementos objetivos para contestar a presença de

³⁹ Barbosa Lessa, Borges de Medeiros, pg. 68.

Farquhar em tais negócios. O próprio Farquhar veio ao Brasil em 1906, acompanhado do engenheiro Corthell, para avaliar a obra da barra de Rio Grande.

A barra chegara a seu menor calado em todos os tempos: sete pés, pouco mais de dois metros, de profundidade. Um vapor inglês, o *Empress*, que tinha como escala final Porto Alegre, aguardou dezenove dias fora da barra, à espera de condições para entrar. No vigésimo dia, voltou. Outro navio, o *Planeta*, teve de contentar-se com o recebimento de passageiros e da mala do correio, por escaler, fora da barra de Rio Grande, e, em seguida, tocar para Montevideú.

Episódios como esses levaram Corthell, o engenheiro, a acelerar a elaboração e o detalhamento do projeto; e o Ministério de Viação e Obras Públicas a aprová-lo e liberar as verbas respectivas, independente de concorrência pública. O contrato de concessão para a realização das obras e exploração do porto de Rio Grande seria assinado em setembro de 1906, garantindo a concessão até o remoto ano de 1973, dali a 67 anos.

O grupo Corthell/Farquhar teve o cuidado, contando com a ingenuidade e a inexperiência do governo brasileiro, de incluir no contrato uma cláusula que lhe assegurava direito de preferência, mas sem qualquer obrigação de realizá-la, em qualquer obra congênere, em qualquer ponto da bacia hidrográfica da Lagoa dos Patos. O grupo comprometia-se apenas a realizar as obras de abertura da barra e de construção do porto de Rio Grande, que ficava na entrada da Lagoa dos Patos. E ganhava o direito de preferência para qualquer outra obra portuária em toda a Lagoa: desde Rio Grande, em sua barra, a Porto Alegre, já na foz do Guaíba; e na foz dos outros rios que formavam essa bacia. Era como comprar um país inteiro, do tamanho, talvez, da Bélgica. Controlador do porto de Rio Grande, o grupo Corthell/Farquhar teria todo interesse em impedir qualquer obra de construção e ampliação dos portos de Porto Alegre e Pelotas, que eram os imediatamente pensáveis uma vez assegurada a abertura da barra de Rio Grande.⁴⁰

⁴⁰ Idem, pp. 68 e 69.

CAPÍTULO 6

1903-1908

UM DISCURSO QUE SERÁ A DIRETRIZ DE UMA VIDA INTEIRA

A COAÇÃO DA HISTÓRIA

COM 23 ANOS, O ESTUDANTE GETÚLIO VARGAS DENUNCIA A SITUAÇÃO DE PAÍSES COMO O BRASIL, CONDENADOS A RECOMPRAR, INDUSTRIALIZADOS, OS PRODUTOS DE SUA PRÓPRIA EXPORTAÇÃO. O BRASIL TEM O MELHOR MINÉRIO DE FERRO DO MUNDO E IMPORTA ATÉ ENXADAS.

Quando entrou na Faculdade de Direito, em 1903, Getúlio tinha grande experiência de vida. Já fizera duas longas viagens – uma a Ouro Preto, a outra às proximidades do Acre, viagens que, nas condições da época, seriam comparáveis às aventuras de Marco Polo, séculos antes, do Mediterrâneo aos confins da China. Vivera a tragédia familiar do conflito entre seus irmãos e os estudantes de São Paulo e a epopeia nacional da conquista do Acre. Estava com 21 anos e, ainda no primeiro ano, foi escolhido pelos colegas para ser um dos oradores nas homenagens fúnebres a Júlio de Castilhos, falecido nesse momento.

Três anos depois, em agosto de 1906, no quarto ano da Faculdade, Getúlio voltou a falar em nome dos estudantes, em praça pública, na recepção ao Presidente eleito da República, Afonso Pena, que era uma esperança, um sopro de renovação, cercado por um grupo jovem e talentoso ao qual os adversários davam o nome de “jardim de infância”.

Getúlio Vargas nunca tinha sido um positivista ortodoxo, o que nem Júlio de Castilhos chegara a ser – e melhor seria definido como um livre-pensador, influenciado pelos autores do positivismo, mas também por outras correntes intelectuais da segunda metade do século 19 e da primeira metade do século 20. Caso, por exemplo, da teoria da evolução de Charles Darwin.

Em entrevista já perto do fim da vida, Getúlio diria que a maior influência intelectual em sua formação política fora o Conde Henri de Saint Simon, o socialista utópico francês, um dos precursores de Marx. Augusto Comte, recém-formado, trabalhara com Saint Simon, como seu secretário, por algum tempo.

Getúlio Vargas era também nacionalista e seu nacionalismo já se manifestava na juventude. Indicado para falar em nome dos estudantes na recepção ao Presidente Afonso Pena, que visitava Porto Alegre, escolheu como tema o destino dos países “condenados a recomprar, manufaturados, os produtos de sua exportação”. Era o caso do Brasil.

O Brasil produzia ferro, mas importava até enxadas, feitas desse ferro, da mesma forma que, décadas depois, exportaria café em grão e importaria café solúvel. O destino das economias periféricas era produzir e exportar matérias primas, cujos preços caíam constantemente nos mercados internacionais, e importar produtos industrializados, elaborados com suas matérias primas – produtos cujos preços também aumentavam o tempo todo.

– Nós somos, hoje ainda – disse Getúlio em 1906 – simples espectadores dos fatos presentes, mas amanhã seremos os juízes. A democracia é, na vida política, a aspiração comum dos povos civilizados. Só, porém, pela educação poderemos tornar-nos um povo verdadeiramente capaz de governar-se democraticamente.

– Saudamos, na pessoa do Presidente da República, a marcha triunfal da democracia, vitória da vontade do povo.

Não era uma simples proclamação retórica. Depois de dois Presidentes militares, o Marechal Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto, e de três Presidentes civis sucessivos saídos da oligarquia de São Paulo, Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves, o mineiro Afonso Pena só se tornara candidato e fora eleito Presidente, vencendo todas as intrigas e armadilhas contra sua indicação, graças do braço forte e o mais das vezes truculento de Pinheiro Machado, o caudilho que dividia com Borges de Medeiros, depois da morte de Júlio de Castilhos, o comando da política do Rio Grande.

– Vós sois – acrescentava o estudante Getúlio Vargas, dirigindo-se a Afonso Pena – o representante de uma revolução pacífica que mudou os rumos da

política nacional. Vós sois uma reivindicação popular.

Getúlio falava de improviso, mas com tal segurança que contemporâneos da Faculdade de Direito, estando a seu lado, tinham a impressão de ouvir a leitura de um discurso escrito e longamente meditado. Ele não quer homenagear Afonso Pena senão na medida do necessário para dizer o que esperam dele e de seu próximo governo esses jovens de vinte anos que o saúdam.

– Apesar de todas as grandes manifestações de solidariedade patriótica – diz Getúlio – o Brasil ainda não atingiu o ponto de fusão que caracteriza a formação definitiva de uma personalidade... Mas nós, os juizes de amanhã, nós temos confiança na grandeza da Pátria futura...

Por enquanto, a Pátria futura é vítima de uma coação da história:

– Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo... Amarga resultante para quem se vê coacto a comprar, manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria prima que exporta!⁴¹

Isso que Getúlio vê em 1906, pelos sintomas ou pelos efeitos, é o quadro econômico contra o qual ele vai lutar pelo próximo meio século, pelos 48 anos que ainda viverá. Como tantos outros países periféricos, o Brasil era exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. Nesse momento, o minério de ferro do Brasil impressiona os técnicos das indústrias siderúrgicas da Europa e dos Estados Unidos, mas o Brasil importa enxadas e machados – e o regime tarifário e cambial fechava até pequenas fundições que produziam essas ferramentas.

Nessas poucas palavras, sobre a coação da história a estrangular o futuro de países como o Brasil, encerra-se toda a política econômica da Revolução de 30 e do Presidente que ela levou ao poder, Getúlio Vargas: fazer do Brasil um país que transforme em aço o ferro de seu subsolo, que explore seu petróleo e suas fontes de energia elétrica, que produza tratores, caminhões, automóveis e até aviões, um país não mais vítima dessa coação da história, mas protagonista e criador de seu futuro.

⁴¹ Paul Frischauer, Getúlio Vargas, pp. 101 a 103. Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, pg. 13.

O GRUPO FARQUHAR TENTA IMPOR SEU MONOPÓLIO

Em 1908 chegava ao fim o segundo mandato de Borges de Medeiros, e ele decidiu não disputar a reeleição. Em seu lugar e com seu apoio, elegeu-se um amigo e colaborador dele, Carlos Barbosa, que, inexperiente e desinformado, anunciou, logo ao assumir o governo, o plano de levantar um empréstimo internacional de 500 mil libras, o que hoje se contaria por bilhões de dólares, para obras de melhoria da navegação nos rios Taquari e Cai e de construção de um porto moderno em Porto Alegre, em lugar dos velhos trapiches que serviam à cidade.

Esse projeto encerrava de ingênuo o que tinha de ambicioso. Se o governo federal concedera preferência ao grupo Cothrell/Farquhar para qualquer obra portuária na bacia da Lagoa dos Patos, admitir e, pior ainda, anunciar a possibilidade do empréstimo de 500 mil libras ao governo do Estado era apenas aguçar o apetite e afiar os dentes desse grupo.

O grupo Cothrell/Farquhar protestou imediatamente – invocando a cláusula contratual que lhe concedia preferência em qualquer obra na bacia hidrográfica da Lagoa dos Patos – contra o projeto de Carlos Barbosa, que reduziria à metade, segundo alegaram seus advogados, o valor do porto de Rio Grande, além de ter efeito desastroso em seus planos financeiros. Como de hábito, todos os negócios de Farquhar – e este era de Farquhar em sociedade com Cothrell – realizavam-se com capitais alheios, especialmente do governo do país no qual se realizavam. Como, então, o governo do Rio Grande ia levantar 500 mil libras no mercado internacional e não só pretendia excluir Farquhar do projeto de aplicação desse dinheiro como ainda queria aplicá-lo em obras que concorreriam com os interesses de Farquhar?

Carlos Barbosa, o Presidente do Rio Grande, reagiu e pediu ao governo federal a revogação da cláusula contratual que vedava a seu governo a realização de obras de interesse da economia do Estado. Em mensagem à Assembleia, Carlos Barbosa acusou a empresa do grupo Cothrell/Farquhar de pretender “atrofiar a navegação para o interior do Estado, de modo a impedir que outros portos possam fazer concorrência àquele da companhia”.

Borges de Medeiros não era mais Presidente do Estado, mas era quem

tinha prestígio e força política. Em entendimento com o Senador Pinheiro Machado, que representava os interesses do Rio Grande no Congresso e junto ao governo federal, decidiu estimular Carlos Barbosa a dar início imediato às obras que o grupo Cothrell/Farquhar impugnava.

Seguiu-se um longo debate, nos tribunais e na imprensa, e no fim o governo federal reconheceu os direitos do governo do Rio Grande, especialmente o de construir o porto de Porto Alegre. A Justiça, porém, condenou o governo federal e o governo do Rio Grande a indenizarem a empresa de Cothrell/Farquhar (então chamada *Compagnie Française*) pela inobservância da cláusula de preferência sobre a construção do porto de Porto Alegre.⁴²

DE PORTO ALEGRE A SÃO BORJA

A Faculdade de Direito encaminhava naturalmente o filho do líder republicano de São Borja para a ação política. E naturalmente o jovem Getúlio Vargas ligou-se aos colegas de pendores intelectuais e inclinação republicana e foi um dos fundadores do Bloco Acadêmico Castilhistas.

Quando se aproximou a eleição de 1907, os castilhistas da Faculdade de Direito fundaram um jornalzinho, chamado *O Debate*, de circulação diária, do qual Getúlio era um dos redatores.

Getúlio formou-se em dezembro de 1907. Em janeiro de 1908, começou a trabalhar como promotor público em Porto Alegre. Logo depois de empossado, teve de atuar no caso de um operário que fora agredido à noite por um desordeiro. O operário revidou com o golpe da única arma que tinha consigo – o formão de seu trabalho – e foi processado pelo crime de lesões corporais.

O juiz não podia arquivar o processo e dispensar o julgamento. O advogado de defesa sabia que qualquer condenação seria injusta e anulada pelos tribunais, mas podia aproveitar a oportunidade para credenciar-se diante de futuros clientes enredando o promotor inexperiente e estreante numa situação embaraçosa que seria o riso da cidade no dia seguinte.

⁴² Barbosa Lessa, Borges de Medeiros, pp. 69 e 70.

O promotor Getúlio Vargas não contou a ninguém a decisão que tomara estudando o processo. Na sessão de julgamento, ao lhe ser dada a palavra, historiou objetivamente o caso e pediu ao júri a absolvição do operário: a própria arma do suposto crime – a ferramenta de trabalho que levava para guardar em casa – era prova de que agira em legítima defesa. No interesse da própria justiça, o operário não poderia ser condenado.

Era a primeira vez, pelo menos em Porto Alegre, que um promotor renunciava ao papel de acusador pelo de defensor. E o promotor não foi, no dia seguinte, o riso da cidade.

No fim desse ano, 1908, o General Vargas sugeriu que Getúlio voltasse para São Borja. O General era prefeito da cidade, por eleição direta, e a luta política se complicava.

Dinarte Dornelles, o cunhado, ainda não perdoara – e morreria, anos depois, sem perdoar – a lança que atravessara seu chapéu na Revolução de 1893: não tanto pelo chapéu ou pela própria cabeça, mas por ter sido arremessada por alguém da tropa sob o comando do General Vargas. Dinarte organizava e mobilizava todos os opositores do General e os descontentes em geral.

Com a morte do mais importante advogado de São Borja, o dr. Júlio Trois, o escritório de advocacia mais influente passou a ser o de um dos inimigos dos Vargas, Rafael Escobar.

Além de um advogado de peso – e Getúlio fora aluno brilhante, era promotor já com alguma notoriedade e tinha sido convidado a ocupar a cadeira de Filosofia do Direito na Faculdade da qual saíra menos de um ano antes – faltava aos republicanos de São Borja um candidato a deputado à Assembléia do Estado.

Cortado pelos acontecimentos o impulso de ser o militar que o General Vargas fora, Getúlio deixou-se levar pelo impulso de exercer o outro papel que o pai exercia – uma liderança política civil: para isso fora preparado pelos anos na Faculdade de Direito e pelo exercício do jornalismo no Debate.

CAPÍTULO 7

1909-1923

GETÚLIO VARGAS VOLTA A SÃO BORJA, COMO ADVOGADO

OS PRIMEIROS MANDATOS POLÍTICOS:

DEPUTADO ESTADUAL

A ASSEMBLÉIA DO RIO GRANDE CONTROLA O GOVERNO PELO

ORÇAMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO

De volta a São Borja, em dezembro de 1908, Getúlio em poucos meses estava estabelecido como advogado e eleito deputado estadual.

O mandato de deputado não era incompatível com o exercício da advocacia – seriam até funções complementares. De modo geral, as assembleias estaduais e mesmo o Congresso Nacional só podiam funcionar alguns meses por ano. Não que se recusassem a trabalhar mais, mas as constituições às quais estavam sujeitos assim as limitavam.

A Assembléia do Rio Grande só podia funcionar três meses por ano – e os deputados ganhavam o correspondente a isso. Ninguém se ofendia com o que eles ganhavam e ninguém reclamava que não trabalhassem mais – não trabalhavam porque não podiam. Nem, no pensamento positivista e castilhista dominante, seria útil poderem.

No Rio Grande, além disso, a constituição castilhista estabelecia um modelo ainda mais preciso e, aparentemente, ainda mais limitado: o papel da Assembléia era votar o orçamento e decidir sobre a prestação de contas apresentada pelo governo. As leis eram elaboradas e aprovadas pelo Poder Executivo, isto é o governador (na época chamado de Presidente) do Estado, depois de ampla consulta popular, ao longo da qual qualquer cidadão podia propor emendas ao projeto apresentado pelo governo. E podiam ser vetadas por decisão de determinado número de câmaras municipais.

Pelo controle do orçamento, que era discutido a sério e tinha de ser aplicado de acordo com os termos aprovados pela Assembléia, esta, de fato, exercia enorme poder sobre o governo, ao contrário do que sucede hoje, quando os governos controlam membros das casas legislativas, e até partidos inteiros, pela liberação ou não das dotações de orçamentos que são meras figuras de retórica, porque meramente autorizativas e sujeitas tanto a demoníacos atos de vingança quanto à incompetência de tecnocratas.

A ideia positivista era esta: todos os direitos ao cidadão, todo o poder ao governo. Pelo regime constitucional de nossos dias, que não é castilhista e muito menos positivista – e que não é acusado do caráter ditatorial atribuído ao positivismo e ao castilhismo – o governo tem todos os poderes, já pelo mecanismo das medidas provisórias, já pelo controle que, via execução arbitrária do orçamento, exerce sobre o Congresso. O Congresso, porém, de que poderes dispõe de fato? O Congresso por exemplo, vota uma pequena verba, a rigor insuficiente e insignificante, para programas de assistência a portadores de deficiência, e um idiota qualquer, de quinto escalão do Poder Executivo, corta essa verba, transferindo o dinheiro correspondente para a conta do famoso “superávit primário”, que é apenas a reserva de recursos públicos para o pagamento dos compromissos da dívida pública. Qual é o poder do Congresso diante disso? Apenas o de espremer. E podemos acaso dizer desse regime – no qual o governo tem todos os poderes – que ele assegura todos os direitos ao cidadão? Alguns desses cidadãos, portadores de determinadas deficiências, não conseguirão sequer espremer.

No exercício dessa responsabilidade de discutir o orçamento, do qual mais de uma vez foi o relator principal, Getúlio embrenhou-se no estudo das questões econômicas – as gerais, teóricas, e as das finanças e das contas de seu Estado. Essa experiência faria uma diferença decisiva no futuro. O estudante que denunciara ao Presidente Afonso Pena a coação da história – sobre os países, como o Brasil, condenados a recomprar, industrializados, os bens de sua produção primária – sabia muitíssimo mais sobre o verdadeiro conteúdo das questões históricas de sua época que a quase totalidade de seus contemporâneos.

O jovem deputado que se pôs a estudar economia e finanças começou a aprender, por aí, mesmo sem desejar ou sequer imaginar o que lhe reservaria o futuro, o verdadeiro conteúdo das responsabilidades, das possibilidades e dos perigos que tocam aos homens de Estado realmente importantes, realmente grandes.

Como deputado estadual, Getúlio envolveu-se num debate que nos dá hoje a medida de sua independência intelectual. Discutia-se uma proposta de reforma tributária destinada a substituir o imposto de exportação pelo imposto sobre a propriedade rural como fonte principal de receita do governo do Estado.

Os mais conservadores opunham-se e um deles, discutindo com Getúlio, citou o pensador inglês Herbert Spencer, que estava muito em moda.

Spencer era engenheiro e construíra um modelo de sociedade baseado na ideia de que ela – assim como o sistema solar e o universo – seria uma grande máquina, movida da mesma forma que as locomotivas, os teares e os altos-fornos. Influenciado, sem o perceber, pelos interesses do imperialismo britânico, então no auge de sua expansão, Spencer antecipava-se aos neoliberais de cem anos depois, dizendo que o Estado e o governo não tinham nada que interferir nos mecanismos e engrenagens do mercado.

Para os conservadores empenhados em combater a presença do Estado e do governo na arbitragem dos conflitos sociais e econômicos, Spencer, respeitado em todo o mundo científico e intelectual, era um álibi dos mais cômodos. Se foi Spencer que disse – e ele era o grande pensador da extensão dos princípios biológicos da evolução aos mecanismos da sociedade e da história – então ninguém podia contestar.

Getúlio, porém, não aceitava (se é que algum dia aceitou) o mito da sabedoria universal do mercado; e jamais acreditou que o “mercado” fosse capaz de resolver problemas como o da distribuição de renda e da justiça social.

O deputado gaúcho conservador e reacionário agarrava-se desesperadamente a Spencer, a modernidade daqueles dias, para combater a instituição de um imposto que lhe morderia o bolso, mas seria útil ao Rio Grande em geral. E tome de Spencer para cá e Spencer para lá em cima de Getúlio.

Getúlio não se impacientou com a interminável exposição dessas ideias

pelo colega conservador. No fim, fez apenas um comentário:

– A verdade é que Spencer, quando escreveu isso, já estava gagá...

CASAMENTO: “JÁ ERA TEMPO”

O estudo, o aprendizado dessas questões não se limitavam aos três meses por ano que a assembléia permanecia em funcionamento. Os nove meses restantes o deputado Getúlio Vargas passava em São Borja, mas não pensava apenas em sua advocacia. Assim como não se ocupava apenas das responsabilidades de deputado.

Todas as tardes passeava na praça com uma das moças mais bonitas de São Borja, Darcy Sarmanho. Dançava com ela em todos os bailes e nas festas passavam muito tempo conversando, longe dos outros convidados. Até que, no fim de 1910, Getúlio comunicou ao General:

– Amanhã vou contratar casamento.

O General perguntou, meio desligado, com quem. E, ao ouvir a resposta, aprovou:

– Já era tempo...

O General Vargas podia achar que já era tempo para Getúlio, que tinha 27 anos. Mas não para a noiva, treze anos mais nova.

– Minha mãe nessa época, era quase uma criança – dirá a filha Alzira, rindo ao lembrar-se da anedota ou da invenção familiar que ouviu muitas vezes em reuniões de família. – O primeiro presente que ela pediu, de noivado, foi um almanaque do Tico Tico (uma revista infantil). Quando papai ia a Porto Alegre, perguntava: o que você quer? Ela respondia: um almanaque do Tico Tico. Em 1909 minha avó faleceu, D. Alzira, mãe de minha mãe. Foi quando apareceu o Cometa de Halley por aí. Papai apressou o casamento – ele tinha 13 anos mais que mamãe – justamente porque ela tinha ficado órfã.⁴³

Outro filho, Manoel Antônio, lembrará:

– Minha mãe era muito novinha quando casou... quer dizer que foi pratica-

⁴³ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pg. 33.

mente meu pai quem a moldou. Mas ela não era submissa, não. Ela fazia as coisas que ela achava e discutia os pontos de vista dela. Estava sempre de grimpá levantada, bem altaneira, topetuda. Agora, adorava ele e tinha um ciúme danado, tinha mesmo. Ela era uma mulher daquela época e havia por parte das mulheres de então uma espécie de viseira... Eu assisti à morte dela, já velhinha. Estávamos sozinhos, eu e ela, e as últimas palavras que ela falou, já entrando em coma, foram: “Getúlio, Getúlio...” Tinha uma paixão maluca por ele.⁴⁴

O primeiro filho, Lutero, nasceu em 1912. Uma jovem mãe de 16 anos, filha de São Borja e daquele tempo, não escolheria esse nome. Por que Lutero? O próprio Lutero estranhou:

– Uma vez eu perguntei: meu pai, o senhor não é protestante, por que me botou esse nome de Lutero? E ele disse: meu filho, quando tu nasceste eu estava relendo *Os Heróis*, de Carlyle, e justamente o capítulo de Lutero. Considero Lutero e Gutemberg os fundadores da Renascença, os precursores do mundo moderno.⁴⁵

Protestante Getúlio não era, mas também não podia ser considerado católico. Talvez nem se considerasse cristão. Orador da turma, seu discurso de formatura na Faculdade de Direito incluía uma desafiadora contestação do cristianismo, definido como uma religião conformista para um povo escravizado (esse discurso nunca foi publicado).⁴⁶ Igualmente não se considerava ateu ou materialista – nem mesmo positivista. Era antes um livre pensador, um humanista influenciado por autores não conformistas, de Sófocles a Zola, de Darwin a Ibsen: na solidão de São Borja de trinta anos antes, o General Vargas assinava e recebia todos os jornais a que conseguia ter acesso; ele assinava livros – e não só lia os disponíveis em português como conseguia ler também em espanhol, em francês e em italiano.

⁴⁴ Manoel Antônio Vargas, depoimento a Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pp. 36 e 37.

⁴⁵ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, pg. 27.

⁴⁶ Tive oportunidade de ler partes desse discurso, que me foram mostradas por D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

A escolha desse nome, Lutero, para o filho mais velho, alimentou a lenda, na verdade a intriga, segundo a qual outro de seus filhos, que morrera cedo, chamava-se Calvino – prova do quanto ele não era digno de confiança: até a última eleição que disputou, a de 1950, eleitores católicos eram induzidos a não votar nele por esse motivo.

Não houve um Calvino, e o único filho a morrer antes dele chamava-se Getúlio, Getulinho, vítima de poliomielite. Assim como não houve um Calvino, não haveria também qualquer outro herói de Carlyle.

– Quando nasceu a primeira filha – conta Alzira – Papai estava na base do indianismo, tinha acabado de ler Ubirajara, e então cismou com Jandira, heroína de José de Alencar. E o Lutero, que era pequenininho, ficou encarregado de fazer o sorteio. Sorteou e deu Jandira, nome de minha irmã. Depois eu nasci e fui chamada Alzira, nome de minha avó.⁴⁷

No mesmo ano do nascimento de Jandira, 1913, houve nova eleição. Como se esperava, o deputado Getúlio Vargas, já com 30 anos, foi reeleito. Mas ninguém esperava nem podia esperar o que ele fez em seguida: renunciou ao mandato na própria sessão de abertura da Assembléia.

Nessa altura havia no Rio Grande do Sul grandes resistências ao domínio de Borges de Medeiros, o sucessor de Júlio de Castilhos. Alguns dos candidatos bem votados na eleição desse ano eram rebeldes, desafetos de Borges de Medeiros.

Em São Borja, sob a liderança do General Vargas, não havia rebeldes ou desafetos, mas o fato é que, apurados os votos, Getúlio fora votado em lista separada – a heresia suprema.

– Como sabemos – disse Getúlio em seu discurso de renúncia – houve em Cachoeira divergências decorrentes da animosidade entre os dois candidatos da chapa republicana, que tentaram eliminar-se reciprocamente. Ora, em São Borja, alguns correligionários elaboraram uma lista especial e votaram apenas em mim.

– Em tais condições, vejo-me obrigado a renunciar a meu mandato, para que

⁴⁷ Idem, pg. 38.

meus colegas não possam reprovar-me o ter sido eleito de maneira desleal.

As manifestações, na assembléia, são todas contra essa renúncia sem precedentes, porque todos, afinal, eram eleitos por esse mesmo sistema, pelos mesmos critérios. Getúlio responde:

– Não vim aqui pedir desculpas, porque não tenho do que me desculpar. Vim, apenas, declarar que os votos suplementares que recebi em São Borja foram-me dados sem que eu os pedisse... Não postulei votos, assim como não postulei este mandato...

Mais uma vez, Getúlio voltava a confinar-se a São Borja e à advocacia – como depois de demitir-se da promotoria em Porto Alegre.

– Nesse período – diz Lutero – ele viajava. Mesmo fora da política ele viajava muito, atendendo à sua banca de advocacia. Ele tinha uma banca de advocacia junto com o Oswaldo Aranha, ele ia a Santiago, Alegrete, Itaqui... Era um homem que nunca andou armado. Então, muitas vezes, mamãe, quando ele estava para sair, vinha correndo e dizia: “Esqueceu o teu revólver.” E botava na bolsinha de charuto dele. Os charutos já estavam prontos, estavam na malinha, o revólver não.⁴⁸

BORGES DE MEDEIROS VOLTA AO GOVERNO

O desfecho do caso da barra de Rio Grande levou Borges de Medeiros a repensar o rumo que tomara na eleição anterior, quando não se candidatou. Todo o problema resultava da inexperiência e da ingenuidade de Carlos Barbosa, seu sucessor na Presidência do Estado. Nessa reconsideração, Borges de Medeiros voltou ao governo do Rio Grande, eleito para o período 1913-1918.

Isso acontecia pouco antes da Primeira Guerra Mundial, que teve início em 1914. A economia mundial estava complicadíssima e aventureiros como Percival Farquhar encontravam-se praticamente falidos. Os problemas da economia mundial levavam à falência muitos empresários sérios. Tipos como Farquhar faliam porque não passavam de aventureiros, que alcançavam favo-

⁴⁸ Idem, pg. 34.

res e concessões de governos “amigos” e, em cima disso, corriam atrás de dinheiro alheio e imprudente, em Londres e nas outras praças da banca internacional.

Empossado em janeiro de 1913, já em abril Borges de Medeiros aprovava um Plano de Viação Geral do Estado, que procurava coordenar a navegação fluvial, a viação férrea e as rodovias, tudo convergindo para os portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

As obras de abertura da barra de Rio Grande, na entrada da Lagoa dos Patos, caminhavam como um milagre de engenharia, paralelamente ao milagre financeiro necessário para salvar as operações do grupo Cothrell/Farquhar. No primeiro trimestre de 1915, tornavam-se realidade a grande pirâmide submarina e o molhe leste, de São José do Norte, com quase 4 mil metros e mais um prolongamento de 360 metros, sob a forma de um dique submarino. Também ficou pronto o molhe oeste, de Rio Grande, com a extensão de 4 mil metros e um prolongamento submarino de 288 metros.

No fim da tarde de 15 de março de 1915, o Benjamim Constant, um navio de 4m40 de calado, mais que o dobro da profundidade que em 1906 impedira dois vapores de passageiros de entrar na barra, conseguia atravessá-la e chegava ao porto de Rio Grande. Em agosto de 1918, um navio norueguês, o Sark, de bem mais de 4 metros de calado, ultrapassava a barra sem dificuldade e dava seu aval para a travessia, ali, das grandes embarcações internacionais. O porto de Porto Alegre já tinha entrado em operação em 1915, com obras ainda em andamento.⁴⁹

NOVO EPISÓDIO NO CONFLITO VARGAS-DORNELLES

O antigo conflito entre os Vargas e os Dornelles, marcado pela lança que atravessara o chapéu do velho Dinarte Dornelles, arremessada por um soldado sob o comando do General Manoel Vargas na Revolução de 1893, ganhara novos personagens, novos desdobramentos, novo contorno e nova e muito

⁴⁹ Barbosa Lessa, Borges de Medeiros, pg. 96.

mais perigosa dimensão – não mais em São Borja apenas, mas num eixo que unia São Borja a Porto Alegre.

Em 1915 foi assassinado em São Borja o médico Benjamim Torres, então um dos mais encarniçados inimigos dos Vargas, mas na época de Ouro Preto o maior amigo de Viriato e seu colega na Faculdade de Medicina. Foi em homenagem a esse Benjamim que D. Cândida e o General Vargas escolheram o nome de seu último filho, também Benjamim, Bejo.

Foi na casa da família de Benjamim Torres que Getúlio, com 14 anos, encontrou abrigo e carinho em Ouro Preto depois do conflito entre os estudantes gaúchos e paulistas (em Ouro Preto Getúlio vestira calças compridas pela primeira vez). Foi com o apoio entusiástico do General Vargas que o dr. Benjamim Torres formou sua clientela em São Borja.

Como se explicaria, portanto, que essa amizade ao mesmo tempo de irmão para irmão, de pai para filho, viesse a transformá-los em estranhos e em inimigos de morte, de Getúlio e dos seus?

Uma das explicações, ou melhor, uma das versões é que foi a paixão: Viriato, o maior amigo, apaixonou-se pela mulher de Benjamim Torres. Ou ela por ele? Já em Ouro Preto a versão mais plausível não seria a rivalidade de amor? Outra explicação para algumas versões e vários episódios apresenta Viriato, o mais velho dos irmãos Vargas, como uma espécie de alma danada: por causa dele, o tiroteio de Ouro Preto; por causa dele a hostilidade aos Vargas por parte de Borges de Medeiros (verdadeira razão da renúncia de Getúlio ao segundo mandato recém-conquistado); por causa dele a campanha difamatória de Benjamim Torres, que envenenava o cotidiano de São Borja. Outra versão: a rivalidade entre os Vargas e o também advogado Rafael Escobar.

Benjamim Torres foi morto na rua, à luz do dia, ao sair de uma farmácia em São Borja. Os assassinos, vistos pelo farmacêutico, eram pistoleiros notórios – um deles conhecido como homem de Viriato Vargas. O primeiro suspeito, naturalmente, foi Viriato, mas ele, naquele dia, encontrava-se a mais de cem quilômetros de distância, na fazenda de um amigo, perto da estrada de ferro para Uruguaiana.

Viriato foi avisado às pressas de que não deveria voltar a São Borja, e

Protásio aconselhado a atravessar o rio e passar para São Tomé, no lado argentino, ou para mais longe ainda.

O assassino, segundo depois se estabeleceu com base numa das versões, era da família de uma das mulheres de São Borja difamadas por Benjamim, na guerra que ele e Rafael Escobar moviam contra os Vargas.

Getúlio, nessa guerra, recusara-se publicamente, com um comunicado nos jornais, a responder a Benjamim: respondo, disse ele, a Escobar, o caluniador que comprou, não a Benjamim, o que se vendeu. E mais: não me atinge aquele que simplesmente o deseja: é preciso que eu o permita.

Com o tempo, entretanto, as tensões foram cedendo. Num temido encontro entre Rafael Escobar e Getúlio, no júri, Getúlio, o primeiro falar, desarmou todo mundo não se referindo a Rafael, mas indo diretamente às questões substantivas do julgamento. Com isso, Rafael ficou impedido de atacar Getúlio.

No fim de 1916, Borges de Medeiros surpreendeu os Vargas convidando Getúlio para assumir o cargo de Chefe de Polícia, um dos postos de maior poder político do governo do Estado. Getúlio recusou. No ano seguinte, porém, eleito deputado estadual pela terceira vez, aceitou ser o líder do Partido Republicano – e do próprio Borges – na Assembléia.

Por ter pouquíssimos deputados, no limite da presença meramente simbólica que era a tolerada por um sistema eleitoral muito próximo do partido único, a oposição tratava de fazer muito barulho e até de evitar que os republicanos fossem ouvidos. Getúlio, como líder, preferiu outro estilo e começou seu primeiro discurso dizendo:

– Como podem observar, não seria difícil abafar minha voz...

Foi ouvido. Nesse dia e nos anos que se seguiram.

AS GREVES DE 1917

A questão dos portos ainda estava em vias de alcançar sua solução final quando o governo do Rio Grande teve de enfrentar outro desafio. Agora não eram multinacionais, mas eram greves. E não eram pequenas.

O ano de 1917 transcorria difícil no mundo inteiro. Foi o ano de maiores

sacrifícios e privações da Primeira Guerra Mundial, iniciada em agosto de 1914. No Brasil, 1917 marcou o período mais duro de redução do nível de vida do operariado – com aumentos de preços antes inimagináveis e o desaparecimento de produtos de primeira necessidade, situação seguida pela decretação de greves em vários Estados.

As greves eram tratadas, de modo geral, como caso de polícia e com grande violência. Em março de 1917 eclodiu no Rio Grande uma greve de calceteiros, trabalhadores no calçamento das ruas – e o Presidente Borges de Medeiros, autoritário e reacionário como o consideravam, decidiu, por iniciativa própria, que essa greve não seria tratada assim.

Por ordem expressa de Borges de Medeiros, o Chefe de Polícia, Firmino Paim Filho, não permitiu qualquer ação repressiva da polícia e ainda recebeu uma delegação da Federação Operária, à qual ofereceu-se como mediador.

Em junho foi deflagrado em São Paulo um grande movimento grevista, com enorme repercussão no Rio Grande – repercussão promovida pelo jornal republicano *A Federação*, que Borges de Medeiros controlava pessoalmente. Em julho, ferroviários de Santa Maria, principal entroncamento viário do Estado, entraram também em greve, e apoderaram-se de uma locomotiva, com a qual passaram a percorrer outras cidades, fazendo propaganda da greve, que se alastrou para outros lugares e outras categorias profissionais.

Para os padrões da época, a “ocupação” da locomotiva e a propaganda grevista nas cidades ao longo da linha férrea eram atos sediciosos e subversivos. Em vez de prender os grevistas, Borges de Medeiros recebeu uma comissão de representantes da Liga de Defesa Popular, que falavam em nome deles, e prometeu estudar as reivindicações enunciadas no memorial que lhe foi entregue.

Prometeu e estudou, rapidamente. Já no dia seguinte, Borges de Medeiros assinou dois decretos, um concedendo aumento de vencimentos para todos os servidores do Estado e outro regulamentando a exportação de alimentos produzidos no Rio Grande, de modo a reservar para o mercado local as quantidades necessárias para seu abastecimento.

A intervenção do governo nos domínios da economia contrariava os princípios clássicos do liberalismo (e alguns do próprio positivismo), para os quais

o mercado resolveria todos os problemas econômicos por meio da lei da oferta e da procura e outros mecanismos espontâneos.

Borges de Medeiros não dispunha de poderes para intervir nos salários pagos por empresas privadas. Buscou, assim, uma espécie de efeito demonstração, aumentando os salários do serviço público para induzir o setor privado a aceitar as reivindicações sustentadas pela greve.

Na edição de 2 de agosto de 1917, A Federação, justificou e defendeu essas medidas, e reconheceu “a legitimidade de movimentos grevistas que, como o de Porto Alegre, buscavam finalidades justas, ligadas à melhoria das condições de vida do operariado”. O jornal dizia que as greves deveriam ser curtas e rápidas, para não desorganizar o funcionamento da sociedade como um todo, o que afetaria também os interesses da classe operária.

Bem recebidas pelos grevistas, as medidas adotadas pelo governo do Rio Grande não impediram que a greve prosseguisse. Representantes das empresas privadas entenderam-se com Borges de Medeiros, e ele decretou o tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, enquanto a Companhia de Força e Luz, particular (e multinacional), concedia aumento de salário a todos os seus empregados. Com isso, a Liga de Defesa Popular propôs aos trabalhadores o retorno ao trabalho, o que foi aprovado em assembleia.

Quando essa greve chegava ao fim em Porto Alegre, outras tiveram início em Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bajé, Gravataí, Passo Fundo e Rio Pardo. O governo do Estado não permitiu qualquer ação policial contra os grevistas, mas as tropas federais, acionadas a pedido da Compagnie Auxiliaire, a multinacional controladora das estradas de ferro no Rio Grande (e ligada ao grupo Farquhar), reprimiram violentamente o movimento, forçando os grevistas a voltarem ao trabalho.

O ESTADO ASSUME O CONTROLE DO PORTO E DA FERROVIA

Em outubro houve nova greve de ferroviários em Santa Maria; dessa vez, não era apenas reivindicatória. As ações da Compagnie Auxiliaire estavam sendo transferidas para um grupo norte-americano, Brazil Railway, e os servi-

ços tornavam-se cada vez mais precários. A greve tinha como objetivo a encampação da estrada de ferro, já defendida por Borges de Medeiros. Essa posição nacionalista teve grande apoio na opinião pública e especialmente no setor comercial, fundamente prejudicado pela indiferença e ganância dos concessionários estrangeiros. Borges de Medeiros decidiu apoiar a greve, condicionando, porém, seu apoio à manutenção da ordem.

No dia 27 de outubro, a Federação Operária do Rio Grande anunciou a decisão de convocar uma greve geral no Estado se as reivindicações dos ferroviários não fossem atendidas. Borges de Medeiros mandou um emissário a Santa Maria, para representar conjuntamente o governo do Estado e os grevistas, em negociações com representantes do governo federal e da *Compagnie Auxiliaire*. O ato de Borges de Medeiros levou a Federação Operária a desistir da greve geral. Em quatro dias, as negociações permitiram um acordo que atendia à maioria das reivindicações, entre as quais aumentos salariais.

Dai em diante, o governo federal passou a tratar seriamente da encampação da rede ferroviária do Rio Grande. Em julho de 1920, ela já tinha sido encampada e foi arrendada ao governo estadual.

Desde 1915 estavam resolvidos os problemas de engenharia que antes dificultavam e frequentemente impediam a travessia da barra de Rio Grande, mas não os problemas jurídicos, econômicos e políticos decorrentes das concessões feitas ao grupo Cothrell/Farquhar, depois transferidas à *Compagnie Auxiliaire*, exploradora da rede ferroviária do Estado.

As greves de 1917 haviam acelerado, e era esse o seu objetivo, a encampação dos serviços ferroviários, mas apressaram também a encampação das concessões portuárias do Grupo Cothrell-Farquhar, cuja má vontade, privilégios e irregularidades eram cada vez mais evidentes.

Assim, em março de 1918 um convênio de encampação transferiu ao governo do Rio Grande a responsabilidade pela conclusão das obras e pela conservação da barra de Rio Grande e do porto da cidade. A transferência foi demorada, mas em sua mensagem seguinte à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em 1919, Borges de Medeiros podia anunciar:

– Vão ter, assim, dentro de poucos dias, desfecho plenamente satisfatório

os meus esforços no sentido de serem socializados a barra e o porto do Rio Grande, uma das mais ardentes aspirações do nosso Estado.⁵⁰

Era em “socialização” que falava o suposto reacionário Borges de Medeiros, já em 1919.

Com a encampação e nesse mesmo ano, o Lloyd Brasileiro, de navegação de longo curso, e a Costeira, de navegação de cabotagem, as duas maiores companhias brasileiras de navegação, incluíram os portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande em suas linhas regulares, com saídas periódicas e frequentes para Florianópolis, Itajaí, São Francisco, Antonina, Paranaguá, Iguape, Cananéia, Santos, Rio e Montevideu.

Segundo Barbosa Lessa, escritor gaúcho e biógrafo de Borges de Medeiros, “a encampação dos serviços da barra e do Porto Novo [de Rio Grande], em combinação com a encampação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, representou “um grande marco na História do desenvolvimento brasileiro, por assinalar pioneiramente o esforço de nacionalização dos serviços públicos essenciais”.⁵¹

Quando Borges de Medeiros venceu essas batalhas – e pela primeira vez o Brasil republicano enfrentava com êxito interesses estrangeiros e antinacionais dessa ordem – já se destacava no Partido Republicano Riograndense um deputado estadual chamado Getúlio Vargas.

⁵⁰ Idem, pg. 94.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 8

1923

DO CERCO DE URUGUAIANA AO PALÁCIO TIRADENTES **GETÚLIO VARGAS NO CONGRESSO NACIONAL**

GETÚLIO VARGAS É RETIRADO DE SEU COMANDO MILITAR NA
REVOLUÇÃO DE 1923 NO RIO GRANDE DO SUL PARA ASSUMIR O
MANDATO DE DEPUTADO FEDERAL E A LIDERANÇA DA BANCADA
GAÚCHA E IMPEDIR A INTERVENÇÃO FEDERAL EM SEU ESTADO.

Nas eleições estaduais do fim do ano de 1922, Borges de Medeiros foi reeleito, o que lhe conferia o quinto mandato de Presidente do Rio Grande. Ele teve 106 mil votos, contra 32 mil do candidato opositor, Joaquim Francisco de Assis Brasil.

(Assis Brasil, cunhado de Júlio de Castilhos, fora, ainda na monarquia, o primeiro republicano eleito deputado no Rio Grande do Sul. Agora liderava a oposição a Borges de Medeiros, discípulo e sucessor de Júlio de Castilhos. Os jovens militares rebelados a 5 de julho de 1922, os que se rebelariam a 5 de julho de 1924 e os que integrariam a futura Coluna Prestes, considerariam o dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil o líder civil da revolução brasileira.)

A Constituição do Rio Grande do Sul permitia que o Presidente do Estado disputasse reeleições sucessivas, indefinidamente. Mas ele só seria reeleito se conseguisse três quartas partes dos votos e não apenas a maioria.

A oposição alegou que, nessa eleição, Borges de Medeiros alcançara três quartas partes dos votos, mas apenas dos eleitores que haviam comparecido para votar, e não três quartas partes do eleitorado, ou seja, do conjunto das pessoas aptas a votar, como exigiria a Constituição do Estado.

A Assembleia, dominada pelos republicanos, herdeiros de Castilhos e partidários de seu sucessor Borges de Medeiros, não entendeu assim, e reconhe-

ceu o novo mandato de Borges de Medeiros. De fato, a Constituição referia-se a “mais de três quartas partes do eleitorado que concorrer à eleição”.

O próprio Assis Brasil, num livro de 1898, entendera que os três quartos eram dos votantes, não dos eleitores inscritos.

Meses antes dessa eleição, em julho de 1922, o Brasil fora abalado por um levante revolucionário de jovens tenentes do Exército, então desconhecidos, como Eduardo Gomes e Siqueira Campos, contra a eleição, já consumada, e contra a posse, marcada para novembro, do novo Presidente da República, Artur Bernardes.

Não era só contra a pessoa de Bernardes – acusado de escrever cartas ofensivas ao Exército (cartas que depois se comprovou serem falsas) – que se levantavam os jovens militares, mas contra a república oligárquica e imobilista que entreviam por trás da fachada de instituições elaboradamente copiadas da Constituição dos Estados Unidos. Eles descobriam o país real, escondido de seus olhos atrás do país legal.

De vez em quando, o país real se manifestava – e sua manifestação, a pretexto de significar outra coisa, era brutalmente esmagada. Assim fora em Canudos, no fim do século, sob a alegação de que Antônio Conselheiro e os mais de trinta mil sertanejos massacrados no assalto a seu arraial, lutavam pela restauração da monarquia, quando tentavam apenas sobreviver de um pedaço de terra que não interessava a ninguém, mas no qual constituíam um péssimo exemplo de invenção social. Assim fora na Revolta da Armada, a revolta da chibata, quando um marinheiro negro, João Cândido, denunciara um sistema de opressão a bordo que era o retrato de tantas outras formas de violência social.

Na eleição presidencial de março de 1922, os republicanos do Rio Grande e Borges de Medeiros, pessoalmente, tinham sido contra Artur Bernardes, o candidato situacionista e Presidente eleito, e apoiaram a candidatura oposicionista do ex-Presidente Nilo Peçanha. O líder de Bernardes no Rio Grande fora Assis Brasil.

À eclosão do movimento revolucionário de 5 de julho de 1922 no Rio, Borges de Medeiros tomou o partido da ordem, da legalidade, do governo – e

de Bernardes. Assis Brasil, em seguida, sentiu-se fraudado na eleição estadual, assumiu no Rio Grande a dupla condição de partidário do governo federal e de líder de uma guerra civil contra o governo do Estado.

Bernardes acabou tomando posse na data marcada, 15 de novembro de 1922, mas governou quase ininterruptamente sob estado de sítio até a posse de seu sucessor, Washington Luís, quatro anos depois. No Rio Grande, a guerra civil, apenas contra o governo estadual, contra Borges de Medeiros, mas não contra o governo federal, contra o Presidente Arthur Bernardes, começou no início de 1923.

Getúlio, veterano de quatro anos na Escola Tática de Rio Pardo e no corpo de tropa do exército, recebeu o comando do Corpo de Provisórios de São Borja e foi comissionado no posto de Tenente-Coronel.

Nesse posto, Getúlio comandaria seus dois irmãos os mais novos, Spártaco e Benjamim, e, da mesma forma, os dois mais velhos, Viriato e Protásio. Viriato, bem mais velho que Getúlio, era veterano da Revolução de 1893, na qual combatera sob o comando do legendário General Manoel do Nascimento Vargas, seu pai.

– Tomei conhecimento da existência de meu pai – escreveria Alzira na primeira página de seu livro *Getúlio Vargas, Meu Pai* – em começos de 23, quando o perdi pela primeira vez... Estremeci ao olhar aquele homem diferente que nos esperava para se despedir. Trajava farda de mescla azul, com talim e botas pretas, galões de coronel. Um revólver negro à cintura, um chapéu de abas largas e uma capa enorme sobre os ombros ainda o tornavam mais estranho.

– Era meu pai e envergava o uniforme da Briosá, como era conhecida a Brigada Militar do Rio Grande. Ia comandar o 7º. Corpo Auxiliar Provisório, composto quase todo de gente de São Borja... Curioso, nunca havia notado que meu pai era bonito...⁵²

Os provisórios de São Borja deveriam entrar em ação lutando contra os rebeldes que cercavam a maior das cidades do Rio Grande depois de Porto

⁵² Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, Meu Pai*, pp. 1 e 2.



Uruguaiana, situada, como São Borja, à margem do rio Uruguai – na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Getúlio estava na espera do batismo de fogo, esse ritual bárbaro que aguardara também na campanha do Acre, mas foi chamado para outra missão: assumir uma vaga de deputado na bancada do Rio Grande no Congresso Nacional e defender o Rio Grande contra a intervenção federal.

Morrera o deputado Rafael Cabeda e, pelas regras eleitorais em vigor, sua substituição devia ser promovida imediatamente por eleição direta (os deputados, eleitos por voto majoritário em distritos fechados, não tinham suplentes).

Ainda que lamentada pessoalmente, a morte de Rafael Cabeda oferecia a Borges de Medeiros a oportunidade de mandar à Câmara, como novo deputado pelo Rio Grande, esse já não tão jovem Getúlio Vargas, que entrava na casa dos 40 anos e demonstrara, na Assembleia dos Representantes do Rio Grande, extraordinária capacidade para o debate, mas, além disso, notável talento para o diálogo e a negociação.

Borges de Medeiros preferia Getúlio Vargas na Câmara dos Deputados, no Rio, agindo, com sua habilidade, sua paciência e sua capacidade de argumentação, para evitar a intervenção do governo federal no Rio Grande do Sul.

Getúlio perdeu aquela que seria a batalha decisiva, em São Borja, e, também, em Uruguaiana, a batalha que não houve. Junto com o telegrama que o convocava para assumir sem demora a liderança do Rio Grande na Câmara Federal, chegara outro, secreto e cifrado, informando que Honório de Lemes, o grande chefe guerrilheiro adversário, conhecido como “Leão do Caverá”, o mais temível combatente gaúcho desde a Guerra dos Farrapos, acabava de levantar o cerco a Uruguaiana.

Ainda que a sorte das armas não tivesse mudado em favor do governo do Estado e de Borges de Medeiros, a batalha política no Rio, na Câmara e nas relações tentaculares entre o Congresso, o governo federal e as Forças Armadas, tornara-se mais importante, militarmente, que um coronel a mais, um coronel a menos na frente do rio Uruguai. No Rio, na Câmara, na liderança da bancada do Rio Grande, Getúlio Vargas corria mais perigo, politicamente, do

que no comando de seu corpo de provisórios no Rio Grande.

Sua responsabilidade, agora, era convencer o governo federal, o Congresso e a opinião pública de que a guerra civil no Rio Grande fora intencional, provocada, sem a menor justificação, pela oposição a Borges de Medeiros. Este, Presidente legítimo do Rio Grande do Sul, dispunha-se, apesar disso, a negociar, para evitar maior efusão de sangue. Ou para evitar a intervenção federal, que acabaria com seu longo reinado no Rio Grande.

Quando Getúlio chegou à Câmara, o Rio Grande tinha apenas 16 deputados, São Paulo 21 e Minas, o Estado de maior população e eleitorado, 37. Foi a essa Câmara, dominada numericamente por Minas e São Paulo, que se dirigiu, a 10 de julho de 1923, o novo porta-voz do Rio Grande do Sul, o recém-empossado deputado Getúlio Vargas:

– Meu Estado, de acordo com a sua altivez tradicional, está resolvendo, embora dolorosamente, mas por si só, o seu caso político.

Getúlio lê, para que figure nos anais, um artigo do General Gomes de Castro, que afirma: é lícito ao Sr. Borges de Medeiros, como Presidente legal do Rio Grande, manter-se pela violência contra a violência!

Esse e outros pronunciamentos do novo líder da bancada gaúcha, sua disposição para conversar, para ouvir o lado oposto, sua atitude sem arrogância, embora firme, constituíram mais uma operação de conquista da opinião pública que uma operação estritamente política. O deputado Getúlio Vargas não resolveu sozinho a questão, mas foi decisivo.

Bernardes, apesar de sua intransigência, não podia desconsiderar dois fatos: Borges de Medeiros e os republicanos do Rio Grande tinham sido seus adversários na eleição, mas quando grupos militares se revoltaram a 5 de julho de 1922 – entre a eleição e a posse, querendo anular uma e impedir a outra – Borges de Medeiros fizera publicar no jornal oficial do Partido Republicano Riograndense, *A Federação*, o jornal sagrado, fundado por Júlio de Castilhos, um editorial famoso, com o título “Pela Ordem”, contra os movimentos de contestação ao Presidente eleito.

Esse o primeiro fato. O segundo: Assis Brasil apoiara a candidatura de Arthur Bernardes, mas, ao levantar-se em armas contra o governo do Rio Grande

do Sul, legitimava e estimulava rebeliões como as que obrigavam Bernardes a governar em estado de sítio.

Não houve, afinal, intervenção no Rio Grande – houve um acordo, assinado em Pedras Altas, o castelo de Assis Brasil, no interior do Estado, negociado sob o patrocínio do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho. Pelo acordo, que punha fim à guerra, Borges de Medeiros exerceria integralmente o novo mandato, mas assumia o compromisso de fazer dele o último.

CAPÍTULO 9

1926

UM PARECER CONTRA A COAÇÃO DA HISTÓRIA

O CASO DA ITABIRA IRON

GETÚLIO VARGAS VOTA NA CÂMARA CONTRA AS CONCESSÕES
AO GRUPO INTERNACIONAL QUE QUERIA REPRODUZIR NA EXPLORAÇÃO
DO MINÉRIO DE FERRO DO BRASIL O MODELO COLONIAL DO CONGO:
MINA EXCLUSIVA, FERROVIA EXCLUSIVA, PORTO EXCLUSIVO.

Na cidade toda de ferro
as ferraduras batem como sinos...
Os homens olham para o chão.
Os ingleses compram a mina.

Carlos Drummond de Andrade,
Lanterna Mágica

Noventa por cento de ferro nas calçadas,
Oitenta por cento de ferro nas almas...
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

Carlos Drummond de Andrade
Confidência do Itabirano

Getúlio Vargas fora retirado do comando de seus provisórios em São Borja, na Revolução de 1923, para defender na Câmara dos Deputados a não-intervenção federal no Rio Grande do Sul.

Imaginaria ele que viesse a retomar na Câmara o tema daquela manifestação de 1906, na saudação a Afonso Pena, em Porto Alegre, sobre os países condenados a recomprar, industrializados, os produtos de sua atividade extrativa?

Quando Getúlio protestou, em 1906, contra a coação da história sobre esses países, que pagavam tão caro pela viagem de ida e volta de seus produtos primários, o Brasil quase não exportava minério de ferro. Os produtos siderúrgicos que consumia – praticamente todos – eram produzidos no exterior, com minério de ferro de outros países.

O minério de ferro brasileiro ficava longe do mar e chegaria às siderúrgicas da Europa e dos Estados Unidos mais caro que o de outras regiões. Além disso, o que interessava à Inglaterra, em cuja área de influência o Brasil vivia, era vender primeiro o minério de suas colônias e manter as jazidas brasileiras como reserva para o futuro.

O que mais rendia financeiramente das exportações brasileiras era o manganês, indispensável para as siderúrgicas mais modernas dos países mais adiantados, o Primeiro Mundo de então. O manganês entrava em volume muito pequeno no processo siderúrgico, mas sem manganês não se transformava ferro em aço. Minério de ferro existia em muitos lugares; o manganês era raro, poucos países dispunham dele.

O Brasil, portanto, exportava manganês, mas importava a enxada, a ferradura, o trilho e a locomotiva e também reimportava o minério de ferro usado nesses produtos. Existiam, é verdade, pequenas fábricas – de sessenta a setenta, a maioria em Minas – cuja produção variava de 5 a 14 toneladas anuais e se destinava à fabricação de ferraduras, enxadas, foices e machados.

UM PAÍS SUJEITO À COAÇÃO DA HISTÓRIA

Nessa época vigorava no Brasil um regime tarifário absolutamente liberal, que facilitava e barateava a importação de produtos siderúrgicos que o Brasil não tinha condições de produzir, como locomotivas e trilhos, mas também daquilo que o Brasil já produzia – como enxadas. Nossas pequenas fábricas foram desaparecendo, esmagadas pela concorrência de países altamente protecionistas, a Inglaterra e a Alemanha.

Em 1902, o Brasil chegou a importar 80 mil toneladas de artefatos de ferro – até as grades que protegeriam as árvores da nova e magnífica Avenida Cen-

tral, no Rio, e as armações do novo mercado de São Paulo. E enxadas, ferraduras, machados...

João Luís Alves, parlamentar de Minas Gerais, apresentara à Câmara, em 1904, um projeto de revisão tarifária, para proteger a produção de ferro brasileira. O Times, de Londres, deu-se ao trabalho de registrar:

– Em vista da adoção, pela Câmara [do Brasil], em primeira discussão, do projeto relativo a uma elevação proibitiva das tarifas aduaneiras, os representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Estados Unidos, França e Itália exprimiram coletivamente a esperança de que o governo use de sua influência sobre o Congresso, para manter as velhas tarifas.

Esses países defendiam sua florescente siderurgia, recorrendo a tarifas aduaneiras e outras medidas protecionistas, muito mais duras que as propostas por João Luís Alves – tarifas e medidas que não sabemos se foram igualmente chamadas de proibitivas pelo Times.

Ao mesmo tempo, esses países passaram a comprar, a preço irrisório, grande parte das reservas de ferro de Minas Gerais. Em 1908, quando os Estados Unidos produziam mais de 10 milhões de toneladas de aço por ano, e o Brasil apenas 2 mil toneladas de ferro gusa, um grupo inglês, liderado por Cecil Rhodes, o famoso explorador, adquirira as jazidas de ferro de Cauê, Conceição, Santana e Giraú, em Itabira, Minas Gerais. Esse foi o começo do caso Itabira Iron, que se arrastaria por mais de trinta anos.

Cecil Rhodes, apenas um testa de ferro no projeto da Itabira Iron, fundara, em terras africanas conquistadas, um país artificial, de fronteiras arbitrárias, chamado Rodésia e submetido ao Império Britânico. Foi para impressionar a amante, uma aristocrata inglesa, que Cecil Rhodes criou a Rodésia.

Rhodes não teve a preocupação de saber qual seria o destino dos grupos humanos submetidos nessa nova colônia ao domínio de Sua Majestade Britânica. Nisso ele não foi nem pior nem mais leviano que a maioria de seus contemporâneos, visto estarmos naquele mundo perfeito e acabado do homem branco. Não seria maior a preocupação de Rhodes com o que estivesse acima das jazidas compradas em Itabira por seu grupo – fossem terras ou pessoas.

Logo depois da compra das jazidas de Itabira, uma área de 76 mil km², duas vezes e meia a superfície da Bélgica, contendo reservas de minério de ferro e manganês avaliadas, na época, em mais de um milhão de toneladas, um dos associados de Rhodes, Sir Ernest Cassel, na verdade o controlador do grupo, iniciou negociações com a Companhia da Estrada de Ferro Vitória a Minas, para o transporte de minério do Pico de Itabira até o litoral do Espírito Santo. A estrada de ferro, construída precariamente em 1902, detinha um privilégio de zona concedido pelo governo mineiro. Isso significava que até 1962 o Estado de Minas não poderia autorizar outra ferrovia na mesma área.

A comercialização do minério dependia de um acordo prévio entre o grupo inglês e os proprietários da Vitória a Minas e de sua adaptação ao transporte de minérios, o que tornava necessária a construção de um novo ramal. Em seguida, o Hematite Syndicate, holding dos interesses do grupo Cassel, organizou a Itabira Iron e, com ela, passou a controlar também a estrada de ferro, adquirindo 73% de seu capital.⁵³

A ALIANÇA DO MINÉRIO COM A BORRACHA

Essa corrida pelas concessões minerais no Brasil coincidiu com o início da questão do Acre, que levava o regimento no qual servia Getúlio Vargas a atravessar metade do país para colocar-se em posição de combate.

O automóvel começava a ganhar importância, como fração individual de um modelo de vida cada vez mais consorciado à tecnologia. Com o automóvel, importado, vinham as pressões comerciais. O automóvel não dependia do Brasil a não ser nas rodas. A borracha era o melhor e insubstituível acabamento das rodas do automóvel e dera impulso ao aparecimento de uma indústria específica, a produção de pneus.

Alguns grupos econômicos, de origem britânica e alcance multinacional, imaginaram conquistar o monopólio dessa nova indústria, assumindo o con-

⁵³ Italo Tronca, "O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda", em *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Bóris Fausto, vol. 10, pp. 342 e passim.

trole das fontes produtoras de borracha. Esses grupos criaram o Bolivian Syndicate, empresa multinacional de capitais britânicos e norte-americanos, e conceberam a ideia de um país independente na região do Acre, entre a Bolívia e o Brasil, ou melhor, um “país” independente tanto do Brasil quanto da Bolívia, mas dependente, é claro, de seus acionistas e proprietários...⁵⁴

Nesse momento, o Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, já sabia das futuras dificuldades de suprimento das indústrias de seu país.

Os Estados Unidos expandiam seus interesses e suas exibições de força muito além das próprias fronteiras e despontavam como sucessores da Inglaterra no domínio do mundo. Theodore Roosevelt criou uma comissão que fez o levantamento dos recursos minerais do território dos Estados Unidos e, entre outras recomendações, propôs a realização de um Congresso Internacional de Geologia.⁵⁵

O congresso foi realizado em 1910, em Estocolmo, capital da Suécia, país que então produzia o melhor ferro do mundo. Não foi a Suécia, no entanto, a estrela do congresso. A estrela foi o Brasil.

Esse encontro, com a participação dos mais experientes geólogos e empreendedores dos países mais desenvolvidos do mundo, desmontaria a cortina de segredo com que os ingleses procuravam esconder suas reservas legalmente garantidas em território brasileiro.

O mundo todo foi informado do volume fantástico e da qualidade das jazidas brasileiras de ferro, até então conhecidos apenas das empresas detentoras de seu controle e às quais não interessava o aparecimento de competidores.⁵⁶

Nesse ano, o Congresso brasileiro aprovava a concessão de incentivos a empresas que se interessassem pela exploração da siderurgia no Brasil. Os grupos ingleses que detinham as melhores concessões precisavam garantir-se contra a cobiça de outros grupos. Ainda em 1910, o grupo Cassel conseguiu

⁵⁴ Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência*, pg. 22.

⁵⁵ *Idem*, pg. 24.

⁵⁶ *Idem*, pg. 28.

assumir o controle da ferrovia entre as jazidas de ferro de Itabira e o litoral do Espírito Santo, a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Com uma ferrovia exclusiva, quem poderia competir com o grupo Cassel?

FARQUHAR, SÓCIO DE DEUS

A Primeira Guerra Mundial, em 1914, paralisou todos os projetos de extração e exploração do ferro brasileiro e ainda mais a ideia da instalação de uma indústria siderúrgica de porte no Brasil: a escassez de carvão e de equipamentos não permitia que se pensasse nisso, mas estimulou as reivindicações de exploração do carvão brasileiro, de qualidade muito inferior.

A guerra durou quatro anos. Antes que ela terminasse, Sir Ernest Cassel desistiu de seu projeto brasileiro e vendeu as jazidas a outro grupo inglês – certamente com lucro em relação ao preço pago por elas bem antes do congresso de Estocolmo.

Os compradores e os outros grupos ingleses com interesses na mineração de ferro no Brasil já sabiam que, com a rápida passagem do Brasil da esfera de influência (ou do império?) da Inglaterra para a esfera de influência (ou o império) dos Estados Unidos, seria um erro, uma ilusão, não interessar grupos americanos no empreendimento e dividir com eles os lucros futuros, que poderiam ser fabulosos.

Nesse momento, o crescente desenvolvimento das multinacionais norte-americanas lançava-as à competição com as multinacionais de origem britânica na América Latina.

Um esperto empresário norte-americano, Percival Farquhar, que já fizera muitos negócios no Brasil, depois de ter sido concessionário de serviços de energia elétrica em Cuba e na Guatemala, sugeriu então que as empresas norte-americanas não deveriam disputar o lugar das britânicas, mas somar-se a elas. E concebeu – como diria um dos melhores cronistas desse e de outros períodos da história econômica do Brasil, Osny Duarte Pereira – um plano gigantesco de exploração colonial do país, servindo-se de capitais mistos, para atuar no setor da borracha, da madeira, da pecuária e da mineração.

O grupo comprador das concessões de Sir Ernest Cassel e de Cecil Rhodes, originalmente inglês, encarregou esse americano, Percival Farquhar, de atrair sócios nos Estados Unidos. Farquhar não tinha experiência no negócio e na indústria do minério, mas tinha experiência de empreendimentos no Brasil.⁵⁷

Percival Farquhar nascera em York, na Pennsylvania, em 1864, filho de um bem sucedido industrial, chefe de uma sólida e séria família presbiteriana. Esse capital religioso daria a Percival Farquhar, a vida toda, a certeza de sempre estar certo – o que, no futuro e no trópico, faria de sua força interior uma alavanca tão irresistível quanto seu poder exterior.

Farquhar formou-se em engenharia pela Universidade de Yale em 1884. Já em 1900, depois de ter trabalhado na administração de outras empresas, obteve concessões para fornecimento de eletricidade e construção de ferrovias em Cuba e na Guatemala. Eram países aos quais a política de Theodore Roosevelt (e de seus antecessores e sucessores imediatos) levava seguidas manifestações do poder dos Estados Unidos, seguidas experiências de legitimação de um destino manifesto, como então o chamavam, o que só alegria e estímulo podia proporcionar aos bons corações tementes a Deus: ganhar dinheiro, explorar concessões em lugares medonhos como Cuba e a Guatemala era também servir ao Senhor.

Essa zelosa atividade missionária de Farquhar chegaria ao Brasil em 1904, quando ele criou, com o engenheiro americano F. S. Pearson e o advogado canadense Alexander Mackenzie, a Rio de Janeiro Light & Power, que começou por acumular várias concessões de serviços públicos: bondes, iluminação a gás e energia elétrica.

Nesse mesmo ano de 1904, Farquhar pensara em levar a eletricidade a Constantinopla, uma das cidades maiores e mais importantes do mundo, mas vacilou, diante da fama de corrupção de Abdul Hamid II, o sultão do Império Otomano... Farquhar voltou-se então para o Brasil e, com o apoio de capitais canadenses, logo obteve o controle dos serviços públicos e do sistema de bondes do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Idem, pg. 29.

Em 1906, ele comprou a concessão para construir e operar o Porto do Pará, em Belém. com a garantia, dada pelo governo brasileiro, de remuneração de 6% sobre o capital, além da taxa ouro de 2% sobre todas as importações. Assim tiveram início suas atividades na Amazônia, que acabariam sendo pagas, em grande parte, pelo governo brasileiro.⁵⁸

MAGIA E SANGUE: AS ESTRADAS DE FERRO

Mal se passara um ano dessa primeira investida sobre a Amazônia, território tão pouco conhecido dos próprios brasileiros, e, em 1906, Farquhar fundou a Brazil Railway Company, propondo construir um grande sistema ferroviário unificado na América do Sul. Em função disso e com capitais que, como tudo que é sólido, em pouco tempo se desmanchariam no ar, Farquhar, nesse mesmo ano de 1906, compraria a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Depois, arrendou a Estrada de Ferro Sorocabana, comprou a maioria das ações das estradas de ferro Mogiana e Paulista e assumiu outras linhas no Brasil e nos países vizinhos.⁵⁹

As estradas de ferro tinham, na época, a magia das linhas aéreas do futuro. Farquhar, um visionário, dispunha de ousadia para entrar na história pela porta dos heróis, mas preferiu entrar pela das espertezas lucrativas. Ninguém imaginou tanto como ele um país levantando voo rumo ao futuro, mas ele pensava em lucros, não no destino do país: se tivesse pensado não no lucro imediato, mas no destino do país, seria, com aquela audácia visionária, um dos heróis da história da independência do Brasil. E lucraria muito mais.

De olho no lucro e sem saber que desvendava ao Brasil algumas das possibilidades de seu futuro, Farquhar obteve em 1907 a concessão para construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que transportaria a grande produção mineral e de borracha que se previa para as regiões da Bolívia próximas a seu eixo.⁶⁰

⁵⁸ Fundação Getúlio Vargas, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, vol. 2, pg. 1239.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Idem, pg. 1240.

A Madeira-Mamoré era um projeto fracassado e maldito, consumidor de dinheiro e vidas. Em meados do século 19, antes mesmo do automóvel produzido em série, a borracha já era um sucesso comercial e uma indispensável utilidade econômica, especialmente por sua impermeabilidade.

Em busca de florestas de hevea, milhares de exploradores vasculhavam os mais de dez mil cursos d'água que formam o Amazonas, procurando tratos de terra cobertos pela seringueira. A distância média entre uma árvore e outra era de cerca de cem metros, o que exigia muita terra para alguma borracha. Quando se tentou "racionalizar" a produção, plantando seringueiras lado a lado, uma praga (*micricyclus ulei*) acabou com elas.

As terras situadas no encontro da Bolívia com o Brasil apresentavam as mais ricas florestas de hevea da Amazônia, mas, pouco acima de Porto Velho, dezenove cataratas e corredeiras impediam a navegação ao longo de 400 quilômetros do rio Madeira, escoadouro natural do que quer que se produzisse nessa região. Uma ferrovia de 360 quilômetros que contornasse esse trecho permitiria que os carregamentos de minérios, de borracha e também de quinino e outros produtos da Bolívia (por que não a folha da coca, se a cocaína ainda não era proibida e já era apreciadíssima nas classes altas e abonadas da Europa?) seguissem pelo Madeira até o Amazonas, para os portos de Manaus e Belém e daí para os centros consumidores de todo o mundo.

MADEIRA-MAMORÉ, O INFERNO

Em 1872, um inglês, George Church, começou a construir essa ferrovia. Mas não foi longe, nem poderia. A malária ou matava ou afugentava os trabalhadores. Mesmo com salários bem mais altos, era difícil repor os que sumiam ou morriam. Por muito tempo o que Church conseguira fazer ficou abandonado até que Farquhar comprasse a concessão por meros 75 mil dólares.

Farquhar via tanto dinheiro à frente – o Acre, nesse momento, exportava 20 milhões de dólares de borracha por ano e o Amazonas outros 20 – que nem reivindicou do governo brasileiro as mesmas garantias de remuneração do capital que conseguira no contrato do Porto do Pará.

Farquhar trabalhou furiosamente nos dois projetos, com dinheiro que levantou sobretudo na França. O porto do Pará e a Madeira-Mamoré foram inaugurados no mesmo dia, 7 de setembro de 1912. Nos cinco anos desde que Farquhar comprara a concessão da estrada, a borracha brasileira entrara em colapso, derrotada pela concorrência da borracha do Sudeste Asiático.

(As mudas de hevea contrabandeadas de Belém para o jardim botânico de Londres, e daí levadas para as possessões inglesas na Ásia, deram-se bem com a emigração e permitiram grandes plantações, com árvores próximas umas das outras porque em seu novo habitat não foram atacadas pela mesma praga da Amazônia.)

Nem o porto nem a estrada de ferro deram as receitas fabulosas que Farquhar esperava e que compensariam o custo absurdo da estrada. A Madeira-Mamoré custara 33 milhões de dólares – 111 mil dólares o quilômetro, quando uma ferrovia muito mais difícil, de Lima, no Peru, para leste, por sobre os Andes, custara 72 mil dólares o quilômetro. Desses 33 milhões de dólares, 20 milhões foram pagos pelo governo brasileiro. (A Madeira-Mamoré e o Porto do Pará acabaram entregues ao governo brasileiro, carregados de dívidas.)⁶¹

Além de propor que capitais britânicos e norte-americanos deixassem de competir e passassem a associar-se no Brasil, Farquhar concebeu um modelo de exploração monopolista do mercado brasileiro. Com o Porto do Pará e a Madeira-Mamoré, ele impediria o acesso de empresas concorrentes à borracha da fronteira Brasil-Bolívia e ao estanho da Bolívia e garantiria o movimento de sua própria Companhia de Navegação da Amazônia, formada em 1909.

Para completar a província amazônica de seu império brasileiro, Farquhar criou a Amazon Development Company e a Amazon Land & Colonization Company, que receberam do governo, em doação, as terras que constituem hoje o Estado do Amapá.

A troco de nada, por intermédio de outra empresa, a Brazil Land Cattle

⁶¹ Susanna Hecht e Alexander Cockburn, *The Fate of the Forest*, Cap. 4, *passim*.

and Packing Company, Farquhar acrescentou ao patrimônio do que seria o Grupo Itabira Iron enormes áreas de terras em Mato Grosso (2.8 milhões de hectares, área quase do tamanho da Bélgica).

O mesmo propósito em relação a outros produtos e outras regiões do Brasil levou-o a disputar e conseguir concessões para os portos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e para a construção das Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, Sorocabana e Mogiana.

A GUERRA DO CONTESTADO

A concessão para construir a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande deu a Farquhar uma faixa de 18 quilômetros de terras devolutas ao longo da ferrovia. Farquhar recrutou e armou uma polícia privada, para expulsar os posseiros que viviam na região. O conflito entre essa polícia e os posseiros deu origem à Guerra do Contestado (ou campanha dos jagunços), uma luta selvagem que matou dezenas de milhares de pessoas. Farquhar só queria essas terras para explorar sua madeira. A serraria era uma das maiores do mundo e dispunha de ferrovia própria – uma espécie de ferrovia descartável. Seus ramos corriam na direção das florestas que seriam derrubadas e depois eram abandonados.

A São Paulo-Rio Grande e as outras ferrovias de Farquhar operavam em bitolas variáveis e sempre diferentes do padrão internacional de 1,44m, e eram assim projetadas para concentrar a compra de locomotivas e vagões em determinados fornecedores e porque serviriam apenas a um modelo de esgotamento colonial e não de integração econômica. A mesma coisa, aliás – escreveu Osny Duarte Pereira – ocorrera na Rússia czarista, na China e em outras partes do mundo submetidas ao controle britânico.

Em 1912, quando esse primeiro império começou a desmantelar-se, devido ao fracasso financeiro da Madeira-Mamoré e do Porto do Pará, e, em seguida, pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, que fechou os mercados financeiros da Europa para investimentos como os de Farquhar, este era um homem riquíssimo. Sua fortuna em títulos era avaliada em 25 milhões de dó-

lares e ele controlava boa parte da atividade econômica no Brasil – ferrovias, portos, comércio fluvial, matérias primas e pecuária.

Quando, em 1919, foi chamado (ou se fez chamar) para servir como advogado aos compradores das jazidas de Itabira, Farquhar pensou imediatamente na criação de uma saída exclusiva de minério em Vitória, no Espírito Santo, de modo a montar uma espécie de comando mundial do aço. Sua ideia era reproduzir no Brasil a experiência de capitais europeus em colônias africanas: minas exclusivas, estrada de ferro exclusiva, porto exclusivo.

Depois do fracasso e da falência da maioria de suas empresas a partir de 1912, a sorte voltou a contemplá-lo.

FARQUHAR SEDUZ EPITÁCIO PESSOA

O Brasil elegera um novo Presidente, Epitácio Pessoa, e esse Presidente, que tomaria posse em novembro, visitou os Estados Unidos em julho de 1919. Era um jurista eminente, representara o Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, depois da Primeira Guerra Mundial, mas talvez não fosse tão atilado em relação à lógica das questões econômicas quanto o era em relação à lógica da lei.

Em Nova York, num banquete no Waldorf Astoria, Farquhar foi apresentado ao Presidente, a quem expôs sumariamente seu projeto. No dia seguinte, voltou a Epitácio e apresentou uma proposta detalhada: construiria uma estrada de ferro que se interligaria à Vitória a Minas e em parte do trajeto operaria com ela em tráfego mútuo, para transportar o minério de Itabira a um porto a ser construído em Santa Cruz, no Espírito Santo; terminada a construção da estrada de ferro, construir-se-ia uma usina siderúrgica para a produção inicial de 150 mil toneladas anuais.

Epitácio Pessoa gostou do plano, iludido talvez pela isca que era a construção da usina siderúrgica depois de pronta a estrada de ferro. Em dezembro, já como diretor e não mais como advogado do grupo Itabira Iron (do qual, em pouco tempo, assumiria também o controle acionário), Farquhar conseguiu rapidamente o contrato que queria, redigido pessoalmente pelo Ministro da

Fazenda Pires do Rio – um espírito cosmopolita avesso a qualquer voluntarismo nacionalista e a projetos, por exemplo, como os de aproveitamento do carvão brasileiro.⁶²

O contrato dizia o seguinte:

1. A Itabira Iron teria o direito (direito, não obrigação) de construir e explorar, sem privilégio, altos-fornos de coque, fábricas de aço e trens de laminação, numa usina siderúrgica com a capacidade mínima de 150 mil toneladas anuais.

2. A Itabira também poderia construir dois ramais ferroviários, um ligando as minas de Itabira à estrada de ferro Vitória a Minas e o outro de Aracruz, porto à margem do rio Piraquê Açu, à mesma estrada. Esses dois ramais seriam de uso privativo da Itabira Iron.

3. Só se um tribunal técnico declarasse que o carvão nacional poderia ser utilizado, a Itabira teria obrigação de usá-lo, reduzindo na mesma proporção o recurso ao carvão importado.

4. A Itabira Iron gozaria, por 60 anos, de isenção de impostos de importação para matérias primas e máquinas destinadas a suas instalações e serviços.⁶³

Com o porto e os dois ramais ferroviários declarados de uso exclusivo e com a Vitória a Minas desfrutando do privilégio de zona (que impedia a construção de qualquer outra ferrovia na mesma região), Farquhar conseguia uma situação análoga à da Union Minière du Haut Katanga, o consórcio minerador que os belgas tinham montado no Congo e era o supremo artifício da economia colonial.⁶⁴

Os outros mineradores de regiões próximas a Itabira e os donos de todas as jazidas situadas no eixo dos ramais de Farquhar da própria Vitória a Minas (cujo controle ele também adquiriria em seguida) teriam de submeter-se a Farquhar, vender-lhe sua produção e talvez as próprias minas e jazidas, pelo preço que ele se dispusesse a pagar. O grupo Itabira Iron tornava-se pratica-

⁶² Humberto Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pg. 127.

⁶³ Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência*, pg. 30.

⁶⁴ *Idem*, pg. 31.

mente um país soberano dentro de outro e conquistava poder econômico semelhante ao outro empreendedor norte-americano temente a Deus e de enérgico espírito religioso: John D. Rockefeller.

CLODOMIRO DE OLIVEIRA: MINAS DIZ NÃO

Como no Brasil de então os Estados dispunham de muito mais poderes que depois de 1930 – o que inclusive daria margem a concessões de extravagante largueza para a pesquisa, por exemplo, de jazidas de petróleo – o contrato da Itabira Iron teria de ser aprovado pelo governo estadual de Minas Gerais, em cujo território ficavam as jazidas.

Se Epitácio Pessoa era aconselhado em matéria econômica por um ministro como Pires do Rio, o Presidente de Minas, Arthur Bernardes, futuro Presidente da República, aconselhava-se com um professor da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Clodomiro de Oliveira. O professor e o Presidente opuseram-se ao contrato da Itabira – pela exportação em si do minério bruto e pelo monopólio que Farquhar passaria a exercer.⁶⁵

Depois que Bernardes deixou o governo de Minas, o novo Presidente do Estado, Raul Soares, e o seguinte, Fernando de Melo Viana, mantiveram a mesma orientação. Só o terceiro, Antônio Carlos, aprovou o contrato, em dezembro de 1927, apenas por entender que o problema da siderurgia era mais nacional que regional, mais afeto ao governo federal que a qualquer governo estadual.

A essa altura todo o projeto da Itabira se transformara numa questão complicadíssima. Uma lei do Congresso autorizara Epitácio Pessoa a assinar o contrato nos termos em que foi assinado. Mas, ainda em 1920, o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso mas independente dele no exame de casos concretos, recusou registro ao contrato.

A controvérsia saltou para a imprensa e o debate público tornou-se apaixonado. O contrato foi denunciado como negociata e Farquhar apontado como o braço de um misterioso, tentacular e invisível poder econômico estrangeiro.

⁶⁵ Hélio Silva, 1939: *Véspera de Guerra*, pg. 331.

Para os mineradores mineiros e para os donos dos altos-fornos que elaboravam o pouco aço produzido no Brasil, o monopólio de Farquhar seria o fim dessa incipiente indústria nacional. Os produtores de carvão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina argumentavam que Farquhar, beneficiado pela isenção de impostos de importação, inundaria o país de carvão estrangeiro, desembarcado dos mesmos navios que levariam o minério de ferro bruto. O Brasil perderia as riquezas de Minas Gerais e reteria apenas o salário dos empregados de Farquhar.⁶⁶

Valendo-se de uma de suas prerrogativas constitucionais, Eptácio Pessoa mandou executar o contrato, apesar da decisão do Tribunal de Contas. Ainda em 1920, o Brasil recebeu a visita do Rei Alberto, da Bélgica, um dos artífices da instituição das minas cativas no Congo. O projeto Farquhar assustou o Rei, que imediatamente organizou um grupo belgo-luxemburguês, para montar a Belgo-Mineira enquanto havia tempo. Esse grupo aliou-se a todos os adversários de Eptácio Pessoa e de Farquhar.

O raciocínio desses adversários partia do fato de que Farquhar prometera instalar uma usina siderúrgica, mas isso não estava no contrato. Era uma promessa verbal, a Eptácio Pessoa, como chamariz para arrancar o contrato e não fora incluída entre as obrigações contratuais de Farquhar, que, aliás, eram bem poucas.

Havia, porém, o que parecia constituir um conjunto de liberalidades de Farquhar, de atos de magnanimidade de Farquhar para com o governo brasileiro, nas cláusulas sobre a transferência futura da futura usina ao patrimônio público. Se essa águia ávida estava disposta a entregar em termos tão generosos uma siderúrgica na qual teria de investir tanto dinheiro, só podia ser porque não pretendia construir usina alguma. Em nome dessa usina, Farquhar obtivera mais um pequeno favor nesse contrato: o direito de importar equipamentos e insumos sem pagar impostos e encargos aduaneiros.

A cláusula sobre a siderúrgica era a favor de Farquhar e não contra ele.⁶⁷

⁶⁶ Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência*, pp. 31 e 32.

⁶⁷ *Idem*, pg. 32.

ARTUR BERNARDES

Epitácio Pessoa foi sucedido na Presidência da República exatamente por Arthur Bernardes, que continuava contra o projeto de Farquhar e, logo depois de assumir o governo, em novembro de 1922, recebeu outro projeto, de empresários brasileiros liderados por Henrique Lage, um dos mais importantes e empreendedores deles – além de ser uma espécie esquisita de patriota: ao morrer, deixou o patrimônio de todas as suas empresas para o governo brasileiro, como reconhecimento pela ajuda e pelos subsídios que dele tinha recebido.

Esse projeto propunha a construção de uma usina siderúrgica com capacidade para 400 mil toneladas anuais de aço laminado, que se destinaria à produção de trilhos, à construção civil e a qualquer outra finalidade definida pelo governo. Essa usina, ressaltava o memorial encabeçado por Henrique Lage, não pretendia qualquer monopólio, nem ganhar dinheiro com a exportação de minério bruto, e dispunha-se a conviver com outras usinas.

O memorial insinuava que essa era uma proposta anti-Farquhar: sem monopólio, sem exportar o minério, o governo brasileiro, com a execução do projeto, muito faria a favor da independência econômica do país...⁶⁸

Bernardes, que governava sob estado de sítio e assim governaria até o fim do mandato e era apresentado como uma personalidade autoritária e intolerante, preferiu ouvir outras vozes. Em 1923, ele promoveu uma conferência nacional, com a participação de representantes do Congresso, empresários e técnicos, para estudar a questão da Itabira Iron.

As conclusões da conferência foram aceitas por Bernardes e incluídas num decreto, de 9 de janeiro de 1924, que mudava radicalmente a orientação de Epitácio Pessoa e impunha uma política nacionalista: empréstimos do governo apenas a empresas nacionais criadas para a instalação de novas usinas; construção, por iniciativa do governo, de três usinas com capacidade para 50 mil toneladas anuais cada uma – uma no Vale do Rio Doce, outra no Vale do

⁶⁸ Humberto Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pg. 127.

Paraopeba e a terceira na bacia carbonífera do sul.⁶⁹

Artur Bernardes não conseguiu construir nem mesmo iniciar essas usinas, tal a agitação e os tremendos problemas políticos de seus quatro anos de governo. Mas conseguiu, no Congresso, uma decisão que teria, pelos anos e décadas seguintes, a fidelidade de um de seus primeiros signatários. A 31 de julho de 1926, a pouco mais de três meses do fim do governo Bernardes, a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o ato do Tribunal de Contas que recusara registro ao contrato da Itabira Iron.

O parecer da Comissão de Justiça dizia:

– Do contrato se evidencia que os termos da autorização legislativa foram invertidos ou virados pelo avesso; o fim, que na autorização era fabrico do ferro e do aço, passou a ser a exportação do minério de ferro. O contrato teve o pensamento transparente de suas cláusulas, de colocar no primeiro plano os interesses contrários, os interesses da indústria extrativa, promovendo, em detrimento da economia produtiva, o que os alemães tão apropriadamente chamam de economia destrutiva ou economia de rapina.

– Assim, a Itabira Iron manterá sob seu exclusivo controle, e como instrumentos privativos, os dois trechos extremos entre Itabira e o porto de exportação, impossibilitando, praticamente, a exportação de minérios que não sejam de sua propriedade, forçando os proprietários das jazidas a lhas transferirem a preços convenientes. É, de fato, um monopólio que se institui a seu favor; e, indireta, oblíqua e virtualmente, o direito de expropriação que se lhe confere.⁷⁰

O redator desse parecer era o deputado Francisco Campos, de Minas, que depois seria execrado como autor da Constituição do Estado Novo, em 1937, e do primeiro Ato Institucional do regime de 1964.

É preciso, porém, fazer justiça a Francisco Campos por esse parecer. E também pela legislação petrolífera que ele elaboraria em 1938.

⁶⁹ Humberto Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pg. 128, e Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência*, pg. 34.

⁷⁰ Osny Duarte Pereira, *Ferro e Independência*, pg. 35.

Um dos signatários do parecer contra a Itabira Iron era o deputado Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, que poderia justificar esse voto lembrando seu discurso de vinte anos antes, quando saudara em Porto Alegre, em nome dos estudantes, o Presidente eleito Afonso Pena, e protestara contra a coação da história sobre os países condenados a recomprar, industrializados, os produtos de sua atividade extrativa.

CAPÍTULO 10

1928

UMA PASSAGEM INEXPRESSIVA PELO GOVERNO FEDERAL...

MINISTRO DA FAZENDA E GOVERNADOR DO RIO GRANDE

... E UMA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA COMO GOVERNADOR DO ESTADO.

A PACIFICAÇÃO POLÍTICA DO RIO GRANDE E UM PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE ANTECIPA AS PRIORIDADES
DA REVOLUÇÃO DE 30.

A guerra civil do Rio Grande, em 1923, que levara Getúlio Vargas à Câmara dos Deputados, com a tarefa de evitar a intervenção federal no Estado, não teria chegado tão longe, talvez nem tivesse começado, se Borges de Medeiros não se houvesse oposto à candidatura de Artur Bernardes em 1922.

Ao assumir, em 1923, a liderança da bancada do Rio Grande na Câmara Federal, Getúlio tornou-se um dos sucessores naturais de Borges de Medeiros, que não teria como pretender nova reeleição e afinal renunciara expressamente a ela pelo Pacto de Pedras Altas.

Na eleição presidencial seguinte, em 1926, Borges preferiu compor-se com a candidatura oficial, do Presidente de São Paulo, Washington Luís Pereira de Souza, apoiada pelas forças políticas situacionistas de São Paulo e de Minas e pelo próprio Bernardes. Assim o Rio Grande não se exporia novamente, como em 1922, ao apoiar Nilo Peçanha, candidato oposicionista contra Artur Bernardes.

Eleito sem oposição, Washington Luís retribuiu esse apoio oferecendo o Ministério da Fazenda ao Rio Grande. Getúlio Vargas era o representante riograndense mais em evidência naquele momento, como líder da bancada de seu Estado – e o Rio Grande tinha o eleitorado mais numeroso, depois de Minas e São Paulo.

Pesaria contra Getúlio o fato, muitas vezes alegado depois, de que ele não teria conhecimentos de economia, tanto que recusara, na Câmara, a indicação para integrar a Comissão de Finanças. Por essa razão, outro republicano do Rio Grande esperava ser o escolhido: Lindolfo Collor, que defendera, nas colunas de *O País* e do *Correio Paulistano*, a reforma financeira que Washington Luís propusera na campanha.

Fatos anteriores desmentiam e fatos posteriores voltariam a desmentir essa alegação: além do conciso e preciso diagnóstico da economia brasileira em seu discurso de saudação a Afonso Pena, vinte anos antes, e, ainda recentemente, no voto contra o contrato da Itabira Iron, Getúlio fora quatro vezes relator do orçamento do Rio Grande do Sul. Pela Constituição castilhistas do Rio Grande, o orçamento era a principal atribuição da assembleia estadual, que levava extremamente a sério essa responsabilidade.

A alegação de que não conhecia finanças suficientemente era mais um pretexto que uma verdadeira razão. Nas condições em que Getúlio chegara à Câmara, em 1923, para evitar a intervenção federal no Rio Grande, estabelecer algum diálogo político com o governo Bernardes e reincorporar o Rio Grande à política nacional, depois da aventura do apoio à Reação Republicana de Nilo Peçanha contra a candidatura Bernardes, fazia muito mais sentido pertencer à Comissão de Constituição e Justiça que à de Finanças. A de Justiça era a comissão política e por ela teria de passar qualquer proposta ou decreto de intervenção federal em qualquer Estado. Foi na Comissão de Justiça que Getúlio deu o voto contra a Itabira Iron e tornou-se amigo do líder da bancada de São Paulo, Herculano de Freitas.

Como Getúlio já era o representante de seu Estado na negociação no Congresso e com o próprio governo federal, sua escolha para o Ministério foi recebida com naturalidade, se não com alívio, tanto no Rio quanto em São Paulo e Porto Alegre.

PASSAGEM INEXPRESSIVA PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A passagem de Getúlio Vargas pelo Ministério da Fazenda, contudo, não permitiria antecipar qualquer de suas futuras intervenções que mudariam a história do Brasil. Não se poderia ver nela a realização do que ele dissera no discurso a Afonso Pena em 1906, nem do que ficara implícito em seu voto contra a Itabira Iron.

Em primeiro lugar, porque o Ministro da Fazenda não era um ministro da economia, mas apenas das finanças – e exclusivamente das finanças do governo federal.

Uma questão como a da Itabira Iron esgotava-se na órbita do Ministério da Agricultura, mas também responsável pelo patrimônio mineral do país, ou na dos Ministérios da Agricultura e da Viação, este responsável pelo sistema de transportes e, portanto, pela concessão da ferrovia Vitória a Minas.

Situações como a que o próprio Vargas denunciara na saudação a Afonso Pena – a coação da história sobre países condenados a recomprar, manufaturadas, as mesmas matérias primas que haviam exportado – não poderiam figurar na agenda de uma presidência como a de Washington Luís.

(Washington Luís deixaria duas frases famosas: governar é abrir estradas, uma, nada disputada. A outra seria contestada: a questão social é caso de polícia. A verdade é que ele a disse, na campanha presidencial de 1926, embora com outras palavras – e com luvas de pelica sobre a pesada e desajeitada mão de ferro.)

Assim como a liderança da bancada do Rio Grande tornara natural a indicação de Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, o exercício desse Ministério tornava natural sua candidatura à Presidência do Rio Grande, já que, pelos acordos de 1923, Borges de Medeiros renunciara a tentar nova reeleição em 1928.

(Quando foi escolhido Ministro da Fazenda em 1926, Getúlio Vargas poderia imaginar, sim, que passara a ficar a seu alcance a presidência do Rio Grande, mas não a Presidência da República.)

Getúlio administrou cuidadosamente essa hipótese, certo ou não de que o

próximo Presidente do Rio Grande seria mais importante, nacionalmente, que Borges de Medeiros em seus cinco mandatos e que o fazedor de Presidentes Pinheiro Machado.

Outra razão de cuidado é que não seria fácil para Borges de Medeiros deixar a chefia do governo do Rio Grande depois de tanto tempo: uma vez apenas, quando Getúlio ainda era estudante de direito, Borges, substituído pelo governador Carlos Barbosa, passara cinco anos fora do governo: mas apenas formalmente.

Mantivera a presidência do Partido Republicano Riograndense e seu substituto na presidência do Estado, Carlos Barbosa, sabia dever cada um dos votos de sua vitória à máquina do partido e ao próprio Borges de Medeiros (sobretudo por ter sido desafiado por um republicano dissidente – e atraente – Fernando Abbot, cuja candidatura impediu a eleição com candidato único).

Carlos Barbosa saberia de sua dívida política para com Borges de Medeiros mesmo que fosse candidato único e não contestado. Com Abbot pela frente, devia muito mais, e sabia disso. Sem ser, de maneira alguma, um preposto, um pau mandado, Carlos Barbosa não procurou acender luz própria que alimentasse uma liderança pessoal. Manteve-se estritamente leal a Borges de Medeiros e garantiu o retorno deste na eleição seguinte.

Em 1927, ao aproximar-se a eleição que marcaria seu afastamento definitivo da Presidência do Rio Grande, com a posse de um novo Presidente do Estado em janeiro de 1928, Borges de Medeiros sabia que seu sucessor natural era o Ministro da Fazenda Getúlio Vargas. Mas tentou alimentar outra candidatura, menos independente de seu apoio e de seu comando. Tentou, por exemplo, para constranger Getúlio, lançar um amigo e contemporâneo deste na Faculdade de Direito, Sérgio Ulrich de Oliveira, a quem, por isso, confiou a Secretaria de Obras Públicas do Estado, a de maiores verbas e maiores possibilidades políticas.

(Possibilidades legítimas: não as possibilidades da corrupção, das comissões pagas por empresas empreiteiras – isso era impensável, especialmente com um homem da austeridade e da pobreza de Borges de Medeiros, que, ao deixar o governo em 1928, depois de cinco mandatos de cinco anos cada um,

não tinha onde morar!)

A candidatura de Sérgio Ulrich de Oliveira durou pouco. O pai do candidato morreu, deixando a família com dívidas. Como Getúlio Vargas, como tantos desses seus companheiros, Sérgio Ulrich tinha da honra uma noção certamente exagerada, mas melhor que qualquer noção rarefeita. Sua obrigação era permanecer na advocacia privada, ganhando dinheiro para pagar as dívidas do espólio. Fora isso, Sérgio Ulrich tinha uma vida sentimental de discretas mas conhecidas transgressões conjugais. Um dia, em conversa com o velho Borges de Medeiros, um amigo perguntou:

– Por que você vetou fulano?

– Por que eu soube que ele frequenta o Clube dos Caçadores...

O Clube dos Caçadores era o melhor cabaré de Porto Alegre, frequentado pela maioria dos profissionais liberais bem sucedidos, por muitos políticos, empresários e fazendeiros, moradores ou de passagem na cidade. E enfeitado pelo elenco feminino de companhias de dança e teatro-revista que lá mesmo se apresentavam. Podia-se jogar, assistir aos espetáculos, cear e namorar. O amigo, assombrado com a inocência de Borges, interveio em defesa do correligionário vetado:

– Mas, Medeiros, todo mundo frequenta os Caçadores... Que eu saiba, só eu e você não vamos lá. E assim mesmo só tenho certeza de mim mesmo...

Getúlio Vargas, que morava no Rio com a família desde 1923, não tinha fama de frequentador de cabarés. Em compensação, Getúlio, já se via (e Borges, principalmente, não era cego), seria o mais independente dos sucessores.

Já em 1913 renunciara ao mandato de deputado, na própria sessão de abertura da Assembléia, aproveitando um episódio menor de indisciplina eleitoral para protestar contra a atitude do próprio Borges num episódio maior: a campanha contra os Vargas – não contra ele, Getúlio, nem por causa dele, mas contra seu pai e por causa de seu irmão Viriato – em São Borja.

A renúncia surpreendera a Assembléia. Vários deputados republicanos apelaram a Getúlio para que voltasse atrás ou, ao menos, para que revelasse seus motivos. Depois de ouvir todos esses apelos, Getúlio pediu a palavra, agradeceu as manifestações que recebia e explicou-se:

– Renuncio porque quem muito se agacha perde, com a indignidade do gesto, o respeito que lhe é devido.

“Dito o que – registra um depoimento da época – deixou o recinto, deixou a Assembléia e deixou o mandato.”⁷¹

Mais tarde, Getúlio recusara o gesto de mão estendida: o convite para assumir o cargo de Chefe de Polícia, um dos mais importantes, se não o mais importante, do governo do Estado.

Mas Getúlio contava com muitos e bons aliados, não só no Partido

Republicano Riograndense e mesmo no grupo mais chegado a Borges, como também entre os federalistas, o grupo oposicionista liderado por Assis Brasil.

O comportamento de Getúlio, primeiro como líder da maioria republicana na Assembléia do Estado e depois como líder da bancada do Rio Grande na Câmara Federal e como Ministro da Fazenda, deixava claro que ele não seria um governador intransigente, sectário e fechado como Borges de Medeiros. Nem um factotum do próprio Borges.

Getúlio não se acotovelou, não disputou espaço, cuidou para que não parecesse estar manobrando – e afinal foi escolhido. Mais que escolhido, convocado. Borges de Medeiros teve de pedir a Washington Luís que abrisse mão de seu Ministro da Fazenda – a cuja seriedade e correção o Presidente se habituara.

Getúlio tinha também a simpatia de Washington Luís, que, este sim, talvez imaginasse Getúlio não só Presidente do Rio Grande do Sul como, em seguida, Presidente da República. Washington Luís, sucessor de um homem de Minas, Arthur Bernardes, não queria ser sucedido por outro Presidente saído de Minas. Mas estava difícil encaminhar a eleição para alguém de São Paulo e de sua confiança.

O Rio Grande era a terceira força política entre os Estados de maior eleitorado (depois de Minas e São Paulo) e nunca dera um Presidente em quase quarenta anos de República. Para Washington Luís, Getúlio seria o melhor dos Presidentes do Rio Grande, exatamente porque poderia ser, dois anos depois, o menos pior dos candidatos à Presidência da República.

⁷¹ Luís Vergara, *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, pg. 24.

Washington Luís teve, porém, o cuidado de não interferir na articulação da candidatura de seu Ministro da Fazenda ao governo do Rio Grande. Getúlio, já eleito, diria de forma quase contundente, em seu discurso de despedida do Ministério:

– Não disputei, nem sequer pretendia o cargo para o qual estou indicado. Tampouco devo o meu cargo a qualquer sugestão do governo federal. Ademais, candidatura imposta pelo Poder Central seria, no Rio Grande, candidatura perdida na consciência pública.⁷²

Na expectativa de que Getúlio seria efetivamente uma ruptura com o estilo de Borges de Medeiros, a oposição, liderada por Assis Brasil, não lançou candidato. Assim como aconteceria com o próprio Getúlio, candidato de oposição nas eleições presidenciais de 1930, as candidaturas oposicionistas ao governo do Rio Grande eram liquidadas pelas atas falsas e por todo o restante instrumental da fraude eleitoral – e valiam como simples atos de protesto.

Num gesto simbólico de coexistência pacífica e de confiança no candidato de Borges de Medeiros, o grupo de Assis Brasil abriu mão desse protesto e Getúlio Vargas foi eleito sem contestação.

A coexistência deixou de ser simbólica e retórica antes mesmo da posse de Getúlio Vargas no governo do Rio Grande. No mesmo discurso de despedida do Ministério da Fazenda em que fizera questão de registrar que sua eleição não resultara de qualquer pressão, sugestão ou simples insinuação de Washington Luís, Getúlio registraria, “com viva satisfação” (e grande senso de oportunidade política), a presença de representantes de “todos os matizes políticos de sua terra natal congregateados em torno de sua pessoa”. Na suprema direção do Estado, votaria todos os esforços para o completo e definitivo apaziguamento das facções partidárias que nestes últimos anos tanto convulsionaram o Rio Grande do Sul.⁷³

Paralelamente às palavras sem precedente desse discurso, o novo Presidente do Rio Grande do Sul seria ainda mais explícito em entrevista ao jornal

⁷² Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, pg. 74.

⁷³ *Idem*, pg. 77.

O Estado de S.Paulo :

– Não arrasto ódios ao meu Estado. Quero que reine a liberdade de voto, não procurarei abafar as oposições, não procurarei fazer desaparecer a voz da opinião pública. Não considerarei os adversários políticos como inimigos e a liberdade de opinião deles será respeitada.

O redator do jornal comenta:

– Sente-se a sinceridade dessas palavras... Nem a reserva que o Presidente do Rio Grande do Sul manifestou sobre as excelências do voto secreto devem atenuar a boa impressão...⁷⁴

O voto secreto será uma das grandes bandeiras políticas da Revolução de 30. Agora, porém, o sucessor de Borges de Medeiros é um republicano riograndense ortodoxo, que não discordará publicamente de Borges de Medeiros – por saber que vai desagradá-lo e vai, de certo modo, destroná-lo, daqui a alguns dias, quando tomar posse do governo que o velho exerce há tanto tempo.

No dia em que Getúlio vai tomar posse do governo do Rio Grande, em janeiro de 1928, o comentário mais penetrante (e mais lisonjeiro) não é o de um jornal de Porto Alegre, mas o de um jornal de São Paulo, o *Diário Nacional*, do Partido Democrático de São Paulo, para o qual deveria ser visceralmente adverso tudo que estivesse ligado ao Partido Republicano – Paulista, Riograndense, Mineiro ou de qualquer outro Estado:

– Profetiza-se uma mudança na política riograndense – diz o *Diário Nacional*. – A impressão é que não só o Rio Grande vai sofrer uma transformação radical, como a própria política em todo o país enveredará por novos rumos.

O novo Presidente do Rio Grande do Sul prestou todas as homenagens a Borges de Medeiros, mas logo no primeiro dia mostrou que tinha ideias e escolhas próprias. A primeira mudança foi a que ofendeu mais, a não-recondução do secretário da Presidência, funcionário rigorosamente anônimo, mas senhor do trâmite e do controle de todas as decisões.

As mudanças seguintes ofenderam menos, mas mudaram mais.

⁷⁴ *Idem*, pg. 75.

A questão econômica, não mais a simples preocupação com o acerto das contas e um discutível equilíbrio das finanças públicas, mas a ação em busca do desenvolvimento, entrou na agenda do novo governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde o primeiro momento, Getúlio ousou. Ousou propor, por exemplo, que se iniciasse o plantio de trigo e a produção de vinhos no Rio Grande.

A economia do Rio Grande baseava-se na produção e exportação de carne. Algumas tentativas improvisadas de agricultura tinham fracassado, com grande prejuízo para seus empreendedores e estabelecendo como verdade definitiva que o Rio Grande não teria alternativa econômica fora de sua vocação pecuária.

Mas um grande agrônomo, Ivaar Beckman, obstinava-se em garantir que o Rio Grande produziria trigo desde que o plantio fosse feito com as sementes adequadas. Getúlio resolveu apostar na convicção de Beckman e o governo do Estado financiou o trabalho de seleção de sementes. Plantar trigo tornou-se uma palavra de ordem que Getúlio repetia a toda hora. Foi uma aposta ousada, mas deu certo. O Rio Grande tornou-se produtor de trigo.⁷⁵

Também com o vinho, o carvão e o transporte aéreo aconteceu coisa parecida, graças a outras apostas de Getúlio, contadas por sua filha Alzira:

– A uva começava a dar demonstrações concretas de que o clima da serra lhe era favorável e os gaúchos se lançaram na produção de vinho. Durante anos foi elegante dizer que os produtos vinícolas de Caxias deviam vir acompanhados de uma caixa de bicarbonato. Hoje constituem artigos de exportação...

– A extração de carvão em São Jerônimo e Butiá mereceu dele especial carinho, não só quanto à assistência aos mineiros e suas famílias, como no incremento à produção. Parecia ter previsto, com dez anos de antecedência, a guerra, o problema da energia, o racionamento de combustível e a criação da usina de Volta Redonda...

– A aviação, como meio de transporte comercial, estava dando seus primeiros passos, quando em 1927 um grupo empreendedor chefiado por Otto

⁷⁵ Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Getúlio Vargas, Meu Pai, pg. 44.

Ernst Meyer, de origem germânica, organizou pequena companhia para treinamento de pilotos e transporte aéreo. Abrangia área diminuta do Rio Grande. O Estado prontificou-se a auxiliar a empresa, sob a condição de estender suas linhas comerciais, melhorando a comunicação entre várias cidades. A Varig tomou impulso...⁷⁶

Enquanto estimulava, promovia e financiava a abertura de novas oportunidades de desenvolvimento, Getúlio fazia o mesmo com a atividade pecuária, para romper seu imobilismo e modernizá-la. Criou, então, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com dois terços do capital levantados no próprio Estado. O Banco daria prioridade ao crédito rural (trigo, carne, vinho, banha e derivados), mas servia também para reter no Rio Grande e agregar à sua economia os lucros desses financiamentos.

Essa maior expressão econômica que o Rio Grande assumia, com o governo de Getúlio Vargas, aumentava o potencial político já considerável do Presidente do Estado. Borges de Medeiros fora um modelo para o Rio Grande. Getúlio Vargas, como modelo, excedia esse horizonte.

– Desde o primeiro dia de trabalho à frente de seu Estado – escreveu a insuspeita observadora paulista Vavy Pacheco Borges – Getúlio mantém boas relações com a oposição, com encontros cordiais em palácio, visitas a membros da oposição por seus oficiais de gabinete, nomeação de seus membros para cargos públicos. Essa atitude é unanimemente enfatizada na imprensa...⁷⁷

Com pouco mais de seis meses de governo, Getúlio preside uma primeira rodada de eleições municipais e sua atitude é de imparcialidade absoluta, o oposto do comportamento de Borges de Medeiros. Mesmo em cidades importantes, os oposicionistas vitoriosos foram reconhecidos e empossados – e passaram a ser recebidos pelo Presidente do Estado e seus auxiliares e a ter atendidas as reivindicações de interesse das respectivas comunidades. Muitos republicanos derrotados queixaram-se, mas Getúlio não voltou atrás.

O cotidiano de Getúlio era também o oposto do de Borges de Medeiros,

⁷⁶ Idem, 43 e 44.

⁷⁷ Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, pg. 77.

que pouco saía de uma rotina: de casa para o trabalho, do trabalho para casa (ambos no mesmo prédio, na ala residencial e na ala funcional do Palácio Piratini). Getúlio anda pela cidade, “vai às livrarias e barbearias, senta-se nos cafés, vai com a família ao cinema...”⁷⁸

– Ele gostava – contou Alzira, sua filha – de caminhar a pé sozinho, pelas ruas de sua juventude, ou de ir conversar com amigos na porta da Livraria do Globo... Foi lá que um dia perguntou a José Bertaso, o dono da casa, que os acolhia sempre: “Por que vocês não fazem uma revista semanal? Porto Alegre já comporta uma.” Oswaldo Aranha, Secretário do Interior, secundou-o com entusiasmo.

Assim surgiu a Revista do Globo, que, como a Varig, alcançaria presença e expressão nacionais.

– As noites de domingo – lembra Alzira – obedeciam a um protocolo especial. Depois do jantar, descíamos a pé a Rua da Ladeira, apelido da Rua General Câmara, para ir ao Cinema Central: o camarote destinado à Presidência do Estado nunca ficava vazio. A volta era dura. Com sono, subir a ladeira íngreme. Mas fazia parte do programa de Papai. Automóvel oficial não devia ser usado para divertimento.⁷⁹

Por essa época realizou-se outra obra de pacificação no Rio Grande, sem a intervenção direta de Getúlio, mas evidentemente inspirada em suas atitudes: o fim da briga entre os Vargas e os Dornelles, iniciada 35 anos antes, na revolução federalista de 1893, quando o chapéu de Dinarte Dornelles, o chefe do clã dos Dornelles, foi atravessado por uma lança destinada ao líder maragato Gumerindo Saraiva, que estava perto e morreu atingido por um tiro. A lança fora arremessada por alguém da tropa republicana, sob o comando do General Vargas, pai de Getúlio. Dinarte Dornelles nunca perdoou essa lança. O episódio final da briga, já em 1928, foi contado por Manoel Antônio, o filho mais moço de Getúlio:

– A luta entre maragatos e republicanos dividiu não só minha família mas

⁷⁸ Idem, pg. 78.

⁷⁹ Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Getúlio Vargas, Meu Pai, pp. 40 e 41.

todo o Rio Grande... Esse espírito de conciliação do Getúlio vem daí. Ele gostava da mãe, gostava do pai e dos tios, principalmente o velho Modesto, que era o mais amigo de minha avó. Irmão dela, adversário político do meu avô, quase todos os dias ia visitá-la. Passava lá, conversava com ela e começava a xingar o cunhado. Minha avó brigava com ele, xingava e ele ia embora. Eles se adoravam e todos os dias se xingavam. O velho Modesto era muito simpático, desses velhos ranzinzas, mas muito inteligente... Quando o Modesto sentiu que ia morrer, chamou a turma e disse: "De agora em diante não se briga mais. Vocês obedeçam ao Getúlio." Meu pai era Governador do Estado.⁸⁰

UM POSSÍVEL CANDIDATO A PRESIDENTE

Quando assume o governo do Rio Grande, em 1928, Getúlio Vargas já é um possível candidato a Presidente da República. Ele tem 45 anos e acumula uma experiência de vida profissional, política e pessoal absolutamente singular e fora do comum. Até porque começara muito cedo.

Adolescente, ele estava em Ouro Preto quando do conflito sangrento entre os estudantes gaúchos e paulistas, do qual resultaria a morte de um destes. Com menos de 20 anos, solidarizou-se aos colegas da Escola Militar de Rio Pardo e foi punido e desligado, tornando-se soldado raso. Com 20 anos, em 1903, estava em Corumbá, como sargento, esperando os combates da guerra com a Bolívia, pelo controle do Acre. Com 23 anos, em 1906, faz seu discurso de saudação ao Presidente eleito da República, Afonso Pena, e sustenta pela primeira vez seu desafio à coação da história sobre países como o Brasil. Nos anos seguintes, foi promotor público, advogado e deputado estadual.

Em 1923, cinco anos antes de tornar-se Presidente do Estado, os acontecimentos de sua vida política ganham ímpeto e aceleração. Nesse ano, ele está, como oficial comissionado da Brigada Militar do Rio Grande, em seu posto de comando no cerco de Uruguaiana, num dos momentos mais difíceis da derradeira guerra civil do Rio Grande, quando se vê investido no mandato de

⁸⁰ Valentina da Rocha Lima, *Getúlio Vargas, uma História Oral*, pg. 50.

deputado federal, com a missão de evitar a intervenção federal no Estado. Em 1926, ele é Ministro da Fazenda e dois anos depois assume o governo do Rio Grande.

Candidato natural ele é, até porque sua maneira de conduzir as questões no Rio Grande do Sul causa profunda impressão em todo o país.

Os candidatos ou pretendentes a candidato sabem, porém, que qualquer candidatura presidencial depende do destino.

No caso de Getúlio Vargas, a candidatura à Presidência dependia de uma hipótese muito mais complicada. Era preciso que tivesse chegado a vez do Rio Grande.

PARTE II

A VEZ DO RIO GRANDE

CAPÍTULO 11

1928

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?

SÃO PAULO E O “GENERAL” CAFÉ

ANTES MESMO DE ASSUMIR O GOVERNO DO RIO GRANDE,

GETÚLIO VARGAS JÁ ERA UM FATO A CONSIDERAR.

Antes mesmo de assumir a presidência do Rio Grande, em janeiro de 1928, e só por ter sido eleito para esse cargo nas condições em que o fora, com o apoio das forças até então oposicionistas no Estado, Getúlio Vargas já era um fato a considerar na sucessão de Washington Luís na Presidência da República.

Sem o apoio do Rio Grande, a sucessão de Washington Luís não poderia ser encaminhada em proveito de outro Presidente saído de São Paulo. E talvez tivesse de ser encaminhada, afinal, em proveito do Rio Grande.

Em quatro décadas de república, que tinham comportado dez eleições presidenciais diretas (a primeira, do Marechal Deodoro da Fonseca e de seu Vice, Marechal Floriano Peixoto, fora indireta, pela Assembléia Constituinte de 1891), o Rio Grande em nenhum momento indicara um Presidente ou um Vice – e nem ao menos um candidato derrotado.

Na república, Pinheiro Machado só se tornara o grande fazedor de Presidentes por não poder tornar-se Presidente ele mesmo (e aí decidiu que a esmola da Vice-Presidência o Rio Grande não disputaria nem aceitaria).

De dez Presidentes eleitos pelo voto direto, oito haviam saído do eixo São Paulo-Minas. Desses oito, cinco eram de São Paulo: Prudente de Moraes em 1894; Campos Salles em 1898; Rodrigues Alves em 1902; Rodrigues Alves novamente em 1918 (muito doente, não chegou a exercer o cargo; foi substituído interinamente pelo Vice Delfim Moreira; no ano seguinte, com a morte de

Rodrigues Alves, houve nova eleição); e Washington Luís em 1926. Três eram de Minas: Afonso Pena em 1906; Wenceslau Braz em 1914; e Arthur Bernardes em 1922.

Nas duas eleições diretas restantes, os escolhidos foram o Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro, que não representava qualquer Estado e cuja investidura, em 1910, foi mais um golpe branco legitimado pelas urnas; e Epitácio Pessoa, paraibano, escolhido em 1919 como solução de compromisso entre os interesses conflitantes e inconciliáveis de São Paulo e Minas.

Washington Luís, paulista, sucedera ao mineiro Artur Bernardes e não queria ser sucedido por outro mineiro, que certamente seria o Presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, descendente da família de José Bonifácio de Andrada e Silva, o cérebro, o verdadeiro líder da independência do Brasil proclamada em 1822 pelo Príncipe e depois Imperador D. Pedro I.

Por não gostar de Antônio Carlos e não ter à mão, já pronto, um candidato paulista de sua confiança, Washington Luís chegou a cogitar de uma solução riograndense, Getúlio Vargas. Com o apoio de São Paulo e de uma frente única no Rio Grande (os republicanos e os antigos federalistas que tinham lutado até pelas armas contra Borges de Medeiros, mas agora apoiavam Getúlio), essa candidatura isolaria Minas e silenciaria seus protestos.

Antônio Carlos fora o articulador da candidatura de Washington Luís. Mesmo assim, Washington Luís detestava Antônio Carlos e não admitia a hipótese de tê-lo como sucessor.

Uma das razões dessa aversão eram as restrições que Antônio Carlos, especialista em assuntos financeiros e autor de vários trabalhos sobre essa matéria, fizera ao plano de estabilização monetária de Washington Luís. Essas críticas tornaram-se públicas e foram consignadas por escrito num parecer da Comissão de Finanças da Câmara, que José Bonifácio, irmão de Antônio Carlos e líder da bancada mineira, assinara com a ressalva de tais restrições. A eleição de Antônio Carlos significaria o abandono desse plano, que Washington Luís considerava quase sagrado. Só um novo Presidente paulista garantiria a manutenção do plano.

A MORTE BEM-VINDA DE CARLOS DE CAMPOS

De repente, Washington Luís viu surgir a possibilidade desse sucessor paulista de confiança, que só podia ser seu líder na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes. Com a morte súbita (embolia cerebral) e quase se poderia dizer bem-vinda do Presidente de São Paulo, Carlos de Campos, em abril de 1927, as coisas mudaram. (Washington Luís também não queria Carlos de Campos como candidato a Presidente, ou por dificuldades pessoais ou por achar que seria eclipsado pela subida de Carlos de Campos.)

Por indicação de Washington Luís, Júlio Prestes foi escolhido, em eleição direta, para completar o mandato de Carlos de Campos como Presidente do Estado mais rico do país (Minas ainda era o de maior eleitorado e, portanto, o de maior bancada no Congresso).

Na cabeça de Washington Luís, Júlio Prestes sempre fora o sucessor ideal – aquele que daria prosseguimento e garantiria êxito a seu plano de reforma financeira e fortalecimento da moeda. Agora, Presidente do maior Estado, com uma importância e um poder que não tinha como líder do governo na Câmara, Júlio Prestes passava a ser um candidato viável, pelo menos na cabeça de Washington Luís. Este dispunha de resposta para tudo, a começar pela objeção óbvia, automática: por que mais um paulista?

– Nada impede – respondia o Presidente – que a um paulista suceda outro paulista, desde que depois venham dois mineiros.

Não ocorria a Washington Luís perguntar o que pensariam disso os outros Estados, que ficariam expressamente excluídos da Presidência pelo menos por mais 12 anos – os quatro de um novo Presidente paulista e os oito dos dois mineiros seguintes. Daí, com certeza, uma preocupação particular com o Rio Grande – que ficara fora de dez eleições e teria de permanecer fora por mais três.

Mesmo que Carlos de Campos tivesse feito o obséquio de morrer antes, Washington Luís dificilmente tentaria atrapalhar Getúlio. Contava com ele, antes da morte de Carlos de Campos, para ser, se necessário, candidato à Presidência em lugar de Júlio Prestes e, sobretudo, do detestável e sinuoso mineiro Antônio Carlos. Depois da morte de Carlos de Campos, contou com Getúlio

lio para apoiar e viabilizar a candidatura de Júlio Prestes.

Washington Luís, por isso, cultivava com todos os cuidados, com a volúpia e a minúcia do sedutor, suas relações com o Presidente do Rio Grande – procurando atender a tudo aquilo que Getúlio reivindicava. Eram, quase sempre, medidas de apoio a projetos de defesa ou desenvolvimento econômicos: por exemplo, melhorar e expandir os portos do Rio Grande; melhorar e expandir a Viação Férrea do Rio Grande do Sul; instalar, com as mesmas garantias de empresas similares de capital privado ou do governo federal, uma empresa de navegação do Rio Grande do Sul; estender ao Rio Grande as linhas regulares do Lóide Brasileiro; proteger os produtores de charque do Rio Grande do Sul com tarifas aduaneiras que encarecessem o charque importado do Uruguai ou da Argentina (e, na maioria dos casos, produzido do lado brasileiro e contrabandeado para o outro lado da fronteira).

Essa política de desenvolvimento do governo do Rio Grande contrastava com a política monetarista e conservadora do governo federal, cujas prioridades eram a valorização da moeda e dos preços do café. Washington Luís, inicialmente, era contra a política de valorização do café, mas não buscou nem tentou alternativas, como Getúlio tentara e conseguira, no Rio Grande, para acabar com a monocultura da carne.

Todo esse jogo de Washington Luís, tentando seduzir Getúlio Vargas, ficou logo claro. E o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, sabendo-se vetado por incompatibilidades pessoais, entendeu também que o veto estendia-se a qualquer outro candidato mineiro.

A exclusão do Estado de maior eleitorado, e o segundo do país em riqueza econômica, não podia resultar apenas das obsessões de uma só pessoa, Washington Luís. Por mais que ele se tivesse convencido da conveniência de proteger seu programa econômico pela eleição de Júlio Prestes, havia necessariamente, por trás desse enredo personalista, um jogo sutil de poder e regionalismo. Quem sabe o interesse das forças econômicas de São Paulo, às quais o próprio Washington Luís se opusera, mas que Júlio Prestes apoiava decididamente como Presidente do Estado, na manutenção e consolidação da política de valorização dos preços do café...

ENTRE A MOEDA E O CAFÉ

Essa política vinha do início do século, quando os produtores de São Paulo sentiram os efeitos da manipulação dos preços internacionais das matérias primas, em benefício dos grupos já multinacionais que dominavam o comércio mundial e aumentavam seu controle sobre o comércio exportador de países como o Brasil.

Entre a valorização da moeda e a valorização do café, Washington Luís preferiria a valorização da moeda, que considerava mais sustentável e mais sensata (e, além disso, era a última palavra em modernidade econômica naquela altura, pelo menos na França e em outros países adiantados da Europa). Já em dezembro de 1928, Washington Luís recomendava a retirada da intervenção oficial no mercado, que se realizava pela compra de café pelo governo, para evitar a derrubada dos preços.⁸¹

Washington Luís entendia que, a preços mais baixos, o Brasil venderia mais café e lucraria mais. Júlio Prestes e os produtores paulistas respondiam com estatísticas segundo as quais o preço pouco interferia no consumo. Preconizavam, portanto, a defesa dos preços.

(Nenhum dos dois punha atenção no fato de que, a preço mais alto ou mais baixo, quem ganhava cada vez mais, sempre mais, eram os grandes grupos estrangeiros operadores das exportações de café. Eles já dominavam também os mecanismos do próprio comércio interno, com as casas comissárias, que compravam o café recém-colhido nas fazendas, promoviam seu beneficiamento e armazenamento e o transportavam até os portos, para entrega aos exportadores.)

Em junho de 1929, Washington Luís cedeu às ponderações do Presidente do Banco do Brasil, Adolfo da Silva Gordo, de que a queda súbita das cotações do café comprometeria o próprio plano de valorização da moeda, e permitiu a retomada das compras do governo. Os preços do café conseguiram firmar-se, no patamar de 200 mil réis a saca.

Em fins de setembro desse ano, o Banco do Estado de São Paulo ficou sem

⁸¹ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*, pg. 70.

dinheiro para continuar comprando e recorreu ao Banco do Brasil, em cuja presidência, entretanto, Silva Gordo fora substituído por Guilherme da Silveira. O Banco negou dinheiro para o café. Dias depois ocorreu o crash da Bolsa de Nova York: os preços do café despencaram do patamar de 200 mil réis para cerca de 100 mil réis a saca.⁸²

Aí já não havia como sustentá-los e menos ainda como recuperá-los: a crise econômica dos Estados Unidos desorganizou a economia mundial e já não havia, nos Estados Unidos e no resto do mundo consumidor, quem pudesse – a este ou aquele preço – comprar as quantidades de café que o Brasil precisava vender.

Quando a palavra “revolução” passou a ser murmurada ou proclamada em quase toda parte, apontou-se como seu verdadeiro embora invisível comandante o “General Café”.

Apesar de sua teimosia e da intolerância e, por vezes, da obtusidade de suas convicções mais enraizadas, Washington Luís não foi o único responsável pela carreira política e em seguida militar do General Café. Deu-lhe, com certeza, os bordados de general, mas já o recebera à espera dessa promoção. O outro fora Epitácio Pessoa, responsável também pelas concessões da Itabira Iron, o precursor de Washington Luís na carreira do General Café.

⁸² Idem, pg. 71.

CAPÍTULO 12

1928

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?

O “GENERAL” CAFÉ E AS CARTAS FALSAS

UM CASO PRIMÁRIO DE FALSIFICAÇÃO ABALA AS INSTITUIÇÕES
POLÍTICAS DA REPÚBLICA NO MOMENTO EM QUE SE AGRAVA
A SITUAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA DO BRASIL.

Já no fim do século 19, os produtores de café estranhavam o modo como se verificavam quedas nas cotações internacionais. Só no ano de 1896, os preços internacionais do café brasileiro caíram 40%, o que não podia ser explicado como uma fatalidade do mercado, uma imposição da lei da oferta e da procura, porque, como revelava um levantamento do jornal New York Herald, o conglomerado Coffee Roasting Trust, que operava com cafés brasileiros, anunciara e estava pagando um dividendo de 100% ao fim do primeiro ano de atividade.

Essa discrepância entre os preços pagos ao Brasil e os lucros registrados, em apenas um ano, por uma empresa americana que comprava café no Brasil para revendê-lo nos Estados Unidos, só podia resultar de uma coisa: especulação.

Se havia um governo que, em relação à economia interna de seu país, lutava ferozmente contra as práticas especulativas e outros abusos do poder econômico, esse governo era o dos Estados Unidos. Quando produtores brasileiros instituíram o Convênio de Taubaté, um primeiro mecanismo de ação conjunta para deter a queda de preços, seus representantes foram ameaçados nos Estados Unidos com a invocação da Lei Sherman, a famosa lei antitruste que fundamentaria a decisão da Corte Suprema contra o conglomerado de John D. Rockefeller, o Standard Oil Trust, obrigando-o a desmembrar-se.

O Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Domicio da Gama, teve de entrar em cena, para defender a posição brasileira, explicando que ela era, na realidade, uma ação de defesa contra os trustes e não uma ação de truste, de espoliação, contra o consumidor americano.

Ganhando cada vez mais e pagando cada vez menos pelo café que compravam no Brasil, essas empresas estrangeiras passaram a comprar empresas brasileiras que operavam no comércio, no beneficiamento, no transporte e na armazenagem de café. Enquanto os brasileiros afundavam na voragem da ruína, as empresas estrangeiras que se instalavam no Brasil dobravam de capital em apenas um ano. Já em 1903, o deputado Felisbelo Freire denunciara, em discurso no Congresso Nacional, esses casos que chamou de desnacionalização do Brasil.

Inspirada em tais fatos e denúncias, a política de defesa dos preços do café vinha de 1906 – exatamente o ano em que Getúlio Vargas protestara contra a coação da história sobre os países exportadores de produtos primários, como o Brasil.

As intervenções do governo, em defesa dos preços do café, eram intermitentes: a cada duas safras pequenas de café, seguia-se, regularmente, parecendo fatalidade da natureza, uma safra muito grande, muito acima das possibilidades de absorção pelos mercados consumidores. O governo passou então a comprar o excedente das safras grandes, e apenas delas, formando estoques reguladores que serviriam para completar, aos poucos, as carências das safras pequenas. Como essa intervenção dava-se uma vez a cada três anos, os intervalos permitiam ao governo recuperar os gastos e recomeçar de certo modo com as contas zeradas.

Esse mecanismo funcionou bem por quinze anos até que foi alterado por Epitácio Pessoa – atendendo sabe-se lá a que apelos (mas com certeza por ingenuidade, não por interesse ou malícia: ele era da pior espécie de homens honrados, os que por inocência são passarinhos indefesos nas alturas onde voam as águias).

Epitácio Pessoa tornou permanente essa intervenção antes intermitente. A defesa permanente de preços permanentemente altos estimulou a expansão do

plantio do café e daí em diante todas as safras passaram a ter excedentes, que se somavam aos dos anos anteriores: no período 1921-1923, o Brasil tinha 2 bilhões de pés de café; em 1929, passara a 2.5 bilhões. As duas últimas safras brasileiras antes da revolução foram superiores a todo o consumo mundial – a de 1927-1928, de 28 milhões de sacas, para 23 milhões de consumo, e a de 1928-1929, de 23 milhões de sacas para um consumo possível de 22 milhões. Mesmo que todos os outros países produtores deixassem de produzir e vender, o Brasil não teria como exportar tanto café.

UMA SITUAÇÃO PERIGOSÍSSIMA

Mesmo que não tivesse havido, em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York, que hoje sabemos inevitável, a situação da economia cafeeira no Brasil, responsável pelo conjunto da situação econômica, social e política do país, já era perigosíssima quando Washington Luís vivia seu devaneio monetário.

Esse devaneio apoiava-se no endividamento externo – quimera presente na vida do Brasil, como nação, desde que a independência, proclamada pelo Príncipe D. Pedro em 1822, teve seu reconhecimento negociado com a Casa Rothschild, de Londres, por Felisberto Caldeira Brant, mediante comissões de praxe, em troca de um primeiro empréstimo, destinado a indenizar interesses de Portugal – empréstimo que só se terminou de pagar bem depois dos sucessos de 1929, e quando muitos outros empréstimos já tinham sido contraídos. Os Andrada, patriotas e intrigantes, diziam que Felisberto, futuro Visconde de Barbacena, levava “lasca” no negócio, isto é, cobrara e recebera uma boa comissão.

O que os números mostram, hoje, é que a posição brasileira já era perigosa antes do crash de 1929. Já no fim de 1928 era claro que a safra cafeeira de 29-30 seria muito grande.

As compras de café, pelo Banco do Estado de São Paulo ou pelo Banco do Brasil, dependiam de alguma forma de recursos externos. Muito mais, talvez, que em décadas posteriores, o Brasil era frequentador e consumidor habitual dos insaciáveis mercados financeiros dos países ricos. Dizia-se, então, de ou-

tras formas, o que se pensava décadas depois: dívida não se paga, rola-se – o que é o paraíso dos banqueiros e, sendo a vida como é, também dos joalheiros.

Então sucedeu que o total líquido de recursos captados com a emissão de empréstimos públicos brasileiros caiu de 25 milhões de libras, em média, de 1926 a 1928, para a décima parte disso, 2,5 milhões de libras, em 1929.⁸³

A política de valorização dos preços de café, financiada por empréstimos externos, significava, portanto, duas coisas: ou o Brasil perdia pela queda nos preços internacionais do café, ou o Brasil perdia nos juros que pagava na tentativa de evitar a queda dos preços.

– Da estabilização da moeda e da valorização do café – escreveu Virgílio de Melo Franco, um dos grandes articuladores civis da Revolução de 30 – fez o sr. Washington Luís únicas preocupações de seu malfadado governo..., levantando, no estrangeiro, empréstimos sobre empréstimos, os quais se destinavam à famosa caixa de estabilização ou eram destinados ao custeio das safras de café que, pouco a pouco, iam devorando a formidável economia paulista... O estoque monstruoso do café da valorização expeliu-nos dos mercados mundiais, ao mesmo passo que, no interior do país, devorou como um cancro as forças do comércio e da indústria e, sobretudo, as da própria lavoura, que, endividada e hipotecada, esperou resignadamente, sob a ação dos entorpecentes artificiais, a queda e o colapso finais.⁸⁴

Não era sobre São Paulo apenas, nem apenas sobre a economia cafeeira que recaía o preço dessas perdas: era sobre o país inteiro. Depois do crash de 29, muitos fazendeiros de café de São Paulo reduziram o salário de seus empregados e outros foram à falência. Antes disso, as compras feitas pelo governo sustentaram esses produtores e o extravagante padrão de vida de tantos deles – as casas senhoriais na fazenda, a mansão na cidade, carros de luxo, viagens à Europa, filhos estudando em colégios da Suíça. A política de valorização era uma política de subsídios que transferia recursos de todos os outros

⁸³ Marcelo Paiva Abreu, "O Brasil e a Economia Mundial, 1929-1945", em *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Bóris Fausto, pg. 14.

⁸⁴ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 71 e 72.

Estados para São Paulo, além de concentrá-los, em São Paulo, nas mãos dos famosos barões do café. Por que – pensariam os mineiros – por que Minas subsidiar São Paulo e não a si mesma?

Na impossibilidade de uma candidatura mineira, Getúlio Vargas, Presidente de um Estado também prejudicado, embora parcialmente compensado por Washington Luís, poderia reequilibrar a balança do poder político e econômico no país. Além disso, Getúlio reproduzia como governador a situação que o fizera candidato. Ele pacificara definitivamente o Rio Grande do Sul. Agora, os federalistas, que ainda em 1923 estavam em armas contra Borges de Medeiros, conviviam nos melhores termos com o novo governo do Estado.

Fora do Rio Grande, Getúlio despontava como alternativa também para os grupos de militares e civis que lutavam e conspiravam contra o governo central desde 1922.

Nesse ano de 1922, o Brasil deveria, atento aos desejos do Presidente Epitácio Pessoa, comemorar com grandes festas o centenário de sua independência e eleger sem transtorno um novo Presidente da República.

Epitácio Pessoa fora escolhido Presidente estando na Europa, na Conferência de Paz de Versalhes, em seguida à derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Nem São Paulo nem Minas dispunham de candidato já pronto e amadurecido quando, em 1919, morreu Rodrigues Alves, que fora eleito Presidente pela segunda vez em 1918, mas não pudera, por doença, exercer esse segundo mandato. (Não foi reeleição. Rodrigues Alves tinha sido Presidente antes, sucedendo a Campos Salles em 1902 e sucedido, em 1906, por Afonso Pena.) Enquanto Rodrigues Alves continuou vivo nesse segundo mandato, o governo foi exercido nominalmente pelo Vice Delfim Moreira. Com a morte de Rodrigues Alves era preciso convocar eleições.

Arthur Bernardes, o possível pretendente mineiro, sugeriu a Altino Arantes, o possível pretendente paulista, que os dois Estados procurassem algum nome fora de seus quadros para esse mandato de três anos e pouco, que completaria os quatro para os quais fora eleito Rodrigues Alves.

Alguém – e não há registros muito nítidos disso – lembrou que Epitácio Pessoa andava agradando as plateias da Europa e era senhor de toda a estampa

intelectual necessária, e de um bom alfaiate, para receber os visitantes estrangeiros que viriam aos festejos do centenário da independência do Brasil em 1922, último ano do mandato não exercido por Rodrigues Alves.

Epitácio Pessoa foi feito Presidente e decidiu não intervir na escolha de seu sucessor. Os Partidos Republicanos de São Paulo e Minas escolheram o Presidente de Minas, Arthur Bernardes, como candidato à Presidência da República. Surgiu, porém, um candidato de oposição a Bernardes, o ex-Presidente Nilo Peçanha, que teve o apoio de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Riograndense, além de Pernambuco, da Bahia e do Estado do Rio. Arthur Bernardes, lançado por São Paulo e Minas, teve o apoio dos outros Estados.

Uma eleição assim disputada só tinha um precedente: a chamada Campanha Civilista, de Rui Barbosa, candidato de oposição, em 1910, ao Marechal Hermes da Fonseca. Foi o mesmo Marechal Hermes, agora Presidente do Clube Militar (e, na reserva, a maior liderança militar e política entre os militares da ativa, a ponto de considerar-se uma espécie de comandante de fato das Forças Armadas), o eixo ou a espoleta dos episódios que seriam o começo da maior guinada na história do Brasil desde a Abolição e a República – a Revolução de 30.

AS CARTAS FALSAS

Em outubro de 1921, o Correio da Manhã, do Rio, publicou o fac-simile do que seria uma carta de Arthur Bernardes a seu futuro sucessor no governo de Minas, Raul Soares, com alguns destemperos de linguagem e erros grosseiros de sintaxe, contra os militares em geral e, em particular, contra o Marechal e ex-Presidente da República Hermes da Fonseca, chamado de sargentão sem compostura.

A carta dizia dos militares: “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”. E sugeria: “os que forem venais, que é a quase totalidade (sic), compre-os com todos os seus bordados e galões”. No dia seguinte, outra carta em fac-simile, esta chamando Nilo Peçanha de “moleque capaz de tudo”.

Falava-se num total de cinco cartas e perguntava-se que maiores impropérios poderiam aparecer nas três restantes.

Bernardes era um homem duro, certamente difícil, talvez intolerante, mas de bons modos e de indiscutível asseio verbal. Não se conheciam nele precedentes de tais destemperos, assim como de exemplos da redação trôpega e erros primários de sintaxe que as cartas apresentavam.

Em outra situação, essas cartas talvez nem fossem publicadas, sobretudo num jornal da importância do Correio da Manhã, o mais influente e o mais independente jornal da Capital da República. Mas havia paixões soltas no ar como ventos de tragédia. O Clube Militar reuniu-se para desagravar o Marechal Hermes e as Forças Armadas (armadas e coletivamente ofendidas). De nada serviram os desmentidos de Bernardes e Raul Soares, suposto destinatário das cartas. Laudos de perícia, encomendados para um tribunal de honra ou juízo arbitral, contradiziam-se.

O Correio da Manhã manifestou a convicção de que as cartas eram verdadeiras. Não mencionou, porém, o fato de que seu dono e diretor, Edmundo Bittencourt, estava rompido com Bernardes, que não incluía na chapa do Partido Republicano Mineiro à Câmara dos Deputados um candidato ligado a Edmundo e pelo qual este intercedera. Nem revelou como conseguira as cartas: entregues a seu redator político pelo Senador Irineu Machado, na casa deste, no Rio. Soube-se também, mas o Correio não disse, que as mesmas cartas haviam sido oferecidas, por dinheiro, a partidários de Bernardes, para que, precisamente, eles as comprassem a fim de impedir sua publicação.

Bem mais tarde, com a confissão do próprio falsário, o episódio foi esclarecido. Um Oldemar Lacerda, frequentador das rodas sociais e do Jockey Clube, talentosíssimo falsificador de assinaturas, apoderara-se, em visita casual à Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, de papéis de carta com o timbre do governo de Minas. Consequira, depois, documentos originais sabidamente assinados por Bernardes, e fizera as cartas contra os militares, menos para ganhar dinheiro que por paixão política. Mas sua gramática era das piores. Foi isso o que o entregou. Bernardes podia ser um homem duro e até arrogante, mas escrevia com irrepreensível correção sintática. Oldemar acabou confes-

sando. E para provar no ato que a falsificação era verdadeiramente de sua autoria, falsificou, na presença de testemunhas, a assinatura de uma delas.

Quando esse Oldemar Lacerda afinal confessou, logo depois das eleições, em março de 1922, Bernardes já derrotara Nilo Peçanha e era Presidente eleito. Mas não havia nem como pacificar nem como enquadrar os militares jovens, indignados e em plena conspiração.

O Marechal Hermes, que voltara ao Brasil em 1921, depois de seis anos passados na Europa, deixou-se envolver por grupos que alimentaram nele a ideia de ser de novo Presidente da República. Eleito Presidente do Clube Militar e sendo o único marechal vivo do Exército, passou a interferir com a maior desenvoltura e impertinência em questões militares e políticas. Ele já tinha cobrado do Congresso Nacional a criação de um tribunal de honra para confirmar ou não os resultados da eleição presidencial e a vitória de Arthur Bernardes.

No fim de junho de 1922, a guarnição militar do Recife recebeu ordens do Ministério da Guerra para garantir a intervenção federal em Pernambuco e a ordem pública na cidade, contra manifestações oposicionistas. A ordem era um abuso, pois as manifestações resultavam da descabida interferência do governo federal em questões políticas locais. Mas o Marechal telegrafou ao comandante da Região Militar sediada no Recife e aos oficiais que nela serviam, advertindo-os de que a Constituição não permitia ao governo utilizar politicamente as Forças Armadas. “Os governos passam – dizia ainda o Marechal – mas o Exército fica.” Esse telegrama foi publicado, também no *Correio da Manhã*, naturalmente por iniciativa dos amigos políticos do Marechal.

Por ordem de Epitácio Pessoa, que, no caso, não poderia agir de outra maneira, o Marechal foi respeitosamente interpelado pelo Ministro da Guerra, para confirmar se era de sua autoria o telegrama que lhe atribuíra o jornal. O governo, isso era claro, não queria criar caso com o Marechal Hermes e com os militares, sobretudo depois do episódio das cartas. O Marechal confirmou a autoria do telegrama a Pernambuco e por isso foi repreendido pelo Ministro. Era a pena mais branda que o governo encontrou nos regulamentos disciplinares. Os termos de seu telegrama, instigando a guarnição do Recife à

desobediência e quase a sublevação, e, além disso, a condição pessoal do Marechal, a mais alta patente do Exército, embora na reserva, e ex-Ministro da Guerra e ex-Presidente da República, recomendariam uma sanção mais enérgica. Mas o governo optou pela brandura. Segundo o próprio Eptácio Pessoa, foi um gesto de tolerância, interpretado como manifestação de fraqueza. O Marechal respondeu, por escrito, não ao Ministro da Guerra, mas ao Presidente da República, declarando-se "chefe do Exército Nacional", função que não existia e, se existisse, seria, constitucionalmente, de escolha privativa do Presidente da República.

Nesse papel, inventado por ele próprio, de Chefe do Exército Nacional, o Marechal Hermes acrescentava considerar de seu dever advertir o comandante de uma Região Militar e seus oficiais ("a fim de se absterem de qualquer ato de hostilidade contra o povo"), e que não aceitava a repreensão.⁸⁵

Eptácio Pessoa chegava ao fim de seu governo tão indisposto com os militares quanto ao assumir, em 1919, quando fez questão de nomear ministros civis para as pastas militares – Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra e Raul Soares para o da Marinha. Os militares não gostaram mas obedeceram. Agora, o mais graduado dos militares da reserva, ex-Ministro da Guerra e ex-Presidente da República, obrigava o Presidente da República a mandar prendê-lo. O Marechal ficou preso, com todas as honras, apenas algumas horas, ao fim das quais o governo mandou soltá-lo, ao mesmo tempo que fechava por seis meses o Clube Militar, presidido pelo Marechal. O Presidente da República, jurisconsulto de grande prestígio na Europa, que o ouvia quase tão embevecida quanto a Rui Barbosa, não atentou para a circunstância insultuosa de que a lei invocada para fechar o Clube Militar era – que incompetência! – uma lei de repressão ao lenocínio.

Na madrugada de 5 de julho, revoltaram-se no Rio o Forte de Copacabana, comandado pelo Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal, a Escola Militar de Realengo e alguns oficiais da guarnição da Vila Militar. Não foi, como outras, uma revolta de proclamações e ameaças. Os canhões do

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

Forte chegaram a atingir uma das alas do edifício do Ministério da Guerra, quartel-general do Exército, no centro do Rio. Como os levantes do Realengo, da Vila Militar e outros planejados pelos revoltosos não tiveram êxito, o Forte acabou isolado e ameaçado pelos navios da Marinha e a revolta chegou ao fim com a marcha épica de seus últimos defensores pelas areias da praia de Copacabana, ao encontro da morte ou da prisão.

CAPÍTULO 13

1928

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?

A VEZ DO RIO GRANDE

MINAS INICIA SONDAGENS SOBRE A HIPÓTESE, INÉDITA, DE UMA CANDIDATURA DO RIO GRANDE DO SUL, A DE GETÚLIO VARGAS, À PRESIDÊNCIA.

Em 1924, no segundo aniversário do 5 de julho, deu-se novo levante, agora em São Paulo. As forças rebeladas do General Isidoro Dias Lopes chegaram a controlar a cidade, mas, na impossibilidade de firmar e ampliar esse domínio, seguiram para o sul, na região da foz do rio Iguaçu, ao encontro de outras forças também rebeladas, principalmente as do Capitão Luís Carlos Prestes, sublevadas em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.

O Capitão Prestes só não participara do primeiro 5 de julho, o de 1922, por estar gravemente doente, vítima de tifo. Praticamente todos os sobreviventes de 22 estavam nas rebeliões de 1924. Era o caso de Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto e Oswaldo Cordeiro de Farias.

Os jovens tenentes e capitães de 1922 e o velho General Isidoro, em 1924, começaram, naturalmente, pensando em, primeiro, abalar o governo; segundo, conseguir adesões militares significativas; terceiro, conquistar a opinião civil; e, finalmente, derrubar o governo. Não conseguiram. Em 22, graças ao estado de sítio, pedido ao Congresso e autorizado no próprio dia 5 de julho, Epitácio Pessoa pôde organizar a mais dura repressão aos rebeldes. Arthur Bernardes tomou posse sob estado de sítio e assim governou quatro anos, com uma ou outra breve e insignificante interrupção. Mas em 24 os tenentes começaram a realizar um feito maior que simplesmente derrubar um governo.

Deixando a cidade de São Paulo, as forças do General Isidoro atravessaram de trem todo o Estado de São Paulo, até o rio Paraná. Em pequenos navios

e outras embarcações, desceram até Guaíra, na região dos saltos das Sete Quedas. Por terra, desceram mais, até a região da foz do Iguaçu, onde esse rio deságua no Paraná, depois de precipitar-se em suas fantásticas cataratas.

Quando o General Isidoro deixou a cidade de São Paulo, o Capitão Prestes, comandante de um batalhão ferroviário em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, iniciou outro levante, com o qual pretendia atrair tropas legalistas e reduzir a concentração de forças do governo sobre a coluna Isidoro.

As duas colunas encontraram-se na região da foz do Iguaçu. Juntas as duas, totalizavam cerca de 1.500 homens – 800 do Rio Grande e 700 de São Paulo. Trezentos, mais ou menos eram civis, os outros, militares. O General Isidoro, velho e doente, preferiu atravessar o rio Paraná e exilar-se no Paraguai. Prestes, Miguel Costa (Comandante da Polícia Militar de São Paulo e segundo de Isidoro no comando da coluna paulista), Siqueira Campos (que levantara 400 homens em Bajé enquanto Prestes sublevava Santo Ângelo) e os outros tenentes de 22 que não estavam presos ou exilados resolveram continuar a luta.

O que Prestes propunha era a guerra de movimento, mas o que pensava secretamente era chegar com essa guerra até o coração do poder, o Rio. Não chegou, mas atravessou 13 Estados e percorreu uns 25 mil quilômetros em quase dois anos, sem perder um só dos mais de cinquenta combates que teve de enfrentar.

Em fevereiro de 1927, a Coluna Prestes atravessou a fronteira da Bolívia, entregou às autoridades bolivianas as armas que lhe restavam e desmobilizou-se. Washington Luís assumira a Presidência da República em novembro do ano anterior, não renovara o estado de sítio e, embora não tivesse concedido nem proposto a anistia, talvez fosse levado a isso a qualquer momento. A desmobilização da Coluna foi um gesto de mão estendida, que não teve retribuição.

Na Bolívia e depois na Argentina, Prestes conseguiu trabalho para muitos dos integrantes da Coluna, inicialmente com uma empresa inglesa que tinha concessões de terras, para exploração e colonização, na região boliviana de La Gaíba, por onde a Coluna atravessara a fronteira.

Aos tenentes, porém, o que mais interessava era voltar ao Brasil, não para

acomodar-se, mas para retomar a luta. Eles ainda não sabiam bem o que queriam e, hostis a Arthur Bernardes (e hostilizados e perseguidos por ele), não chegaram a ver que havia mais identidade política entre eles e esse Presidente tirânico que, depois, entre eles e Washington Luís, em homenagem a quem (ou a seus propósitos jamais concretizados) depuseram as armas na Bolívia.

AS RAZÕES DO LEVANTE DE 1922

Quando o levante de 1922 completou 50 anos, um grupo de participantes do movimento, então oficiais-generais já na reserva, organizou um estudo e uma publicação sobre as causas do levante – não as aparentes, como as cartas falsas, mas as profundas e verdadeiras. As três causas fundamentais apontadas foram: o envolvimento discricionário do governo federal nas questões partidárias estaduais; o comprometimento do Exército nessas lutas; e a pretendida concessão do minério de ferro de Itabira ao grupo de Percival Farquhar.⁸⁶

O envolvimento do governo federal nas questões estaduais e o comprometimento do Exército nessas lutas eram traço comum a todos os governos da Primeira República: Arthur Bernardes não fora diferente de seus antecessores e Washington Luís não seria diferente de Arthur Bernardes. Getúlio Vargas, sim, como governador do Rio Grande, mostrou-se diferente, já em 1928, respeitando e reconhecendo a vitória de candidatos oposicionistas nas eleições municipais.

Na questão do minério de Itabira, os tenentes faziam pontaria sobre o alvo errado: se foi Epitácio Pessoa que, em sua inocência olímpica, reabriu portas no Brasil a Percival Farquhar, foi Arthur Bernardes que resistiu, primeiro no governo de Minas – recusando endosso aos contratos negociados por Epitácio – e depois como Presidente da República.

Antes que Luís Carlos Prestes tivesse acesso aos livros marxistas que lhe foram levados, na Bolívia, por um dos fundadores do Partido Comunista bra-

⁸⁶ "Movimento de 5 de julho na Escola Militar de Realengo – memória histórica de seu cinquentenário, 1922-1972", em Edmar Morel, *A Marcha da Liberdade*, pg. 31.

sileiro, Astrojildo Pereira, e que ele e os outros tenentes tomassem conhecimento dessas questões, Bernardes compreendia a natureza das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e os países ricos.

Até Bernardes, o governo central e os governos estaduais eram ansiosos namoradores de empreendimentos estrangeiros, que chegavam ao Brasil com o nome de capitais ou investimentos externos, obtinham enormes concessões e exploravam recursos naturais e serviços públicos vantajosamente adjudicados, com pouquíssimo ou nenhum capital de fora e grande aporte de verbas oficiais e alguns recursos privados locais.

Já vimos o que significaram, nessa época, as concessões da Itabira Iron e o papel que contra elas desempenhou, com seu voto na Comissão de Justiça da Câmara, o Deputado Getúlio Vargas. Essa votação sequer teria ocorrido se Arthur Bernardes não tivesse decidido, em sua inflexibilidade, talvez em sua intolerância, que esses contratos eram contrários ao interesse nacional.

Percival Farquhar, agora dono dos contratos da Itabira, já estivera no Brasil e saíra daqui batido pelo malogro de suas aventuras – a Madeira-Mamoré e o Porto do Pará (a Madeira-Mamoré acabou tendo paga a maior parte de seus gastos pelo governo brasileiro). Farquhar só pode voltar porque o fez pelas mãos de Epitácio Pessoa, Presidente da República.

Epitácio Pessoa ignorava o que Farquhar já fizera, o que já ganhara no Brasil. Ignorava, mais ainda, o que Farquhar pretendia fazer agora: criar no Brasil um Congo Belga, uma colônia, com jazidas de ferro privativas, estrada de ferro privativa e porto privativo. Um Presidente da República ignorar o que Farquhar fizera no Brasil era o mesmo que um Presidente dos Estados Unidos ignorar as aventuras de John D. Rockefeller. Se Epitácio Pessoa não fosse sucedido por Arthur Bernardes, Farquhar teria conseguido uma larga e longa fatia de território colonial, sob sua soberania efetiva, entre Itabira, em Minas Gerais, e os portos de Vitória e Tubarão, no Espírito Santo, ao longo do vale do rio Doce.

Se não tiveram como saber, na época, do papel de Bernardes contra a investida de Farquhar, muito menos os tenentes teriam sabido do voto de Getúlio Vargas, na Comissão de Justiça da Câmara, contra a Itabira Iron. Não foi por esse episódio, que desconheciam, que começaram a interessar-se por Getú-

lio. Foi por causa da pacificação política e da promissora experiência de democracia que se realizava no Rio Grande do Sul.

ANTÔNIO CARLOS MANDA SONDAR O RIO GRANDE

Antônio Carlos, Presidente de Minas e pretendente vetado à Presidência, talvez não tivesse sob exame de seu espírito arguto todos esses dados. Mas tantas coisas estavam tão claras que Antônio Carlos mandou sondar os líderes do Partido Republicano Riograndense, com a ideia de que uma aliança Minas-Rio Grande, com algum apoio no Nordeste, possibilitaria o êxito de um candidato à Presidência indicado pelo Rio Grande – quem sabe, pela primeira vez, um candidato originário do Rio Grande.

Sondagens, negociações, hipóteses, nada disso ainda era secreto, mas Washington Luís, obstinado, não reconsiderava a imposição de seu sucessor. A obstinação de Washington Luís, obstinação que talvez fosse mais das forças econômicas de São Paulo que dele mesmo, não ameaçava o Rio Grande – sempre fora do poder no Império e na República, de que fora a liderança mais avançada. Mas ameaçava Minas, o Nordeste, o conjunto do país.

A hipótese da candidatura do Rio Grande fora sugerida já em julho de 1927, quando José Bonifácio, irmão de Antônio Carlos e líder da bancada republicana de Minas na Câmara dos Deputados, viajou para a Europa no mesmo navio que Epiácio Pessoa. Em longas conversas, com todo o tempo à disposição, Epiácio diz que é melhor Minas não dar o próximo Presidente, porque, com essa renúncia, terá nas mãos a chave da sucessão.⁸⁷

Já em 1928, Antônio Carlos incumbiu Afrânio de Melo Franco de consultar Epiácio Pessoa sobre a sucessão. Apesar do silêncio de Washington Luís, era evidente sua decisão de lançar e eleger Júlio Prestes. Epiácio desautorizou qualquer gestão em torno de seu nome: não voltaria à Presidência da República em hipótese alguma. Mas reafirmou a convicção de que Minas deveria renunciar ao direito de indicar um mineiro, para assim tornar-se senhora da sucessão. Afrâ-

⁸⁷ Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 137.

nio de Melo Franco consultou-o, então, sobre três nomes não-mineiros: Estácio Coimbra, Presidente de Pernambuco, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.

Epitácio não acreditava na viabilidade de um candidato de Pernambuco, Estado de eleitorado bem menor que o do Rio Grande. Se fosse para enfrentar São Paulo e Washington Luiz, melhor seria um candidato do Rio Grande. Com os votos de Minas, o maior eleitorado, e os do Rio Grande, o terceiro eleitorado, seria possível ganhar a eleição, mesmo perdendo em São Paulo, que tinha o segundo maior eleitorado, e em todos os outros Estados. Do Rio Grande, porém, Borges de Medeiros parecia a Melo Franco menos atraente que Getúlio Vargas: Borges nem uniria o Rio Grande, nem conquistaria a popularidade necessária nos outros Estados.

Epitácio concordou e opinou que Getúlio devia ser o escolhido. Além de suas qualidades pessoais e de suas possibilidades de unir o Rio Grande e ganhar simpatias nacionalmente, Getúlio fora Ministro da Fazenda de Washington Luís e sofreria menos resistência por parte dele.⁸⁸

Washington Luís, porém, resistiria à candidatura do Rio Grande como resistia à de Minas, recusaria Getúlio como recusava Antônio Carlos, embora gostasse de Getúlio. Animado pela investidura de Júlio Prestes no governo de São Paulo, queria ganhar tempo e estipulou que só em setembro de 1929 trataria do assunto sucessão. Em janeiro desse ano, registraram-se os primeiros entendimentos concretos entre Minas e Rio Grande⁸⁹, precedidos por um recado do deputado Afrânio de Melo Franco a Getúlio Vargas, por intermédio de um amigo deste, o industrial gaúcho João Daudt de Oliveira: Minas veta a candidatura de Júlio Prestes.⁹⁰ Melo Franco, é claro, falava por Antônio Carlos, de quem já fora emissário junto ao ex-Presidente Epitácio Pessoa.

Esse veto a Júlio Prestes era previsível desde que se tornara claro o veto de Washington Luís a Antônio Carlos e a qualquer outro nome de Minas (na verdade a qualquer nome que não fosse Júlio Prestes).

⁸⁸ Idem, pp. 137/138, citando Laurita Pessoa Raja Gabaglia, Epitácio Pessoa.

⁸⁹ Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, pg. 87.

⁹⁰ Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 16.

Getúlio Vargas pacificava, de fato, o Rio Grande do Sul, mas Washington Luís, Presidente da República, longe de pacificar, exasperava o país. Desconheceria ele que os federalistas do Rio Grande, liderados por Assis Brasil e Batista Lusardo, estavam em bons termos com o governo do Rio Grande mas não com o governo central e, depois da posse de Getúlio na presidência do Rio Grande, tinham delegado a Paulo Nogueira Filho, um dos principais líderes do Partido Democrático de São Paulo, de oposição a Washington Luís e Júlio Prestes, a incumbência de organizar a revolução nesse Estado, em entendimento com o General Miguel Costa, comandante da Coluna Prestes, então exilado em Paso de los Libres?

EXPECTATIVAS RISONHAS E FRUSTRADAS

Washington Luís frustrara todas as expectativas despertadas por sua eleição e por sua aparência risonha. A Coluna Prestes depusera as armas espontaneamente, sem ter sofrido uma só derrota em mais de cinquenta combates (ou mais de cem, pelas contas de Miguel Costa). O governo de Washington Luís não só não concedera qualquer anistia, por restrita que fosse, como impedia qualquer ação do Congresso nesse sentido – o que se tornou público quando, em junho de 1929, um senador nada poderoso ou influente do Estado do Rio, Feliciano Sodré, aproveitou uma oportunidade qualquer para declarar aberto o debate sobre a sucessão e propor a chapa Antônio Carlos-Getúlio Vargas.

Ninguém deu a menor importância, mas Batista Lusardo, deputado do Rio Grande do Sul, do grupo antirrepublicano que passara a apoiar Getúlio Vargas, aproveitou para fustigar o governo. Ele desafiou o líder do governo, Manoel Vilaboim, a negar que o Presidente da República impunha a seus amigos e aliados o adiamento de qualquer iniciativa, de qualquer debate, sobre a sucessão. E anunciou que as bancadas de Minas, do Rio Grande e da Bahia queriam votar imediatamente a anistia, o que era impedido tanto por Washington Luís quanto por seu candidato Júlio Prestes.⁹¹

⁹¹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 77 e 78.

Mesmo sabendo-se vetado e que nenhum outro nome de Minas demoveria Washington Luís, Antônio Carlos empreendeu uma última e aparentemente ingênua manobra. Seu irmão, José Bonifácio, líder dos republicanos mineiros na Câmara Federal, procurou o Líder da Maioria, o paulista (nascido na Bahia) Manuel Vilaboim, sugerindo exatamente aquilo que Washington Luís não aceitaria de maneira alguma:

– Minas daria o Presidente e São Paulo o Vice, na pessoa de seu jovem governante.

Vilaboim manifestou grande respeito e simpatia por Antônio Carlos, mas propôs aquilo que seria o obstinado e obtuso argumento de Washington Luís nos meses seguintes: que a dois Presidentes paulistas sucedessem dois Presidentes mineiros.⁹²

Com essa consulta aparentemente ingênua, Antônio Carlos estendera uma convenientíssima cortina de fumaça diante dos olhos politicamente míopes de Washington Luís, para ocultar sua verdadeira manobra, no rumo da aliança com o Rio Grande.⁹³

O passo seguinte de Antônio Carlos foi sondar os liberais gaúchos, que agora apoiavam Getúlio Vargas e tinham três representantes na Câmara dos Deputados: Assis Brasil, Plínio Casado e Batista Lusardo.

Logo depois da reabertura do Congresso, em maio de 1928, Afrânio de Melo Franco convida Lusardo e Casado para um almoço em sua casa em Copacabana. É uma sondagem ainda limitada às generalidades mais inofensivas, mas só aparentemente inócuas: Minas lamenta a articulação de uma nova Presidência paulista exatamente no momento em que Antônio Carlos tem sua última oportunidade de disputar a Presidência. Se Minas não pode dar o Presidente, talvez deva procurar em outro Estado quem possa enfrentar Júlio Prestes.⁹⁴

⁹² Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 159.

⁹³ *Idem*, pg. 139, citando Barbosa Lima Sobrinho.

⁹⁴ *Idem*, pg. 165.

Esse almoço é seguido, em pouco tempo, por um convite de Antônio Carlos para uma conversa com Lusardo e Casado em Belo Horizonte, no Palácio da Liberdade – conversa que, como a anterior, com Melo Franco, é levada para a mesa, para o jantar.

A fidalguia, o *savoir faire*, a sabedoria do modo de ser mineiro não podem deixar de seduzir os convidados. Antônio Carlos vai muito além da sondagem genérica de Melo Franco. Se Minas não pode dar o candidato e não convém que se eleja mais um paulista, a vez será do Rio Grande.

Melo Franco mencionara a hipótese de algum outro Estado que não Minas ou São Paulo. Antônio Carlos menciona um só Estado, o Rio Grande – que era o terceiro colégio eleitoral do país e ainda não tivera qualquer oportunidade.

Mas... e aí Antônio Carlos avança muitíssimo mais, não só em relação à sondagem de Melo Franco, e sim em relação ao estágio de prática política em que vivia mergulhada a República e em que vivera a monarquia.

É necessário, diz Antônio Carlos, que esse candidato não o seja apenas de um partido, mas de todo um Estado, para que o governo federal não tenha possibilidade de neutralizá-lo pelo expediente de aliar-se à facção contrária. Além da solidariedade de seus correligionários, diz Antônio Carlos, esse candidato deve ter a segurança do apoio de seus próprios adversários.⁹⁵

É longa e demorada a viagem de Lusardo, de Belo Horizonte a Pedras Altas, no interior do Rio Grande, onde vive Assis Brasil, o velho chefe do Partido Libertador, a quem os militares rebeldes de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes tinham conferido o título de líder civil da revolução brasileira.

Assis Brasil ouve e considera que a proposta vem de dois homens “de tradição”, Antônio Carlos e Afrânio de Melo Franco. E decide:

– É assunto que merece meditação.⁹⁶

Lusardo faz o caminho de volta, agora em direção a Belo Horizonte e ao Palácio da Liberdade, e comunica a Antônio Carlos a resposta de Assis Brasil. É muito difícil unir todo o Rio Grande, dividido por “uma caudal de sangue

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ Idem, pg. 166.

que vinha de 35 a 45 (1835-1845, Guerra dos Farrapos), recrudescera em 1893 e 1894 (revolução federalista) e recentemente, em 1923, voltara a ensanguentar o Estado. Vargas, porém, estabelecera uma trégua. Os adversários não tinham lutado contra sua eleição e ele retribuía respeitando os resultados eleitorais que acabaram dando 14 prefeituras aos libertadores. Num caso, inclusive, o de Dom Pedrito, Getúlio concordara com uma recontagem de votos, que destituiu o vencedor republicano e deu a vitória ao candidato libertador.

Ou seja, o Rio Grande poderia unir-se em torno de Vargas.

Agora, entendido com aqueles que poderiam ser adversários, mas tornaram-se aliados de Vargas no Rio Grande do Sul, Antônio Carlos vai ouvir o Partido Republicano Riograndense. Seu Secretário do Interior, Francisco Campos, procurará, no Rio, o líder da bancada do Rio Grande na Câmara, João Neves da Fontoura, que é também Vice-Presidente de seu Estado.

Colega de Getúlio na Faculdade de Direito, no Bloco Acadêmico Castilhistas e na redação de *O Debate*, o jornal dos estudantes republicanos, e depois na Federação, o jornal oficial do Partido Republicano Riograndense, João Neves tivera o apoio de Borges de Medeiros, grande amigo de sua família, numa carreira política que passara pela Prefeitura de sua cidade, Cachoeira, pela assembléia estadual, pela eleição para Vice-Presidente do Estado e, desde meados de 1928, pela liderança da bancada do Rio Grande na Câmara dos Deputados.

Quando assumiu o governo do Estado, Getúlio chamou outro companheiro de juventude, Oswaldo Aranha, então deputado federal e líder da bancada do Rio Grande na Câmara, para o cargo de Secretário do Interior. Aranha era onze anos mais moço que Getúlio, estudara no Rio e depois em Paris. Quando voltou para o Rio Grande e para sua cidade, Alegrete, Getúlio já tinha sido deputado estadual, renunciara ao segundo mandato e advogava em São Borja, na mesma região. Getúlio conhecera-o profissionalmente e fez-lhe algumas consultas sobre matéria jurídica. Depois atuaram juntos em vários casos e praticamente se tornaram sócios.

A vida política de Aranha começara já nos anos 20, como Prefeito de Alegrete. Na Revolução de 1923 ele teve atuação militar destacada e foi ferido

duas vezes, uma no ombro e a outra no tornozelo. A Secretaria do Interior, para a qual Getúlio o convidara, era a pasta mais importante do governo do Estado e tratava também das questões de planejamento e desenvolvimento econômico. Aceitando o convite, Aranha teve de renunciar ao mandato de deputado.

Getúlio pediu a João Neves que se candidatasse à vaga de Aranha, para, como ele, exercer a liderança da bancada, que o próprio Getúlio já exercera, em 1923. Pela legislação eleitoral da época, nada impedia que um Vice-Presidente de Estado exercesse o mandato de deputado federal: se chamado a assumir o governo desse Estado, optaria por um dos mandatos.

Em junho de 1928, em Porto Alegre, já eleito para a Câmara e em vias de embarcar para o Rio, João Neves teve longo encontro com Getúlio:

– Não acreditas – pergunta Neves – que a próxima sucessão seja a vez do Rio Grande?

Getúlio mostra-se descrente:

– Não, não creio. O candidato de Washington Luís é inequivocamente o Júlio Prestes. E os interesses do PRP (Partido Republicano Paulista) concorrem inequivocamente para essa solução.

Getúlio não acredita, igualmente, que Antônio Carlos se lance candidato à revelia de Washington Luís:

– Convém não esqueceres que o poder presidencial se acha cada vez mais forte, com a derrota de todas as campanhas de oposição e de todos os surtos revolucionários.⁹⁷ Para Getúlio, ainda é cedo para o Rio Grande definir uma posição. Naquela altura, a única posição concebível seria o apoio a Júlio Prestes. No momento oportuno, isso seria decidido pelo Partido, isto é, por Borges de Medeiros.⁹⁸

⁹⁷ João Neves da Fontoura, *Memórias*, citado por Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 170.

⁹⁸ Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 171.

CAPÍTULO 14

1928

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?

MINAS OFERECE A VEZ

UM PERFIL DE WASHINGTON LUÍS: PLETÓRICO E ALEGRE, POUCO INTELIGENTE E IGNORANTE, UM HOMEM DE SAÚDE EXCESSIVA PARA A IDADE.

Em seguida a esse encontro em Porto Alegre, João Neves seguiu para o Rio. No fim de julho de 1928, assumiu o mandato de deputado e a liderança da bancada do Rio Grande. Logo ao chegar, Washington Luís recebeu-o por cerca de duas horas, para tratar do andamento de assuntos de interesse do Rio Grande – e não deu uma só palavra sobre a sucessão e muito menos sobre a promessa que fizera a Getúlio, de consultá-lo no momento próprio.

Menos de um mês depois, João Neves foi convidado por Afrânio de Melo Franco para um jantar na casa deste, ao fim do qual, já sem testemunhas, Melo Franco entrou direto no assunto.

Não acreditava que Antônio Carlos pudesse conquistar a preferência do grupo de Washington Luís e do próprio Presidente, cujo firme propósito era, claramente, a candidatura de Júlio Prestes. Antônio Carlos perguntou a João Neves:

– Até onde seria possível saber como o Partido Republicano Riograndense receberia a eventual indicação do sr. Getúlio Vargas ou do sr. Borges de Medeiros por parte de Minas?

A resposta de João Neves, “em substância” e tal como reconstituída por ele mesmo, foi que o partido riograndense estava integrado no sistema político-parlamentar de apoio ao governo Washington Luís. Depois do período “de vicissitudes e movimentos armados”, de 1923 a 1926, o Rio Grande precisava de paz, para trabalhar e prosperar.

Muitas iniciativas do governo estadual dependiam da boa vontade do governo federal.

– Além disso, por tradição e amor próprio – disse João Neves – jamais desfecharíamos uma campanha para elevar qualquer dos nossos ao Catete. Entretanto, se forças responsáveis e poderosas levantarem a candidatura de um deles, não vejo como recusá-la.⁹⁹

Nessa noite, na casa de Afrânio de Melo Franco, a conversa ficou mais ou menos nisso.

Na primeira semana de novembro, João Neves foi homenageado com um banquete no Jôquei Clube, no Rio. Presidido pelo Vice-Presidente da República, o mineiro Fernando de Melo Viana, o banquete era, sem disfarce, um evento destinado a envolver o novo líder da bancada do Rio Grande na corrente que levaria o Presidente Washington Luís a ser sucedido pelo Presidente de São Paulo, Júlio Prestes.

Pelo menos dois deputados republicanos do Rio Grande, Flores da Cunha e Lindolfo Collor, estavam nessa corrente, e Washington Luís contava também com o futuro apoio de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. A homenagem a João Neves, o líder recém chegado da bancada do Rio Grande, era um pequeno tributo para exorcizar qualquer receio de que esse novo líder viesse com outras ideias, senhor de outras informações, portador de outras propostas.

Saudado pelo Líder da Maioria, Manuel Vilaboim, baiano naturalizado paulista, aplaudido não só pelo Vice-Presidente da República, como pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Sebastião do Rego Barros, e pela maioria dos ministros de Washington Luís, João Neves respondeu, contrariamente a seus hábitos, com um discurso escrito. Por dois motivos: poder submetê-lo antes à avaliação de Getúlio; e evitar os riscos do improviso, os arrebatamentos da eloquência num espírito inquieto e incontido como o seu.

João Neves, mesmo nesse discurso escrito, fala por metáforas. Fala do Rio Grande:

⁹⁹ Idem, pg. 172, citando João Neves da Fontoura, *Memórias*, vol. 2, pp. 50/51.

– Colocados em um dos extremos da Pátria, na confluência territorial de duas nações estrangeiras, lá temos sido, durante este largo trato de tempo, soldados sempre vigilantes da segurança geral... com a carabina sempre à bandoleira, prontos para acudir ao primeiro alarme...

(Como se poderia decodificar essa retórica de rememoração histórica, a não ser pela referência, tão cuidadosamente omitida, mas tão presente e gritante, ao fato de que esse largo trato de tempo ao longo do qual o Rio Grande estivera sempre de dedo no gatilho em defesa da Pátria comum fora exatamente o largo trato de tempo ao longo do qual o Rio Grande não dera um só Primeiro-Ministro ao Império, um só Presidente ou um candidato à Presidência, na República?)

É assim que esse e outros trechos do discurso de João Neves, que é também, por tê-lo aceito e subscrito sem qualquer ressalva ou restrição, o discurso de Getúlio Vargas, são decodificados por um de seus ouvintes, o deputado e jornalista pernambucano Aníbal Freire. Ele vai cumprimentar João Neves e diz, sibilamente:

– Acabo de ouvir a defesa da oportunidade do Rio Grande do Sul.¹⁰⁰

O Presidente da Câmara, Sebastião do Rego Barros, também de Pernambuco, traduz para o latim o que lhe parece ser o resumo, o sentido do discurso:

– Nos quoque gens sumus!

– Nós também somos gente!

Vinte dias, apenas, depois do banquete a João Neves no Rio, os dirigentes do Partido Republicano Paulista reuniram-se, a 26 de novembro de 1928, num jantar de confraternização no Hotel Esplanada, em São Paulo.

O único não paulista presente era o gaúcho Flores da Cunha, que aparentemente se solidarizava à candidatura Júlio Prestes, ao dizer que paulistas e gaúchos marchariam unidos, ombro a ombro, na sucessão de Washington Luís.

João Neves protestou e recebeu o apoio da bancada do Rio Grande e do próprio Getúlio. Este, porém, impediu a renúncia de Flores da Cunha diante de tal situação.

¹⁰⁰ Idem, pg. 175, citando o jornal O País, edição de 7 de novembro de 1928.

Apesar de todas as evidências em contrário, Flores não comparecera ao jantar paulista para manifestar ou reiterar solidariedade a qualquer esquema de São Paulo. O mais cosmopolita dos integrantes da bancada do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha entendia que o caminho de Getúlio Vargas para a Presidência da República passava pelo apoio de Washington Luís.

Em carta a Getúlio a 29 de novembro, Flores conta a conversa que tivera na semana anterior com o deputado paulista Ataliba Leonel, do grupo de “íntimos e comensais do dr. Washington Luís” – conversa anterior ao jantar no Hotel Esplanada, e que poderia explicar ou justificar a presença e o pronunciamento do próprio Flores no jantar do Partido Republicano Paulista:

– Procurando-me no meu quarto do hotel, o nosso bom e leal amigo Ataliba Leonel disse-me: que passara, na véspera, até a meia noite, com o dr. Washington Luís, com quem palestrara longamente. Que o Presidente achava que estavam surgindo dificuldades para a apresentação do nome de Júlio Prestes como candidato à sua sucessão. Que, com a maior reserva, afirmara que, não sendo possível fazer vingar a candidatura de Júlio, adotaria a tua, a qual, no seu entender, seria muito bem aceita. Tive, depois dessa informação... conversando com o deputado Valois de Castro, a confirmação plena do que nela se contém.

– Não sei por que conduto veio o Presidente da República a saber das confêrencias que o João Neves tivera... com o Melo Franco. O certo é que pediu ao Valois para falar a mim sobre a conveniência de evitarmos, de futuro, aqueles encontros julgados perniciosos... Adverti, com jeito, o João Neves, do perigo que poderia haver em continuar as conversas com aquelas personalidades.

– A situação, para mim, está clara. O dr. Washington Luís, vetada por Minas a candidatura Júlio Prestes, adotará e lançará a tua. O João Neves acredita ou está mesmo certo de que Minas vetará ou já vetou o nome do Júlio Prestes. Quanto a mim, devo lealmente declarar, só me convencerei disso diante de documentação insofismável... Não me surpreenderia se, da noite para o dia, surgisse a candidatura do Júlio Prestes sugerida e apresentada pelo próprio Antônio Carlos...¹⁰¹

¹⁰¹ Idem, pg. 196.

Depois dessa tentativa de envolvimento de Flores da Cunha e informado de que os mineiros assediam João Neves, o líder Vilaboim, que saudara Neves no banquete do Jóquei mas não costumava dar-lhe maior atenção, resolve aproximar-se dele, numa espécie de contra cerco.

A pedido de Vilaboim, Álvaro de Carvalho, também representante de São Paulo, promove um baile nos salões de sua casa magnífica na rua Pinheiro Machado, no Rio, a mesma rua do Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente da República.

Tinha organizado o encontro de João Neves com Vilaboim – conta Afonso Arinos, filho e biógrafo de Afrânio de Melo Franco – “numa atmosfera luxuosa, hospitaleira e cordial, preparada para impressionar o gaúcho provinciano”.

– Mas Melo Franco, também presente ao baile de seu velho amigo, percebeu a situação e resolveu evitá-la. Antes da chegada dos outros, antes do início do sarau, convidou João Neves a sair com ele, pois tinha algo de muito importante a mostrar-lhe. Era a carta, redigida por Francisco Campos, em que a política mineira oferecia a Getúlio Vargas o apoio à sua candidatura.

– Neves sai imediatamente, rumo ao Hotel Glória, para conhecer o documento. E ambos, Melo Franco e João Neves, tiveram apenas tempo para saudar rapidamente Vilaboim... com quem cruzam na sala de entrada.¹⁰²

Sem João Neves, habilmente sequestrado por Afrânio de Melo Franco, o baile de Álvaro de Carvalho deixou o líder Vilaboim sem par para sua contradança política.

Homens de época e origem diversas, Flores da Cunha e João Neves reproduziam em menor escala, nesse momento, a coreografia de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros na política do Rio Grande e na política nacional.

João Neves acontecera e subira pela mão de Borges e chegara ao Rio como o representante do Rio Grande, que vê a hora de seu Estado ocupar finalmente a Presidência da República: Minas oferece explicitamente essa oportunidade.

Flores da Cunha vê as coisas de outro ponto de vista, mais ou menos o mesmo de Pinheiro Machado (que, aliás, dera início à carreira de Flores, fa-

¹⁰² Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, pp. 983 e 984.

zendo-o deputado pelo Ceará, Estado que ele nem conhecia): o ponto de vista nacional ou o ponto de vista do poder – que era, nesse momento, o ponto de vista de São Paulo.

Depois do baile de Álvaro de Carvalho, que a malícia de Afrânio de Melo Franco transformara num baile no líder Vilaboim, Flores escreveu a Getúlio, informando confidencialmente que o Presidente Washington Luís reconhecia a resistência a Júlio Prestes e havia decidido que, se se tornasse impossível apresentar sua candidatura, escolheria Vargas.¹⁰³

Flores tinha a essa altura grandes ligações em São Paulo, mas era antes de mais nada um homem do Rio Grande e acreditava que Washington Luís se inclinaria para Getúlio, o candidato de conciliação nacional perfeito, quando se firmasse o conflito entre os dois mais poderosos pretendentes, Júlio Prestes e Antônio Carlos.¹⁰⁴

João Neves achava que Flores era levado na conversa pelos paulistas. Escreve, então, a Getúlio e Borges de Medeiros, uma carta praticamente simultânea a essa de Flores da Cunha, para torpedear a expectativa de que Washington Luís se convencerá das resistências a Júlio Prestes e evoluirá para o apoio a Getúlio:

– O Presidente não é homem de recuos... Disse-me, certa vez, que, antes de vir para o Rio, amigos lhe haviam ponderado não lhe ser possível expor-se, aqui, ao sol, como fazia em São Paulo, visto que o clima era diferente.

Washington Luís, segundo João Neves, não estava disposto a mudar de hábitos, e respondera:

– Pois então o clima é que terá de mudar...¹⁰⁵

João Neves foi mais delicado que verdadeiro nessa anedota. Cerca de três anos depois, Virgílio de Melo Franco desenharia um retrato muito mais cruel e talvez muito mais verdadeiro de Washington Luís:

¹⁰³ John Wills Foster Dulles, Getúlio Vargas, pg. 52.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 145, citando João Neves da Fontoura, *Memórias*, vol. 2, pg. 39.

– Do ponto de vista físico, o Presidente da República deposto é um indivíduo decorativo e de parada. Pessoalmente simpático, senhor de um riso franco e aberto, amigo do movimento e de rudes festins, tumultuosos e vorazes... era visto por toda parte, sorridente e alegre, abrilhantando, com sua presença, as corridas, os bailes, os jogos esportivos, os teatros e as festas de rua.

– Toda gente tinha a impressão de que o primeiro magistrado do Brasil não trabalhava muito. Mas seus amigos mais íntimos asseguravam que o sr. Washington Luís, grande madrugador, aproveitava as frescas manhãs cariocas para o estudo dos graves problemas de Estado.

– Homem pletórico e alegre, pouco inteligente e ignorante, o sr. Washington Luís passou a vida embrulhado em desejos e ideais confusos. Tendo atingido a Presidência da República orçando já pelos sessenta anos, ele era vítima, dizia o então Deputado Edmundo da Luz Pinto, de uma saúde excessiva para sua idade... O seu governo foi um desastre sob todos os pontos de vista. A sua bronca incompreensão fez com que sua presidência não abordasse nenhuma das grandes questões que agitavam e agitam os interesses e os sentimentos da Nação.

Virgílio de Melo Franco faz, porém uma ressalva:

– Homem de “vistas curtas, inteligência mesquinha e vaidade imensa”, recomendava-se o sr. Washington Luís para Presidente da República apenas por um aspecto moral da sua personalidade: a honestidade.¹⁰⁶

Mais novo e menos experiente que Flores da Cunha, e menos familiarizado que ele com Washington Luís e o cenário político de São Paulo, João Neves foi, nesse caso, mais atilado que Flores:

– Confessou-me Flores que fora a São Paulo, insistido por Ataliba Leonel, que lhe dissera: “O Washington está achando dificuldades para fazer o Prestes sucessor dele, e precisamos que você nos dê uma ajuda. Venha e, se Minas vier a vetar o Prestes, o Washington indicará o Getúlio.” E o nosso General, diante dessa sedutora promessa, lá se foi, silencioso e discreto, dar a ajuda pedida.

Em outras palavras, cada viagem de Flores da Cunha a São Paulo é uma ajuda a Júlio Prestes. E Flores não percebe como está sendo usado.

¹⁰⁶ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 193, pp. 70 e 71.

Ou na expectativa de que afinal Flores da Cunha esteja certo, ou aceitando o parecer de João Neves, que seria confirmado pelo retrato cruel e verdadeiro do livro de Virgílio de Melo Franco, Getúlio, ainda em dezembro, escreve a Washington Luís sobre a sucessão, e diz, talvez nos mesmos termos, o que reafirmaria em maio de 1929, numa carta depois exploradíssima pelos porta-vozes de Washington Luís e pelo próprio Presidente da República: que o Rio Grande aguarda a iniciativa do Presidente para discutir sua sucessão.

É claro que nada disso era ignorado pelos mineiros. Em dezembro, Afrânio de Melo Franco entrevista-se com João Daudt de Oliveira, industrial gaúcho, amigo de confiança de Getúlio, que vai a Porto Alegre transmitir o veto de Minas ao nome de de Júlio Prestes.

Borges de Medeiros reage com cautela às avaliações de João Neves e alerta Getúlio:

– As impressões e observações (de João Neves) parecem bem fundadas na maior parte, mas menos exatas na apreciação dos elementos que hão de sustentar a candidatura que nascer do Catete. Tenho como certo o apoio que ela receberá da quase totalidade dos Estados. A vontade e o poder do Presidente hão de prevalecer, como sempre, e a mim já não é lícito alimentar ilusões...¹⁰⁷

Getúlio também não se ilude e deixa isso claro num encontro com Firmino Paim, seu Secretário de Finanças, futuro senador e emissário junto a Washington Luís:

– Parecia-nos a ambos que o candidato natural era o sr. Júlio Prestes... Do exame da situação, era fácil concluir que, se a candidatura Júlio Prestes tivesse de ser posta de lado, surgiria logicamente a candidatura do sr. Getúlio Vargas... Era inconveniente antecipar a discussão...

Getúlio manifestara essa opinião a João Neves seis meses antes, quando Neves, eleito deputado, fora vê-lo antes de embarcar para o Rio. Agora, no Rio Grande, tal opinião era um parecer unânime. Assis Brasil, o líder do Partido Libertador, a antiga oposição federalista, concordava com ele.

¹⁰⁷ Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pg. 200.

CAPÍTULO 15

1929

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE? **O PACTO DO HOTEL GLÓRIA**

SOB SUA RESPONSABILIDADE PESSOAL, JOÃO NEVES ASSINA
COM O EMISSÁRIO DE MINAS UM ACORDO QUE TORNA PRATICAMENTE
IRREVERSÍVEL A CANDIDATURA VARGAS À PRESIDÊNCIA.

O veto de Minas à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, que João Daudt fora encarregado por Afrânio de Melo Franco de transmitir a Getúlio e, naturalmente, a Borges de Medeiros, era um verdadeiro plano de operações de estado-maior, cobrindo todas as situações e todas as hipóteses: Antônio Carlos vetaria “frontalmente” a candidatura de Júlio Prestes. Não haveria candidato mineiro. Se Washington Luís quisesse indicar outro nome, Minas aceitaria um candidato do Rio Grande. Confirmada a existência de uma candidatura de São Paulo apoiada por Washington Luís, Minas adotaria uma candidatura do Rio Grande para opor à candidatura paulista.

Foi com essa equação posta na mesa que teve início o ano político de 1929. Em fevereiro, de férias em Cachoeira, sua cidade, no Rio Grande, durante o recesso do Congresso, João Neves visita Borges de Medeiros na estância do Irapuazinho, nos arredores da cidade. A visita e a conversa tinham sido combinadas com Getúlio, na passagem de João Neves por Porto Alegre:

— Fui ontem ao Irapuá e durante longas horas debati com o nosso Chefe o caso da sucessão... Expus-lhe em detalhe tudo quanto observara no Rio e conversara contigo. Aprovou plenamente a atitude a ser tomada... Consultados sobre a solução paulista, devemos não só condicionar a aceitação ao voto da maioria real das forças políticas, como a uma prévia exibição do programa, no qual conste também a pacificação nacional, por medidas de apaziguamento e

clemência. Pensa ele que tua candidatura tem plena viabilidade...¹⁰⁸

Como o recesso do Congresso vai até maio e Washington Luís está empenhado em adiar pelo menos até setembro os entendimentos (que não pretende ter) sobre a sucessão, a própria iniciativa mineira do veto a Júlio Prestes e lançamento de um nome do Rio Grande fica a cozer em fogo brando.

Só em abril, em nome de Getúlio, João Daudt de Oliveira comunica a Afrânio de Melo Franco que “o Rio Grande não poderia recusar a candidatura de seu Presidente, lançada por uma força respeitável, como Minas unida”.

A 6 de maio, João Neves, recém-chegado ao Rio, para a reabertura do Congresso, escreve a Getúlio:

– Por toda parte só se respira uma certeza – a do próximo lançamento da candidatura Prestes... Agora é certeza certa... Quanto aos mineiros, continua firme a convicção de que eles impugnarão a candidatura Prestes. Entocados ainda... em Belo Horizonte, estão maquinando a diretriz que melhor lhes convenha.¹⁰⁹

Essa diretriz que melhor conviesse a Minas podia ser a candidatura de Getúlio. Mas Flores da Cunha fizera brotar a semente de uma suspeita, escrevendo a Getúlio que não se surpreenderia se Antônio Carlos acabasse lançando e apoiando a candidatura de Júlio Prestes. Se Minas, que nunca se revoltara, estuda calculadamente o que melhor lhe convenha, o Rio Grande, que pagara preço altíssimo pela Revolução Farroupilha e pela oposição a Artur Bernardes em 1922, tinha de calcular seus riscos com duplo cuidado.

Getúlio, então, escreve, a 10 de maio, a famosa carta confidencial a Washington Luís, declarando-se à margem das manobras sucessórias:

– Tenho permanecido fechado a qualquer manifestação sobre a sucessão presidencial, pelo desejo de não contribuir para perturbar o ambiente, para deixar à livre iniciativa de V. Exa. as démarches sobre o assunto, quando julgar oportuno, e para evitar as intrusões dos mestres de obra feita, farejadores de candidatos ou pretendidos precursores que queiram jogar com o nome e o

¹⁰⁸ Idem, pg. 214.

¹⁰⁹ Idem, pp. 218/219.

prestígio do Rio Grande, inculcando-se mais tarde ao prêmio das recompensas pessoais... Pode V. Exa. ficar tranquilo que o Partido Republicano do Rio Grande não lhe faltará com o seu apoio no momento preciso.¹¹⁰

Essa carta foi exploradíssima meses depois, como prova de uma suposta duplicidade de Getúlio Vargas em seu relacionamento com Washington Luís. Getúlio poderia alegar desconhecimento dos encontros de Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos com Batista Lusardo e Plínio Casado e destes com Assis Brasil, assim como a longa reflexão a dois entre José Bonifácio e Epitácio Pessoa e o breve e sonso diálogo de José Bonifácio com o líder da maioria Manuel Vilaboim sobre a possibilidade da chapa Antônio Carlos-Júlio Prestes. Mas não poderia desconhecer a preferência de Washington Luís por Júlio Prestes, nem que o impasse entre essa candidatura paulista e as pretensões do Presidente de Minas poderiam resultar em que afinal se materializasse a esperada vez do Rio Grande.

Como a única atitude possível no momento era o apoio a Júlio Prestes, cujo nome nem sequer tinha sido proposto por Washington Luís, o melhor era não precipitar nada. A frase final da carta – “o Rio Grande não lhe faltará com o seu apoio no momento preciso” – não pode ser tomada como uma rendição antecipada e incondicional. Getúlio limitava-se a dizer ao Presidente da República que aguardava a iniciativa deste. De nenhuma forma afirmou que apoiaria qualquer posição que o Presidente viesse a tomar. Assim o entendeu o próprio Washington Luís, que respondeu dizendo:

– Não prescindirei dos seus conselhos e dos conselhos de todos os nossos amigos... Na época própria, hei de ouvi-lo diretamente, que é a melhor forma de acertarmos.

Duplicidade, se houve, foi de Washington Luís, que nenhuma consulta fez nem qualquer informação transmitiu a Getúlio sobre qualquer candidatura. Getúlio, portanto, ficou livre para tomar qualquer iniciativa.

¹¹⁰ Idem, pg. 222.

GETÚLIO TENTA CONTER OS ENTUSIASMOS DE JOÃO NEVES

Em meados de junho, logo depois das derradeiras tentativas de lançamento da candidatura Antônio Carlos – um banquete em Juiz de Fora e uma passeata, em Belo Horizonte, promovida pelas “classes conservadoras”, com a participação de mais de mil representantes de mais de duzentos municípios mineiros – João Neves telegrafou a Getúlio, anunciando que teria nos próximos dias, no Rio, um encontro com o Secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, “que comunicará a decisão de Antônio Carlos: sustentar uma candidatura do Rio Grande contra a candidatura imposta de Júlio Prestes”.

A sugestão e a combinação desse encontro coincidem com a deflagração, inteiramente accidental, do debate no Congresso sobre a sucessão. Washington Luís impusera silêncio à maioria, como se não se estivesse a menos de um ano da eleição presidencial, mas, a 12 de junho, o Senador Feliciano Sodré, do Estado do Rio, que não tinha maior importância política ou mesmo pessoal, fez um discurso meio esquisito, no qual relacionou quem, a seu ver, podia aspirar à Presidência e quem não podia. Por alguma razão ou sem razão alguma, o Senador excluiu expressamente da lista dos presidenciáveis o ex-Presidente do Rio Grande e Presidente do Partido Republicano Riograndense, Borges de Medeiros.

Batista Lusardo, representante do Partido Libertador do Rio Grande, até recentemente adversário de morte do Partido Republicano de Borges de Medeiros, aproveitou o pretexto para provocar a bancada governista, condenada ao silêncio por Washington Luís. No dia seguinte, na Câmara, Lusardo protestou contra a exclusão de Borges. Essa exclusão, de um adversário seu, diz ele, é, mais uma vez, a exclusão do Rio Grande, sempre excluído.

João Neves pressente o perigo. Mais um passo e se saberá que Minas, vetando nova candidatura paulista, propõe o fim da exclusão do Rio Grande. Mais dois passos e se saberá do próximo encontro de Neves com Francisco Campos, Secretário do Interior de Antônio Carlos.

Neves aparteia Lusardo e diz, como líder do Rio Grande, e portanto do próprio Borges, que este não é candidato e que o Rio Grande nada quer, espe-

rando que “a nação” (não o governo, não Washington Luís) escolha um candidato que o Rio Grande adotará. Por um momento, esse aparte esfria o debate e conjura o perigo mais imediato – a revelação dos entendimentos secretos entre Minas e o Rio Grande.

O discurso de Lusardo foi a 13 de junho. A 14, João Neves recebe carta de Francisco Campos, que resume em telegrama a Getúlio:

– Antônio Carlos está definitivamente resolvido a sustentar tua candidatura. Campos avisa que chegará aqui (ao Rio) dia 17, a fim de concluir o acordo. Parabéns!

Agora é a vez de Getúlio sentir o perigo:

– Fiquei apreensivo com teus telegramas cifrados... podem facilmente ser traduzidos no telégrafo...¹¹¹

Ainda não era fácil usar o telefone interurbano para comunicações urgentes, mas o telefone já estava descartado, porque vulnerável demais a operações de escuta. Mesmo com a demora, Getúlio preferia a comunicação por carta, quase sempre levada por pessoa de confiança e às vezes no malote de um banco riograndense. Telegramas, só cifrados e assim mesmo excepcionalmente e em linguagem duplamente cifrada – pelo código e pela metáfora. Recebendo esse telegrama em que João Neves abre demais o jogo, Getúlio escreve-lhe, em carta, no dia 15, que não faça qualquer pacto com os mineiros:

– Não creio no êxito de uma candidatura lançada só por Minas. Bastava isso para torná-la suspeita ao Catete, que a impugnaria, dando lugar ao surgimento de outro nome, como conciliação. Se Minas, impugnando um nome paulista, apresentasse um nome mineiro, o Wenceslau (Wenceslau Brás, Presidente da República de 1914 a 1918), poderia surgir um candidato do Rio Grande, imposto pelas circunstâncias que decorreriam da impugnação inicial. Mas, apresentado um nome do Rio Grande como impugnação ao paulista, será queimado... O Rio Grande espera ser ouvido oficialmente pelo Presidente da República na ocasião oportuna. Antes disso não se pronunciará.¹¹²

¹¹¹ Idem, pg. 230.

¹¹² Idem, *ibidem*.

Mandada de avião, dificilmente essa carta terá sido lida por João Neves no mesmo dia. Se chegou depois, a dúvida fundamental de Getúlio foi antecipadamente contestada por João Neves, não mais em telegrama, mas em carta desse mesmo dia 15 de junho:

– Dizes que, com o veto mineiro, o Presidente não fará o seu candidato, mas ninguém fará candidato contra o Presidente. Isso está positivamente errado. Se Minas unida levantar a fórmula Getúlio-Estácio (Estácio Coimbra, Presidente de Pernambuco), nem dez Presidentes obstarão a vitória dessa fórmula, que teria por si mais a Bahia unida e o Distrito Federal. Podes acreditar que isso é que está certo, certíssimo.

AS MANOBRAS DO OUTRO LADO

João Neves estava enganado. As lideranças de Pernambuco, da Bahia e do Distrito Federal ficaram, firmes e dóceis, com Washington Luís. Mas João Neves dá mais informações sobre seu último encontro com Francisco Campos, “olho político do Antônio Carlos”.

– Campos, então, discorreu largamente sobre o caso. Minas não podia ir com o Presidente. O Antônio Carlos levava até agora a dar ora no cravo, ora na ferradura... mas estava na hora de fazer as despedidas de sua candidatura e tomar a única resolução séria: lançar o teu nome.

– Perguntou-me qual o meio prático de levar a bom termo a combinação. Lembrei que o Antônio Carlos escrevesse uma carta ao nosso Chefe (Borges de Medeiros), fazendo a proposta. Eu faria a carta chegar aí em mão segura... Perguntei quantos votos daria Minas à chapa. 500 mil, no mínimo. Com os nossos 200 mil seria só isso a vitória... Ontem à tarde, o Campos me escreveu, dizendo que o Antônio Carlos dera solução favorável e que vinha depois de amanhã pelo segundo noturno... Estamos na hora da decisão. Ou agora aceitamos a nossa candidatura, apoiada por Minas, num pacto de honra indissolúvel, ou devemos, pura e simplesmente aderir ao Prestes.

Essa carta só será recebida depois do próximo encontro de João Neves com Francisco Campos. Depois, portanto, do fato consumado. Ainda na vés-

pera desse encontro, Borges de Medeiros escreve a Getúlio, de sua estância do Irapuazinho, em Cachoeira do Sul, manifestando a Getúlio a mesma preocupação que Getúlio acabava de manifestar a João Neves:

– Parece-me que, por enquanto, nada devemos dizer ao Neves a respeito da sucessão, por ser de bom alvitre aguardar a palavra direta ou indireta do Presidente Washington Luís.¹¹³

Foi também depois do fato consumado que Getúlio, a 18 de junho, recebeu das mãos de Paim Filho, seu amigo de juventude e agora Secretário de Finanças do Rio Grande, um telegrama recebido de Flores da Cunha:

– Acabo de conferenciar com o Presidente (Washington Luís). Seguirei amanhã em avião e levando informações. Avise amigos Getúlio, Oswaldo.

Getúlio estava com uma carta pronta para Borges de Medeiros, quando recebeu a de João Neves. Acrescenta um *post scriptum* à carta para Borges, dizendo que considera “deveras impressionante” a carta de Neves e para dar notícia da chegada imprevista de Flores da Cunha:

– O emissário (Flores) traz, provavelmente, o nome de Júlio Prestes candidato oficial, para submetê-lo à nossa apreciação, talvez com o meu para Vice. Se assim for, em vez de assumirmos um compromisso, não seria melhor prote-larmos a solução, com o intuito de obtermos um candidato que concilie as forças políticas dominantes?

No exato momento em que escreve essas palavras, Getúlio interrompe o *post scriptum* para decifrar pessoalmente um telegrama de João Neves, que acaba de chegar. E volta à carta transcrevendo o telegrama:

– Ei-lo: “Campos acaba de chegar trazendo carta Antônio Carlos, propondo firmar por escrito acordo nossos dois Estados. Feito acordo, só tu poderás desobrigar Minas votar teu nome. Minas unida. Antônio Carlos conta com Estácio para Vice. Feito acordo, assinado pelas duas partes, Antônio Carlos ou Borges de Medeiros ou ambos fariam apelo Washington no sentido Catete tomar iniciativa tua candidatura visto acordo não significar hostilidade governo e sim obediência imperativo nacional.”

¹¹³ Idem, pg. 234.

Getúlio, sem manifestar a sua, pede a opinião, o “conselho de chefe e amigo”, de Borges de Medeiros – e afinal pode dar por encerrado esse longo e acidentado *post scriptum*, mais longo e agora muito mais importante que a própria carta.

Nesse mesmo dia, talvez nessa mesma hora, Getúlio escreve a João Neves, a quem também transmite o telegrama de Flores da Cunha:

– Compreendi então os motivos da tua urgência. As manobras já haviam começado do outro lado... O Flores provavelmente vem tratar do assunto. Será conveniente ouvi-lo, saber o que pretendem... Recebi à noite o telegrama final do acordo proposto. Preciso ouvir a opinião do chefe.

UM ACORDO JÁ ASSINADO

Se o telegrama final falava em acordo “proposto”, então Getúlio não estava informado de que naquela noite de 17 de junho já existia um acordo assinado.

Viajando pelo segundo trem noturno de Belo Horizonte, Francisco Campos chegara ao Rio na manhã de 17 e imediatamente fizera chegar seu cartão a João Neves, pedindo uma entrevista imediata. À tarde, João Neves foi vê-lo no apartamento 809 do Hotel Glória (ambos hospedavam-se nesse hotel).

– Imaginei que ainda prosseguiríamos discutindo os termos de um entendimento... Com surpresa e prazer, verifiquei que a política mineira andara muito mais rapidamente do que eu esperava. Encontrei, junto de Campos, o Deputado José Bonifácio (irmão de Antônio Carlos)... Assim que começamos a conversar, José Bonifácio entregou-me a carta de Antônio Carlos. Nela, o Presidente de Minas o investia, na qualidade de líder da bancada, de poderes para subscrever comigo um acordo entre o situacionismo de seu Estado e o do Rio Grande, à base de uma candidatura gaúcha, que seria lançada por Minas...

– Perguntou-me se eu me considerava habilitado a firmá-lo... Tive de assentar minha decisão num relâmpago. A hipótese de prévia consulta ao Sr. Borges de Medeiros ou ao Sr. Getúlio Vargas, absolutamente impraticável: primeiro porque o assunto, no pé que se achava, não comportava a delonga de pelo menos dez dias (o Chefe do Partido Republicano se encontrava no interior do Estado,

em sua fazenda do Irapuazinho); segundo porque, psicologicamente, a inclinação mineira pela solução gaúcha estava naturalmente caucionada à expectativa de que corresponderíamos sem hesitação ao convite, não deixando margem, nem longinquamente, à possibilidade de uma antecipada e cautelosa auscultação do Sr. Washington Luís, o que importaria numa quase delação.

– Se eu naquele momento vacilasse ou diferisse a solução, para depois de ouvidos os Srs. Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, se o Sr. Francisco Campos voltasse para Belo Horizonte com as mãos vazias e o Sr. José Bonifácio fosse obrigado a guardar na gaveta a carta-mandato do irmão, à espera da resposta do Sul, a entente Minas-Rio Grande estaria definitivamente frustrada.¹¹⁴

João Neves, portanto, respondeu a José Bonifácio que se considerava autorizado a subscrever o acordo, com a ressalva de que, no tocante às obrigações assumidas pelo Rio Grande, sua vigência começaria quando fosse ratificado por Borges de Medeiros. José Bonifácio e Francisco Campos aceitaram essa ressalva e outras sugestões. Em menos de uma hora as cláusulas do acordo estavam todas definidas e às sete da noite os três voltaram a reunir-se, já para assinar o documento.

João Neves, que se comprometera a assinar o acordo imediatamente, sem consulta a Getúlio ou Borges de Medeiros, aproveitou o intervalo para ouvir um amigo e colega de bancada, Sérgio Ulrich de Oliveira. Queria abrir-se com alguém capaz de “compreender e julgar o alcance, possivelmente temerário”, de sua resolução.

– Tinha certeza de que Sérgio me falaria acima de conveniências pessoais, de paixões, de reservas... Ouviu-me sem uma interrupção. Enquanto falava, vi que estava muito comovido pelo meu ato, se não pelo meu arrojo. Quando terminei, resumiu limpidamente os fatos, dizendo-me: “Assina, é o teu dever. Não importa o risco, é o interesse do Rio Grande.”

João Neves voltou ao apartamento de Francisco Campos, no Glória, onde José Bonifácio redigiu de próprio punho, em duas vias, o acordo por algum tempo secreto entre Minas e o Rio Grande.

¹¹⁴ Idem, pp. 238/239, citando João Neves da Fontoura, *Memórias*, vol. 2, pp. 75/77.

O acordo começava por um preâmbulo cauteloso: "O líder da bancada de Minas, Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, devidamente autorizado pelo Presidente Antônio Carlos, e o Dr. João Neves da Fontoura, líder da bancada do Rio Grande, acordam o seguinte..."

Ou seja, José Bonifácio assinava por Antônio Carlos, mas João Neves não assinava nem por Getúlio nem por Borges de Medeiros, apenas por si mesmo.

As cláusulas do acordo previam o seguinte: Se o Presidente da República propusesse inicialmente como candidato à Presidência um nome de político mineiro, o Rio Grande apoiaria esse nome. Se o Presidente propusesse qualquer outro nome, a política mineira impugnaria essa indicação e apresentaria em troca o nome de Getúlio Vargas.

Proposto nessas circunstâncias o nome de Getúlio Vargas, a política mineira não mais o abandonaria, dispondo-se a lutar por ele até o final. A situação riograndense dominante obrigava-se a fazer sua, ao lado de Minas, a candidatura de Getúlio Vargas, ficando os dois Estados presos a essa solução, da qual só poderiam afastar-se por mútuo acordo.

Ficava estabelecido entre os dois Estados o compromisso de agir solidariamente e em completa identificação na marcha dos acontecimentos políticos, para o fim de ser alcançado o objetivo previsto nas cláusulas anteriores.

Se, na hipótese da primeira cláusula, a iniciativa do Presidente da República fosse de outro nome mineiro que não Antônio Carlos, este se comprometia a condicionar a aceitação da candidatura à aceitação, pelo Presidente da República, de uma candidatura do Rio Grande à Vice-Presidência, por indicação de Borges de Medeiros.

Ficava entendido que tudo quanto, no acordo, se referisse a Getúlio, valeria também para Borges de Medeiros, cuja candidatura Minas sentiria a maior satisfação em sustentar. Finalmente, dava-se como entendido que o acordo seria submetido por João Neves ao referendo de Borges de Medeiros e que ficaria inteiramente sem efeito caso Borges não o aprovasse.¹¹⁵

¹¹⁵ Idem, pp. 240 e 241.

CAPÍTULO 16

1929

GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?

ALGUÉM QUE CAI DAS NUENS

FLORES DA CUNHA ENTREGA A WASHINGTON LUÍS A CARTA EM QUE
VARGAS CONFIRMA SUA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA.

Com o acordo assinado e o fato consumado, João Daudt de Oliveira, agora em missão de Neves para Getúlio, seguiu para São Paulo e Santos, onde embarcaria para Porto Alegre a bordo do Itaimbé, com um dos originais do acordo, a carta de Antônio Carlos, uma longa carta de João Neves e outros documentos.

Getúlio, ainda com informações fragmentárias e mesmo sabendo que formalmente o acordo é apenas uma carta de intenções que Neves assinou em nome próprio e sob sua exclusiva responsabilidade, compreende que está diante de um fato consumado e irreversível. Chega a pedir a Neves que intercepte João Daudt e o faça voltar ao Rio.

Flores da Cunha, afinal, chegara a Porto Alegre sem o nome de Júlio Prestes recomendado por Washington Luís, mas apenas para transmitir o seguinte recado: Washington Luís apresentaria um nome a seus amigos. Se os amigos se opusessem, ele, Presidente, “estava muito velho para correr”.

Se as manobras não se aceleravam do lado contrário, não era imprudência apressá-las do lado de cá? Assim talvez pensasse Getúlio, mas João Neves, exasperado, manda telegramas seguidos a Porto Alegre:

— Após tuas cartas, resolvi não intervir mais, aguardando... teu exame completo documentos remetidos.

— Telegrama recebido 21 horas. Itaimbé já havia partido Santos (ou seja: é impossível interceptar Daudt). Estou profundamente impressionado tua vaci-

lação. Recusas receber documento que tu idealmente havias admitido... Campos aqui esperando resposta. Parece convém avisar Daudt regressar Rio Grande, autorizando-me desfazer acordo.

Afinal, porém, João Daudt de Oliveira chega a Porto Alegre, mas é Oswaldo Aranha, por decisão de Getúlio, que vai levar a Borges de Medeiros os documentos e os detalhes do acordo, além de uma carta de Getúlio.

João Daudt era emissário de absoluta fidelidade e confiança, sua discreta intermediação fora importantíssima nos primeiros contactos com Afrânio de Melo Franco e sua viagem do Rio a Porto Alegre não despertava qualquer suspeita. Mas Aranha tinha mais experiência política (com apenas 36 anos) para levar a Borges de Medeiros o quadro complicado e perigoso da situação. Além disso, Aranha ainda era considerado partidário de uma candidatura paulista – mais por suas ligações de família em São Paulo – e sua verdadeira missão junto a Borges de Medeiros não foi percebida. A imprensa de São Paulo chegou a dizer que ele fora levar a indicação de Júlio Prestes.

Aranha volta de Irapuazinho com a aprovação, em princípio, de Borges de Medeiros, ao acordo entre Minas e o Rio Grande e ao pacto assinado por João Neves com José Bonifácio. E escreve a Getúlio um relatório que nas circunstâncias teria de ser formal e, assim, não permite a expansão e a irreverência habituais em sua correspondência e em sua convivência com Getúlio. Esse relatório é o documento político que vai ser encaminhado a Antônio Carlos para servir de referência às próximas conversas.

O acordo do Hotel Glória fora um avanço não autorizado e contrariava a expectativa de Getúlio e Borges de Medeiros: aguardar que Washington Luís propusesse Júlio Prestes e que Júlio Prestes fosse vetado por Antônio Carlos, para que do impasse pudesse surgir a candidatura de Getúlio. Com o fato consumado do acordo, João Neves forçara Getúlio e Borges a darem um passo à frente antes do tempo.

Ainda a 24 de junho, uma semana depois da assinatura do acordo do Hotel Glória, mas antes da chegada de Oswaldo Aranha ao Irapuazinho, com os documentos e, sobretudo, as explicações, Borges se perguntava, em carta a Getúlio:

– Não sei o que tem ocorrido depois da sua carta, e não é de duvidar que a

ação política tenha marchado com tal celeridade que não mais sejam exequíveis e oportunos esses expedientes.

Como Getúlio, Borges de Medeiros deve ter-se também impressionado com a última e envolvente carta de João Neves antes do fato consumado do acordo do Glória. Mas deve ter raciocinado – e esta pode ter sido a razão de Getúlio mandar-lhe, com os documentos, o irresistível poder de sedução de Oswaldo Aranha – que não seria possível desfazer o fato consumado sem destruir qualquer possibilidade de uma candidatura do Rio Grande e sem desmoralizar o Rio Grande.

Não se tratava apenas de salvar João Neves e “consertar suas asneiras”, como alguns de seus feitos dessa época chegaram a ser chamados. João Neves levava o Rio Grande a um ponto de não-retorno: agora só era possível andar para a frente, eliminada a alternativa de esperar pela consulta de Washington Luís e pelo veto de Minas a Júlio Prestes.

FLORES É QUE SERÁ O EMISSÁRIO A WASHINGTON LUÍS

Borges de Medeiros, segundo o relatório de Oswaldo Aranha, considerara aceitável, em princípio, o pacto assinado por João Neves e José Bonifácio. Mas ele só poderia vigorar depois de algumas démarches: Minas tomar a iniciativa de propor a Washington Luís a candidatura de Getúlio; caso recusada essa proposta pelo Presidente da República, apresentarem Minas e o Rio Grande, em ação conjunta, a proposta de uma convenção nacional que escolhesse o candidato a Presidente; em caso de recusa desses dois alvitre, apelarem para as urnas com a candidatura do Rio Grande.

Enquanto Aranha voltava a Porto Alegre, Borges de Medeiros telegrafava a João Neves:

– Recebi carta trazida Daudt, intermédio Oswaldo, transmitti Getúlio minha opinião respeito. Dele receberéis instruções que vos permitirão dar assunto solução satisfatória.¹¹⁶

¹¹⁶ Idem, pg. 247.

O tom desse telegrama pode parecer ríspido e talvez fosse essa mesma a intenção, para evitar que João Neves se metesse em novas imprudências, mas tanto o telegrama de Borges como o relatório de Oswaldo Aranha confirmam a delegação de poderes a Neves para prosseguir nos entendimentos com os mineiros.

Em outro tom, ameno e confiante, Getúlio escreve a João Neves dias depois:

– Confesso que de início pareceu-me haver um pouco de precipitação na tua atitude. É que nós chegáramos à encruzilhada e estávamos diante de dois caminhos que se abriam, numa atitude arisca e desconfiada. A lembrança das lutas passadas e ainda recentes exigia um balanço rigoroso de possibilidades... Dessa quietude despertou-nos a marcha um tanto vertiginosa dos fatos... Feita a consulta ao nosso Chefe (Borges de Medeiros), este traçou a norma para o nosso ponto de vista. Uma vez aceita, tudo deve realizar-se com prudência e segurança...¹¹⁷

O que João Neves fizera era fato consumado e aprovado. Daqui para a frente, porém, cuidado! – e nada de novas imprudências e decisões à revelia...

A 4 de julho, Antônio Carlos, que já recebera e lera o relatório de Oswaldo Aranha sobre a posição de Borges de Medeiros, manda novas instruções a Francisco Campos, no Rio, para a retomada das conversas com João Neves. Antônio Carlos aceita a contraproposta de Borges – inclusive o apelo imediato a Washington Luís, para que tome a iniciativa de lançar Getúlio – e faz apenas uma reserva à proposta de uma convenção nacional de forças políticas para o caso de recusa de Washington Luís a esse apelo.

Antônio Carlos não vê como se possa convocar uma convenção nacional sem que nela o Presidente da República tenha maioria para impor sua vontade. Borges de Medeiros acaba por convencer-se de que a ideia é mesmo impraticável. De todo o complicado mecanismo concebido para encaminhar a candidatura de Getúlio, o único ritual que permanece é a comunicação imediata a Washington Luís.

¹¹⁷ Idem, pg. 249.

Constrange Getúlio a ideia de que Washington Luís será informado não por ele próprio, mas por Antônio Carlos, do lançamento da candidatura do Rio Grande. E decide que não será assim. Getúlio sabe que está em Porto Alegre, para um júri, o deputado e General Flores da Cunha (deputado, advogado e general honorário da revolução de 1923).

Flores é figura grata a Washington Luís, o que não se pode mais dizer de João Neves (não que se saiba muito da conspiração, mas porque, em função dela, João Neves esquivou-se a vários pronunciamentos de interesse do governo, pedidos pelo líder da maioria Manuel Vilaboim).

Terminada a sessão do júri, Flores foi alcançado, no hotel, por um telefonema de Getúlio, que o cumprimenta pelo desempenho no tribunal e pede que se encontrem mais tarde no Palácio Piratini. Flores chegou às dez da noite:

– Ele estava só. Fez-me passar para uma das salas de sua residência particular. Tive o pressentimento de que se ia tratar de assunto de capital interesse. – (Era assim, com essa linguagem, com esses adjetivos que, nessa época, mesmo espíritos boêmios e irreverentes como o General Flores da Cunha contavam os episódios de que tinham participado, meio século ou meia hora antes.) – A palavra pausada, medida, grave, do Presidente veio mostrar que eu não estava enganado.¹¹⁸

– Chegou a hora – disse Getúlio a Flores – de lhe falar com a máxima franqueza e de confiar na sua lealdade.

Getúlio conta tudo, das negociações ao pacto, tudo até então secreto:

– Outro homem que não eu, habituado ao aspecto mágico das combinações políticas – diria Flores da Cunha – teria experimentado diante da revelação, o traumatismo de um homem que se desprendesse do terraço de um arranha-céu.

Eram dessa ordem as metáforas do General Flores da Cunha, e seus sonhos não seriam, nesse período, menos aeronáuticos. Getúlio, porém, fê-lo pisar de novo pés na terra:

– Sei das suas ligações com os políticos paulistas. Vou exigir, por isso, um

¹¹⁸ Idem, pg. 265.

grande sacrifício, levar ao Presidente Washington Luís a carta em que lhe comunicarei a aceitação de minha candidatura.

– Conforme for a carta.

Ele não levará qualquer carta. Vai depender do conteúdo. Getúlio entregue-lhe o rascunho. O General lê e no ato decide que essa carta, com esse texto, ele pode levar e entregar:

– Decidi ser o portador da carta porque aquele final – “meu nome não será obstáculo para que V. Exa. possa dar uma solução pacífica ao problema da sucessão presidencial” – me permitia fazer o sacrifício.¹¹⁹

O General Flores da Cunha embarca nesse navio, o Itaimbé, que sempre tem a bordo alguém, indo ou vindo, com alguma mensagem confidencial. Contrariamente a seus hábitos, Flores fica quieto. A carta fora-lhe entregue em envelope aberto e Getúlio não aceitou o pedido de Flores para que o fechasse:

– Vai aberta – disse Getúlio – para ele saber que você conhece o conteúdo.

Com o General Flores da Cunha a bordo, senhor da informação e da carta, datada de 11 de julho, o Itaimbé deixa Porto Alegre a 12: essas datas serão importantes, na reconstituição dos fatos.

Na madrugada que antecede a chegada ao porto de Santos, o General Flores recebe no navio um radiograma de Getúlio:

– Não entregue encomenda, aguarde instruções.

Era meia-noite, e o navio estava na altura de Paranaguá, no litoral do Paraná. Flores sabe que quanto chegar a Santos será abordado pelos repórteres. Radiografia de volta:

– Acabo receber rádio altura Paranaguá. Aguardarei novas ordens.

Mal o navio atraca em Santos, Flores manda nova mensagem:

– Chovem pedidos informações do Rio e São Paulo. Estou tonto, mas fechado. Conviria dar-me instruções amanhã Rio.¹²⁰

Júlio Prestes sabe que nessa manhã o Itaimbé chegou a Santos e que no

¹¹⁹ Idem, pp. 135 a 137

¹²⁰ Idem, pg. 167.

Itaimbé viaja o General Flores. De São Paulo, telefona:

- Então, Flores, como vais? Por que não vens até aqui? Tudo bem, não?
- Não posso ir até aí. Preciso chegar amanhã ao Rio. Impreterivelmente.
- Mas vai tudo bem, não? – insiste Júlio Prestes.

Flores não pode, para ser cortês, mentir que tudo vai bem. Não com aquela carta no bolso. Também não pode revelar a existência e menos ainda o conteúdo da carta e a missão que exige sua presença no Rio, impreterivelmente, no dia seguinte. Responde apenas que não lhe parece estar tudo bem.

– Não! – garante o Presidente de São Paulo, como se contagiado pelo voluntarismo e pelas fantasias de Washington Luís. – Tudo vai bem...

– Não me parece – repete Flores, que trata de encerrar essa conversa constrangedora. – Bem, até amanhã...

Júlio Prestes resolve tranquilizar o General:

- Até amanhã, Flores. Tudo marcha bem.¹²¹

No dia seguinte, quando chegavam ao Rio, Flores viu um avião da Condor, o avião de Porto Alegre, passar por cima do navio. Vinha atrasado, mas seus passageiros chegaram ao destino antes dos do Itaimbé.

Um deles trazia um cartão para ser entregue ao Secretário da Presidência do Rio Grande, João Pinto da Silva, que estava no Rio. Mal Flores chega ao Hotel Riachuelo e está ainda mudando de roupa, quando aparece João Pinto com o cartão. Era de Getúlio e dizia apenas:

- Pode entregar a encomenda.

Enquanto a encomenda estava a caminho, a bordo do Itaimbé, Getúlio escrevera a João Neves, reafirmando que seria o primeiro, sem levar em conta os riscos dessa atitude, a comunicar sua candidatura a Washington Luís:

– É um desencargo de consciência, uma questão de ordem moral, um dever de lealdade, dada a promessa feita por mim, de que aguardaria sua consulta.

Nessa carta, Getúlio faz uma última ponderação a Neves:

– Se perdermos, acusar-me-ão de, por ambição pessoal, haver sacrificado o sossego e a tranquilidade do meu Estado. E a nossa vitória parece-me o

¹²¹ Idem, pg. 267.

menos provável. Ainda é tempo de desistir. Para mim seria um grande alívio. Esta é a inconfidência que tenho a fazer-te na intimidade, pesando bem as responsabilidades.

Não chegava a ser um apelo a João Neves, para apoiá-lo na ideia da desistência. Porque no fim da carta Getúlio dava a João Neves poderes absolutos de decisão:

– Agora que só para teu conhecimento tracei estas linhas definitivas, digo-te que tens liberdade para agir. É a maior prova de confiança que te poderia dar.

João Neves não pensa, um momento que seja, na hipótese de desistir. Com base nessa carta e na liberdade de agir que ela lhe confere, informa a Antônio Carlos que o pacto Minas-Rio Grande, assinado um mês antes no Hotel Glória, fora homologado por Borges de Medeiros.¹²²

Ao chegar ao Rio, Flores da Cunha recebeu, além do cartão de Getúlio, autorizando-o a entregar a encomenda, um recado de João Neves, que queria vê-lo, mas estava de cama, com febre alta (Neves tivera tuberculose na juventude; agora, qualquer gripe o derrubava e os médicos exigiam absoluto repouso e cama).

Flores foi, portanto, ao Hotel Glória, ao encontro de Neves, e dele recebeu o aviso de que Antônio Carlos, o Presidente de Minas, queria vê-lo em Juiz de Fora. Na verdade, o que se previa para Juiz de Fora e para lá tinha levado o Presidente de Minas, era uma conferência Minas-Rio Grande, com o Rio Grande representado por João Neves. Doente este, iria Flores da Cunha.

Neves, além disso, tinha recebido um alerta de Getúlio, em telegrama urgente: – Flores, em viagem, assediado por solicitações de São Paulo e Rio. Nossos amigos aterrorizados.

Sendo Neves um delegado agora com poderes absolutos e Flores o portador da carta a Washington Luís, não foi difícil a Neves fazer-se substituir por Flores da Cunha no encontro de Juiz de Fora.

“Nossos amigos aterrorizados”, os mineiros, seriam acalmados pelo encontro de Flores da Cunha, emissário de Getúlio a Washington Luís, com

¹²² João Neves, *Memórias*. Citado em Hélio Silva, 1926: *A Grande Marcha*, pp. 268 a 270.

Antônio Carlos. Mais: os amigos aterrorizados de Minas ainda não tinham engolido de todo a exigência de Borges de Medeiros (e Getúlio), de que a candidatura deste fosse inicialmente proposta a Washington Luís.

– Depois de uma longa conferência na qual foi dado o balanço da situação – lembraria Virgílio de Melo Franco – ficou assentado que, além do Sr. Flores da Cunha entregar logo ao Sr. Washington Luís a carta do Presidente gaúcho, o Sr. Antônio Carlos também escreveria ao Presidente da República outra epístola do mesmo sentido, da qual seria portador o Sr. Afrânio de Melo Franco.¹²³

De volta de Juiz de Fora, Flores foi ao Catete, por volta das 7 da noite do dia 17, apenas para marcar, na secretaria da Presidência, a visita a Washington Luís. O Presidente ainda estava no Catete e, sabendo da presença de Flores no Palácio, mandou chamá-lo imediatamente a seu gabinete.

– Que notícias me traz do seu Rio Grande? – perguntou desarmado e cordial.

– As notícias não são boas – respondeu Flores. – Tenho aqui uma carta do meu Presidente para Vossa Excelência.

Washington Luís leu rapidamente a carta. Pelo seu ar de assombro, Flores notou que ele parecia estar experimentando uma sensação análoga àquela que o próprio General tivera dias antes ao ser informado por Getúlio dos entendimentos entre Minas e o Rio Grande. Se Flores vivera o susto de alguém que se desprende do terraço de um edifício, o Presidente pareceu-lhe precipitar-se de muito mais alto. Era um homem que caía das nuvens e despencava no chão duro da realidade.

– Não pode ser... não pode ser... – murmurava o Presidente, “prostrado pelo abalo que lhe produzia a leitura”.¹²⁴

– Ainda há pouco – disse Washington Luís – recebi correspondência do Dr. Getúlio, correspondência tranquilizadora.

Esse ainda há pouco era maio, quando Getúlio lhe dissera, em carta, que esperaria pela iniciativa de Washington Luís:

¹²³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 82 e 83.

¹²⁴ Hélio Silva, 1926: A Grande Marcha, pg. 277, citando André Carrazoni.

– Tenho permanecido fechado a qualquer manifestação sobre a sucessão presidencial... – escrevera Getúlio – para deixar à livre iniciativa de V. Exa. as démarches sobre o assunto, quando julgar oportuno.

Getúlio não se fechara à espera de que Washington Luís indicasse um candidato, para aprová-lo obediente e automaticamente. Ficara apenas à espera de que Washington Luís iniciasse as démarches, isto é, as consultas, as negociações. Isso mesmo entendera Washington Luís que, em resposta a essa carta, a essa “correspondência tranquilizadora”, escrevera:

– Não prescindirei dos seus conselhos e dos conselhos de todos os nossos amigos sobre tal assunto. Na época própria, hei de ouvi-lo diretamente, que é a melhor forma de acertarmos.

Getúlio não tomara a iniciativa da própria candidatura. Aliás, não tomara iniciativa alguma. E foi quem mais resistiu à proposta de Minas Gerais. Para que essa proposta fosse aceita por Borges de Medeiros e Getúlio, estes exigiram que a candidatura Getúlio fosse sugerida e, mais, submetida a Washington Luís.

É o que Getúlio faz, antecipando-se a Antônio Carlos, nessa carta que, na exuberância metafórica do General Flores da Cunha, precipita Washington Luís das nuvens de sua fantasia para o chão duro da realidade.

Agora, Getúlio diz a Washington Luís:

– O nosso amigo, deputado Flores da Cunha, transmitiu-me a comunicação de V. Exa. de que não se desinteressaria pelo problema da sucessão presidencial e, em tempo oportuno, consultaria sobre um nome, desejando que se manifestassem com toda a franqueza, pois não pretendia fazer imposições...

– Algum tempo depois, o líder da bancada situacionista do Rio Grande era procurado aí (no Rio) pelo Secretário do Interior do governo de Minas, participando-lhe que a política desse Estado pretendia apresentar meu nome à Presidência da República. O Deputado João Neves submeteu essa proposta à decisão do Dr. Borges de Medeiros. Este respondeu dizendo aceitá-la em princípio, mas com a condição de que essa candidatura fosse primeiramente submetida a V. Exa., que, disse ele, estava certo não teria motivos para recusá-la...

– Meu intuito – explica Getúlio – é apenas, por um dever de franqueza e

lealdade, levar ao conhecimento de V. Exa. essas ocorrências e preveni-lo do que se passa... Venho, ainda... dizer-lhe que o meu nome não será obstáculo para que V. Exa. possa dar uma solução pacífica ao problema da sucessão presidencial.

Se essa carta fez Washington Luís cair das nuvens, não foi por causa de Getúlio Vargas, mas por causa de Antônio Carlos. O Presidente da República não acreditava que o Presidente de Minas tivesse a ousadia de propor e lançar uma candidatura. Achava que, imposto o nome de Júlio Prestes, Antônio Carlos imitaria Melo Viana quatro anos antes, engoliria a humilhação e aceitaria a Vice-Presidência.

Washington Luís, de fato, estivera levitando nas alturas, ao supor que todos se curvariam, cabisbaixos e obedientes, ao capricho que o levava a Júlio Prestes. Mesmo em São Paulo alguns líderes do Partido Republicano reagiam a essa escolha. A escolha de Júlio Prestes para a liderança do governo preterira bom número de deputados mais antigos e com maior folha de serviços. Sua eleição para o governo de São Paulo preterira toda uma geração. Agora, sua indicação para a Presidência da República preterirá duas gerações do quadro de generais da política paulista.

A candidatura Vargas seria a saída natural e inteligente para Washington Luís: evitaria a de Antônio Carlos, o detestável mineiro, e prolongaria a liderança do próprio Washington Luís na política de São Paulo e na política nacional – o melhor que poderia acontecer a um homem, como ele, vítima de excesso de saúde para a própria idade. Só ele não compreendeu que, ao propor Getúlio, a cabeça que Antônio Carlos oferecia na bandeja era a do próprio Antônio Carlos.

Nesse encontro com Flores da Cunha, o Presidente da República realiza ainda um gesto de elegância, depois do qual se desmandará nos maiores despropósitos. Flores da Cunha, constrangido, diz que, em testemunho de seu apreço, retribuição legítima das gentilezas de Washington Luís para com ele próprio e para com o Rio Grande, vai renunciar ao mandato de deputado.

– Não – responde Washington Luís. – Seu dever é ficar com seu Estado e seu partido.

Flores despede-se, depois de mais de uma hora de conversa, notando que o Presidente está muito atribulado. Washington Luís faz um pedido:

– Guarde reserva sobre esta carta. Vou submeter o assunto à apreciação das várias correntes políticas.¹²⁵

Três dias depois (20 de julho), Afrânio de Melo Franco leva em mãos a Washington Luís a carta de Antônio Carlos, que propõe, formalmente, a candidatura Vargas. Essa carta confirma a exigência de Borges de Medeiros (e do próprio Getúlio), de que antes de mais nada a candidatura deste fosse submetida ao Presidente da República.

– Ouvi de meu pai – escreveria o filho de Afrânio, Virgílio de Melo Franco – que o Presidente da República, ao tomar conhecimento dos termos da carta do Presidente de Minas, declarou, um tanto emocionado, que iria consultar as forças políticas nacionais, antes de responder. Ao Sr. Flores da Cunha, fez o Presidente idêntica promessa.¹²⁶

¹²⁵ Idem, pg. 278, citando André Carrazoni.

¹²⁶ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 87.

CAPÍTULO 17

JULHO, 1929

WASHINGTON LUÍS LANÇA JÚLIO PRESTES

GETÚLIO CANDIDATO, SIM

A REAÇÃO DE WASHINGTON LUÍS TORNA AINDA MAIS IRREVERSÍVEL
A CANDIDATURA VARGAS PELA OPOSIÇÃO.

Além de ter a coragem que Washington Luís não lhe reconhecia, Antônio Carlos era senhor de uma inteligência, de uma finura, de um brilho que faziam de seu duelo com o Presidente da República a antecipação de um duelo entre o gato e o rato que o cinema e o desenho animado só inventariam gerações depois: nesse duelo, o gato, truculento e obtuso, não consegue nunca vencer o camundongo ágil, malicioso e temerário. O duelo de Antônio Carlos e Washington Luís já é o de Tom & Jerry. O gato não tem a menor chance.

Antônio Carlos começa dizendo que não recebeu, em tempo algum, qualquer manifestação de Washington Luís pedindo o adiamento até setembro de qualquer iniciativa quando à sua sucessão. Informado, porém, de que esse era o desejo do Presidente, faz o possível, em Minas, para evitar qualquer manifestação ou iniciativa – mesmo sabendo que “nos oito quadriênios que se seguiram ao do grande Presidente Prudente de Moraes, a escolha do candidato sempre se fez antes do mês de setembro do terceiro ano de governo” (aquele ano de 1929 era o terceiro ano do governo Washington Luís).

Silencioso e imóvel como tinha ficado, atendendo ao que supunha ser o desejo do Presidente da República, embora sem receber deste qualquer comunicação, Antônio Carlos verificara que, sem embargo desse seu desejo de ver aceito o adiamento, o problema começou a preocupar a opinião nacional desde a instalação dos trabalhos do Congresso, em maio.

Antônio Carlos, então, decide:

– Aberta, assim, a questão no Senado, discutida na Câmara e na imprensa do país, terminou por empolgar o espírito público... Lembrado meu nome por generosas correntes do meu Estado e de outros pontos do país, sinto-me confortado... mas declino dessa honrosa lembrança, pela convicção, amadurecida em meu espírito, de que assim melhor servirei aos altos interesses de nossa Pátria.

Retirando seu nome da disputa, Antônio Carlos priva Washington Luís do demônio que precisa exorcizar. Mas, nessa cunha que abre, Antônio Carlos não permitirá que Washington Luís tente encaixar seu preferido, Júlio Prestes. E o florete diabólico desse esgrimista sem par, que é Antônio Carlos, fere de novo:

– No objetivo sincero de colaborar para uma solução conciliatória e de justiça, julguei acertado orientar-me na direção do nome do Dr. Getúlio Vargas, por ser um político que, já como seu ministro, já como Presidente do Rio Grande do Sul, se tem destacado no apoio firme e na completa solidariedade à política e à administração de V. Exa.

– Tenho certeza de que o Partido Republicano Mineiro, com cujos chefes mais graduados me entendi, concorda plenamente com esta fórmula, que me parece de alto alcance político e de evidente conveniência nacional...¹²⁷

Que resposta poderá dar Washington Luís a essa carta e à precedente, de Getúlio Vargas? Washington Luís não pensa duas vezes. No mesmo dia em que Melo Franco lhe entrega a carta de Antônio Carlos, ele telegrafia a este e a Getúlio, nos mesmos termos:

– Para responder sua carta, recebida a 17, estou ouvindo representantes das correntes políticas do país. Não estranhe, pois, demora na resposta.

Washington Luís só poderia ouvir as correntes políticas do país incluindo na consulta o nome de Getúlio Vargas, o único formalmente proposto como candidato. Júlio Prestes era, sabidamente, o amigo do peito e o candidato *in petto* do Presidente. Mas nem este fizera a seu nome qualquer referência que o convertesse em candidato. Ainda assim, não estaria mal, politicamente, uma consulta sobre os dois nomes – Getúlio e Júlio Prestes – às correntes políticas do país. Também não estaria mal uma consulta que não mencionasse qualquer nome.

¹²⁷ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pp. 280 e 281.

Em vez disso, apesar das afirmações desse telegrama mais recente e da resposta à carta de maio de Getúlio Vargas (“não prescindirei de seus conselhos – dizia então Washington Luís; – na época própria hei de ouvi-lo diretamente, que é a melhor forma de acertá-los”), em vez disso, Washington Luís deu ordem ao líder Manuel Vilaboim de arrancar às pressas respostas afirmativas dos governos estaduais a um único nome – o de Júlio Prestes.

Por isso, também, com certeza, Washington Luís perturbara-se tanto com as cartas de Getúlio e Antônio Carlos. Contava com a covardia de Antônio Carlos e com a correção de Getúlio, para permanecerem imóveis até setembro. Então, consultados os outros Estados, apresentaria o nome de Júlio Prestes como o preferido da maioria da opinião nacional.

A não-covardia de Antônio Carlos, combinada com essa mesma correção de Getúlio Vargas, que não era só correção, mas também era inconformismo (e mais a consciência dos riscos de jogar o Rio Grande numa aventura semelhante à da candidatura de Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes menos de dez anos antes) precipitaram Washington Luís, das nuvens de sua fantasia e desejo, para o chão desagradável do mundo real.

OS GOVERNADORES DOS ESTADOS NÃO FORAM OUVIDOS

Virgílio de Melo Franco contará o que acontece a seguir:

– Tendo recebido, dos Presidentes de Minas e do Rio Grande, a incumbência, que aceitou, de consultar os Governadores dos Estados sobre a candidatura Getúlio Vargas, declarou o Sr. Washington Luís que todos eles, sem discrepância de um só e sem insinuação de ninguém, indicaram para Presidente (sem uma alusão ao nome do Sr. Getúlio Vargas) o Sr. Júlio Prestes!

– Está claro que os Governadores dos Estados não foram ouvidos sobre a candidatura do Sr. Getúlio Vargas, mas sim coagidos a aceitar a do Sr. Júlio Prestes, pois nenhum deles, nos telegramas que dirigiram em resposta ao Presidente da República, aludiu sequer à candidatura do Sr. Getúlio Vargas.

– Só um indivíduo simples de espírito e primário de inteligência teria a coragem de afirmar de público, como o fez o Sr. Washington Luís, que, per-

guntando o Presidente da República, pelo telégrafo, a tantos governadores de Estados, o que pensavam da candidatura do Sr. Getúlio Vargas, todos eles, em impressionante unanimidade, tenham respondido apontando outro nome, sobre o qual não tinham sido consultados.¹²⁸

O raciocínio de Virgílio de Melo Franco é irresponsável, mas o debate no Congresso que se segue a esse episódio revelará, em concreto, qual foi a consulta realizada por Washington Luís, não só em cumprimento à resposta que dera às cartas de Getúlio e Antônio Carlos, que lhe submetiam lealmente a candidatura de Getúlio, mas também para honrar a carta que escrevera a Getúlio em maio, dizendo, em resposta à manifestação deste, de aguardar a iniciativa do Presidente da República, que no momento oportuno faria questão de ouvir diretamente a opinião do Presidente do Rio Grande.

Nos debates na Câmara, João Neves cobrará a apresentação do texto dos telegramas do Presidente da República aos Presidentes de Estado, consultando-os sobre a sucessão, e também a apresentação do texto das respostas. Mas, desde logo, lê a resposta, que conseguira não se sabe como (e que não foi desmentida), do Presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, à consulta do líder Manuel Vilaboim:

– Inteirado marcha negociações para escolha candidato sucessão presidencial, apraz-me, resposta V. Exa., declarar Partido Republicano deste Estado aceita e apoia lealmente indicação Dr. Júlio Prestes.¹²⁹

Essa resposta do Presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, deixa fora de dúvida que não houve consulta alguma, mas apenas o pedido, ou a ordem, para que os governadores fiéis aceitassem e apoiassem, lealmente ou não, o amigo do peito, o candidato in petto Júlio Prestes. Nenhuma oportunidade houvera para que soubessem da candidatura alternativa de Getúlio ou para que se manifestassem por qualquer outro nome. A “consulta” fora apenas a arregimentação do rebanho.

Realizada essa farsa, Washington Luís escreve a Getúlio:

¹²⁸ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 88.

¹²⁹ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 317.

– De posse... de sua última carta, de 11 de julho, tratei do encaminhamento e solução da questão presidencial, de acordo com os seus desejos e com as opiniões transmitidas.

Para isso, dizia Washington Luís, procurara ouvir, pelos meios mais rápidos a seu alcance, “os ditames da opinião nacional”. O resultado dessa consulta, segundo ele, fora a aceitação do nome de Getúlio pelas lideranças políticas de dois Estados, Minas e Rio Grande, que, aliás, ele não consultara, tomando como manifestação definitiva as cartas do próprio Getúlio e de Antônio Carlos.

O Presidente da República não achara necessário consultar Minas e o Rio Grande sobre a candidatura de Júlio Prestes e sobre qualquer outra hipótese. Da mesma forma, só consultaria os outros Estados sobre a candidatura de Júlio Prestes, ocultando-lhes a candidatura Getúlio, proposta por Minas.

Voluntarioso e prepotente como era, Washington Luís não queria reduzir-se à dimensão de um mentiroso vulgar. Ao referir-se aos outros Estados, na carta a Getúlio, ele não diz que os tenha consultado sobre Getúlio. Diz que os outros diretores de correntes políticas nacionais consultados estavam quase todos no país, não tendo como “desconhecer ou negar os méritos de V. Exa.” (de Getúlio).

Com essas palavras, Washington Luís deixa claro que não perguntou a nenhum de seus consultados – que nem se soube quais foram e quantos foram – sobre a candidatura de Getúlio. Sabemos, porém, que perguntou explicitamente, não implicitamente, sobre Júlio Prestes – o que, pela lógica de seu próprio raciocínio, não seria necessário, já que quase todos os consultados estavam no país, não tendo como desconhecer ou negar os méritos de Júlio Prestes.

Sabemos, portanto, que Washington Luís fez consultas explícitas sobre o nome de Júlio Prestes – e até em que termos o fez, pedindo apoio a ele: o telegrama de Estácio Coimbra, de resposta a essa consulta, diz que Pernambuco aceita a candidatura de Júlio Prestes.

Depois dessa tortuosa mas indiscutível confissão, diz Washington Luís:

– Os outros Estados... em inteira solidariedade com o Presidente da Repú-

blica (mais uma confissão...) indicam e aceitam o nome igualmente digno... do Dr. Júlio Prestes... para o qual não existem motivos de recusa neste encaminhamento e coordenação que me foram reconhecidos e delegados.¹³⁰

No mesmo dia, escrevendo a Antônio Carlos, para fazer a mesma comunicação e, na verdade, para pedir apoio a Júlio Prestes, Washington Luís absolve Getúlio, antecipadamente, de qualquer acusação de duplicidade ou incorreção. Borges de Medeiros, lembra Washington Luís, entendera que, na ausência de partidos nacionais, cabia ao Presidente da República encaminhar as negociações para a sua sucessão:

– Reconhecia o Dr. Borges de Medeiros não haver eu, até então, apresentado ou demonstrado preferências por qualquer nome, não cabendo, portanto, ao Dr. Getúlio Vargas, por um ato pessoal, recusar em princípio o exame da oportunidade que se oferecia para a escolha de um representante do Rio Grande.¹³¹

Antes mesmo dessa resposta de Washington Luís a Getúlio e Antônio Carlos, o Senador Irineu Machado – o mesmo que entregara (ou vendera) ao Correio da Manhã as cartas falsas atribuídas a Arthur Bernardes em 1921 – lê no Congresso as cartas anteriores de Getúlio a Washington Luís, a de maio de 29 e a de dezembro de 28, nas quais Getúlio dizia aguardar a iniciativa do Presidente da República. O Senador é um tipo da pior reputação e não lê as cartas de Washington Luís a Getúlio, agradecendo e dizendo que vai consultá-lo no momento oportuno.

Getúlio, indignado, telegrafa a um dos representantes do Rio Grande no Senado, Vespúcio de Abreu:

– É lamentável essa hostilidade pessoal do Presidente Washington Luís contra mim, servindo-se indivíduo baixo nível moral (Irineu Machado)... Também eu possuo cartas Presidente, solicitando subvenção jornal defende seu governo. Quando João Neves quis tratar esse assunto Câmara, neguei-lhe formalmente autorização...

¹³⁰ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 132 a 136.

¹³¹ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 292.

(Existe, de fato, no arquivo de Getúlio, uma carta de Washington Luís, pedindo dinheiro, explicitamente, para o jornal O País, acompanhada de outra, do diretor desse jornal, a Washington Luís, pleiteando a intervenção deste junto ao Presidente do Rio Grande.¹³²)

Antes mesmo de receber a comunicação de Washington Luís, Getúlio sentiu necessidade de informar-se melhor e de promover a retomada, ou melhor, o início de algum diálogo com o Presidente da República (o que só não acontecera porque este o impedira), e para isso mandou Oswaldo Aranha ao Rio.

João Neves não era mais um bom interlocutor junto ao Presidente, que não iria abrir-se com o principal negociador do acordo de Minas com o Rio Grande. Flores da Cunha já fora sacrificado no episódio da entrega da carta de Getúlio a Washington Luís. Aranha, além de ligações de família em São Paulo, tinha bom relacionamento pessoal com Washington Luís e ainda era tido, pela imprensa de São Paulo, como partidário do apoio do Rio Grande a Júlio Prestes. Sem contar com seu irresistível poder de sedução...

Para evitar o confronto, Getúlio imagina três hipóteses, e pede a João Neves que as discuta com Aranha. Primeira: recusado o seu nome, propor uma convenção nacional de forças políticas ligadas aos partidos republicanos estaduais, em que o vencido aceitasse a candidatura do vencedor (proposta de Borges de Medeiros). Segunda: propor a Washington Luís uma chapa que não tivesse candidatos nem de São Paulo, nem de Minas nem do Rio Grande, o que evitaria qualquer alegação de regionalismo. Terceira: "se tudo isso não der certo, escolher um outro nome, que demonstre o nosso desinteresse e reforce o contingente eleitoral".

Nesse momento, Getúlio já prevê o rompimento da frente mineira e o colapso da candidatura resultante do pacto Minas-Rio Grande. E alerta João Neves:

– Dizes que o Francisco Campos talvez seja o futuro Presidente de Minas. Acudiu-me, porém, esta pergunta: e o Melo Viana, que termina seu mandato de Vice-Presidente (da República), que pretendem fazer dele? É um homem

¹³² Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 288, citando documento do Arquivo de Getúlio Vargas

de ação e de prestígio, poderá desgostar-se. Trata-se de uma simples conjectura, pelo reflexo que possa ter sobre a solidez da política mineira.¹³³

A simples conjectura de fins de julho transformar-se-á em tempestade lá para outubro. Melo Viana será excluído da sucessão de Antônio Carlos em Minas e passará a apoiar Júlio Prestes. Minas já não terá condições, desunida, de dar 500 mil votos redondos a Getúlio.

Se, com Minas e o Rio Grande unidos, a candidatura tem poucas possibilidades, com Minas dividida não terá nenhuma. E o Rio Grande pagará mais uma vez o preço do inconformismo.

João Neves, porém, continua convencido de que a candidatura de Getúlio cria uma corrente de força moral que resistirá a todas as pressões do governo federal e dos governos estaduais que o acompanhem. É uma avaliação generosa, mas romântica, que Oswaldo Aranha terá de rever.

Assim que chega ao Rio, Aranha nota o desejo de conciliação em todos os líderes da Aliança Liberal (que nesses dias ganha esse nome, surgido espontaneamente no noticiário dos jornais e assumido por seus fundadores). Menos em João Neves. Flores da Cunha está surpreendentemente calmo, mas entende que ou se terá a conciliação ou a revolução. Ainda que em circuito fechado, talvez seja a primeira vez que se ouve, entre os partidários da candidatura de Getúlio, a palavra revolução.

No mesmo dia em que escreve a Getúlio e Antônio Carlos, 26 de julho, comunicando a preferência pela candidatura de Júlio Prestes, Washington Luís recebe Oswaldo Aranha no Palácio do Catete.

Numa conversa que Oswaldo Aranha considerou cordial e sem reservas, Washington Luís informa que acaba de responder às cartas de Getúlio e Antônio Carlos e confia que ambos aceitarão Júlio Prestes como um candidato nacional.

Aranha responde que Washington Luís não conseguirá um acordo unânime em torno de Júlio Prestes e sugere ou a convenção nacional para a escolha do candidato, com o compromisso prévio de apoio do vencido ao vencedor;

¹³³ Hélio Silva, 1926: *a Grande Marcha*, pg. 42.

ou a escolha do candidato por meio de um acordo; ou, finalmente, a luta eleitoral pacífica.

O Presidente aceita de imediato a primeira fórmula, da convenção, e autoriza o estudo da segunda, o acordo; mas considera perigosa a terceira, de luta eleitoral pacífica, “dada a incultura política predominante no país”. Washington Luís diz também que considera correta a decisão de Getúlio, de aceitar a candidatura, mas que, a partir de agora, a insistência será inamistosa e impatriótica.¹³⁴

– Às três horas fui ao Catete – escreve Aranha a Getúlio no mesmo dia. – Fui recebido com carinho e intimidade. Expus tudo com franqueza... Fui verdadeiro e veemente, fazendo sobressair a tua lealdade para com ele, que raioi quase à traição da tua candidatura. Politicamente, está tudo liquidado. A maioria dos Estados quer o Júlio... Acha que vocês terão que, logicamente, aceitar e conformar-se com o resultado dessa ação coordenadora... Deixa perceber que seu candidato não poderia ser outro senão o Júlio. São Paulo precisa continuar no governo. Só ele poderá ultimar seu programa... Declarei-lhe, então, que ia aguardar instruções tuas, que viriam após o recebimento da sua resposta. Podia, entretanto, adiantar que não te era dado mais aceitar a candidatura Júlio Prestes, vetada hoje pelo Rio Grande todo, que a ia receber... como uma impugnação à tua, uma sonegação do país a um direito irrecusável do Rio Grande.¹³⁵

Aranha procura entender o porquê dessa obsessão. No correr de novos encontros com Washington Luís e outros paulistas, chegará bem perto das razões econômicas que determinam esse procedimento político. Por enquanto, Aranha observa:

– O homem foi e será sempre contra nós, pelo menos intransigente na manutenção do predomínio paulista. Conduziu-se na consulta com parcialidade. É um faccioso. Confia na sua situação eleitoral, mas teme pela financeira e pela ordem. Está apaixonado e dá a impressão de um prisioneiro. Acho que

¹³⁴ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 420, citando telegrama de Oswaldo Aranha.

¹³⁵ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 425.

aceita sair por qualquer porta que se abra para São Paulo, mesmo fechando a do Júlio.

Washington Luís é de fato um prisioneiro – da armadilha que ele mesmo montou: só em outubro o crash da Bolsa de Nova York revelará, com estrondo, o desastre que já é a situação da economia mundial e especialmente a dos Estados Unidos, mas em São Paulo a superprodução de café e a queda incontível de seus preços internacionais passou a corda no pescoço de todos os proprietários, de todos os produtores. A economia de São Paulo já depende e dependerá cada vez mais da ação do governo federal e, portanto, do controle do governo federal, para que os prejuízos sejam socializados e assumidos por todo o país.

Dois dias depois, a 28 de julho, Aranha telegrafa, sugerindo a Getúlio que sua resposta a Washington Luís seja formulada em termos gerais, fazendo a solução depender de Minas, pois Getúlio não é candidato de si próprio, nem do Rio Grande. Uma resposta direta de Getúlio, sem o acordo de Minas, seria a rendição total...

– João (Neves) confia na vitória – diz Aranha. – Não tenho essa convicção. Penso, porém, que a capitulação seria vergonhosa.

A 29 de julho, Getúlio escreve a Washington Luís – e sua carta reflete os pontos de vista de Oswaldo Aranha:

– Definida já agora, como se acha, a situação política do país, e reportando-me às suas palestras com o Dr. Oswaldo Aranha, que me foram por ele comunicadas, cumpre-me declarar a V. Exa. que também eu encaro com apreensão a hipótese da luta... De mim, pois, não advirão dificuldades na solução do problema da sucessão presidencial... A diretriz dos acontecimentos não depende... apenas do Rio Grande. Havendo Minas tomado espontaneamente a iniciativa do movimento que está liderando... conviria V. Exa. entender-se [com esse Estado] para resolver sobre o assunto, dentro, sempre, das disposições que teve oportunidade de manifestar ao Dr. Oswaldo Aranha. Quando escrevo Minas, refiro-me ao PRM (Partido Republicano Mineiro), na sua incontestável maioria. Se, depois do entendimento com V. Exa., o PRM se declarar satisfeito com a fórmula que for encontrada e disso me der conhecimen-

to, expressamente, não terei a menor dúvida em desobrigá-lo do compromisso que voluntariamente assumiu. Cabendo ao Estado de Minas resolver em definitivo, este é que deve ser ouvido em primeiro lugar.¹³⁶

A 30 de julho, em telegrama urgentíssimo, do Rio para Porto Alegre, Aranha tenta alcançar Getúlio com a carta a Washington Luís ainda não expedida, para sugerir outra resposta, não mais a de simplesmente sugerir que o Presidente da República se entenda com o Partido Republicano Mineiro. Aranha informa que o Partido Democrático de São Paulo aderiu à candidatura de Getúlio, liquidando qualquer expectativa de que em seu próprio Estado Júlio Prestes pudesse contar com uma situação semelhante à de Getúlio no Rio Grande – o apoio do Partido Republicano e das antigas forças de oposição. Aranha sugere uma resposta audaciosa a Washington Luís:

– Depus meu nome mãos V. Exa., consultasse nação. Não tendo V. Exa. feito, não posso evitar forças políticas o apoiam façam essa consulta.

Aranha, que chegara ao Rio para contrabalançar o entusiasmo febril de João Neves, parece contagiado agora pela mesma convicção:

– Já não tenho dúvidas vitória. Autoridade nacional teu nome é tão grande que Catete, todas suas manobras, não consegue destruir tua candidatura. Outra qualquer teria sucumbido mal nascia. Estamos nos organizando para vencer.¹³⁷

A carta de Getúlio já tinha seguido, mas acabou sendo melhor seguir com o texto originalmente proposto por Aranha, transferindo o problema para Minas. Porque nesse mesmo dia 30 de julho a Comissão Executiva do PRM, depois de ouvir a exposição de Antônio Carlos, resolveu, “por unanimidade, aprovar a atitude do Chefe do Estado (Antônio Carlos), no tocante ao problema da sucessão presidencial da República, quanto à candidatura do Sr. Getúlio Vargas, e com aquele agir para a realização desse objetivo em perfeita conjunção de esforços”. Esses eram os termos do comunicado da Comissão Executiva, assinado pelo Vice-Presidente da República, Fernando de Melo Viana, por si e pelo ex-Presidente Wenceslau Brás, pelo ex-Presidente Arthur

¹³⁶ Idem, pg. 295.

¹³⁷ Idem, pg. 433.

Bernardes e por todos os outros dirigentes do partido.

Dos três Presidentes da República oriundos de Minas Gerais, Getúlio contava com o apoio dos dois ainda vivos, Wenceslau e Arthur Bernardes. O terceiro, aliás, o primeiro, Afonso Pena, que Getúlio saudara em Porto Alegre, em nome dos estudantes, morrera em 1908, mas de certo modo estava presente nesse comunicado unânime do PRM, na pessoa de seu filho Afonso Pena Júnior, que em seguida seria escolhido Presidente da Aliança Liberal. Com o apoio, também, de Epiácio Pessoa – que, já em 1927, manifestara a Afrânio de Melo Franco a impressão de que o melhor candidato à sucessão de Washington Luís seria Getúlio, este tornou-se o preferido dos três antecessores de Washington Luís – Wenceslau, Epiácio e Bernardes.

CAPÍTULO 18

AGOSTO, SETEMBRO, 1929

GETÚLIO, SIM, CANDIDATO A PRESIDENTE

QUEM FALOU PRIMEIRO EM REVOLUÇÃO?

DESDE O COMEÇO, SABIA-SE QUE O DESFECHO DA SUCESSÃO DE
WASHINGTON LUÍS DIFICILMENTE SERIA PACÍFICO.

João Neves não foi o primeiro a falar em revolução. Depois dos movimentos armados de 1922 e 1924 e da Coluna Prestes, esperava-se que a investidura de Washington Luís e as medidas de pacificação que ele viesse a adotar sepultariam, honrosamente, esses ardores revolucionários de tantos anos seguidos.

Já em junho de 1927, entretanto, pouco mais de seis meses depois da posse de Washington Luís, o velho líder federalista Assis Brasil – agora a grande figura do recém-rebatizado Partido Libertador (o partido de Batista Lusardo e Plínio Casado, que Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos tinham atraído para a futura Aliança Liberal antes mesmo de iniciarem entendimentos com João Neves) – Assis Brasil “reconhece a existência de um estado revolucionário fundado na intransigência de Washington Luís”.

Assis Brasil, um dos três deputados eleitos pelo Partido Libertador do Rio Grande, numa experiência pioneira de bi ou pluripartidarismo em que o partido dominante, o republicano, conduzido por Getúlio, não roubara os votos dos adversários e até validara sua eleição, é reconhecido pelos militares rebeldes exilados (alguns deles já clandestinos em território brasileiro), como o “Chefe Civil da Revolução”. Mesmo Prestes, o comandante da Coluna, reconhecia em Assis Brasil o líder civil da revolução brasileira.

Esse Chefe Civil, agora titular de mandato parlamentar, diz na Câmara que os revolucionários além-fronteiras queriam pacificar o país, à base de

reformas liberais e que fora autorizado a discutir o assunto com o governo. Mas não havia possibilidade disso.¹³⁸

Também em São Paulo, Estado de Washington Luís e Júlio Prestes, a ideia da revolução revelava-se implícita na fundação do Partido Democrático e explícita nas negociações – secretas ou ao menos reservadas – de dirigentes desse partido, como Paulo Nogueira Filho, com Miguel Costa e o próprio Prestes, para a organização de algum movimento armado; e mais ainda em declarações públicas do primeiro e grande líder do partido, o velho Conselheiro Antônio Prado.

– A atmosfera paulista – escreveu Afonso Arinos – achava-se efervescente. O meio da alta burguesia intelectual a que pertencia Antônio Prado já se sacudira com os clarins e fanfarras da revolução estética vinda da Semana de Arte Moderna... O velho Prado preconizara uma ação que visasse a “uma só insurreição, material e moral, se até à materialidade da revolução nos arrostar o materialismo no poder”.¹³⁹

O próprio Arthur Bernardes, que enfrentara com mão de ferro, estado de sítio e verdadeiros campos de concentração, na Ilha da Trindade, perdida na imensidão do Atlântico, e na Colônia de Clevelândia, no Amapá, perdida na imensidão da Floresta Amazônica, os rebelados, seus cúmplices e muitos inocentes de 22 e 24, já falava, em maio de 1927, antes mesmo de Assis Brasil, no “estado revolucionário que aí se acha”.¹⁴⁰

Depois de passar a presidência a Washington Luís, a 15 de novembro de 1926, Arthur Bernardes fora eleito Senador por Minas e viajara para a Europa. Em carta a Afrânio de Melo Franco, ele lamenta não terem tido tempo de conversar mais demoradamente nos meses anteriores:

– Sua ausência... durante o tempo em que você serviu no Chile e em Genebra (como diplomata), não lhe permitiu privar comigo mais assiduamente, devendo resultar disso um conhecimento imperfeito e inexato de ocorrências

¹³⁸ Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, pg. 978.

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁰ Idem, pg. 961.

que só por mim podem ser claramente expostas.

– Espero, porém, fazê-lo um dia, de modo a patentear-lhe que me conduzi, em meio a tantas dificuldades, não só com elevação, serenidade e patriotismo, mas sobretudo forçado por injunções criadas sempre por inimigos dos interesses supremos do país, tornados depois meus desafetos.

– O estado revolucionário que aí se acha veio muito de trás... não passando eu, em toda a luta nascida com a campanha presidencial, de mero acidente, de bode expiatório dos erros do passado.¹⁴¹

O ex-Presidente Bernardes, ainda não tem informações suficientes para ligar os eventos políticos desse período aos seus fatos econômicos. Mas sabe que os movimentos de 1922 a 1926 não foram contra ele, que não passou de bode expiatório. Da mesma forma, essa avalanche que será a Aliança Liberal não é um movimento contra Washington Luís e sua prepotência pessoal.

– A Aliança Liberal era um movimento político, mas suas raízes se embriam no subsolo revolucionário – escreveu Afonso Arinos, filho de Afrânio e irmão de Virgílio de Melo Franco. Diante de Afrânio e Virgílio, dois dos maiores protagonistas dos acontecimentos de 1929 e 1930, Afonso Arinos foi pouco mais que um espectador privilegiado – embora a semi-clandestinidade a que o agravamento da situação acabou levando seu pai e seu irmão fizesse dele uma espécie de correio secreto da família...

EM BUSCA DE UMA FÓRMULA CONCILIATÓRIA

Como espectador, mas, ao mesmo tempo, com acesso a informações que outros não tiveram, Afonso Arinos dispunha de conhecimento e perspectiva para dizer isso. E mais:

– Desde os primórdios das conversações privadas, passando pela agitação de imprensa e culminando na grande campanha parlamentar, era sempre a solução revolucionária que surgia, para os aliancistas, como a única capaz de dar cobro à fraude e à compressão, que apareciam invencíveis, vista a

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

prepotência cada vez maior do Catete...

– O povo já andava farto daquela ficção e a jovem geração militar de 22 tinha sido, dentro dos grupos governantes, a primeira a se contagiar desse desgosto do povo. A Aliança não era um partido, mas a última tentativa de conter, dentro da órbita legal, os recalques revolucionários que explodiam.¹⁴²

Virgílio de Melo Franco, muito mais protagonista, muito menos isento, muito mais apaixonado, percebe, porém, o dilema de Getúlio.

– Apesar da retumbância, do eco que encontra em todo o país a campanha da Aliança Liberal – escreveu Virgílio; – apesar da pressão da opinião pública contrária à candidatura palaciana do Sr. Júlio Prestes; apesar da simpatia com que as classes armadas receberam o formidável movimento de opinião, o Sr. Getúlio Vargas, prevendo os extremos a que chegaria a luta, empenhava-se no sentido de se conseguir uma fórmula conciliatória, capaz de afastar os riscos imprevisíveis de uma campanha nos moldes da que se anunciava, prenhe de apreensões.¹⁴³

Não só na Câmara, no Rio, mas em todo o país, o debate sobre a luta eleitoral desata a discussão sobre a luta armada. Para Getúlio, tem mais sentido o Rio Grande governar-se a si mesmo e preservar essa autonomia que arriscar-se a perdê-la e a ser submetido à intervenção e a uma verdadeira ocupação militar, depois da aventura de querer governar todo o país. A campanha já está nas ruas quando ele pede a Afrânio de Melo Franco que escreva a Eptácio Pessoa, propondo nova tentativa de conciliação.

Esse último recurso a Eptácio Pessoa, por meio de Melo Franco, pode ter sido inspirado por um desabafo de Osvaldo Aranha, entre a penúltima e a última visita a Washington Luís, no Rio, em busca de uma solução conciliatória.

– Pelas razões que te expus, pelo meu amor ao Rio Grande, pelo desejo de não te ver assumir um governo que não será possível dirigir... acho que deveríamos procurar um terceiro. Sairemos bem, tu abrirás mão do teu nome, tudo ficará resolvido em paz, sem retaliações, agravos, lutas etc.

¹⁴² Idem, pg. 989.

¹⁴³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 101.

Se Getúlio concordar, Aranha, no último encontro com Washington Luís, oferecerá a alternativa “ou Getúlio ou terceiro”, na esperança de que o Presidente da República aceite, não a candidatura Getúlio, mas a ideia desse terceiro.

– Nossa situação – conclui Aranha – melhora dia a dia, e a deles piora, ameaçada pelo café... Mas isso é motivo para comprarmos a paz e a grandeza do Rio Grande, renunciando, de uma vez por todas, ao governo de uma República que não te merece, nem o esforço e o sangue do Rio Grande.¹⁴⁴

Sabendo ou não dessas opiniões de Osvaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco escreve a Eptácio Pessoa, que estava em Haia, na Holanda, como juiz da Corte Internacional de Justiça, uma carta que apresenta como de opiniões exclusivamente suas, embora muitas delas sejam, na verdade, opiniões de Getúlio. É nessa carta que ele lembra ter sido o nome de Washington Luís tirado do bolso do colete de Altino Arantes, para candidato ao governo de São Paulo, e, outra vez, do bolso do pijama de Arthur Bernardes, em seu quarto de doente, para candidato à Presidência da República.¹⁴⁵

Nessa longa carta, Melo Franco dá notícias “do que tem ocorrido após a publicação dos nomes dos candidatos da Aliança Liberal” e reconstitui os fatos anteriores, desde a primeira lembrança do nome de Getúlio Vargas:

– Da orientação seguida pela política de Minas, V. Exa. foi o esclarecido precursor. Já o Deputado José Bonifácio, viajando em companhia de V. Exa., lhe ouvira o prudente conselho de que Minas não deveria dar o sucessor do atual Presidente da República, mas que, com essa nobre renúncia, teria em suas mãos a solução do problema presidencial.

– Os amigos mais íntimos do Sr. Washington Luís viviam... a afirmar que este não tinha candidato... Sabe-se que a alguns Presidentes e Governadores de Estado, de passagem pelo Rio, o Dr. Washington Luís não falou em nomes para a sucessão, mas sim, apenas, no adiamento para setembro. Assim, por exemplo, com o nosso bom amigo, Dr. Estácio Coimbra (Presidente de Pernambuco). A outros nem sequer nisso falou, ou por indisfarçável má vontade

¹⁴⁴ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 429.

¹⁴⁵ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 105.

ou pelo reconhecimento antecipado de que a sagacidade destes já lhe teria descoberto o jogo mal dissimulado. Assim, por exemplo, com Antônio Carlos. Consta-me, porém, com segurança, que ao Dr. Eurico Vale, muito desejoso de ser Ministro da Fazenda no governo eventual do Dr. Júlio Prestes, o Presidente da República falou francamente e sem embustes.

UMA CONFIDÊNCIA DE WASHINGTON LUÍS

Eurico Vale tinha ido despedir-se de Washington Luís antes de embarcar para Belém, onde assumiria o governo do Pará. Belém ficava, na época, tão longe como a Europa, o que talvez tenha levado o Presidente da República a uma confiança antes do tempo. Segundo Melo Franco, Washington Luís disse ao Dr. Eurico Vale que podia viajar tranquilo:

– O candidato – teria dito o Presidente da República – é o Dr. Júlio Prestes.

Isso era o que se sabia e – diz Melo Franco – Antônio Carlos, “sem compromisso algum de natureza política com o Dr. Washington Luís, tinha... plena liberdade de ação no que toca ao problema da sucessão presidencial”. Uma vez unificado o trabalho de aliciamento de forças políticas em favor da candidatura do Dr. Júlio Prestes, “trabalho feito à revelia e pelos processos da mistificação quanto a alguns e da concessão de favores quanto a outros” – prossegue a carta de Melo Franco a Epitácio Pessoa – “julgou o Presidente Antônio Carlos azado o momento de renunciar nobremente à candidatura que lhe oferecia o povo mineiro, em sua unanimidade”.

– Pela simples afinidade espiritual existente em sua norma de conduta no governo de Minas e a que vem sendo observada pelo Dr. Getúlio Vargas no governo do Rio Grande do Sul, e tendo em vista o seguro juízo de V. Exa. (Epitácio Pessoa) na apreciação do problema presidencial, o Dr. Antônio Carlos se orientou no sentido da candidatura daquele eminente concidadão (Getúlio Vargas), depois de ouvida a opinião autorizada do honrado chefe da política daquele Estado – Dr. Borges de Medeiros.¹⁴⁶

¹⁴⁶ Idem, pp. 106 e 107.

Melo Franco denuncia, então, as represálias de Washington Luís ao lançamento da chapa oposicionista – o que deve impressionar Epitácio Pessoa, que não exercera qualquer preferência em favor de qualquer dos candidatos à sua sucessão, Arthur Bernardes e Nilo Peçanha:

– Quanto mais se avoluma o movimento cívico em favor dos candidatos liberais (Getúlio e João Pessoa), tanto mais se desmanda o governo federal nos processos de opressão, de suborno, de ameaças, de corrupção e de violências, para impor seu candidato.

– O aliciamento se faz pela exploração de antigos ódios sopitados, de quaisquer ressentimentos, de quaisquer azedumes por interesses contrariados, de quaisquer ambições não satisfeitas, de quaisquer apetites inconfessáveis. Onde quer que vegete um descontente, um intoxicado pela inveja ou um taciturno odiento – aí o descobrirá o agente do Banco do Brasil, para oferecer-lhe um meio de satisfazer seu desejo, de realizar seu sonho ou de exercer sua vingança. Nunca se viu desbragamento tão audaz nos processos de corrupção.¹⁴⁷

Nesse ponto, Afrânio de Melo Franco profere aquela que talvez tenha sido sua mais dramática e radical previsão política.

Melo Franco fora eleito deputado federal em 1906, o mesmo ano do discurso com que o jovem estudante Getúlio Vargas saudara o Presidente eleito Afonso Pena e protestara contra a coação da história sobre os países exportadores de matérias primas e importadores de produtos manufaturados.

Além de um longo currículo parlamentar, político e diplomático, Melo Franco fora, antes do governo de Epitácio Pessoa, o chefe de governo de fato nos meses entre a segunda eleição de Rodrigues Alves, em 1918, e a eleição de Epitácio Pessoa em 1919, ao longo dos quais a presidência fora exercida formalmente pelo Vice Presidente Delfim Moreira, eleito juntamente com Rodrigues Alves.

Ao contrário do que aconteceria décadas mais tarde, quando alguns Vices assumiram em caráter definitivo, no lugar dos Presidentes com os quais tinham sido eleitos, naquele momento, 15 de novembro de 1918, Delfim Moreira

¹⁴⁷ Idem, pg. 107.

assumiu interinamente a Presidência da República, uma vez que o Presidente eleito, Francisco de Paula Rodrigues Alves, não estava em condições de fazê-lo.

O impedimento de Rodrigues Alves era de ordem física: ele estava morrendo. O Vice Delfim Moreira, porém, padecia de dificuldades de ordem psíquica e de origem nervosa.

Por essa razão, o Ministro de Viação e Obras Públicas Afrânio de Melo Franco foi virtualmente o Chefe do Governo entre 15 de novembro de 1918 e a posse de Epitácio Pessoa em 1919.

Dez anos depois, confrontando-se com a crise da sucessão de Washington Luís, Melo Franco é um experiente homem de Estado, alguém que pode dizer às claras o que lhe parece estar acontecendo. Ele é o primeiro a alertar:

– Desmandando-se assim, o governo perderá o respeito público. Colocando-se a autoridade fora da lei, não pode ser obedecida. É, pois, muito de recear que não possamos chegar às urnas de março e que o governo, por seus erros e crimes, crie uma situação intolerável para os Estados da Aliança, desencadeando no país a crise mais grave de sua história. Realizar-se-ão assim os vaticínios do saudoso Conselheiro Antônio Prado, que sempre afirmou que se o Dr. Washington Luís viesse à Presidência da República, provocaria, por sua vaidade, por sua teimosia, pelo seu desprezo pela opinião alheia e pela sua falta de visão, uma revolução sangrenta no país...¹⁴⁸

– Os desmandos do governo – prevê Melo Franco – não se limitarão ao período da campanha presidencial, mas irão até a fraude generalizada nas urnas e – o que é mais grave – ao reconhecimento de poderes da nova Câmara e do terço do Senado. Os arautos do Banco do Brasil já anunciaram que serão contestados todos os diplomas expedidos aos eleitos nos Estados da Aliança, para serem reconhecidos, sem votos, os trãsfugas de todo gênero, colhidos nos resíduos malsãos dos ódios, dos ressentimentos, das ambições e da inveja.

¹⁴⁸ Idem, pg. 108.

A CAMINHO DA GUERRA CIVIL E DA SECESSÃO

No Brasil da Primeira República não existia a Justiça Eleitoral, que só seria criada por Getúlio Vargas, como Chefe do Governo Provisório depois da Revolução de 30. Além de o voto não ser secreto, o que possibilitava todo tipo de fraude, as duas casas do Congresso tinham o poder de reconhecer o diploma de cada um dos candidatos dados como eleitos pelas juntas apuradoras – também elas manipuladas e controladas. Como o governo de Washington Luís tinha maioria na Câmara e no Senado, poderia facilmente degolar (era essa, aliás, a expressão que se usava) todos os candidatos eleitos pela Aliança Liberal.

– Caminharemos, assim – concluía Melo Franco, com um apelo quase desesperado para que Epitácio Pessoa tomasse a iniciativa de uma derradeira tentativa de entendimento com o Presidente da República – para a duplicata do Poder Legislativo, que gerará a do Executivo, a guerra civil e a secessão. O único responsável por essa desgraça será o homem de vista curta, inteligência mesquinha e vaidade imensa que exerce, atualmente, o governo.

Secessão. Essa palavra ainda não tinha sido dita. Mesmo a carta mais dramática de Osvaldo Aranha a Getúlio, durante as negociações com Washington Luís, não chegava a tal ponto. Aranha propunha, no máximo, que o Rio Grande se fechasse em si mesmo, renunciando à ideia de disputar a Presidência. Afrânio de Melo Franco, porém, compreendeu que um Estado como o Rio Grande acabaria sendo levado, apesar da resistência de suas lideranças políticas, à ideia da separação – tanto mais que de uma hora para outra ficaria claro o porque da atitude de Washington Luís: uma política de salvação dos barões do café sem enfrentar as grandes casas exportadoras estrangeiras e por conta do tesouro público, socializados os prejuízos por todas as outras regiões do país.

Se alguma esperança podia haver de que Epitácio Pessoa, voltando ao Brasil, conseguisse acordar Washington Luís, essa esperança foi liquidada quando cópias da carta de Afrânio de Melo Franco começaram a circular no Congresso e seu texto foi publicado nos jornais. A carta era, naturalmente, reservada, e Melo Franco teve todos os cuidados para limitar e manter sob

controle o número de cópias – duas apenas, uma para Antônio Carlos e outra para Getúlio Vargas.

Quando apareceram as primeiras cópias mimeografadas, suspeitou-se do datilógrafo, funcionário de confiança dos escritórios de um grande amigo de Melo Franco, o Conde Modesto Leal. Na verdade, o datilógrafo fora fiel: executado o trabalho, devolvera o original manuscrito e entregara todas as vias datilografadas. Mas jogou fora as folhas de papel carbono, que usara apenas nesse trabalho. Um servente recolheu-as do lixo e passou-as (ou vendeu) a um terceiro, com acesso ao Ministro da Justiça Viana do Castelo, que as recebeu (ou comprou) e, com a ajuda de um simples espelho, fê-las decifrar, redatilografar e mimeografar.¹⁴⁹

A publicação da carta causou furor, foi um escândalo que provocou debates frenéticos no Congresso. Afrânio de Melo Franco, deputado por Minas, discursou assumindo a responsabilidade pela carta e pelas ideias nela expostas, sem que, da parte do governo e seus parlamentares, houvesse qualquer suspeita, qualquer insinuação de que aquelas poderiam ser razões e propostas não de Melo Franco mas de Getúlio. Melo Franco acusou o governo e em particular o Ministro da Justiça Viana do Castelo de suborno e violação de correspondência. Como já começava a acontecer aquilo que Melo Franco dizia que aconteceria – desmandos de toda ordem praticados pelo governo para intimidar candidatos e eleitores – esse abuso a mais não abalou Washington Luís e seus amigos. Mas a proposta de Melo Franco a Eptácio Pessoa reforçou a convicção de Washington Luís de que não deveria transigir.

Assim que chegou da Europa, o ex-Presidente Eptácio Pessoa foi procurar Washington Luís. Tentou convencê-lo da conveniência de uma solução conciliatória, e propôs a retirada dos dois candidatos, Júlio Prestes e Getúlio Vargas, para que Washington Luís pudesse coordenar um terceiro nome que fosse aceitável para as duas partes. Washington Luís, para quem isso tudo era apenas prova de fraqueza da Aliança Liberal, recusou os conselhos e a proposta de Eptácio Pessoa e ainda disse a Eptácio:

¹⁴⁹ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 332.

– No Brasil só existe uma força: o Presidente da República.¹⁵⁰

Frustrada mais essa tentativa de acordo, realizaram-se no Rio as convenções que formalizaram as duas candidaturas – a dos delegados dos partidos estaduais compostos com Washington Luís a 12 de setembro, que confirmaram a chapa Júlio Prestes-Vital Soares (este governador da Bahia); e a da Aliança Liberal a 20 de setembro, lançando Getúlio Vargas e, como Vice, João Pessoa, governador da Paraíba.

Getúlio continuava desanimado e preocupado. Aparentemente, Washington Luís aguardara até o último dia a retirada e a capitulação incondicional de Getúlio. Agora uma campanha sistemática de pressões e represálias chegava a todos os pontos do país.

Pelo que começava a acontecer em Minas, era fácil imaginar o que poderia suceder no Rio Grande. O Ministro da Fazenda, Oliveira Botelho, convocou representantes de bancos europeus para dizer que sabia da negociação de um empréstimo ao governo de Minas e consideraria inamistoso para com o governo federal o acolhimento e a negociação desse projeto de Antônio Carlos. Em seguida, o Banco do Brasil fechou o redesconto aos bancos estaduais mineiros e a Bolsa de Valores do Rio deixou de operar com títulos da dívida pública de Minas.¹⁵¹

¹⁵⁰ Idem, pg. 378.

¹⁵¹ Idem, pg. 365.

CAPÍTULO 19

DEZEMBRO, 1929

GETÚLIO CHEGA AO RIO PARA LANÇAR A PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL **“A ELEIÇÃO SERÁ FRAUDADA E SEGUIDA PELA REVOLUÇÃO!”**

OSWALDO ARANHA, EM PORTO ALEGRE, ATRAI O
CORONEL GOIS MONTEIRO PARA O COMANDO MILITAR.

Nos planos e nas conversas iniciais da Aliança Liberal, mencionava-se com frequência a realização de uma campanha em moldes “americanos”, com os candidatos e emissários seus percorrendo todo o país, realizando comícios, falando pelo rádio, visitando jornais, reunindo adeptos, mobilizando a opinião pública.

Na prática foi impossível realizar esse plano. Em parte porque não havia dinheiro para isso. Mas Getúlio, em primeiro lugar, não queria aprofundar e estender o confronto, sabendo que podia perder e que o mais provável era mesmo ser derrotado na eleição – na qual certamente seria vencedor se o sistema eleitoral fosse menos viciado e se Washington Luís não se lançasse à luta com a fúria e a falta de escrúpulos e limites com que se comportou, do primeiro ao último dia.

O Rio Grande estava unido a favor de Getúlio. Minas, porém, dividira-se e não poderia garantir os 500 mil votos redondos que Francisco Campos prometera a João Neves. Pernambuco, a Bahia e o Distrito Federal – com os quais até Oswaldo Aranha chegara a contar – acomodaram-se com Washington Luís. A situação em Minas era a pior, e Getúlio queixava-se de que Antônio Carlos e seus amigos tinham sido responsáveis por isso, agindo como agiram no momento da escolha do candidato à Presidência do Estado.

Fernando de Melo Viana, o Vice-Presidente da República, conseguira esse

cargo em 1926, quando era Presidente de Minas e tentara ser candidato à Presidência da República na sucessão de Arthur Bernardes. Para sossegá-lo e evitar que tumultuasse a campanha, depois dos quatro anos tempestuosos de Arthur Bernardes, ofereceram-lhe a Vice-Presidência de Washington Luís, que ele aceitou na hora.

Agora o mandato de Washington Luís chegava ao fim e o Presidente, com aquele excesso de saúde para a idade, nem morrera nem adoecera, não dando oportunidade a seu Vice de assumir definitivamente ou interinamente o governo.

Vaidoso e audacioso, Melo Viana apoiou a Aliança Liberal – tendo mesmo dito que assinaria qualquer papel em branco, para nele Antônio Carlos escrever o compromisso que bem entendesse. Desde logo, contudo, avisou que queria ser o candidato a Presidente do Estado. Mais: sendo Vice-Presidente da República, só admitia que tivessem precedência sobre seu nome os dois ex-Presidentes mineiros vivos, Wenceslau Braz e Arthur Bernardes.

Nenhum dos dois admitia pretender a candidatura (embora Bernardes, em certo momento, se animasse a isso, até ser prontamente desanimado por Antônio Carlos). Havia, entretanto, entre Bernardes e Wenceslau o abismo de um veto recíproco. Qualquer dos dois que fosse lançado provocaria o rompimento do outro. O apoio de Melo Viana à Aliança Liberal era mais barulhento, mas menos confiável que o de Bernardes ou Wenceslau. Antônio Carlos, então, apresentou, e de certo modo impôs, a candidatura de Olegário Maciel, o velho Presidente do Senado estadual de Minas.

Melo Viana rompeu e passou-se para Washington Luís e para Júlio Prestes, levando junto aquele que seria o executor de fato de uma intervenção branca do governo federal em Minas, o diretor do Banco do Brasil Carvalho Brito.

Ainda que se conformasse com a escolha de Olegário Maciel, dificilmente Melo Viana manteria Carvalho Brito a seu lado, porque Washington Luís já tinha perdido um dos mineiros de seu governo, Mário Brant, também diretor do Banco do Brasil, e empenhou-se a fundo em manter Carvalho Brito e o Ministro da Justiça Viana do Castelo – precisamente para usá-los como o braço pesado de sua vingança.

MINAS TROCA A VITÓRIA ELEITORAL PELA VITÓRIA POLÍTICA

Getúlio, que já se dera conta dos riscos da atitude de Antônio Carlos, ao ignorar as pretensões de Melo Viana, sentiu-se usado pelo Presidente de Minas:

– Os mineiros, que... nos instigaram e nos arrastaram a essa luta – escreveu ele a Paim Filho, seu amigo de juventude, Secretário de Finanças de seu governo e, nesse momento, seu emissário no Rio – estão hoje mais preocupados com a solução dos seus problemas internos que com os interesses da Aliança, que até certo ponto comprometeram. Não digo que escolhessem Melo Viana para Presidente de Minas, mas poderiam ter evitado o seu rompimento, com a escolha de um candidato que fosse aceito por ele... Após o rompimento, tudo ainda podia ser consertado, dando-se-lhe compensações que ele solicitou e foram recusadas.¹⁵²

A João Neves, primeiro negociador com Minas, Getúlio escreve, pouco depois do rompimento de Melo Viana:

– Minha impressão é que estamos sendo manobrados pelos mineiros, no interesse dos seus problemas internos. Quero readquirir minha liberdade de ação, pois não estou disposto a ser instrumento acionado por paixões e interesses alheios.¹⁵³

Se errou ao liquidar Melo Viana sem contemplação, Antônio Carlos pode ter trocado, nesse momento, a vitória eleitoral pela vitória revolucionária. É difícil imaginar em Melo Viana, se fosse ele o sucessor de Antônio Carlos e o Presidente de Minas no momento do levante armado em outubro de 30, a mesma firmeza e serenidade que, inesperadamente, o velho Olegário Maciel revelaria nesse instante.

Esse, entretanto, era um problema para depois, embora Oswaldo Aranha já tivesse dito ao Coronel Gois Monteiro que a eleição seria fraudada e seguida pela revolução.

Getúlio, agora, tinha de cuidar da eleição e das consequências previsíveis

¹⁵² Idem, pg. 367.

¹⁵³ Idem, pg. 369, citando as Memórias de João Neves.

de uma futura derrota. Minas rebelava-se pela primeira vez, mas o Rio Grande vivera a experiência da Reação Republicana e do apoio à candidatura de Nilo Peçanha em 1922. Não era uma candidatura de oposição a Epitácio Pessoa, o Presidente da República, que não se envolvera na escolha de Arthur Bernardes como candidato de uma coligação de Estados encabeçada por Minas e São Paulo. Com Nilo Peçanha tinham ficado, além do Rio Grande, Pernambuco, a Bahia e o antigo Estado do Rio. Epitácio, finalmente, não fizera sobre os Estados as pressões que agora fazia o governo de Washington Luís.

Mesmo assim, a vitória de Arthur Bernardes significou para o Rio Grande a devastadora guerra civil de 1923 e a ameaça de intervenção federal e deposição de Borges de Medeiros, que Getúlio fora ajudar a evitar, assumindo o mandato de deputado e a liderança da bancada do Rio Grande na Câmara Federal.

Com Washington Luís Presidente e Júlio Prestes candidato, as perspectivas para o Rio Grande eram piores agora que em 1922. Para Getúlio, seu primeiro dever era para com o Estado que o fizera seu Presidente, não com uma candidatura a que opusera todas as objeções. Sua primeira deliberação, portanto, foi limitar a própria presença na campanha e negociar com Washington Luís um *modus vivendi* para depois das eleições.

Essa missão foi realizada, quase toda, pelo Secretário de Finanças do Rio Grande, Firmino Paim Filho, companheiro de juventude de Getúlio como João Neves. Paim desembarcou misteriosamente em Santos, subiu a serra até São Paulo, conversou com Júlio Prestes, seguiu para o Rio e encontrou-se com Washington Luís.

As andanças e conversas de Paim Filho não ficaram claras e documentadas como, por exemplo, os entendimentos de Oswaldo Aranha com Washington Luís. Mas não há dúvida de que o *modus vivendi* negociado era o seguinte: Getúlio não iria aos Estados em campanha e acataria o resultado da eleição, podendo mesmo, no futuro, apoiar o governo de Júlio Prestes.

Em troca, Washington Luís não interferiria nos resultados eleitorais no Rio Grande, não faria degolar nenhum dos parlamentares eleitos e não interviria no Estado, nem de fato nem de direito. Júlio Prestes também se compromete-

teria a respeitar a autonomia do Rio Grande, uma vez investido na Presidência.

Como confirmaria o próprio Paim Filho, que não apoiou a Revolução de Outubro, no manifesto que fez publicar no Rio em defesa de Washington Luís uma semana depois do 3 de outubro, não houve acordo com o Presidente da República.

A deliberação de Getúlio, de não sair do Rio Grande para fazer campanha, ficara na dependência do *modus vivendi* com Washington Luís. Não tendo havido acordo, nos entendimentos de Paim Filho com o Presidente da República, Getúlio programou uma viagem ao Rio, onde chegaria nos últimos dias de dezembro e ficaria até os primeiros dias de janeiro, para o ato público de leitura da plataforma da Aliança Liberal.

No momento em que Paim Filho conversava com Washington Luís sobre o *modus vivendi* que afinal não aconteceu, Oswaldo Aranha, em Porto Alegre, já atraía para o comando militar da futura revolução o coronel Pedro Aurélio de Gois Monteiro, dizendo:

-A eleição será fraudada, e em seguida virá a revolução.

PARTE III

**A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
COMEÇOU EM JANEIRO**

CAPÍTULO 20

DEZEMBRO, 1929

GETÚLIO CHEGA AO RIO

AS ESTRELAS DE SANA KHAN

CONHECIDO COMO VIDENTE OU MAGO, SANA KHAN CONSIDERA-SE
UM CIENTISTA E PROFETIZA QUE GETÚLIO VARGAS PERMANECERÁ
15 ANOS NO PODER, SERÁ DERRUBADO E DEPOIS VOLTARÁ.

Getúlio chegou ao Rio a 29 de dezembro de 1929, no hidroavião que fazia a linha de Porto Alegre e pousava junto à estação de passageiros do Touring Club, na Praça Mauá, no início do cais do porto, atracadouro dos navios de passageiros.

Os dirigentes da Aliança Liberal e o próprio Getúlio aguardavam apreensivos e traumatizados essa chegada ao Rio. Na véspera, um dos conflitos agora diários e habituais no recinto e nas escadarias da Câmara dos Deputados tinha resultado numa terrível cena de sangue.

Desde agosto, os líderes da Aliança Liberal aproveitavam a sessão diária da Câmara, e a atitude omissa dos líderes da corrente governista, para suscitar e agitar todos os temas que interessassem à oposição e à campanha presidencial. O que era dito da tribuna e dos microfones de apartes da Câmara saía nos jornais, pelo menos em alguns (às vezes no mesmo dia, na edição final dos vespertinos), espalhava-se pelas ruas do centro do Rio, chegava de bonde, com os respectivos passageiros, a todos os bairros residenciais, e acabava tendo repercussão no país inteiro.

Os grandes nomes dos Partidos Republicanos obedientes a Washington Luís e fiéis à candidatura de Júlio Prestes – mesmo os maiores nomes de São Paulo, como o líder Manuel Vilaboim e Altino Arantes (este, a todos os títulos, teria precedência sobre Júlio Prestes para ser governador de São Paulo e

candidato paulista à Presidência), pouco se envolveram nesse debate em que a posição do governo era, do ponto de vista da opinião pública, indefensável e envergonhada: só um voluntarismo de características quase psiquiátricas como o de Washington Luís confrontar-se-ia, num fórum como a Câmara, com as razões incendiárias, e no entanto irrespondíveis, de João Neves, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Batista Lusardo, Adolfo Bergamini e dos outros porta-vozes da oposição.

Com o tempo, a tática dos representantes do governo passou a ser a mais óbvia, aquela que não se compreende porque não tinham adotado antes: negar número para a abertura da sessão e para o funcionamento da Câmara.

Cada vez que a sessão era aberta, havia parlamentares de oposição inscritos para falar em todos os horários disponíveis. Com menos de um terço das cadeiras, apenas setenta deputados numa câmara de mais de duzentos, a oposição arrebatara a tribuna parlamentar e ditava o tom das manchetes – com o rádio ainda começando e a televisão inexistente, os vespertinos, no Rio, tiravam edições sucessivas e quem comprasse as edições finais leria no bonde ou em casa o que esses atrevidos contestadores tinham dito pouco antes no plenário da Câmara.

Se a maioria governista tivesse alma e ânimo para enfrentar a artilharia verbal e os franco atiradores da oposição, não lhe teria sido necessário recorrer à obstrução, secularmente o recurso das minorias.

Já aí, nessa atitude derrotista e obstrucionista da maioria, era possível perceber uma espécie de desistência prévia diante do esgotamento de um modelo – o predomínio paulista em plena crise econômica e particularmente do café – que só um fantasista obstinado como Washington Luís conseguia não ver.

Mas a maioria governista decidiu optar pela obstrução, simplesmente para que não houvesse número para o funcionamento da Câmara.

A oposição decidiu então transferir para a rua, para as escadarias do Palácio Tiradentes, os discursos que não podia fazer no recinto da Câmara.

Eram comícios diários, que atingiam os jornais da mesma forma que o debate parlamentar formal – e nos quais, além disso, só falava a oposição, sem um aparte sequer de alguém da corrente majoritária e governista.

Essa verdadeira guerrilha foi enfrentada, pelas forças políticas e parlamentares do governo, com a mesma inútil brutalidade que já marcava o debate e o confronto de ideias na Câmara.

À provocação inteligente que eram os discursos da oposição nas escadarias do Palácio Tiradentes, o governo, seus amigos e sua polícia responderam com a mobilização de arruaceiros convocados para perturbar e desfazer esses comícios improvisados.

Numa dessas tardes, a perturbação e o número de perturbadores foram maiores, aplaudidos e instigados, das janelas mais seguras do Palácio Tiradentes, por muitos deputados das bancadas governistas.

Quando, afinal, o comício terminou e os oposicionistas voltaram para o interior do Palácio Tiradentes, um incidente aparentemente menor teve início no corredor central do plenário.

O deputado governista pernambucano Souza Filho desentendeu-se com o velho deputado oposicionista Ildefonso Simões Lopes, do Rio Grande do Sul.

Sentindo o pai ameaçado, o filho desse deputado, Luís Simões Lopes, que o acompanhava, deu uma bengalada em Souza Filho, que respondeu arrancando e exibindo um punhal. .

Luís Simões Lopes tentou fugir, mas caiu – talvez porque alguém tenha estendido a perna para que ele tropeçasse. Antes que a faca de Souza Filho atingisse o filho caído e indefeso, Ildefonso Simões Lopes puxou o revólver e atirou – paralisando a faca e matando o quase esfaqueador.

Outros episódios de sangue se seguiriam pelos dois meses seguintes, até as eleições, e mesmo depois, culminando com o assassinato de João Pessoa, o Vice de Getúlio. Mas esse, do deputado Souza Filho, acontecera no coração da Capital Federal, no corredor central do plenário da Câmara dos Deputados.

Ildefonso Simões Lopes foi preso em flagrante. No dia seguinte, quando a Câmara realizou a sessão em homenagem a Souza Filho, as lideranças governistas mandaram avisar que seria melhor nenhum oposicionista aparecer.

Eles apareceram todos e, em seu nome, Lindolfo Collor fez um duro discurso, para dizer que aquela tragédia era de responsabilidade coletiva – e não uma culpa individual do velho Simões Lopes, do jovem Simões Lopes ou do

próprio Souza Filho, que puxara uma peixeira contra uma bengala e assim, pelo excesso na reação, construía uma situação de legítima defesa para seu assassino.

Foi sob o impacto desse acontecimento que Getúlio chegou ao Rio.

As multidões que o esperavam, as multidões que o aplaudiram, na Praça Mauá, ao longo da Avenida Rio Branco e da Avenida Beira Mar, até o Hotel Glória, não poderiam deixar dúvida: a opinião pública da capital do país compreendera que a morte de Souza Filho nem absolvía o governo de Washington Luís nem condenava a Aliança Liberal por esse passivo de sangue.

Por ser Getúlio o Presidente de um Estado, fora a seu desembarque, para cumprimentá-lo, o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Teixeira de Freitas. Era uma imposição do protocolo, que, entretanto, não tinha sido cumprida quando do desembarque de Antônio Carlos no Rio, para a convenção da Aliança Liberal em setembro. Getúlio ficava obrigado a retribuir e, portanto, a visitar o Presidente da República.

Ele o fez. A mera realização dessa audiência pode ter levado Washington Luís a acreditar que estivesse em vigor o *modus vivendi* que Paim Filho tentara negociar – e que não dera em nada. Não existe versão confiável, assim como não existem versões coincidentes tanto para o encontro de Washington Luís com Vargas quanto para as conversas de Paim Filho com Washington Luís.

Já vimos de que ordem eram as obstinações e certezas de Washington Luís e como sua cabeça era capaz de produzir os maiores disparates com absoluta seriedade.

Ele se convencera – e estava acabado – de que, para o Rio Grande não sofrer de novo o que sofrera após a derrota de Nilo Peçanha diante de Arthur Bernardes em 1922, Vargas decidira limitar sua participação na campanha a essa visita ao Rio e ao discurso que faria no comício da Esplanada do Castelo. Daqui a pouco veremos a que delirante certeza Washington Luís seria conduzido nos dias seguintes.

UMA VISITA NO HOTEL GLÓRIA

No Hotel Glória, no dia da chegada, depois de terminadas as manifestações populares, Getúlio foi visitado por um antigo deputado do Paraná, Correia de Freitas, acompanhado de um amigo médico, Júlio Hauer, antigo diretor do jornal O Dia, de Curitiba, e de “um homem alto, magro, tímido, de olhos vivos e penetrantes, cujo nome ficaria gravado na legenda de Vargas”.

Era Sana Khan, que não se considerava um mago, como era conhecido, mas um homem de ciência, e que vivia, já por algum tempo, em Curitiba, onde escrevia livros sobre temas sociológicos, históricos e metapsíquicos.

Sana Khan queria ler as mãos de Getúlio, que não se opôs. Mal examinou as palmas das mãos de Getúlio e quase simultaneamente a suas primeiras observações, interrompeu-se e disse, segundo as Memórias de João Neves da Fontoura, presente a esse encontro:

– Por favor, o que estou fazendo não é uma divagação mítica, vã, nem adivinhação conjectural... O que a mim mais me anima é aproveitar este momento para provar, mediante a futura confirmação das profecias que ora faço, o valor científico... da quiropsicastrologia, a fim de que homens de inteligência e de bem a cultivem e apliquem, libertando-a da conspurcação dos charlatães...

Antes mesmo dessas explicações, Sana Khan dissera:

– V. Exa. será Presidente do Brasil pela força das armas.

Essa era uma conjectura que, naquele momento, poderia ser feita, sem recursos mágicos, por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Gois Monteiro e João Neves – aqueles que mais estavam empenhados na organização do futuro movimento armado.

Sana Khan talvez tenha feito o mesmo raciocínio, que em nada dependia da leitura das mãos de Getúlio. Bastaria, talvez, a leitura dos jornais. Sana Khan apontara com um estilete alguns sinais, a que deu o nome de estrelas, nas mãos de Getúlio, uma na direita e três na esquerda.

– Caso raríssimo! Vi algo semelhante nas mãos de Clemenceau [o Primeiro-Ministro que levara a França à vitória na Primeira Guerra Mundial, em

1918]... V. Exa. nasceu predestinado como homem de governo e atingirá, com toda certeza, a Presidência da República... Sob o signo dessas quatro estrelas... terá atuação predominante no cenário nacional, sendo de brilho maior os primeiros quinze anos...

Que Getúlio iria longe, seus amigos de juventude e seus companheiros dos primeiros tempos de vida política poderiam facilmente prever, pelo simples exercício do raciocínio político. Que talvez sua chegada ao poder se cumprisse pelo caminho das armas também estava na lógica do confronto entre a Aliança Liberal e Washington Luís. Mas esses quinze anos “de brilho maior”, a previsão desse prazo estava fora do alcance mesmo da mais temerária análise política.

Se Sana Khan não tivesse acrescentado previsões de pontaria certa como essa – Getúlio, em seu primeiro governo, ficou exatos quinze anos no poder, deixando-o com popularidade altíssima – esse encontro no Hotel Glória não teria sido lembrado tantos anos mais tarde, quando um dos presentes, João Neves, escreveu suas memórias:

– Todos nós escutávamos com ar cético aqueles vaticínios. Sana Khan, em sua linguagem lírica, sem nada de exótico nas atitudes e nos trajes, teimava, talvez para esclarecer melhor:

– No curso de sua carreira... terá longos dias de sol, dias nublados, dias chuvosos e noite escura... Quando parecer tudo perdido e tudo falhar em torno, as boas estrelas conduzirão os acontecimentos de modo a colocar-lhe o comando e a vitória nas mãos...¹⁵⁴

Talvez não fosse possível, naquela tarde do fim do ano de 1929, extrapolar das metáforas meteorológicas de Sana Khan a previsão de que, depois da queda, ao fim dos primeiros quinze anos, houvesse o retorno triunfal de 1950. Hoje, com um mínimo de boa vontade, seria possível admitir que as quatro estrelas nas mãos de Getúlio Vargas desenhavam seu destino até bem perto do desfecho sangrento de agosto de 1954.

Para algum espírito mais crédulo ou supersticioso, a profecia de Sana

¹⁵⁴ Hélio Silva, 1926, *a Grande Marcha*, pp 399 e 400.

Khan começou a confirmar-se no comício da Aliança Liberal. O que ali, na Esplanada do Castelo, foi uma concentração apoteótica teria sido um ato formal, frio e elitista em qualquer salão fechado – com muito menos gente e quase nenhum povo.

Até então, “povo” era o que menos contava nas eleições. Com a maior naturalidade, Francisco Campos assegurara 500 mil votos redondos em Minas para a eleição de Getúlio. Eram, esses 500 mil redondos, a quase totalidade do eleitorado mineiro. Os votos pertenciam aos “chefes políticos”, a ponto de se dizer, achando graça, que o voto já era secreto para o eleitor, porque o eleitor votava, quando o fazia, quando não era substituído por alguma ata falsa, sem saber em quem estava votando.

CAPÍTULO 21

JANEIRO 2, 1930

A QUESTÃO SOCIAL NÃO É CASO DE POLÍCIA

O COMÍCIO DA ESPLANADA

NEM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, WASHINGTON LUÍS,

NEM O CANDIDATO DA OPOSIÇÃO, GETÚLIO VARGAS,

PODERIAM IMAGINAR O QUE SERIA ESSE COMÍCIO.

Já a recepção a Getúlio, no início da noite de 30 de dezembro, demonstrava, como escreveria o jornalista gaúcho Rubens Vidal de Araújo, que “o Rio de Janeiro parecia tomado pelo delírio político”.¹⁵⁵

– O avião que traria Getúlio Vargas de Porto Alegre era esperado entre as 6 e as 7 horas da tarde. Duas horas antes, a Avenida Rio Branco estava apinhada de gente. A Polícia Militar espalhou em toda a extensão da avenida vários contingentes de cavalaria. O governo talvez pretendesse atemorizar; mas depois, raciocinando melhor, mandou retirar parte dos soldados.

– Às 7 horas, já estava escuro, o hidroavião do Condor Syndikat, que trazia Getúlio, pousou nas proximidades do Touring Club.

O que se conhecia e por muito tempo continuaria a ser conhecido por Touring Club era a principal estação de embarque e desembarque de passageiros do Porto do Rio – passageiros de navio.

Com o desenvolvimento da aviação e a inexistência de bons e acessíveis aeroportos, não só no Rio como em todo o país, o tráfego aéreo para cidades como o Rio e Porto Alegre era feito principalmente por hidroaviões.

O Porto do Rio começava, exatamente pela estação do Touring, na Praça Mauá, depois decadente e degradada, mas na época a grande porta de entrada

¹⁵⁵ Rubens Vidal de Araújo, *Os Vargas*, p. 81.

da cidade. Na Praça Mauá tinha início a Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, que atravessava o centro da cidade e terminava diante do mar, no início das avenidas litorâneas que percorriam a Glória, o Flamengo e Botafogo – até chegar a Copacabana, um lugar e um nome ainda sem a magia das décadas seguintes.

– Vargas – e aqui retomamos a narrativa de Rubens Vidal de Araújo – desembarcou acompanhado de D. Darcy, de um assistente militar e de seu secretário particular. Ele e João Pessoa [o candidato a Vice, que chegara pouco antes ao Rio] tomaram um automóvel aberto, com a capota arriada. Atrás deles se formou um cortejo de automóveis, que começou a se movimentar lentamente, em direção à avenida [a Avenida Rio Branco].

– A Praça Mauá, segundo a expressão de João Neves, que vinha no segundo automóvel, ladeado pelas esposas dos dois candidatos, parecia um “mar de povo”. A massa impedia o carro de entrar na avenida.

– A partir daí, o automóvel de Getúlio foi empurrado a pulso.

(Coisa da mesma ordem acontecera nos tempos da Belle Époque, quando os jovens e os poetas livraram de seus arreios os cavalos que a conduziam e passaram a levar, a pulso, a carruagem de Sarah Bernhardt, a maior das atrizes e a mais desejada das mulheres de seu tempo.)

– A polícia militar – prossegue a narrativa de Rubens Vidal de Araújo – teve de encostar os cavalos nas paredes, para dar passagem ao povo. Quando o cortejo atingiu a altura da rua do Ouvidor, Batista Lusardo emergiu de uma janela.

Lusardo já era um dos mais ardentes e famosos tribunos da Aliança Liberal. Numa época tão anterior à era da televisão, era mais conhecido no Rio que muitas das celebridades, tão artificiais e insignificantes, de nossos dias. Lusardo, de sua janela, aponta para o primeiro carro do cortejo e pergunta, ao povo, na rua:

– Quem vem lá? É o Rio Grande, com Getúlio Vargas!

O cortejo detém-se, a multidão que o acompanhava pára também, para ouvir o grande tribuno. Depois dele, falam outros oradores. É uma parada de meia hora, para esse comício improvisado.

— A revolução — diz Rubens Vidal de Araújo — já tinha começado, mas eles não sabiam.¹⁵⁶

O comício da Esplanada! Nem o Presidente da República, Washington Luís, nem o candidato da oposição, Getúlio Vargas, poderiam imaginar o que seria esse comício. A Aliança Liberal, que já tinha desistido dos planos de uma campanha em moldes “americanos”, conformara-se com a realização, para a leitura da plataforma, de um ato público em recinto fechado — por exemplo o plenário da Câmara dos Deputados, onde já se realizara a convenção da Aliança Liberal, para lançamento das candidaturas de Getúlio e João Pessoa.

A intolerância e a obtusidade dos amigos de Washington Luís (e dele próprio) tinham-nos levado a “sugerir” ao Presidente da Câmara, Rego Barros, que recusasse as instalações do Palácio Tiradentes. O que foi feito.

Os dirigentes da Aliança Liberal pensaram, então, no Teatro Municipal, que a Prefeitura do Rio, acionada pela mesma inspiração, também negou. Salas particulares foram igualmente tentadas e negadas, por pressão do governo ou temor a ele.

Afinal, por falta de alternativa, a Aliança decidiu-se pela Esplanada do Castelo, então um imenso descampado ainda mal urbanizado, resultante do desmonte do Morro do Castelo.

Apenas um imenso descampado, a Esplanada tinha a vantagem de ficar perto da Avenida Rio Branco, ponto de maior intensidade de vida política no Rio, da Câmara dos Deputados, das linhas e paradas de bondes — nas Barcas, na Praça Quinze, no Tabuleiro da Baiana (Largo da Carioca), na Lapa, na Rua Primeiro de Março. Numa cidade amena e novidadeira como o Rio, a Esplanada do Castelo era muito mais convidativa para as pessoas comuns que o recinto da Câmara dos Deputados, o Teatro Municipal ou o salão do Automóvel Club.

A afluência de público ao comício da Esplanada do Castelo, onde apenas se armara um palanque para Getúlio e os outros oradores, foi uma coisa nunca vista, não só na Capital como no resto do país. Milhares de cariocas, que

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

tinham recebido Getúlio na Praça Mauá, na Avenida Rio Branco e na Avenida Beira Mar, até o Hotel Glória, onde sua comitiva se hospedou, voltaram ao centro da cidade a 2 de janeiro, para ouvi-lo no comício do Castelo.

Pela urgência e pela improvisação, poucos dos milhares de espectadores do comício da Esplanada conseguiram ouvir o discurso de Getúlio Vargas.

Para a maioria, o resumo do discurso era este: a questão social não é caso de polícia.

As multidões cariocas – as que recepcionaram e acompanharam Vargas em sua chegada, na noite de 30 de dezembro, e as que, mal despertadas do reveillon, foram a seu comício a 2 de janeiro na Esplanada do Castelo – souberam melhor, pelos jornais do dia e dos dias seguintes, o que Getúlio Vargas dissera no comício.

Também pelos jornais, as futuras multidões de São Paulo devem ter tido a mesma notícia.

CAPÍTULO 22

JANEIRO 4, 1930

NÃO APENAS UMA: DUAS MULTIDÕES RECEBEM VARGAS EM SÃO PAULO

O DESPERTAR DAS MASSAS

“NO AMPLEXO DAQUELAS MULTIDÕES EM MEIO DE FRENESI COLETIVO, ALGUÉM BRADOU: NÓS QUE-RE-MOS GE-TÚ-LIO! A MULTIDÃO, COMO NUNCA SÃO PAULO VIRA IGUAL, REPETIA: NÓS QUEREMOS, NÓS QUEREMOS GETÚLIO!”

Getúlio decidira que, do Rio, depois do comício do Castelo, voltaria para o Rio Grande – não para Porto Alegre e o Palácio do Governo, mas para São Borja, onde permaneceria, licenciado do governo do Estado, até 1º. de março, o dia da eleição, dali a exatos dois meses.

Mas alguns partidários da Aliança em São Paulo, um pequeno grupo composto de Paulo Nogueira Filho e outros dirigentes do Partido Democrático, decidiram levar Getúlio de qualquer maneira a São Paulo. Viajaram para o Rio e tanto insistiram que – apesar dos entendimentos de Paim Filho com Washington Luís, que, afinal, não tinham resultado em qualquer compromisso por parte do Presidente da República e, portanto, não importavam em qualquer compromisso do candidato oposicionista – Getúlio decidiu parar em São Paulo no caminho de volta ao Sul.

Washington Luís, contudo, estava convencido de que Getúlio não iria a São Paulo. Washington Luís não admitia que nada, nem a natureza, contrariasse suas certezas e seus desejos. Quando chegou ao Rio, eleito Presidente, sugeriu que o clima mudasse, porque ele não mudaria de hábitos e continuaria a expor-se ao sol como fazia no clima europeu de São Paulo.

O Chefe do Gabinete Militar, General Teixeira de Freitas, informado pela Central do Brasil de que um trem especial fora fretado para levar o Presidente do Rio Grande e sua comitiva a São Paulo, perguntou a Washington Luís se

devia comparecer à estação para apresentar despedidas a Getúlio.

O Presidente da República, gentilmente, dispensou o General: não seria necessário, o Dr. Getúlio Vargas não iria a São Paulo. Supôs o General que algum subordinado seu não tivesse entendido a informação da Central e foi conferi-la pessoalmente. Era isso mesmo: havia um trem especial fretado, aguardando o Presidente do Rio Grande, para levá-lo a São Paulo. O General Teixeira de Freitas voltou ao Presidente, mas este, já menos gentil, disse de novo:

– O Dr. Getúlio Vargas não vai a São Paulo.

O General deve ter suposto que o Presidente dispunha de melhor informação – afinal fora visitado pessoalmente pelo Dr. Getúlio Vargas – e que o afretamento do trem não significava necessariamente a presença nele do candidato da Aliança Liberal.

Passou-se algum tempo e chega um telefonema aflito da Central do Brasil: o trem especial já encostou na plataforma e aguarda apenas, para iniciar a viagem até São Paulo, a chegada do Dr. Getúlio Vargas.

Pela terceira vez, não querendo deixar mal o Presidente, o General Teixeira de Freitas vai a Washington Luís. Este ordena expressamente ao Chefe do Gabinete Militar que não vá à Central:

– O Dr. Getúlio Vargas não vai a São Paulo!¹⁵⁷

Apesar da convicção e da vontade de Washington Luís, o Dr. Getúlio Vargas foi a São Paulo, nesse trem, e em São Paulo aconteceu uma coisa mais espantosa que o comício da Esplanada do Castelo, no Rio.

O êxito do comício do Rio poderia ser explicado até pela impossibilidade de realizá-lo em recinto fechado, na forma habitual dos atos públicos de então. Ou pelo fato de ser o Rio o centro nevrálgico da vida política e, ainda, da própria vida econômica do país. São Paulo era menor que o Rio, era uma cidade muito diferente, sem o espírito festivo e novidadeiro da Capital, e não tinha nenhuma razão, assim parecia, para recepcionar o adversário do candidato de São Paulo, Presidente do Estado, à Presidência da República.

Ninguém esperava que a viagem de Getúlio a São Paulo tivesse êxito de longe comparável ao da viagem ao Rio. Nas estações em que o trem parou, ao

¹⁵⁷ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pg. 405.

longo do vale do rio Paraíba, havia sempre grupos à espera, “palmas, vivas, democráticos a postos, bom entusiasmo”, mas nada de extraordinário, segundo o próprio inspirador e organizador da viagem, Paulo Nogueira Filho. Mesmo a chegada à estação da Central do Brasil em São Paulo em nada se compariou ao desembarque de Getúlio no Rio, na semana anterior.

– O cortejo se pôs em marcha pela Avenida Rangel Pestana, no Brás, o bairro industrial – lembraria Paulo Nogueira em suas memórias. – Muita gente nas calçadas, até aí tudo normal e previsto. O que começou a surpreender foi que, aclamado o candidato, aquela gente toda, em vez de voltar para casa, incorporava-se ao cortejo, que se ia avolumando espantosamente.

UM VOZERIO SÓ E IMENSO

Como responsável pela manifestação, Paulo Nogueira antecipou-se ao cortejo e foi esperá-lo na entrada do centro da cidade, no Largo do Tesouro, no alto da Ladeira do Gasômetro:

– Assim que, por volta das 20 horas, despontou o cortejo na Várzea do Carmo, tive um arrepio. Não era possível o que via! Caminhava não um cortejo, mas uma imensa multidão. Que sucederia quando toda aquela gente se encontrasse com a que estava em cima da ladeira?

– Santo Deus! Não sei como passei os minutos que mediarão o instante em que divisei a coluna popular em marcha e o encontro com o público da cidade... No amplexo daquelas multidões em meio de frenesi coletivo, alguém bradou: “Nós que-re-mos Ge-tú-lio!” A multidão, como nunca São Paulo vira igual, repetia: “Nós queremos, nós queremos Getúlio!”

O comício programado praticamente não aconteceu, porque os oradores não eram ouvidos.

– Era um vozerio só e imenso a se alçar nos acordes do Hino Nacional. Nada mais se ouvia nem se ouviu, a não ser: “Nós queremos Getúlio, nós queremos Getúlio!”¹⁵⁸

¹⁵⁸ Idem, pp. 405 e 406, citando as Memórias de um Burguês Progressista, de Paulo Nogueira Filho.

Mesmo em São Paulo, era uma noite quente de verão e um temporal desabou sem aviso sobre a multidão.

– Chovia a cântaros – escreveu o repórter do jornal *O Combate*. – Respondia o povo: Pode chover, queremos Getúlio! E deste modo prosseguiu até meia noite. Horas formidáveis que só de século em século uma cidade pode viver. Parecia uma loucura coletiva. Nem uma nota dissonante. Nós vimos, na Rua do Gasômetro, duas moças saltarem à frente do cortejo, gritando numa fúria entusiástica: “Que é do amigo dos operários? Onde ele está?” Era a questão social. Homens de todas as classes e de todas as idades, de todos os Estados e de todos os países numa apoteose marulhante, harmoniosa, na qual se percebia a imensa sinfonia da metrópole paulista, cujas notas fortes enchiam a alma popular.¹⁵⁹

Mesmo levando em conta o estilo derramado da maioria dos jornais da época, o que o repórter de *O Combate* escreveu foi mais uma epopeia que uma reportagem. Essa narrativa exagerada, que reúne na mesma apoteose homens de todos os países e homens de todos os Estados, tem, no entanto, uma verdade maior que é exprimir o clima dessa noite em São Paulo.

Jornais mais sóbrios, como *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã* (futura *Folha de S. Paulo*), dizem, de outra forma, a mesma coisa. Ou muito mais. Para o *Estado*, trata-se do “despertar das massas”, da manifestação do “descontentamento latente, mas profundo, da massa popular contra a situação existente”.

A *Folha da Manhã* descreve e como que justifica a multidão, “pacífica e disciplinada, somente assistindo ao desfile”. Mesmo fazendo dela uma inofensiva multidão passiva, a *Folha* sente nisso tudo “o aparecimento de forças populares pedindo a mudança do antigo funcionamento da república”; e admite que a Aliança Liberal pode capitalizar essas forças...¹⁶⁰

Getúlio, que fora ouvido tão longe no comício da Esplanada do Castelo, no Rio, a ponto de se saber no bairro operário do Brás, em São Paulo, o que ele dissera dois dias antes sobre a questão social, não chegou a ser ouvido no comício de São Paulo.

¹⁵⁹ Idem, pg. 407.

¹⁶⁰ Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, pg. 183.

Mais alta do que podia ser a sua, era aquela voz coletiva que abafara até o Hino Nacional: "Nós queremos, nós queremos Getúlio!" Depois do comício, porém, ele teve oportunidade de manifestar-se, em entrevista a O Estado de S. Paulo, sobre os problemas, inseparáveis da questão social, da crise que devastava a economia mundial desde o crash da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, e da crise da economia cafeeira do Brasil, que vinha de muito antes mas agora assumia o tamanho de uma voragem capaz de levar o país inteiro ao colapso.

Em São Paulo, mais que em qualquer outro lugar, Getúlio deve ser cuidadoso ao falar da economia e do café num momento de crise internacional. Ele, em primeiro lugar, endossa a opinião do próprio jornal, que foi o animador e é o principal sustentáculo do Partido Democrático e, portanto, da Aliança Liberal em São Paulo. Getúlio reconhece ser o café a linha mestra da economia brasileira – e não precisa, nesse momento, ir adiante, lembrando como, no governo do Rio Grande, promovera alternativas à monocultura da carne. O redator do Estado escreve:

– S. Exa. não se perde no labirinto dos pormenores... mas é evidente a percepção da necessidade de articular num conjunto sistemático o regime fiscal, a orientação das tarifas aduaneiras, as novas vias de comunicação e o aparelho bancário, a ação de nossa diplomacia, num mecanismo harmônico para resolver construtivamente o problema econômico brasileiro, que se cifra, em última análise, em produzir muito e produzir barato...

AS DUAS MOÇAS DO POVO

Isso Getúlio dissera na plataforma da Aliança Liberal, no comício da Esplanada do Castelo. Mas ele não estava recomendando produzir ainda mais café.

O mais importante dessa entrevista não é qualquer das cuidadosíssimas declarações de Getúlio, mas o comentário final do redator do Estado de S. Paulo:

– Getúlio Vargas não compreende a política financeira sem desenvolvimento econômico.¹⁶¹

¹⁶¹ Idem, pg. 194.

Paulo Nogueira surpreendeu-se com as duas multidões que viu na chegada de Getúlio a São Paulo: a que o aguardava no bairro industrial do Brás e incorporou-se a seu cortejo até o centro da cidade; e a que se formou no centro e fundiu-se, no “amplexo” citado por ele mesmo, com a que vinha da periferia, da São Paulo industrial e operária.

Aquelas duas multidões não eram de adeptos do Partido Democrático. Nem o partido tinha tantos eleitores assim, nem a classe média – que encontrava no PD um canal e uma forma de expressão – era assim tão numerosa. Aquilo era uma realidade nova – uma primeira e espontânea manifestação de um fenômeno que até então São Paulo e o Brasil desconheciam, a democracia de massas.

O Partido Democrático e a própria Aliança Liberal não tinham tal penetração e liderança popular: os votos com que a Aliança contava para eleger Getúlio Presidente eram os 500 mil redondos de Minas, mais 300 mil do Rio Grande – votos iguais aos que teria Júlio Prestes, produto, uns como os outros, das eleições de cabresto, das atas falsas e da fraude sem freios.

Mas essa multidão nas ruas de São Paulo não era um préstito de fantasmas ou de alucinações. Quem mais se espantava – e assustava – com sua presença inesperada de carne e osso era Paulo Nogueira Filho, o organizador de um evento que saiu maior que suas mais fantasiosas esperanças.

A única explicação para o que aconteceu naquela noite em São Paulo talvez esteja nas hipérboles do repórter de O Combate, ao contar como “duas moças do povo” (certamente trabalhadoras) perguntam, não necessariamente com o apuro literário do repórter:

– Que é do amigo dos operários?

(Elas devem ter perguntado: “Cadê o amigo dos operários?”)

Para falar assim, deviam ser operárias, provavelmente da indústria têxtil, que já empregava muitas mulheres. E não seriam ativistas do movimento sindical – então muito à esquerda de Getúlio e mais ligado às lideranças anarquistas e comunistas, estas divididas, já nesse momento, entre os seguidores da linha justa, da ortodoxia, e os seguidores de Luís Carlos Prestes. Ativistas do movimento sindical não considerariam Getúlio o amigo dos operários.

Getúlio, como Presidente do Rio Grande, só obliquamente poderia ser considerado um amigo dos operários. O Rio Grande ainda não era um centro fabril, como São Paulo – não tinha uma população operária comparável ou proporcional à de São Paulo.

Mas, adepto do desenvolvimento e da industrialização, devia-se a ele, no Rio Grande, um surto de crescimento econômico, gerador de emprego e de renda.

O que deve ter ganho o povo de São Paulo para Getúlio foi o que ele dissera, dois dias antes, no comício do Castelo, no Rio. Seu discurso e a plataforma da Aliança Liberal estavam em muitos jornais.

O que ele tinha dito sobre o café e outras questões econômicas não reuniria a centésima parte dessa multidão (embora pudesse reunir mais de metade, mais de setenta por cento do produto interno bruto de São Paulo).

Por mais discreto e até discricionário que fosse o noticiário dos jornais, as palavras de Getúlio sobre a questão social fizeram a diferença. Elas produziram a assombrosa multidão de São Paulo.

CAPÍTULO 23

JANEIRO, 1930

A PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL

A QUESTÃO SOCIAL NÃO É CASO DE POLÍCIA

AS PROPOSTAS DE GETÚLIO NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1929-1930.

UMA POLÍTICA NACIONALISTA DE DESENVOLVIMENTO.

Washington Luís exercia o poder e saiu dele com a imagem de um homem intransigente, arbitrário, caprichoso e prepotente. E, no entanto, fora eleito como candidato de reconciliação, candidato sem oposição, apoiado pelas forças políticas de todos os Estados, especialmente o seu, São Paulo, Minas, o de maior eleitorado e força política, e o Rio Grande do Sul.

A eleição anterior, de Arthur Bernardes, fora precedida e seguida de violentos atos de contestação, como a revolta de 5 de julho de 1922 no Forte de Copacabana, no Rio, a revolução de 5 de julho de 1924, em São Paulo, e a Coluna Prestes, de 1924 a 1926. Com exceção de poucos meses, Arthur Bernardes atravessara seus quatro anos de mandato presidencial com o Brasil em estado de sítio, com censura feroz à imprensa e centenas, talvez milhares de presos políticos.

Depois desses quatro anos de tensão e violência, Washington Luís aparecia (e parecia) simpático, bonachão, com fama de grande realizador, adquirida em seu período de governador de São Paulo: uma verdadeira promessa de paz e progresso. Esperava-se até que ele concedesse anistia aos civis e militares processados e condenados pelas revoltas iniciadas em 1922, ainda no governo de Epitácio Pessoa.

Já, porém, em sua plataforma de candidato à Presidência, apresentada em fins de 1925 (a eleição seria em março de 1926), Washington Luís começara a decepcionar aqueles que depositavam esperanças em sua presidência. Seus

amigos e especialmente os inimigos de Getúlio Vargas tentaram depois desmentir, e tentam ainda hoje, que Washington Luís tivesse considerado a questão social simples caso de polícia.

A verdade, preservada em documentos, livros e jornais, é que nessa plataforma de 1925 ele dissera, com todas as letras:

– ...entre nós, a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social...¹⁶²

Era o mesmo que dizer que a questão social era caso de polícia. Um jornalista europeu chamado Wanderwelt, que estava no Brasil, leu essa frase, espantou-se com ela, traduziu-a desta forma: “a questão social é caso de polícia”; e, pior, não foi desmentido nem por Washington Luís nem por seus amigos – nem pelos fatos subsequentes.

Washington Luís, diante da reação veemente a essa espantosa declaração, prometeu que apresentaria algumas leis de proteção ao trabalho. Mas seu governo foi o oposto disso: foi o governo das leis compressoras, da chamada lei celerada, ou lei bandida, que vinha do governo Epitácio Pessoa, uma lei de repressão a atividades supostamente subversivas, mas usada, na prática, para impedir virtualmente todas as formas de luta social e particularmente o funcionamento dos sindicatos. Foi um governo para o qual, na verdade, a questão social, a questão política, a questão econômica eram, todas elas, simples casos de polícia.

DA QUESTÃO POLÍTICA À QUESTÃO SOCIAL

Quase cinco anos depois, a 2 de janeiro de 1930, no comício da Esplanada do Castelo, Getúlio Vargas, na plataforma da Aliança Liberal, dirá o contrário da plataforma e da prática de Washington Luís.

Mencionada pelo menos desde 1927, nas conversas entre o ex-Presidente Epitácio Pessoa e o líder da bancada de Minas, José Bonifácio, irmão de Antônio Carlos, a candidatura de Getúlio Vargas só se tornara um fato público e

¹⁶² Rosa Maria Barbosa de Araújo, *O Batismo do Trabalho, a experiência de Lindolfo Collor*, pg. 46.

admitido (embora notório desde muito antes) no segundo semestre de 1929. Mas seu batismo popular, aquilo que fez de Getúlio uma figura fortíssima no imaginário coletivo, foi a leitura da plataforma da Aliança Liberal, no dia 2 de janeiro de 1930, no Rio, no grande comício da Esplanada do Castelo: comício seguido, dois dias depois, a 4 de janeiro, pela espantosa e inacreditável recepção popular a Vargas em São Paulo. Já era o começo da revolução, nove meses antes do desencadeamento de suas operações militares.

A plataforma anunciada por Getúlio Vargas nos dois comícios dos primeiros dias de janeiro de 1930, seria, no mínimo, tão revolucionária quanto a da Revolução Farroupilha e da República de Piratini, na primeira metade do século 19. Tão revolucionária, igualmente, quanto a campanha abolicionista das décadas finais desse século.

Getúlio começa dizendo que aquele era um programa mais do povo que do candidato. E explica por que:

– Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são realmente as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem, com mais nitidez, em toda a extensão, pelo instinto e pelo reflexo da situação geral do país sobre suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.

Os partidários do governo Washington Luís – prossegue Getúlio – exaltam uma “realidade brasileira” que não sabem bem qual é e que na prática “reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza”, fenômenos ligados, na maioria dos casos, a “censuráveis privilégios e monopólios”.

Getúlio defende a anistia, que beneficiará os perseguidos políticos dos governos anteriores, especialmente os militares e civis rebelados em 1922, em 1924 e na Coluna Prestes. A anistia parecia estar entre os compromissos de Washington Luís mas vinha sendo negada por ele em todos os momentos de sua presidência.

– Não é, apenas, esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita. É o país que a reclama – diz Getúlio.

Assim como a anistia, a liberdade do voto é outro pressuposto dessa revolução em marcha, que talvez pudesse confinar-se aos limites pacíficos de uma

revolução pelo voto. Naturalmente, pelo voto sem fraude. Getúlio denuncia:

– Em muitos Estados, excetuadas as capitais e as cidades mais importantes, não se fazem eleições. Dias antes dos pleitos, os livros eleitorais percorrem as circunscrições, recebendo as assinaturas dos eleitores “amigos”. De acordo com essa coleta, lavram-se as correspondentes atas, que são encaminhadas, após, com todas as exteriores formalidades oficiais. No dia do pleito, ao se apresentarem, os eleitores oposicionistas e os fiscais dos respectivos candidatos não encontram nem os mesários nem um oficial público...

Para estabelecer um mínimo de verdade no voto, Getúlio propõe, em primeiro lugar, o voto secreto. Adverte, porém, que ele não será suficiente: é preciso criar a Justiça Eleitoral, transferir a realização e a apuração das eleições de instâncias políticas, como o Congresso Nacional, para magistrados independentes, sem qualquer sujeição ao governo.

Afinal, Getúlio trata daquilo que é o essencial, que Washington Luís, em 1925, considerara um problema de ordem pública, ou seja, de polícia. Getúlio diz:

– Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes...

(O Tratado de Versalhes, assinado em 1919 no palácio desse nome, nos arredores de Paris, restabelecera a paz entre os países participantes da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, e impusera pesadas reparações à Alemanha derrotada. Por sugestão do Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, o Tratado incluía o compromisso, por parte dos países signatários, entre os quais o Brasil, de promover o avanço da legislação social em seu território e em benefício de sua população.)

– Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada – prossegue Getúlio – corre-nos também o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice.

– A atividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais, está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente se desconhecem...

– Tanto o proletariado urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e a cultura artística.

– É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc.

Getúlio será acusado, pelo resto dos seus dias, e, ainda depois, pelas décadas transcorridas desde a manhã de 24 de agosto de 1954, de ter imposto ao Brasil uma cópia da legislação fascista e corporativa italiana do trabalho, a Carta del Lavoro, de Mussolini.

O fascismo era um regime de proteção aos grandes interesses econômicos, locais e estrangeiros, mascarado sob a aparência de proteção aos trabalhadores. Teve, por isso, o apoio das forças conservadoras e reacionárias na Itália e fora dela. Winston Churchill, por exemplo, dizia, antes da Segunda Guerra Mundial, que, se fosse italiano, seria eleitor de Mussolini, o Duce fascista.

A afirmação de que Getúlio impusera ao Brasil uma cópia da legislação fascista será repetida, uns copiando os outros, tanto por acusadores de esquerda como por acusadores de direita. Mas ainda em 1930, quatro meses apenas depois do comício da Esplanada do Castelo, o Capitão Luís Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, romperá com seus antigos companheiros de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes, porque estes aderem quase todos à Aliança Liberal e à candidatura de Getúlio Vargas, enquanto ele acaba de optar pelo marxismo-leninismo, decide fundar uma liga de ação revolucionária e evidentemente considera a hipótese de filiar-se ao Partido Comunista.

No documento em que expõe suas razões e seu programa, divulgadíssimo no Brasil, publicado na íntegra por vários jornais e conhecido como “Mani-

festos de Maio”, Prestes propõe praticamente tudo isso que Getúlio propusera na plataforma da Aliança Liberal. Prestes, no momento em que se declarava comunista, também estaria sob a influência do fascismo, de Mussolini e da Carta del Lavoro?

GETÚLIO PROPÕE A REFORMA AGRÁRIA

Getúlio, na plataforma da Aliança Liberal, propôs também a reforma agrária:

– É necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam.

– É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los da propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento...

– Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

Em outro capítulo da plataforma, o do desenvolvimento econômico, Getúlio voltará à questão da terra, em termos ainda mais precisos:

– Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive geralmente o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes, a estrangeiros como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes...

Também seria fascista essa proposta de divisão do latifúndio?

Em lugares como o Rio e São Paulo, essa proposta de reforma agrária – que situava a questão da terra nos termos em que ainda seria furiosamente discutida mais de meio século depois – pode ter parecido uma coisa muito remota, que dissesse respeito a um Brasil de vastidões interiores e distantes,

desconhecido do Brasil das grandes cidades, quase todas a beira-mar e as outras a pouca distância do litoral.

Mas o simples fato de reconhecer a existência e a urgência de uma questão social – que Washington Luís tratava como caso de polícia – identificou Getúlio com as multidões das grandes cidades. Qual dos presentes a essas duas primeiras manifestações de democracia de massas – o comício do Rio e o de São Paulo – considerar-se-ia indiferente a propostas como o salário mínimo, a aposentadoria, a lei de férias, a proteção ao trabalho da mulher e do menor e a expectativa da casa própria?

O próprio inventário de problemas suscitados por Getúlio mostra como era absoluto o atraso em que se realizavam as relações econômicas no Brasil de Washington Luís e como era incrível a indiferença do governo e do Presidente da República diante desse atraso.

UM PROJETO NACIONALISTA DE DESENVOLVIMENTO

A proposta de reforma social seria inconsequente se não estivesse associada a um projeto de desenvolvimento econômico. Nos Estados Unidos, mesmo depois do crash da Bolsa em outubro de 1929, Herbert Hoover, um Presidente em tanta coisa parecido com Washington Luís, continuava a acreditar que o “mercado” resolveria todos os problemas, sem outra interferência do governo a não ser o repasse de recursos aos bancos, que fariam esse dinheiro, mediante módica remuneração, descer até as raízes da economia, para irrigá-las. Hoover persistiu nessa crença obstinada até ser derrotado por Franklin D. Roosevelt na eleição presidencial de novembro de 1932.

No Brasil, fundamente atingido pela crise da economia mundial, deflagrada pela queda da Bolsa de Nova York em 1929, Getúlio propõe, como Roosevelt faria nos Estados Unidos, uma política de desenvolvimento a longo prazo e uma política econômica de curto prazo, para enfrentar a situação de pânico na economia.

As primeiras perguntas, quanto ao que fazer de imediato, teriam de ser estas:

Manter ou mudar o famoso plano financeiro de Washington Luís, verdadeiro fetiche que levava o Presidente da República a todas as loucuras para fazer de Júlio Prestes seu sucessor?

Manter ou mudar a política chamada de valorização do café, que se transformara num mecanismo de subsídios afinal açambarcados pelas empresas estrangeiras que operavam no comércio exportador e dominavam cada vez mais a lavoura cafeeira e as atividades intermediárias?

Getúlio era Presidente de um dos Estados mais importantes, fora Ministro da Fazenda, tinha de saber que nas questões de dinheiro não há cuidado que seja excessivo. Ele, portanto, responde com extrema cautela à primeira pergunta.

O êxito do plano financeiro de Washington Luís, que pretende a estabilização e o fortalecimento da moeda, não depende nem da moeda nem do plano, mas da situação geral do país. Abandonar pura e simplesmente o plano pode produzir prejuízos maiores que os benefícios da mudança brusca de diretriz. É necessário enfrentar o problema com a visão do conjunto dos problemas do país e não apenas unilateralmente.

Getúlio não diz, mas deixa claro que Washington Luís agiu unilateralmente, obcecado pelo plano, com o qual pretendia consagrar-se como um estadista de larga visão – embora só o tivesse inventado quando soube, em viagem pela Europa, já eleito, que a ideia das moedas fortes era a última moda econômica na França e na Itália.

É curioso que Washington Luís não tivesse sabido, nessa viagem, que ainda em 1925, um economista inglês talentosíssimo, chamado John Maynard Keynes, opusera-se a uma ideia parecida a essa última moda francesa e italiana, que era o retorno da Inglaterra ao padrão ouro, à taxa, em vigor antes da guerra, de 4.86 dólares por libra.

Nascido em 1883, na mesma época que Getúlio Vargas, Keynes causara impacto em toda a Europa, 1919, ao renunciar ao posto de conselheiro econômico do Primeiro-Ministro britânico Lloyd George na Conferência de Paz de Versalhes, protestando contra o espírito de chicana da conferência e o irrealismo de suas decisões – entre as quais a de impor à Alemanha derrotada reparações

de guerra que ela jamais poderia pagar (e que seriam a rampa de subida para que Adolf Hitler chegasse ao poder).

Em apenas dois meses, Keynes escreveu um livro devastador, *As Consequências Econômicas da Paz*, que foi um sucesso.

Em 1925, quando se opôs ao retorno da Inglaterra ao padrão-ouro, Keynes antecipou algumas das conclusões dos livros que publicaria em 1930 (*Tratado da Moeda*) e 1935 (*Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*) e que seriam a grande fundamentação teórica da economia do século 20. Já em 1925 Keynes estava preocupado com o persistente desemprego, na Inglaterra, entre os mineiros de carvão, os operários da construção naval e os trabalhadores têxteis, e apoiou os programas do Partido Liberal em favor da realização de obras públicas (e, portanto, de gastos públicos) que dessem trabalho aos desempregados.

Washington Luís, com seu otimismo arbitrário, viu apenas o êxito do Ministro Poincaré na França, sem levar em conta que a França era a cabeça de um imenso império colonial e explorava em seu benefício as riquezas naturais e o trabalho de seus súditos em toda a Indochina, em boa parte do norte da África (Argélia, Tunísia, Marrocos), na África Equatorial Francesa (do Senegal, no Atlântico, aos limites do Sudão, já chegando ao vale do Nilo), na própria América do Sul e no Caribe (Guiana Francesa, Martinica) – e ainda dispunha de um mandato conferido pela Sociedade das Nações para a administração, em conjunto com a Inglaterra, de pedaços do Oriente Médio (na Síria, no Líbano, na Palestina).

Essa França, imperial em pleno século 20, era uma bomba de sucção sobre vastíssimas e riquíssimas regiões do mundo, e a boa administração de seus ganhos externos podia estabilizar sua moeda e garantiu que a França só fosse atingida pelos efeitos da depressão mundial em 1931, dois anos depois do crash da Bolsa de Nova York.

O Brasil, porém, era vítima de várias bombas de sucção externas e padecia de um processo de perdas internacionais cada vez maior. O Brasil perdia, nos juros dos empréstimos que tomava no estrangeiro para bancar a valorização de sua moeda; e perdia outro tanto na transferência dos lucros da economia

cafeeira e dos próprios subsídios destinados à sua sustentação para os grandes consórcios estrangeiros que exploravam indiretamente a lavoura, e diretamente as atividades intermediárias e a exportação do café.

Entre o plano e o país, Washington Luís, que só tinha olhos para as soluções conservadoras e conseguira passar pela Europa imune às proféticas advertências de John Maynard Keynes, ficara com o plano. Getúlio acha melhor pensar primeiro no país.

A meta de Washington Luís era, depois de estabilizar o câmbio, ou seja, a paridade do mil-réis brasileiro com o dólar norte-americano, a libra esterlina inglesa e outras moedas fortes, substituir aquele mil-réis inconvertível por outra moeda, o cruzeiro, que seria de ouro ou lastreado em ouro, pelo qual poderia ser trocado.

Para Getúlio, o plano continuava na primeira fase, em busca da estabilização do mil-réis. Ainda quando isso fosse conseguido (se o fosse), “tornava-se necessário um compasso de espera, para que, em torno da nova taxa cambial, se processasse o reajustamento de nossa vida econômica”. E acrescentava:

– Após o decurso de um tempo que não pode ser fixado com precisão, porque depende do nosso desenvolvimento econômico, do aumento da nossa capacidade produtora e do aumento do estoque ouro da Caixa de Estabilização, é que se poderá atingir a parte final do plano: o resgate do papel inconvertível e a instituição da circulação metálica.

Washington Luís apegava-se obsessivamente a seu plano de estabilização monetária, que hoje se pareceria muito com o plano argentino de paridade entre o peso e o dólar adotado na década de 1990 pelo governo de Carlos Menem, com a ruína de uma economia e de um país que já tinham vivido momentos brilhantes.

Em 1930, porém, o dólar ainda estava longe de ser a moeda mundial que é hoje e não podia servir de “âncora”, digamos assim, para o plano de Washington Luís. O plano deste era tornar o futuro dinheiro brasileiro, o cruzeiro, convertível não em dólar, mas em ouro.

Deslumbrado por essa expectativa, delirando com ela, Washington Luís decidiu lutar pela forma de reeleição que lhe pareceu possível: fazer um su-

cessor que ele próprio pudesse controlar de perto, a cada passo e em cada instante. Esse sucessor, na cabeça de Washington Luís, só poderia ser Júlio Prestes, que fora seu líder na Câmara e era Presidente de São Paulo.

Para fazer Júlio Prestes Presidente, Washington Luís isolou-se de Minas e do Rio Grande, que tinham avalizado e viabilizado sua eleição; e vetou o principal chefe político mineiro, Antônio Carlos, um Andrada da estirpe de José Bonifácio, o Patriarca da Independência. Esse veto levou Antônio Carlos a levantar a candidatura de Getúlio Vargas e, pela primeira vez em quarenta anos de República, oferecer a Presidência ao Rio Grande, que, afinal, nas palavras do próprio Rui Barbosa, garantira o triunfo da República no dia de sua proclamação, 15 de novembro de 1889. Foi por aí, pela reeleição oblíqua, na pessoa de Júlio Prestes, e pela obsessão com um plano monetário insustentável nas condições da economia brasileira e da própria economia mundial, que Washington Luís começou a sepultar seu governo ainda vivo e a própria República Velha.

Estas eram as circunstâncias em que se iniciava a campanha presidencial e em que Getúlio Vargas apresentava os pontos de sua plataforma de governo, na condição de candidato de oposição, apoiado por apenas três Estados (Minas, Rio Grande e Paraíba) e fadado a uma derrota inevitável numa eleição fraudada como seria a de março de 1930.

Com ou sem possibilidade de vencer, Getúlio fazia questão de expor suas propostas com clareza e precisão. Ele não podia descartar de imediato o plano monetário, sob pena de aprofundar uma crise já grave. Dizia, porém, que era preciso observar “o reajustamento de nossa vida econômica” e o “aumento de nossa capacidade produtora” e do estoque de ouro do Banco do Brasil para confirmar a conversibilidade da moeda, isto é, a obrigação do governo de trocar por ouro cédulas e moedas do mil-réis ainda circulante e do cruzeiro que o substituiria.

– Por isso mesmo – adverte Getúlio – não excluo, é claro, a possibilidade de [introduzir no plano] as modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar.

A DEFESA DO CAFÉ

Outra questão de política econômica de curto prazo, ainda mais urgente, era a do café, objeto da advertência seguinte do candidato.

Segundo Getúlio, a defesa do café constituía o maior e mais urgente dos problemas econômicos do Brasil naquele momento. O café concorria com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da balança comercial do país. Dele dependiam o câmbio e a estabilização do valor da moeda:

– O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo – diz Getúlio – visava menos a defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata.

Getúlio argumenta que aumentar o preço de determinada mercadoria nem sempre é defendê-la:

– Foram os produtores estrangeiros, e não os nossos, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática... Tal valorização, aliás, dava apenas aos interessados, entre nós, a ilusão do lucro, pois eles se satisfaziam com o elevado preço de venda, sem atentar no custo, cada vez mais exigente, da produção.

É claro que com esses preços aumentados graças a subsídios pagos por todo o país, era maior o ganho das grandes casas exportadoras controladas por grupos estrangeiros. O que Getúlio propõe é apoiar diretamente o produtor – e cortar as asas desses intermediários:

– Pelo barateamento [da produção] é que devia ter começado a política de defesa do café. Isso é que seria racional. Obtidas a redução dos gastos de produção e transporte, a diminuição de impostos e a supressão, tanto quanto possível, dos intermediários, que são os que mais ganham... o café, embora a preços eliminadores de qualquer concorrente, proporcionaria aos lavradores lucro pelo menos tão compensador como os auferidos em virtude da valorização artificial e muito mais certo e sólido do que o desta.

Se ganhavam mais com preços mais altos, os intermediários e especuladores exerciam com isso maior poder político sobre a economia cafeeira e sobre o governo. Bastava que, com duas ou três manobras combinadas, os intermedi-

ários derrubassem as cotações internacionais do café brasileiro, para que o governo fosse obrigado a injetar mais dinheiro nas operações de compra de café (e talvez, para isso, a tomar mais empréstimos).

Pelas mesmas razões que em relação ao plano de valorização da moeda, Getúlio não podia ir mais longe na revelação do que pretendia fazer em relação ao café dali a quase um ano: se vencesse a eleição, só tomaria posse a 15 de novembro. E ele ainda estava a 2 de janeiro.

PRODUZIR MUITO E PRODUZIR BARATO

Mais adiante, Getúlio faz uma reflexão cujo texto original seria encontrado muito tempo depois, em folha solta entre as páginas do primeiro caderno de seus diários, iniciados na tarde de 3 de outubro de 1930, horas antes de começar a revolução que o levaria ao poder:

– O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar os excedentes... Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.

Essa reflexão tinha como ponto de partida o discurso de 1906, quase um quarto de século antes, em que o jovem estudante Getúlio Vargas saudava o Presidente eleito Afonso Pena; e, nesse discurso, o trecho em que ele denunciava a coação da história sobre países, como o Brasil, condenados a exportar suas matérias primas a preço vil e a importar a preço cada vez mais alto produtos industriais elaborados com essas mesmas matérias primas.

Combinados, esses dois trechos, o do discurso de 1906 e o da plataforma de janeiro de 1930, constituem a maior diretriz de política econômica realizada pela Revolução de 30. Diretriz de uma política econômica nacionalista, comprometida com o desenvolvimento e capaz de sustentar uma política e uma legislação trabalhista voltadas para a justiça social.

CAPÍTULO 24

JANEIRO, 1930

SURGE O CORONEL GOIS MONTEIRO

A CONSPIRAÇÃO

AS MEMÓRIAS DE GOIS MONTEIRO DEIXAM CLARO QUE,
BEM ANTES DOS COMÍCIOS DE LANÇAMENTO DA CANDIDATURA DE
GETÚLIO VARGAS NOS PRIMEIROS DIAS DE JANEIRO DE 1930,
JÁ SE DISCUTIAM OS PLANOS MILITARES DE UMA REVOLUÇÃO.

Também não se falava, abertamente, em revolução, mas ela já era discutida e articulada, antes mesmo da abertura da luta eleitoral e ainda antes, ainda mais, da eleição presidencial de 1º. de março, pelos líderes da Aliança Liberal, ou melhor, por alguns deles, o que se torna claro e indiscutível na reconstituição de acontecimentos de novembro e dezembro de 1929 e até de episódios anteriores.

No início da noite de 17 de julho de 1929, o general Flores da Cunha, deputado pelo Partido Republicano Riograndense, entregara ao Presidente Washington Luís a carta em que Getúlio Vargas comunicava ter aceito sua candidatura à Presidência.

Esse episódio acabaria envolvendo o futuro comandante militar da Revolução, o Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Gois Monteiro, como ele próprio contará em suas memórias:

— No dia em que o sr. Flores da Cunha comunicava ao Presidente Washington Luís o rompimento político do Rio Grande, por motivo da questão das candidaturas presidenciais, ao mesmo tempo reunia, à noite, no hotel onde se hospedava, Edifício Victor, na rua do Riachuelo, as bancadas do Rio Grande na Câmara e no Senado, além de outros rio-grandenses. Por acaso, à mesma hora eu fora visitar meu cunhado, professor Saint Pastous, que chegara de

Porto Alegre, e o Tenente-Coronel Lúcio Esteves, os quais também ali se hospedavam.¹⁶³

O Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Gois Monteiro tinha grandes ligações, sobretudo de família, com o Rio Grande, mas não nascera lá. Era de Alagoas. Filho de um médico de situação remediada, cuja família, de senhores de engenho e proprietários rurais, já fora rica, mas estava arruinada, saíra de casa com 13 anos para matricular-se na Escola Militar de Realengo, no Rio.

Não tinha nenhuma vontade de seguir a carreira militar e não sentia qualquer vocação para ela. Mas era o mais velho de nove irmãos. As escolas militares davam, de graça, casa, cama, comida e formação profissional, além de um pequeno soldo e da garantia, em seguida, de aproveitamento no quadro permanente das Forças Armadas, com vencimentos modestos mas suficientes para um jovem oficial formar e sustentar a própria família e ajudar a mãe viúva e os irmãos menores.

Terminando a formação militar no Rio Grande, Gois foi designado para servir no próprio Rio Grande, onde casou e criou raízes. Em sua visita no Rio ao cunhado, professor Saint Pastous, na noite de 17 de julho de 1929, Gois foi visto – e fotografado – no saguão do hotel junto com os participantes gaúchos da reunião convocada por Flores da Cunha. Diante das fotografias publicadas pelos jornais no dia seguinte, Gois foi denunciado ao Estado Maior do Exército, onde servia, e ao próprio Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos.

No momento desse flagrante, ainda não eram de conhecimento público nem a carta de Vargas a Washington Luís, nem a violenta reação deste. À medida que esses fatos se espalhavam, aumentava a intriga contra Gois Monteiro, até que em novembro ele foi transferido, a contragosto, do Rio para a remota guarnição de São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul, perto do rio Uruguai e da fronteira do Brasil com a Argentina.

Gois pedira que o Ministro da Guerra não o designasse para o Rio Grande, depois de tantos anos em funções de Estado-Maior, porque lá tinha feito o

¹⁶³ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pg. 48.

curso da Escola Militar, lá tinha iniciado sua carreira, tinha casado, tinham nascido seus filhos. Com tantas ligações no Rio Grande, que se colocara contra o governo federal ao rejeitar a candidatura Júlio Prestes e lançar, em concerto com Minas e a Paraíba, a candidatura de seu próprio Presidente, Getúlio Vargas, ele, Gois, não seria o oficial mais indicado.¹⁶⁴

Suas objeções não foram levadas em conta, embora Gois fosse um oficial legalista. Não apoiara e até combatera as rebeliões tenentistas daquela década. Apesar disso, foi abordado audaciosamente por Oswaldo Aranha, ao chegar a Porto Alegre, em janeiro de 1930, em trânsito para São Luís das Missões.

Gois hospedou-se na casa de seu cunhado, o Professor Saint Pastous, e foi avisado de que naquele mesmo dia almoçaria com eles o Secretário do Interior de Vargas, Oswaldo Aranha. Em pleno almoço, na presença de toda a família Saint Pastous, Aranha declarou “sem rebuscos” a Gois Monteiro:

– Tu deves saber que as eleições vão ser fraudadas e nós vamos fazer um movimento revolucionário para acabar com esse sistema oligárquico que domina e oprime o Brasil.

A CONSPIRAÇÃO VINHA DE MUITO ANTES

Aranha “continuou com eloquência e arrebatamento a justificar suas convicções” e terminou dizendo que contava com Gois para a revolução. Gois permanecera calado, mas achou que tinha de dar alguma resposta.

– Sou um oficial legalista – disse. – Venho comandar uma unidade no Rio Grande do Sul e não tenho razões para mudar de opinião.¹⁶⁵

A reconstituição desses fatos pelo próprio Gois Monteiro revela que a conspiração não começava ali, mas vinha de muito antes.

Oswaldo Aranha não se conformou com a recusa de Gois. Esperou que terminasse o almoço e, no gabinete do Professor Saint-Pastous, mostrou um

¹⁶⁴ Idem, pg. 52.

¹⁶⁵ Idem, pg. 57.

exemplar do Almanaque do Exército e, “com ar mefistofélico”, como registraria Gois em suas memórias, profetizou:

– Tu vais logo colaborar, desde já!

Gois, interrompeu, brincando:

– Já comecei a colaborar... quando apresentei as sugestões principais para o plano que vocês têm em vista...¹⁶⁶

Meses antes de sua transferência para o Rio Grande, Gois fora consultado no Rio pelo Coronel Lúcio Esteves, que tinha sido encarregado de “estabelecer as linhas gerais para o plano operativo de um movimento armado” e de consultar Gois Monteiro a respeito desse plano.

– Você vê – acrescentou Gois – que já conheço os seus projetos... mas não... posso concordar com isso porque sou legalista...

Esse trecho das memórias de Gois Monteiro deixa claro que, bem antes dos comícios de lançamento da candidatura de Getúlio Vargas nos primeiros dias de janeiro de 1930, já se discutiam os planos militares de uma revolução.

Aranha não desistiu. Gois apresentara ao coronel Lúcio Esteves algumas sugestões ao plano “que vocês têm em vista”. Mas não podia concordar com eles, nem ir além disso. Aranha, então, conta a Gois que Luís Carlos Prestes estivera em Porto Alegre, em novembro do ano anterior, 1929, mas não se acertara com Getúlio. Prestes “aceitava a chefia militar do movimento, mas rejeitava a colaboração dos políticos”.

– O que ele desejava – diz Gois – era ser o chefe geral, militar e civil. Por já se ter convertido ao comunismo, desejava uma revolução agrária... Getúlio não... concordara, estabelecendo-se, assim, o impasse. Prestes regressara à Argentina, prometendo reexaminar o assunto e oferecendo-se para a aquisição de armamento no estrangeiro... Entretanto, quer Getúlio, quer ele, Oswaldo Aranha, e outros chefes civis que conheciam essas *démarches* estavam desiludidos com Prestes, cuja ambição como que se tinha evidenciado.¹⁶⁷

Desde 1924, cinco anos antes, Prestes estava fora da lei no Brasil. Nesse

¹⁶⁶ Idem, pg. 60.

¹⁶⁷ Idem, pp. 54 a 61.

ano, comandante de uma unidade em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, ele se rebelara, apoiando os revolucionários do segundo 5 de julho, em São Paulo.

O primeiro 5 de julho, em 1922, terminara com a marcha suicida dos 18 do Forte, que, sem armas e condições para continuar a defendê-lo, abandonaram o Forte de Copacabana e saíram andando pela Avenida Atlântica, para serem abatidos ou aprisionados pelas forças legais às ordens do Presidente Epitácio Pessoa. Prestes, um dos principais conspiradores, ficara fora de combate. Doente de tifo, ele teimara em partir para o Forte, mas caíra desmaiado ao tentar fardar-se.

Em 1924, as forças rebeladas em São Paulo e no Rio Grande do Sul acabaram por convergir para a região da foz do rio Iguaçu, no Paraná, onde se organizou a famosa Coluna Prestes, que, ao longo de dois anos, percorreria dezenas de milhares de quilômetros em todo o Brasil, especialmente no Nordeste, vencendo todos os mais de cinquenta combates em que se empenhou.

Em novembro de 1926, no momento da investidura de Washington Luís na Presidência da República, e na expectativa de que ele pacificasse o país e concedesse a anistia, a Coluna atravessou a fronteira, internou-se na Bolívia e entregou suas armas.

PRESTES COM ARANHA E GETÚLIO

Nos primeiros tempos, Prestes, que era oficial de engenharia, conseguiu trabalho na própria Bolívia, na abertura de estradas, para os companheiros emigrados com ele. Depois, mudou-se para a Argentina, onde eram melhores as perspectivas profissionais – e também as oportunidades de conspirar.

– Antes de terminar o ano de 1929 – conta Hélio Silva – Prestes entrava no Rio Grande, por Jaguarão, vindo de Montevideu, Melo e Rio Branco. Prestes hospedou-se em um hotel...

– Logo que chegou, deu um telefonema, possivelmente para Oswaldo Aranha, porque Vargas se mantinha coberto por seu Secretário do Interior (Aranha)... Não é provável que Prestes tivesse se avistado inicialmente com Getúlio. Seu primeiro contacto foi, mais possivelmente, com Oswaldo Aranha... na

Chácara da Tristeza... Ofereceram a Prestes a chefia militar do movimento.

– O Comandante da Coluna não queria fazer a revolução com os políticos, mas resolvera aproveitar-se deles, como eles se haviam aproveitado dos revolucionários. Sem comprometer-se formalmente, disse as condições em que chefiaria a luta: preparação militar dirigida por ele, dinheiro, facilidades de locomoção para ele e seus companheiros. Isso lhe foi assegurado, o próprio Secretário do Interior entregou-lhe o primeiro documento falso de identidade: Manuel de Souza. O dinheiro foi-lhe entregue por intermédio de um banco, em Buenos Aires: oitocentos contos.

– Prestes não voltou bem impressionado. Achou Vargas indeciso, sem querer assumir responsabilidade, mandando que se entendesse em tudo com Oswaldo Aranha. Este causou-lhe boa impressão pessoal, comunicativo, amável, resolutivo. Certos detalhes causaram-lhe espanto. Aranha tinha, ao lado de sua cadeira, um caixote, desses usados para guardar cunhetes de munição, coberto com um pano. Quando conversavam, entrou um oficial que ia desempenhar missão reservada em São Gabriel. Falou com Aranha. Este descobriu o caixote. Estava cheio de maços de dinheiro. Meteu a mão, tirou um punhado: “Deve chegar...”

– Prestes não tomaria parte na revolução... O dinheiro recebido foi aplicado no pagamento de dívidas dos emigrados e no repatriamento dos que desejavam voltar. O saldo ele o guardou para a sua revolução. Isso mesmo será dito oito anos mais tarde, em uma dramática cena, depondo como réu de deserção, babando sangue da boca esmurrada por um soldado da Polícia Especial, na sala de sessões do Tribunal de Segurança Nacional.¹⁶⁸

Essa narrativa exige algum exame e alguma análise.

Prestes sempre fora um espírito intransigente e uma personalidade dominadora, o que o levava a excessos.

Ele saiu da Argentina, atravessou o Uruguai, entrou no Brasil e foi conversar com Getúlio Vargas, de quem não gostava. Saiu da conversa gostando menos ainda.

¹⁶⁸ Hélio Silva, 1926: a Grande Marcha, pp. 384 a 386.

Achou Vargas indeciso, sem querer assumir responsabilidade, mandando que se entendesse em tudo com Oswaldo Aranha.

Prestes não entendeu o que estava acontecendo. Vargas, candidato à Presidência, não podia aparecer simultaneamente como líder de uma revolução.

Recém apresentado às ideias marxistas, pelos poucos livros que Astrojildo Pereira lhe levara à Bolívia (Astrojildo tinha lido muito mais que esses livros; Prestes, muito menos, ou quase nada), entupido por essa massa de leitura ainda não digerida, Prestes chega ao Brasil sem entender grande coisa e sai entendendo menos ainda.

Para ele, não são seres humanos, mas categorias intelectuais, abstrações. Getúlio Vargas é apenas o latifundiário reacionário. Aranha, que promovera sua entrada em segurança em território brasileiro, e lhe dera documentos falsos e seguros para a viagem de volta, é apenas o latifundiário simpático.

Prestes não aceita o comando militar da revolução que, nesse momento, em novembro de 1929, antes do início da campanha eleitoral, esse grupo de oposição a Washington Luís lhe oferece.

Mas aceita o dinheiro deles – uma boa soma de dinheiro, que jamais ninguém imaginará ter sido usada em benefício próprio. Prestes jamais faria isso.

ARANHA MANDA 800 CONTOS A PRESTES

Prestes, sem qualquer compromisso, pede mil contos de réis a Oswaldo Aranha. Aranha não conseguirá mandar os mil contos completos: mandará 800 contos, dos quais Prestes gastará alguma coisa para pagar dívidas de seus companheiros da Coluna. O resto – Prestes é honestíssimo – permanecerá guardado a sete chaves, inclusive na União Soviética, para a revolta de 1935, contra Getúlio Vargas.

Se Vargas tivesse sido assassinado na revolta de 1935 – o que não poderia ser excluído dos planos da revolta – a mão assassina teria sido paga por esse dinheiro solicitado por Prestes em novembro de 1929, e aceito mesmo depois de recusar o comando da revolução.

A verdade, porém, é que os aliados de Getúlio Vargas não confiavam em

Prestes, assim como Prestes não confiava neles. A diferença é que Prestes, na obsessão de explorar os políticos, deixara Porto Alegre à espera de uma remessa bancária que poderia chegar a mil contos de réis. A remessa foi feita, embora de 800 contos e não dos combinados mil contos de réis.

Era muito dinheiro, e aqui cabe perguntar: por que Oswaldo Aranha mandou 800 contos a Prestes, se Prestes recusara qualquer ajuda à revolução planejada por Aranha para levar Getúlio Vargas ao poder? Há uma resposta que pode parecer insultuosa, mas talvez seja verdadeira: para silenciar Prestes, para calá-lo, para manietá-lo pelo tempo necessário.

Prestes, portanto, com todo o seu prestígio, estava descartado como comandante militar da revolução já em novembro de 1929. Diz, então, Gois Monteiro, em suas memórias:

– Outros oficiais, que tinham participado de movimentos anteriores, ou estavam além da idade, caso do General Isidoro Dias Lopes, ou estavam ainda verdes, caso da maioria dos tenentes de 22, de 24 e da Coluna Prestes.

Getúlio pensava no General Waldomiro Lima, já reformado e seu tio afim. Aranha, porém, tinha objeções a essa escolha e pensava em algum dos generais da ativa, em especial e coincidentemente, em dois amigos íntimos de Gois Monteiro, os Generais Azeredo Coutinho e Álvaro Mariante.

A tarefa inicial que pretendia confiar a Gois Monteiro era atrair esses dois generais. Gois desiludiu Aranha. Mariante e Azeredo Coutinho eram irredutivelmente legalistas. É nesse momento que Aranha, como se já soubesse disso, abre o Almanaque militar e passa a citar todos os generais da ativa, em busca de alguém que aceitasse o comando militar da revolução.

– As minhas reações – lembraria Gois – eram todas negativas.

Nenhum deles aceitaria, segundo Gois, ou por espírito conservador, apego à disciplina e ao juramento militar, ou por alguma razão pessoal intransponível.

Essa primeira conversa terminou nesse impasse, mas Gois aceitou o convite para uma visita, na noite seguinte, à chácara onde Aranha vivia com a família, em Tristeza, nos arredores de Porto Alegre. O convite deixou Gois desconfiado.

– De fato, ali era um dos ninhos da conspiração. Lá me encontrei com

João Neves, João Alberto e... outros chefes políticos da Frente Única Gaúcha e oficiais subalternos que tinham tomado parte nos movimentos anteriores...

João Neves era, nesse momento, deputado federal e Vice-Governador do Rio Grande. Assim como ele, os outros chefes políticos da Frente Única eram pessoas quites com a lei. Mas João Alberto e os outros militares estavam clandestinamente em território brasileiro, condenados por atos de subversão e, no mínimo, como desertores. Um simples agente policial poderia e deveria prendê-los, quanto mais um oficial, superior, como Gois Monteiro, comandante de uma unidade do Exército no Rio Grande.

Neves tentou convencer Gois da necessidade de um movimento revolucionário para liquidar o sistema oligárquico que dominava o país. O mesmo fizeram os outros civis e também João Alberto e os outros militares.

Gois voltou para a casa do cunhado já de madrugada – “com a cabeça atormentada por ideias em conflito”.

Aranha sugeriu que ele conversasse com Getúlio.

– A princípio não aceitei a sugestão... poderia ficar mal visto... depois pensei de modo contrário: afinal de contas era muito natural, que, indo comandar pela primeira vez uma unidade constituída por filhos do Rio Grande, fosse visitar o Presidente desse Estado...

– Estávamos no mês de janeiro de 1930...

Quase dois meses antes das eleições, já se discutia a escolha do comandante militar da revolução – com a participação direta do Presidente do Estado e candidato a Presidência da República.

Getúlio, Presidente do Estado, não falou diretamente de revolução com o Tenente-Coronel Gois Monteiro, comandante da guarnição federal de São Luís das Missões.

– Recebeu-me no Palácio do Governo, em seu gabinete de trabalho, e conversou comigo com sua proverbial afabilidade, rememorando... as nossas antigas relações, desde 1906, quando eu era cadete na Escola Militar de Porto Alegre e ele acadêmico da Faculdade de Direito.

– Depois me declarava – e aí endossou implicitamente as gestões de seu Secretário do Interior – que, sendo um dos candidatos à Presidência da Repú-

blica, passaria o governo a Oswaldo Aranha, chegada a época das eleições, e iria para São Borja, aguardando lá o resultado do pleito.

Se já estava designado para exercer a Presidência do Estado no período das eleições, só podia ser em nome de Getúlio que Aranha anunciava a Gois um movimento revolucionário depois delas e o convidava para exercer seu comando militar.

– Retirei-me do Palácio e, depois de passar alguns dias ainda em Porto Alegre em confabulações com Oswaldo Aranha, com meu cunhado Saint Pastous e vários outros oficiais de minhas relações, recolhi-me a São Luís das Missões para assumir o comando do meu regimento. Nunca mais me avistei com Getúlio Vargas, não ser na madrugada de 1º. de outubro de 1930.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Lourival Coutinho, *O General Gois depõe*, pp. 61 a 69.

CAPÍTULO 25

JANEIRO, FEVEREIRO, 1930

ENTRE MORTOS E FERIDOS, NEM TODOS SE SALVARAM

A CAMPANHA

“QUANDO SERENOU UM POUCO AQUELA BARBARIDADE, VIMOS O RESULTADO DA CHACINA: DOIS MORTOS E 27 FERIDOS. UMA CRIANÇA QUE GRITARA “VIVA GETÚLIO VARGAS!” ERA UM DOS MORTOS.” NO FIM DE OUTRO TIROTEIO, “MORDIAM O PÓ DA RUA CERCA DE 60 MORTOS E VINTE FERIDOS, ENTRE OS QUAIS MULHERES E CRIANÇAS”.

A passagem de Getúlio pelo Rio e por São Paulo não deixou registro de qualquer incidente maior. Mas quando, em seguida, Getúlio recolheu-se ao Rio Grande e a Aliança Liberal passou a fazer campanha nos Estados, voltaram a ocorrer episódios tão violentos quanto o do plenário da Câmara, em dezembro de 1929, quando o velho deputado Ildefonso Simões Lopes atirou no pernambucano Souza Filho, para impedir que este esfaqueasse seu filho Luís Simões Lopes, estendido no chão depois, talvez, de uma rasteira.

A 23 de janeiro, uma caravana liderada por João Pessoa, o candidato a Vice de Getúlio, saiu do Rio, no navio Urânia, em direção ao Nordeste e ao Norte.

A João Neves, integrante da caravana, Getúlio pedira que não pregasse a revolução (da qual, aliás, já se discutia até a chefia militar). A pregação revolucionária afastaria os eleitores das urnas:

— Por que ir votar se vamos fazer uma revolução?

João Neves concordou, mas logo na primeira escala da excursão, no Recife, em ato público no Teatro Santa Isabel, não conseguiu cumprir a promessa:

— Procurei... falar com calor... sem arrebatamentos belicosos... mas, positivamente, não era aquele o tom que o imenso auditório esperava de mim e desejava. Dentro em pouco, estrugiam repetidamente, de vários pontos do te-

atro, [gritos de] “viva a revolução brasileira!” e [outros] geralmente sediciosos. Ainda tentei resistir...

João Neves tentou resistir, mas compreendeu que, resistindo, decepcionaria o público que fora ao Teatro querendo ouvir proclamações revolucionárias. O que o atemorizava – escreveu ele – não era o desfavor pessoal, “mas a desilusão que o Rio Grande, por seu líder, poderia ocasionar”.

– Num relâmpago, tudo se fez claro... Diante das manifestações do auditório... não tive mais dúvida em acompanhá-lo.

João Neves passa, então, do exame dos “fatos administrativos” para a condenação do poder pessoal de Washington Luís, “de seus atos de perseguição aos adversários, de seu menosprezo pela Constituição e as leis”. E concluiu:

– Ou nos abrem as urnas para votarmos livremente, sem coação nem suborno, e proscrevem a ata falsa, ou então, brasileiros, de armas na mão para o advento da democracia e dos direitos do povo!

João Pessoa estava nesse comício do Teatro Santa Isabel. Era natural que sentisse total desconforto no papel de revolucionário, depois de ter sido tão duro com os tenentes rebeldes dos anos 20, como juiz do Superior Tribunal Militar.

– Não – disse ele, sem contestar João Neves, mas interpondo uma ressalva semântica para absolver-se dessa incoerência: – revolucionários não somos nós! Revolucionários são os que esvaziam criminosamente as arcas do Tesouro, os que diminuem a nação no conceito dos outros, os que colocam a República fora da Constituição e das leis..

No Recife, a caravana dividiu-se. Um grupo seguiu para a cidade da Paraíba (futura João Pessoa). De volta a Pernambuco, desceu para a Bahia, por mar, com uma escala improvisada em Maceió.

Aí, visitando uma igreja, João Neves foi interpelado por uma senhora:

– É verdade que o senhor tem dois filhos, um chamado Lutero e o outro Calvino?

– Não, minha senhora, eu casualmente só tenho duas filhas. E sou católico, antigo aluno dos jesuítas... – respondeu João Neves.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pp. 38 a 44.

Lutero era o filho mais velho de Getúlio, a quem já então se atribuía outro filho de nome anticatólico, Calvino – filho esse que nunca existiu (os irmãos homens de Lutero chamavam-se Getúlio – Getulinho – e Manoel Antônio; as irmãs chamavam-se Jandira e Alzira).

Mesmo no espírito simples e certamente desarmado da senhora alagoana, havia resíduos da antiga prevenção contra o positivismo de Júlio de Castilhos, que atingia generalizadamente todos os republicanos do Rio Grande e acompanharia Getúlio pelo resto da vida.

AS SENHORAS DESARMADAS EXPULSAM OS PISTOLEIROS

O segundo grupo da caravana da Aliança Liberal, liderado por Batista Lusardo, não acompanhou João Neves à Paraíba e depois a Maceió e Salvador. Do Recife, Lusardo foi para o interior de Pernambuco e em seguida para o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Piauí e o Maranhão.

Já no percurso de Pernambuco à Paraíba, Batista Lusardo liderara um grupo que foi a Garanhuns, no sertão de Pernambuco.

– Já na estrada – diria Lusardo em suas memórias – recebemos correlegionários nossos que vinham nos prevenir: cuidado, o deputado estadual Souto Filho distribuíra boletins contra a caravana e se comentava que ia haver briga conosco.

Souto Filho fora muito amigo de Souza Filho, o deputado pernambucano morto no plenário da Câmara, no incidente com o deputado Ildefonso Simões Lopes. Segundo Lusardo, estava prevista uma chacina na cidade:

– O Souto era um bandido e tinha mandado vir gente do agreste para acabar com a pregação da caravana.

Lusardo recusou-se a dar meia volta. Já havia mais de cinquenta automóveis na comitiva e Lusardo decidiu dividi-la, para surpreender os adversários. Um grupo entraria por um lado e outro por outro, ambos fazendo barulho, buzinando e gritando:

– Nós é que vamos fazer o bochicho. Vamos mostrar que não temos medo... À medida que íamos entrando com aquela gritaria, às sete e meia da noite, ia-

se o povo alarmando, esperando qualquer coisa. Mais tarde viemos a saber que os homens de Souto Filho estavam entrincheirados na estação, atrás da plataforma.

No comício que começou imediatamente, para aproveitar a surpresa que paralisara os adversários, nada aconteceu enquanto falavam outros oradores. Mas o público pedia que Batista Lusardo falasse:

– A coisa era comigo. E até os adversários esperavam por mim... No fundo era uma revanche, acho que era isso, sim.. O barulho que preparavam em Garanhuns era para mim: vamos liquidar esse gaúcho aqui e ele não vai incomodar o Norte por aí...

Batista Lusardo começa a falar sem ser incomodado. Os discursos, numa era anterior à televisão, eram longos. Havia tempo de sobra. Mas:

– Não haviam passado dez minutos... quando ouvimos os primeiros tiros, que passavam pela nossa cabeça e iam bater na parede. (Pela manhã, vimos que tinham crivado as paredes do hotel.) Eu não me assustei... Num determinado momento, disse uma frase mais ou menos assim: “Eu venho pregando ideias... em nome do Rio Grande do Sul... Nunca passou pela minha cabeça que tivesse de enfrentar jagunços que se escondem sob as trevas.”

– Aí desencadearam um tiroteio bárbaro e nesse momento houve uma cena romana. Várias senhoras correram para a tribuna – um dos quadros mais memoráveis de minha vida – dizendo: “Atirem sobre nós, covardes!”... Os capangas pararam de atirar e nós terminamos o comício.

– Aí nos disseram que planejavam invadir o hotel. Nós dissemos: vamos ver, ficaremos mais ou menos acordados, de atalaia, dedo no gatilho... Mas os capangas não atacaram: o gesto das mulheres quebrara seu ânimo...

Os grupos de João Neves e Lusardo ainda se encontraram na Praia de Tambaú, na Paraíba, antes de se dividirem de novo, um no rumo da Bahia e o outro no do Rio Grande do Norte. João Pessoa foi visitá-los e Lusardo, a seu pedido, contou sobre Garanhuns:

– Não morremos porque não era ainda a hora, dr. João Pessoa. Não sei se poderemos levar a coisa dentro da lei e da ordem, recebendo tratamento desse tipo. Dr. João Pessoa, eu penso que, se vencermos as eleições, não levaremos;

a camarilha de Washington e de Júlio Prestes não vai deixar que assumamos o poder... Só não me liquidaram por pura sorte minha... É o que vamos encontrar por aí... Pensa que eu não sei quem é... Juvenal Lamartine, que governa o Rio Grande do Norte? Esse é homem para tudo...

João Pessoa concorda, talvez apenas com o juízo de Lusardo sobre Juvenal Lamartine. Mas a pergunta que faz não pode referir-se apenas a isso:

– Que pensa o senhor fazer?

– Nós vamos tocando para a frente. Mas, dr. João Pessoa, o senhor vai permitir que eu reafirme: se nós vencermos, eles não entregam. Se apelarem para outros meios, vão nos encontrar...

– (João Pessoa) O senhor acha que pode sair revolução?

– (Lusardo) Acho, sim: o Rio Grande não afrouxa. Não nos entregam, vão nos provocar e vão nos achar. Temos de estar preparados para isso...

– (João Pessoa) Então os senhores estão pensando em revolução?

– (Lusardo) O panorama é esse, doutor, não se iluda, por favor. A situação é a que lhe descrevi. Não sei o que haverá conosco no Rio Grande do Norte; mas vamos levar nossa cruz, esperando, nos preparando. Nós não estamos pensando, mas também não estamos alheios ao fato de que os homens vão nos levar para a revolução...

– (João Pessoa)... se os senhores estão pensando assim, não contem comigo...

– (Lusardo) Mas, dr. João Pessoa, veja as consequências...

– (João Pessoa) Não, não contem: sou pelo regime legal, pela legalidade. Eu não vou. Prefiro dez Júlios Prestes a qualquer revolução.

– (Lusardo) Dr. João Pessoa, lamento muito mas devo dizer que não estou com o pensamento de V. Exa. Repito que os homens vão nos levar por esse caminho e vão nos encontrar.

– (João Pessoa, retirando-se) Com licença!

EM NATAL, DOIS MORTOS E 23 FERIDOS

Nesse momento, o Presidente da Paraíba decidiu desistir da candidatura a Vice-Presidente da República. Mas o próprio Lusardo e João Neves consegui-

ram chamar imediatamente a Tambaú o Secretário do Interior de João Pessoa, o futuro Ministro e candidato à Presidência José Américo de Almeida, que, informado do incidente, mas sobretudo dos termos do diálogo, correu para o Palácio do Governo e conteve João Pessoa:

– O que o dr. Lusardo dizia é que eles vão nos forçar. Não é argumento contra argumento, não: é bala contra argumento.

João Pessoa iludira-se, a si mesmo, com uma ato de prestidigitação semântica no recente comício do Teatro Santa Isabel, no Recife, dizendo que revolucionários não eram os homens da Aliança Liberal, mas os de Washington Luís, precipitando a república para fora da lei.

Agora, a rude retórica de Lusardo conduz João Pessoa, muito a contragosto, a um abalo sísmico interior que ainda levaria muitas décadas para ganhar sua definição mais curta, mais justa e mais definitiva: cair na real.

– Esses rapazes – diz João Pessoa a José Américo – como se enganam! Comigo não vão fazer a revolução!

Esse foi um último estertor verbal do magistrado de formação livresca, que supunha conhecer a vida pela palidez das súmulas e dos códigos. Esses rapazes sabiam que não estavam num torneio de delicadezas políticas, protegido pela etiqueta de regras jurídicas que a todos assegurassem os mesmos direitos.

Nesse dia, João Pessoa caiu na real e “a partir daí não reagiria tanto ao ouvir falar em revolução”.

Duas vezes, pelo menos, Lusardo mencionara a hipótese da revolução a João Pessoa, nesse dia na Praia de Tambaú, tão isolada ainda da Cidade da Paraíba, que nela, semanas depois, permaneceu oculto e despercebido pelo tempo necessário o Tenente Juarez Távora, comandante militar da revolução no Norte e no Nordeste.

Da Paraíba, enquanto o grupo de João Neves descia para a Bahia, o outro grupo seguiu para o temido Rio Grande do Norte de Juvenal Lamartine, assim descrito por Batista Lusardo:

– O Rio Grande do Norte, tenso desde as fronteiras, com as estações guardadas por soldados embalados que afastavam o povo a arame farpado e baioneta... [não permitiu] qualquer parada da composição ferroviária. Apenas nós,

abanando da sacada, e o povo, lá longe, gritando: “viva!”, “viva!”, “viva!” O trem especial seguiu: em cinco ou seis estações, o mesmo espetáculo...

A 7 de fevereiro o grupo desembarcou em Natal, recebido por grande multidão, que ocupara a estação e a Praça Augusto Severo e transformou-se em cortejo até a Avenida Tavares de Lira, onde ficava o Hotel Internacional, destino da comitiva e local do comício previsto para aquela noite.

Quando o comício estava começando, “um tenente do Exército, simpatizante da Aliança Liberal, decidiu responder às provocações de um grupo chefiado pelo próprio filho de Juvenal Lamartine, o Presidente do Estado, que já hostilizara os visitantes durante o cortejo do aeroporto ao hotel”. O tenente, Everardo de Vasconcelos, levou um tiro – e esse tiro desencadeou um grande tiroteio. Da sacada do hotel, Lusardo e seus companheiros assistiam, perplexos, a esse espetáculo, quando a própria sacada do hotel passou a ser alvejada.

Assim que o fogo amainou, Lusardo e seus companheiros resolveram começar o comício, repetindo, de certo modo, o que tinham feito em Garanhuns:

– Nós estávamos na sacada. Falei em nome do Rio Grande do Sul. Disse da alegria que experimentávamos... Proferi a segunda frase e houve a primeira descarga de tiros, vinda de cima dos telhados... Olhei em volta e vi que um lampião, ao nosso lado, ajudava os sicários a fazer a mira. Tomei, então, do revólver e o quebrei, deixando-nos no escuro. E eles atirando de lá.

– Quando serenou um pouco aquela barbaridade, vimos o resultado da chacina: dois mortos e 27 feridos. Uma criança que gritara “viva Getúlio Vargas!” era um dos mortos.¹⁷¹

No dia seguinte, Lusardo e outros integrantes da caravana foram procurar o Governador Juvenal Lamartine – até porque as violências tinham prosseguido depois do comício.

Um grupo da polícia militar entrara no hotel, acompanhado do chefe da polícia civil estadual, deputado Dioclécio Duarte, para revistar Batista Lusardo, que era deputado federal, e seus companheiros. Repelidos por Lusardo, os policiais só desistiram quando chegou um oficial do Exército, o Coronel Delfino

¹⁷¹ Glauco Carneiro, Lusardo, o último caudilho, vol. 2, pp. 86 e 87.

Moreira Lima, Comandante do 29º. Batalhão de Caçadores. Mesmo assim, todos os líderes locais da Aliança Liberal foram presos.

Apesar de tudo isso, o Governador Juvenal Lamartine, que fora colega de Lusardo na Câmara dos Deputados, deu a este, no Palácio do Governo, uma recepção festiva, como se se estivessem encontrando para comemorar alguma coisa. “Abriu os braços, efusivo”:

– Seu Lusardo! Como tem passado? Meu amigo velho!...

Cínico como o diabo, pensa Lusardo, que entra de rijo, protestando contra tudo a que os integrantes da caravana tinham sido submetidos – desde a presença de tropas nas estações, a partir de Santa Cruz, a primeira depois de atravessada a divisa da Paraíba. Lamartine responde:

– É isso, Lusardo, veja como é dura a vida de governante: a gente manda fazer uma coisa e eles fazem outra... ¹⁷²

Juvenal Lamartine não era um cangaceiro grosso e primitivo. Era um homem letrado e culto. Apaixonado pela grande cientista brasileira, Dra. Berta Lutz, que seria uma das primeiras mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, depois que Getúlio Vargas estendeu às mulheres o direito de voto, Lamartine, antes da Revolução de 1930, estabelecera o voto feminino no Rio Grande do Norte, logo anulado, como inconstitucional, pelos tribunais.

OS INCIDENTES DE MONTES CLAROS

Apesar da violência desses acontecimentos de Natal, não foi no Nordeste e sim em Minas e no Espírito Santo que ocorreram os incidentes mais sangrentos da campanha.

Enquanto os emissários da Aliança Liberal percorriam o Norte e o Nordeste, o interventor de fato de Washington Luís em Minas, Carvalho Brito, organizava caravanas e concentrações às quais deu o nome de congressos: um do café, na Zona da Mata; outro do algodão, no norte do Estado; o terceiro, o Congresso Siderúrgico, no centro de Minas.

¹⁷² Idem, vol. 2, pp. 82 a 87.

O primeiro realizou-se sem problemas e sem sucesso. O segundo foi marcado para Montes Claros, a 6 de fevereiro, com trens especiais da Central do Brasil e despesas de alimentação e hospedagem pagas pelo Banco do Brasil.

Montes Claros fica no norte de Minas, numa região que futuramente seria integrada no Polígono das Secas e no chamado Nordeste Legal.

Segundo Virgílio de Melo Franco, o mais autorizado cronista dos acontecimentos de 1930 em Minas, os empreiteiros Dolabela Portela, amigos de Carvalho Brito, recrutaram nas vizinhanças cerca de 800 homens armados, que garantiriam Carvalho Brito e o convidado de honra do Congresso – o Vice-Presidente da República, Fernando de Melo Viana.

Com a presença de tantos capangas armados, o líder da Aliança Liberal, o médico João José Alves, fez publicar e distribuir um impresso no qual pedia que os partidários da Aliança evitassem incidentes, deixando de comparecer à estação da estrada de ferro, por ocasião do desembarque de Melo Viana, e em tudo o mais se mantivessem alheios às manifestações. Assim, os oitocentos homens armados dos irmãos Dolabela Portela não teriam ocasião de provocar tumultos.

Como a casa no dr. João José Alves ficava no caminho obrigatório da comitiva de Melo Viana e Carvalho Brito, amigos do dr. Alves foram fazer-lhe companhia, receosos de algum desacato na passagem do cortejo.

Embora adversário político nesse momento, o dr. Alves era amigo pessoal do Vice-Presidente Melo Viana e fez questão de estar à porta de casa para cumprimentá-lo. Mesmo de longe, Melo Viana e o dr. Alves saudaram-se civilizada e cordialmente.

Mas algum dos capangas, que estouravam foguetes e bombas de São João para animar a entrada da comitiva na cidade, algum deles atirou uma bomba mais forte em direção à porta da casa. A bomba explodiu aos pés do dr. Alves e este, com o impacto da explosão, teve forte hemorragia nasal. Os amigos imaginaram-no ferido a tiros e saíram armados para a rua, dispostos a enfrentar os capangas.

Quando o tiroteio terminou havia mortos e feridos graves estendidos nas ruas – entre os quais um dos irmãos Dolabela e o secretário de Melo Viana. O

próprio Vice-Presidente da República e Carvalho Brito foram atropelados pelo estouro da multidão, mas nada sofreram de mais grave.

De volta ao trem, decidiram cancelar o congresso e as demais manifestações previstas para Montes Claros e partiram imediatamente para Belo Horizonte, deixando para trás os feridos e os perdidos de seu grupo.

Do trem, Carvalho Brito passou a telegrafar freneticamente. Telegrafou a Washington Luís, fornecendo um número enormemente exagerado de mortos e informando que Melo Viana levara seis tiros no pescoço. Não levara nenhum, sofrera arranhões e contusões, como se verificou no exame de corpo de delito: “forte contusão de cerca de dois centímetros de extensão, ao nível superior da região occipital; um hematoma de origem traumática na face superior da região temporo-parietal esquerda; esmagamento e laceração externa no sentido longitudinal da região occipitocervical, e algumas equimoses provocadas por violências traumáticas, não constando nenhum ferimento de natureza transfixiante.

Transfixiante é o ferimento produzido por projétil ou arma que atravesse o tecido do corpo humano. Os ferimentos – hematomas e contusões – constatados no exame de corpo de delito não poderiam ter sido provocados por um único tiro, quanto mais pelos seis do telegrama de Carvalho Brito.

TROPAS E CANHÕES CERCAM O PALÁCIO DA LIBERDADE

Washington Luís, alarmado por esses telegramas de Carvalho Brito, agiu como se o país estivesse entrando em estado de guerra. Desceu do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde veraneava, para o Catete, no Rio. Reuniu o Ministério. Mandou cortar as comunicações telegráficas e as linhas de transporte entre Montes Claros e Belo Horizonte, impedindo qualquer providência de Antônio Carlos e do governo mineiro. (Ao mesmo tempo que o Ministro da Justiça, Viana do Castelo, cobrava esclarecimentos e providências ao Presidente de Minas.)

Viana do Castelo, em seguida, designou um procurador da República, Luís Gallotti, futuro juiz e Presidente do Supremo Tribunal Federal, para acompa-

nhar o inquérito em Minas. A designação desse procurador foi apenas o pretexto para o governo federal enviar reforços militares para Minas, já na previsão de um futuro conflito armado, e para aprofundar a intervenção branca que já mantinha cercado e sitiado o governo de Antônio Carlos.

Antônio Carlos telegrafou a Viana do Castelo, denunciando as dificuldades que enfrentava para apurar as responsabilidades pelos acontecimentos de Montes Claros.

– Para que V. Exa. tenha noção exata dessas dificuldades, tenho de relatar que o Secretário de Segurança Pública, apesar da insistência que tem posto em constantes pedidos de informações, não tem recebido resposta de seus despachos, em consequência de estar impedida em Montes Claros, segundo informam investigadores daí chegados, a transmissão de telegramas entregues naquela estação pelas autoridades locais. A Estrada de Ferro Central do Brasil persiste em dificultar o embarque de forças para aquela região, apenas se dispondo a atender requisições para o máximo de quatro praças.

– Washington Luís – segundo Virgílio de Melo Franco – entendeu que esse telegrama era um gesto de capitulação de Antônio Carlos e mandou, no rastro do Procurador Gallotti... várias unidades do exército, que, acampadas em Belo Horizonte, assestaram para o Palácio da Liberdade a boca de seus canhões. Dai por diante não houve tropelia que se não cometesse em Minas e na pobre Paraíba.¹⁷³

Menos de uma semana depois dos acontecimentos de Montes Claros, houve em Vitória, no Espírito Santo, um comício da Aliança Liberal – tumultuado pela intervenção da polícia e pela reação dos partidários do governo a ataques ao governo e a Washington Luís.

O representante da Aliança Liberal, Geraldo Viana, entrevistou-se com o Chefe de Polícia do Estado, com quem firmou um acordo: a polícia garantiria um próximo comício e os oradores não fariam referências injuriosas às autoridades.

– Assim – escreveu Hélio Silva – teve início outro comício, no dia 13 de fevereiro, na Praça do Carmo, literalmente cheia... As entradas [da praça] fo-

¹⁷³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 133 a 139.

ram tomadas por tropas da polícia. Falava o terceiro orador quando os milicianos começaram a se movimentar. Contudo, a reunião continuou. Discursava o senador Pires Rebelo, profligando a fraude... quando se ouviu o primeiro disparo... O tiroteio durou duas horas e cinco minutos e [teve] mais de cem vítimas, entre mortos e feridos...¹⁷⁴

No fim desse tiroteio, segundo Virgílio de Melo Franco, “mordiam o pó da rua cerca de 60 mortos e vinte feridos, entre os quais mulheres e crianças”.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Hélio Silva, 1930, a Revolução Trada, pg. 48.

¹⁷⁵ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 133.

CAPÍTULO 26

MARÇO, 1930

A FRAUDE SEM FREIO

A ELEIÇÃO

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, COM 140 MIL ELEITORES, VOTARAM APENAS 60 MIL, MENOS DA METADE. NO RIO, CAPITAL DA REPÚBLICA, ERA MAIOR A PRESENÇA DO GOVERNO FEDERAL. COM TANTA PRESENÇA E AÇÃO DO GOVERNO, E AINDA MAIS EM PLENO CARNAVAL, TALVEZ FOSSE MAIS PRUDENTE, PARA MUITOS ELEITORES ANIMADOS PELA CAMPANHA OPOSICIONISTA, NÃO VOTAR NUMA ELEIÇÃO SEM VOTO SECRETO.

O dia da eleição, 1º. de março, coincidiu com o Carnaval, com os vagares de um longo feriado e a animação dos bailes, do corso e dos blocos. Foi, por isso, um dia naturalmente agitado, mas muito mais tranquilo que as semanas anteriores, de campanha eleitoral.

Para o governo de Washington Luís, não havia necessidade de que o dia da eleição fosse tão violento quanto alguns momentos da campanha eleitoral. Nem devia ficar marcado por anormalidades que atestassem e exteriorizassem a enorme violência oculta da fraude – que começava pelo alistamento eleitoral.

– Não há memória de impudência igual – escreveu Virgílio de Melo Franco. – No município de São Bernardo [do Campo], em São Paulo, a Câmara Municipal, para burlar a exigência da prova de renda, distribuiu atestados de emprego a nada menos de 214 dos 280 eleitores inscritos.

– Os jornais de São Paulo, os mais reputados, como O Estado de S. Paulo, publicavam diariamente milhares de nomes de estrangeiros inscritos como eleitores pelo PRP (o Partido Republicano Paulista, de Washington Luís e Júlio Prestes). Assim pôde São Paulo, em pouco tempo, menos de um ano, elevar seu eleitorado de 214 a 511 mil eleitores. As mesmas escandalosas

proporções se verificaram em outros Estados.¹⁷⁶

Epitácio Pessoa, que já fora Presidente, eleito quando ainda na Europa, como delegado brasileiro à Conferência de Paz de Versalhes, em 1919 – eleito, portanto, sem estar presente à sua própria eleição e sem testemunhar o que nela tivesse havido de fraude – escandaliza-se com o que vê agora:

– O Brasil tomou-se de espanto ao ver o cinismo com que em certos Estados a verdade eleitoral foi violada. Como exemplo basta citar São Paulo... O eleitorado da capital, por um alistamento que não se revê há 15 anos, eleva-se a 108 mil eleitores. Pois na eleição de 1º. de março compareceram 98 mil, mais de 91%, percentagem que de certo passará de 100% se deduzirem os que nestes últimos 15 anos faleceram ou se mudaram e os que, no dia da eleição, estavam ausentes ou enfermos.

– Em numerosíssimas seções apareceram mais votos que eleitores. Em Osasco, dentro da capital, o eleitorado é de 3.095 cidadãos. Pois o sr. Júlio Prestes teve 6.018 votos... Em Mococa, obteve certo candidato governista 60 e tantos votos. A todos os interessados foram fornecidos boletins, devidamente autenticados, com esse resultado. Pois quando os livros chegaram à Junta Apuradora, os 60 e tantos votos desse candidato do governo tinham-se convertido em 2.400...¹⁷⁷

Em São Paulo, o resultado da eleição seria aquele que o governo federal quisesse – assim como na Bahia, em Pernambuco, nos outros Estados não comprometidos com a Aliança Liberal (todos, menos o Rio Grande, Minas e a Paraíba) – e até no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro.

Dos três Estados da Aliança, Washington Luís não ousou intrometer-se no Rio Grande, que tinha extensas fronteiras com a Argentina e o Uruguai, além de saídas para o Atlântico. Por essas fronteiras e saídas, o Rio Grande poderia receber as armas que quisesse.

Em Minas, Estado mediterrâneo, sem saída para o mar e sem fronteira com qualquer outro país, Washington Luís interveio de fato, com os recursos

¹⁷⁶ Idem, pg. 120.

¹⁷⁷ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pg. 102, citando o Diário de S. Paulo, edição de 6 de março de 1930.

do Banco do Brasil à disposição de Carvalho Brito e com providências policiais, judiciárias e militares adotadas a pretexto do episódio de Montes Claros – a ponto de chegar a haver, em Belo Horizonte, canhões apontados para o Palácio da Liberdade, a sede do governo estadual.

Na pequena Paraíba, que somava apenas a insignificância de 50 mil votos, o governo federal e o de Pernambuco, seu acólito, armaram e sustentaram uma rebelião, a chamada República de Princesa, enquanto impediam a chegada de simples munição para a polícia civil e a força pública estaduais.

GETÚLIO PASSA O GOVERNO A OSWALDO ARANHA

Nos últimos dias de fevereiro, Getúlio viajara para São Borja, onde votava, e passara o governo do Rio Grande a Oswaldo Aranha, seu Secretário do Interior – e também da Justiça e da Segurança Pública. (João Neves, o Vice-Presidente do Estado, era também deputado federal e líder da bancada gaúcha. Se assumisse no lugar de Getúlio, perderia o mandato de deputado. Pela Constituição do Rio Grande, o Presidente do Estado podia escolher um substituto para afastamentos temporários.)

O biógrafo de Aranha, Stanley Hilton, diz:

– Quando Vargas se afastou do cargo em meados de fevereiro para esperar a eleição e nomeou Aranha seu substituto, deu a este oportunidade de agir em nome do Estado. O objetivo de Aranha era manter a coesão da Frente Única e projetar essa imagem ao resto do Brasil para animar os eleitores; ao mesmo tempo, queria aproveitar o período eleitoral para desenvolver ainda mais um espírito de resistência no Rio Grande...

– Aliás, conhecendo seu espírito combativo e suspeitando de suas verdadeiras intenções, o General Gil [Gil de Almeida, comandante da 3ª. Região Militar, com sede no Rio Grande], resolveu afastar-se de Porto Alegre, sob pretexto de uma visita de inspeção às guarnições do interior, para evitar possíveis atritos com Aranha.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 35.

Quando voltou a Porto Alegre e reassumiu o cargo, a 17 de março, Getúlio tinha a impressão de que seria quixotesco negar as evidências da derrota e continuar a luta. Independente do que pudesse ter havido de fraude, os números e seu contexto eram desfavoráveis à Aliança Liberal.

Muito tempo depois, Getúlio diria ao genro Ernâni do Amaral Peixoto que teve uma certeza ao chegar a São Paulo, nos primeiros dias de janeiro, para reler em praça pública a plataforma apresentada no grande comício da Esplanada do Castelo no Rio:

– Vi que teria de ir para a revolução, porque percebi que ia ganhar a eleição, mas ia ser depurado. Tínhamos que fazer a revolução.

Amaral Peixoto tornou-se vítima, pessoalmente, da fraude eleitoral. Quando foi alistar-se como eleitor, levou inadvertidamente os documentos de identidade numa pasta com o timbre do Partido Democrático, que integrava a Aliança Liberal e do qual havia um núcleo atuante na Escola Politécnica, onde estudava. O juiz em serviço eleitoral (ainda não existia a Justiça Eleitoral) atendeu-o pessoalmente.

– O senhor é oficial de Marinha. Eu sou ligado à Marinha. Eu mesmo vou fazer o seu título.

Fez, assinou, arranjou até um envelope para protegê-lo e entregou. Diante de tanta solicitude, Amaral Peixoto não conferiu o título:

– Eu não ia verificar na hora, seria uma indelicadeza.

Quando foi olhar, seu nome estava alterado: Ernâni do Amaral Pinto.

– Resultado: anulou o título... Não votei. E, como eu, milhares não votaram. Esse homem fez o diabo, no alistamento e depois também na apuração.¹⁷⁹

Já no dia da eleição, o *Diário da Noite*, de São Paulo, que integrava os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e apoiava a candidatura de Getúlio, antecipou essas denúncias: “A fraude campeou livremente...” dizia a manchete de sua segunda edição, rodada antes do fechamento das seções eleitorais. Na terceira edição, à noite, a manchete era uma palavra só, em caracteres enormes e enfatizada pelo ponto de exclamação:

¹⁷⁹ Ernâni do Amaral Peixoto, *Artes da Política*, pp. 73 e 74.

– FRAUDE!

Nos dias e nas semanas seguintes, os jornais de Chateaubriand mantiveram o mesmo tom – e a mesma estridência.

Era a primeira vez – escreveu Fernando Moraes, biógrafo de Chateaubriand – que a fraude eleitoral virava manchete... No primeiro editorial escrito após o fechamento das urnas, Chateaubriand disse que, como resultado da “punga imposta ao país”, o que se tinha não era uma eleição, mas uma reeleição, “tão profundos são os vínculos de subordinação da pessoa do sr. Júlio Prestes à do atual Chefe do Executivo”. O PRP “tinha batido seus próprios recordes de fraude eleitoral”.

– A Aliança Liberal – afirmou Assis Chateaubriand – praticaria um crime contra a nação brasileira se depusesse as armas nesse instante... À Aliança – acrescentou – toca um dever: impor o seu candidato com a mesma decisão com que o Presidente da República quer nos impor o candidato de seus interesses domésticos.

A REVOLUÇÃO DE 30 JÁ ESTAVA COMEÇANDO

Segundo Fernando Moraes, o resultado da eleição ainda nem havia sido proclamado e a Revolução de 30 já estava começando.¹⁸⁰

A apuração das eleições era demoradíssima, mas já a 5 de março Oswaldo Aranha telegrafou ao deputado federal Ariosto Pinto, da Aliança Liberal, pedindo que seguisse imediatamente do Rio para Belo Horizonte, onde devia acompanhar a apuração e manter-se em contacto com ele, em Porto Alegre, pelo rádio do Palácio da Liberdade ou por telegramas cifrados. No dia seguinte, Aranha telegrafa a Ariosto Pinto:

– Notícias Minas têm causado alarma, deixando impressão não dar resultado assegurado... Precisas ouvir Antônio Carlos, transmitindo-me sua opinião real, assim como a tua.

– Antônio Carlos – responde Ariosto Pinto –... entende [que], expurgadas

¹⁸⁰ Fernando Moraes, *Chatô, o Rei do Brasil*, pp. 211 e 212.

as fraudes, vitória [é da] Aliança...

O Presidente de Minas chega a telegrafar a Oswaldo Aranha, prevendo a vitória de Getúlio por mais de cem mil votos, uma vez expurgados os votos fraudulentos de Júlio Prestes, que ele avalia em torno de 40% do total.¹⁸¹

A maior decepção, previsível (e prevista pelo próprio Getúlio), foi mesmo o resultado em Minas:

– Minas Gerais, que criara, no começo da campanha, o espantalho dos “800 mil redondos” (500 mil votos só em Minas e uns 300 mil no Rio Grande) e a fórmula famosa de que Minas elege e o Rio Grande empossa, apareceu a 1º. de março muito abaixo dos cálculos ou das promessas de seus próceres. Basta dizer que o Rio Grande deu votação superior à de Minas.¹⁸²

Talvez não tenha sido exatamente assim. Getúlio teve em Minas 307 mil votos, quase 200 mil a menos que o projeto inicial de 500 mil redondos, e no Rio Grande, segundo números de Oswaldo Aranha, 298 mil.

Em Minas, rachada pela dissidência de Melo Viana e Carvalho Brito, Júlio Prestes conseguiu 50 mil votos – mas o importante para ele é que Getúlio ficou 200 mil votos aquém dos 500 mil redondos prometidos por Francisco Campos em nome de Antônio Carlos.

Em São Paulo, Júlio Prestes conseguiu 332 mil votos, a maior votação de um dos dois candidatos em qualquer Estado – uma votação que poderia ser apresentada como perfeitamente compatível num eleitorado que, como denunciou Eptácio Pessoa, subira de uma hora para outra de 214 para mais de 500 mil eleitores.

Na cidade de São Paulo, Júlio Prestes, segundo denúncia do Partido Democrático e dos jornais de oposição, apareceria com mais de 80 mil votos, quando não chegou a ter 30 mil.¹⁸³

No então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, com 140 mil eleitores, votaram apenas 60 mil. No Distrito Federal era maior a presença do go-

¹⁸¹ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pp. 68 e 69.

¹⁸² Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre Revolução de Outubro*, pp. 98/99.

¹⁸³ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pg. 82, citando carta de João Neves a Getúlio Vargas.

verno federal e mesmo da administração municipal por ele controlada. Com tanta presença e ação do governo, e ainda mais em pleno Carnaval, talvez fosse mais prudente, para muitos eleitores animados pela campanha oposicionista, não votar numa eleição sem voto secreto.)

Na Paraíba, politicamente importante, mas com cerca de 50 mil eleitores apenas, Getúlio, de acordo com as previsões, teve por volta de 30 mil votos e Júlio Prestes, perto de 10 mil – um terço dos votos.

O Rio Grande, é claro, votou maciçamente em Getúlio, mas a resposta à fraude nos outros Estados talvez tenha sido operada com mão tão pesada quanto a de Washington Luís. Getúlio teve 298 mil votos, o que poderia ser explicado pela frente única que ele promovera, unindo o Partido Republicano e o Partido Libertador, antigo Partido Federalista. Mas o governo federal dispunha de alguns instrumentos de poder no Rio Grande, como o Banco do Brasil, que Carvalho Brito manipulara ostensivamente em Minas, e alguma coisa Júlio Prestes poderia esperar. Mas contra os 298 mil votos de Getúlio no Rio Grande, Júlio Prestes, nesse Estado, teve apenas 982 votos, 982, menos de mil contra quase trezentos mil.

Esse resultado do Rio Grande do Sul foi fartamente apresentado como uma espécie de excludente: se no Estado de Getúlio o candidato Júlio Prestes era roubado dessa maneira, que autoridade tinham os aliados de Getúlio para reclamar de fraudes muito menores em São Paulo e nos outros Estados?

Os casos mais discutidos eram os dos grandes Estados – Minas, São Paulo, Rio Grande, Distrito Federal – ou o da Paraíba, eleitoralmente pequena, mas que se agigantara politicamente. Outros Estados, especialmente os chamados do Norte, que iam da Bahia ao Amazonas, nos quais o poder das oligarquias era tanto mais eficaz quanto menos barulhento, garantiram maioria a Júlio Prestes.

– Segundo os algarismos oficiais e somando todos os votos – registrou Barbosa Lima Sobrinho – Getúlio ficava com 669 mil votos ou, segundo João Neves, 737 mil. Júlio Prestes com um milhão, cento e poucos mil. A diferença seria de 430 mil pelos números oficiais e de pelo menos 270 mil pelos números de João Neves.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pp. 98 e 99.

Boa parte desses resultados poderia resultar das manipulações do alistamento – que tinham escandalizado um espírito ingênuo como o ex-Presidente Epitácio Pessoa, capaz de indignar-se com esses números, mas não com os das pretensões (e das expectativas) da Itabira Iron e do Sindicato Farquhar sobre as riquezas naturais de Minas.

Engajado na campanha da Aliança Liberal, Epitácio Pessoa arregalava os olhos para os números da fraude em São Paulo, mas não viu o que acontecia no Rio Grande do Sul. Barbosa Lima Sobrinho olhou e viu:

– Sob certos aspectos, poder-se-ia mais facilmente arguir defeito na votação do Rio Grande do que em qualquer outro Estado. Basta considerar a percentagem de comparecimento ao pleito, em paralelo com o que se registra em outros países. Nos Estados Unidos, a percentagem dos pleitos mais recentes fora de 49% em 1920, 50% em 1924 e 60% em 1928. No Rio Grande do Sul, os índices chegaram, em alguns lugares, a 99 e tantos por cento e foram, em média, de 80%, enquanto no Distrito Federal o comparecimento não passara de 60 mil eleitores num eleitorado de 140 mil, ou seja, pouco mais de 40%. Em São Paulo, a percentagem de comparecimento ficava em 73%. Em Pernambuco, 60%.

– Quanto à percentagem de inscrição eleitoral, o Rio Grande vinha também à frente de todos, com 13,2% relativamente à população, enquanto a percentagem no Distrito Federal era de 10,3%, em Minas de 9,2 e em São Paulo de 8,6. Falou-se muito nos excessos do alistamento paulista, mas o exame dessas percentagens revela que não se exageraram as inscrições naquele Estado.¹⁸⁵

Esses números de Barbosa Lima Sobrinho, apurados e publicados ainda nos anos 30, estabelecem uma visão mais equilibrada, menos apaixonada, dos acontecimentos de 1930.

UM NÚMERO DE ELEITORES TRÊS VEZES MAIOR

Outra visão desapassionada, até porque distante, é a de Walter Costa Porto, o mais importante dos juristas brasileiros que estudaram nossa história eleito-

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

ral, em livro publicado em 1989, quase sessenta anos depois dos acontecimentos de 1930. Na eleição presidencial de 1930, segundo a pesquisa de Walter Costa Porto, votaram mais de 1,8 milhão de eleitores, quase três vezes o total de votantes da eleição anterior, em 1926, que foi de 691 mil.

Nas dez eleições diretas anteriores, o número de votantes variara enormemente, mas não a esse ponto.

A primeira eleição presidencial fora indireta, pelo Congresso Constituinte, que escolheu o Marechal Deodoro da Fonseca em 1891.

Na primeira eleição direta, realizada em 1894, votaram cerca de 350 mil eleitores: 276 mil em Prudente de Moraes, que foi eleito; 38 mil em Afonso Pena; e 16 mil em outros nomes.

Na segunda eleição presidencial direta, em 1898, o número de eleitores subiu de 350 mil para 462 mil. O candidato vitorioso, Campos Salles, teve 420 mil votos. O candidato de oposição, Lauro Sodré, teve 38 mil. Outros nomes votados somaram cerca de 3 mil votos. Em relação aos números de 1894, um aumento de cerca de 30% no total de votantes.

A terceira eleição direta, a de Rodrigues Alves, em 1902, produzirá novo salto: o Presidente eleito recebe 592 mil votos e seu oponente, Quintino Bocaiuva, 42 mil; outros candidatos somarão cerca de 10 mil votos. Total, 644 mil votos, 40% a mais que na eleição anterior.

Em 1906, o mineiro Afonso Pena foi eleito, sem oposição, com 288 mil votos, numa eleição na qual se manifestaram cerca de 300 mil eleitores. São 50 mil eleitores menos que na eleição de Prudente de Moraes (1894), 162 mil menos que na de Campos Salles (1898) e 344 mil menos que na eleição anterior (Rodrigues Alves, 1902).

Poderíamos pensar que a inexistência de oposição, como no caso de Afonso Pena, desinteressava o eleitor, numa época de voto facultativo. Mas a eleição seguinte, em 1910, foi disputadíssima, entre o candidato oficial, o Marechal Hermes da Fonseca, e o candidato da oposição, Rui Barbosa. O Marechal consegue 400 mil votos e Rui Barbosa 222 mil. O total é de 625 mil, quase o dobro dos votantes de 1906, mas menor que o da eleição de Rodrigues Alves em 1902.

Em 1914, 1918 e 1919, esses números continuam baixando. Em 1914, Wenceslau Brás tem 532 mil votos, Rui Barbosa 47 mil, e o total é de 560 mil. Em 1918, o total cai de novo: Rodrigues Alves, 386 mil, Nilo Peçanha e Rui Barbosa, cada um com pouco mais que mil votos, e o total é de 388 mil, inferior ao de 1910 (625 mil).

Em 1919 há nova eleição, em seguida à morte de Rodrigues Alves, que, eleito no ano anterior, não chega a tomar posse. Eptácio Pessoa totaliza 286 mil votos, Rui Barbosa 116 mil. A soma é de 402 mil votos. Comparando com a eleição anterior, um ano antes, o aumento do eleitorado votante é de menos de 5%.

Só na eleição de 1922, uma das poucas eleições verdadeiramente disputadas da Primeira República, alcança-se um total de votantes maior que os 644 mil de 1902, vinte anos antes. Artur Bernardes tem 466 mil votos e o candidato oposicionista Nilo Peçanha, apoiado pelo Estado do Rio, pelo Rio Grande e pela Bahia, chega a 317 mil. O total é de 784 mil votos. Aumento considerável em relação ao total de 402 mil votantes da eleição presidencial anterior, mas de menos de 25% em relação, por exemplo, a 1902, que fora a de maior comparecimento. (De 1902 a 1922, vinte anos, o número de votantes aumenta menos de 25%. De 1926 a 1930, aumentará 200%!)

Em 1926, com a candidatura única de Washington Luís, a votação total cai desses 784 mil para 691 mil – 688 mil de Washington Luís e cerca de 3 mil de outros candidatos insignificantes, o que poderia ser explicado pela ausência de qualquer candidatura significativa de oposição.

Em 1930, segundo os números oficiais, Júlio Prestes passa de um milhão de votos – e chega a 1.091.709. Getúlio Vargas totaliza 742.794. A soma é de 1.834.503 de votos. Em 1926 tinham votado 691 mil eleitores, menos que os 784 mil de 1922.

Agora, em 1930, votam os 691 mil de 1926 e mais 1 milhão e 143 mil: os novos eleitores, só eles, são quase o dobro dos que votaram na eleição anterior. O número de eleitores é agora três vezes maior, tem um acréscimo de quase 200%. Nenhum aumento dessa ordem ocorrera nas eleições diretas realizadas sob a Constituição da Primeira República.

Na disputadíssima eleição de 1922, Artur Bernardes contra Nilo Peçanha, o aumento do eleitorado votante fora de quase 100%, o maior aumento de eleitorado votante em toda a história da República. Na eleição imediatamente anterior, 1919, tinha havido um aumento do eleitorado da ordem de apenas 5%. E nas eleições de 1914 e 1918, o número de eleitores se reduzira em relação aos pleitos anteriores. Em 1910, ano da Campanha Civilista, com Rui Barbosa disputando contra o Marechal Hermes, houve ainda menos eleitores que em 1902.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Walter Costa Porto, *O Voto no Brasil*, pp. 147 a 165.

CAPÍTULO 27

MARÇO, 1930

“SABÍAMOS QUE À NOSSA FRENTE SÓ SE ABRIAM DOIS CAMINHOS”

AGORA, OU A ADESÃO OU A REVOLUÇÃO

PELA SEQUÊNCIA DOS ACONTECIMENTOS E ENTENDIMENTOS,
VERIFICA-SE QUE QUANDO JOÃO PESSOA FOI ASSASSINADO, EM JULHO,
A REVOLUÇÃO ESTAVA MAIS QUE DECIDIDA.

Na véspera da volta de Getúlio, Oswaldo Aranha reuniu-se em Porto Alegre com João Neves e Lindolfo Collor, para um balanço da situação:

– Nenhum de nós se fazia ilusões – resumiu João Neves. – Sabíamos que à nossa frente só se abriam dois caminhos: a adesão ao vencedor ou a revolução.¹⁸⁷

Os três – assim como Getúlio – tinham participado da campanha presidencial convencidos de que era praticamente impossível a vitória eleitoral. O que viam depois da eleição era a revolução.

Outro republicano do Rio Grande, ex-Secretário de Finanças do Estado e agora senador eleito, Firmino Paim Filho, servira de emissário de Getúlio junto a Washington Luís, mas defendera o apoio do Rio Grande a Júlio Prestes. Se não se animara nem com a luta eleitoral, não era a luta revolucionária que o mobilizaria agora. Logo depois da eleição, Paim, empenhado novamente em articular o apoio do Rio Grande a Washington Luís e já agora a Júlio Prestes, foi procurar Borges de Medeiros na estância deste em Irapuazinho.

Paim Filho ouviu o que queria ouvir. Borges de Medeiros entendia que, “encerrada a campanha presidencial... e não havendo dúvida nenhuma sobre o resultado verificado... cumpria promover o restabelecimento da tranquilidade

¹⁸⁷ Hélio Silva, 1930: a Revolução Traída, pg. 73, citando as Memórias de João Neves da Fontoura.

em todo o país". Já era um trunfo essa afirmação de Borges de Medeiros, mas Paim queria mais. Perguntou como levar à prática esse ponto de vista e ouviu que Getúlio, "na qualidade de candidato, ou endereçaria um telegrama ao dr. Júlio Prestes, ao modo americano, ou dirigiria um manifesto à nação, conformando-se com o resultado das urnas".¹⁸⁸

Dias depois, a 19 de março, essas opiniões de Borges de Medeiros tornavam-se públicas sob a forma de entrevista ao jornal *A Noite*, do Rio:

– De conformidade com os últimos dados – dizia Borges de Medeiros – temos o dr. Júlio Prestes com mais de um milhão de votos e o dr. Getúlio Vargas com pouco menos de setecentos mil. Devemos, pois, reconhecer com franqueza e lealdade que o dr. Júlio Prestes está eleito... O Rio Grande republicano, que é a grande maioria, a quase totalidade do Estado, reconhecerá lealmente a derrota do seu candidato, que é também o seu Presidente.

O repórter observa:

– No entanto, aqui dentro do próprio Rio Grande e, como reflexo, nos demais Estados, sobretudo em Minas e nas grandes cidades, vem-se dizendo e sobretudo repetindo que o Rio Grande não aceitará essa solução...

Borges interrompe:

– E iremos para a revolução... Não é isso o que dizem?

– Justamente.

– Recorda-se do que eu lhe disse a respeito, em setembro...? Agora só tenho que confirmar tais palavras. Estou agora mais convencido do que nunca de que o povo do Rio Grande não dará um só passo para perturbar a ordem... E posso fazer-lhe essa declaração não apenas em meu nome pessoal e como chefe do maior partido do Estado, como também refletindo o pensamento dos atuais governantes, do Presidente, dos seus secretários e outros chefes políticos republicanos, cujas opiniões me foram comunicadas.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Idem, pg. 454.

¹⁸⁹ Idem, pg. 75.

ANTÔNIO CARLOS DESDOBRA-SE EM DESCULPAS

Quem mais sentiu alívio com essa entrevista de Borges de Medeiros não foi Washington Luís, que nada temia, porque, até o fim, nada entendeu, mas Antônio Carlos, cuja cabeça operava como um pêndulo, percorrendo uma curva ora maníaca, ora depressiva.

Já nas conversas com Ariosto Pinto, durante a apuração das eleições, Antônio Carlos fizera questão de ressaltar que o compromisso de Minas com o Rio Grande se esgotava na eleição – e também que, apesar disso, Minas aguardava a decisão do Rio Grande.

Antônio Carlos desdobrava-se em desculpas por não ter Minas cumprido a meta, de sua iniciativa, de dar quinhentos mil votos redondos a Getúlio. Getúlio não se queixou, mas à medida que a expectativa de Antônio Carlos caía dos 500 mil prometidos para 450, 400 e afinal 350 mil votos em Minas (afinal reduzidos a 307 mil), houve um momento, nesses primeiros dias da apuração em que, de São Borja, escreveu a Oswaldo Aranha:

– Se me dissessem que Minas, com [sua] população, daria apenas 350 mil votos, teria recusado a candidatura e estaria tranquilamente administrando o Rio Grande...

Aranha telegrafou então a Antônio Carlos, como para estabelecer responsabilidades e antecipar a futura cobrança de apoio à saída revolucionária:

– Rio Grande cumpriu seu dever, atingindo quase 300 mil votos líquidos... Minas trará vitória ou derrota.¹⁹⁰

Esse telegrama e a presença de Ariosto Pinto em Belo Horizonte, como emissário de Aranha, só podem ter significado para Antônio Carlos que, para os gaúchos – se não todos, muitos – a campanha não terminava com a eleição e a derrota. Decorridos os primeiros dias depois das eleições, escreveu Virgílio de Melo Franco, começou a operar-se uma mudança na consciência de Antônio Carlos:

– O homem suave, maneiroso e polido que é o terceiro Antônio Carlos principiou a sentir que nos rudes tempos em que vivíamos só tinha direito à

¹⁹⁰ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 38.

existência quem sabia fazer por ela. Essa era a lei bárbara do momento e o impiedoso castigo dos que tinham cometido o erro fundamental de elevar à magistratura suprema da nação o sr. Washington Luís... O sr. Antônio Carlos, sobretudo, tinha um supremo horror à ideia de revolução... O ponto de vista do Presidente de Minas era o de que não se poderia salvar o cosmos apelando para o caos. Mas o Presidente da República não parecia satisfeito com a vitória do seu candidato. Impulsionado por um sentimento terrível de cólera, o chefe da Nação parecia um Júpiter sedento de vingança. Afinal teve o Presidente de Minas... a resposta à sua torturante pergunta: o sr. Borges de Medeiros... não só reconhecia a vitória do sr. Júlio Prestes como também disse que, a seu ver, o Rio Grande, se fosse convidado, deveria cooperar com o futuro governo do sr. Júlio Prestes.¹⁹¹

Para Antônio Carlos, o reconhecimento da vitória de Júlio Prestes pelo Rio Grande significaria que não precisava preocupar-se com a hipótese da revolução e também que, realizada a pacificação geral, Minas ficava a salvo da fúria de Washington Luís.

Enquanto Borges de Medeiros reconhecia a vitória de Júlio Prestes e aliviava os receios de Antônio Carlos, outro líder partidário do Rio Grande, Assis Brasil, também recolhido a seu refúgio histórico de Pedras Altas, dizia o contrário:

– O Partido Libertador irá, com seus aliados, às últimas consequências dos antecedentes estabelecidos.

Borges de Medeiros observara, na entrevista à Noite, que os republicanos eram a maioria, quase totalidade das forças políticas do Rio Grande. Maioria não há dúvida que eram. Mas os libertadores, além de uma expressão eleitoral que já não podia ser negada, tinham dado demonstrações de capacidade política e militar, da qual resultara, por exemplo, a saída do próprio Borges de Medeiros da Presidência do Rio Grande, em consequência da Revolução de 1923.

– Assim, pois – escreveu Virgílio de Melo Franco sobre o que chamou o caos riograndense – ao mesmo passo que um general mandava enrolar a bandeira, o outro dava ordens para que se desfraldasse a sua.

¹⁹¹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 144 e 145.

WASHINGTON LUÍS NÃO DECIFRA O SILÊNCIO DE GETÚLIO

Washington Luís, como sempre, não deu importância nem ao grito de guerra de Assis Brasil e tomou seguramente como atestado indiscutível da capitulação oposicionista as palavras de Borges de Medeiros à Noite. Pior que isso, não entendeu o silêncio de Getúlio. Tanto que, com a concordância ou a conselho de Washington Luís, julgando ambos que tudo ia bem no melhor dos mundos, Júlio Prestes embarcou para uma demorada viagem pelos países do mundo civilizado.

No dia seguinte à publicação da entrevista de Borges de Medeiros, Virgílio de Melo Franco teve no Rio uma longa conversa com Batista Lusardo, que era, depois de Assis Brasil, o mais importante dos líderes libertadores do Rio Grande do Sul e fora uma das grandes vozes da campanha da Aliança Liberal:

— ...Lusardo afirmou-me, sob palavra de honra, que o Rio Grande estava disposto a enveredar pelo caminho da revolução, uma vez que Minas e a Paraíba se dispusessem a acompanhá-lo.

Diante disso, Virgílio propôs que fossem ambos, Lusardo e ele, juntos, primeiro a Epitácio Pessoa e depois a Antônio Carlos, para interpelá-los claramente sobre a hipótese de um movimento armado...

Assim, na noite de 22 de março, 72 horas após a publicação da entrevista de Borges de Medeiros, Virgílio e Lusardo viajam de carro para Petrópolis, ao encontro do ex-Presidente Epitácio, que, duas semanas antes, também em entrevista, mas ao Diário de S. Paulo, denunciara indignado a fraude geral da eleição e as fraudes do alistamento.

Epitácio continuava indignado, agora com a Aliança Liberal, que via acéfala. Mas analisava de cabeça fria a entrevista de Borges de Medeiros: não lhe parecia um ato menos refletido, de cabeça quente, "mas a expressão de um ponto de vista meditado e definitivo". Quanto à hipótese da revolução, o ex-Presidente manifestou, ele também, um ponto de vista de extrema cautela: "Preferia aguardar o pronunciamento do sr. Antônio Carlos."

Se Lusardo e Virgílio de Melo Franco pensassem também de cabeça fria, era melhor que o ex-Presidente Epitácio permanecesse sossegado. Qualquer

gesto seu menos cauteloso seria debitado na conta da Paraíba do sobrinho João Pessoa, que o Rio Grande e Minas pouco tinham condições de ajudar de tão longe. O importante era a adesão de Antônio Carlos, governador do Estado que era o segundo do país em termos econômicos e até então fora o primeiro em número de eleitores.

Na manhã seguinte, 23 de março, domingo, Lusardo e Virgílio estavam em Juiz de Fora para consultar Antônio Carlos. Preso a outros compromissos, fora de Minas, Virgílio não o vira nos três meses anteriores:

– Durante os poucos meses da luta... Antônio Carlos envelhecera anos. Sua fisionomia afinada de aristocrata não escondia, no travo amargo do canto dos lábios e na cor macilenta, os sofrimentos e ansiedades...

À medida, porém, que Batista Lusardo falava, a fisionomia de Antônio Carlos “ia-se desanuviando”...

O próprio Virgílio de Melo Franco registrará o alívio com que Antônio Carlos tinha recebido a entrevista de Borges de Medeiros. Se os gaúchos reconhecem a eleição de Júlio Prestes e assim tomam a iniciativa de exorcizar o espectro da revolução, Antônio Carlos pode, sem risco, improvisar um pequeno número de teatro, que o deixará bem com a história e com sua biografia:

– Ai de mim – diz Antônio Carlos – se tivesse de chegar à desilusão de admitir que o Rio Grande fugisse aos seus compromissos... Confio plenamente em que os senhores do Partido Libertador e os srs. Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha saberão cumprir os sagrados compromissos assumidos, já não digo com Minas, mas com a pobre Paraíba e o grande Presidente João Pessoa.

Depois dessas afirmações, Antônio Carlos discute com os dois interlocutores as possibilidades de um movimento revolucionário e – garante Virgílio de Melo Franco – autoriza Batista Lusardo a declarar “não só aos diretores da política gaúcha, mas também ao sr. Epitácio Pessoa, que ele e seu Estado aceitariam a solução revolucionária, caso o Rio Grande a adotasse”.

(Esse encontro aconteceu na manhã de 23 de março, domingo, quatro dias depois da publicação da entrevista de Borges de Medeiros. Antônio Carlos, como sempre, foi mais hábil que ousado – e passou para o Rio Grande, exclu-

sivamente, a decisão sobre a revolução: e isso quando Borges de Medeiros já reconheceria a vitória de Júlio Prestes. A candidatura de Getúlio fora lançada por Minas e recebera o apoio do Rio Grande; a revolução teria de ser de iniciativa do Rio Grande para receber o apoio de Minas.)

BORGES DE MEDEIROS CONTRA A REVOLUÇÃO

De volta de Juiz de Fora, Virgílio e Lusardo pararam em Petrópolis e informaram Eptácio Pessoa da decisão de Antônio Carlos. Eptácio declarou-se de acordo e ficou de comunicar-se com João Pessoa, que daria a última palavra sobre a posição da Paraíba.¹⁹²

Borges de Medeiros, em sua estância de Irapuazinho, no município de Cachoeira, no Rio Grande do Sul, não tem como saber na mesma hora desse encontro em Juiz de Fora, na Zona da Mata de Minas Gerais. Mas nesse mesmo domingo, 23 de março, escreve a Getúlio, que já está de volta a Porto Alegre, pedindo que convoque e presida, com sua “plena solidariedade”, uma reunião da bancada federal do Partido Republicano riograndense. Borges de Medeiros considera praticamente encerrado o episódio da eleição e sugere que a bancada adote “uma atitude moderada e equidistante do incondicionalismo governamental como do oposicionismo sistemático”.¹⁹³

Deve ter sido nessa altura que Borges de Medeiros foi convencido por duas cartas de Aranha – cartas que figuram sem data nos arquivos de um e de outro. Aranha, segundo seu biógrafo Stanley Hilton, nem admitia romper com Borges de Medeiros e com Getúlio, nem pretendia abrir mão do projeto revolucionário: era necessário atraí-los aos poucos (a Borges de Medeiros e a Getúlio) para essa causa.

Borges de Medeiros não só era contra a revolução, como fora contra a candidatura de Getúlio e a Aliança Liberal. Getúlio resistira à própria candidatura, mas não se podia dizer que fosse contra a revolução. Tanto que entre-

¹⁹² Idem, pp. 146 a 148.

¹⁹³ Hélio Silva, 1930: a Revolução Traída, pg. 79.

gara o governo do Estado a Oswaldo Aranha, dera-lhe mão forte e livre em todas as iniciativas com vistas à revolução, recebera Prestes, duas vezes, e Gois Monteiro. Apenas, seu papel de Presidente do Estado e candidato à Presidência da República exigia muitos silêncios e considerável compostura – além de alguma dissimulação no que dissesse ou escrevesse em caráter oficial: mais uma vez, como em 1923, como líder da bancada do Rio Grande na Câmara dos Deputados, cabia-lhe evitar a intervenção federal no Estado. Com ingenuidade e aquilo que viria a chamar-se transparência, é certo que não o faria. De modo que quem Aranha tinha de atrair aos poucos era Borges de Medeiros, não Getúlio: se Getúlio não estivesse de acordo com a revolução, Aranha não estaria em situação de articulá-la.

Em duas cartas, portanto, a Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha adverte que a vitória de Júlio Prestes traria consequências desastrosas para o Rio Grande. E argumenta que a Aliança Liberal, “ou seja, a solidariedade política a Minas e à Paraíba em oposição a Washington Luís, representava o melhor instrumento para a defesa da autonomia estadual”...

– Estamos, meu chefe, diante de um dos maiores crimes cometidos pela prepotência da União... Se o governo federal insistir no seu intento... nosso esforço pela paz será vão.¹⁹⁴

Nessa altura ou em outra, Borges de Medeiros mudou de atitude. A 19 de março, na famosa entrevista, ele reconheceu a vitória de Júlio Prestes contra Getúlio. A 23 escrevera a Getúlio pedindo que reunisse a bancada federal do Partido Republicano Riograndense, para que ela – no pressuposto da legitimidade da vitória de Júlio Prestes – adotasse uma posição equidistante entre a adesão e a oposição.

A 25 de março – e como são importantes as datas, mesmo que enfadonhas, na crônica, até hoje tão deformada, desses acontecimentos – Lusardo segue de avião para Porto Alegre, com as opiniões de Antônio Carlos e Eptácio – opiniões favoráveis à revolução, desde que o Rio Grande decida empreendê-la. Reúne-se com Oswaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha, Maurício Car-

¹⁹⁴ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 41.

doso, Lindolfo Collor, Sérgio Ulrich e João Carlos Machado.

A 26 de março, Lusardo é recebido por Getúlio, que concorda plenamente com as sugestões nascidas da reunião da véspera. Apoiado pela ala moça do seu partido, o candidato da Aliança Liberal marcharia decididamente para a revolução. Oswaldo combinou com Lusardo mandar ao Rio seu irmão Luís Aranha, cuja chegada e presença não chamariam maior atenção, para discutir com Minas e a Paraíba, "armado de plenos poderes", os termos em que os três Estados se comprometeriam a entrar na revolução.¹⁹⁵

Além de tudo isso, e especialmente da declaração de Getúlio de que seguirá o caminho da revolução, Lusardo, de volta ao Rio, pode dizer a Virgílio de Melo Franco, a 28 de março, que Borges de Medeiros desmentiu os termos da entrevista publicada pela Noite, retificando-os em certos pontos.

GETÚLIO, MAIS UMA VEZ, TOMA O PARTIDO DA REVOLUÇÃO

Mesmo que não tivessem dado tão certo as iniciativas de Oswaldo Aranha, junto a Borges de Medeiros, e de Virgílio de Melo Franco, junto a Antônio Carlos, a entrevista de Borges de Medeiros não teria ficado por isso mesmo.

Como escreveu Barbosa Lima Sobrinho, "o clamor era enorme no Rio Grande do Sul diante de tão completa capitulação": Flores da Cunha anunciava um discurso para responder a Borges de Medeiros; sendo Flores da Cunha o temperamento que era e ainda mais depois de tudo que vivera nesses meses, imagina-se que discurso passional seria esse:

– Houve então, no Palácio do Governo, uma conferência demorada, de que participaram os srs. Getúlio Vargas, João Neves, Sérgio Oliveira e Flores da Cunha. O pensamento de todos era de profunda divergência com o chefe do partido, relativamente ao ensarilhamento das armas... Paim [Filho] diz mesmo que se cogitou da destituição do sr. Borges de Medeiros da chefia partidária...

Getúlio, mais uma vez, toma o partido da revolução – como já fizera ao encontrar-se com Prestes e o Coronel Gois Monteiro e, em seguida, ao entre-

¹⁹⁵ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 149.

gar o governo do Estado a Oswaldo Aranha.

Ainda assim continuará a ser tratado pelo menos, como um indeciso, uma alma irresoluta. Dessa reunião presidida por Getúlio resulta a ida a Irapuá do irmão de Flores da Cunha, Chico Flores, “que ia declarar [a Borges de Medeiros] a discordância dos líderes aliancistas”.

Chico Flores voltou, “sem demora, com a notícia alvissareira de que o pensamento do sr. Borges de Medeiros havia sido adulterado... Alguns dias depois, realmente, em fins de março, pelas colunas solenes de A Federação, voltava o sr. Borges de Medeiros à questão presidencial, para explicar melhor o seu pensamento... Fez ver que o reconhecimento da vitória do sr. Prestes havia sido uma impressão pessoal...”¹⁹⁶

Se Borges de Medeiros manifestara apenas uma impressão pessoal, e não a posição de Getúlio e do Partido Republicano do Rio Grande, e se a expectativa em relação a Getúlio era, na verdade, a de que marcharia decididamente para a luta revolucionária, então o próximo passo de Virgílio de Melo Franco e Batista Lusardo só podia ser a retomada dos entendimentos com Antônio Carlos, antes mesmo da chegada de Luís Aranha, até para garantir os resultados de sua missão.

A 30 de março, Virgílio e Lusardo, sempre de carro, tomam a estrada do Rio para Petrópolis e Juiz de Fora, ao encontro de Eptácio Pessoa e Antônio Carlos. Eptácio, que condicionara sua atitude à do Presidente de Minas, foi informado da disposição do Rio Grande para a luta. Com Antônio Carlos, a conversa chegou a um grau inacreditável de objetividade:

– O Presidente de Minas – registraria Virgílio de Melo Franco em suas memórias – autorizou-nos a convidar o General Xavier de Brito para dirigir, em Minas, toda a preparação revolucionária, e, depois, no momento da ação, comandar as tropas mineiras.¹⁹⁷

Já não se discutia se haveria revolução. A revolução era como se fosse fato consumado. O que se discutia não era o “se”, era o “como”: como seria a

¹⁹⁶ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pp. 100 e 101.

¹⁹⁷ Virgílio de Melo Franco, *Outubro*, 1930, pg. 149.

revolução. No caso, quem exerceria seu comando militar em Minas.

(Antônio Carlos não voltaria atrás na escolha do General Xavier de Brito. O General é que não teve como atender a essa convocação. Quando chegaram ao Rio, depois desse encontro com Antônio Carlos, Virgílio e Lusardo souberam que o General fora vítima, na rua, de um derrame cerebral. Seu estado era desesperador. Lusardo e Virgílio sugeriram, então, que o comando militar revolucionário em Minas fosse entregue ao Capitão Leopoldo Néri da Fonseca. E ficaram à espera da chegada de Luís Aranha.)

A eleição fora realizada a 1º. de março, sábado de Carnaval. No fim desse mesmo mês, a revolução está decidida e em marcha, contra a vontade de Borges de Medeiros, mas com o apoio de Getúlio Vargas.

– Oficialmente – escreveu Vavy Pacheco Borges, insuspeita observadora paulista – Getúlio Vargas segue a posição de Borges de Medeiros, enquanto dá carta branca a seu Secretário do Interior, Oswaldo Aranha, para que entre em entendimentos com exilados revoltosos, com Gois Monteiro, com os parceiros da Aliança Liberal, e que encomende armas com o dinheiro da Secretaria [que era também de Segurança].¹⁹⁸

Pela sequência desses acontecimentos e entendimentos, verificamos que quando João Pessoa foi assassinado, em julho, a revolução estava mais que decidida.

¹⁹⁸ Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, pp. 89 e 90.

CAPÍTULO 28

ABRIL, 1930

16 MIL CONTOS PARA COMPRAR ARMAS

NOVO ACORDO MINAS-RIO GRANDE: AGORA, A REVOLUÇÃO

EM LONGA MENSAGEM CIFRADA, QUE TRANSMITE PELO RÁDIO
DO PRÓPRIO PALÁCIO DA LIBERDADE, LUÍS ARANHA COMUNICA
AO IRMÃO OSWALDO QUE O NOVO ACORDO MINAS-RIO GRANDE,
AGORA PARA A REVOLUÇÃO, ESTÁ FIRMADO.

O telegrama de Getúlio, sugerido por Borges de Medeiros na entrevista de 19 de março à Noite, reconhecendo a eleição de Júlio Prestes e cumprimentando-o pela vitória, jamais será expedido. O manifesto de Getúlio, sugestão alternativa de Borges de Medeiros, esse acontecerá, mas só a 1º. de junho e não nos termos que Borges de Medeiros propõe.

Se alguma coisa aconteceu depois dessa entrevista de Borges de Medeiros, a ponto de ele a ter retificado, no fim de março, com outra entrevista, nas páginas mais confiáveis da Federação, o jornal do Partido Republicano Riograndense, muita coisa mais acontecerá em abril: dentro e fora da cabeça de Borges de Medeiros.

No mesmo dia, 5 de abril, em que Getúlio atende ao pedido de Borges de Medeiros e reúne em Porto Alegre a bancada do Rio Grande na Câmara Federal e no Senado, Oswaldo Aranha vai encontrar-se com Borges de Medeiros, na estância deste, levando uma carta em que Getúlio define, diplomaticamente, a agenda para a conversa com Aranha.

Na impossibilidade de sair de Porto Alegre, diz Getúlio, vai Aranha, em seu lugar, conversar com Borges de Medeiros. Getúlio, de fato, não deve sair de Porto Alegre neste momento. Mas as cartas de Aranha a Borges de Medeiros, em março, já pressupunham a ida de Aranha, não de Getúlio, ao encontro de

Borges. É preciso que Aranha complete o trabalho de sedução (ou, ao menos, de neutralização) iniciado por aquelas cartas.

– Vai por mim o Oswaldo, pessoa na qual podemos ambos confiar tanto quanto em nós mesmos, não só pela sua inteiriça lealdade, como por estar perfeitamente identificado com a nossa orientação...¹⁹⁹

Getúlio diz que, depois da segunda entrevista de Borges de Medeiros (a entrevista à Federação, que retificou a anterior, à Noite, sobre o reconhecimento da vitória de Júlio Prestes) “... aplainaram-se todas as dificuldades e mal-entendidos. Processou-se com rapidez o reajustamento das opiniões, restabelecida integralmente a coesão partidária...”

Getúlio conta a Borges de Medeiros que Batista Lusardo lhe levava, em nome de Antônio Carlos, a proposta de um manifesto a ser assinado pelos Presidentes de Minas, do Rio Grande e da Paraíba – ideia com a qual Getúlio não concordou. Depois, pelo rádio do Palácio Piratini, Antônio Carlos mandou a João Neves um recado do qual Getúlio deduz que “o Presidente de Minas, após o fracasso eleitoral, quer passar de diretor a dirigido”:

– É mais cômoda, talvez, a posição. Visa a comprometer, naturalmente, a situação do Rio Grande, que ficaria com a responsabilidade do prosseguimento da campanha...²⁰⁰

Num encontro verdadeiramente teatral com Batista Lusardo e Virgílio de Melo Franco, a 23 de março, em Juiz de Fora, Antônio Carlos dissera:

– Ai de mim, se tivesse de chegar à desilusão de admitir que o Rio Grande fugisse aos seus compromissos...

Em seguida, Antônio Carlos discutiu com os dois interlocutores as possibilidades de um movimento revolucionário e autorizou Batista Lusardo a declarar, “não só aos diretores da política gaúcha mas também ao sr. Eptácio Pessoa que ele e seu Estado aceitariam a solução revolucionária, caso o Rio Grande a adotasse”.²⁰¹

Para Getúlio, Antônio Carlos quer passar de diretor a dirigido ao confinar

¹⁹⁹ Hélio Silva, 1930: a Revolução Traída, pg. 86.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

²⁰¹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 147 e 148.

ao Rio Grande a iniciativa do movimento revolucionário, quando este, a rigor, deveria ser, não de iniciativa do Rio Grande com o apoio de Minas, mas de iniciativa conjunta dos dois Estados e mais da Paraíba.

Quando Aranha volta de Irapuá, onde empregou “todo o seu formidável poder de persuasão [e] conseguiu convencer Borges da necessidade de continuar enfrentando Washington Luís politicamente”²⁰², Getúlio, em Porto Alegre, já reuniu a bancada federal do Partido Republicano Riograndense e comunicou aos deputados e senadores os termos da carta de Borges de Medeiros, que recomendava equidistância no Congresso (nem adesão nem oposição), e chamou-lhes a atenção para a entrevista à Federação, na qual Borges de Medeiros retificava suas declarações à Noite e esclarecia ser apenas uma impressão pessoal o reconhecimento da eleição de Júlio Prestes.

O ponto de vista de Borges agora, com o qual Getúlio se diz de acordo, é este: com a eleição, a apuração e a proclamação do resultado pelo Congresso, a campanha terminou e a Aliança Liberal deixa de existir. É claro que, para outros fins, daqui em diante, seria necessário que a Aliança se transformasse numa organização partidária... Não tendo ainda essa organização a Aliança, é claro que as forças estaduais que a formaram terão doravante liberdade de pensamento e ação...

O RIO GRANDE DISPOSTO À REVOLUÇÃO

Borges de Medeiros, certamente sem querer, deixa em vantagem, com essa orientação, o grupo dos republicanos favoráveis à revolução, entre os quais Oswaldo Aranha, mas também Getúlio. De agora em diante, segundo Borges, “não estaremos obrigados a deliberar e agir senão de acordo com nossos princípios e os grandes interesses do nosso Estado”.

Que compromissos, porém, querem evitar Getúlio e Borges de Medeiros, que nisso, pelo menos, estão de acordo um com o outro?

– Está para chegar a Porto Alegre – diz Getúlio, em nova carta a Borges de

²⁰² Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 42

Medeiros (15 de abril), na qual relata os resultados da reunião da bancada – um emissário de Minas, trazendo o manifesto que a Aliança Liberal pretende dirigir à nação. Suponho que nos queiram arrancar o compromisso de continuar a luta no terreno parlamentar. Esse deve ser o propósito oculto, senão expresso, dos inspiradores do manifesto.²⁰³

Getúlio vem evitando esse manifesto da Aliança Liberal, que limitará a oposição ao terreno parlamentar, e da mesma forma evita o telegrama ou manifesto propostos por Borges de Medeiros, para reconhecer a vitória de Júlio Prestes.

O emissário aguardado em Porto Alegre é Francisco Campos, Secretário do Interior de Antônio Carlos no governo de Minas, que vai completar a missão iniciada no Rio, dias antes (11 de abril), por Luís Aranha, irmão de Oswaldo. A viagem de Luís Aranha estava marcada desde 26 de março, quando Batista Lusardo chegou a Porto Alegre com a palavra de Antônio Carlos a favor da revolução.

A missão de Luís Aranha seria representar Getúlio e Oswaldo Aranha, cuja presença no Rio e em Minas não passaria despercebida, em entendimentos que definissem os termos “de uma tríplice aliança revolucionária, [termos] que deveriam incluir a assistência financeira necessária à compra de armas no exterior...”²⁰⁴

Oswaldo Aranha já negociava, no mercado europeu e especialmente na Tchecoslováquia, a compra do armamento necessário para a revolução.

No mesmo dia em que chega ao Rio, Luís Aranha reúne-se com Batista Lusardo e Virgílio de Melo Franco. No dia seguinte (12 de abril), os três tomam o caminho de Minas, de carro, mas param em Petrópolis, para encontrar o ex-Presidente Epitácio Pessoa.

Luís Aranha informa que o Rio Grande está “na disposição firme de marchar para a revolução, uma vez que Minas e a Paraíba lhe secundassem a ação”. Para que o movimento tivesse todas as possibilidades de êxito, era necessária uma certa porção de material bélico e munições – diz Virgílio de

²⁰³ Hélio Silva, 1930: a Revolução Traída, pg. 88.

²⁰⁴ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 43.

Melo Franco, que participava do encontro e em seu livro reconstitui a exposição de Luís Aranha.

Oswaldo Aranha, depois de examinar todas as necessidades e possibilidades, fizera uma encomenda, na Tchecoslováquia, no valor de cerca de 16 mil contos. O Rio Grande dispunha-se a arcar com metade da despesa – 8 mil contos – e propunha que Minas entrasse com 6 mil e a Paraíba com os restantes 2 mil.

A revolução teria início ao mesmo tempo em todo o país, mas a luta armada, no primeiro momento, concentrar-se-ia no Rio Grande, em Minas e na Paraíba. No Nordeste e no Norte, as operações militares seriam dirigidas por Juarez Távora, que já estava clandestinamente na Paraíba. Em Minas, pelo Capitão Leopoldo Néri da Fonseca; e no Rio Grande – diz Virgílio de Melo Franco – “pelo próprio Oswaldo Aranha, com a participação de Luís Carlos Prestes, João Alberto e outros líderes militares do tenentismo”.

O próprio Luís Aranha talvez não soubesse que as conversas com Prestes tinham dado em nada e que já havia entendimentos muito avançados com o Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Góis não participara dos movimentos revolucionários dos anos 20, exercia o comando da guarnição de São Luís das Missões, perto da fronteira do Rio Grande com a Argentina, e exigira sigilo absoluto sobre seu envolvimento, de modo a poder atrair outros oficiais em função de comando e até mesmo, se possível, o General Álvaro Mariante, então Diretor da Aviação Militar, com sede no Rio.

A ideia do levante simultâneo nos três Estados comprometidos com a Aliança Liberal, e, agora, com a revolução, já resultava da influência de Góis Monteiro. Em São Paulo, onde o governo federal era mais forte, o comandante militar seria Siqueira Campos, mas sua ação inicial limitar-se-ia a tentativas de perturbação da ordem, uma vez que não havia forças suficientes para dominar os contingentes do Exército e a polícia militar. Para a cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, o plano era igual ao de São Paulo.

Epitácio Pessoa ouviu a exposição de Luís Aranha e prometeu pedir a João Pessoa os dois mil contos da contribuição da Paraíba. De imediato, Luís Aranha, Virgílio e Lusardo foram para a casa do também ex-Presidente Arthur

Bernardes, igualmente em Petrópolis. Bernardes pareceu, aos três, “mais resoluto que Eptácio”, e pediu que, na volta de Minas, fossem vê-lo de novo, para saber como fora o encontro com Antônio Carlos, “em cuja firmeza ele não confiava”...

ANTÔNIO CARLOS ACEITA ENTRAR NA COMPRA DE ARMAS

A 13 de abril, Luís Aranha, Virgílio e Lusardo chegam a Belo Horizonte, depois de uma viagem acidentadíssima: Lusardo, com uma forte crise de vesícula, não suportou o trajeto de carro. Em Juiz de Fora tiveram de abandoná-lo e esperar o trem diurno para Belo Horizonte. Chegaram tarde da noite e encontraram Antônio Carlos de cama, muito gripado. Mesmo assim, Luís Aranha fez o mesmo relato que fizera a Eptácio e Bernardes.

Na manhã seguinte, em outro encontro, com a presença de Francisco Campos, Secretário do Interior, e Djalma Pinheiro Chagas, Secretário da Agricultura e o mais firme dos partidários da revolução na equipe de Antônio Carlos, este confirmou que Minas daria a contribuição proposta de 6 mil contos e que Francisco Campos iria ao Rio Grande para verificar pessoalmente a situação.

Em longa mensagem cifrada, que transmitiu pelo rádio do próprio Palácio da Liberdade, Luís Aranha comunicou ao irmão Oswaldo que o novo acordo Minas-Rio Grande, agora para a revolução, estava firmado.

Getúlio tem razões para supor que esse acordo não seja assim tão firme. Se Arthur Bernardes pediu que Luís Aranha parasse em Petrópolis, de volta de Minas, para contar-lhe sobre os entendimentos com Antônio Carlos – “em cuja firmeza não confiava” – Getúlio pode calcular também que Francisco Campos chegue a Porto Alegre com outra missão, que naturalmente não pode ser revelada a Lusardo, a Virgílio de Melo Franco e ao próprio Luís Aranha: arrancar o manifesto, proposto antes a Batista Lusardo, que prorrogará a Aliança Liberal, mas limitará sua ação à luta parlamentar, excluindo a alternativa revolucionária.

Dizendo a Borges de Medeiros, dias antes da viagem de Francisco Campos, que o emissário querera arrancar-lhe tal manifesto, mas não dizendo que

o recusa porque deseja manter em aberto a hipótese da revolução, Getúlio pode estar executando uma simples manobra de despistamento: não convém que Borges de Medeiros, depois do desastre de sua entrevista de reconhecimento da vitória de Júlio Prestes, seja informado do quanto já se andou no caminho oposto, ou seja, no caminho da contestação armada a essa vitória.

No Rio Grande, Francisco Campos esteve inicialmente com os integrantes da ala jovem do Partido Republicano, todos partidários da revolução, e foi em seguida à Estância Nova do Irapuazinho para tomar o pulso de Borges de Medeiros. Só depois disso sentou-se com Oswaldo Aranha e Getúlio. Se houve alguma tentativa, alguma insinuação de empurrar o manifesto que Getúlio temia, nenhum registro parece ter ficado disso.

Dessa vez, Virgílio de Melo Franco não estava presente, mas, em seguida, acompanhou Campos, nos encontros em que este relatou a Arthur Bernardes e Antônio Carlos sua missão no Rio Grande. De novo, portanto, é a de Virgílio a melhor reconstituição desse momento. Com Getúlio e Oswaldo Aranha, Francisco Campos acertara “os termos em que Minas concordaria com o desfecho revolucionário”:

– Em virtude desse acordo, os mineiros se obrigavam a romper, simultaneamente com o Rio Grande e a Paraíba, no momento indicado, o movimento revolucionário. Do ponto de vista militar, o papel que cabia a Minas era o de distrair as tropas federais que em seu território se encontrassem no momento da luta, e fechar as próprias fronteiras, atraindo, por consequência, mais tropas que, assim, seriam retiradas da fronteira sul de São Paulo. Além disso, deveria Minas entrar com a contribuição de seis mil contos para a aquisição de armas e munições.²⁰⁵

– Quanto à Paraíba, competia-lhe o papel de reduzir o batalhão do Exército aquartelado em sua capital, transformando o seu território em ponto de concentração de forças para a ação no Nordeste. No mais, cabia ao Estado de João Pessoa entrar com a contribuição de dois mil contos de réis para o tesouro de guerra.

²⁰⁵ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 156.

Francisco Campos foi informado de que o movimento estava articulado com outros pontos do país, de modo a estourar em todo o território nacional ao mesmo tempo, e também “de todos os dados referentes à preparação revolucionária”. Campos observou, pessoalmente, a extensão da organização improvisada por Oswaldo Aranha com o concurso de João Alberto.

Só a 27 de abril, depois de quase dez dias no Rio Grande, Francisco Campos chegou ao Rio e reuniu-se imediatamente com Arthur Bernardes, que estava mais perto e mais decidido que Antônio Carlos. No mesmo dia, viajou para Minas, com Virgílio de Melo Franco e o Capitão Leopoldo Néri da Fonseca, escolhido para comandar as operações militares da revolução nesse Estado. Diante das informações que recebe de Francisco Campos, Antônio Carlos autoriza o início dos preparativos “materiais” do movimento.²⁰⁶

O ‘HEPTÁLOGO’ DE JOÃO NEVES

Francisco Campos ainda estava em Porto Alegre quando Getúlio recebeu de João Neves um memorando que Neves levava a Borges de Medeiros, na estância do Irapuazinho, e que Borges aprovara.

Com o mesmo cuidado de manter todas as escolhas em aberto, mas sem expor o jogo antes do tempo, Getúlio se opõe a esse documento, que pretende ser apenas um conjunto de instruções à bancada federal do Partido Republicano do Rio Grande.

Era um memorando de sete pontos e por isso, com o pedantismo da crônica política da época, foi chamado de Heptálogo de Cachoeira. Na verdade, não se limitava a recomendações sobre a atuação da bancada. Já no primeiro ponto, o Heptálogo determinava que o governo do Estado do Rio Grande do Sul mantivesse “relações oficiais, porém não políticas, com o atual governo da República e com o que o sucedesse”.²⁰⁷

Dos sete pontos, quatro continham recomendações ou determinações que

²⁰⁶ Idem, pp. 152 a 157.

²⁰⁷ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pg. 103.

diziam respeito exclusivamente à bancada: manter-se a bancada em atitude de oposição, embora não sistemática; manter-se a bancada em articulação com os demais elementos liberais (da Aliança Liberal) na Câmara; reinvestidura pública do antigo líder da bancada (o próprio João Neves); e integral subordinação de todos os representantes republicanos às determinações da chefia suprema (Borges de Medeiros) e da presidência do Estado.

Além do primeiro (relações oficiais com o novo governo, de Júlio Prestes), dois outros pontos eram ordens, de imprudência sem par, por serem públicas, tanto à bancada como ao governo do Estado: defesa intransigente dos verdadeiros eleitos para a Câmara e para o Senado e assistência aos dois Estados aliados na campanha presidencial (Minas e Paraíba), “contra a intervenção federal, aberta ou disfarçada, direta ou indireta”, assistência que devia caracterizar-se, sobretudo, pelo fornecimento à Paraíba de armas e munições ostensivamente negadas em telegrama do Ministro da Guerra ao Presidente João Pessoa”.²⁰⁸

Getúlio naturalmente reagiu. João Neves, com sua ansiedade, excitação e precipitação, podia estar querendo apressar as coisas, mas só atrapalhava. Armas e munição o Rio Grande já estava providenciando para a Paraíba. Depois de tentar fornecê-las pelas vias oficiais, Oswaldo Aranha recorria a meios clandestinos (e, além disso, fizera uma encomenda à Tchecoslováquia de 16 mil contos em armas para a revolução).

Nesse momento mesmo – e isso Borges de Medeiros e João Neves não sabiam e era melhor que não soubessem tão cedo – Getúlio e Aranha acabam de negociar com Francisco Campos a participação de Minas na revolução – e pelo menos 6 mil contos em dinheiro, para a compra de armas.

O último ponto do heptálogo de João Neves era como que a confissão de todo esse conjunto de atos sediciosos e um convite à intervenção federal, não só na Paraíba e em Minas como também no Rio Grande. Ao mesmo tempo, o primeiro ponto impunha o reconhecimento da eleição de Júlio Prestes e a manutenção de relações oficiais com seu futuro governo: era precisamente

²⁰⁸ Idem, pg. 104.

para deixar em aberto a opção revolucionária que Getúlio resistia, já por um mês, à recomendação de Borges de Medeiros para reconhecer o resultado da eleição. Em carta a Borges de Medeiros, que aprovara o heptálogo de João Neves, Getúlio diz:

– Transmiti à bancada, reunida em Palácio, as instruções contidas em sua missiva de 23 de março... Dava-se por encerrada a campanha da sucessão presidencial, readquirindo assim o partido e o governo do Estado inteira liberdade de pensamento e ação, quer quanto ao governo federal, quer em relação a nossos antigos aliados, sem quebra da obrigação moral de nos batermos pelo reconhecimento dos candidatos realmente eleitos...

– O memorando que o Neves agora me transmite, além de contrariar frontalmente as instruções já aceitas e postas em prática, exprime uma anomalia... Pretende-se fazer a política do Rio Grande não no Estado mas na Capital Federal. É a bancada que traça diretrizes para o Partido... Julgo supérfluo qualquer comentário sobre os inconvenientes, surpresas e perigos a que ficaríamos expostos...²⁰⁹

Borges de Medeiros pode até achar que Getúlio está medroso demais, vivendo a obsessão de perigos e surpresas. Mas Getúlio sabe do que está falando – e Borges de Medeiros pouco ou nada saberá dos 16 mil contos de armas encomendadas na Tchecoslováquia, e menos ainda das armas contrabandeadas para a Paraíba.

GETÚLIO QUERIA TER LIBERDADE DE ESCOLHA

Até hoje, a resistência de Getúlio a esse heptálogo vem sendo apresentada como prova de seu desejo de evitar a revolução; e o próprio heptálogo passa por ter sido “uma vitória do grupo liberal-revolucionário, como diz até mesmo Stanley Hilton – um dos melhores brasilianistas norte-americanos – em sua biografia de Oswaldo Aranha.”²¹⁰

²⁰⁹ Hélio Silva, 1930: a Revolução Traída, pg. 90.

²¹⁰ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 42.

Borges de Medeiros sustentou, inicialmente, que o heptálogo estava de acordo com a fórmula republicana clássica, herdada do próprio Júlio de Castilhos: nem apoio incondicional nem oposição sistemática. Mas autorizou Getúlio a declarar que o heptálogo não seria obrigatório, mas apenas “um compromisso de alguns políticos, exatamente aqueles que vinham movendo a campanha da Aliança”. Os outros – como o Senador Paim Filho, que defende-
ra o apoio ao Rio Grande a Júlio Prestes e agora defendia o entendimento com ele – “teriam o direito de continuar nos seus postos e nas suas doutrinas”.²¹¹

O problema de Getúlio não era o de Paim. Paim queria apoiar o futuro governo de Júlio Prestes. Getúlio queria ter a liberdade de escolher: tanto a possibilidade de aceitar o ponto de vista de Paim e a esquisita recomendação do heptálogo de João Neves (estabelecer relações oficiais, mas não políticas, com o futuro governo de Júlio Prestes), quanto a de partir para a luta armada.

Aranha entrou, então, no circuito, para evitar o rompimento de João Neves com Getúlio, que Neves, na excitação de sempre, já antecipava aos jornais do Rio. Aranha “conseguiu, primeiro, que Vargas endossasse aquelas instruções” (o heptálogo, já reinterpretado por Borges de Medeiros); “então apelou para o patriotismo e a amizade de Neves... que... concordou em reassumir seu posto no Congresso” (a liderança da bancada).²¹²

A passagem de Francisco Campos pelo Rio Grande não foi ignorada pelo General Gil de Almeida, Comandante da Região Militar com sede em Porto Alegre. O General pressionou o Senador Paim Filho, amigo de Getúlio mas mais amigo de uma acomodação do Rio Grande com Washington Luís e Júlio Prestes, a acompanhar as negociações, esperando, com isso, evitar “qualquer influência [de Aranha] sobre a atitude dos mineiros”...

O General Gil advertia seus comandados sobre a necessidade de prender os oficiais revolucionários que agiam no Rio Grande, mas reconhecia que a polícia riograndense, sob a supervisão de Aranha, os protegia...

Avisado sobre o contrabando de armas, os movimentos de emissários re-

²¹¹ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pg. 105.

²¹² Stanley Hilton, *Oswaldo Aranha*, pg. 42.

volucionários que realizaram conferências com Aranha e o fato de Prestes ter recebido dinheiro para a compra de armas, o General recomendou que o governo federal não desse nenhum auxílio ao Rio Grande até que sua atitude oficial fosse publicamente esclarecida.²¹³

Prestes, em Buenos Aires, também soube dos encontros de Francisco Campos em Porto Alegre. Talvez Prestes ignorasse que Minas prometera fornecer seis mil contos à caixa revolucionária de Aranha... Mas Prestes sabia que seus antigos seguidores estavam sendo atraídos pelas ideias rebeldes dos políticos da Aliança.²¹⁴

Tudo isso acontecia ainda em abril. Em maio, no Rio, um portador de Belo Horizonte entregou 2 mil contos a Lindolfo Collor, que os levou a Porto Alegre. Aranha também recebeu, por intermédio de um irmão de Flores da Cunha, mais 850 contos, enviados pelo governo da Paraíba.²¹⁵

Getúlio, nesse momento, está dividido em duas pessoas. Uma é o líder político que endossa e lidera a ação revolucionária, necessariamente dissimulada, de seus companheiros; outra, o Presidente do Rio Grande, cujo governo ainda tem dois anos de mandato e que não deve dar motivo ou pretexto à intervenção federal em seu Estado. O Presidente do Rio Grande não pode assinar um manifesto de luta no terreno parlamentar. Mas Getúlio Vargas pode ser o líder, nos bastidores, de uma revolução armada. O meio termo, como o compromisso de luta parlamentar, não lhe é permitido. Para ele é tudo ou nada. A rigor, tudo ou tudo.

– Ele entregou ao Oswaldo a organização do movimento – diria meio século depois seu genro, confidente e conselheiro Ernâni do Amaral Peixoto. – Tanto que o Augusto (irmão mais velho de Ernâni do Amaral Peixoto) só veio a conhecer o dr. Getúlio depois da revolução, embora tivesse contacto íntimo com o Oswaldo e o Gois Monteiro. O Oswaldo os reunia na Chácara da Tristeza... O dr. Getúlio tinha de ficar numa posição mais discreta porque, se se

²¹³ Idem, pg. 46.

²¹⁴ John Wills Foster Dulles, Getúlio Vargas, pp. 65 e 66.

²¹⁵ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pg. 44.

precipitasse, daria razão ao Washington Luís para fazer a intervenção no Estado. Se isso acontecesse, a guarnição militar tomaria conta, porque não havia ainda um ambiente popular que o garantisse.²¹⁶

Augusto do Amaral Peixoto, oficial de Marinha como o irmão Ernâni, participara da Reação Republicana – a campanha de Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes – em 1921 e 1922. Em novembro de 1924, foi um dos cabeças do levante do encouraçado São Paulo, em apoio aos revoltosos do segundo 5 de julho, que se tinham sublevado em São Paulo sob o comando de Isidoro Dias Lopes (e, sobretudo, de Joaquim Távora) e estavam nesse momento participando do início da Coluna Prestes. O São Paulo, com cerca de seiscentos homens a bordo, enfrentou a artilharia das fortalezas do Rio, conseguiu atravessar a barra, deixando a baía de Guanabara, navegou para o sul e foi entregar-se às autoridades uruguaias em Montevideu, onde o Tenente Augusto do Amaral Peixoto e seus companheiros oficiais permaneceram exilados.

ARANHA AGIU POR ORDEM DE GETÚLIO

O próprio Augusto do Amaral Peixoto dirá, em depoimento mais ou menos na mesma época do de seu irmão:

– Oswaldo Aranha fez o papel de articulador em 1930, por ordem de Getúlio. Getúlio não se entendia diretamente com os revolucionários. Um ou outro – os chefes Estillac Leal e João Alberto, por exemplo – tinha acesso a ele. No mais, ele deu carta branca a Oswaldo Aranha. Para aqueles políticos do interior, ele dizia sempre: “Procure Oswaldo Aranha. O que ele disser sou eu que estou dizendo.”²¹⁷

Tão rapidamente, pelo menos, quando esses complicados acertos políticos, andava nesse mês de abril de 1930 a organização militar da revolução, como Francisco Campos, emissário do governo de Minas, tivera a oportunidade de verificar pessoalmente.

²¹⁶ Ernâni do Amaral Peixoto, *Artes da Política*, pg. 74.

²¹⁷ Valentina da Rocha Lima, *Getúlio Vargas, uma História Oral*, pg. 63.

Independente de haver ou não a revolução, era preciso defender a Paraíba – ameaçada pela intervenção federal e pela iminente insurreição de um conjunto de municípios sertanejos, sob a liderança de José Pereira, Prefeito de um deles, Princesa.

Oswaldo Aranha tentou mandar armas e munições por meios legais, mas o comando militar de Porto Alegre e o Estado-Maior do Exército, no Rio, impediram.

– Era impossível – escreveu Stanley Hilton na biografia de Oswaldo Aranha – manter tudo em segredo. Os informantes do General Gil (de Almeida, Comandante da Região Militar do Rio Grande do Sul) descobriram que algum armamento fora despachado de portos uruguaio e argentinos, levando o comandante regional a recomendar ao Ministro da Guerra que fossem fiscalizadas quaisquer cargas ou encomendas provenientes dos países vizinhos e destinadas a pessoas ligadas à Aliança.

Em sua curta estada em Porto Alegre, logo depois das eleições, Lusardo conversara sobre isso com Aranha. Logo depois, um emissário paraibano chegou ao Rio Grande. No início de abril, Lusardo insistiu: “João Pessoa precisava com urgência de 100 mil tiros para fuzis Mauser e algumas armas automáticas, e havia providenciado um vapor cujo comandante era amigo seu e poderia fazer a viagem sem nenhum transbordo.”

Aranha conseguiu despachar logo uma primeira carga, de pouco mais de 80 mil cartuchos, escondidos em barris de sebo. Com a ajuda de uma fábrica de conservas que exportava para os Estados do Nordeste, “ocorreu a Aranha – como lembraria João Neves – encher as latas não de compotas ou peixe, mas de cartuchos. Graças a esse truque, mais de cinco mil tiros foram remetidos à Paraíba”.²¹⁸

Getúlio, Aranha e muitos outros viviam um cotidiano de situações como essa e, ao mesmo tempo, com as incertezas da negociação política e do planejamento militar. A 12 de abril, no momento em que Luís Aranha, irmão de Oswaldo, vai a Minas para negociar o apoio de Antônio Carlos à revolução, o

²¹⁸ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pp. 42 e 43.

Tenente Juarez Távora chega clandestinamente ao Recife e dois dias depois segue para a Paraíba, onde comandará as operações militares da revolução no Nordeste.

Juarez, herói da Coluna Prestes, tinha sido preso em janeiro de 1930, mas fugiu com alguns companheiros e escapou do Forte de Copacabana saltando sobre pedras e conchas que muito o feriram.

Pouco antes da eleição, Siqueira Campos tinha conseguido evitar a prisão escalando um muro em São Paulo.

Siqueira Campos estava escondido em São Paulo; Juarez, na Paraíba; João Alberto, clandestino no Rio Grande, quando, a 24 de abril de 1930, Prestes convocou uma reunião com eles, em Buenos Aires, já se considerando rompido com os antigos companheiros da Coluna, que agora apoiavam a revolução da Aliança Liberal.

Nesse momento, em abril, Gois Monteiro foi chamado a Porto Alegre:

– Em abril me comunicaram que os oficiais revolucionários me haviam escolhido para chefe militar do movimento em preparação. Depois de vencer os meus conflitos de consciência, tive alguns poucos contatos com esses oficiais. Numa das reuniões que tive em Porto Alegre, para decidir afinal da minha concordância ou não em aceitar a chefia do movimento, perguntei-lhes se eles ignoravam que eu os havia combatido com toda a veemência, tendo sido mesmo, talvez, o mais tenaz perseguidor, embora apenas até o momento de bati-las suas armas.

– Houve um instante de confusão e estupefação, mas logo um deles, de espírito galhofeiro e perspicaz, riu e disse: “Por isso mesmo: já conhecemos o braço...”. Tive que sorrir também, e prossegui: “Antes de aceitar ou rejeitar o convite, quero perguntar-lhes se durante esses oito anos de adversidades pensaram nas causas dos fracassos dos diversos movimentos em que tomaram parte, contando muitas vezes com ótimas condições para alcançar a vitória”.

– Novamente, constrangimento entre eles, dando cada qual uma explicação diversa dos demais. Então, repliquei que, apesar dos sofrimentos e da experiência, nada tinham aprendido até então, e queriam insistir quando mesmo, para mais uma vez serem vencidos. E concluí: “Aceito sob duas condições:

primeira, obediência completa às minhas ordens; quando verificarem que não estou satisfazendo às expectativas, decidam substituir-me na chefia; mas, de outra maneira, nunca aceitarei intervenções nos meus atos nem nas ordens que der; segunda, não conspirarei nem com os senhores nem com qualquer entidade política, a fim de não perder minha autoridade de chefe.

– Enquanto merecer confiança, será assim. Darei ordens até sobre a maneira como devem conspirar: na tropa, entre os oficiais, os sargentos e as praças simples, havendo um oficial de ligação comum para todos, em cada unidade, ao qual tudo seja comunicado; e fora da tropa, nos meios civis, a fim de improvisar a eventual mobilização. Em suma: preparação demorada e organicamente com o mínimo de pontos fracos; execução rápida e fulminante”.

– Fiquei de enviar por escrito as condições definitivas... E não tive mais nada a tratar sobre o assunto. Dois dias depois, fiz-lhes entrega dessas condições, mas foram julgadas proibitivas para o movimento, tais eram as exigências. Mandeí responder então que não seria o chefe, e, como já me havia comprometido, no dia em que tivesse de rebentar o movimento iria bater-me ao lado deles, revolucionários, como simples soldado. Depois disso, dispunha-me a retornar à minha guarnição quando fui cientificado de que as condições que apresentara, recusadas em princípio, tinham sido, afinal, aceitas. Tornei-me, assim, o chefe potencial da revolução e a seguir voltei a São Luiz das Missões.²¹⁹

Pela sequência desses acontecimentos e entendimentos, verificamos novamente que quando João Pessoa foi assassinado, em julho, a revolução já estava mais que decidida.

²¹⁹ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pg. 71.

CAPÍTULO 29

MAIO, 1930

A MORTE DE SIQUEIRA CAMPOS NO DESASTRE DO CORREIO AÉREO **A REVOLUÇÃO PERDE SEU COMANDANTE EM SÃO PAULO**

PRESTES CHAMA SIQUEIRA E JOÃO ALBERTO A BUENOS AIRES,
PARA PROTESTAR CONTRA O APOIO DOS TENENTES DA COLUNA
À REVOLUÇÃO DE GETÚLIO. NA VOLTA, UMA TEMPESTADE DERRUBA
NAS ÁGUAS DO PRATA O PEQUENO AVIÃO DA LATECOÈRE.

Nos primeiros dias de maio – segundo João Alberto – Prestes convocou uma reunião em Buenos Aires, à qual deveriam comparecer Juarez, Siqueira Campos e o próprio João Alberto:

– Siqueira e eu pudemos chegar a Buenos Aires, utilizando um avião postal da companhia francesa Latecoère, mas foi impossível a vinda de Juarez, que, no momento, estava na Paraíba.²²⁰

Mesmo depois da publicação das memórias de João Alberto, nas quais ele faz essa afirmação, a iniciativa e as razões desse encontro continuariam comportando diferentes e divergentes versões.

Virgílio de Melo Franco, por exemplo, que participou de tanta coisa e tanta coisa ouviu, desta vez não esteve presente (nem tinha por que estar) e o que soube foi de segunda mão:

– Quando a conspiração já ia muito avançada – escreveu ele – começaram a circular nos meios revolucionários os mais insistentes boatos sobre as tendências comunistas do sr. Luís Carlos Prestes. O sr. Arthur Bernardes, sobretudo, chamou-me a atenção, várias vezes, para esses boatos.

²²⁰ João Alberto, *Memórias de um Revolucionário*, pg. 222.

Um dia, Pedro Ernesto e Virgílio de Melo Franco foram à casa de Bernardes, que, como Presidente do Partido Republicano, teria razões para querer informar-se, uma vez que Prestes, no consenso dos militares revolucionários militares e mesmo no de todo o país, era considerado o “chefe supremo da revolução”. Virgílio não diz quando ocorreu esse encontro, se antes ou depois dos encontros de Prestes com Oswaldo Aranha e Getúlio em Porto Alegre.

De um lado, os articuladores civis da revolução precisavam saber se poderiam contar com Prestes no comando militar. De outro, precisavam considerar se era conveniente entregar-lhe esse comando. Bernardes, então, pediu que Pedro Ernesto apurasse as verdadeiras disposições de Prestes.

Pedro Ernesto partiu de automóvel para São Paulo, de modo a não ser observado pela polícia, ao encontro de Siqueira Campos, que estava lá, clandestinamente, fabricando granadas e organizando seu dispositivo revolucionário. O objetivo de Pedro Ernesto, segundo Virgílio de Melo Franco, “era fazer com que Siqueira Campos fosse a Buenos Aires a fim de interpelar Prestes sobre sua nova orientação”.²²¹

Já nas memórias de Prestes, seus entrevistadores não confirmam e de certo modo negam que Prestes tenha convocado a reunião.

– No exílio, cada vez mais só – dizem eles – Prestes decidiu se manifestar sobre o programa da Aliança Liberal, que julgava inconsistente e pouco consequente para enfrentar os graves problemas que se abatiam sobre o Brasil... Prestes retomou antigas anotações que fizera sobre uma saída revolucionária para o Brasil e redigiu o célebre Manifesto de Maio... [propondo] uma insurreição popular contra o regime. Denunciou a dependência nacional aos imperialismos inglês e americano e ironizou os que falavam em liberdade eleitoral quando não havia sequer liberdade econômica.

Cópia do manifesto – acrescentam os biógrafos – é enviada por Prestes aos jornais de São Paulo e do Rio, pelo correio. Poucas pessoas tiveram acesso aos documentos, entre elas Siqueira Campos, que se encontrava em São Paulo.

²²¹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 159.

– Siqueira e João Alberto – prosseguem as memórias de Prestes – viajaram às pressas para Buenos Aires, para tentar convencer Prestes a sustar ou pelo menos adiar a divulgação do documento.²²²

Na verdade, se Siqueira e João Alberto viajaram às pressas para Buenos Aires, não foi por iniciativa própria, mas convocados por Prestes.

A 26 de abril de 1930, Prestes escreveu de Buenos Aires a seus antigos companheiros da Coluna que estavam no Brasil – e essa carta foi transcrita já em 1931 no livro *Os Farsantes da Revolução*, de Miguel Costa Filho, filho do General Miguel Costa e uma espécie de secretário particular de Prestes:

– Estou informado de que a maioria dos nossos companheiros discorda das minhas ideias (a maioria dos companheiros de Prestes apoiava Getúlio e a revolução da Aliança Liberal) e compreendo que a minha exclusão do meio dos antigos revolucionários de 22 e 24 é indispensável... Convém, portanto, uma reunião aqui, a fim de que outro, cujas ideias estejam de acordo com as da maioria, assuma a direção do barco...²²³

– Logo que nos teve a seu lado (a 7 de maio) – lembraria João Alberto – Prestes expôs claramente o motivo da reunião. Queria declarar-se contra o movimento que organizávamos e dizer-nos que se convertera ao credo comunista... Agora estava convencido de que a revolução burguesa... constituiria um mal para o Brasil... De nada serviria para o povo aquela revolução que queríamos desencadear... Não havia alternativa senão segui-lo, se é que não estávamos vendidos... Não escapou... o próprio Juarez Távora, acusado de carola, de retrógrado e de falso revolucionário...

Para João Alberto, que não era carola, que não podia ser considerado retrógrado e muito menos um falso revolucionário – e não se poderia dizer de Juarez Távora que fosse retrógrado e revolucionário falso, sobretudo depois de sua recente fuga do Forte de Copacabana – esse encontro com Prestes foi difícilimo.

²²² Dênis de Moraes e Francisco Viana, *Prestes: lutas e autocríticas*, pp. 49 e 50.

²²³ Edgar Carone, *O Tenentismo*, pg. 162, citando Miguel Costa Filho, *Os Farsantes da Revolução*.

PARECIA QUE PRESTES E MIGUEL COSTA IAM ATRACAR-SE

João Alberto, em 1924, bombardeara a torre de uma igreja protestante que ficava ao lado de sua casa, em Alegrete, a casa onde estavam sua mulher, Cândida, e seu filho, Cláudio, de apenas nove dias. Felizmente acertara o tiro. Se errasse, atingiria e com certeza mataria a mulher e o filho. Depois disso, ficara dois anos e meio, ou mais, na Coluna Prestes, sem ver Cândida e Cláudio, sem saber, sequer, se estavam vivos.

Agora são dois filhos, Cláudio e Rosamaria – ela concebida depois da Coluna e nascida quando ele estava na clandestinidade. No interior do Paraná, por algum tempo, João Alberto, com nome falso, vivera afinal a felicidade de ser pai. A chamado de Prestes, largara essa vida clandestina mas feliz e relativamente segura. Agora estava em Porto Alegre, clandestino e inseguro (por maior que fosse a proteção da polícia estadual do Rio Grande, subordinada a Oswaldo Aranha, podia ser preso a qualquer momento pelo exército, como desertor. Mas estava com a mulher e o filhos.)

Presente ao encontro, Miguel Costa, um dos comandantes da Coluna Prestes, perguntou em certo momento:

– Por que fazer exceção a nós três ali presentes?

Miguel Costa fez uma pergunta política. Juarez Távora podia ser carola, podia ser retrógrado – mas não era um falso revolucionário: sua fuga do Forte de Copacabana, jogando-se sobre as pedras, ferindo-se como se feriu, fora um ato de coragem que poucos ousariam repetir.

A vida de João Alberto era um ato semelhante de coragem, mas Prestes só sabia dar valor aos feitos de coragem militar, não aos outros. Prestes admiraria a capacidade de João Alberto, de acertar, com um disparo de canhão, a torre da igreja evangélica ao lado de sua casa, mas não o fato de João Alberto ter gasto o resto de seus salários comprando um enxoval de lã branca para a filha que ia nascer.

À pergunta de Miguel Costa – “por que fazer exceção a nós três?” – Prestes exasperou-se.

João Alberto achou que Prestes e Miguel Costa iam atracar-se em luta

física. Mas:

– Miguel, cuja bravura pessoal era por demais conhecida de todos nós, não se alterou, continuando a fumar um cigarro de palha e a fitar ironicamente o antigo chefe de nossa Coluna.

– Siqueira tentou acalmar Prestes, puxando-o para um lado. A influência pessoal que ele exercia sobre Prestes era enorme. Eu fiz o mesmo com o Miguel.

Naquela tarde e naquela noite, os quatro não saíram, embora não houvesse na casa de Prestes o que comer. A discussão prosseguiu, noite adentro, sem resultado prático. Seria absurdo, no entanto – escreveria João Alberto – negar que os argumentos de Prestes os abalaram.

– Havia algo de verdade no que ele dizia. Estávamos de mãos dadas com os nossos adversários da véspera... e não podíamos esperar deles muita coisa. O próprio dr. Arthur Bernardes, contra quem havíamos lutado durante anos, proclamava-se agora revolucionário ardoroso em Minas Gerais.

– Evidentemente aquela não era a nossa revolução; mas que fazer? Tínhamos de jogar a cartada e acreditar em políticos como Maurício Cardoso, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lusardo, João Neves, para só falar nos do Rio Grande, com quem eu entrara em contacto mais estreito. Apesar de ter-me avistado pouco com o dr. Getúlio Vargas, só podia testemunhar dele uma atitude leal e carinhosa para conosco.²²⁴

Até aqui, João Alberto limitara-se, praticamente, a ouvir – e a segurar Miguel Costa, enquanto Siqueira Campos afastava Prestes, quando Miguel desafiou Prestes perguntando porque excluí-los aos três – ele próprio, Siqueira e João Alberto – dos duros adjetivos de Prestes contra Juarez Távora. João Alberto não conseguia “conceber... uma conversão em massa ao comunismo”.

Embora Virgílio de Melo Franco já tivesse constatado, em muitos desses oficiais revolucionários, “tendências socialistas mais ou menos avançadas”²²⁵, não havia, em Miguel Costa, Siqueira Campos e João Alberto – diz este último – “a mais ligeira inclinação a acompanhar a conversão de Prestes ao mar-

²²⁴ João Alberto, *Memórias de um Revolucionário*, pp. 223 e 224.

²²⁵ Virgílio de Melo Franco, *Outubro*, 1930, pg. 159.

xismo. A simples leitura do *Capital*, obra que Prestes considerava básica (e pela qual estava avassaladoramente apaixonado), não bastaria para mudar suas convicções e sentimentos:

– Essa ideia de Prestes – segundo João Alberto – era absolutamente louca.

Nessa discussão João Alberto não interveio, mas surgiram mais divergências quando Prestes emitiu sua opinião sobre a família: “para ele, Deus, Pátria e Família deviam considerar-se ficções, uma espécie de ópio com que os reacionários anestesiavam o povo”:

– Não pude conter-me – lembrará João Alberto. – Chegara o momento de entrar também no debate. Nada tinha a opor às doutrinas econômicas de Marx, que, aliás, ignorava. Mas parecia-me demais que ele, Prestes, um celibatário, viesse assim arrasar o conceito e o sentimento que a família nos merecia.²²⁶

Depois do casamento, do nascimento de Cláudio e Rosamaria, do que lhe tinham custado tantas separações, do ato extremo de coragem de calcular e efetuar um disparo de canhão contra um alvo, a torre da igreja, a poucos metros do berço do filho recém-nascido, e desse ato de imensa ternura que fora gastar o resto de seu dinheiro comprando um enxoval de lã branca para a filha concebida num momento de suas muitas vidas clandestinas e nascida noutro momento de uma dessas vidas, depois de tudo isso, João Alberto via a vida com outros olhos. O fato de amar e receber amor, a necessidade de exercer esse amor e lutar por ele teriam feito de João Alberto, como agora Prestes dizia de Juarez Távora, um retrógrado e um falso revolucionário?

SIQUEIRA SÓ CONSEGUE DE PRESTES A ESPERA DE UM MÊS

Prestes exhibe, nesse momento, uma atitude que resulta apenas da razão. É até injusto saber que, daqui a alguns anos, Prestes se tornará pai nas condições mais adversas – sem que isso venha a fazer dele o que neste momento ele pensa de Juarez Távora.

Nessa noite, em Buenos Aires, Siqueira Campos tem uma última discus-

²²⁶ João Alberto, *Memórias de um Revolucionário*, pg. 224.

são com Prestes. Prestes quer suspender, sem cautelas, sem reservas, o pagamento da dívida externa. Siqueira pergunta:

– E a esquadra inglesa? – (A Inglaterra ainda era a maior credora do Brasil.)

– Vamos para o interior – responde Prestes.

– Ora, seu Prestes – objeta Siqueira Campos – assim pensaram os índios quando chegou Cabral, e ainda hoje andam pelo interior.

Hoje poderíamos pensar que, nessa última oportunidade concedida pela vida a Siqueira Campos para manifestar sua opinião, ele estava certo quanto ao modo de conduzir as coisas. Foi Getúlio Vargas que acabou enfrentando mais radicalmente a dívida externa – o que só se tornou possível porque Getúlio não imaginou, como Prestes, a hipótese de ir para o interior.

A discussão terminou por aí.

– Não havia mais o que discutir. Prestes mostrava-se irredutível em seus pontos de vista e nós [em vez] de ceder aos seus argumentos, cada vez mais deles nos afastávamos. Era preciso, agora, neutralizar sua ação, retardar seu pronunciamento comunista até que tivéssemos tempo de desencadear a luta.

Siqueira Campos conseguiu de Prestes o compromisso de esperar um mês antes de lançar o manifesto.

– Ele, Prestes, esperaria. Certo do nosso insucesso, não tinha pressa... Eis a máxima concessão que obtivemos do nosso chefe, do homem por quem havíamos trabalhado em conjunto, que transformáramos em mito, em legenda, à custa de nossos próprios feitos... Recebíamos, realmente, em paga, muito pouca coisa: uma espera de trinta dias, finda a qual ele teria o direito de nos ferir pelas costas.

Miguel Costa, Siqueira Campos e João Alberto eram quase a metade do comando da Coluna Prestes, a rigor Coluna Miguel Costa-Prestes, como o próprio Prestes viria a chamá-la. Miguel era o Comandante, Prestes o chefe do Estado-Maior. Siqueira Campos e João Alberto, comandantes de dois dos quatro destacamentos. Os comandantes dos outros dois destacamentos tinham sido Djalma Dutra e Cordeiro de Farias. Juarez Távora fora subchefe do Estado Maior. Juarez, Cordeiro e Djalma Dutra, a outra quase metade, estavam com a revolução de Getúlio, da mesma forma que Miguel, Siqueira e João Alberto.

Dos sete, só Prestes se opunha. E concordara, no máximo, com um adiamento de um mês na divulgação do manifesto em que romperia com seus seis companheiros de comando da Coluna.

Siqueira e João Alberto decidiram voltar imediatamente para o Brasil, na esperança de poderem reduzir os estragos que o manifesto de Prestes causaria – e conseguiram lugar num voo da mesma Latecoère que os levara a Buenos Aires, na noite de 9 de maio.

Miguel Costa ficaria ainda algum tempo em Buenos Aires, aguardando o chamado para o posto que teria nas forças revolucionárias. Combinaram não contar a ninguém, nem a Juarez Távora, o desfecho do encontro com Prestes.

João Alberto ficaria em Porto Alegre, ao lado de Oswaldo Aranha: na prática, João Alberto deixara de ser o olheiro de Prestes, encarregado de fiscalizar o comportamento de Aranha e Getúlio, e se convertera em chefe do estado-maior das forças revolucionárias enquanto se realizavam os entendimentos com Gois Monteiro.

Siqueira seguiria até Santos, onde o avião faria também escala, depois de Porto Alegre, e de São Paulo e mandaria dizer a João Alberto qual, a seu ver, o dia mais conveniente para o início do movimento. Siqueira tinha ainda a esperança de que Prestes, verificando afinal não haver clima no Brasil para uma revolução comunista, mudaria de opinião.

Aliás, observara Siqueira, enquanto Juarez, João Alberto e ele próprio estivessem unidos, Prestes nada poderia fazer:

– Os oficiais revolucionários estariam certamente ao nosso lado.²²⁷

A ORDEM ERA VOAR COM QUALQUER TEMPO

O avião da Latecoère que deixaria João Alberto em Porto Alegre e Siqueira Campos em Santos vinha de Santiago do Chile. O dia 9 de maio foi chuvoso e, depois de longa espera na agência da companhia, no centro de Buenos Aires, só as 10 horas da noite houve confirmação de sua chegada e os passageiros

²²⁷ Idem, pp. 224 a 226.

seguiram para o aeroporto num carro que teve dificuldade e demora para percorrer a estrada lamacenta em noite de muita chuva.

O avião chegara antes dos passageiros e decolou de Buenos Aires por volta das duas horas da madrugada.

Era um monomotor, com capacidade para cinco passageiros, e só podia voar durante o dia e com bom tempo, em operação de contacto visual.

– O correio aéreo francês, porém, não queria saber disso e a ordem era voar de qualquer maneira, com qualquer tempo, contanto que a mala postal não sofresse atraso. Apesar do risco que corríamos – escreveu João Alberto – sentimos alívio quando o avião tomou altura... Queríamos chegar... o mais rapidamente possível. Não tínhamos um minuto a perder e, no momento, a questão da segurança pessoal afigurava-se-nos secundária.

João Alberto tirou os sapatos, levantou a gola do sobretudo, para defender-se do frio que penetrava na cabine, e, cansado como estava, dormiu na mesma hora. Um golpe na cabeça acordou-o.

– O avião boiava na água, agitado pelas ondas que contra ele se quebravam. Eu estava ferido na testa, na face esquerda e no nariz. Siqueira, o primeiro a recuperar os sentidos, arrastou-se para uma porta lateral, abrindo-a com algum trabalho. Aí a água entrou, alagando o compartimento... até atingir os nossos joelhos. Ele pulou fora, ficou sobre o teto da cabine...

João Alberto, o piloto (Comandante Negrin, veterano da Primeira Guerra Mundial e um dos azes da aviação francesa), o telegrafista e o quinto passageiro, que era o diretor da Latecoère para a América do Sul, sr. Pranville, fizeram o mesmo, com a ajuda de Siqueira.

Agarrando-se uns aos outros para não caírem do teto da cabine nas águas agitadas – que eram as do Rio da Prata – os cinco foram tirando os agasalhos e as roupas. Uma neblina espessa deixava ver ao longe, na linha do horizonte, as luzes de uma cidade. Quando o motor do avião começou a desaparecer, o comandante Negrin avisou que era preciso se lançarem á água:

– E, tomando a iniciativa, para dar o exemplo, atirou-se...

Seguiu-o o diretor da Latecoère. João Alberto, atordoado, não atinava com o que fazer, mas percebia que só por sua causa Siqueira ainda não abandonara o avião.

– Era preciso ganhar coragem e enfrentar a realidade, arremessando-me e tentando alcançar a costa. Precedeu-me, porém... o telegrafista... Saltou na água estoicamente, deixando um último adeus em espanhol, que era também uma confissão: “Eu não sei nadar. Vou morrer. Adeus...” E começou a debater-se com as ondas, ali, ao nosso lado. Veio à tona três ou quatro vezes, sem pedir socorro. Depois desapareceu...

João Alberto sabia nadar, mas não se considerava um grande nadador. Lembrou-se de que levava dez contos, recebidos de Prestes (e retirados dos oitocentos de Oswaldo Aranha), para pagar despesas no Paraná.

– Pedi a Siqueira que os guardasse, pois tinha maiores probabilidades de chegar à terra do que eu. Siqueira protestou, dizendo que iríamos vencer juntos mais aquela parada.

Siqueira, que era um grande nadador e muitas vezes fizera a nado o percurso entre o Forte de Copacabana e o Forte do Leme, de uma extremidade a outra da praia de Copacabana, colocou sob o braço de João Alberto o assento de couro de uma das poltronas do avião e forçou João Alberto a pular.

– A água provocou em mim um grande choque. A ânsia de respirar forte dava-me a impressão de que sufocava. Nadei desordenadamente por alguns instantes, para me aquecer, na direção das luzes da cidade.

O assento de couro serviu muito a João Alberto nos primeiros momentos, não talvez como salva-vidas, mas porque lhe protegia o peito contra o frio, embora atrapalhando um pouco os movimentos.

João Alberto deu enorme importância ao gesto de Siqueira ao entregar-lhe o assento de couro, considerando-o uma prova suprema de amizade e lealdade absoluta.²²⁸ Talvez João Alberto atribuísse a aquele improvisado salva-vidas o fato de continuar vivo, à tona d’água e nadando desesperadamente em direção as luzes do horizonte.

O que aconteceu em seguida pode explicar por que ele se considerou em dívida com Siqueira Campos, como se só um dos dois pudesse salvar-se e Siqueira tivesse dado a própria vida (com o salva-vidas) para salvar João Alberto.

²²⁸ Idem, pg. 229.

– Mal havia recuperado a calma (talvez decorridos uns dez minutos...), ouvi, perto de mim, o grito angustiante do Siqueira: “Espera, João!”

– Voltei-me ainda em tempo de o ver, a um metro de mim, ser tragado por uma onda. Desapareceu sem estender o braço para pedir auxílio. Apenas, na face, aquela expressão de energia indômita que eu conhecia tão bem dos momentos de luta, desfigurado agora por uma intensa expressão de dor. Esperei... afastando-me somente quando senti que ele não mais retornaria. Veio então o desespero.²²⁹

Prestes, que não estava no avião, teve certeza, como sempre:

– João Alberto tentou salvar Siqueira, mas não conseguiu. Foi uma coisa desastrosa: Siqueira era forte e podia ter nadado os três quilômetros até a praia, como fez João Alberto (que, entre parênteses, nadou no mínimo duas horas e meia, em águas geladas e hostis). Mas [Siqueira] afundou logo às primeiras braçadas...

Siqueira não afundou logo às primeiras braçadas. Siqueira nadou pelo menos dez minutos, depois de esperar que João Alberto se recuperasse minimamente dos ferimentos que lhe fechavam os olhos. Não só esperou, como entregou a João Alberto o assento de couro de uma poltrona do avião, improvisando para o amigo um salva-vidas que não reservou para si mesmo.

De longe, Prestes defende João Alberto de uma acusação que ninguém fez a sério:

– Houve quem tentasse insinuar que foi João Alberto quem o matou...

– Não é verdade – acrescenta Prestes, que não estava com João Alberto e Siqueira Campos nesse momento, e, aliás, rompera com eles.

– Siqueira estava enfraquecido porque vivia um mês em São Paulo, fabricando bananas de dinamite, e, quando chegava a Buenos Aires, se metia na farra...

Prestes, que não estava com eles, que não teve de sobreviver à queda do avião, culpava Siqueira Campos, seu maior amigo, o único, de verdade, que teve na vida:

²²⁹ Idem, pp. 226 a 230.

– Era um espírito boêmio e isso debilitou muito sua saúde...²³⁰

João Alberto, porém, que estava lá, teve a impressão de que Siqueira fora atacado por um grande peixe, quem sabe um tubarão. Só uma causa extraordinária como essa explicaria que João Alberto, mau nadador (a seu próprio juízo), continuasse resistindo depois que aquele mar arrastou para sua profundidade sem volta o grande nadador Siqueira Campos, que costumava atravessar a nado, “em linha reta, indiferente às correntes, do forte de Copacabana, onde servia, ao Forte do Leme”. Depois da obsessiva fixação no assento de couro da poltrona, seu salva-vidas, João Alberto fora dominado pela ideia de que um peixe atacara Siqueira Campos:

– A ideia de que um peixe investira contra o Siqueira não me deixava um instante. Sentia-o a perseguir-me. Batia com as pernas para afugentá-lo e esgotava-me fisicamente... O sangue que me corria pela face tomou-me o olho direito... A pele da testa, aberta num longo talho, e o ferimento da face esquerda fechavam completamente o outro...²³¹

Quanto tempo terá durado essa luta com um grande peixe que só em terra firme João Alberto soube que não existira? Entre o saltar do avião que afundava e ouvir o grito de Siqueira Campos – “Espera, João!” – João Alberto calculou que tivessem decorrido uns dez minutos. Daí em diante ele não terá mais noção de tempo: foi apenas um instante ou foi um longo intervalo o que esperou até ter certeza de que Siqueira não voltaria da voragem das ondas? Terá sido de apenas um instante o longo pesadelo da luta de suas pernas contra o grande peixe?

Com os dois olhos cegos, braços e pernas extenuados da luta contra as ondas e contra o grande peixe, João Alberto sentiu tudo escurecer e quase desmaiou. Parecia que tudo estava acabado e chegara também sua vez:

– Mas uma onda bateu-me em cheio no rosto, limpando o sangue e restituindo-me a visão.

Voltaram-lhe de imediato as forças que fugiam, as forças do corpo e as do espírito. O susto – diria ele próprio – foi salutar.

²³⁰ Dênis de Moraes e Francisco Viana, *Prestes: lutas e autocríticas*, pg. 50.

²³¹ João Alberto, *Memórias de um revolucionário*, pg. 231.

– Era preciso agir com calma, nadar com método, economizar energias e, sobretudo, não pensar em peixes.

Se houvesse tubarões, raciocinou João Alberto, não haveria como escapar a eles. O importante era nadar, enquanto pudesse, até as luzes ao longe. Livre do pesadelo do grande peixe, João Alberto – como o Ulisses da Odisseia, quantos anos, uns quatro mil anos antes, ou mais? – viu-se diante do perigo maior, a miragem, a tentação: “o jato luminoso de um farol que brilhava periodicamente à... esquerda, mais forte que as luzes da cidade”:

– Não estaria eu... nadando em busca de um objetivo longínquo, quando ali, a meu lado, encontrava-se talvez a salvação?

João Alberto resistiu à tentação – que, compreendeu, seria fatal – e prosseguiu na rota primitiva. Já abandonara o assento de couro, encharcado e inútil depois de algum tempo, e, nadando com os dois braços, aproximou-se do clarão das luzes. Recuperada a faculdade de visão exterior, recomposta, depois do pesadelo e do pânico, a faculdade de visão interior, João Alberto revê Cândida, Cláudio e Rosamaria – razão de suas únicas objeções irredutíveis a Prestes – que agora dormiam tranquilos em Porto Alegre, sem saber que mares singrava seu pai e marido nessa madrugada de maio.

Nadando, nadando, João Alberto sente a cabeça trabalhar febrilmente. Não podia morrer assim, estupidamente, afogado. Não cabia culpa à mulher e aos filhos por terem sido deixados em plano secundário, para João Alberto poder lutar em defesa de outros, que talvez nem mesmo compreendessem... Não teria sido melhor ficar em casa, dando tempo ao tempo, esperando que as coisas avançassem sem violência? Por que aquela obstinação? Se escapasse, prometeu-se, mudaria de vida.

– ...já completamente senhor de mim, nadava com dobrado vigor, a despeito do extremo cansaço. Já distinguia claramente os focos de iluminação da rua. Estava bem perto da terra firme... Vi uma pedra em minha frente. Agarreime a ela... Minhas pernas tremiam... Devia estar a uns cinquenta metros da muralha de uma ampla avenida que corria deserta em minha frente.²³²

²³² Idem, pp. 230 a 232.

UM GOLE DE UÍSQUE ANESTESIA JOÃO ALBERTO

João Alberto foi afinal resgatado por um policial em ronda, que, ao vê-lo, agarrado à pedra, supôs tratar-se de um contrabandista em dificuldade. O policial apontou o revólver e intimou João Alberto a apresentar-se, rendido, em terra firme. João Alberto conseguiu nadar esses últimos cinquenta metros e o policial, percebendo seu estado, ajudou-o a subir o muro do quebra-mar. Ainda venceram – mas em terra firme – uns quinhentos metros até o posto médico da praia de Ramirez, em Montevideu.

O pequeno e agora sepulto Laté 28 do correio aéreo francês levantara voo em Buenos Aires, numa das margens do Prata, e caíra a alguma distância de Montevideu, na outra margem.

Com um gole de uísque, o primeiro de sua vida, João Alberto foi anestesiado para que o médico lhe costurasse a testa e o rosto. Em seguida, prestou depoimento à polícia e deu entrevista às imprensa, em situação esquisitíssima e com uma história fantástica: único sobrevivente de um desastre de avião, não tinha qualquer documento e viajara com nome falso. Estava certo da morte de Siqueira Campos e do telegrafista, mas não sabia se o comandante Negrin e o sr. Pranville, diretor da Latecoère, haviam sobrevivido.

– Quando o dia clareou, pelas sete da manhã, começaram as buscas, pela praia e pelo mar.

João Alberto continuava sentado num banco do posto médico, à espera de quem o identificasse. Mas já sabia, pelo relógio de pulso, de vidro partido e mecanismo paralisado no choque da queda do avião, que o desastre ocorrera às três e meia da madrugada e que ele, mau nadador, nadara duas horas e meia até chegar à pedra providencial e desta à amurada da praia de Ramirez, graças, nessa última e inofensiva etapa, ao revólver engatilhado de um oficial de polícia.

Só às nove e meia da manhã João Alberto foi identificado, pelo dr. Câmara Canto, Presidente do Clube Brasileiro de Montevideu, e por um médico uruguaio, o dr. Alberto Gascue. João Alberto, pelo testemunho de seu relógio de pulso, nadara duas horas e meia. Mas esperou outro tanto, pelo menos duas horas e meia, sentado num banco em terra firme, até aparecer quem o identificasse.

Identificado, João Alberto foi levado para um hotel. No dia seguinte, apa-

receram os corpos dos três franceses, o Comandante Negrin, o telegrafista e o diretor da Latecoère. O de Siqueira Campos só apareceu mais de uma semana depois. João Alberto fora o único sobrevivente.

A autópsia demonstrou que Siqueira Campos não fora vítima da vida boêmia da qual agora o acusava Prestes, mas de uma crise de angina que poderia ter atingido qualquer santarrão – inclusive Prestes (a quem só aconteceria tempos depois o que agora imputava a Siqueira Campos: o doce e perdoável pecado da fornicação).

Prestes foi para Montevidéu e ficou lá até que o corpo de Siqueira, embalsamado, embarcasse para o Rio.

– Só me procurou uma vez – lembraria João Alberto. – Estava desfigurado e moralmente prostrado com a perda do único amigo que realmente tivera...

Mas queria saber se poderia considerar-se desobrigado da promessa de esperar um mês para lançar seu manifesto comunista. João Alberto respondeu que ainda iria decidir sobre sua própria atitude e que Prestes estava livre para agir como quisesse.

Dez dias mais tarde, ainda com a testa amarrada e com um grande chapéu para disfarçar o curativo, João Alberto viajou para Porto Alegre, com o maior desejo de abraçar a mulher e os filhos, que, sabedores afinal do desastre, esperavam-no com impaciência. Também impacientes, Oswaldo Aranha e Maurício Cardoso procuraram-no em Porto Alegre... E ouviram em silêncio: João Alberto não se sentia em condições de retomar a luta sem seus dois maiores amigos e companheiros – Siqueira Campos e Prestes.

– Lembrava-me, também, dos projetos que fizera, nadando, de viver para a família...

Em casa, com a mulher e os filhos, João Alberto começou a recuperar-se – do choque do desastre, da morte de Siqueira Campos e da perda de Prestes.

– Sem ter para onde ir, sem recursos para manter a família no estrangeiro, cheguei à conclusão contraditória de que, na continuação da luta que pretendia abandonar, estava a solução única para meu próprio problema.

– Cândida dizia-me que, de agora em diante, acontecesse o que acontecesse, estaria ao meu lado. Não queria voltar para casa deixando-me na vida errante que eu levava até então.

CAPÍTULO 30

MAIO, 1930

DA DEGOLA DA BANCADA MINEIRA AO MANIFESTO DE BUENOS AIRES

WASHINGTON LUÍS E PRESTES

ATIRAM NO MESMO ALVO

NEM PRESTES, COM SEU MANIFESTO, NEM WASHINGTON LUÍS,
COM A DEGOLA DE TANTOS CONGRESSISTAS ELEITOS, CONSEGUEM DETER
OS ACONTECIMENTOS QUE CONDUZIAM À REVOLUÇÃO.

Assim como o acordo Minas-Rio Grande para a revolução, resultado da visita de Francisco Campos a Porto Alegre, o desfecho da reunião de Prestes com Miguel Costa, Siqueira Campos e João Alberto, em Buenos Aires, também devia permanecer em segredo, pelo menos por algum tempo.

Alguns comandantes militares, como o General Gil de Almeida, em Porto Alegre, desconfiavam muito do que se passava, mas Washington Luís não acreditava nessas desconfianças e, certo de ter ganho a parada, assumiu, com grande truculência, o comando do ritual do reconhecimento de poderes dos deputados e senadores que as juntas apuradoras tinham considerado vencedores.

Washington Luís queria punir seus opositores na eleição de Júlio Prestes – Minas, o Rio Grande e a Paraíba. Era no Congresso que podia exercer essa vingança, porque nele o governo dispunha de maioria sólida e obediente e ao Congresso cabia reconhecer, ou não, os mandatos vindos dos Estados.

Sua mão pesou mais sobre a Paraíba, pequena, fraca e dividida pela rebelião dos prefeitos sertanejos liderados pelo do município de Princesa, José Pereira. No caso da Paraíba, Washington Luís não sentiu necessidade de agir com um mínimo de inteligência. Bastou-lhe a brutalidade.

Todos os votos obtidos pelos candidatos da Aliança Liberal em 36 municípios da Paraíba – mais de 27 mil votos – foram anulados. Foram, no entanto,

validados os mais de 10 mil votos dos candidatos do chefe sublevado José Pereira nesses 36 municípios. Com isso, os candidatos de José Pereira tiveram reconhecidos os seus mandatos enquanto os de João Pessoa acabaram todos degolados.

Em Minas, Washington Luís ousou menos, mostrou-se menos brutal, mas fez degolar, em benefício de candidatos da corrente de Carvalho Brito e Melo Viana, que apoiara Júlio Prestes, quatorze deputados eleitos pelo Partido Republicano Mineiro – escolhidos a dedo, a começar por Afrânio de Melo Franco, não só pelo impulso que dera à formação da Aliança Liberal, mas sobretudo pela carta que escrevera a Eptácio Pessoa, em 1929, denunciando os planos de Washington Luís e os riscos, até de secessão, que via neles implícitos: a carta cujos carbonos o Ministro Viana do Castelo comprara e cujo texto por eles reconstituído fora publicado nos jornais com grande escândalo.

Na Paraíba, Washington Luís conseguira degolar até o senador eleito, Tavares Cavalcanti, da Aliança Liberal. Em Minas, respeitou os mandatos de Olegário Maciel, eleito simultaneamente senador e Presidente do Estado.²³³

No Rio Grande, o Presidente da República foi de uma sutileza de que ninguém o consideraria capaz e que talvez lhe tenha sido emprestada por alguém como Viana do Castelo e Carvalho Brito: no Rio Grande simplesmente não houve degola.

Com isso, Washington Luís semeava em Minas, na Paraíba e especialmente no Rio, a capital federal, a impressão de que o Rio Grande traíra os aliados da Aliança. E dava forças aos republicanos do Rio Grande mais empenhados no reconhecimento da vitória de Júlio Prestes, como Paim Filho e Borges de Medeiros, para neutralizarem Getúlio, Aranha, Flores da Cunha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e os outros adeptos da revolução.

João Neves, reconduzido à liderança da bancada republicana no Rio Grande na Câmara, reassume esse posto a 21 de maio, diz que está voltando à trincheira, “nome que melhor lhe cabe que o de tribuna”, e protesta contra a ausência

²³³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 157 e 158.

da bancada de Minas, cujos mandatos passavam pelo processo de reconhecimento e degola:

– Só ontem, às vésperas desta sessão e como que propositadamente, foi que a direção política da Câmara permitiu que neste mesmo recinto fossem votados os pareceres das comissões de inquérito, nos quais se perpetrou o mais escandaloso atentado à soberana vontade do eleitorado, amputando-se à grande unidade central quatorze dos seus delegados, escolhidos por incontestável maioria e sacrificados pela opressão e pela vingança. Parece, senhores, que não estamos diante do Congresso brasileiro, mas em face de um terrível juízo de Deus.

– Não é só quantitativamente que o tradicional republicanismo mineiro é assaltado... Se eu quisesse resumir em um só nome a qualidade dos mandatários de que nos privou a sentença das frações, poderia simbolizar a violência do meu protesto no esbulho sofrido por Afrânio de Melo Franco, a brilhante figura que honrou nosso país no próprio Conselho da Sociedade das Nações...

Aparteado com violência e respondendo no mesmo tom, João Neves discute os casos mais clamorosos – como o da Paraíba, em que um candidato com dois mil votos foi reconhecido enquanto outro, com 29 mil, era cassado. Mas seu tempo termina e a maioria da Câmara, governista, está ansiosa para votar o reconhecimento da eleição de Júlio Prestes para a Presidência da República.

– Não quero – provoca João Neves – perturbar por mais tempo a ansiedade que tendes para emprestar vosso voto ao reconhecimento de vosso candidato.

– Creio que a estas horas demanda a barra de Santos o Almirante Jaceguai, vestido de novo, alcatifado e florido, repintado para a travessia que vai fazer, em nome do Brasil... Segundo as folhas, a nau que vai conduzir o honrado Sr. Júlio Prestes, em sua viagem nupcial com a Presidência da República, será comboiada por uma divisão de cruzadores, o Bahia e o Rio Grande do Sul.

– Que o Bahia acompanhe S. Exa.... com o prestígio do grande e tradicional Estado cujo chefe é companheiro de chapa do candidato vencedor pelas atas, é compreensível e justo. Que o Rio Grande o siga... não me parece nem compreensível nem justo... O navio que ostenta o nome do nosso rincão bem

amado segue na rota presidencial, mas nós, os rio-grandenses do sul, ficamos com as ideias e os compromissos – terra firme inacessível às solicitações do interesse, sem rancor e sem pena, “mal com os homens por amor a Deus”.²³⁴

UNANIMIDADE NA DECISÃO DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO

Na mesma tarde, os 23 deputados não-degolados da bancada da Aliança Liberal de Minas são afinal admitidos ao plenário, em sessão conjunta do Congresso, e entram liderados por José Bonifácio, o irmão de Antônio Carlos. José Bonifácio, prestado o juramento, tem a palavra e lê um documento de protesto contra a degola dos outros 14 deputados eleitos pelo Partido Republicano Mineiro e degolados no reconhecimento de poderes pela Câmara, por ordem de Washington Luís.

Alguns dos 14 deputados da Concentração Conservadora de Carvalho Brito e Melo Viana, “eleitos” nas vagas dos republicanos degolados, aparteiam furiosamente José Bonifácio, que interrompeu a leitura do manifesto, “percorreu a sala com um olhar desdenhoso e, quando afinal se fez o silêncio reclamado pelo estridente toque das campainhas”, voltou-se para o Senador Antônio Azeredo, que estava na presidência dos trabalhos, dizendo-lhe “com uma gravidade jocosa”:

– Senhor Presidente, pediria a V. Exa. a bondade de informar-me desde quando pessoas estranhas ao Congresso podem interromper os oradores...²³⁵

Os deputados de Washington Luís em Minas, tratados como pessoas estranhas ao Congresso, “desencadearam verdadeira tempestade de protestos contra o bravo Andrada, que, sereno, sorria do alto da tribuna, satisfeito da réplica teatral que certamente ensaiara para desferi-la contra os adversários”.²³⁶

²³⁴ Hélio Silva, 1930: a Revolução traída, pp. 96, 100 e 101.

²³⁵ Idem, pg. 103.

²³⁶ Idem, *ibidem*.

A 27 de maio, menos de uma semana depois da consumação da degola, Antônio Carlos reuniu em sua casa, em Juiz de Fora, a Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro. Estavam presentes dois ex-Presidentes da República, Wenceslau Brás e Arthur Bernardes. O único ausente era Afrânio de Melo Franco, que estava na Europa tentando conseguir algum empréstimo para o governo de Minas. É nessa reunião que Antônio Carlos revela os compromissos que tinha assumido com a revolução, dos quais só Bernardes, entre os presentes, tinha conhecimento.

– Todos esses homens, educados no respeito à ordem e defensores dela... – escreveu Afonso Arinos, filho de Afrânio e irmão de Virgílio de Melo Franco – ouviram Antônio Carlos relatar os compromissos formais que tinha tomado, em nome do partido, para com a revolução que se preparava.

– Tal era a subversão de critérios e valores daquela hora, tais os desatinos do governo federal... que nem um só daqueles prudentes cidadãos divergiu da atitude imperativa e única que ficara reservada à política montanhesa.²³⁷

Por unanimidade, a Executiva aprovou esses compromissos, ficando, porém entendido que Minas devia “acompanhar os aliados, em qualquer terreno em que a luta se travasse”, mas não tomar a iniciativa. Mas só poderia acompanhar os aliados se contasse, com certeza, com a solidariedade “plena” do Rio Grande e da Paraíba.

– Por outras palavras – diria Barbosa Lima Sobrinho – Minas só deveria caminhar para a revolução se tal fosse também a deliberação unânime dos próceres gaúchos, ou, pelo menos, o voto claro e irretroatável dos srs. Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Sobre esse ponto não haveria discrepância entre os chefes mineiros, todos de perfeito acordo com o Sr. Antônio Carlos, na conveniência de evitar pronunciamentos levianos. Ora, o voto do sr. Borges de Medeiros tornara-se público nas suas famosas entrevistas. Quanto ao sr. Getúlio Vargas, o que se conhecia dos bastidores levava a capitulá-lo entre os moderados e os pacifistas.²³⁸

²³⁷ Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, pg. 1009.

²³⁸ Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, pg. 108.

Getúlio, de fato, aparecia entre os moderados e os pacifistas, mas tinha dado plenos poderes a Oswaldo Aranha para articular a solução revolucionária e, acompanhado de Aranha, acertara pessoalmente com Francisco Campos, na visita deste a Porto Alegre em abril, pouco mais de um mês antes, “os termos em que Minas concordaria com o desfecho revolucionário”.²³⁹

PARA ABORTAR A REVOLUÇÃO, PRESTES PUBLICA SEU MANIFESTO

Dois dias depois da reunião do PRM, o *Diário da Noite*, do Rio, e o de São Paulo publicaram o manifesto em que Luís Carlos Prestes rompia com seus antigos companheiros da Coluna.

Na opinião de Virgílio de Melo Franco, Prestes só mandou publicar esse documento por estar empenhado em fazer abortar a revolução. Prestes, de fato, dissera a Siqueira Campos, João Alberto e Miguel Costa, em Buenos Aires, que uma “revolução” liderada por Getúlio, Antônio Carlos, Arthur Bernardes, Borges de Medeiros e mesmo Oswaldo Aranha apenas renovaria e perpetuaria o modelo oligárquico que se esgotava com o fracasso de Washington Luís e a crise do café.

Se chegasse a ser deflagrada, essa “revolução”, vitoriosa ou não, atrasaria a revolução verdadeira, aquela que Prestes propunha agora e para a qual não conseguira atrair sequer seus companheiros da Coluna, porque, recém-converso ao marxismo, apegava-se a posições que ele próprio, mais tarde, consideraria sectárias.

O manifesto de Prestes não se limitou a causar estragos entre os oficiais revolucionários e os simpatizantes civis da epopeia da Coluna.

– Lembro-me bem – diria Virgílio de Melo Franco – que quando apareceu o manifesto... o sr. José Bernardino Alves Júnior, Secretário de Finanças de Minas, e o sr. Odilon Braga, Secretário de Segurança Pública, estavam no Rio, a fim de entregarem aos representantes do Rio Grande o resto da contribuição

²³⁹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 156.

prometida por Minas. À vista, porém, do manifesto, entenderam... que a situação se alterava... [e] a contribuição não devia ser feita antes de um novo entendimento. Assim... tivemos que articular de novo tudo...²⁴⁰

Prestes acertara no alvo e o fato é que nesse momento seu alvo e o de Washington Luís eram o mesmo.

Alguns companheiros de Prestes na Coluna, como Juarez Távora, e amigos seus civis, como os irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, tiveram conhecimento do manifesto antes de sua publicação e discordaram dele. O que muito deve ter surpreendido quem quer que conhecesse Prestes e sua história recente, recentíssima, é que ainda em 1929, convidado a ser candidato do Partido Comunista a Presidente da República, Prestes quisera saber qual o programa do partido. Era um programa de sete itens: nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; abolição das dívidas externas; liberdade de organização e imprensa; direito de greve; legalidade para o PCB; jornada de oito horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores.

Astrojildo Pereira, um dos principais dirigentes do PC e um dos participantes dos entendimentos com Prestes, reconheceria depois que o partido formulara um programa extremamente radical, que não consultava diretamente os interesses momentâneos das classes médias e não podia ser aceito, como não foi.

– Juarez Távora não admitia sequer a hipótese de uma simples troca de ideias com o PCB. Siqueira Campos... embora admitisse e desejasse o apoio dos comunistas, não estava interessado em eleições: que o PCB lhe desse um batalhão de operários e alguns fuzis. Luís Carlos Prestes, mais sereno, simplesmente se limitou a informar que não lhe era conveniente ser candidato e, além disso, o programa era demasiado extremista.

Convidado a propor um programa de frente única que pudesse ter apoio popular e a adesão dos revolucionários de 22, de 24 e da Coluna, Prestes

²⁴⁰ Idem, pg. 163.

sugeriu os seguintes pontos: voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de imprensa e organização e melhoria para os operários.²⁴¹

Era muito menos do que Getúlio Vargas propusera na plataforma da Aliança Liberal. Agora Prestes rompe com seus companheiros da Coluna porque eles aceitam a revolução liderada por Getúlio, que irá necessariamente muito além da plataforma da Aliança, uma plataforma estritamente eleitoral, mas não se sentem em condições de subscrever as novas ideias de Prestes, que vão muito mais longe que o programa do PC em 1929.

NEM PRESTES NEM WASHINGTON LUÍS PARALISAM OS ACONTECIMENTOS

No Manifesto de Maio, dirigido “ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e, muito especialmente, aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação de que necessitamos”, Prestes afirma:

– A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panaceias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

– Toda a ação governamental, política e administrativa gira em torno dos interesses de tais senhores, que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal regime decorrem quase todos os nossos males. Querer remediá-los pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional.

²⁴¹ Hélio Silva, 1930: a Revolução traída, pp. 140 e 141, citando Astrojildo Pereira, Formação do PCB.

– É irrisório falar em liberdade eleitoral quando não há independência econômica, como de educação popular quando se quer explorar o povo. Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova York. Todas as nossas fontes de renda dependem do capitalismo inglês ou americano, em cujo poder estão também os mais importantes serviços públicos, os transportes e a indústria em geral.

– Os próprios latifúndios vão passando aos poucos para as mãos do capitalismo estrangeiro. A ele já pertencem nossas grandes reservas de minério de ferro do Estado de Minas Gerais, extensas porções territoriais do Amazonas e do Pará, onde talvez estejam os nossos depósitos petrolíferos.

– Todas as rendas nacionais estão oneradas por empréstimos estrangeiros... A única solução encontrada pelos governos, dentro das contradições em que se debatem, são os empréstimos externos com uma maior exploração de nossa massa trabalhadora...²⁴²

– Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos – única que julgamos útil aos interesses nacionais – o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho; proteção ao trabalho das mulheres e das crianças; seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença, o direito de greve, de reunião e de organização...

– Proclamamos, portanto, a revolução agrária e anti-imperialista, realizada e sustentada pelas grandes massas de nossa população. Lutemos pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, de todas as formas de exploração feudais e coloniais. Pela confiscação, nacionalização e divisão das terras. Pela entrega da terra gratuitamente aos que a trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo; pela confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, dos latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos...

Em 1926, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Getúlio vota-

²⁴² Edgar Carone, *O Tenentismo*, pp. 348 e 349.

ra pelo parecer que opinava pela anulação do contrato da Itabira Iron – o que resultaria na nacionalização das reservas minerais concedidas a esse consórcio estrangeiro. Já nos primeiros meses de seu governo provisório, Getúlio anularia concessões outorgadas pelos governos estaduais do Amazonas e do Pará, que podiam implicar a entrega de reservas ainda desconhecidas de petróleo.

No caso da Itabira Iron, ele votara contra ela na Comissão de Justiça da Câmara e desde o início de 31 tomara decisões que acabariam por fazer reverter ao patrimônio nacional essa concessão. No caso das reivindicações sociais do manifesto, a legislação trabalhista decretada por Getúlio já a partir de dezembro de 1930, atenderia a quase todas elas. E o diagnóstico que Prestes fazia da situação da economia brasileira dominada por interesses estrangeiros foi, no essencial, sem a estridência de um jargão a que o próprio Marx não cederia, o diagnóstico que viria a orientar as grandes decisões de Getúlio Vargas até o último dia de sua vida.

Uma das grandes ironias desse momento da história brasileira é que Getúlio Vargas passou a ser acusado não de comunista, mas de fascista por ter adotado soluções coincidentes com algumas propostas de Luís Carlos Prestes, no momento em que este proclamava sua adesão ao marxismo-leninismo e preparava seu ingresso no Partido Comunista.

Nem Prestes, com seu manifesto, nem Washington Luís, com a degola de tantos congressistas eleitos, conseguiram deter os acontecimentos que conduziam à revolução desde muito antes do assassinato de João Pessoa.

CAPÍTULO 31

JUNHO, 1930

O RECUO DE ANTÔNIO CARLOS E A DEMISSÃO DE ARANHA

A REVOLUÇÃO MORRE E RENASCE

ERA BOM QUE SE ESPALHASSE E CONTAGIASSE WASHINGTON LUÍS

A IMPRESSÃO DE QUE A REVOLUÇÃO ESTAVA MORTA.

Com outro manifesto, publicado a 1º. de junho, Getúlio respondeu, não a Prestes, mas à degola de mandatos praticada por Washington Luís. Desde março, quando reconhecera a vitória de Júlio Prestes, Borges de Medeiros esperava de Getúlio um telegrama a Júlio Prestes ou um manifesto à opinião pública. Telegrafar a Júlio Prestes seria reconhecer sua vitória – o que Getúlio não podia fazer, não por obsessão ou intolerância pessoal, mas porque devia manter aberto o caminho da revolução. E não era de Júlio Prestes que se tratava, mas de Washington Luís. E o manifesto, agora, não é de reconhecimento da derrota, mas de denúncia.

Getúlio protesta contra a cassação dos parlamentares de Minas e da Paraíba e diz:

– Não há, hoje, divergências de opinião no tocante à necessidade do restabelecimento da tranquilidade dos espíritos, que depende exclusivamente de uma política de tolerância, respeito e garantia de todos os direitos... Por isso mesmo se revelam... os atos de prepotência praticados pelo Congresso contra a Paraíba e Minas Gerais como a mais deplorável incompreensão do momento histórico.

– Essas e outras iniquidades servem apenas para dificultar os esforços de todos os bons patriotas, no sentido do apaziguamento geral da nação... É o que demonstram os protestos partidos de todas as consciências livres, aos quais juntei os meus, que agora sinceramente reitero. A pressão moral... é mais for-

te, entretanto, do que imaginam, e não acredito que esteja longe a necessária retificação...²⁴³

Não era isso que Borges de Medeiros esperava e talvez não fosse isso o que esperava Antônio Carlos menos de uma semana depois da decisão unânime da comissão executiva do PRM.

Se Antônio Carlos contava com Getúlio entre os moderados e os pacifistas, o manifesto de 1º. de junho não era de molde, como escreveu Barbosa Lima Sobrinho, a alterar (e muito menos a dispensar) as cautelas e as ressalvas da decisão do PRM, segundo as quais Minas devia “acompanhar” os aliados, em qualquer terreno em que a luta se travasse, mas só na certeza de contar com a solidariedade plena do Rio Grande e da Paraíba e no caso de deliberação unânime dos líderes do Rio Grande, ou, pelo menos, “o voto claro e irretratável de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas”.

O manifesto de Getúlio não reconhecia a vitória de Júlio Prestes. Pior: afirmava que iniquidades como a degola dos mandatos serviriam apenas para dificultar o apaziguamento geral da Nação, ou seja, para estimular soluções não pacíficas. E advertia não estar longe “a necessária retificação” da democracia brasileira, sem manifestar, ao menos, o desejo de que essa retificação se desse por processos legais e não por imposição revolucionária.

Getúlio, portanto, não abria para Antônio Carlos a porta de emergência para retirar-se dos compromissos que assumira com a revolução. Em último caso, Antônio Carlos teria de recorrer ao veto de Borges de Medeiros, pois a resolução do PRM exigia ou a unanimidade dos líderes gaúchos a favor da revolução ou pelo menos o voto nesse sentido tanto de Getúlio quanto de Borges de Medeiros.

Barbosa Lima Sobrinho, que, como jornalista, acompanhou de perto esses acontecimentos e conhecia também de perto quase todos os seus atores, escreveu sobre estes e aqueles já em 1931, com base na documentação que encontrou, nos livros publicados, nos jornais da época, nos discursos parlamentares e nos depoimentos ouvidos de uns e de outros. Valeu-se, ainda, de “informa-

²⁴³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 164.

ções confidenciais, cujas origens ficaram necessariamente em silêncio”, e, finalmente, “não desprezou também a sua impressão pessoal”.²⁴⁴

– Com a sua inteligência plástica, que tão perfeitamente sabe se acomodar ao feitio ou tendência dos acontecimentos – escreveu ele, chamando atenção para o que lhe parecia principal no documento – o sr. Getúlio Vargas evitou uma declaração de paz, cujos inconvenientes percebeu. Não quis caminhar, entretanto, até a guerra.²⁴⁵

Nem teria razão para isso naquele momento. Se a revolução era para valer, seus preparativos deviam ser conduzidos em segredo. Ameaças ou sua proclamação precipitada serviriam apenas para acionar a intervenção federal no Rio Grande, em Minas e na Paraíba e o estado de sítio em todo o país. Naquele momento, Getúlio tinha de pagar o preço da incompreensão. Só o manifesto seguinte, a 3 de outubro, seria a declaração de guerra, já com o Rio Grande levantado em armas.

Além de não ter compreendido o alcance da inexistência, no manifesto, de uma declaração de paz, Washington Luís, ao que parece, não chegou a preocupar-se com as advertências de Getúlio. Ele não acreditava que os mineiros, a começar por Antônio Carlos, fossem capazes de reagir.

LIVRAI-NOS, PELO AMOR DE DEUS, DA REVOLUÇÃO

Por um momento, Antônio Carlos quase conseguiu dar razão a Washington Luís.

Tanta coisa vinha acontecendo, uma atrás da outra – o rompimento de Prestes, a morte de Siqueira Campos, a degola das bancadas mineira e paraibana, a reunião do PRM, o manifesto de Getúlio – que, nos primeiros dias de junho, João Neves sugeriu um encontro de Flores da Cunha, que estava no Rio, de partida para o Rio Grande, com Antônio Carlos.

Flores, João Neves e Virgílio de Melo Franco seguiram, portanto, a 5 de

²⁴⁴ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, prefácio, pg. XVI.

²⁴⁵ *Idem*, pp. 108 e 109.

junho, para Juiz de Fora. Antônio Carlos recebeu-os com uma conversa divertidíssima, que prolongava indefinidamente, “numa verdadeira cascata de citações de trechos de mensagens e discursos do sr. Washington Luís, todos eles de uma tolice sem par...” – escreveu Virgílio de Melo Franco.

– Mas não era para ouvir aquilo que... tínhamos feito a viagem até Juiz de Fora.

Flores ou João Neves, um dos dois conseguiu afinal encaminhar a conversa para o assunto que a motivara, a revolução:

– Desde as primeiras palavras de sua resposta – registrou Virgílio de Melo Franco – percebi que o Presidente de Minas já havia recuado...²⁴⁶

Para Barbosa Lima Sobrinho, Antônio Carlos compreendia a imprudência de sua atitude. Sentira, no manifesto de Getúlio, “não só as incertezas do candidato como a influência de Borges de Medeiros”:

– Minas arriscava-se, tomando compromissos plenos, enquanto o Rio Grande trazia apenas o voto de alguns líderes, que, no momento preciso, poderiam ficar desamparados pelos chefes de maior força, não envolvidos na conspiração. Resolveu, por isso, contramarchar, tanto mais quanto nesse sentido se encaminhavam também as suas hesitações íntimas...²⁴⁷

Minas talvez corresse mais riscos, por sua geografia mediterrânea e porque seu governo se acomodara à intervenção de fato imposta por Washington Luís. Mas o Rio Grande se arriscara mais: importava armas, mandava armamento para a Paraíba, sediava o QG militar revolucionário, abrigava quantos oficiais se dispunham a entrar na revolução, remetera dinheiro para Prestes. Mas esse, o dos riscos maiores de Minas, era o raciocínio que convinha agora a Antônio Carlos, decidido a recuar.

Antônio Carlos tentava transmitir a impressão de que se preocupava e angustiava com a hipótese de o Rio Grande não marchar para a revolução. Mas essa seria a hipótese menos preocupante para Antônio Carlos – aliás não seria preocupante, seria um alívio. Angustiosa era a hipótese contrária, que

²⁴⁶ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 165.

²⁴⁷ Barbosa Lima Sobrinho, A Verdade sobre a Revolução de Outubro, pg. 110.

ficara em aberto pelo fato de Getúlio, em seu manifesto, ter evitado uma declaração de paz: a hipótese de o Rio Grande marchar, sim, para a revolução.

Era isso que preocupava Antônio Carlos, a hipótese de o Rio Grande querer a revolução, com o apoio de Getúlio e sem que Borges de Medeiros pudesse solitariamente vetá-la.

Nesse encontro com Flores da Cunha, João Neves e Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos não deixou de reafirmar, agora com algumas reservas, seus compromissos com a revolução. Mas o tom e a linguagem eram de enorme dúvida em relação às possibilidades do movimento e até do valor de seus chefes militares. João Neves e Flores da Cunha procuraram levar Antônio Carlos para definições mais precisas.

– Afinal, o Presidente declarou que estava com o Rio Grande e que seguiria sua orientação, mas o melhor seria firmar-se uma sólida aliança entre os três Estados para uma campanha política, ficando de pé o compromisso com a revolução caso o governo federal intervisse na Paraíba.²⁴⁸

E expressou, claramente, explicitamente, o desejo “de transformar os compromissos militares esboçados em compromissos políticos definidos, para uma ação pacífica”.²⁴⁹

Essa condição não fora suscitada ou sugerida antes, era um fato novo. Flores da Cunha pediu, então, que Antônio Carlos repetisse por escrito o que lhes dizia, o que Antônio Carlos fez, imediatamente, sob a forma de carta ao próprio Flores:

– Não repetirei – começava a carta – a exposição dos graves e patrióticos motivos que nos devem impelir no sentido de atalhar a explosão revolucionária, porque estou certo de que você a guarda de memória, tão vivamente se mostrou por ela impressionado.²⁵⁰

Para evitar a revolução, era preciso antes de tudo evitar a intervenção na

²⁴⁸ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 166.

²⁴⁹ Barbosa Lima Sobrinho, A Verdade sobre a Revolução de Outubro, pg. 110.

²⁵⁰ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 166.

Paraíba, “tão seguro nos pareceu que ela... por sua feição de monstruosa vindita... desfechará a tormenta”:

– Isso posto, insisto na conveniência de uma ação política de Minas e do Rio Grande do Sul, no intuito de fazer sentir ao Presidente da República a delicadeza da situação, a impossibilidade de conter o movimento revolucionário, verificada aquela intervenção... A ação que alvitro poderá ser exercida por dois delegados, um do Rio Grande e outro de Minas, em conferência confidencial que solicitarão ao Presidente e na qual o pensamento acima esboçado seja exposto com firmeza e elevação de vistas.

A leitura dessa carta, comentou Barbosa Lima Sobrinho, “permitiria pensar que o Andrada, do alto das cordilheiras de Minas, exclamava, angustiado, olhos fitos no senhor do Catete”:

– Livrai-nos, por amor de Deus, da contingência de fazer a revolução!²⁵¹

GETÚLIO PRESERVA A REVOLUÇÃO CALANDO SOBRE ELA

Getúlio, no manifesto de 1º. de junho, não fora até a declaração de guerra, mas evitara fazer uma declaração de paz. Antônio Carlos, nessa carta de 5 de junho, propõe que dois emissários, um de Minas e outro do Rio Grande, consigam um encontro confidencial com Washington Luís para confessar a ele que, decretada a intervenção na Paraíba, não conseguirão evitar a revolução, da qual serão obrigados a participar “por força dos imperativos que decorrem da solidariedade política e da dignidade humana”.²⁵²

Getúlio, pagando o preço de decepcionar amigos e correndo o risco de desmoralizar-se, preservara a revolução calando sobre ela. Antônio Carlos queria agora denunciá-la – e é claro que essa conferência confidencial com Washington Luís não conduziria o Presidente da República ao caminho da sensatez: diante de uma conjura revolucionária confessada, mais razões ele teria para concluir a obra de vingança iniciada pelas degolas no Congresso;

²⁵¹ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pp. 110/111.

²⁵² *Idem*, pg. 110.

para decretar o estado de sítio e intervir na Paraíba, em Minas, que não fora suficientemente punida, e no Rio Grande, que de todo não fora punido.

Na viagem de volta, Flores, Neves e Virgílio combinaram que, se Getúlio não considerasse a nova atitude de Antônio Carlos uma prova de fraqueza capaz de comprometer a revolução, eles três deviam continuar empenhados nos preparativos do levante armado, sob a orientação de Oswaldo Aranha.

Dias depois, Virgílio volta a Antônio Carlos, agora com Pedro Ernesto, um dos políticos mais populares do Distrito Federal, médico famoso e um dos principais responsáveis pela articulação revolucionária na cidade do Rio de Janeiro; e com o Capitão Leopoldo Néri da Fonseca, escolhido para exercer a chefia militar da revolução em Minas.

Pedro Ernesto transmite a Antônio Carlos a informação que Néri da Fonseca recebera em carta cifrada de João Alberto: tudo deveria estar pronto a tempo de a revolução começar até o dia 16 de julho. A confirmação da data seria dada com antecedência de oito dias por Oswaldo Aranha.

Articulado no Rio com Eduardo Gomes e cerca de 40 outros oficiais revolucionários, mas que permaneciam, pro forma, no serviço ativo do Exército, sem funções de comando e adidos ao Ministério da Guerra, Pedro Ernesto precisava saber quando deveriam eles desertar.

Na impossibilidade de um grande levante armado no Rio, no momento de estourar a revolução, esses oficiais iriam para Minas, como reforço ao estado-maior e aos corpos de tropa sob o comando do Capitão Néri. Era preciso, porém, que eles desertassem com um mínimo de antecedência, antes que, iniciada a revolução, Antônio Carlos executasse a ordem de fechar as fronteiras de Minas.

Diante da pergunta de Pedro Ernesto, Antônio Carlos reagiu ainda pior que na recente conversa com Flores da Cunha e João Neves:

– Começou – escreveria Virgílio de Melo Franco, presente mais uma vez ao encontro – por fazer acusações ao Rio Grande, ou melhor, aos homens do Rio Grande, os quais estavam agindo de forma precipitada e, a seu ver, com a ignorância de Borges de Medeiros. Quando aos oficiais... entendia que poderiam oportunamente desertar. Para terminar, pediu... ao dr. Pedro Ernesto que

telegrafasse aos seus amigos do sul e, como coisa sua, significasse-lhes as dúvidas e as apreensões do Presidente de Minas.

Assim como Luís Aranha em abril, mas em clima e com expectativas completamente diferentes, Pedro Ernesto comunicou-se em código com Porto Alegre, agora para transmitir as dúvidas e os temores de Antônio Carlos.

Os recuos e manobras de Antônio Carlos – diz Virgílio de Melo Franco – levaram o grupo mineiro favorável à revolução a acelerar e intensificar sua ação em Minas:

– O caso é que conhecendo nós, elementos mais radicais, as indecisões do sr. Antônio Carlos, criáramos uma atmosfera artificial em torno dos recursos com que contávamos. Assim é que exagerávamos muito a extensão do preparo do movimento, não só em Minas como nos outros pontos do Brasil, sobretudo em S. Paulo. Sempre que chegava a belo Horizonte um emissário qualquer, eu lhe preparava o espírito para que, nas conversas com o elemento oficial e com o próprio sr. Antônio Carlos, a sua linguagem sobre as possibilidades de êxito do movimento, no seu setor, fosse o tanto quanto possível otimista. Assim, conseguimos manter, para os olhos do Presidente de Minas, uma visão panorâmica magnífica, mas ilusória...

– Em Belo Horizonte, os nossos dias eram consumidos pelo trabalho febril da preparação do movimento. Pelo rádio, que foi o maior elemento a serviço da revolução, nós nos comunicávamos diariamente com o Rio Grande do Sul, com a Paraíba e com o Rio de Janeiro. Além disto, recebíamos e mandávamos emissários para os diferentes setores. Rumo ao Sul e rumo ao Norte cruzavam permanentemente, por via aérea, os próprios do sr. Oswaldo Aranha ou do sr. Juarez Távora.²⁵³

ANTÔNIO CARLOS PERDE A CALMA

Minas estava cercada e isolada por forças e ações do governo federal:

– Impossibilitada de receber qualquer recurso de fora das suas fronteiras e

²⁵³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 166 a 168.

reduzida, assim, a uma angustiosa situação de ilha bloqueada, Minas Gerais teve de improvisar muita coisa. Para o assalto aos quartéis do Exército, o sr. Amaro Lanari mandara fundir, na usina siderúrgica Belgo-Mineira, instalada em Sabará, uma grande encomenda de granadas de mão... Essas granadas tiveram indiretamente uma grande influência no fracasso do movimento marcado para julho.

Num dia em que Virgílio de Melo Franco viajara com Lanari para Sabará, a fim de apressar a fabricação das tais granadas, chegaram inesperadamente a Belo Horizonte dois emissários de Ricardo Holl, que substituíra Siqueira Campos no comando militar da revolução em São Paulo. Na ausência de Virgílio, foram encaminhados a Odilon Braga, um dos auxiliares próximos de Antônio Carlos – e não dos mais simpáticos à revolução.

Odilon Braga verificou que a situação não era tão favorável quanto supunham. No mesmo dia, o Secretário do Interior Francisco Campos recebera de Porto Alegre um radiograma no qual Oswaldo Aranha fazia “minuciosas indagações sobre a marcha da conspiração em Minas, sobretudo relativamente à extensão do trabalho na guarnição federal, que ele aconselhava vivamente fosse intensificado”.

Antônio Carlos, já informado da impressão pessimista de Odilon Braga, assustou-se com o rádio de Aranha. Numa reunião em seguida, já com Virgílio de Melo Franco de volta de Sabará, Antônio Carlos reclamou:

– Em São Paulo – disse – a situação era muitíssimo diferente da que tínhamos nós pintado.

Não deixava de ser verdade. Em São Paulo, mesmo com Siqueira Campos vivo e no comando, as expectativas da revolução eram mínimas. O próprio Siqueira passara as últimas semanas, antes da viagem fatídica ao encontro de Prestes, fabricando pessoalmente bombas e granadas de mão, para as tentativas de perturbação da ordem com que assinalaria a presença do movimento revolucionário em seu Estado.

Era de conhecimento geral, além disso, que tempos atrás os líderes do Partido Democrático haviam fracassado numa tímida tentativa de levantar algum pouco dinheiro para iniciar um movimento armado, sob o comando de

Prestes, bem antes da eleição, da campanha eleitoral e dos entendimentos para a Aliança Liberal.

Embora se soubesse que a revolução só chegaria a São Paulo de fora para dentro, o pretexto servia a Antônio Carlos para criar novas dificuldades.

Além disto, acrescentava Antônio Carlos, Oswaldo Aranha ainda não sabia naquele momento, poucos dias antes da projetada explosão revolucionária, o que em Minas se passava.

– Nessas condições – acrescenta Virgílio de Melo Franco – o sr. Antônio Carlos, contra os seus hábitos, perdeu inteiramente a calma. Acusou-nos a todos de o estarmos envolvendo, e ao nosso Estado, em uma aventura louca. O sr. Francisco Campos, por sua vez, com o seu temperamento de cético, pouco nos ajudou, no esforço desesperado que fizemos no sentido de galvanizar o Andrada.²⁵⁴

Percebendo o que poderia significar esse novo recuo de Antônio Carlos, Virgílio de Melo Franco iniciou um contra-ataque imediato:

– Encontravam-se em Belo Horizonte, naquele momento, os srs. Cristiano Machado e Washington Pires, os quais já haviam sido escolhidos pelo sr. Olegário Maciel para seus secretários de governo. Ambos porém eram tidos com adversários da revolução. Mas como não havia muito para quem apelar naquela difícil conjuntura, não tive dúvidas em os procurar.

– Assim, dirigi-me primeiro ao sr. Cristiano Machado, a quem pedi que fosse em minha companhia à casa dos srs. Odilon Braga e Francisco Campos, e depois ao sr. Washington Pires. Aos dois fizemos uma minuciosa exposição do que se estava passando, pedindo-lhes que comunicassem, com franqueza, ao sr. Olegário Maciel o desenrolar dos acontecimentos. Devo dizer, a bem da verdade, que se os dois indigitados secretários do sr. Olegário Maciel foram adversários da revolução, naquele momento formaram conosco e lealmente procuraram tudo fazer, no sentido de que os compromissos de Minas fossem mantidos.

²⁵⁴ Idem, pp. 169 e 170.

A PARAÍBA A UM PASSO DA INTERVENÇÃO FEDERAL

A 9 de junho, a situação na Paraíba chegara a um passo da intervenção federal, quando o Prefeito de Princesa, José Pereira, publicou no jornal da cidade um documento a que deu o título de "Decreto nº. 1", proclamando a independência do município.

José Pereira, que vinha recebendo ajuda dos governos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, além de corresponder-se diretamente com Washington Luís, não praticara uma bravata sertaneja. Por mais absurda que pudesse parecer essa proclamação, não havia dúvida de que fora muito bem assessorada juridicamente e criava pelo menos uma situação de fato, capaz de justificar por algum tempo, até, por exemplo, o sempre demorado pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, um ato consumado como a intervenção federal em toda a Paraíba.

Ainda a 5 de junho, na carta a Flores da Cunha, Antônio Carlos sugerira que a revolução ficasse condicionada a essa agressão de Washington Luís a João Pessoa. Agora que ela se tornava praticamente inevitável, Antônio Carlos precisava de outra razão.

No fundo, ele achava que Getúlio não se mostrava muito firme e que seu manifesto de 1º. de junho fora um protesto quase inofensivo: o Partido Republicano Mineiro perdera 14 de seus deputados, o governo de Minas estava praticamente sitiado pelas tropas federais, a Paraíba fora dividida pela rebelião de Princesa e em questão de horas poderia ver-se submetida à intervenção e a todas as humilhações.

Enquanto isso, o Rio Grande tivera toda a sua bancada reconhecida pela maioria do Congresso controlada por Washington Luís e não sofria qualquer ameaça de cerco ou intervenção. Com Getúlio e o Rio Grande apaziguados, Washington Luís, depois de liquidar a Paraíba, voltaria sua fúria e sua mão pesada contra Minas.

Assim, a 17 de junho, Antônio Carlos determinou a Francisco Campos que mandasse um rádio cifrado a Oswaldo Aranha, dizendo:

— Presidente, chegou ontem (de Juiz de Fora), impressionado com falta

informações daí... Impressão Presidente movimento sem probabilidades de sucesso, julgando mais acertado travar entre Rio Grande e Minas uma sólida combinação destinada manter larga campanha este e próximo governo.²⁵⁵

Esse parecer, que Antônio Carlos atribuía a impressões da véspera, era o mesmo que manifestara 12 dias antes, na conversa com Flores da Cunha e na carta que a este dirigira propondo exatamente isso: transformar o compromisso de ação militar num compromisso de ação política, por meios pacíficos.

Agora, Antônio Carlos sugeria também que João Pessoa tomasse a iniciativa de pedir a intervenção federal na Paraíba, em toda a Paraíba e não apenas no município sublevado de Princesa, na expectativa de que, diante de tal pedido, Washington Luís executasse a intervenção respeitando e prestigiando João Pessoa e enquadrando ou depondo o Prefeito rebelde José Pereira.²⁵⁶

Aranha só respondeu dois dias depois, a 19 de junho, mas respondeu com extrema dureza:

– Aceitamos luta interesse geral contra escravidão nos ameaça. Não queremos compelir Minas nem exigir mais de sua lealdade... Se o governo de Minas pensa de modo diferente e prefere desistir luta armada, deve dizê-lo francamente, pois aceitaremos sua opinião. Urge resposta franca. Não devemos continuar preparativos sem objetivo certo e decidido.²⁵⁷

Aranha lembra também, sibilamente, que a situação do Rio Grande é de segurança interna, dispondo de elementos próprios para a defesa do Estado e não acreditando, portanto, que o governo federal atente contra a sua autonomia. E deixa registrado que, entre outras providências de iniciativa do Rio Grande, figuram aquelas relativas “à tropa federal em Minas”. Ou seja: o Rio Grande soube organizar-se e armar-se melhor que Minas. É por isso, não pelo *modus vivendi* supostamente negociado entre Washington Luís e Getúlio, que o Presidente da República não ousa agir contra o Rio Grande.

²⁵⁵ Idem, pp. 170 e 171.

²⁵⁶ Idem, pg. 171.

²⁵⁷ Idem, pp. 170 e 171.

O Rio Grande, além disso, soube construir e preservar a unidade de suas forças políticas, enquanto em Minas o veto de Antônio Carlos provocou a dissidência de Melo Viana e Carvalho Brito e o desvio de talvez um terço do eleitorado para a candidatura de Júlio Prestes.

A situação de Minas é frágil, diante de Washington Luís, porque as forças políticas mineiras foram divididas. E só não é pior porque a ação dos militares revolucionários, sustentada quase toda pelo Rio Grande e quase nada pelo governo mineiro, já se faz sentir sobre parte dos oficiais em comando e em serviço na guarnição federal de Minas.

CARTAS NA MESA: ARANHA JOGA PESADO

Por trás da linguagem já ríspida desse radiograma, são essas as cartas que Oswaldo Aranha baixa sobre a mesa, compreendendo que ou joga pesado agora ou a partida terminará pela retirada de Antônio Carlos.

Inteirado desses dois rádios por Francisco Campos (se não o fosse por ele, certamente o seria pelo próprio Aranha, seu amigo de juventude, colega de turma na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, agora seu maior parceiro na aventura revolucionária), Virgílio de Melo Franco reuniu-se imediatamente com alguns daqueles que chamava os partidários mais radicais da revolução em Minas, para organizar a resistência aos novos desígnios de Antônio Carlos.

A conclusão imediata foi que, de todo o secretariado de Antônio Carlos, só poderiam contar com Djalma Pinheiro Chagas, o Secretário da Agricultura. O próprio Francisco Campos, primeiro negociador da Aliança Liberal e da própria revolução, era considerado um espírito cético e displicente.

Pinheiro Chagas dispôs-se a intervir e procurou Antônio Carlos, mas este recusou-se a ouvir qualquer apelo e no dia 21 (de junho) determinou a Francisco Campos a expedição de novo rádio cifrado a Oswaldo Aranha:

— Acabo estar longamente com Presidente e escrevi, sob seu ditado, seguinte: balanceada situação, Presidente, diante elementos sua disposição para apreciar situação, é de parecer adoção, como diretiva, exclusiva ação política,

sobre base aliança três Estados, agora e futuro governo.

– O fundamento da impressão do Presidente é a fraqueza nossos elementos Rio, São Paulo, Norte e mesmo Minas, até quanto à defesa própria, como é do seu conhecimento... Entretanto, é de parecer estarmos obrigação intervenção Estado de Pessoa (Paraíba), com deposição governador, ser considerado fato novo, como consequência mudar de opinião. Crença sua, por informação recente... essa intervenção não se há de dar. Atribui recuo Presidente República a receio movimento armado... Minha impressão somente agora Presidente ter sentido gravidade sua responsabilidade, voltando Juiz de Fora com pensamento evitar movimento...

Antônio Carlos devia saber que, em seguida ao incidente de Montes Claros, Washington Luís deixara-se influenciar por Carvalho Brito e outros de seus adeptos mais truculentos no sentido de decretar a intervenção, formalmente, em Minas. Mas fora dissuadido por outros conselheiros, mais moderados, que temiam a reação armada sob a liderança do Rio Grande do Sul.

Minas era um Estado mediterrâneo, mas o Rio Grande, fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai, tinha também saídas para o mar, tanto de Porto Alegre, pelo Guaíba, pela Lagoa dos Patos e pela barra de Rio Grande, quanto pelo rio Uruguai, na fronteira da Argentina, em direção ao Prata e igualmente ao Atlântico.

Antônio Carlos sabia que Oswaldo Aranha encomendara armas diretamente à Tchecoslováquia e que com a maior facilidade mandaria emissários à Argentina e a qualquer outro lugar. Agora, porém, já se passavam quase duas semanas da proclamação da independência de Princesa e a ação de Washington Luís na Paraíba continuava a ser oblíqua, via Pernambuco e Rio Grande do Norte, mas evitando a intervenção.

– Este, portanto (evitar a revolução) – concluía Francisco Campos – é o pensamento do Presidente [que] sua fraqueza impediu manifestar antes modo franco.

Mesmo pelo rádio, essas comunicações eram demoradas. Tomava tempo cifrá-las e os códigos tinham de ser cada vez mais complexos para que não fossem cada vez mais vulneráveis. Os códigos eram baseados em determina-

dos dicionários ou livros, em conjuntos de algarismos que correspondiam ao número de alguma página e ao número de alguma palavra ou algum verbete nessa página. Assim como tomava tempo cifrar, tomava ainda mais tempo decifrar.

Esse rádio de 21 de junho só foi respondido a 23 (o que certamente permitiu a Aranha preparar a resposta de acordo com Getúlio, embora sob sua responsabilidade e assinatura):

– Exclusiva ação política, sugerida último recado, julgada anódina. Nosso pensamento única solução, ante cegueira, brutalidade governo e corrupção política geral, ser ação saneadora movimento armado. Rio Grande... pronto e preparado... Fica Presidente Minas responsabilidade desistência. Rio Grande submete-se império circunstâncias, determinando cessação preparativos... Meu pensamento situação pior que dos negros, sofreram escravidão com menor ridículo.²⁵⁸

SE MINAS DESISTIR, O RIO GRANDE TAMBÉM DESISTIRÁ

A essa cobrança ainda mais contundente que a anterior, Antônio Carlos poderia perguntar-se porque não faz o Rio Grande a revolução que tanto quer, que tanto está em sua índole e em sua experiência histórica, sem cobrar o sacrifício de Minas e seu Presidente.

Considerando-se a questão retrospectivamente, não seria difícil, do ponto de vista militar, as lideranças do Rio Grande aproveitarem o precedente de Princesa para proclamar que seu Estado se consideraria autônomo até que o governo federal renunciasse às atitudes que o colocavam fora da lei e da Constituição, como a intervenção branca em Minas, o apoio à rebelião de Princesa, a degola dos deputados paraibanos e mineiros eleitos pela Aliança Liberal – para não falar na manipulação dos resultados eleitorais que tinham dado a vitória a Júlio Prestes.

A essa possível conjectura de Antônio Carlos, Aranha deu resposta anteci-

²⁵⁸ Idem, pp. 172 e 173.

pada, dizendo que o Rio Grande estava pronto e preparado para uma ação “de caráter nacional” e não queria assumir a responsabilidade exclusiva de um movimento de aparência regional, sobretudo por ter sido seu Presidente candidato à Presidência da República. Sem o apoio e o concurso de Minas, o protesto armado do Rio Grande perderia a razão de ser.²⁵⁹

A tradução que Antônio Carlos poderia dar a tal afirmação era que o Rio Grande não queria um movimento de caráter regional porque não precisava. Assim como Washington Luís, Júlio Prestes, se e quando investido na Presidência da República, nada ousaria contra o Rio Grande e tudo faria para compor-se com ele.

Se Minas desistisse da revolução, o Rio Grande também desistiria. O Rio Grande seria bem tratado pelo novo governo federal e Minas, massacrada. Além disso, o sucessor de Júlio Prestes sairia do Rio Grande, dali a quatro anos.

A frase de Oswaldo Aranha – “fica Presidente Minas responsabilidade desistência” – foi a maior proeza de persuasão desse sedutor irresistível que era Aranha. Ela puxa também a ponta de outra cortina.

Até a reunião de fins de maio com a Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, Antônio Carlos realizara sucessivos entendimentos e assumira sucessivos acordos sem consultar a direção do PRM.

Em situação excepcional, literalmente revolucionária, o sigilo ficava à frente da cortesia e mesmo da necessidade de consentimento. Se, em nome de Minas e de seus companheiros de partido, Antônio Carlos empenhara a própria palavra, essa palavra e esses compromissos tinham de ser honrados. Homens como Wenceslau Brás e Arthur Bernardes, ex-Presidentes da República, votaram, assim, pela revolução.

Seria possível, agora, Antônio Carlos de novo decidir sozinho e esperar que a direção do partido lhe desse a mesma cobertura unânime? Arthur Bernardes, com certeza, diria não. E bastaria esse voto contrário para transformar a frase de Aranha num estigma constrangedor: era o Presidente do Estado

²⁵⁹ Idem, pg. 173.

que, depois de inventar imprudentemente uma revolução em que comprometera o nome de Minas, agora dava marcha a ré e implorava à direção do partido que mais uma vez lhe cobrisse um cheque sem fundos.

A frase de Aranha acordou Antônio Carlos e acionou todo o metabolismo de sua inteligência fora do comum. Ora, a solução estava logo do outro lado, atrás de uma cortina que Aranha não começara a puxar. A solução era o velho Olegário Maciel, Presidente eleito de Minas, cuja posse estava marcada para 7 de setembro, dali a pouco mais de dois meses.

Mesmo nos cenários estratégicos mais otimistas de seus planejadores, a revolução não teria desfecho rápido. Se tudo desse certo, o Coronel Gois Monteiro (já escolhido chefe militar do movimento) contava derrubar Washington Luís em três meses. Se algumas coisas dessem errado, ao fim de um ano o Rio Grande ainda poderia estar resistindo.²⁶⁰

A revolução inevitavelmente entraria pelo governo de Olegário Maciel, cujo primeiro ato de governo talvez tivesse de ser o pedido de reconhecimento internacional de beligerância em favor de Minas, sem ter sido sequer consultado quando um antecessor em fim de mandato, e com sucessor já eleito e reconhecido, lançara o Estado a essa aventura, sem dar qualquer informação a esse sucessor.

A Olegário Maciel, portanto, caberia vetar a aventura sobre a qual não fora consultado.

ERA BOM QUE ESSA IMPRESSÃO CONTAGIASSE WASHINGTON LUÍS

Antônio Carlos, uma vez que abriu os olhos para essa nova possibilidade, apressou-se a convidar para um encontro em Belo Horizonte os ex-Presidentes Arthur Bernardes e Wenceslau Brás e o Presidente da Aliança Liberal, Afonso Pena Jr. Ao mesmo tempo mandou seu filho Fábio Andrada e o Secretário de Segurança Odilon Braga à cidade de Patos, onde vivia Olegário Maciel,

²⁶⁰ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pp. 96 e 97.

para se entenderem com ele – e, naturalmente, para transferirem a ele o veto em torno do qual Antônio Carlos dançava seu ballet de enganos, sem ousar explicitá-lo.

Virgílio de Melo Franco soube do plano de Antônio Carlos – e do início de sua execução – e procurou Cristiano Machado, já escolhido por Olegário Maciel para ocupar a Secretaria do Interior em seu governo.

Cristiano Machado (que seria candidato à Presidência da República na eleição de 1950, perdendo para Getúlio Vargas) concordou em escrever a Olegário Maciel, advertindo-o do que estava para acontecer. Cristiano Machado fez mais: preparou a minuta de uma resposta de Olegário Maciel a Antônio Carlos.

Um amigo carioca de Virgílio, João Pallut, que estava em Belo Horizonte, saiu de carro para Patos, a 25 de junho, acompanhado de um motorista e disposto a revezar-se com ele ao volante, para chegar a Olegário antes dos emissários de Antônio Carlos. E conseguiu. Já no dia seguinte, Pallut estava de volta a Belo Horizonte, com a resposta de Olegário: de pleno acordo com Cristiano, responderia a Antônio Carlos, quando por ele consultado, de acordo com a minuta proposta por seu futuro Secretário do Interior.

Outro emissário de Virgílio de Melo Franco seguiu para Viçosa, onde estava o ex-Presidente Arthur Bernardes, avisando-o a tempo. E o próprio Virgílio foi esperar, na estação de Conselheiro Lafaiete, o trem em que poderiam estar-se encaminhando para Belo Horizonte outros membros da Executiva do PRM. Não havia nenhum, mas estava entre os passageiros o Presidente da Aliança Liberal, Afonso Pena Jr., que igualmente foi avisado do plano de transferir para a responsabilidade solitária de Olegário Maciel a decisão de desistir do movimento revolucionário.

Em São Luiz das Missões, o Tenente-Coronel Gois Monteiro aguardava informações de que necessitava para poder estabelecer os planos de ação militar, quando foi novamente chamado a Porto Alegre – na segunda metade de junho. Gois tinha direito ainda a alguns dias das férias que gozava desde abril, e aproveitou-se disso para atender imediatamente ao chamado e viajar sem provocar suspeitas.

– Chegando a Porto Alegre – contaria ele, em suas memórias – estava à minha espera, na gare da estrada de ferro, o meu irmão Cícero, que me deu notícia, em primeira mão, de que o movimento ia rebentar dentro de pouco, o que me surpreendeu e desapontou, pois nada se havia preparado, pelo menos que eu soubesse. Logo fui ao encontro de Oswaldo Aranha, que me confirmou o que dissera Cícero.²⁶¹

Já se passavam três dias do último rádio de Oswaldo Aranha, sem que Antônio Carlos tivesse podido responder, quando, a 26 de junho, Virgílio comunicou a Aranha, também em radiograma:

– Situação aqui não deve ser encarada pessimismo. Todos os membros Comissão Executiva... firmes. Único chefe vacilante é o próprio Presidente. Minha convicção, porém, se Rio Grande exigir cumprimento compromisso, ele próprio não faltará... Não desanime.

Aranha, porém, que não recebera resposta a seu desafiador telegrama a Antônio Carlos, demitira-se da Secretaria do Interior do Rio Grande e respondeu a Virgílio:

– Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima próprios soldados. Minha posição inabalável abandonar definitivamente vida pública.²⁶²

O telegrama de Aranha respondia ao de Virgílio, em que este dizia ser Antônio Carlos o único chefe vacilante. O que ficou, porém, para a história, foi a versão de que Aranha não aceitava mais a vacilação e a fraqueza não de Antônio Carlos, mas de Getúlio.

Na véspera de regressar à guarnição de São Luís das Missões, Gois foi chamado, uma noite, à chácara de Oswaldo Aranha, “a qual estava repleta de pessoas gradas e amigos dele: acabava de exonerar-se do cargo de Secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul”:

– Recebeu-me em seu gabinete, deitado num canapé, e ali ficamos a sós.

²⁶¹ Idem, pg. 72.

²⁶² Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 175.

Estava emocionado, procurando em vão manter o controle sobre seus nervos. Por fim, desabafou: havia se demitido para cobrir o Sr. Getúlio Vargas, pois a hipótese da revolução estava afastada; eu – acrescentava ele – é quem estava com a razão; leu um longo cifrado do Sr. Francisco Campos, Secretário da Justiça do governo de Minas Gerais, declarando que o Sr. Antônio Carlos voltara atrás dos seus propósitos revolucionários e, conseqüentemente, não era mais possível contar com Minas Gerais.

– Nesse estado de espírito, com a revolução dentro da cabeça, regressei à sede do meu comando em São Luiz das Missões.²⁶³

O próprio Coronel Gois Monteiro, comandante militar da Revolução, deixou Porto Alegre sem saber se ela aconteceria ou não. João Alberto, que era, na prática, nesse momento, o Chefe do Estado Maior da Revolução, abandonou Porto Alegre e foi para Buenos Aires, convencido de que a revolução malograra.

Era bom que essa impressão se espalhasse pela opinião pública e que Washington Luís fosse contagiado por ela. Porque na verdade os planos revolucionários estavam era andando para a frente.

²⁶³ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pg. 73.

CAPÍTULO 32

JUNHO 27, 1930

QUEM É O CHEFE TÃO FRACO QUE DESANIMA OS PRÓPRIOS SOLDADOS?

A DEMISSÃO DE OSWALDO ARANHA

GETÚLIO É ACUSADO, ATÉ HOJE, DE TER SIDO ESSE CHEFE DESANIMADOR, MAS, SEGUNDO VIRGÍLIO DE MELO FRANCO, MINEIRO E INSUSPEITO, O ALVO DA QUEIXA DE ARANHA NÃO ERA GETÚLIO, E SIM ANTÔNIO CARLOS.

A demissão de Oswaldo Aranha nesse momento, 27 de junho de 1930, tem sido considerada um ato de rompimento com Getúlio. Mas seria Getúlio o chefe tão fraco que desanima os próprios soldados? Ou seria Antônio Carlos? Getúlio tivera e continuava a ter dúvidas sobre o êxito e a possibilidade da revolução. Mas delegara a Aranha a responsabilidade de organizá-la, reservando-se apenas a prerrogativa de decidir sobre o momento de sua eclosão. E não criava dificuldades.

As duas últimas mensagens de Aranha a Francisco Campos dirigiam-se, na verdade, a Antônio Carlos – e não podiam deixar de refletir a atitude de Getúlio naquele momento: elas reafirmavam a disposição incondicional do Rio Grande do Sul, disposição de ir à luta, e cobravam os compromissos assumidos por Antônio Carlos.

Virgílio de Melo Franco, o maior dos amigos e confidentes de Oswaldo Aranha fora do Rio Grande, não entendeu que a demissão de Aranha do cargo de Secretário do Interior do Rio Grande fosse um gesto de rompimento com Getúlio.

Para Virgílio, Aranha demitiu-se depois de perder a paciência esperando, dias seguidos, pela resposta a seu último rádio a Francisco Campos, cobrando uma definição de Antônio Carlos: ou confirmar os compromissos com a revolução ou assumir sozinho a responsabilidade pela desistência.

Pedro Ernesto, que era o principal agente de ligação do movimento revolucionário no Rio, queixou-se a Virgílio de que João Alberto não respondera a seu último telegrama:

– Penso – dizia Pedro Ernesto – ter sido [ele, João Alberto] obrigado a fugir traição governo Rio Grande. Aqui [no Rio], todos afirmam governos Minas [e] Rio Grande preparavam fracasso.

– O culpado único – responde Virgílio – foi Antônio Carlos.²⁶⁴

João Alberto não respondeu ao telegrama de Pedro Ernesto porque fora para Buenos Aires, com a família. Descontente com uma indecisão que atribuiria impessoalmente a “alguns elementos civis”, João Alberto viajou para a Argentina, declarando que só voltaria de lá quando estivessem dispostos a lutar.

– Essa minha retirada – escreveu João Alberto em suas memórias, mais de vinte anos depois – tinha também a virtude de despistar o governo federal, que via nela mais um fracasso do movimento que um estímulo para que se abreviassem os preparativos.

João Alberto não era apenas o herói legendário de 1924, comandante de um dos destacamentos da Coluna Prestes. A essa altura ele era o segundo homem no comando militar da Revolução, logo depois de Gois Monteiro. Gois, porém, investido nesse comando desde abril, só se transferiria para Porto Alegre em setembro, o que fazia de João Alberto, no dia a dia, a primeira figura militar da revolução.

Outra revelação de João Alberto, ao rememorar seus passos nesses dias, é que essa operação de despiste, combinada com alguns ingredientes de contrapropaganda, resultara de um entendimento com Aranha:

– Na verdade, agira em ligação com Oswaldo Aranha, que havia abandonado, dentro do plano preestabelecido, seu posto na Secretaria da Justiça [e do Interior] do governo do Rio Grande.²⁶⁵

(A Gois Monteiro, com quem, nesses dias, convivia muito menos que com

²⁶⁴ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 176.

²⁶⁵ João Alberto, Memórias de um Revolucionário, pg. 238.

João Alberto, Aranha disse ter-se demitido para “dar cobertura” a Getúlio.)

Diante da resposta de Virgílio de Melo Franco, que absolvía Getúlio e responsabilizava Antônio Carlos pela renúncia de Aranha, Pedro Ernesto, a 2 de julho, sugere que Virgílio viaje ao Rio, para encontrar-se com outros revolucionários “não conformados com o resultado da traição”, que pensam reunir todos os elementos que sobraram, para ver o que se pode fazer.

Vigiado pela polícia, Virgílio de Melo Franco seria preso se aparecesse no Rio. Por isso, pediu que Pedro Ernesto viajasse a seu encontro no lado mineiro da divisa entre Minas e o antigo Estado do Rio, na Estrada União e Indústria. Nesse encontro na estrada, junto à ponte sobre o rio Paraibuna, Pedro Ernesto mostrou um telegrama do Capitão Newton Estillac Leal (futuro Ministro da Guerra de Getúlio em 1951), que estava em Porto Alegre:

– Francisco Campos telegrafou Oswaldo Aranha dizendo que Antônio Carlos desistiu completamente da luta armada. Aproveitando esse pretexto, Getúlio também recuou, motivando renúncia Oswaldo... Procure esclarecer assunto, informando se Campos estava autorizado telegrafar nesses termos e caso afirmativo motivo fracasso Antônio Carlos. Responda urgente.²⁶⁶

EM MENOS DE DUAS SEMANAS, AS ENGRENAGENS VOLTAM A OPERAR

De volta ao Rio, Pedro Ernesto passou ao Capitão Estillac esta resposta, combinada com Virgílio:

– Virgílio de Melo Franco informa ser verdadeiro telegrama Campos em nome de Antônio Carlos e acrescenta que Antônio Carlos é o único responsável pelo recuo.

Além do texto desse telegrama, Pedro Ernesto voltou para o Rio levando o próprio Virgílio, a quem convenceu de que, apesar de a polícia ter redobrado a vigilância em seguida à renúncia de Aranha, sua presença seria indispensável para o prosseguimento dos contactos.

²⁶⁶ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 176 e 177.

No Rio, escondido na casa de parentes, pois sua própria casa estava sob vigilância, Virgílio foi informado de que acabava de chegar à cidade o deputado Maurício Cardoso, da Executiva do Partido Republicano Riograndense, ligadíssimo a Getúlio e a Oswaldo Aranha. Essa viagem, suspeitou Virgílio, só podia ser em missão do partido, para uma sondagem da situação.

Não conhecendo Cardoso, Virgílio comunicou-se com João Neves, explicando em que condições estava no Rio, escondido. Neves foi vê-lo, confirmou que Maurício Cardoso viajava como “observador” e sugeriu que os dois deviam encontrar-se. Cardoso também foi para o esconderijo de Virgílio e aí combinaram o reatamento das negociações entre o Rio Grande e Minas, “mesmo que sem o concurso de Antônio Carlos”.

A preparação revolucionária prosseguiria, mesmo sem o concurso de Antônio Carlos. Mas não prescindiria do concurso de Getúlio Vargas.

Dias depois, Maurício Cardoso e Virgílio partiram para Minas, de carro, às 4 horas da manhã, dirigindo-se diretamente a Viçosa, ao encontro de Arthur Bernardes. Chegaram depois das 10 da noite e na mesma hora o ex-Presidente concordou em recebê-los.

Bernardes criticou com veemência o procedimento de Antônio Carlos e com isso encorajou Maurício Cardoso a perguntar se ele, Bernardes, acreditava na possibilidade de rearticular o movimento revolucionário, com base numa aliança entre Minas e o Rio Grande.

– Perfeitamente – respondeu Bernardes, ressaltando considerar indispensável para isso a concordância de Olegário Maciel, o Presidente eleito do Estado.

Assim, nem duas semanas se teriam passado da renúncia de Oswaldo Aranha e as engrenagens da ação revolucionária conjunta Minas-Rio Grande voltavam a andar para a frente. Bernardes insistiu em que lhe parecia perfeitamente possível o apoio de Olegário Maciel à revolução.

– Sobretudo – disse a Maurício Cardoso – se o sr. o procurar e com ele se entender.

– O dr. Bernardes – insinuou então Virgílio (sugerindo por sugerir, sem grande esperança de ser atendido) – poderia escrever uma carta, de que seria-

mos portadores, dando francamente ao futuro Presidente de Minas a sua opinião sobre a revolução e sobre a atitude de Minas.

Bernardes concordou e na mesma hora escreveu a Olegário Maciel, apresentando-lhe Maurício Cardoso e dizendo que Virgílio estaria junto na visita:

– Ele irá falar-lhe, de minha parte, levando o meu pensamento... Devo, de antemão, declarar-lhe que não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução...

Antônio Carlos, que já estava isolado na direção do PRM e reduzido a desistir sozinho da revolução, tinha agora pela frente a rearticulação desse movimento, à sua revelia, em torno de Olegário Maciel e com o apoio de um homem da têmpera de Bernardes.

Quando os visitantes já se despediam, à uma hora da manhã, Bernardes chamou Virgílio à parte e aconselhou:

– O velho Olegário é um homem honrado e digno. Mas, como você sabe, já não é criança. Na sua idade, o máximo que ele pode esperar é viver tranquilamente os quatro anos de governo. Assim... você deve rememorar, antes de entrar no assunto da revolução, todas as violências que o governo federal vem cometendo contra Minas. Insista em dizer que eu sou partidário da revolução...²⁶⁷

Nessa mesma madrugada, Maurício Cardoso e Virgílio seguiram para Belo Horizonte, onde só chegaram na noite seguinte. No outro dia, conversaram com Mário Brant, da executiva do PRM, que recusara apoio a Antônio Carlos para desistir da revolução, e Djalma Pinheiro Chagas, o Secretário da Agricultura de Minas e, no secretariado estadual, o maior advogado da revolução.

OLEGÁRIO NÃO É HOMEM DE FALTAR À PALAVRA

Virgílio estava no propósito de partir imediatamente com Maurício Cardoso para Patos, para a visita a Olegário Maciel. Mas isso não era realmente necessário nem urgente. Combinaram que procurariam Olegário no Rio, quando

²⁶⁷ Idem, pp. 178 e 179.

ele fosse assumir a cadeira de senador, para a qual fora eleito paralelamente ao mandato de Presidente do Estado. Assim, o próprio Arthur Bernardes poderia participar da conversa.

Os dois viajantes voltaram então para o Rio, onde Maurício Cardoso ficaria esperando a chegada de Olegário Maciel.

Olegário Maciel chegou ao Rio a 26 de julho, para tomar posse de sua cadeira no Senado. No governo de Minas, só tomaria posse a 7 de setembro.

Olegário hospedou-se no Hotel Glória, onde morava João Neves, líder da bancada republicana do Rio Grande. O deputado mineiro Noraldino Lima levou Neves ao apartamento de Olegário. O Presidente eleito de Minas ouviu-o, sentado na cama. Terminada a exposição de Neves – contaria ele próprio, em artigo no *Jornal do Comércio* – [Olegário] “levantou-se, apanhou uma toalha de rosto e envolveu, cautelosamente, o aparelho telefônico. Precaução de velho...” Só então, respondeu:

– Eu sou contra esse negócio de revolução. Mas assumi compromisso e não sou homem de faltar à minha palavra.²⁶⁸

No Rio, Olegário conversou também, como estava combinado, com Maurício Cardoso e com Lindolfo Collor.

Nessas conversas repetiu-se o que acontecera no encontro improvisado com João Neves: depois de certa relutância, o Presidente eleito de Minas voltou a concordar com a revolução, mas queria que ela começasse ainda no governo de Antônio Carlos – antes de 7 de setembro.²⁶⁹

Maurício Cardoso voltou a Porto Alegre com essa palavra oficial de Olegário Maciel.

Antes mesmo da chegada de Olegário Maciel ao Rio, Virgílio de Melo Franco decidiu voltar a Porto Alegre, para reassumir seu papel de agente de ligação entre Minas e o Rio Grande. Nessa viagem, iniciada a 23 de julho, Virgílio procuraria em São Paulo o Professor Francisco Morato, principal líder do Partido Democrático, para comunicar-lhe que o movimento revolucionário já estava

²⁶⁸ Hélio Silva, 1930: *A Revolução Traída*, pg. 150.

²⁶⁹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 191.

rearticulado, sob a liderança conjunta do Rio Grande e de Minas:

– Nessas condições, parti de automóvel para São Paulo, em companhia do Major Carlos Eiras, na madrugada de 22 para 23 de julho, a fim de tomar, em Santos, o navio para o Sul. De passagem por São Paulo, cumpria-me procurar o sr. Francisco Morato, a fim de comunicar-lhe a rearticulação do movimento, uma vez que a polícia paulista descobrira a presença do Capitão Ricardo Holl e dera, assim, uma batida na casa em que este se escondia, conseguindo apreender várias armas automáticas e uma certa porção de munições. O Capitão Holl conseguiria escapar-se das garras da polícia, mas já devia se encontrar no Sul, para onde rumara...

– No dia 23 de julho, às seis horas da tarde, chegávamos ao Brás, o Major Carlos Eiras e eu. Ali abandonamos o nosso automóvel e passamos para um táxi, que nos transportou até a casa do sr. Morato. O chefe democrático recebeu-nos no seu quarto de dormir, porque estava enfermo, de cama, atacado de um forte acesso gripal. Com ele conversamos longamente sobre a situação e, depois de em sua casa jantar, seguimos no seu próprio automóvel para Santos, de onde embarcamos, no dia seguinte, com nomes supostos, em um navio direto, o Itapagé, rumo ao Rio Grande...

– Aportamos [na cidade de] Rio Grande às onze horas da noite do dia 26 de julho. Duas horas depois, singrando as águas da lagoa, rumava o nosso navio para Porto Alegre. Pouco tempo após a partida, caminhava eu pelo tombadilho, àquela hora deserto, quando o radiotelegrafista de bordo comunicou-me que interceptara um rádio no qual se aludia ao assassinato, em Recife, do Presidente João Pessoa. Acrescentou o rapaz que nada ao certo pudera saber, por mais que pedisse confirmação. Apesar de duvidar muito de uma notícia assim truncada e sem confirmação, passei o resto da noite em angustiada expectativa.

– Quando o dia clareou, já Porto Alegre era entrevista ao longe, esbatia pela névoa da manhã.

– Debruçado na amurada do navio, eu procurava desvendar os aspectos da cidade que pela primeira vez visitava. O Major Carlos Eiras, que a meu lado se encontrava, ia me apontando de longe os primeiros contornos visíveis de

Porto Alegre. Assim é que, em dado momento, apontou-me o Palácio do Governo, escalonado como uma sentinela, no alto da colina.

TRÊS BANDEIRAS A MEIO MASTRO

– Mal consegui isolar com a vista, do meio do casario, o palácio presidencial – prossegue a narrativa de Virgílio de Melo Franco – feriu-me a retina o aspecto da bandeira nacional, ladeada por duas outras, gaúchas, içadas todas a meio pau: a confirmação que o radiotelegrafista de bordo não conseguira obter, as três bandeiras no-la davam de chofre, na sua colocação simbólica, a meio mastro...

– Logo que a lancha da Alfândega abordou o costado do nosso navio, correu por todos os passageiros, com a celebridade de um rastilho de pólvora, a notícia de que o Presidente João Pessoa fora assassinado, na véspera, no Recife.

– Quando desembarcamos esperavam-nos, no cais, em nome dos srs. João Neves, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, dois filhos do sr. Flores da Cunha e o jovem e bravo líder libertador sr. Carlos Bozano. Pelos rapazes fomos informados dos detalhes da ocorrência trágica da Rua Nova. Soubemos mais que Porto Alegre, desde a véspera, vivia horas de intensa vibração e de profunda revolta. Os meetings de protestos sucediam-se sem que nada, até aquela momento, conseguisse, ainda, deter as manifestações populares.

– Do cais dirigimo-nos, a pé, para o Grande Hotel, onde nos haviam sido reservados aposentos e onde se encontravam hospedados os srs. Oswaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha.

– Todas as ruas por onde passávamos fervilhavam de povo e de barulho. Murmúrios pareciam agitar a cidade e, de quando em quando, um grito mais alto de “Viva a Revolução!” se distinguia no meio do vozerio.

– Chegamos afinal à grande praça fronteira ao Grande Hotel, onde a multidão se comprimia, de olhos voltados para a fachada do prédio no qual deviam estar, naquele momento, em conferência, os três citados chefes gaúchos.

– De repente a gritaria se fez menos forte; vozes ainda longínquas se cala-

ram; depois o silêncio insólito como que se aproximou: em uma das sacadas do hotel um homem apareceu: jovem, de cara raspada e cabeça descoberta, com a fisionomia cansada e o rosto pálido, ultrapassando de cabeça os que o cercavam. Os olhares se fixaram sobre a figura que parecia um desses indivíduos que, desde o primeiro contato com a multidão, exercem sobre ela uma sorte de magnetismo.

— O sr. Oswaldo Aranha, entre os srs. Flores da Cunha e João Neves, dirigiu-se ao povo de Porto Alegre, numa oração entrecortada de gritos e de aplausos, prometendo vingança para a memória de João Pessoa.²⁷⁰

Para boa parte dos registros históricos das décadas seguintes, a revolução só começava nesse momento e por causa do assassinato de João Pessoa. Se é que chegara a ser interrompida e encerrada em consequência dos recuos de Antônio Carlos, a revolução podia agora estar, não começando, mas apenas recomeçando. Na verdade, Antônio Carlos tentara abortá-la, o que não tinha conseguido porque mesmo em Minas não encontrara apoio para a capitulação — e porque seu sucessor no governo do Estado, Olegário Maciel, adotara com firmeza a tese revolucionária e garantira que os mineiros não faltariam aos compromissos assumidos.

Para dizer isso mesmo é que Virgílio de Melo Franco desembarcava nesse momento em Porto Alegre, como encarregado da ligação política entre Minas e o Rio Grande.

²⁷⁰ Idem, pg. 183.

CAPÍTULO 33

JULHO, 1930

O ASSASSINATO DE JOÃO PESSOA

ANAYDE BEIRIZ

JOÃO PESSOA NÃO FOI VÍTIMA DE UM CRIME POLÍTICO — E NÃO MORREU
POR SEU APOIO A GETÚLIO VARGAS — MAS POR TER PERMITIDO
UM ATO DE VINGANÇA PESSOAL CONTRA UM INIMIGO, JOÃO DANTAS,
E ANAYDE, A NOIVA DESTA.

Quando João Duarte Dantas deixou a Paraíba, em maio de 1930, e foi instalar-se no Recife, para escapar às represálias dos amigos do governador da Paraíba, João Pessoa (candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Getúlio Vargas) e às perseguições de sua polícia, Anayde Beiriz ficou em Cabedelo.

Anayde e João Dantas consideravam-se noivos, embora algumas senhoras de sociedade na Paraíba dissessem depois que ela não era noiva e sim amante de Dantas.

Ela tinha 23 anos, ele já era um homem maduro, de 40 anos, mas solteiro como ela, quando se tornaram noivos (ou amantes), em 1928.

João Dantas e Anayde não se tinham casado e não pensavam em casar, porque a ambos, a ela e a João Dantas, parecia abominável aquele modelo de casamento imposto a seu meio, de dominação da mulher pelo homem e — pior ainda — de submissão da mulher a esse modelo.

Se tivessem passado por cima disso, e decidido, por exemplo, que se casariam, mas viveriam como iguais, a tragédia imediata, as três mortes violentas e, portanto, uma tríplice tragédia imediata, talvez não tivesse ocorrido. Dificilmente, porém, poderiam viver um casamento de iguais, sem que esse desafio aos preconceitos à sua volta provocasse, mais adiante, alguma infelicidade e mesmo alguma desgraça.

Anayde Beiriz era filha de um tipógrafo da Cidade da Paraíba (que logo seria rebatizada e passaria a chamar-se João Pessoa).

De todos os profissionais da indústria daquele tempo no Brasil, os gráficos, os de jornal como os de casas de obras, eram os trabalhadores mais amadurecidos e informados politicamente: talvez por lidarem, no cotidiano de suas horas de trabalho, com essa máquina mais multiplicadora de todas, e mais subversiva de todas, que é a palavra.

José da Costa Beiriz, o pai de Anayde, tipógrafo do jornal *A União*, publicado na cidade da Paraíba e de propriedade do governo do Estado, era tão conhecido pelo gosto de conversar e discutir, quanto seu colega Cassiano (Cassi) Hipólito dos Santos o era pelo de uma cachacinha. Uma quadrinha atribuída ao gerente do jornal dizia:

Quando Cassi enjeita cana
E Zé Beiriz discussão,
Ou a cana tem veneno
Ou Beiriz não tem razão.

Anayde não herdou do pai o interesse pela discussão política, mas herdou o gosto pela palavra.

Na escola, perguntaram a cada uma das alunas se preferia casar ou ser freira. Era uma forma, incompetente embora, de pesquisar e inventariar vocações religiosas, em benefício do futuro do cristianismo. E era uma pesquisa de pontaria certa, pois que alternativa existiria para moças “honestas”?

Anayde esquivou-se a esse dilema patriarcal, recusou-se à escolha entre a prisão no claustro e a prisão no casamento, e respondeu:

– Quero ser médica.

Isso, porém, era difícil. Não havia faculdade de medicina na Paraíba e para a família de um gráfico era impensável sustentar uma filha estudando fora, especialmente num curso longo e caro como o de medicina.

Anayde foi então para a Escola Normal, que formava professoras e era, na cidade, a única que uma garota poderia fazer depois do ginásio.

Diplomou-se em primeiro lugar, em maio de 1922, aos 17 anos, embora fosse a aluna mais nova da turma.

Não parece que tenha sido menina-prodígio. Jamais conseguiu tocar piano, o que fazia parte das prendas domésticas das moças de classe média para cima, e foi até reprovada em música na Escola Normal.

Mas tinha gosto musical: e preferência pela Tosca, de Puccini, e por um dos Noturnos, o de nº. 13, de Chopin. Preferências perfeitamente plausíveis para uma jovem estudante que de longe acompanhava os ruídos da Semana de Arte Moderna, em São Paulo.

Aprendeu também datilografia, na nova Escola Remington, a primeira a ser instalada na Paraíba. Mas só conseguiu emprego como professora primária em Cabedelo, na Escola de Pescadores da Colônia Z-2, lugar que nenhuma professora queria, porque não tinha nem eletricidade e os alunos não eram crianças, mas os próprios pescadores.

Ou na Escola Normal, pelas mãos de algum professor, ou pelas mãos de José Beiriz, Anayde teve acesso a escritos de alguns dos participantes da Semana de Arte Moderna São Paulo, cuja realização, em 1922, coincidiu com sua formatura.

Nessa época, nas conversas com as irmãs Zezita e Helena, falava muito em Nísia Floresta, líder feminista e abolicionista nascida cem anos antes de Anayde. Nísia era de família rica e filha de pai inteligente, de ideias avançadas e apaixonado por ela. Com o apoio do pai, ela estudou e foi viver na França, onde se tornaria amiga de Augusto Comte, o filósofo fundador do positivismo, que tanta influência exerceria no Brasil.

Com esses talentos e essas ideias, eram muito estreitas e mediócras as oportunidades profissionais para Anayde. Em Cabedelo, para exercer o cargo de professora, foi morar com uma tia, conhecida como Noca do Farol, “com quem desabafava as mágoas por não conseguir emprego melhor”.

Anayde e João Dantas – (cuja história será contada quase meio século depois por José Joffily, deputado da Paraíba e um dos principais integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, cassado em 1964²⁷¹) – já eram vítimas da situação política da Paraíba – ele homiziado em Olinda, ela confinada em Cabedelo

²⁷¹ José Joffily, *Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de 30*, passim.

e os dois separados um do outro. Logo seriam ainda mais vítimas não só dessa situação como da personalidade e do comportamento de João Pessoa.

João Dantas era advogado, sem maiores ambições políticas pessoais, mas pertencia a um dos clãs sertanejos que tinham sido aliados do poder pela eleição de João Pessoa, sobrinho do ex-Presidente Epitácio Pessoa, para o governo do Estado.

O CASO DA PARAÍBA

Barbosa Lima Sobrinho – o grande jornalista, já nessa época, com pouco mais de trinta anos, redator-chefe do Jornal do Brasil – explicaria com grande clareza, em livro publicado pouco depois da Revolução de 1930, a situação da Paraíba e os conflitos que levariam ao assassinato de João Pessoa (e pouco depois ao suicídio de João Dantas e de Anayde Beiriz):

– O caso da Paraíba, a bem dizer, começara com o governo de João Pessoa, que substituiu [o ex-governador] João Suassuna... Enquanto Suassuna procurava servir o sertão... favorecendo as cidades do interior, João Pessoa desejava deslocar para o litoral a hegemonia do comércio do Estado...

– As cidades sertanejas da Paraíba prosperavam como centros de ligação entre Recife e os consumidores locais, uma vez que a capital pernambucana, pela influência de seu porto e dos recursos acumulados, continuava como uma espécie de empório do nordeste, desde Alagoas até o Rio Grande do Norte.

– Ora, o sr. João Pessoa não quis subordinar-se a essa situação... Poderia, sem incidir em censura, oferecer facilidades e vantagens, no transporte, ao comércio que procurasse a cidade da Paraíba. Mas o processo pareceu-lhe precário e de resultados lentos... Preferiu ação mais deliberada, por meio de um sistema tributário exagerado e ríspido: as mercadorias importadas pelo litoral pagariam imposto mínimo; as outras teriam de enfrentar tarifas verdadeiramente proibitivas.

As mercadorias entradas pela capital pagariam a quarta parte do imposto. As que entrassem pelo interior pagariam o imposto inteiro. Além disso, qualquer volume de mercadoria contaria como se tivesse o mínimo de 75 quilos. O

querosene, por exemplo, que iluminava todas as cidade e todas as casas sem eletricidade, o que significava a maioria absoluta da população do Estado, pagaria, sobre o imposto antigo, um adicional de 3% se chegasse pelo porto de Cabedelo, e de 40% se chegasse pelo interior.

Em carta à Associação Comercial da Paraíba, João Pessoa justificou sua decisão:

– Sem a pretensão de isolar o nosso Estado... queremos, porém, como fazem os outros, trabalhar para a nossa prosperidade comum e conquistar a nossa ambicionada libertação econômica.²⁷²

Não há dúvida de que era preciso trabalhar pela prosperidade e lutar pela libertação econômica da Paraíba. Como diz José Joffily:

– A Paraíba, nessa década de 20, perdera, liquidada por uma praga até então desconhecida (e contra a qual não havia meios de defesa), toda a sua lavoura cafeeira, então da ordem de 10 milhões de pés – o que equivalia a um terço dos cafezais do Paraná no auge da economia cafeeira nesse Estado.²⁷³

Perdido o café, era necessário desenvolver alternativas econômicas – o que Getúlio Vargas fez no Rio Grande do Sul, para evitar as consequências da monocultura da carne. João Pessoa, porém, não procurou alternativas econômicas, mas uma simples política fiscal para reorientar o comércio externo da Paraíba, de modo a aumentar os recursos do tesouro estadual e a transferir renda do interior para o litoral.

Com esses recursos a mais, João Pessoa pôs em dia o pagamento do funcionalismo – ele recebera o Estado com os cofres vazios e os salários do funcionalismo atrasados seis meses – e realizou algumas obras públicas, sem dúvida necessárias e aguardadas fazia já muito tempo. Mas não mudou nem o perfil nem o volume daquilo que a Paraíba produzia. O litoral cresceu em detrimento do interior, e a receita do Estado aumentou, mas a economia da Paraíba permaneceu do mesmo tamanho.

²⁷² Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pp. 114 a 116.

²⁷³ José Joffily, *Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de 30*, pg. 16.

A MESMA FALTA DE JEITO DE WASHINGTON LUÍS

Já candidato a Vice-Presidente da República pela Aliança Liberal, João Pessoa conduziu a política paraibana com a mesma falta de jeito e a mesma truculência com que Washington Luís se conduzia na política nacional.

Numa atitude igualmente obsessiva, retardou o quanto pôde – até menos de quinze dias das eleições – a lista de candidatos da Paraíba ao Congresso Nacional. Metera na cabeça a ideia de renovar totalmente a bancada e, por isso, não indicar para a reeleição nenhum dos então deputados. O alvo era o ex-Governador João Suassuna, agora deputado e a maior figura política da região sertaneja. Assim como Washington Luís queria porque queria eleger Júlio Prestes Presidente da República, João Pessoa queria porque queria desalojar Suassuna de sua cadeira na Câmara.

João Pessoa não conseguiu, porém, ser coerente na aplicação desse critério da não-reeleição. Manteve na chapa de deputados seu primo e já deputado Carlos Pessoa, candidato à reeleição, e salvou outro aliado, Tavares Cavalcanti, promovido de candidato a deputado a candidato a senador.

Na reunião da Comissão Executiva do partido, houve empate, dois votos pela reeleição, dois votos pela renovação. João Pessoa, embora Governador do Estado, exerceu o voto de qualidade e desempatou: não haveria reeleição. O deputado Suassuna e os outros integrantes da bancada, com exceção do primo Carlos Pessoa e de Tavares Cavalcanti, estavam fora da chapa.

Suassuna e os outros excluídos lançaram-se candidatos avulsos e passaram a apoiar Júlio Prestes. O Prefeito da cidade sertaneja de Princesa, José Pereira, ligado a Suassuna, proclamou a autonomia da cidade, declarando-a independente da Paraíba. Princesa ficava na divisa com Pernambuco e passou a receber armas, suprimentos, reforços e dinheiro por essa fronteira. Era a guerra civil, antes mesmo das eleições.

Para evitar que houvesse eleições em Princesa e municípios próximos, que aderiram ou foram obrigados a aderir a essa república provisória de José Pereira (e de Washington Luís, que logo a apoiou), João Pessoa retirou de todos eles todos os funcionários estaduais, até delegados de polícia e coletores.

Bastaria esse episódio, essa demonstração de prepotência inteiramente no estilo de Washington Luís e em completo desacordo com as propostas da Aliança Liberal, para atestar que João Pessoa não era o candidato ideal a companheiro de chapa de Getúlio Vargas.

Enquanto Vargas mantivera unido o Partido Republicano Riograndense e atraíra para uma aliança com ele as antigas forças da oposição federalista, agora agrupadas no Partido Libertador de Assis Brasil, João Pessoa dividia o Partido Republicano da Paraíba, que recebera sem grandes dissensões.

A escolha de João Pessoa como candidato a Vice de Getúlio só se explicava pelo fato de ter sido o único dos governadores do Nordeste a apoiar a Aliança Liberal – o que, aliás, não poderia deixar de fazer, sobrinho como era e criatura política de Eptácio Pessoa.

Eleitoralmente a Paraíba era insignificante – menos de 50 mil eleitores, menos de 10% do eleitorado de Minas, que era o maior do país. Mas ficava difícil não oferecer a Vice ao sobrinho de Eptácio Pessoa, depois que todos os outros governadores do Nordeste aderiram a Júlio Prestes e que o Senador Paulo de Frontin, do Distrito Federal (então cidade do Rio de Janeiro), fez a mesma coisa.

UMA BASE FÍSICA NO NORDESTE PARA A REVOLUÇÃO

Havia, além disso, uma outra circunstância: a Aliança Liberal precisava de uma base física no Nordeste para o caso de a campanha eleitoral transformar-se numa campanha revolucionária. Com tão poucos Estados comprometidos com a candidatura de Getúlio Vargas, a revolução só poderia dar certo a partir de um grande e irresistível avanço do Sul, rumo a São Paulo e ao Rio: de uma grande e demorada resistência de Minas, para onde Washington Luís mandaria o grosso de suas forças; e de outro avanço, rumo ao Rio, a partir do Nordeste.

Mesmo não havendo outro Estado disponível no Nordeste, João Pessoa era a pior das soluções. Como juiz do Superior Tribunal Militar, fora sempre duríssimo e inclemente com os envolvidos nos movimentos revolucionários

dos anos 20. Mesmo agora, quando os tenentes apoiavam a Aliança Liberal e conspiravam com ela, ele criava a maior dificuldade para os que chegavam à Paraíba em missão da Aliança.

Juracy Magalhães, um dos segundos de Juarez Távora no Nordeste, um dos responsáveis pela vitória da revolução na Paraíba e logo depois Interventor na Bahia, disse em suas memórias que, instalado meses a fio na Paraíba, na Praia de Tambaú, nem chegou a conhecer João Pessoa.

– Condenei esses rapazes – teria dito João Pessoa a José Américo – e, embora reconheça que são grandes patriotas, não quero contacto com eles para não parecer incoerente.

– Nossas ligações, por isso – acrescentou Juracy – eram estabelecidas através de Antero Navarro e José Américo, que pode ser considerado o chefe civil da revolução.²⁷⁴

Além dessas dificuldades com os tenentes, João Pessoa sempre se manifestou contra qualquer solução revolucionária. Se a revolução, inevitável como se tornara, tivesse de começar com João Pessoa vivo, é difícil imaginar como ele engoliria tudo o que dissesse para assumir sua liderança civil na Paraíba.

Nas represálias contra os clãs sertanejos, agora que o conflito se agravava com a rebelião de Princesa, a polícia de João Pessoa chegou a prender vários integrantes da família Dantas, inclusive mulheres. No mês de junho de 1930, a perseguição aumentou.

A POLÍCIA ARROMBA A CASA E O COFRE DE JOÃO DANTAS

Já no dia 2 desse mês, o jornal *A Noite*, do Rio, publicava telegrama de João Dantas, enviado de Pernambuco, protestando contra as violências na Paraíba. No dia 10, a polícia, a pretexto de algum alarma de assalto, invade a casa de João Dantas, que era também seu escritório de advogado na cidade da Paraíba, arromba o cofre, apreendendo documentos, e faz, na calçada em frente, a pouca distância do Palácio do Governo, uma fogueira com os móveis e pertences.

²⁷⁴ Juracy Magalhães, *Minhas Memórias Provisórias*, pg. 52.

Quase duas semanas depois, no dia 23 de julho, o jornal *A União*, órgão oficial do governo da Paraíba, começa a publicar documentos encontrados no cofre – sobretudo a correspondência íntima de João Dantas e Anayde Beiriz e poemas de amor escritos por ela e por ele – muitos deles, já que eram íntimos, de conteúdo erótico, coisa perfeitamente normal e saudável, mesmo pelos padrões da época.

Eram manifestações íntimas, tanto que estavam protegidas num cofre, tão sagradas, perante terceiros, quanto qualquer intimidade entre marido e mulher. Mas esses dois tinham desafiado o puritanismo e a hipocrisia dominantes, decidindo que não se casariam. Eram, como dissera a senhora, camundonga esquelética ou gorda ratazana de sacristia, amantes!

Outros documentos, não publicados, ficaram na redação do jornal, à disposição de quem os quisesse ler, como informou a própria *União*, acrescentando que jamais poderiam ser revelados ao público por encerraram “as tendências mais vis de um lúbrico e de um doente mental”.²⁷⁵

Hélio Silva, no volume sobre a Revolução de 1930 de seu monumental *Ciclo de Vargas*, defende João Pessoa, dizendo que ele ficou indignado com essa publicação.

Se a publicação tivesse acontecido no dia imediato ao do arrombamento e assalto à casa de João Dantas, a responsabilidade poderia ser atribuída ou à própria polícia ou – sabendo-se como os jornalistas andam sempre com pressa – à redação do jornal. Mas houve um intervalo de quase duas semanas, no qual seria possível examinar e avaliar sem qualquer pressa todos os documentos de natureza íntima apreendidos – e que deveriam ou ser devolvidos ou encaminhados à Justiça, se fosse o caso.

Não é possível acreditar que o conteúdo do cofre de João Dantas não tivesse sido levado ao conhecimento de João Pessoa, jurista de renome, promotor duríssimo na Justiça Militar e ministro ainda mais rigoroso do Superior Tribunal Militar no período dos levantes tenentistas dos anos 20.

João Pessoa, porém, nada fez. Como o jornal pertencia ao governo do Esta-

²⁷⁵ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pg. 124.

do, podia publicar nele a retratação ou o desagravo que quisesse – da mesma forma como podia transferir a culpa para o diretor do jornal, afastando-o.

Nada disso se fez e aconteceu ainda pior. No dia 24 de julho, 24 horas depois da publicação das cartas e poemas de Anayde e João Dantas, começou a circular de mão em mão, no próprio palácio do governo do Estado, sob os grisalhos e respeitáveis bigodes do Presidente João Pessoa, um diário secreto de João Dantas.

Dois dias depois, na manhã de 26 de julho, João Dantas pega um bonde em Olinda para ir ao Recife. A seu lado, outro passageiro lê a edição do dia do próprio jornal paraibano, *A União*. A notícia mais visível diz que João Pessoa partiria de automóvel, de manhã cedo, para o Recife. O pretexto era visitar no hospital um velho amigo doente.

Mesmo que a razão da viagem fosse essa visita, era uma imprudência João Pessoa, com a revolução já decidida (com seu apoio), enfiar-se na maior fortaleza militar do governo Washington Luís no Nordeste.

O governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, apoiara resolutamente a candidatura de Júlio Prestes e sua administração e sua polícia colaboravam ativamente com os comandos militares com sede no Estado na investigação e repressão das atividades revolucionárias.

Mas a razão verdadeira da viagem era outra.

João Pessoa acabava de celebrar suas bodas de prata e tolerara ou ordenara a publicação dos poemas e das cartas de Anayde Beiriz e João Dantas, ofendido e preocupado, talvez, com as “tendências mais vis de um lúbrico” – como dissera o jornal *A União* ao convidar os leitores para lerem em sua redação os textos que o decoro o impedia de publicar.

Pois João Pessoa estava apaixonado – ele, casado, o que João Dantas não era, dominado por uma paixão fora de casa. Apaixonado pela bela e talentosa cantora lírica Cristina Maristani, nesse momento em viagem num navio que faria escala no porto do Recife. Chegando ao Recife, ele fora a uma agência de navegação, para saber a que horas o navio atracaria, e à melhor e mais cara joalheria de Recife, a Krause, onde comprara um bracelete, horas depois encontrado em seu bolso ou junto a seu corpo. Fez, é claro, a visita ao amigo

doente, e afinal foi para a Confeitaria Glória, a melhor e mais frequentada da cidade, para reunir-se com amigos. E, com certeza, esperar a chegada do navio.

João Dantas, em seu bonde, decidiu rápido. Pelas leis da cultura machista do país e da época (e não apenas do sertão e suas oligarquias), essa era uma oportunidade que não poderia perder.

Se João Pessoa não deixasse sua trincheira e a proteção de sua polícia na Paraíba, João Dantas não teria sequer como chegar perto dele, frente a frente, para cobrar o tributo de sangue pela sucessão de ofensas que sofrera e, mais que isso, pela infâmia praticada contra aquela moça inocente, Anayde.

João Pessoa, porém, chegava desprotegido ao Recife, onde nem conseguiria, se pressentisse alguma coisa ou suspeitasse de algum perigo, a proteção policial adequada. Poderia até ser submetido a algum constrangimento se fosse à polícia ou a Estácio Coimbra pedir ajuda.

Não foi difícil a João Dantas – ele, sim, amigo da situação dominante em Pernambuco – descobrir que João Pessoa fora para a Confeitaria Glória, onde se demoraria.

João Dantas foi visto apenas, pelas pessoas que assistiram à cena, como o vulto de um homem avantajado, de terno branco, que entrou na Confeitaria, avançou alguns metros e disparou um tiro contra João Pessoa. Pelas mesmas testemunhas, João Pessoa foi visto apenas como alguém que, sentindo-se atingido, começa a levantar-se, talvez para reagir, mas desaba no chão, mortalmente ferido, talvez já morto.

Preso em flagrante, João Dantas não resistiu e foi conduzido à Casa de Detenção do Recife.

CAPÍTULO 34

AGOSTO, SETEMBRO, 1930

AGORA A REVOLUÇÃO AVANÇA COM MENOS RECUOS E CONTRATEMPOS

AS SEMANAS FINAIS DE ESPERA

TERMINARA A FASE DA CONSPIRAÇÃO. AGORA FALARIAM AS ARMAS.

DE ACORDO COM O QUE ESTAVA COMBINADO, A EXPLOSÃO SE DARIA NA
SEXTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO, ÀS CINCO E MEIA DA TARDE.

É claro que o assassinato de João Pessoa em nada ajudaria o governo de Washington Luís. Tanto que uma frase incendiária do discurso de Lindolfo Collor na Câmara, nas homenagens a João Pessoa, alastrou-se como fogo pelo Brasil inteiro:

— Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?

Era como perguntar: Presidente da República, mandaste matar o Presidente da Paraíba?

A retórica parlamentar não encobria o ímpeto de atribuir a Washington Luís, se não a autoria intelectual, pelo menos o papel de mandante, ou a inspiração para o crime. A começar daí, o assassinato de João Pessoa foi mortal para o governo Washington Luís. Ele poderia prejudicá-lo muito — e de fato prejudicou. Mas a incompetência de Washington Luís aumentaria o prejuízo.

A primeira decisão de seu governo foi fechar as linhas telegráficas, na ilusão de impedir que o país tomasse conhecimento do crime. Por isso, o telegrafista do navio no qual Virgílio de Melo Franco chegava a Porto Alegre não conseguia confirmar a notícia.

No mesmo dia do assassinato de João Pessoa, 26 de julho, mas antes dele (e da inepta censura do governo), o governador eleito de Minas Gerais, Olegário Maciel, chegava ao Rio e reunia-se, em encontros separados, com o ex-Presidente Artur Bernardes, com os gaúchos Lindolfo Collor e Maurício Cardoso e

com o também gaúcho João Neves, líder da bancada do Rio Grande na Câmara dos Deputados.

Em todos esses encontros, Olegário Maciel confirmou seu apoio à revolução, apoio que, na manhã seguinte, Virgílio de Melo Franco estaria anunciando em Porto Alegre a Oswaldo Aranha e aos demais líderes gaúchos, inclusive Getúlio Vargas.

A revolução, portanto, sobrevivia aos recuos e às negações de Antônio Carlos e antecipava-se ao assassinato de João Pessoa. Este, agora, só poderia acelerá-la.

Pouco importava que os registros históricos atribuíssem à morte de João Pessoa a erupção do ímpeto revolucionário. O importante era a revolução acontecer, não os eventos imediatos que a impulsionavam.

Mais importante que a morte de João Pessoa, tinha sido a sucessão de manifestações de apoio de Olegário Maciel, o novo Presidente de Minas, que só tomaria posse a 7 de setembro.

Dessas manifestações todas, convém registrar a do encontro de Olegário, nesse dia 26 de julho, antes do assassinato de João Pessoa, com os deputados gaúchos Lindolfo Collor e Maurício Cardoso.

– Depois de uma certa relutância – escreve Virgílio de Melo Franco – o Presidente eleito de Minas concordou com a revolução, impondo, porém, a condição de começar ela ainda no governo do sr. Antônio Carlos.

– À vista da disposição do sr. Maciel, o sr. Maurício Cardoso regressou ao Sul, levando para o sr. Getúlio Vargas a palavra autorizada de Minas.²⁷⁶

Maurício Cardoso, se viajou de avião, deve ter chegado a Porto Alegre praticamente ao mesmo tempo que Virgílio de Melo Franco, que viajava de navio e portador da mesma informação, embora não tivesse esperado pelo encontro com Olegário Maciel no Rio.

²⁷⁶ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 191.

NOVA PROPOSTA DE ANTÔNIO CARLOS

No mesmo dia de sua chegada a Porto Alegre, Virgílio de Melo Franco foi levado por Oswaldo Aranha ao encontro de Getúlio Vargas no Palácio Piratini.

Note-se que Aranha deixara pouco antes o cargo de Secretário do Interior, supostamente rompido com Vargas, mas continuava a frequentá-lo diariamente, com a mais absoluta intimidade, e a levar-lhe, um a um, todos os envolvidos na conspiração revolucionária. O que desmente a tese do rompimento. Desse encontro, Virgílio de Melo Franco escreveria:

— Poucas vezes, na minha vida, tenho eu visto um homem tão sereno quanto o sr. Getúlio Vargas. Todos os líderes gaúchos com os quais me avistei, no dia de minha chegada, pareceram-me arrasados pelas emoções que vinham sofrendo desde que a notícia do assassinio de João Pessoa rebentara, em Porto Alegre, como uma bomba. Contrastando com o aspecto de todos, o do chefe do executivo gaúcho, naquela hora dramática, não parecia senão o de um homem tranquilo, senhor de um programa previamente traçado.

Na verdade, Vargas ocultava sob o aspecto sereno aquilo que o preocupava e o mantinha atento; e tentava antecipar as possíveis consequências de cada evento. Isso devia estar acontecendo agora.

Se o assassinato de João Pessoa fora um ato político, o assassino antes teria agido por iniciativa ou sugestão de outros que por iniciativa própria. Não sabemos se Vargas tinha conhecimento do assalto à casa e do arrombamento do cofre de João Dantas, nem da publicação dos documentos íntimos arrecadados do cofre e da circulação do diário de Dantas no Palácio do Governo da Paraíba.

Mas ele sabia desconfiar e tinha recebido um telegrama no qual Antônio Carlos, talvez para compensar com um gesto atrevido os recuos anteriores, propunha que lançassem um manifesto no qual Washington Luís seria apontado como o mandante do crime e declarado, por isso, fora da lei. Oswaldo Aranha pergunta qual a opinião de Vargas sobre essa proposta. Virgílio de Melo Franco registra a resposta:

— Nós seríamos loucos — retrucou o sr. Vargas — se tal fizéssemos. Um

manifesto dessa natureza, sem a sua imediata e lógica sucessão, seria um suicídio e um crime.

A imediata e lógica sucessão de um manifesto pelo qual dois governadores declarariam fora da lei o Presidente da República só poderia ser o imediato desencadeamento da revolução. Não se poderia pensar que esse manifesto pudesse dar a partida a um processo de impeachment de Washington Luís na Câmara dos Deputados, por crime de responsabilidade, ou a uma denúncia ao Supremo Tribunal Federal por crime comum.

Antônio Carlos, que tudo fizera para impedir a revolução, queria agora um manifesto que significava desencadeá-la antes de se completarem os preparativos indispensáveis. Getúlio sabia ser necessário manter a situação sob controle para completar esses preparativos, e só então, com a data marcada com um mínimo de antecedência, dar início às ações armadas.

Ele acabava de receber a confirmação definitiva do apoio do governador eleito de Minas, Olegário Maciel, que, entretanto, condicionava esse apoio à escolha de uma data anterior à sua posse, marcada para 7 de setembro. Se essa hipótese ainda estava sob exame, pela dificuldade de ter tudo pronto até lá, como lançar, nos últimos dias de julho, um manifesto que imporia o início da revolução o mais tardar nos primeiros dias de agosto?

Para manter sob controle uma situação de tal complexidade, Vargas precisava manter-se, ele próprio, sob controle, sem perder a cabeça um segundo sequer.

Se, por arrebatamento e indignação diante do assassinato de João Pessoa, marcasse arbitrariamente uma data que os fatos viessem a revelar prematura, o que aconteceria no caso do manifesto proposto por Antônio Carlos, Vargas estaria, como disse, cometendo um suicídio, o da revolução, e um crime – o de condenar à vingança implacável de Washington Luís, todo o Rio Grande e, já agora, Minas Gerais e a Paraíba, além das represálias que cairiam, em todos os outros Estados e na própria Capital da República, sobre civis e militares que haviam apoiado a campanha da Aliança Liberal e agora envolviam-se na conspiração revolucionária.

ARANHA PENSA EM SETEMBRO

Apressar a revolução seria suicídio e crime. Mas a demora era dilacerante e a inquietação cada vez maior no Rio Grande, e sobretudo fora dele. A demissão de Oswaldo Aranha e a permanência de João Alberto em Buenos Aires criavam um clima de desorientação e desconfiança especialmente na cidade do Rio de Janeiro.

Pelas informações que examinamos até aqui, parece não haver dúvida de que Aranha aproveitara o recuo de Antônio Carlos para executar o plano combinado com Getúlio, de deixar o cargo de Secretário do Interior de modo a ter as mãos mais livres na organização do esquema revolucionário. Também não parece haver dúvida de que esse recuo servira de pretexto para a ida de João Alberto para Buenos Aires, ao encontro da família, de combinação, aliás, com o próprio Aranha.

Poucos sabiam que desde abril a chefia do estado-maior militar revolucionário fora assumida pelo coronel Gois Monteiro, comandante da guarnição federal de São Luís das Missões, perto da fronteira com a Argentina. João Alberto era a cabeça visível do comando militar – e sua ausência equivalia à de Oswaldo Aranha na principal Secretaria do governo do Rio Grande.

Essas aparentes defecções davam a impressão, pelo menos aos olhos de Washington Luís, de que a propalada revolução estava acéfala, sem comandante militar e sem chefe civil.

As mesmas impressões e a mesma desorientação que tais movimentos causavam no governo atingiam os círculos revolucionários no Rio, em São Paulo, em Minas e outros Estados.

As condições da ação revolucionária no Rio eram muito difíceis. Assim como em São Paulo, outra fortaleza militar do governo, ela se limitaria a atos inofensivos e incruentos de perturbação da ordem, como a explosão de bombas e granadas, apenas para mostrar a presença e demonstrar a existência de resistência e contestação ao governo.

O plano militar da primeira etapa da revolução previa ações militares ofensivas a partir apenas do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Várias colunas parti-

riam do Rio Grande, em direção a Santa Catarina e ao Paraná, até a divisa do Paraná com São Paulo. A Paraíba seria o ponto de partida de uma coluna que tentaria entrar no Recife e dominar Pernambuco e de ações para a derrubada de governos de outros Estados do Nordeste, de modo a atrair a adesão de guarnições federais nesses Estados.

A Minas, que, sabia-se, seria duramente castigada pelo governo federal, caberia a missão de fechar-se em suas fronteiras e resistir o quanto pudesse, para reter tropas que fariam falta a Washington Luís na divisa de São Paulo com o Paraná.

O plano era absolutamente realista e não considerava a hipótese do que realmente viria a acontecer – a vitória final em apenas vinte dias. Pelas previsões de Gois Monteiro, o Rio Grande precisava dispor de condições de combater pelo menos um ano.

Com todas essas cautelas militares, era preciso considerar que o Rio e São Paulo, onde não havia condições de ação militar organizada e ofensiva, e Minas, onde a ação militar possível seria estritamente defensiva, constituíam eixos nevralgicos de opinião pública. Não se podia permitir que, por desânimo, decepção, desinformação, ou por açodamento e irreflexão, a frágil teia da conspiração revolucionária viesse a romper-se, ou pela desistência de alguns ou por ações isoladas e imprudentes de grupos mais exaltados.

Foi um milagre que isso não acontecesse. A demora no início da revolução desmoralizava o projeto revolucionário. Até um jornalista como Barbosa Lima Sobrinho escreveria no *Jornal do Brasil*, nesse período, artigos de elegante mas demolidora ironia, sugerindo que a revolução não passava de uma piada.

Oswaldo Aranha, sensível a isso tudo, tentou acertar as coisas de modo a tornar possível o início das operações revolucionárias já no início de setembro. Nessa altura, por exemplo, Juarez Távora, comandante militar no Nordeste, indicava semanalmente datas convenientes ou possíveis para o início das operações.

GETÚLIO RESPONDE A OLEGÁRIO MACIEL: "SIM"

Já a 14 de agosto, João Alberto, que "tinha nas mãos vários fios da meada", estava de volta a Porto Alegre. No mesmo dia, depois de conferenciar com Aranha, partiu de carro "para percorrer as diferentes unidades da guarnição federal no Rio Grande, com as quais ele mantinha contacto por intermédio de oficiais simpatizantes com a causa da revolução".²⁷⁷

A 18 de agosto, em meio a rumores e notícias plantadas pelo governo nos jornais do Rio sobre um acordo secreto entre Borges de Medeiros e o governo de Washington Luís, chega a Porto Alegre um telegrama de Francisco Campos a Getúlio Vargas:

– Futuro Presidente [de] Minas deseja informação direta sua [sobre] se movimento será de iniciativa e responsabilidade ostensiva [do] governo e [do] Partido Republicano [do] Rio Grande. Peço responder [ao] futuro Presidente de Minas, aqui presente.

Ainda bem que Vargas sabia desconfiar. A 18 de agosto, Olegário Maciel ainda não era presidente de Minas, cargo que só assumiria a 7 de setembro; e Francisco Campos era Secretário do Interior de Antônio Carlos e não o seria de Olegário. É claro que tentam fazer, contra a revolução, a cabeça do "velho Olegário", que era velho mesmo, pelos padrões da época, com 75 anos nesse momento.

Getúlio deixa para responder no dia seguinte, e responde com uma palavra. A informação que Francisco Campos pede, supostamente em nome do futuro governador, é se o movimento, a revolução, será de iniciativa e responsabilidade ostensivas do governo e do Partido Republicano do Rio Grande do Sul.

– Sim – responde Getúlio, o que significa que o movimento será de iniciativa e responsabilidade ostensivas do governo e do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Mas acrescenta uma ressalva: "Sim, reservando-me, porém, o direito de resolver sobre o desfecho, a fim de assegurar a vitória."

Esse sim interrompe uma conversa mole, que vinha desde o começo, não

²⁷⁷ Idem, *ibidem*.

da conspiração revolucionária, mas da própria ideia da candidatura Vargas à Presidência, lançada, em nome de Minas, por Antônio Carlos, por se saber vetado por Washington Luís para a mesma candidatura.

Antônio Carlos ora avançava, ora recuava – tanto que Washington Luís não acreditou que ele teria a coragem de lançar a candidatura Vargas, coragem que ele teve. Mas Antônio Carlos misturou ou permitiu que se misturasse a ideia da revolução com a ideia da candidatura. Tanto que, nos comícios da Aliança Liberal, isso era dito com toda clareza e honestidade: se houver fraude, haverá uma revolução.

Depois, Antônio Carlos recuou. Mas ficava mal um homem como ele, recuando, acautelado, e um homem de 75 anos como Olegário Maciel avançando. O telegrama de Francisco Campos a Vargas, supostamente em nome de Olegário, é uma tentativa de criar confusão, cortada pelo sim terminante de Getúlio Vargas.

Ou por essa resposta, ou incomodado pela nem sempre decifrável coreografia de Antônio Carlos e Francisco Campos, ou, enfim, pela impaciência num homem de sua idade que tomara uma decisão grave como a de apoiar a revolução, Olegário Maciel acaba por ser daqueles que cobram a data da revolução. Em encontro com um emissário gaúcho, este, intimidado pelo silêncio do velho depois de uma longa exposição sobre os planos revolucionários, pergunta se está faltando alguma coisa.

– Sim – responde Olegário Maciel. – Falta marcar o dia e a hora.

ARANHA TENTA UMA DATA EM AGOSTO

Ainda em agosto, Gois Monteiro, ainda não suspeitado nem no Ministério da Guerra nem no Comando da 3ª. Região Militar, conseguiu uma licença e viajou a Porto Alegre, e aí passou alguns dias, com Oswaldo Aranha, João Alberto e outros oficiais, trabalhando na organização definitiva dos planos.

Pressionado por todos os grupos revolucionários, no país inteiro, Aranha define mais uma data provisória para o levante: a madrugada de 25 para 26 de agosto. Essa data atendia ao desejo de Olegário Maciel, de que o movimento

começasse antes de sua investidura no governo de Minas. Poucos dias antes, entretanto, Aranha comunicou aos comandos revolucionários aquilo que já devia saber bem antes: não havia condições para o levante ainda em agosto. E a posse de Olegário Maciel estava marcada para 7 de setembro.

– Do dia 26 de agosto ao dia 7 de setembro – diz Virgílio de Melo Franco – vivemos, todos os que estávamos na conspiração, dias verdadeiramente angustiosos. Os srs. Mário Brandt, Djalma Pinheiro Chagas [ambos de Minas] e Pedro Ernesto [do Rio, Distrito Federal] diziam, para o Sul, que o movimento só seria possível até o dia 7 de setembro, ao mesmo passo que o sr. Antônio Carlos, desejoso de que a revolução não rebentasse em seu governo, radiografava diretamente ao sr. Getúlio Vargas, admitindo a hipótese de estalar o movimento depois do dia 7, já no governo do sr. Olegário Maciel, por quem ele se dizia autorizado.²⁷⁸

Era mais um golpe de Antônio Carlos, sem dúvida hábil. Já que a revolução seria inevitável, ele teria uma porta de saída caso ela malograsse: a revolução teria começado depois de cessadas as suas responsabilidades no governo de Minas. Ou seja, apesar dele, não por causa dele.

Logo depois, há um boato, que não era só isso, de que Borges de Medeiros, confinado a sua estância de Irapuazinho, no município de Cachoeira, mandara uma carta a Getúlio, vetando o movimento revolucionário. Tudo indica que a carta existiu mesmo, mas Aranha, depois de se entender com Getúlio, reuniu-se com Flores da Cunha, João Neves, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, João Alberto e Virgílio de Melo Franco.

– De quantas conversas tivemos em todo o longo e penoso período da conspiração – diz Virgílio – foi aquela a mais dramática. Todos quantos ali nos encontrávamos estávamos enterrados até o pescoço na conspiração. Estou certo de que qualquer um de nós preferiria suicidar-se a ter que voltar atrás.²⁷⁹

Combinaram, então, que, em qualquer circunstância e diante de qualquer consequência, os integrantes desse grupo marchariam para a revolução. Se o

²⁷⁸ Idem, pp. 196 e 197.

²⁷⁹ Idem, pp. 201 e 202.

veto de Borges de Medeiros rompesse a unidade política do Partido Republicano Riograndense e do próprio Rio Grande, Flores da Cunha seguiria para Uruguaiana, onde, com a colaboração do líder libertador Batista Lusardo, tentaria provocar um levante, enquanto os outros seguiriam para Cachoeira, terra de João Neves, cuja guarnição federal era inteiramente simpática à revolução, para provocar outro levante.

Eles tinham certeza de que seriam esmagados, mas essa, como diz Virgílio de Melo Franco, era a “variante trágica” – talvez uma peça de guerra psicológica para impedir o recuo de Borges de Medeiros:

– O objetivo verdadeiro – prossegue Virgílio – consistia em esclarecer o sr. Borges de Medeiros, de sorte que este concordasse com o movimento. Para essa missão foi designado o sr. Oswaldo Aranha...

Que talvez já estivesse designado quando promoveu, depois de consulta com Vargas, a reunião da qual saíra a variante trágica dos levantes de Uruguaiana e Cachoeira.

Aranha foi ao encontro de Borges de Medeiros armado de uma carta de Vargas e das informações sobre a “variante trágica”. Ninguém assistiu à conversa de Aranha com Borges, mas Aranha voltou a Porto Alegre “radiante, trazendo não só a adesão do sr. Borges de Medeiros, como a sua promessa de contribuir para a revolução em tudo quanto a seu alcance estivesse”.²⁸⁰

Virgílio de Melo Franco atribui esse bom resultado à inteligência política de Getúlio Vargas. E diz (cabendo ressaltar que seu livro é de 1931):

– Quando, mais tarde, maior cópia de documentos permitir a reconstrução de todo o histórico da revolução de 1930, certas figuras avultarão em detrimento de outras, que se vão deixando adornar com penas alheias... O sr. Getúlio Vargas, por exemplo, ainda não avulta no cenário da revolução com o destaque a que tem muito mais direito que os srs. Antônio Carlos e Olegário Maciel.

– Bravo e destemeroso como o sr. Aranha, resignado e tenaz como o sr. Artur Bernardes, tem o sr. Getúlio Vargas a vantagem de um atributo supletivo que, por via de regra, falta aos políticos rio-grandenses – a astúcia. Seria lon-

²⁸⁰ Idem, pp. 202 e 203.

go e deselegante traçar aqui, enquanto ele se encontra no zênite, o seu perfil...

– Sempre que me encontrei com o sr. Getúlio Vargas, nos dias de conspiração e de luta, ele me fazia pensar mais num mineiro que num gaúcho...²⁸¹

“PELO AMOR DE DEUS, APRESSEM ISSO...”

O veto de Borges de Medeiros estava superado, mas permanecia o problema da data, que, dada a proximidade da posse de Olegário Maciel no governo de Minas, a 7 de setembro, era cada vez mais angustiante, embora Antônio Carlos tivesse proposto transferir a revolução para depois da posse de Olegário, e isso com o suposto consentimento do próprio.

A 5 de setembro, dois dias antes da posse de Olegário e quando já era absolutamente impossível iniciar a revolução antes dela, Aranha dita um rádio para Belo Horizonte

– Nosso Presidente [Getúlio Vargas] mandou duas datas, uma anterior, outra posterior a 7 [de setembro]. Dois Presidentes Minas [isto é, Antônio Carlos, o que saía, e Olegário Maciel, o que entrava] escolheram data posterior... Único objetivo alteração data [é] iludir barbado [Washington Luís], cuja convicção firme ser movimento antes dia 7.

O rádio é endereçado a Mário Brandt, que responde no dia seguinte, 6 de setembro:

– Interpelei futuro Presidente [Olegário Maciel], que disse ignorar fixação data para depois dia 7.

A confusão, logo se descobre, resulta das manobras de Antônio Carlos. Ainda a 6 de setembro, véspera da posse de Olegário Maciel, Antônio Carlos não sossegou:

– Aranha me contou – diz Virgílio de Melo Franco em telegrama a Mário Brandt, em Belo Horizonte – atual Presidente [Antônio Carlos] solicitou maior insistência ao Presidente daqui [Getúlio Vargas] não dar conhecimento data senão seu único intermédio.

²⁸¹ Idem, pg. 203.

No dia 6 de setembro, a 24 horas de deixar o governo, Antônio Carlos não quer que seu sucessor, Olegário Maciel, comprometido a apoiar a revolução, seja informado das propostas de Getúlio Vargas sobre o dia de deflagração do movimento revolucionário.

As demoras e manobras como essas de última hora de Antônio Carlos desorientavam e irritavam os organizadores da revolução em todo o país. Até, como diz Virgílio de Melo Franco, os mais pacientes:

– O sr. Juarez Távora, que se revelara de uma paciência exemplar, também começava a dar mostras de inquietação. Há telegramas seus, dirigidos ao sr. Oswaldo Aranha, que bem mostram o seu estado de espírito. De um lembro-me bem, mais ou menos nos seguintes termos: “Pelo amor de Deus, apressem isso. Impossível evitar dentro em pouco revolta isolada dos exaltados.”²⁸²

Tanto Aranha, com sua exaltação exterior, que talvez escondesse grande serenidade interior, quanto Vargas, cuja serenidade era fundamental para que não perdesse o controle de uma situação tão tensa, conseguiram segurar essas inquietações, essa ameaça de revoltas isoladas e as desistências e defecções resultantes de um aparente colapso do movimento revolucionário.

Virgílio de Melo Franco era um observador privilegiado desse momento. Político de Minas, passou os meses de agosto e setembro de 1930 no Rio Grande, como agente político de ligação entre os governos e partidos de Minas e do Rio Grande. É dele este depoimento:

– Para ser justo, devo dizer... que, se o movimento tivesse tido estouraço em julho, como se pretendia, talvez os seus resultados não tivessem sido os mesmos. Com a concentração de forças federais em Belo Horizonte e dada a falta de recursos em que, devido à imprevidência de seu governo, Minas se encontrava, é de supor que, talvez, o governo federal tivesse levado a melhor, pelo menos na capital do Estado.

– No Rio Grande, também, as coisas teriam possivelmente ocorrido de forma diferente, se o comandante da Região Militar, General Gil de Almeida, tivesse podido fazer a concentração de forças por brigadas, como a princípio tentou.

²⁸² Idem, pg. 211.

– Assim, pois, o recuo do sr. Antônio Carlos, que por um triz não desfez tudo, teve, incontestavelmente, uma grande utilidade para o êxito final da revolução. Os sucessivos adiamentos, as marchas e contramarchas, os avanços e recuos – que desmoralizaram a revolução aos olhos de uma grande parte dos revolucionários – tiveram a virtude de convencer o sr. Washington Luís e o governo federal de que a revolução nada mais era que o sonho de meia dúzia de exaltados.²⁸³

Até um grande, embora ainda jovem, jornalista, Barbosa Lima Sobrinho, foi convencido disso.

AFINAL UMA DATA. OU NÃO?

Passou-se, portanto, sem revolução, o dia 7 de setembro, dia da posse do velho Olegário Maciel no governo de Minas. Antônio Carlos saiu de cena, pelo menos no palco oficial do governo mineiro, e Olegário não anunciou qualquer recuo em seu compromisso de apoio à revolução.

A 11 de setembro, afinal, Aranha teve longo encontro, no QG provisório da revolução, na casa de seu cunhado, dr. Verniéri, nos arredores de Porto Alegre, com o coronel Gois Monteiro, desde abril chefe do Estado-Maior da Revolução, e seu principal subchefe, João Alberto.

Esse comando era um encontro inédito entre um chefe militar que até então sempre fora legalista, Gois Monteiro, e um comandante sempre revolucionário, como João Alberto. Eles estavam de acordo e Aranha “deu por concluídos os trabalhos preparatórios”:

– Estava, pois, o movimento, na opinião de seus organizadores, maduro... Tudo estava previsto, todas as missões indicadas, individual e coletivamente, e todos os recursos mobilizados. Nessas condições, podia o sr. Oswaldo Aranha assumir a responsabilidade de convidar o sr. Getúlio Vargas a fixar a data em que deveria rebentar a revolução.²⁸⁴

²⁸³ Idem, *ibidem*.

²⁸⁴ Idem, pg. 212.

Terminado esse encontro, Aranha vai buscar a aprovação de Vargas.

– Nós outros – diz Virgílio – ficáramos no Quartel-General Revolucionário, à espera... Depois de uma demora de mais de quatro horas, voltou o sr. Aranha com a palavra do Presidente. Entendia o sr. Getúlio Vargas que era necessário ir alguém ao Rio palestrar com os Generais Tasso Fragoso, Malan d'Angrogne e Andrade Neves – os quais eram sabidamente simpáticos à causa da Aliança, a fim de lhes expor a situação e deles conseguir o seguinte: no caso de o movimento ser vitorioso, o governo federal certamente cairia antes de o sr. Getúlio Vargas e as tropas revolucionárias chegarem ao Rio de Janeiro. Nessas condições, os referidos generais deveriam ficar atentos, a fim de que o governo não fosse cair em mãos de aventureiros. Caso os generais vissem a possibilidade de fazer qualquer coisa pelo movimento, esperava o sr. Getúlio Vargas que eles não negassem o seu concurso à nossa causa.²⁸⁵

Para esse primeiro encontro com os generais no Rio, o escolhido foi Lindolfo Collor. Além de encontrar-se com esses generais, no Rio, ele aproveitou para ir a Minas e conversar com os mineiros, agora sob o novo governo de Olegário Maciel. Collor, a 20 de setembro, estava de volta a Porto Alegre, como conta Virgílio de Melo Franco:

– Depois de ter estado em Minas, onde se entendeu com os membros de seu novo governo, e de se ter avistado no Rio com os generais Tasso Fragoso, Andrade Neves e Malan d'Angrogne, o sr. Lindolfo Collor regressou, de avião, a Porto Alegre...

– Os generais, ouvidos pelo sr. Collor, mostraram-se partidários do movimento, mas declararam nada poder fazer por ele, pois nenhum estava no comando de tropa... No caso de o governo cair antes da chegada do sr. Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro, ficou estabelecido que os referidos generais deveriam assumir o poder, a fim de evitar caísse ele em mãos de aventureiros.²⁸⁶

Um depoimento, porém, do General Tasso Fragoso, posterior ao de Virgílio de Melo Franco, é diferente. O General Tasso insiste em ter deixado perfeita-

²⁸⁵ Idem, pp. 212 e 213.

²⁸⁶ Idem, pg. 221.

mente claro que não apoiaria qualquer revolução.

Aí, conclui Virgílio de Melo Franco esse capítulo, tudo estava pronto:

– As últimas providências assentadas, nada mais restava a fazer do que desencadear o movimento.²⁸⁷

Faltava, porém, marcar a data, como já vinha cobrando em Minas o velho Olegário Maciel.

A DATA DEFINITIVA, 3 DE OUTUBRO

Com base nas informações da última viagem de Lindolfo Collor, Aranha radiografou a Juarez Távora, no Nordeste, pedindo que sugerisse dois ou três dias, nas próximas semanas, para o começo da revolução. Juarez propôs três datas, entre as quais a de 3 de outubro.

A 25 de setembro, ouvidos os comandos revolucionários do Rio Grande e de Minas Gerais, essa data de 3 de outubro, proposta por Juarez Távora, foi aceita.

– O sr. Oswaldo Aranha – diz Virgílio de Melo Franco – reuniu, então, no QG da Revolução, o coronel Gois Monteiro, o tenente João Alberto, o sr. Maurício Cardoso, o sr. Lindolfo Collor e eu. Declarou-nos que tinha sido marcado o dia 3 de outubro.

– No Rio Grande do Sul, disse-nos, só sabíamos da data nós cinco e mais o sr. Getúlio Vargas e ele próprio. Era indispensável, sobretudo, que se guardasse o mais absoluto sigilo... De acordo com o que estava combinado, a explosão se daria às cinco e meia da tarde, no Brasil inteiro.²⁸⁸

Terminara a fase da conspiração. Agora falariam as armas.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸⁸ Idem, pg. 224.

PARTE IV

A REVOLUÇÃO VENCE EM TRÊS SEMANAS

CAPÍTULO 35

OUTUBRO 2, 1930

NA VÉSPERA DA REVOLUÇÃO

GOIS ESPERA VENCER NO RIO GRANDE EM OITO DIAS: E VENCE EM TRÊS.
NO CONJUNTO DO PAÍS, NA MELHOR HIPÓTESE PARA O GOVERNO FEDERAL, ELE
CONTA QUE, NO MÁXIMO EM TRÊS MESES, "TEREMOS GANHO A PARTIDA".

Gois Monteiro estava em Porto Alegre desde a primeira quinzena de setembro. Ele permanecera em São Luís das Missões, comandando à distância o estado-maior revolucionário, agora com mais facilidade e segurança, porque João Alberto, seu imediato, já voltara da Argentina.

Em São Luís das Missões, Gois deixara passar o 7 de setembro e a posse de Olegário Maciel no governo de Minas. Qualquer viagem sua a Porto Alegre antes dessa data despertaria suspeita, por estar Washington Luís convencido de que ou a revolução começaria antes desse dia ou de todo não começaria.

Logo depois do 7 de setembro, Gois pediu licença oficialmente para a viagem, a pretexto de uma cirurgia de sua mulher. A licença foi concedida e ele não precisou recorrer à alternativa de ausentar-se de São Luís sem aviso prévio ao comando da 3ª. Região Militar, em Porto Alegre, o que provocaria pelo menos curiosidade e desconfiança.

Em Porto Alegre, Gois montou o Grande Quartel General da revolução, que funcionava nos arredores da cidade, na casa de uma irmã de Oswaldo Aranha e de seu marido, dr. Vernieri. O GQG só começava a funcionar depois das dez horas da noite, quando o entra e sai de gente já não seria percebido pela vizinhança. Amanhecido um novo dia, a casa retomava seu movimento e frequência normais.

Em trajes civis, Gois podia movimentar-se livremente por Porto Alegre, onde era pouco conhecido, embora tivesse vivido na cidade mais de vinte

anos antes, como aluno da escola militar. Mesmo que fosse visto por militares que o conhecessem, sua presença teria a ver com a cirurgia de sua mulher e não com uma revolução na qual o governo já não acreditava.

Entre outros erros grosseiros de avaliação, Washington Luís impusera a seus auxiliares e comandados uma espécie de pensamento único. Quem fosse levar-lhe dúvidas, advertências ou mesmo informações, era tratado por ele com uma ironia frequentemente feroz, que fazia o interlocutor sentir-se ridicularizado.

O próprio General Gil de Almeida, comandante da 3ª. Região Militar, que estava perto do centro dos acontecimentos, resignara-se a não contrariar o Presidente. Em decorrência disso, os oficiais de seu comando – os que ainda não apoiavam a revolução – resignaram-se, por sua vez, a não contrariar o General.

O ENCONTRO COM GETÚLIO

Gois, porém, não afrouxava as medidas de segurança, e só foi avistar-se com Getúlio Vargas já na véspera da revolução, na madrugada do dia 2 de outubro.

– Naquela mesma noite – diz ele em suas memórias – fui convocado para ir às 2 horas da madrugada conferenciar com o Sr. Getúlio Vargas. Até então, ainda não me havia entendido pessoalmente com ele.

– Em regra, as informações e notícias me eram dadas pelos Srs. Oswaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco e João Alberto. Compareci ao Palácio acompanhado do Sr. Virgílio de Melo Franco, sendo ali recebido pela Sra. Darcy Vargas e por Oswaldo Aranha. Fui introduzido nos aposentos particulares do então Governador do Rio Grande do Sul com o Sr. Oswaldo Aranha, ficando do lado de fora, no hall, o Sr. Virgílio com a Sra. Darcy.

Getúlio fumava um charuto e, logo que Gois entrou, ofereceu-lhe um. Oswaldo Aranha, formalmente e em poucas palavras, disse:

– Trago à sua presença o chefe-militar, o técnico. E ele, de viva voz, confirmará ou não o que lhe tenho dito sobre os nossos projetos e possibilidades.

Para ficarem à vontade, vou deixá-los.

E retirou-se.

– Coronel – disse Getúlio, segundo o registro de Gois Monteiro – o que está combinado será feito. Não voltarei atrás, sejam quais forem as consequências. Se formos derrotados, não me entregarei. Sucumbirei aqui neste meu posto.

Essa disposição de Vargas para o sacrifício pessoal será explorada pelo resto de sua vida e depois de sua morte, e apresentada como sintoma de uma compulsão neurótica ao suicídio, à autodestruição. Mas essa era a disposição da maioria dos conspiradores. Já lemos a narrativa de Virgílio de Melo Franco sobre um momento dramático, semanas antes, quando correra o boato de que Borges de Medeiros havia recuado e renegaria seu apoio à revolução.

Antes de viajar à estância de Borges de Medeiros e depois de entender-se com Vargas, Oswaldo Aranha reunira-se com Flores da Cunha, João Neves, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, João Alberto e o Virgílio de Melo Franco. Esse grupo decidiu partir para a ação revolucionária de qualquer maneira, com ou sem o apoio de Borges de Medeiros. Diz então Virgílio de Melo Franco:

– De quantas conversas tivemos em todo o longo e penoso período da conspiração, aquela foi a mais dramática... Estou certo de que qualquer um de nós preferiria suicidar-se a ter que voltar atrás.²⁸⁹

No caso de Vargas, a disposição para o sacrifício pessoal era uma questão de responsabilidade moral e política. O que ele diz em seguida a Gois Monteiro:

– Como responsável pelo destino de três milhões de sul-rio-grandenses e de muitos outros milhões de brasileiros que nos acompanham na aventura em que nos vamos empenhar, julgo do meu dever ouvir do técnico militar quais são as hipóteses mais favoráveis ou desfavoráveis e as nossas possibilidades, a fim de orientar-me como chefe civil da revolução.

Aí, Getúlio começa a surpreender Gois Monteiro:

– Far-lhe-ei apenas duas perguntas, uma de ordem pessoal e outra de ordem geral.

²⁸⁹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 201 e 202.

– Compreendo que seus camaradas, oficiais revolucionários, estando com a carreira cortada e perseguidos a todos transe pelo governo, não tenham outra saída senão buscar por meios revolucionários a recuperação de sua posição. Não compreendo, porém, como o senhor, que, segundo sei, está fazendo a mais brilhante carreira do Exército, e tendo até agora defendido com todo o vigor os poderes constituídos, jogue tudo isso numa só cartada, ao passo que pode, perfeitamente, se não quiser nada mais arriscar, encontrar muitas formas de não se envolver nessa luta armada, como fazem muitos dos seus companheiros.

– Que é que o move em sentido contrário, abandonando todas as comodidades e a sorte de sua família, para lançar-se sem nenhuma necessidade numa aventura tão perigosa? Pois o senhor deve saber que, se o “Braço-Forte” vencer (o Sr. Getúlio Vargas só chamava o Sr. Washington Luís de “Braço-Forte” ou “Barbado”), não terá mercê nem contemporização com os vencidos.

Gois responde a essa primeira pergunta dizendo que tudo quanto Vargas dizia parecia-lhe muito lógico:

– Sempre me batera, com todo o sacrifício pessoal, para manter a ordem constitucional, mesmo em proveito das oligarquias, mas na esperança de que elas caíssem de podre, sem necessidade de subversão da ordem. Sentia, porém, naquele instante, que esta minha esperança era vã e, assim, havia influído decisivamente no meu pensamento um dilema que me colocava diante dois males, a fim de escolher o que me parecesse o menor de ambos: ou contribuiria para defender a ordem constitucional e a permanência desse ciclo cada vez mais agravado, ou procuraria uma outra solução, mesmo derrubando as instituições, a fim de tentar uma nova vida para o povo brasileiro. Optei pela segunda hipótese.

QUAIS AS POSSIBILIDADES?

Vargas – acrescenta Gois – nada objetou e fez a segunda pergunta, esta de caráter geral, sobre os planos estabelecidos, a sua execução de acordo com os meios disponíveis e as possibilidades do adversário:

Góis respondeu “sumariamente e em estilo militar, formulando as hipóteses mais verossímeis e começando pela pior”:

– Conto que no máximo em oito dias todo o Rio Grande do Sul tenha caído, depois de desferidos os golpes-de-mão para reduzir todas as resistências que forem encontradas... (No fim de três dias, seria quebrada a última resistência.)

– Nesse mesmo prazo, terei lançado numerosas vanguardas, que passarão a fronteira imediatamente e avançarão em direção ao norte para atingir a fronteira de São Paulo o mais rapidamente possível. Também no Norte e no Centro do País, estão planejadas ações em condições semelhantes, tudo para aproveitar o efeito da surpresa.

– Se, todavia, o plano vier a falhar e o Rio Grande do Sul ficar isolado, ainda assim teremos quarenta probabilidades em cem; ora, se conseguir, como pretendo, levar o grosso das nossas forças até o limite de São Paulo, daí que sejamos recalcados outra vez para o Sul, oferecendo resistências sucessivas e até que nos possam reduzir pela força dentro do Estado, terá decorrido cerca de um ano, pois, tendo as fronteiras abertas para o Rio da Prata, poderemos adquirir os recursos que nos faltarem e teremos tempo para negociar em condições menos desfavoráveis.

– Decorridos dois meses [do início das operações], poderemos pleitear ser reconhecidos beligerantes. Se Minas Gerais, para onde creio convergirão de início os maiores esforços das tropas legais, resistir apenas quinze dias que sejam, pois que lhe exigimos no máximo esse tempo, a fim de atrair maior número de forças adversas, então as probabilidades estarão invertidas, teremos sessenta por cento a nosso favor.

– Se o Norte, de que esperamos apenas uma diversão, sobretudo litorânea, conseguir lançar a confusão e impedir qualquer atuação ou reforço às forças legais empenhadas no centro e no Sul do País, juntamente com diversões menores que ocorrerem em Mato Grosso, no Distrito Federal, São Paulo e outros pontos, por mais fracos que sejam, ficaremos com oitenta probabilidades em cem.

– Se o Paraná e Santa Catarina aderirem, teremos noventa e cinco probabilidades em cem. Isto significa que, no máximo em três meses, na melhor

hipótese para o governo federal, teremos ganho a partida.

Vargas, segundo Gois, mostrou-se muito satisfeito com a exposição, dizendo que ela confirmara o que já lhe haviam dito os Srs. Oswaldo Aranha, João Alberto e Virgílio de Melo Franco. Assim, estava tranquilo sobre o desfecho da luta armada, mesmo que ocorressem circunstâncias imprevistas.

– Despedi-me – diz Gois – e só fui avistá-lo novamente na tarde de 3 de outubro, em Palácio, onde instalara o meu posto de comando.²⁹⁰

A LEITURA DO MANIFESTO

Deve haver um engano aí. Bem antes da tarde seguinte, já às 3 horas da madrugada de 3 de outubro, Gois trabalhava em seu QG quando foi convidado por Oswaldo Aranha, juntamente com Virgílio de Melo Franco, a irem os três ao Palácio Piratini, ao encontro de Vargas.

– Introduzidos na vasta galeria que dá acesso ao gabinete presidencial – escreve Virgílio de Melo Franco – chegamos até à sua porta sem que os nossos passos, abafados pelos tapetes, fossem pressentidos pelo sr. Getúlio Vargas, o qual, sentado à secretária, com o queixo descansado sobre ambas as mãos, parecia mergulhado em profunda cogitação. Dando-se conta, então, de nossa chegada, o sr. Getúlio Vargas estremeceu um pouco e levantou-se para nos receber, entre sorridente e emocionado.

Logo ao cumprimentar os visitantes, Vargas puxou o relógio de bolso e perguntou:

– É para hoje?

– É para hoje – confirmou Aranha, perguntando em seguida se o manifesto já estava pronto.

– Dirigiu-se então o sr. Getúlio Vargas à sua secretária, de uma de cujas gavetas retirou várias folhas de papel, que quis entregar ao sr. Oswaldo Aranha, para que as lesse. O sr. Aranha, porém, insistiu para que o próprio Presidente procedesse à leitura de seu manifesto. Atendendo ao pedido, o sr. Getú-

²⁹⁰ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, pp. 93 a 97.

lio Vargas leu, uma a uma, com voz pausada e firme, as folhas do documento, a ser publicado no dia 4 de outubro, quando o Rio Grande já estivesse de pé, pelo Brasil.

O MANIFESTO

No manifesto, Vargas começava por lembrar qual fora sua atitude desde o início da campanha eleitoral, quando do lançamento de sua candidatura, por uma coalizão oposicionista, à Presidência da República:

– Ninguém ignora – diz ele – os persistentes esforços por mim empregados, desde o início da campanha da sucessão presidencial da República, no sentido de que o prélio eleitoral se mantivesse rigorosamente no terreno da ordem e da lei.

– Jamais acenei para a Revolução, nem, sequer, proferi uma palavra de ameaça.

Em todos os pronunciamentos na campanha, diz Vargas, fez questão de apelar sempre “para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo”, para evitar que a exaltação dos espíritos desencadeasse a desordem material. E manteve essa atitude conciliatória mesmo quando percebeu que o governo federal, “inteiramente descomedido”, aniquilava o regime e assumia o controle da eleição, em favor do candidato situacionista:

– As violências e perseguições prévias, como atos preparatórios da fraude, deixavam evidente que, após o pleito eleitoral, viria, com a cumplicidade de um Congresso sem compreensão de seus altos deveres, o ajuste de contas pelo sacrifício dos direitos líquidos de todos os elementos incorporados à corrente liberal.

Nos parágrafos seguintes, o manifesto completa a reconstituição dos acontecimentos da campanha e passa ao desfecho das eleições:

– Da inutilidade de minha atitude teve o povo brasileiro demonstração fidelíssima na farsa eleitoral de 1º de março.

– Nos Estados que apoiaram o Catete, os candidatos a cargos eletivos foram empossados, mercê de uma montanha de atas falsas.

– Quanto aos Estados liberais [os que tinham apoiado a Aliança Liberal e a candidatura Vargas], a Paraíba teve toda a sua representação, legitimamente eleita, espoliada de seus direitos. Em Minas Gerais, o Estado de maior coeficiente eleitoral, o povo não pôde votar, e foi uma espécie de loteria o reconhecimento executado pelo Congresso. No Rio Grande do Sul, não houve alquimia capaz de alterar o expressivo resultado das urnas.

– Apesar, entretanto, de todos esses desmandos e não devendo ser juiz em causa própria – prossegue Vargas – resolvi lançar o manifesto em que entregava ao povo a solução do momentoso caso. Na Paraíba foi ainda amparada e criminosamente estimulada pelos poderes públicos a rebelião do cangaço, que terminou, como é notório, no miserável assassinio do imortal João Pessoa, candidato à Vice-Presidência da República na chapa liberal.

Os adversários, porém, não queriam apenas a vitória eleitoral, “obtida, embora, à custa de todas as artimanhas e à sombra dos mais impressionantes e condenáveis abusos de poder”:

– Passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e impudente, ante as vítimas da sanha de um poder que entrava, francamente, na fase final do delírio.

Diante de tal situação, que poderiam fazer as correntes oposicionistas?

– Entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebelou-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos, em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer.

– Amparados no apoio da opinião pública... esperamos que a nação reenentre na posse de sua soberania... Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa.

E o manifesto termina com a palavra de ordem que será ouvida nos próximos dias e nas próximas semanas, primeiro no Rio Grande e depois no Brasil inteiro:

– Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não poderás falhar a teu destino heroico!²⁹¹

²⁹¹ Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil*, vol. 1, pp. 59 e seguintes.

CAPÍTULO 36

OUTUBRO 3 A 24, 1930

O RIO GRANDE DOMINADO

A REVOLUÇÃO AVANÇA PELOS TRILHOS DA SÃO PAULO-RIO GRANDE,
RUMO A SÃO PAULO E AO RIO.

Iniciadas as operações militares da revolução às cinco e meia da tarde de 3 de outubro, esperava-se, pelos planos de Gois Monteiro, o fim da resistência em Porto Alegre em 24 horas. Em menos de dez, a cidade estava inteiramente em poder dos revolucionários.

Tão importante quanto isso, ou até mais importante, estrategicamente, era o domínio, no território do Rio Grande, do eixo da linha principal da Viação Férrea, a antiga Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Esse eixo saía de Porto Alegre, inicialmente em direção oeste, rumo a Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e ao maior entroncamento ferroviário do Estado, Santa Maria. Daí os trilhos tomavam a direção norte, passando por Cruz Alta, Carazinho e Passo Fundo, até Marcelino Ramos, na divisa com Santa Catarina.

Gois organizara uma concentração de forças revolucionárias nas proximidades de Marcelino Ramos, para iniciar, simultaneamente ao levante em Porto Alegre, a penetração em Santa Catarina, primeiro passo para o avanço sobre o Paraná e sobre São Paulo. A ofensiva sobre São Paulo obrigaria Washington Luís a aliviar a pressão sobre Minas, deslocando tropas para a defesa do território de São Paulo.

As forças de Marcelino Ramos estavam sob o comando de Miguel Costa, que comandara, ao lado de Luís Carlos Prestes, a famosa coluna que atravessara o Brasil de 1924 a 1926 e à qual o próprio Prestes dava o nome de Coluna Miguel Costa-Prestes.

Miguel Costa era o homem indicado para comandar o avanço sobre São Paulo – sem o qual a revolução acabaria confinada ao Rio Grande e condenada à paralisia e, daí, ao colapso. Miguel Costa era de São Paulo e oficial superior e ex-Comandante Geral de sua Força Pública (na época, bem mais que uma polícia militar como as de nossos dias, dotada até de aviões e artilharia).

Essa nova Coluna Miguel Costa dependia, porém, de ser alimentada de armas, homens, suprimentos e trens – a partir, pelo menos, de Passo Fundo e, depois, de todo o eixo gaúcho da São Paulo-Rio Grande. De todos esses pontos, o mais nevrálgico era Passo Fundo, sede do 8º. Regimento de Infantaria, comandado pelo futuro marechal e então coronel Estêvão Leitão de Carvalho, oficial legalista e respeitado em todo o Exército.

Leitão de Carvalho fora, tempos antes, assessor técnico do embaixador Afrânio de Melo Franco, pai de Virgílio de Melo Franco, em conferências internacionais na Liga das Nações, em Genebra. Com uma carta de Aranha, Virgílio fora em agosto a Passo Fundo, para tentar a adesão ou pelo menos a neutralidade do coronel, e escreveu em seu livro:

– Passo Fundo, cidade situada no extremo norte do Estado, próxima a Marcelino Ramos, que fica sobre a fronteira [a divisa com Santa Catarina], tinha, no caso de um movimento armado, um grande papel a desempenhar, disse-me, certa vez, o sr. Oswaldo Aranha. Aquela cidade é sede de um regimento de Infantaria – o 8º. – então comandado pelo coronel Estêvão Leitão de Carvalho. Havia toda conveniência em que o referido regimento aderisse à revolução, porque, sendo a tropa mais próxima da fronteira de Santa Catarina, no mesmo dia em que rebentasse a revolução poderia ser lançada para o Norte e tocar, sem resistência alguma, até Porto União da Vitória [as cidades de Porto União, catarinense, e União da Vitória, paranaense, separadas pelo rio Iguaçu].

Leitão de Carvalho não admitiu apoiar a revolução, mas ressaltou que, uma vez constituído um novo governo, não resistiria a ele; e prometeu não comunicar ao General Gil a conversa com Virgílio. Promessa cumprida, embora o silêncio sobre essa conversa fosse uma violação dos deveres militares do coronel.

Na noite de 3 de outubro, as forças revolucionárias ainda não podiam con-

tar com Passo Fundo e seu regimento, mas entraram em Santa Catarina a partir de Marcelino Ramos.

Às 5 e meia da manhã, faltando 12 horas para o início da revolução, o velho guerrilheiro, veterano da Revolução Federalista de 1893, General Filipe Portinho, fora encarregado de reforçar a vanguarda de Miguel Costa na invasão de Santa Catarina.

Quando teve início, à noite, a marcha levava, só de Erechim, mais de dois mil voluntários.

No Paraná, à espera de que a Divisão Nordeste, como se chamava a coluna de Miguel Costa e do General Portinho, completasse a travessia de Santa Catarina, grupos revolucionários tomaram, sem qualquer resistência, as cidades de Araucária e da Lapa. Paranaguá, o principal porto de mar do Paraná, também se levantou.

O NORDESTE COMEÇA SEIS HORAS DEPOIS

Uma deficiência, a falta de uma simples palavra no código usado para as comunicações entre Juarez Távora, no Nordeste, e o comando revolucionário de Oswaldo Aranha em Porto Alegre, atrasou por mais de seis horas o início da revolução em todo o Nordeste.

Além de cifradas, as comunicações tinham de ser concisas, telegráficas, até para dificultar sua decifração pelos serviços de espionagem do governo.

Como o código de Juarez não o dispunha da palavra "movimento", ele respondeu ao telegrama final de Aranha, que marcava o início das operações revolucionárias para as 5 e meia da tarde de 3 de outubro, com a seguinte proposta: "Recebi e peço licença para iniciar a marcha na madrugada de 3 para 4."

Em Porto Alegre, Aranha e Góis Monteiro entenderam que a "marcha" a ter início de madrugada era o deslocamento para o Recife das forças que teriam, já a partir das 5 e meia da tarde, assumido o controle da cidade de João Pessoa, do governo da Paraíba e das repartições federais e unidades do Exército nesse Estado.

Essas forças iriam somar-se, em Pernambuco, a contingentes locais, civis

e militares, que estariam sublevados desde o fim da tarde do dia 3.

Góis Monteiro e Aranha concordaram, sem saber que o entendimento de Juarez era outro: as primeiras operações, na Paraíba, em Pernambuco e em todo o Nordeste só teriam início na madrugada de sábado, 4 de outubro.

Isso deu tempo ao governo federal e ao de Pernambuco para reforçar seus dispositivos de defesa e causou mortes que teriam sido evitadas se Juarez Távora não se tivesse confundido e confundido o comando de Porto Alegre.

Nesse dia 4 de outubro, Vargas registra no diário:

– Pela manhã, tive a continuação das notícias sobre o movimento no interior do estado, nas localidades onde existiam forças federais. Aderiram ao movimento as guarnições de Cachoeira, Pelotas, Livramento, Santa Maria. Ainda discutiam ou recalcitravam – Rio Grande, Bajé, Uruguaiana, Rosário, São Gabriel, Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo.²⁹²

A adesão de Cachoeira e Santa Maria era meio caminho andado para a travessia de Santa Catarina pela coluna de Miguel Costa. A recalcitrância ou resistência de Passo Fundo logo cessaria e o coronel Leitão de Carvalho seria preso pelos revolucionários, assim como o futuro Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em Marcelino Ramos.

Com a cessação da resistência em Passo Fundo e Cruz Alta, a linha da São Paulo-Rio Grande ficava desimpedida desde Porto Alegre até Marcelino Ramos, permitindo o envio de reforços à coluna de Miguel Costa e do General Filipe Portinho, que já chegava à divisa de Santa Catarina com o Paraná.

A PRIMEIRA NOITE DA REVOLUÇÃO NO RIO

As páginas dos jornais do Rio revelam nas edições desses dias, apesar das imposições da censura, como a Capital Federal viveu as primeiras horas da revolução e seus dias seguintes.

– É completa a ordem em toda a Capital da República – assegura uma das manchetes, na manhã do dia 4, sábado.

²⁹² Getúlio Vargas, Diário, pg. 5.

É claro que os jornais já estavam sob censura, ou essa manchete seria outra. Mas a notícia da eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande, em Minas e no Nordeste estava proibida. Um matutino de sábado, O Jornal, de Assis Chateaubriand, conseguira informações de Porto Alegre e incluiu-as em sua primeira página: por isso, teve a edição inteira apreendida pela polícia.

— A Câmara dos Deputados, atendendo à mensagem do Presidente da República — diz uma segunda edição dos vespertinos — discute a concessão do estado de sítio para o Distrito Federal, Estado do Rio, Minas e Rio Grande. Notícias de um movimento sedicioso nestes dois últimos Estados.

Embora fizesse ironia antes, quando iam avisá-lo dos informes e dos boatos sobre a Revolução, e continuasse a fazer ironia quando iam levar-lhe informações pessimistas sobre a situação militar, com uma coisa Washington Luís não brincou a partir da tarde de 3 de outubro: o exercício de sua autoridade. Antes mesmo da decretação do estado de sítio, o governo agiu com energia contra os jornais. E com o estado de sítio a censura foi total.

O pedido de estado de sítio mal começa a tramitar na Câmara dos Deputados e já há censura e apreensão de jornais. E prisões, inclusive de titulares de mandatos parlamentares, o que os leitores dos jornais só saberão três semanas depois.

Mas ainda dá para reclamar, como faz O Globo, nessa edição de sábado, 4 de outubro, embora com os devidos salamaleques à turma que está mandando:

— As notícias relativas às perturbações da ordem, que circularam ontem, puseram em movimento as autoridades. Nada mais justo e natural que as providências e cautelas do governo, uma vez que há motivos para tanto. Aconteceu, porém, que a polícia, pelos seus agentes, achou que podia e devia prender diversos colegas, que dirigem o Diário Carioca, O Jornal e A Batalha. Hoje de manhã, nenhum deles circulou. O chefe de polícia tem recomendado aos jornais que evitem notícias alarmantes. Nada mais alarmante que o ato da polícia.

Em outra página, com menos destaque, O Globo informa:

— Por que o Sport não circulou hoje. Esteve em nossa redação o sr. Isaías Rosa, para explicar os motivos que levaram seu jornal a não circular hoje. É que o Sport — escrito assim, à inglesa — tem suas oficinas nas dependências de A Batalha e A Esquerda, jornais censurados pela polícia, em face das questões

que agitam o momento político.

O país mergulhava na maior revolução de sua história e, antes mesmo do estabelecimento da censura oficial, pela aprovação do estado de sítio no Congresso, uma censura de fato fecha e apreende jornais, impede a circulação de um jornal que só fala de esportes e obriga os jornais que conseguem circular ao eufemismo de reduzir a revolução a “questões que agitam o momento político”.

Logo, até as “questões que agitam o momento político” serão postas para fora do noticiário, substituídas por escassos comunicados do Ministério da Justiça – risíveis já então, quanto mais hoje. Por enquanto, os jornais ainda podem dar notícias apuradas por sua própria reportagem, até mesmo no Ministério da Justiça. Estas, por exemplo:

– O governo vai intervir nos Estados convulsionados. O sr. Viana do Castelo, Ministro da Justiça, esteve hoje (sábado, 4 de outubro), muito cedo, no palácio presidencial, onde conferenciou demoradamente com o chefe da Nação. Na ocasião, segundo nos informaram, foi redigida a mensagem a ser dirigida ao Congresso, pedindo a intervenção federal em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e estado de sítio em outros pontos do país, inclusive a Capital Federal.

– A polícia em atividade. O dr. Pedro de Oliveira Sobrinho, chefe de polícia, permaneceu durante toda a noite em seu gabinete, de onde dirigiu várias diligências. O chefe de polícia, sempre acompanhado dos delegados auxiliares e outras autoridades, tomou ainda pela manhã novas providências com relação ao momento político.

Que providências? Que diligências? Ainda não se sabe ou já não se pode dizer?

– A fim de atender a qualquer necessidade urgente do Ministério da Guerra, a Central do Brasil fez seguir durante a noite várias composições para pontos de concentração das forças do Exército.

– A polícia, como medida de precaução, proibiu o trânsito de veículos nas imediações do Palácio Guanabara, residência do Sr. Presidente da República.

– O ambiente no Ministério da Guerra. O General Sezefredo dos Passos, Ministro da Guerra, que passou toda a noite a postos no seu gabinete, recebeu

pela manhã e no correr do dia inúmeros generais, com os quais conferenciou longamente. Os automóveis oficiais, por medida de precaução, penetravam no pátio do quartel-general com marcha reduzida, dando mais tempo para o reconhecimento dos seus passageiros.

– À meia-noite, em sua residência, na rua do Curvelo 11 [em Santa Teresa], foi preso o intendente Octávio Brandão.

Intendentes eram, em algumas cidades, os prefeitos municipais. No Rio, o prefeito tinha o título de prefeito: intendentes eram os vereadores, membros eleitos da Câmara Municipal. Mas o intendente Octávio Brandão, preso à meia-noite em sua casa em Santa Teresa, era muito mais que isso: era um dos principais fundadores do Partido Comunista do Brasil.

OS DEBATES NA CÂMARA SOBRE O ESTADO DE SÍTIO

Fora esses rapapés de primeira página, sobre a ordem absoluta mantida na Capital da República, e necessários para os jornais não serem apreendidos, há em todos eles um extenso e destacado, mas pouco esclarecedor noticiário sobre as atividades do Senado e da Câmara, convocados a discutir o pedido de estado de sítio apresentado por Washington Luís.

No Senado:

– Após a votação da ordem do dia do Senado, o sr. Mello Viana, [Vice-Presidente da República e Presidente do Senado], declarou que os senadores já tivessem conhecimento da anormalidade em que está o país. O governo enviou mensagem à Casa, sobre matéria talvez urgente.

Por isso, fica marcada uma sessão plenária do Senado para as 3 horas e meia da tarde. É isso mesmo, uma sessão plenária do Senado para uma tarde de sábado, às 3 horas e meia da tarde. É verdade que, embora isso não fosse dito, tratava-se de uma revolução.

Na Câmara:

– Os debates iniciais na sessão tumultuosa de hoje – A Câmara teve hoje um dia de movimento e agitação. Logo cedo, fora do hábito, o recinto encheu-se de deputados, que, entre curiosos e preocupados, perguntavam o que havia

em Minas e no Rio Grande, e logo reclamavam contra o fato de terem acordado às três, às quatro, às cinco horas da manhã, para receber os telegramas do governo, convidando-os para a sessão extraordinária de hoje.

– Com o plenário repleto, o sr. Rego Barros assumiu a Presidência, de onde anunciou o comparecimento de 118 deputados. É lida a mensagem do Presidente da República, comunicando estar instalado um movimento subversivo no Rio Grande do Sul. Para assunto urgente, é dada a palavra ao sr. Cardoso de Almeida.

– O líder da maioria diz que, com o maior sentimento de revolta, vem comunicar à Câmara ter rebentado um movimento revolucionário em Belo Horizonte, com influência em vários outros municípios.

Falava o líder da maioria, o líder do governo, e não sabia que a cabeça do movimento não estava em Minas, mas no Rio Grande do Sul.

O líder da maioria apresenta, com base na mensagem do Presidente da República, um projeto que declara o estado de sítio, até o dia 31 de dezembro, não só no Distrito Federal, no Estado do Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul, mas também na Paraíba.

A oposição, representante da Aliança Liberal, sabia inevitável o estado de sítio; mas seu papel era criar dificuldades.

Pede palavra o deputado Adolfo Bergamini, da Aliança Liberal (que logo seria preso), e discute a extensão do estado de sítio à Paraíba.

– E pergunta – diz O Globo – por que o Executivo – isto é, o governo de Washington Luís – não cita qualquer fato subversivo no Estado nordestino. Pelo contrário, as informações oficiais asseguram nada ter havido de anormal ali.

O fato é que a revolução já começara na Paraíba, embora com atraso.

Bergamini confirma ter estado no comício da véspera, nas escadarias do Teatro Municipal, comício, diz ele, “dissolvido pela polícia, que chegou a disparar suas armas contra os que ali se achavam”. Pela informação anterior, participantes do comício tinham sido agredidos e até atingidos por armas de fogo de adversários, não da polícia.

Na mesma sessão, a Câmara aprova o estado de sítio, que é em seguida aprovado pelo Senado.

CAPÍTULO 37

DOMINGO, OUTUBRO 5, 1930

AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS DOMINAM TODO O SUL E RUMAM

PARA SÃO PAULO

O PARANÁ ENTRA NA REVOLUÇÃO

JUAREZ TÁVORA AVANÇA SOBRE PERNAMBUCO E CONTROLA O RECIFE. O FIM DA TRAGÉDIA PARAIBANA. JOÃO DANTAS MORRE NA CASA DE DETENÇÃO E ANAYDE BEIRIZ SE SUICIDA COM VENENO NUM ABRIGO PARA PROSTITUTAS.

No dia seguinte, o domingo, 5 de outubro, Getúlio escreve:

Uma boa notícia: a adesão das forças da 5ª. Região Militar, Curitiba. Recebo telegrama do major Plínio Tourinho, meu antigo condiscípulo da Escola Militar e oficial do estado-maior da Região.

As notícias do Paraná determinaram-nos a acelerar a remessa de tropas selecionadas para aquela zona, a fim não só de amparar os companheiros, como de apressar o desfecho da ação que se desenhava evidente, pelo choque com as tropas do governo, nesse Estado ou em São Paulo.

João Alberto seguiu, levando pequena força da capital e recebendo vários contingentes em sua passagem ao longo da via férrea. Houve grande entusiasmo no embarque. Seguiram daqui cerca de quinhentos homens.

* * *

Todas as guarnições militares [do Rio Grande] já aderiram ao movimento, faltando apenas a de São Borja. Correm versões sobre a sublevação de parte da polícia de São Paulo e do Forte de Copacabana. Já de muito prevenido pelos boatos, tão comuns nesta época de exaltação, não lhes dou maior crédito.

À tarde, chegaram notícias de que o Regimento de São Borja se retirava pelo rio Uruguai, que transpôs, indo entregar-se, e às armas de que dispunha,

em país estrangeiro. Triste conduta.

* * *

Reintegrei nas funções de secretário do Interior Oswaldo Aranha, o chefe revolucionário que preparou e executou o plano revolucionário no Estado, articulando-o com os elementos do exterior.

* * *

À noite, chegam excelentes notícias da Paraíba: Juarez Távora à frente de 8 mil homens, queda de Recife, Natal marcha sobre Alagoas e Ceará, tropas paraibas de um moral magnífico.

* * *

Um contratempo: Minas luta com escassez de munição e pede nosso auxílio. Não contava com a resistência do 12º Regimento de Belo Horizonte. Prometemos providenciar, mas, por onde? Examina-se o problema grave.

Minas aperta o cerco ao 12º Regimento em Belo Horizonte: dos dois aviões mandados para bombardear a capital mineira, um é abatido e o outro adere ao movimento. Perturbações em Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio. Sente-se que a Revolução está triunfante. Nada poderá detê-la.²⁹³

Mal as primeiras forças da Coluna Miguel Costa completavam a travessia de Santa Catarina, da divisa com o Rio Grande à divisa com o Paraná, e as forças federais neste último Estado revoltavam-se e nesse mesmo dia derrubariam o governo estadual do Presidente Affonso Camargo, abrindo caminho, pelo território paranaense, para as tropas revolucionárias chegarem à divisa do Paraná com São Paulo.

Já na madrugada do dia 5, a polícia militar e o corpo de bombeiros aderiram à revolução, o mesmo fazendo em seguida as principais unidades do Exército em Curitiba e nas outras cidades.

O Presidente do Estado, Affonso Camargo, teve de deixar Curitiba e tomar o caminho de Santos, pelo litoral.²⁹⁴

²⁹³ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pp. 6 e 7. Para tornar mais inteligíveis as informações, foi alterada a ordem, mas não o texto, de alguns parágrafos neste registro do *Diário*.

²⁹⁴ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pg. 227.

Nesse mesmo dia 5, o Major Plínio Tourinho assume o comando revolucionário no Paraná e informa a Getúlio: está aberto o caminho para São Paulo e para o Rio; convém que Getúlio instale seu quartel General em alguma cidade do Paraná que fique perto do front.

A adesão das forças federais no Paraná impede qualquer tentativa de ofensiva contra o sul a partir de São Paulo. Ao contrário, a ofensiva que tem início é sobre São Paulo.

Vargas tem noção de que a batalha decisiva da revolução será entre as forças que sobem do Rio Grande para São Paulo e as que tentariam descer de São Paulo para o Rio Grande, mas, já agora, no terceiro dia de ações militares, estão contidas na região de Itararé, na divisa de São Paulo com o Paraná.

Em seu encontro com Vargas na madrugada de 2 de outubro, o coronel Gois Monteiro apresentara suas avaliações pessimistas e otimistas da evolução do movimento revolucionário. E os fatos vinham sendo melhores que as avaliações mais otimistas. Gois esperava dominar Porto Alegre em 24 horas e todo o Rio Grande em oito dias. Porto Alegre estava totalmente em poder dos revolucionários em menos de dez horas e todo o Rio Grande em apenas três dias.

Ao fim dos oito dias que se concedera para ter o domínio de todo o Rio Grande, Gois pretendia iniciar a ofensiva contra São Paulo. Já no dia 5, porém, o terceiro dia de operações, ele estava na divisa de Santa Catarina com o Paraná e, com a adesão do Paraná, tinha caminho aberto até a divisa sul de São Paulo.

Por isso, já no domingo, dia 5, João Alberto, que comandara na sexta-feira as operações mais pesadas em Porto Alegre, contra os quartéis do morro do Menino Deus, é designado para seguir, com uma força inicial de quinhentos homens, de Porto Alegre à divisa Paraná-São Paulo. E o caminho está aberto, todo ele, ao longo de todo esse itinerário – em território gaúcho, Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos; e, já agora, o trecho catarinense, até Porto União-União da Vitória, e o trecho paranaense, que vai de União da Vitória ao entroncamento de Ponta Grossa, e de Ponta Grossa à frente de Itararé, na divisa Paraná-São Paulo.

É nesse momento que, renomeado por Vargas, Oswaldo Aranha reassume o cargo de Secretário do Interior do Rio Grande do Sul. O cargo estava a rigor vago, desde a demissão de Aranha, em julho, e era exercido interinamente pelo Secretário da Fazenda, João Simplicio, que nada sabia dos planos da revolução. Nem poderia saber, amigo como era do General Gil de Almeida, Comandante da 3ª Região Militar.

Ao reassumir o cargo oficial de Secretário do Interior, para o qual não poderia ser renomeado a não ser que a revolução estivesse dando certo (caso contrário, sua reinvestidura seria mais um convite à pesada vingança de Washington Luís sobre todo o Rio Grande), ao reassumir oficialmente esse cargo, Aranha assumia de fato outro que não existia em caráter oficial, mas que ele exercia desde antes da tarde de 3 de outubro: o de Ministro da Guerra da revolução.

O FIM DA TRAGÉDIA PARAIBANA

Chegam também, diz o diário de Vargas, boas notícias da Paraíba. Apesar do atraso no início das operações em todo o Nordeste, Juarez Távora tomara o Recife e controlava todo o Estado de Pernambuco, cujo governador, Estácio Coimbra, teve de abandonar o cargo e o território pernambucano.

O que não se sabe nesse momento é que a vitória da revolução em Pernambuco – que contara com grande apoio e iniciativa populares – seria o momento de mais uma cena de sangue na tragédia muito pouco política que fora o assassinato de João Pessoa.

Em seguida ao assassinato de João Pessoa, o assassino, João Dantas, deixara-se prender sem resistência e aguardava, na Casa de Detenção do Recife, o fim do inquérito policial e do inquérito judicial e o julgamento pelo júri. Pelos costumes e pela jurisprudência da época, poderia ser até absolvido, sob a alegação ao mesmo tempo de “privação de sentidos” (hoje melhor enunciada, como violenta emoção ou paixão) e de legítima defesa da honra.

Se a revolução tivesse sido, em Pernambuco, uma sequência de episódios bem controlados pelas autoridades revolucionárias, como vinha sendo em todo o Rio Grande, em Minas e no Paraná, por exemplo, João Dantas nada teria a

temer pela própria vida. Naturalmente seu julgamento seria mais rigoroso e ele até poderia ser condenado à pena máxima de prisão permitida na época. Mas teria direito a um julgamento e não seria assassinado. A revolução, onde estava sob controle, não assassinava ninguém, e quem morria morria em combate ou em consequência de algum combate.

Em Pernambuco, porém, a revolução aconteceu de forma diferente. Primeiro houve o atraso de Juarez Távora. Como estavam avisados de que a revolução teria início em todo o país às 5 e meia da tarde da sexta-feira, 3 de outubro, os grupos revolucionários locais começaram a agir a essa hora, à espera das tropas de Juarez Távora, que só se materializariam no dia seguinte.

Unidades militares, como o chamado Quartel do Derby, da Força Pública estadual, resistiram algum tempo, mas outros alvos de ataque não dispunham de qualquer defesa. Entre eles, a Casa de Detenção, que sequer era uma unidade militar. Alguns exaltados, que bem poderiam não ter qualquer serviço revolucionário anterior, mas gostariam de credenciar-se perante a nova ordem que se anunciava, foram "visitar" a Casa de Detenção e chegaram ameaçadoramente às portas ou às grades da enfermaria que servia de cela a João Dantas e a seu cunhado Augusto Caldas, acusado de cumplicidade no assassinato de João Pessoa.

Em algum momento, antes ou depois de 3 de outubro, Anayde Beiriz conseguiu, em visita a João Dantas, contrabandear um pequeno e cortante bisturi, que escapou, depois, a qualquer eventual revista. (Essa versão seria contestada por pessoas da família de João Dantas, para as quais ele teria sido sangrado, como um animal, pelos exaltados que queriam fazer justiça pelas próprias mãos.)

O que parece mais verdadeiro, entretanto, é que Dantas e seu cunhado tenham conseguido suicidar-se com o bisturi contrabandeado por Anayde, para evitar a consumação de algumas das ameaças dos tais exaltados: que eles seriam arrastados à cidade da Paraíba e aí, sim, sangrados, e, depois de mortos, arrastados pela poeira das ruas.

A morte de João Dantas e do cunhado, suicídio ou não, aconteceu, ou no dia 5, domingo, ou no dia 6, segunda-feira. Anayde, sozinha, ficou sem ter para onde ir. Foi acolhida, afinal, num asilo para prostitutas, onde se suicidou, com veneno, pouco mais de duas semanas depois.

CAPÍTULO 38

OUTUBRO 6 A 11, 1930

GETÚLIO PREPARA-SE PARA ASSUMIR O COMANDO, NA VANGUARDA
DA REVOLUÇÃO

A CAMINHO DA FRENTE DE COMBATE

“COMEÇO A FAZER MEUS PREPARATIVOS A FIM DE SEGUIR PARA O TEATRO DE OPERAÇÕES, NO PARANÁ. DESEJO FAZÊ-LO, PORQUE ESSE É O MEU DEVER, DECIDIDO A NÃO REGRESSAR VIVO AO RIO GRANDE, SE NÃO FOR VENCEDOR. EM OSWALDO ARANHA, ENCONTRO APOIO DECIDIDO A ESSA IDEIA.”

Do diário de Getúlio Vargas, registro datado de 6 e 7 de outubro, segunda e terças-feiras:

– Continua intenso o trabalho do chefe do Estado-Maior, coronel Gois Monteiro, e do dr. Oswaldo Aranha, secretário do Interior e com funções de Ministro da Guerra, no serviço de organização das tropas e remessa para os postos de combate.

– Devem já existir 30 mil homens em armas, no Rio Grande, entre as tropas em operações e as que estacionam no Estado. O governo federal, alarmado com o progresso das nossas forças, que invadiram pela zona de Araranguá [litoral de Santa Catarina], enviou o General Nepomuceno Costa com abundante material de guerra, os fuzileiros navais, cruzadores e caça-torpedeiros da nossa Esquadra. Seguiram para reforçar nossas tropas o 2º Batalhão da Brigada Militar e vários contingentes de forças que se vão organizando.

– Continuam excelentes as notícias do Norte: chegam pormenores brilhantes das operações de guerra realizadas por Juarez Távora, que já ameaça a Bahia.

– Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações, no Paraná. Desejo fazê-lo, porque esse é o meu dever, decidido a não

regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor. Em Oswaldo Aranha, encontro apoio decidido a essa ideia.

– À noite, chegam comunicações de grandes vantagens conseguidas pela revolução no Norte: rendição do Ceará e Maranhão, depostos os respectivos governadores; Távora, dirigindo 30 mil homens, começava a rumar em direção à Bahia.

– Minas: rendição do 12º, em Belo Horizonte, e de outro corpo em Ouro Preto; os mineiros, já melhor municiados, vão começar a agir com mais intensidade. Há sinais de perturbações no Estado do Rio e em São Paulo.²⁹⁵

UMA LINHA DE FRENTE POR TODA A FRONTEIRA SUL DE SÃO PAULO

Os registros do diário de Vargas são um relato realista e sereno dos acontecimentos. As indiscutíveis e surpreendentes vitórias da revolução não lhe sobem à cabeça.

Já há 30 mil homens em armas no Rio Grande, sem contar os que subiram para Santa Catarina e o Paraná e agora aguardam o confronto com a fortaleza que é São Paulo, na região de Itararé.

Mas além da concentração em Itararé, a linha de frente já se estende por toda a fronteira sul de São Paulo, do litoral a Mato Grosso. Talvez já seja impossível, mas de qualquer maneira é muito difícil que se cumpra a hipótese pessimista de Gois Monteiro na conversa com Vargas na madrugada de 2 de outubro, véspera da revolução: a hipótese de as forças revolucionárias serem empurradas de volta – “recalcadas”, como diz Gois – ao território do Rio Grande.

Há outros 30 mil homens sob o comando de Juarez Távora, já com controle total sobre o Recife e sobre Pernambuco, prontos a descer sobre a Bahia.

Além de atravessar Santa Catarina pela linha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, de Marcelino Ramos a Porto União-União da Vitória, na

²⁹⁵ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. I, pg. 8.

divisa com o Paraná, e de já terem chegado à divisa do Paraná com São Paulo, na região de Itararé, as forças do Rio Grande empreenderam outra e difícil ofensiva, pelo litoral.

Essa ofensiva partiu de Porto Alegre para Torres, ainda em território gaúcho, e de Torres para Araranguá, já em Santa Catarina. Foram enfrentadas pelas forças do General Nepomuceno Costa, mandadas por Washington Luís, “com abundante material de guerra”, e pelos “fuzileiros navais, cruzadores e caça-torpedeiros da nossa Esquadra”.

Os fuzileiros navais, cruzadores e caça-torpedeiros eram uma força naval poderosa, sob o comando do Almirante Belford e situada ao largo desse litoral que ia de Araranguá a Florianópolis, a capital de Santa Catarina. Aranha radiografou ao Almirante, pedindo que não fizesse uso de seus canhões, o que seria inútil. O rádio referia-se ainda ao avanço da Divisão Nordeste, que já completava a travessia de Santa Catarina, chegava ao Paraná e aí encontrava caminho livre até a divisa de São Paulo, graças à derrubada do governo paranaense.

O Almirante respondeu elegantemente, dizendo defender a legalidade e o governo constitucional, e abriu fogo, com todos os seus canhões. Foi um bombardeio brutal, e atingiu muito mais a população civil indefesa do que as forças revolucionárias.

Juarez Távora já ameaçava a Bahia, vários governos do Nordeste já tinham caído. Em Minas, cessava a longa resistência do 12º. Regimento, de Belo Horizonte, e as forças revolucionárias mineiras, cujo papel seria apenas o de resistir por quinze dias aos ataques das forças do governo de Washington Luís, partiam para a ofensiva, especialmente em direção a São Paulo.

Nesse quadro, Vargas começa a fazer preparativos para embarcar rumo ao teatro de operações no Paraná, que nesse momento é o principal e decisivo. Foi o que lhe pediu, no dia 5, o General Plínio Tourinho, após depor o governo do Paraná e assumir o controle do território desse Estado.

Vargas continua disposto a não regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor. Diz isso no diário e acrescenta que em Oswaldo Aranha encontra apoio decidido a essa ideia.

Mas a revolução está, evidentemente, vitoriosa. Em caso de derrota, ela precisaria dele morto, para que os três milhões de habitantes do Rio Grande não fossem obrigados a pagar pela iniciativa dele. Agora, vitoriosa, a revolução precisa dele vivo.

“O POVO DE NOSSA CIDADE EMPOLGADO PELO FUTEBOL”

No domingo, dia 5, a Câmara dos Deputados reuniu-se e teve longos e veementes debates políticos. Mas a manchete da primeira edição de O Globo, na manhã de segunda, trata de outra coisa, como se seus leitores só pensassem nisso:

– Mais um domingo em que o povo de nossa cidade esteve empolgado pelas emoções do futebol

É claro que foi coisa da censura. Estava em vigor o estado de sítio, a principal coluna revolucionária já atravessara Santa Catarina e, rumo à fronteira sul de São Paulo, entra pelo Paraná, onde o General Plínio Tourinho levanta as forças federais e assume o governo do Estado. Outro governo revolucionário, o de Carlos de Lima Cavalcanti, domina Pernambuco, e Juarez Távora amplia o controle militar sobre o Nordeste. A revolução, em suma, aumenta seus espaços, enquanto se encolhem os espaços controlados pelo governo de Washington Luís. No Rio, porém, esse governo faz questão de manter as aparências.

Nessa manhã de segunda feira, tínhamos, portanto, na manchete do jornal, uma linda vitória do Bangu sobre o Botafogo, por 4 a 2; o empate São Cristóvão-Vasco da Gama, 2 a 2; e Flamengo, 2, Sírio, 1. A primeira e a última páginas do jornal eram páginas gráficas, exuberantes de fotos, documentando um domingo esportivo que teria sido perfeito se não fosse falso. O que realmente interessava nessa edição do jornal estava nas páginas internas, notícias misturadas a amenidades. As notícias, é claro, já peneiradas pela censura.

– A Câmara realizou duas sessões – Ontem, apesar de domingo – diz O Globo – foi um dia trabalhoso para a Câmara, que realizou duas sessões. O sr. Bergamini [Adolfo Bergamini, deputado opositorista, da Aliança Liberal] –

na primeira sessão – levanta uma questão de ordem, logo respondida pelo presidente, sr. Plínio Marques. Fala a seguir o sr. Maurício de Lacerda [também oposicionista], que desenvolve considerações em torno de declaração da Mesa. Ao ser submetido a votos o requerimento do sr. Bergamini, foi solicitada para o mesmo votação nominal, que é recusada.

Que requerimento? Que questão de ordem? Que considerações desenvolve o sr. Maurício de Lacerda? O que a censura deixa passar é que há um requerimento, uma questão de ordem, considerações do sr. Maurício de Lacerda. Em 24 horas, 48 no máximo, Maurício de Lacerda e Adolfo Bergamini desaparecerão do noticiário. Presos, como só se saberá quando forem soltos. Nessa tarde, porém, Maurício de Lacerda falará mais seis vezes e Bergamini mais quatro, sem que o noticiário possa registrar o que disseram.

– Às armas, cidadãos! – Com sorteados do distrito de Santo Antônio, no centro do Rio, é publicada nos jornais a primeira lista de convocação para o serviço militar.

Não é a convocação de recrutas, mas a de reservistas chamados para integrar-se às forças que vão combater a revolução. As listas se sucedem, às vezes mais de uma por dia. Cada conscrito é uma família inteira cujo potencial apoio político o governo perde.

Na terça-feira, dia 7, o Diário Oficial publica o decreto que convoca todos os reservistas de primeira e segunda categoria, até a idade de trinta anos. Outro decreto exonera o comandante da 5ª. Região Militar (Paraná), General Eduardo Monteiro de Barros, e nomeia em seu lugar o General Nepomuceno Costa. É um ato inócuo, pois quem comanda de fato a 5ª. Região é o General revolucionário Plínio Tourinho, que exerce não só o governo militar como também o governo civil no Paraná.

Na Câmara não há sessão, por falta de quorum. Com tantos deputados presos, essa falta de quorum é diplomática. Não havendo sessão, ninguém falará nisso nem pedirá informações ao governo. O deputado Lemgruber Filho faz entrega à Mesa de projeto que prorroga por trinta dias, enquanto durar o estado de sítio, o vencimento de todas as obrigações civis e comerciais e estabelece que os depositantes de bancos não poderão levantar, mensalmente,

mais de 20% do respectivo saldo.

Sessão rápida no Senado. Nada no expediente, o que significa que ninguém se dispõe a falar. Na ordem do dia, encerra-se a discussão do projeto que fixa a força naval para 1931.

Em São Paulo, a diretoria do Clube Político Republicano do bairro da Liberdade, “em virtude dos acontecimentos anormais por que passa o país e que obrigam as forças policiais a guarnecer nossas fronteiras, comunica que em sua sede se encontra a lista para a adesão daqueles com os quais conta no caso de necessidade de policiar nossa capital, em defesa das propriedades públicas e particulares”.

Em Santos, a Bolsa do Café suspende as cotações diárias para negócios a termo, em virtude do feriado nacional. Ainda em Santos, diretores de jornal comparecem ao gabinete do delegado regional de Polícia, para saber o que não devem publicar.

O GOVERNO TENTA TRANQUILIZAR A POPULAÇÃO DO RIO

Num único registro, datado de 8, 9 e 10 de outubro, quarta, quinta e sextas-feiras, Vargas escreve no diário:

– Continuam as notícias favoráveis à marcha da revolução, embora os fatos tenham menos relevo. As forças do litoral catarinense, sob o comando do General Nepomuceno Costa, em apoio ao governo federal, são batidas pelas nossas forças, sob o comando de Trifino Correia, e o 13º Batalhão de Caçadores consegue a adesão do grupo de fuzileiros navais, que veio do Rio.²⁹⁶

No Rio, na quarta-feira, 8, a censura deixa passar notícias e até um anúncio denunciadores da situação e das privações que a cidade enfrenta. Mas é preciso tranquilizar a população e para isso alguma informação é necessária. Os jornais podem dizer:

– O governo providencia para que a população desta capital e dos Estados

²⁹⁶ Idem, *ibidem*.

não venha a sofrer dificuldades em seu abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Washington Luís assina o decreto 19.357, que institui o tabelamento de preços e proíbe a exportação dos gêneros de primeira necessidade. Os infratores serão multados e governo requisitará os estoques sonegados. O decreto concede também isenção de direitos para a importação de arroz, banha, carne frigorificada e resfriada, carne seca, batata, feijão, leite condensado, manteiga, milho e ferragens.

A vida cotidiana estava cada vez mais difícil para as pessoas comuns. Com o feriado nacional ininterrupto, os bancos permaneciam fechados (numa época em que as caixas automáticas ainda não existiam). Quem tinha reservas em depósito não podia fazer retiradas; quem dependia do salário tinha dificuldade para recebê-lo.

Como sempre nessas situações, casas comerciais e atacadistas aproveitavam para aumentar preços e para explorar o mercado negro de produtos sonegados. Uma nota registra:

– Houve ontem um começo de exploração de gêneros alimentícios nos armazéns da cidade. O fato provocou enorme afluência de fregueses, que pretendiam fazer provisões, prevendo altas maiores. O que aconteceu segunda-feira e ontem veio mostrar a necessidade urgente de repressão dos abusos.

Um anúncio improvisado informa:

– Por falta de leite na cidade não será preciso V.S. privar-se desse precioso alimento. Basta pedir, em qualquer casa de comestíveis, o superior leite em pó Klin, absolutamente puro, e terá substituído perfeitamente o leite normal. Experimente e verá.

E uma carta de leitor, Marcílio Gomes, denuncia outro abuso:

– Pode a Light exigir antes do dia 21 o pagamento de suas contas? Pode a companhia privar os consumidores do fornecimento de luz e gás pelo não pagamento dessas contas? Isso vem a propósito da asserção feita por um funcionário daquela empresa, de que esse seria seu procedimento.

O subinspetor de Abastecimento da Prefeitura do Rio, João Domingues, garante:

– A população pode estar tranquila que os estoques são animadores. A carne, que é o principal alimento do carioca, existe em grande quantidade. Ainda hoje, Santa Cruz [o matadouro principal] abateu 432 bois, dois carneiros, 12 porcos e 27 vitelos. Não há possibilidade alguma de faltar pão. O trigo, importado da Argentina, chega livremente ao nosso porto. Os moinhos estão abarrotados. Com relação ao leite, esse produto dá perfeitamente para abastecer a cidade. É verdade, entretanto, que Minas fornecia 80% do total consumido aqui. Merece bastante censura a atitude de certos comerciantes de aves e ovos. Galinhas que deveriam estar sendo vendidas a quatro ou cinco mil réis, o público vem comprando a oito ou dez mil réis. O mesmo acontece com os ovos.

O Diário Oficial publica também o decreto 19.355, pelo qual fica cada pessoa obrigada a atender, em todo o território nacional, às requisições feitas mediante delegação expressa dos Ministros da Guerra e da Marinha. É a lei da guerra, subordinando às necessidades do Estado o direito de propriedade que em São Paulo o Clube Republicano da Liberdade quer defender com a ajuda de voluntários.

A Central do Brasil restabelece o tráfego até Juiz de Fora, cidade de Minas Gerais em poder do governo federal. Mas suspende o tráfego além de Itararé, em São Paulo, onde os leitores dos jornais do Rio dificilmente saberão estarem frente a frente as forças da revolução e as do governo.

A polícia paulista informa ter apreendido pequenas estações transmissoras de rádio, que operavam clandestinamente, “divulgando boatos sobre a situação”. Em Assis, no interior de São Paulo, é incendiada a usina elétrica local. Mas não é um ato revolucionário, e sim um ato de protesto de consumidores revoltados com os péssimos serviços da empresa.

Nesse dia, mas isso os jornais do Rio não podem publicar, o Governador do Ceará, Mattos Peixoto, deixa Fortaleza e é preso no Recife. A revolução já domina Pernambuco, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Piauí, o Maranhão e o Pará – fato subtraído ao conhecimento da maioria dos brasileiros.

O ASSASSINATO DO DEPUTADO JOÃO SUASSUNA

Quinta-feira, 9 de outubro, cerca das 8 e meia horas da manhã, a Assistência foi chamada para socorrer um homem baleado na Rua do Riachuelo, altura do número 111. Tão grave fora o ferimento que a vítima poucos momentos sobreviveu ao ataque inesperado.

— Tratava-se — informa o noticiário — do deputado paraibano João Suassuna, que momentos antes havia deixado o Novo Hotel Belo Horizonte. Dirigia-se o deputado para a cidade quando, de surpresa, alguém, pelas costas, lhe desfechou um tiro.

João Suassuna era grande amigo de João Dantas, o assassino de João Pessoa, sendo até apontado como cúmplice. A Câmara estava para votar o pedido da Justiça de Pernambuco para processá-lo. Segundo o parecer do relator do pedido, deputado João Santos, nada havia que incriminasse Suassuna.

João Dantas matara João Pessoa, numa ação não premeditada, mas proporcionada pelo acaso, porque o jornal oficial do governo da Paraíba, A União, publicara parte de sua correspondência amorosa com a noiva, Anayde Beiriz, depois de arrombar e invadir seu escritório e de apreender e arrombar ilegalmente o cofre do escritório, no qual poderiam estar documentos sigilosos de seu trabalho profissional de advogado. Alegavam-se, porém, inspirações políticas para o crime. João Dantas suicidara-se ou fora morto dias antes na Casa de Detenção do Recife.

O assassino de Suassuna foi preso no mesmo dia, à noite, como saberemos pelo noticiário do dia seguinte:

— O criminoso, na fuga, pela encosta do Morro de Santa Teresa, abandonara, junto a uma soca de bambu, um paletó e um par de sapatos de tênis. No forro do paletó, preso por alfinete, uma medalha de santa, com a inscrição: “Paulista, 29-6-928. Maria Pereira Firmo — Miguel Alves de Souza, dado por sua noiva.”

O comissário Sílvio Terra examina os livros da polícia marítima e aí descobriu o desembarque, a 18 de julho, procedente do Recife, de um Miguel Alves de Souza, empregado do Jôquei e residente na Vila Hípica.

Miguel, porém, já não trabalha no Jóquei e, sim, como a polícia é informada, numa casa vermelha da Rua São Clemente, em Botafogo. Na casa vermelha, que vem a ser a de número 263, não há nenhum Miguel. Mas na casa vizinha, número 261, do sr. Joaquim de Souza Leão, há um Miguel. É o próprio.

Interrogado, Miguel declarou ser natural da Paraíba, ter 21 anos e ser tratador de cavalos de corrida, mas que, agora, era empregado do capitalista Souza Leão...

– Miguel disse ter tomado a resolução de matar o deputado João Suassuna, para o que procurava oportunidade, tanto que quando o mesmo chegou de Pernambuco, foi esperá-lo no cais Mauá, para aquele fim, não o conseguindo por haver o parlamentar descido para uma lancha e ido desembarcar em outro ponto.

Por um carteiro, Miguel ficou sabendo que o deputado morava no Hotel Belo Horizonte. Na véspera do crime, Miguel estava à porta do hotel, quando viu dali sair o deputado Suassuna. Acompanhou-o até a esquina, onde o deputado comprou jornais e tomou um bonde, no qual também ele embarcou, seguindo-o todo o dia por vários pontos da cidade:

– Ontem pela manhã, voltando ao mesmo ponto [o Hotel Belo Horizonte, na Rua do Riachuelo] e vendo que a vítima se aproximava, para ela se dirigiu, procurando tapar o rosto com um jornal, e, já tendo empunhado o revólver, apontou-o contra a mesma [a vítima] e disparou-o, procurando repetir o ataque, o que não conseguiu, por haver arma negado fogo.

– Terminou Miguel suas declarações afirmando que ninguém o aconselhou ou mandou perpetrar o crime, havendo até algumas pessoas, a quem teve ocasião de referir suas intenções, o aconselhado a que não divulgasse [essas] intenções, não só porque ele não seria capaz de pô-las em prática, como, também, isso importaria em uma vergonha para um paraibano.

Mais um dia e é divulgada uma carta deixada por Suassuna:

– O deputado Suassuna, prevendo o desfecho trágico de sua vida, havia deixado para sua esposa, por intermédio de um amigo, uma carta na qual fazia alusão ao desenlace sangrento: “Se me tirarem a vida os parentes do Presidente João Pessoa, saibam todos os nossos que foi clamorosa injustiça – eu não

sou responsável de qualquer forma por sua morte, nem de pessoa alguma neste mundo.”

O MANIFESTO DE WASHINGTON LUÍS

Sexta-feira, 10 de outubro. A revolução completa uma semana. Washington Luís, que vive praticamente recluso no Palácio Guanabara, não se tendo verificado sua presença em público pelo menos desde o início do movimento revolucionário, faz seu primeiro pronunciamento pessoal – um longo manifesto publicado pelos jornais.

Não cogita o Presidente, segundo parece, de dirigir-se mais diretamente, mais visivelmente, a seus governados. Nada de aparecer em público. Quanto ao rádio, embora incipiente, será usado pelo governo, em defesa de sua causa. Mas não pelo Presidente e sim em pronunciamentos quase diários do deputado e escritor Viriato Correia. Washington Luís limita-se, olímpicamente, ao manifesto, publicado pelos jornais. Nele, diz:

– À Nação. Venho dar contas à Nação da situação do país. Foi com a mais dolorosa surpresa e o mais vivo sentimento de indignação e repulsa que todo o Brasil viu irromper, nos Estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, o sanguinário movimento subversivo que ali se desenrola.

Washington Luís menciona, em primeiro lugar, o Estado de Minas. Talvez porque, na situação de Minas, sitiada e agredida pelo governo federal desde o início da campanha eleitoral, no começo do ano, os planos militares da revolução tenham destinado a esse Estado um papel estritamente defensivo (ao qual ela não se limitou, pois forças mineiras invadiram o Espírito Santo e entraram em São Paulo e no Estado do Rio).

Era uma forma de diminuir a revolução e seus avanços. Da mesma forma, ele limita à Paraíba sua referência ao Nordeste, quando tantos outros Estados, do Nordeste e do Norte do país já foram dominados pela revolução. E, ao falar do Rio Grande, ele omite o fato de que as colunas procedentes desse estado, e engrossadas no caminho foram reforçadas em Santa Catarina e no Paraná, e nesse momento atacam a fronteira sul de São Paulo em toda a sua extensão, da

divisa com Mato Grosso ao Oceano Atlântico.

– Tal movimento – prossegue o manifesto de Washington Luís – não se justifica. Não o inspiram ideais ou princípios. Que querem seus promotores? Não o dizem, não o anunciam. Emudecem sob o peso do crime cometido. Quem são eles? Escondem-se no anonimato.

– O levante que aí está é contra o Brasil, contra as instituições, contra a ordem, contra as autoridades legalmente constituídas. Não visa apenas à demolição de um governo que a poucos dias se encontra de seu termo constitucional. O que com ele se pretende é a substituição violenta do poder... Tudo, porém, será baldado...

Washington Luís não sabe – e o público muito menos, não se podendo dizer o mesmo, necessariamente, de todos os jornais – que nesse dia 10 de outubro o General João de Deus Mena Barreto, comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares, aceita participar de um movimento militar pelo seu afastamento da Presidência da República. O movimento já tem, igualmente, o apoio dos Generais Leite de Castro, Comandante da Artilharia de Costa, Firmino Borba e Malan d'Angrogne, Subchefes do Estado Maior. O contacto desses generais com a Revolução fora Lindolfo Collor, futuro Ministro do Trabalho do governo provisório.

Isso não acontecia por acaso.

AS PRIMEIRAS CONVERSAS COM OS GENERAIS

Os preparativos para a Revolução, no Rio Grande, ficaram prontos no dia 11 de setembro. Oswaldo Aranha, deixando o QG revolucionário instalado nos arredores de Porto Alegre na casa de uma de suas irmãs e do marido desta, o dr. Varnieri, foi ao Palácio Piratini, para entender-se com Vargas e confirmar com ele a marcação da data de início do movimento revolucionário.

Aranha só voltou ao QG depois de uma demora de quatro horas – e com uma nova hipótese, levantada por Getúlio Vargas, e não considerada antes pelo Estado-Maior da Revolução, por ser mais política que militar. Getúlio entendia necessário ir alguém ao Rio para conversar com três generais simpá-

ticos à revolução: Tasso Fragoso, Malan d'Angrogne e Andrade Neves.

O emissário deveria expor a situação a esses generais – especialmente a hipótese de que o governo de Washington Luís cairia antes da chegada ao Rio das tropas revolucionárias. Se isso acontecesse, era preciso impedir que o governo federal viesse a cair em mãos de aventureiros.

Os três generais não tinham condições de aderir desde logo à revolução, por não exercerem comando de tropa. Mas dois deles ouviram o emissário enviado por Vargas, o deputado Lindolfo Collor, e passaram a conversar entre si e com outros generais. Daí que no dia 10 de outubro o General Mena Barreto, este, sim, com comando de tropa, o poderoso 1º. Grupo de Regiões Militares, já aderiu à Revolução.

Lindolfo Collor voltou a Porto Alegre a 20 de setembro, com a certeza de que, se o governo caísse antes da chegada das forças revolucionárias ao Rio, os generais com os quais se entendera assumiriam o poder.

CAPÍTULO 39

OUTUBRO 11, 1930

O GOVERNO DO RIO GRANDE É ENTREGUE A ARANHA, NÃO A JOÃO NEVES **GETÚLIO EMBARCA PARA O "FRONT"**

ASSUMIR O GOVERNO DO RIO GRANDE CONVIRIA, NESSE MOMENTO, AO INTERESSE E AO PROJETO POLÍTICO PESSOAL DE NEVES. A REVOLUÇÃO VAI MUITO BEM, MELHOR QUE AS EXPECTATIVAS MAIS OTIMISTAS. MAS A REVOLUÇÃO FORA ORGANIZADA POR OSWALDO ARANHA: COMO ELE ERA SEU MINISTRO DA GUERRA DE FATO, ERA PRECISO QUE, NA AUSÊNCIA DE VARGAS, O GOVERNO DO RIO GRANDE FOSSE ENTREGUE A ARANHA.

Com a data de 11 de outubro, sábado, o diário de Getúlio Vargas tem dois registros. O primeiro:

Devo seguir hoje para o Paraná. Procuro ocultar a hora da partida para evitar aglomeração de povo. O governo deve ficar com Oswaldo Aranha. João Neves prefere seguir para o campo de operações. Ficou zangado comigo porque desejava seguir e por outros motivos mais, que não percebi bem, e que me pareceram um tanto fúteis pela irritação da sua sensibilidade.

Ao deixar Porto Alegre, a 11 de outubro, para instalar seu quartel-general no Paraná, no ponto mais próximo possível do front de Itararé, Getúlio passou o governo do Rio Grande não a João Neves da Fontoura, Vice-Presidente constitucional do Estado, mas a Oswaldo Aranha, seu Secretário do Interior.

Em janeiro, quando se licenciara do governo por três meses, para não presidir no Rio Grande uma eleição em que era candidato a Presidente da República, Getúlio também transferira o cargo a Oswaldo Aranha, seu Secretário do Interior, e não a João Neves, Vice-Presidente do Estado.

Pela Constituição do Rio Grande, o Presidente do Estado seria substituído, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente, ou, no impedimento

deste, pelo Secretário do Interior.

Se fosse substituir Getúlio de janeiro a março, João Neves teria de renunciar ao mandato de deputado federal, como fizera Aranha, em 1928, para assumir a Secretaria do Interior do Rio Grande. Com a renúncia ao mandato, ele abriria mão, igualmente, da condição de líder da bancada do Rio Grande na Câmara dos Deputados. Nada disso parecia conveniente, no momento em que começava a campanha da Aliança Liberal, da qual Neves era um dos grandes tribunos e na qual sua presença e sua palavra eram aguardadas em muitos Estados.

Nessa ocasião, e por isso, João Neves nada teve a opor à transferência do governo do Rio Grande a Oswaldo Aranha.

Agora, porém, quando Getúlio embarca para a frente de luta, da qual ou, vitorioso, seguirá para o Rio, a fim de assumir a Presidência da República, ou derrotado, voltará morto ao Rio Grande, Neves quer assumir ele próprio o governo do Estado, e não quer saber da indicação de Aranha.

É evidente que assumir o governo do Rio Grande convém, neste momento, ao interesse e ao projeto político pessoal de Neves.

A revolução vai muito bem, melhor que as expectativas mais otimistas. Com Getúlio na Presidência, seu substituto no governo do Rio Grande do Sul será um governador muito forte, candidato automático à sucessão do próprio Vargas na Presidência da República. E será um governador duradouro, destinado a permanecer no cargo até as primeiras eleições convocadas pelo governo da Revolução, eleições nas quais ele será a influência mais forte em sua própria sucessão.

Neves era um temperamento altamente excitável – sequela, talvez, da tuberculose de sua juventude – e uma personalidade difícil, muito sujeita às compulsões do ressentimento. É possível que ele não tenha sido tão calculista quanto dá a entender nosso parágrafo anterior. Talvez tenha reagido mais por impulso que por cálculo. Se Getúlio caminhava para assumir a Presidência da República, por que não seria ele, Neves, conduzido ao governo do Rio Grande?

Mas a conveniência da revolução não coincidia com a conveniência pessoal e política de João Neves.

Desde o surgimento e lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, Oswaldo Aranha, como Secretário do Interior do Rio Grande do Sul, era a ponta de lança de uma hipótese revolucionária que não poderia ser excluída pelos partidários da candidatura.

Em novembro de 1929, ele contrabandeou Luis Carlos Prestes, com documentos falsos, de Buenos Aires para Porto Alegre, e levou Prestes a Vargas.

Prestes, que não gostava de Vargas, saiu do encontro gostando ainda menos, e recusou o comando militar da futura revolução, mas voltou a Buenos Aires com a promessa de um bom dinheiro de Oswaldo Aranha, mil contos, dos quais receberia 800, com os quais financiaria não qualquer gasto pessoal seu – ninguém, jamais, foi mais honesto e austero que Prestes – mas o levante comunista de novembro de 1935, que tinha, entre seus objetivos talvez inevitáveis, a liquidação física, ou seja, o assassinato de Vargas.

Logo depois dessa operação com Prestes, Aranha, no início de 1930, começou a atrair o coronel Gois Monteiro para o comando militar da futura revolução. Nos meses seguintes, foi Aranha que negociou a compra de armas para a revolução e o levantamento de fundos para financiar não só essas compras como todas as despesas do movimento em todos os Estados.

Quando deixou o cargo de Secretário do Interior do Rio Grande, em julho de 1930, dando a todos – menos aos mais íntimos da conspiração revolucionária – a impressão de que rompera com Vargas, era em combinação com este, na verdade, que agia.

Aranha passou a ser então, secretamente, o Ministro da Guerra, de fato, da revolução, papel que lhe seria reconhecido pelo próprio Getúlio Vargas, como vemos, páginas atrás, em seu diário.

Como a revolução fora organizada por Oswaldo Aranha e como ele era seu Ministro da Guerra de fato, a conveniência da revolução era que, na ausência de Vargas, o governo do Rio Grande fosse entregue a Aranha. Por isso, Vargas praticou, nos primeiros dias da revolução, um ato aparentemente desnecessário e sem sentido, ao reintegrar Aranha no cargo de Secretário do Interior.

Esse ato seria desnecessário e sem sentido se se considerasse que uma revolução é feita para destruir as instituições anteriores – no caso, as institui-

ções da República Velha, dos “carcomidos” – e substituí-las por novas instituições.

Mas era preciso preservar um mínimo de legalidade constitucional, fazer aquilo que no pensamento positivista ortodoxo, do qual nem Vargas nem Aranha eram adeptos, era definido como “ordem e progresso”, ou, conservar, melhorando. Ao assumir a chefia do governo provisório da República, em novembro, Getúlio não hesitará em dissolver o Congresso Nacional, que se acumpliciara com todas as violências de Washington Luís. Mas preservará o Supremo Tribunal Federal.

POR QUE OSWALDO ARANHA

Ao reintegrar Oswaldo Aranha nas funções de Secretário do Interior, Vargas estaria pensando em duas coisas.

Em primeiro lugar, a revolução não era feita apenas por pessoas físicas, os seus líderes e combatentes. Era feita, igualmente, por pessoas jurídicas, os governos estaduais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, que tinham investido dinheiro público no financiamento das operações revolucionárias.

Qualquer que fosse o desfecho da luta, era fundamental, na prestação de contas desse dinheiro, que nenhuma suspeita viesse a surgir quanto à honradez de sua utilização. Que ficasse claro e indiscutível que nenhum dos líderes revolucionários tivera proveito pessoal, como os pequenos patifes que, no pequeno comércio do Rio, cobravam o dobro do preço por uma galinha ou uma dúzia de ovos.

Quem tinha nas mãos, nesse momento, todos os controles da administração do Estado e da articulação revolucionária era Oswaldo Aranha, que exercera o governo do Estado de janeiro a março, quando Getúlio se licenciou, e que reassumira a Secretaria do Interior no momento em que a revolução tinha início.

Em segundo lugar, Aranha era de fato o Ministro da Guerra da revolução, exercendo uma função intimamente ligada ao aparelho administrativo do Rio Grande do Sul. Ainda não se falava em governo provisório da revolução, mas

de fato ele já existia.

A revolução já dominava os três Estados do Sul – Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. Dominava a maior parte de Minas Gerais, dominava quase todo o Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, e mais o Maranhão.

Nesses territórios, a ação revolucionária dependia de alguma interação com o governo de Porto Alegre, que não era apenas o governo do Rio Grande do Sul, mas também o governo de todos os espaços do território brasileiro dominados pela revolução.

João Neves devia estar desconfiado, antes mesmo da volta de Aranha à Secretaria do Interior. Tanto que, ao contrário de todos os outros líderes republicanos ou libertadores comprometidos com a revolução, não seguiu para Porto Alegre depois de sua presença não ser mais necessária em sua cidade natal, Cachoeira do Sul, uma vez consolidado o domínio revolucionário sobre todo o Rio Grande, já no segundo ou no terceiro dia da revolução.

Oswaldo Aranha não fora lutar em sua cidade, Alegrete, nem Flores da Cunha em Uruguaiana. Tinham, de imediato, responsabilidades muito mais perigosas em Porto Alegre. Batista Luzardo é que lutara em Uruguaiana e em seguida correria para Porto Alegre, onde estava à sua espera o comando de um dos destacamentos da coluna do litoral, que deveria subir para Santa Catarina.

João Neves, não. Deixou-se ficar em Cachoeira, onde não teve a menor oportunidade de realizar qualquer dos feitos que, nesse momento, eram realizados, com talento e coragem, por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Batista Luzardo.

João Neves ficou placidamente à espera do momento de assumir o governo do Rio Grande, por direito de herança, mesmo no meio de uma revolução. A verdade é que ele não avaliou e talvez nem tenha imaginado os dois problemas com que Getúlio se defrontava.

O QUE JOÃO NEVES NÃO ENTENDEU

João Neves tinha sido um dos articuladores da candidatura de Getúlio e um dos grandes tribunos da Aliança Liberal, mas não no Rio Grande sim fora

dele. E não foi ou não teve oportunidade de ser presença importante na montagem militar da revolução.

Talvez por ser necessário preservá-lo como deputado, para a eventualidade de uma tarefa pacificadora como a de Getúlio em 1923 ou para o exercício de uma liderança parlamentar que, na prática, não era apenas da bancada republicana do Rio Grande, mas de todas as forças oposicionistas na Câmara dos Deputados, João Neves não foi, depois de março de 1930, depois das eleições, tão importante quanto tinha sido na campanha e antes dela.

O próprio Getúlio deixara-se preservar, sendo, como era, Presidente do Estado. Por isso, não viveu a mesma saga de bravura de Aranha, Flores e Lusardo, embora tenha sido obrigado a viver momentos constrangedores, como os encontros com Luís Carlos Prestes, nos quais teve de dar a impressão de que estava alheio a tudo, medroso e entregue ao controle e ao carisma de Aranha.

Ao deixar Porto Alegre na noite de 11 de outubro, Getúlio não poderia ter certeza de que Washington Luís cairia dali a menos de duas semanas e de que ele próprio assumiria a Presidência da República dali a menos de um mês.

Se a revolução demorasse mais, vitoriosa no Sul, no Norte e Nordeste e em Minas, mas empacada nos contrafortes de Itararé e na desesperada resistência de São Paulo, o líder na Câmara, João Neves, poderia ser tão necessário no Rio, em missão de paz e negociação, quanto fora Getúlio em 1923, despido da farda e dos galões de coronel, no cerco de Uruguaiana, para aparecer de terno e gravata no Rio, com a tarefa de evitar que o Rio Grande fosse posto sob intervenção federal.

Um homem da experiência política e do talento diplomático de Afrânio de Melo Franco percebera que, deflagrada a revolução, nada de mais proveitoso e sensato poderia fazer, estando no Rio e sem qualquer possibilidade de passar para Minas, sua terra, que preservar-se e preservar sua futura capacidade de ação.

Melo Franco, portanto, resignara-se a pedir asilo a uma embaixada, a do Peru, onde foram buscá-lo, deposto Washington Luís, para assumir o Ministério das Relações Exteriores.

Ao contrário de Getúlio e Melo Franco, João Neves recusou, nesse momento, o papel que o destino, mais que Getúlio, lhe destinava no elenco da

epopeia revolucionária.

O governo do Rio Grande, nesses dias, era na prática o governo do Brasil rebelado – responsável pelo armamento e aprovisionamento das forças revolucionárias que marchavam sobre São Paulo e o Rio. Foi o governo do Rio Grande, exercendo esse papel de governo de todos os Estados rebelados, que importou armas da Tchecoslováquia e aviões da Argentina, para garantir o prosseguimento e o êxito da revolução.

Parte dessas importações teve como garantia as exportações de madeira e carne do Rio Grande do Sul, pois o dinheiro brasileiro deixava de ter valor em operações desse tipo.

A jurisdição do governo do Rio Grande estendia-se, na prática, a Santa Catarina e ao Paraná, para não falar nos Estados do Nordeste e do Norte, que iam caindo, um a um, diante das forças comandadas pelos lugares-tenentes de Juarez Távora.

Além da conveniência de ficar Oswaldo Aranha exercendo esse governo que em muito excedia as fronteiras do Rio Grande, por ser ele quem mais controle exercia sobre as tropas revolucionárias, sobre os recursos públicos e sobre as forças políticas envolvidas na revolução, haveria outro inconveniente na eventual investidura de João Neves.

Nos ardores da campanha eleitoral, por exemplo, ele se indispusera com o próprio Getúlio, o que seria contornável e não constituiria obstáculo, mas também com o velho Borges de Medeiros, a quem Neves ameaçara depor da presidência do Partido Republicano Riograndense.

Se, no espírito de João Neves, tivesse prevalecido sua invulgar inteligência, ele teria sido o primeiro a dizer a Getúlio Vargas que o melhor seria entregar o governo do Rio Grande a Aranha e não a ele, João Neves. Bastava a dificuldade de Neves com Borges de Medeiros para decidir a questão.

Infelizmente, o que prevaleceu no espírito de João Neves não foi a inteligência, mas a excitação e o ressentimento. E ele recusou todos os comandos que lhe foram oferecidos, não só por ter direito a eles, como por ser necessário neles. Permaneceu em sua cidade, Cachoeira, onde embarcou no trem de Vargas como simples soldado raso. E com a alma envenenada.

DE PORTO ALEGRE A PONTA GROSSA

No sábado, 11 de outubro, o diário de Vargas tem um segundo registro, sumariíssimo:

Partida de Porto Alegre às 11 e meia, grandes manifestações populares.

Ele tentara manter a partida sob reserva e embarcara tarde da noite, mas de uma noite de sábado, sempre mais longa, vestindo, pela primeira vez, a mesma farda de soldado, sem insígnias ou galões, com que assumirá no Rio, já em novembro, o governo provisório da Revolução.

Já no domingo, 12, o trem para, sucessivamente, em Rio Pardo (em cuja escola militar Getúlio estudara na juventude), em Cachoeira e em Santa Maria:

Passagem em Rio Pardo – demonstrações entusiásticas do povo, uma [moça] ata-me ao pescoço uma manta com as cores do Rio Grande.

Cachoeira – João Neves incorpora-se ao estado-maior. Traz uns cinquenta companheiros civis que seguem com ele para a luta.

Vêm na minha companhia o chefe do Estado-Maior, coronel Gois Monteiro, seus oficiais em carro separado, uma comitiva de rapazes trazida por Flores da Cunha, e mais os deputados Simões [Simões Lopes] e Maciel Júnior; os tenentes-coronéis Galdino Esteves e Aristides Krauser, assistentes militares; médico Nonoai, Fernando Pereira, diretor de Viação Férrea; Anacleto Firpo, representante do Partido Libertador; Valder [Valder Sarmanho, sobrinho de Getúlio], Vergara [Luís Vergara, secretário particular], Vargas Neto [também sobrinho], deputado estadual Maurício Cardoso.

À tarde, em Santa Maria, delírio coletivo da multidão. Prosseguimos viagem, à noite.

Na segunda-feira, 13, Getúlio e sua comitiva passam por Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta e Santa Bárbara, para afinal chegarem, à noite, a Passo Fundo.

Em todos esses pontos, encontramos, além dos trens conduzindo tropas, muitas forças civis, apressadas para seguir e aguardando material, fardamento e armas. Nada menos de uns quatro mil homens. Grandes festas em Carazinho, onde um ranhão fornece permanentemente café, doces e cigarros às tropas

que passam. Aí oferecem-me uma grande bandeira vermelha com a divisa tirada de uma frase do manifesto: "Rio Grande, de pé, pelo Brasil".

À meia-noite, chegamos a Passo Fundo.²⁹⁷

Passo Fundo, no norte do Rio Grande e no eixo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, era um ponto estratégico e nevrálgico para a Revolução. Ao norte de Passo Fundo, em Marcelino Ramos, as forças revolucionárias tinham contingentes, sob o comando de Miguel Costa, que tentariam atravessar, na noite de 3 de outubro, o trecho de Santa Catarina entre a divisa sul, no Rio Grande, e a divisa norte, no Paraná.

Ainda nessa noite a guarnição de Passo Fundo estava sob o comando do coronel, futuro marechal Estêvão Leitão de Carvalho, um legalista irredutível. Nessa noite, a revolução não dependia muito de Passo Fundo, porque suas forças, que tentariam e conseguiriam atravessar Santa Catarina, estavam em Marcelino Ramos, uns bons quilômetros ao norte de Passo Fundo.

Seria ótimo se a guarnição de Passo Fundo aderisse de imediato à revolução, porque ela engrossaria a coluna que entrava em Santa Catarina para chegar ao Paraná e subir, daí, à divisa de São Paulo. Mas isso não aconteceu e não chegou a ser necessário.

Em três dias, a contar do fim da tarde de sexta-feira, 3 de outubro, todo o Rio Grande aderira à revolução ou estava em seu poder, de modo que quando Getúlio Vargas iniciou, na noite de 11 de outubro, sua viagem rumo ao front, o caminho estava todo desimpedido, inclusive em Passo Fundo, que caíra já no segundo ou terceiro dia de combate.

A viagem prossegue, no mesmo rumo das tropas que agora ameaçam a fronteira sul de São Paulo.

A METEOROLOGIA NO RIO

Este dia 13 é segunda-feira e os jornais do Rio, controlados pela censura, são obrigados a recorrer de novo às manchetes esportivas.

²⁹⁷ Idem, pg. 10

– O Rio de Janeiro – diz O Globo – assistiu ontem ao primeiro dos matches de sensação do final do campeonato carioca (Botafogo, 5; América, 2). Iam bater-se os ponteiros, isto é, os dois quadros à testa da tabela. Uma peleja assim, tão significativa, tinha que arrastar grande concorrência ao local de sua realização. Foi o que sucedeu, enchendo-se literalmente as acomodações.

Era importante para a censura que os jornais transmitissem aos leitores essas impressões de normalidade na vida da cidade, como um estádio cheio numa partida de futebol não tão importante assim – afinal era apenas o primeiro de vários matches de sensação das finais do campeonato.

A censura, porém, não é onipotente – e os jornais aprendem rápido como contrabandear informações proibidas. Já em 1930, como seria décadas depois no Brasil dos Atos Institucionais, o boletim meteorológico pode tornar-se uma arma certa e mortífera. Como este boletim:

– O tempo – Devido à grande deficiência de informações meteorológicas, não são feitas previsões para os Estados do Sul, sendo precárias as formuladas para o Distrito Federal [a cidade do Rio de Janeiro] e Estado do Rio. Aí o tempo continua instável, com chuvas à noite e melhorando de dia. Ventos: predominarão os de sul e leste.

Os censores ou não se preocuparam com o boletim do tempo ou não perceberam o que ele de fato dizia: que a situação, não o tempo, revelava-se cada vez mais instável na Capital da República e que predominam as tropas, não os ventos, do sul (do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná) e do leste. Leste? Forças de Minas já tinham dominado o Espírito Santo e atacavam o Estado do Rio. Minas, porém, fica a oeste do Rio, embora na que pode ser considerada a região leste do Brasil. Ou os ventos do leste já seriam os das confabulações dos generais no próprio Rio de Janeiro?

Já vimos, dias atrás, um pequeno anúncio do leite em pó Klin, que teria denunciado a crise do abastecimento no Rio se o próprio o governo não tivesse liberado informações e tomado medidas para tranquilizar os consumidores.

Hoje, outro pequeno anúncio confirma aquilo que a censura não permite que se diga – que está morrendo gente nos combates entre as forças do governo e as forças revolucionárias:

– Luto em 12 horas – Especialista em tingir bolsas, carteiras e calçados. Chamados, fone 2-0787, Rua Sete 191.

Há famílias de luto no Rio, embora não haja luta armada na cidade. Uma delas publica um anúncio maior:

– General Alberto Lavenère Wanderley – Laurentina Freire Wanderley e filhos (ausentes), 1º. tenente Gilberto Freire Lavenère Wanderley, Alberto Freire Lavenère Wanderley, 2º. tenente Nelson Freire Lavenère Wanderley, Rachel Wanderley Bastos e família (ausentes), Luís Moreira Wanderley e família (ausentes), dr. Campos da Paz e família, capitão-tenente Napoleão Moniz Freire e família; dr. Ismael Moniz Freire e família; dr. Mário Moniz Freire e família; capitão-tenente Deodoro Freire e família; e viúva Eugênio Moniz Freire convidam seus parentes e amigos para assistir à missa que mandam rezar, no dia 15, quarta-feira, às 10 horas, na Igreja de São Francisco de Paula, por alma do General Alberto Lavenère Wanderley, morto gloriamente na Paraíba.

Alvejado num tiroteio no quartel do 22º. Batalhão de Cavalaria, na capital da Paraíba, o General Lavenère morreu horas depois, a 4 de outubro, ainda no primeiro dia da revolução no Nordeste. Nenhuma notícia havia sido publicada sobre sua morte. De certa forma, esse anúncio de missa, publicado pela família, foi a primeira informação ao público sobre os combates na Paraíba.

Nesse mesmo dia, o comunicado oficial do Ministério da Justiça, reafirmando ser de absoluta calma a situação na Capital da República e em São Paulo, procura tranquilizar a população:

– No interesse de sua própria tranquilidade, deve a população negar-se sistematicamente a prestar ouvidos aos boatos e às notícias derrotistas que o rádio espalha. Tais invencionices, dando uma falsa noção da realidade, só podem prejudicar aqueles que nelas acreditam.

O rádio, afinal, não era tão novidade assim – a primeira emissora do Rio, a Rádio Sociedade, hoje Rádio Ministério da Educação, criada pelo professor Edgar Roquete Pinto, funcionava desde 1923. Preocupado com os perigos da radiodifusão, um dos membros da Câmara Municipal do Rio, o intendente Leitão da Cunha, apresentara dias antes um projeto que pretendia proibir, em

todas as residências da cidade, a presença de aparelhos de rádio e, por via das dúvidas, também a de toca-discos.

Dois dias depois, no mesmo dia em que se celebrará a missa anunciada, o governo em cuja defesa morreu o General Lavenère reconhece seu sacrifício. Um decreto de Washington Luís, publicado no Diário Oficial e registrado nos jornais, considera Lavenère promovido, por atos de bravura, ao posto de General de divisão, a mais alta patente no Exército de então.

Para os leitores dos jornais, a morte do General e sua promoção póstuma serão dessas invencionices contra as quais o governo tenta pô-los em guarda? Ou os leitores já duvidam das palavras do governo?

CAPÍTULO 40

OUTUBRO, 1930

FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS CHEGAM PERTO DA DIVISA PARANÁ-SÃO PAULO **COLUNAS MINEIRAS INVADEM O ESPÍRITO SANTO**

NO RIO, O COMUNICADO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NÃO SE REFERE ÀS TROPAS MINEIRAS QUE INVADEM GOIÁS, NEM AO TREM QUE AVANÇA PELO PARANÁ CONDUZINDO VARGAS E O ESTADO-MAIOR DA REVOLUÇÃO. DIZ APENAS QUE NA FRONTEIRA SÃO PAULO-PARANÁ, REGISTROU-SE NOVO ATAQUE, RECHAÇADO, ÀS POSIÇÕES LEGALISTAS EM ITARARÉ.

O avanço das forças revolucionárias é rápido e elas já lutam nas proximidades da divisa Paraná-São Paulo. O avanço do trem de Getúlio é vagaroso: ele tem de parar em todas as estações, menos para receber homenagens que para agradecer a seus seguidores. Além disso, esse trem não pode atrapalhar o avanço das tropas. Com tanto movimento, alguns acidentes são inevitáveis.

Do diário de Getúlio Vargas, 14 de outubro, terça-feira:

Às 8 horas da noite, chegamos a Marcelino Ramos. Novas manifestações sob a chuva. Recebemos confirmação da primeira vitória importante das nossas forças, próximo a Jacarezinho, no Paraná.

Cinco horas de fogo, o inimigo retira-se para Carlópolis, deixando em nosso poder apreciável material de guerra e prisioneiros – soldados e oficiais. As forças do adversário compunham-se de elementos do Exército e polícia paulistas, comandados pelo coronel Pais de Andrade. As nossas, do 7º. Batalhão de Caçadores de Santa Maria, sob o comando do Stoll Nogueira, da Brigada Etchegoyen.

Tivemos a notícia desagradável de um choque de trens em Rio do Peixe – um dos trens conduzia o 7º. Regimento de Porto Alegre. Há dois mortos e alguns feridos. Este acidente determinará um atraso em nossa viagem. Pernoiti-

taremos em Marcelino Ramos. Foram de socorro para conduzir os feridos e desobstruir a linha férrea.

Às 11 horas da noite encerro estas linhas.²⁹⁸

À medida que a revolução avança, mais e mais perdem a cabeça alguns adeptos e auxiliares de Washington Luís. E os desatinos não só não são impedidos pela censura, pelas autoridades policiais e políticas superiores e pelo próprio Presidente da República, como parece serem estimulados. Há jornais que anunciam, até com fotos forjadas, o bombardeio de Belo Horizonte, que simplesmente não aconteceu.

Mesmo os jornais que não caíram nessa são obrigados a acolher comunicados como o seguinte:

– Todo escoteiro deve ir ao encontro da ordem, auxiliando as autoridades. Nesse sentido, a diretoria da Associação dos Bombeiros Escoteiros recomenda a seus filiados, e roga a todos os jovens brasileiros, apontar às autoridades, desde que saibam com segurança, as pessoas que se comprazem em forjar boatos com o fim de alarmar a população, para terem o devido corretivo dentro da lei. (a) Professor A. Cardoso, presidente.

O que mais alarmava a população era a convocação e a conscrição de número cada vez maior de reservistas, cujo destino tornava-se desconhecido da família. Ainda em novembro de 1930, em depoimento escrito no quartel onde se encontrava preso e depois revisto no exílio, em Nápoles, o Ministro do Exterior de Washington Luís, Otávio Mangabeira, cita essa providência como inútil e alarmante. Mas se, na casa de qualquer família atingida, alguém se perguntasse sobre a situação de um filho, corria o risco de delação e de entrar para a lista dos boateiros.

Outro comunicado no jornal:

– Aumenta a galeria dos boateiros.

É uma lista de 38 pessoas, presas no Rio, supostamente por terem espalhado boatos ou assumido atitude derrotista. Entre os presos figuram médicos, advogados, operários, comerciantes, um jornalista, um estudante, um vice-

²⁹⁸ Idem, *ibidem*.

cônsul (!) e um capitão reformado.

Quantos deles já teriam sido apontados às autoridades pelos diligentes dedos-duros desse professorzinho Cardoso, que só emergiu do lixo da história para assinar sua convocação aos delatores?

– As senhoras e senhoritas da cidade – diz uma notícia – estão realizando um grande movimento religioso em favor da tranquilidade do país, evocando as graças bondosas e amparadoras da Virgem, para que sobre o Brasil faça descer o seu venturoso manto protetor. Com esse fim, fazem preces especiais a Nossa Senhora da Paz, em seu templo de Ipanema.

Contra os supostos boateiros e aqueles que meramente são considerados derrotistas as autoridades agem com mão pesada. E contra aqueles que de fato agravam as privações e padecimentos da população? Há mais uma denúncia contra a Light e nenhuma notícia de providência oficial contra ela:

– De um leitor – Sr. redator. A Light, com manifesto desrespeito pelo decreto presidencial que estabeleceu o feriado até 21 do corrente, está cobrando por meios violentos, ameaças de corte etc. suas contas de luz, gás, telefone etc. (a) João Guedes de Oliveira, Rua do Livramento.

O governo anuncia, porém, providências sobre o abastecimento de gêneros alimentícios. Em São Paulo, sob o contágio do pioneirismo da polícia do Rio, sai a primeira lista de boateiros presos lá: um guarda-livros, um criado de café, um cozinheiro, um artista, um caixeiro-viajante, dois empregados no comércio.

E o Conselho de Representantes da CBD, a Confederação Brasileira de Desportos, discute a conveniência de adiar o campeonato nacional de futebol. Amanhã o presidente da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, Afrânio Costa, discutirá com o Ministro da Justiça, Vianna do Castelo, o prosseguimento ou a suspensão do campeonato carioca. Se o campeonato for suspenso, os jornais de segunda-feira ficarão sem as manchetes habituais.

Nesse mesmo dia, várias colunas revolucionárias, partindo de Minas, invadem o Espírito Santo por vários pontos da fronteira. Nos próximos dias, essas forças ameaçarão e atacarão o território do Estado do Rio, cada vez mais perto da Capital da República. O Brasil de Washington Luís reduz-se a um

território cada vez menor: São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro e o Estado do Rio, fora a Bahia e alguns territórios cada vez mais isolados em outros Estados.

Reconhecendo, afinal, que a luta aproxima-se perigosamente, a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro proíbe a navegação à noite no porto e nas enseadas da Baía de Guanabara.

A PALAVRA “REVOLUÇÃO” ATRAVESSA AS LINHAS DA CENSURA

Até aqui os jornais falavam, recatadamente, em “anormalidade” ou “situação”. Agora a palavra “revolução” atravessa as linhas da censura no dia 15 e sai pela primeira vez num anúncio de jornal. Assim como no caso da morte do General Lavenère Wanderley, tornada pública por um anúncio de missa, a palavra “revolução” entra no léxico dela própria no corpo de um sóbrio e inocente anúncio de 12 linhas, em uma coluna, num pé de página:

– Companhia Ítalo-Brasileira de Seguros – A Companhia Ítalo Brasileira de Seguros Gerais, por intermédio de sua filial no Rio de Janeiro, comunica a seus assegurados e ao público em geral que as suas apólices de seguro de vida, ao par de suas liberais condições, compreendem o risco de revolução, sem cobrar prêmio adicional.

E uma pequena notícia esportiva reconhece o estado de beligerância existente no país:

– O América transmitiu informações à AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atléticos), segundo as quais Fragoso, Lincoln, Penaforte, Píndaro, Lázaro e Hildegardo, seus amadores, incorporaram-se nas forças governistas.

O comunicado não diz se foram incorporados como voluntários, o que leva a crer que fazem parte dos milhares de jovens conscritos no esforço inútil e alarmante, como o definiu Otávio Mangabeira, Ministro do Exterior de Washington Luís, de mobilizar reservas que não servirão para coisa nenhuma.

Mas a nota do América refere-se a “forças governistas”, o que implica a existência de outras forças não-governistas. Por mais que a censura se esfor-

ce, por mais que a polícia prenda boateiros, por mais que os escoteiros sejam aconselhados a delatar o próximo, torna-se cada vez mais difícil fazer passar por miragem ou alucinação os fantasmas que rondam a fortaleza do poder.

Como na tragédia de Macbeth, de Shakespeare, a floresta anda em direção das muralhas do castelo. Macbeth acha que é apenas um pesadelo induzido pela profecia de três feiticeiras. Mas não: são soldados inimigos camuflados. E bem armados.

Ainda o esporte:

– À tarde realizou-se a anunciada conferência entre o Ministro da Justiça [Vianna do Castelo] e o dr. Afrânio Costa, presidente da Amea: o campeonato [carioca] não sofrerá interrupção.

É o voluntarismo delirante de Washington Luís a contagiar, ou a constrianger, seus ministros. O governo acha que precisa do campeonato, dos “matches de sensação”, dos estádios cheios, para alimentar uma impressão de normalidade e de invencibilidade que os fatos desmentem cada vez mais, a cada momento e a cada notícia. De imediato a decisão de manter o campeonato sofre um revés, que a censura não corta das páginas esportivas:

– Segundo estamos informados, em reunião ontem realizada, a diretoria do Flamengo deliberou não disputar os jogos do campeonato no momento presente.

Sem o Flamengo, como manter o campeonato? O Flamengo acabou sendo convencido e jogará no próximo domingo, mas os estádios, assim como o Jôquei Clube, terão pouco público. Tanto que o jornal da segunda-feira não terá qualquer manchete sobre estádios cheios e o que a linguagem da época chama de “matches de sensação”.

Outro campeonato, o nacional, também é suspenso, pela CBD, e aí o governo parece não interferir: como, de fato, promover um campeonato nacional num país dividido entre os territórios da revolução, que se ampliam, e os do governo, que se reduzem? Nem Washington Luís para querer tanto!

OS MINEIROS INVADEM GOIÁS

Nesse dia 15 de outubro, quarta-feira, o trem que conduz Vargas, Gois Monteiro e o estado-maior militar da revolução, consegue sair de Marcelino Ramos e entrar em território de Santa Catarina.

Permanecemos em Marcelino Ramos – diz o diário de Vargas, em registro do dia 15 – aguardando a retirada dos trilhos da locomotiva descarrilhada em Rio do Peixe, que interrompeu o tráfego. Visito os feridos do desastre, recolhidos ao hospital... Tomo providências sobre o abastecimento, atrasos de requisições, abastecimento de camas ao hospital. O estado-maior, sob a proficiente direção do coronel Gois Monteiro, continua providenciando sobre as medidas militares referentes à marcha das tropas.

Almoçamos no trem, ainda em Marcelino Ramos, e às 13 horas prosseguimos viagem. Atravessamos a ponte sobre o Uruguai, entrando no estado de Santa Catarina. Em Rio do Peixe, grandes composições de trens, umas conduzindo tropas para o Paraná, o 12º. Regimento de São Gabriel, a cavalhada do 1º. Regimento da Brigada Militar, carros vazios de regresso etc.

Em todas as estações, o povo aglomerava-se, vitoriando os libertadores. Ao passar na estação do Erval, foi-nos oferecida uma mesa de doces – discurso etc. Reuniu-se a nós na estação de [...] o jornalista Ganot Chateaubriand [Assis Chateaubriand]. Saiu de Santos no dia 5 do corrente, comunicou-se com o Rio pelo telefone, e informa que reinava calma, nada tendo havido nesses dois centros.²⁹⁹

No dia seguinte, 16, quinta-feira, o trem de Vargas anda mais depressa, não só porque o tráfego está mais organizado, mas porque ele não pode atrasar-se demais em relação à vanguarda revolucionária que combate na divisa entre o Paraná e São Paulo:

Prosseguimos viagem, quer durante a noite, quer pela manhã. Fizemos uma viagem demorada, com longas paradas nas estações, ocasionadas pelo congestionamento das linhas, devido ao tráfego intenso. Passamos por várias

²⁹⁹ Idem, pp. 10 e 11.

estações, recebidos sempre com vivas demonstrações de simpatia pelas populações, até chegarmos, à tarde, a Porto União [já na divisa Paraná-Santa Catarina].

Descarrilamento de uma máquina que seguia na frente, puxando o trem que conduzia o 1º. Batalhão da Brigada Militar. Demora de algum tempo. Parte o trem à noite. Quebra-se um truck de nosso trem, o que seria, para frente, nova demora.

O estado-maior apanha e decifra vários rádios do adversário, e toma providências. Um dá a posição das forças em São Paulo, outro, do senador Caiado, pedindo auxílio para invadir o Triângulo Mineiro; e outro, desistindo da invasão, porque os mineiros invadiam Goiás por Paracatu, ocupando Formosa.

Nova parada do trem, que aproveito para escrever estas linhas, já deitado, quase à meia-noite.³⁰⁰

No Rio, o comunicado do Ministério da Justiça não se refere às tropas mineiras que invadem Goiás, nem ao trem que avança pelo Paraná conduzindo Vargas e o estado-maior da revolução. Diz apenas que na fronteira São Paulo-Paraná, registrou-se novo ataque, rechaçado, às posições legalistas em Itararé.

Washington Luís, só agora, decreta a intervenção federal em Pernambuco, onde há quase dez dias o governo é exercido pelo líder revolucionário Carlos de Lima Cavalcanti, e no Espírito Santo, onde forças revolucionárias saídas de Minas já se aproximam da capital, Vitória.

No dia seguinte, 17, sexta-feira, anuncia-se no Rio que na próxima semana, na terça-feira, dia 21, Washington Luís comparecerá à sessão comemorativa do 92º. aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual o Presidente é frequentador, como o fora antes do Instituto Histórico de São Paulo, para fazer entrega de medalha de ouro ao presidente do Instituto, o Conde de Afonso Celso. (Washington Luís não vai; manda em seu lugar o General Teixeira de Freitas, chefe da Casa Militar).

³⁰⁰ Idem, pg. 11.

Anúncio, pequeno e quase invisível:

– Oficiais da reserva – A Colegial está habilitada a fornecer rapidamente uniformes, calçados etc. Largo de São Francisco, 38/40.

VARGAS AVANÇA E CHEGA A PONTA GROSSA

Na tarde de 17 de outubro, sexta-feira, exatamente duas semanas depois do início da revolução, Vargas e o estado-maior chefiado por Gois Monteiro chegam a Ponta Grossa, onde seu QG funcionará por uma semana.

Sou despertado, pela manhã – diz Vargas no diário – para atender a uma manifestação popular em Irati, gente, muitas flores, mulheres, canção de João Pessoa. Passamos Teixeira Soares e, enfim, à tarde, chegamos a Ponta Grossa, segunda cidade do Paraná, próspera, ciosa das suas prerrogativas e independência, baluarte do liberalismo, onde, apesar da pressão governamental, ganhamos a eleição de 1º de março.

Somos recebidos com entusiástica manifestação, a maior que recebemos depois de sair de Porto Alegre. Saudados por um orador e por uma filha do prefeito Becher, responde Flores da Cunha. Passeata pela cidade, o automóvel empurrado pelo povo cortês.

Recebemos, durante o dia, duas notícias agradáveis: uma vitória alcançada pelas forças de Miguel Costa, em Jaguariaíva [no Paraná], e a revolta do 14º Batalhão de Caçadores, que estava em Florianópolis e passou para o continente. Recebo telegrama de Oswaldo Aranha, dizendo que vão reduzir a ilha onde está Florianópolis.³⁹¹

Diário, sábado, 18 de outubro:

Permanecemos em Ponta Grossa: chuva constante durante o dia, lama, soldados em atividade. Pela [manhã] recebo a visita das filhas do prefeito. Presenteiam-me com preparos de mate, linda cuia e bomba de prata. Passo o dia no trem, parado na estação da estrada de ferro.

Apanhamos um rádio de Mário a Oswaldo, dando informes sobre a igno-

³⁹¹ Idem, pg. 12.

rância do Rio e São Paulo a respeito da revolução, devido à censura exercida pelo governo. Nada mais de importante.

No Rio, no Diário Oficial, um decreto de Washington Luís reconhece a ocorrência no país de um caso de necessidade extrema e autoriza o Banco do Brasil a emitir trezentos mil contos de réis.

O comunicado do Ministério da Justiça informa que forças do governo tomaram Muzambinho e Monte Santo, em Minas, mas não diz que são cidades quase na divisa com São Paulo. Na fronteira do Espírito Santo – acrescenta o comunicado – registraram-se pequenas incursões, repelidas com êxito, de elementos rebeldes. Reina perfeita ordem no Estado.

Como explicar, portanto, que já no domingo as forças revolucionárias ocupem Vitória e lá instalem seu próprio governo?

ATAQUES A ITARARÉ PELA DIRETA E PELA ESQUERDA

Diário de Vargas, domingo, 19:

Continuamos em Ponta Grossa. Chuva constante até a tarde. Saio a passeio com o prefeito e alguns amigos, visito o hospital de caridade, converso com os feridos. Visito o coronel Vítor Batista. Recolho-me ao escurecer.

Recebo vários cifrados de Oswaldo Aranha e respondo, recebendo e enviando notícias. Os mineiros ocupam Vitória e invadem o sul da Bahia. As nossas tropas atravessam o Itararé pela direita e esquerda, enquanto o centro fixa o inimigo nas trincheiras. Amanhã deve começar o ataque, envolvendo o adversário pelos dois flancos.

Converso com dois oficiais da Força Pública paulista e um do Exército, prisioneiros em Catinguá. Pelos informes que prestam, convenço-me dos seus efetivos pouco numerosos e o moral abatido das forças adversas, com a surpresa e eficácia do golpe.³⁰²

Com a queda do Espírito Santo, onde o capitão Punaro Bley assume a chefia de uma junta provisória de governo, amiúdam-se os ataques ao Estado

³⁰² Idem, pp. 13 e 14.

do Rio. Miracema e Pádua são tomadas pelos revolucionários. Campos é o próximo objetivo.

Na segunda-feira, 20, Vargas faz uma visita a Curitiba, a capital do Paraná, de onde voltará a Ponta Grossa na manhã de 23:

Partida do trem pela madrugada, demonstrações nas estações. Chegada a Curitiba às 10 da manhã. Recepção deslumbrante, mas com ordem, discurso de recepção na chegada. Desfile até o palácio, sou saudado pelo professor Amaral e respondo ao povo das sacadas do palácio. Dou recepção neste, troca de cumprimentos, e sigo para o Grande Hotel Moderno. Bem instalado, boa refeição. Não saio. Recebo muitas visitas, comissões etc. Faço toilette, limpo-me.

Na manhã de segunda-feira, 20, os jornais não têm manchetes esportivas. Apesar dos esforços do Ministério da Justiça, os clubes suspenderam o campeonato. É possível que, além dos seis amadores do América, outros jogadores, inclusive profissionais, tenham sido convocados para o exército. Como explicar sua ausência num estádio cheio?

O comunicado do Ministério da Justiça omite os acontecimentos do Espírito Santo e diz, com absoluta desfaçatez:

– Nada ocorreu digno de nota nos setores onde se desenvolvem as operações militares. Declina, sensivelmente, a ação dos rebeldes, ao norte como ao sul, sendo de menor importância as iniciativas tomadas por eles nestas últimas 48 horas.

Isso é tudo que os jornais podem publicar. Ainda bem que, dizendo isso das 48 horas anteriores, eles nada prevejam para as próximas 48 horas, ao fim das quais o governo de Washington Luís estará deposto.

Naquele que será um de seus últimos atos, Washington Luís prorroga até 30 de novembro, por mais de um mês, o feriado bancário que expiraria hoje. Um anúncio para quem esteja em dificuldades financeiras oferece:

– Empréstimos sobre artigos de joalheria e cautelas da Caixa Econômica. A Mutuante, seção de penhores. Rua Sete de Setembro, 179. Consultem nossa tabela de juros.

O prestigioso *The Times*, de Londres, fala sobre o Brasil. E acredita nos comunicados do Ministério da Justiça.

– Como o Times aprecia o momento brasileiro – Londres. O Times comenta de modo minucioso as condições políticas do Brasil, acentuando “a posição forte do governo federal em face do enfraquecimento gradativo dos rebeldes”. E acrescenta: “A atitude enérgica do Presidente Washington Luís e seus ministros inspira confiança, que deve ser aumentada ainda mais depois da declaração do Departamento de Estado [dos Estados Unidos] em favor da plena liberdade do governo federal, de adquirir munições, recorrendo ao auxílio industrial dos Estados Unidos da América.”

CAPÍTULO 41

OUTUBRO 20 A 23, 1930

DUAS VISITAS DO CARDEAL D. SEBASTIÃO LEME A WASHINGTON LUÍS

EXTREMA UNÇÃO E COLAPSO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

QUANDO O CARDEAL-ARCEBISPO DO RIO, D. SEBASTIÃO LEME, VISITA WASHINGTON LUÍS, AO CHEGAR DE ROMA NO DOMINGO, 19, E VAI VISITÁ-LO, DE NOVO, NA QUINTA-FEIRA, 23, É COMO SE LHE ESTIVESSE PREPARANDO O ESPÍRITO PARA A EXTREMA UNÇÃO POLÍTICA, QUE SERÁ TAMBÉM A DA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Cercado, de fora, pelas frentes revolucionárias que ou se consolidam, como em Itararé, ou avançam, como as forças mineiras que dominam o Espírito Santo e descem para Estado do Rio; e minado, de dentro, pela gradual defecção de seus generais e pela surda indisposição popular diante de medidas como a convocação de reservistas, o feriado bancário e as prisões por delação, o governo entra em agonia.

Quando o Cardeal-Arcebispo do Rio, D. Sebastião Leme, visita Washington Luís, ao chegar de Roma no domingo, 19, e vai visitá-lo, de novo, na quinta-feira, 23, é como se lhe estivesse preparando o espírito para a extrema unção política, que será também a do regime. Com o governo, entra em colapso a Primeira República.

Na terça-feira, 21 de outubro, surgem as primeiras adesões significativas na Marinha ao movimento em articulação nos meios militares pelo afastamento de Washington Luís. No Exército, já apoiam o movimento o General Mena Barreto, comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares; o General Leite de Castro, comandante da poderosa Artilharia de Costa; e os Generais Firmino Borba e Malan d'Angrogne, Subchefes do Estado Maior.

O governo prorrogara o feriado bancário até 30 de novembro, o que significa que os bancos permanecerão fechados, e os depósitos, bloqueados. A Caixa Econômica, porém, decide que a cada duas semanas cada depositante poderá retirar até 200 mil réis.

Outro decreto libera, para importação sem pagamento de direitos aduaneiros, a lã lavada, o azeite de oliveira, bacalhau, cebola, leite em pó, sabão, sebo e toucinho. Os Correios suspendem a emissão de vales postais para o exterior.

Uma notícia nessa terça-feira, 21:

– Preces pela paz – Um grupo de senhoras residentes no bairro do Rio Comprido dirigiu-se ao reitor do Colégio Diocesano São José e obteve de S. Reverendíssima a abertura, diariamente, das 15 às 16 horas, da capela daquele estabelecimento, a fim de se realizarem orações pedindo a Deus conceda paz à família brasileira. Desde sábado, são ali realizadas preces, comparecendo vultoso número de pessoas, só não sendo permitida a presença de crianças.

PRONTO O TEXTO DA INTIMAÇÃO A WASHINGTON LUÍS

Na quarta-feira, 22, fica pronto o texto da intimação a Washington Luís para que abandone o poder, e começa a coleta de assinaturas entre generais e almirantes.

Na noite seguinte, quinta-feira, 23, o General Mena Barreto, um dos principais e mais fortes líderes do movimento, como comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares, recolhe-se ao Forte de Copacabana, que será seu quartel-general. O Forte não obedecerá mais às ordens do Ministro da Guerra de Washington Luís, General Nestor Sezefredo dos Passos.

O Ministro, entretanto, ainda tem tempo para os despachos de rotina: defere, por exemplo, requerimento em que Bernardo Fragoso, tenente-coronel, pede “consignação de vencimentos a sua esposa”.

Em São Paulo, muito movimento, muita agitação, uma espécie de visita da saúde, que excita o moribundo antes do colapso:

– O que diz o Correio Paulistano [o velho e caninamente fiel jornal do Partido Republicano Paulista, de Washington Luís] – No Palácio dos Campos

Elísios, o movimento continua com a mesma intensidade. O Presidente Júlio Prestes [quem se lembra dele? é aquele que foi “eleito” Presidente da República na eleição fraudada de 1º. de março e ainda é titular do governo estadual de São Paulo] o Presidente Júlio Prestes e o sr. Heitor Penteado, Vice-Presidente [do Estado] em exercício, dirigem pessoalmente os trabalhos de mobilização, mantendo-se em contacto diário com os pontos de concentração, os comandos das tropas escaladas pelos diferentes setores, com o sr. Presidente da República, os presidentes das demais unidades da Federação, com o comando da Região, da Força Pública, estando perfeitamente a par do que se passa no Brasil. Não há detalhes que não conheçam, assim como não há providências que não sejam por Suas Excelências tomadas com acerto e rapidez.

Pobre Correio Paulistano... Nem Júlio Prestes, nem seu Vice Heitor Penteado, nem Washington Luís estavam a par sequer do que se passava no Forte de Copacabana, e, talvez, no QG da 2ª. Região Militar de São Paulo, cujo comandante, General Hastínfilo de Moura, será dos primeiros a aderir à Junta do Rio, daqui a apenas dois dias, chegando mesmo a assumir, no primeiro momento, o governo de São Paulo, dele desalojando Júlio Prestes e o Vice Heitor Penteado.

Na manhã de 23, Vargas está de volta ao QG de Ponta Grossa:

Chegamos a Ponta Grossa pela manhã. A chuva continua durante todo o dia. O Estado-Maior, com o coronel Gois, deixou o trem e instalou-se no edifício do Clube Ponta Grossense.

Chegam as forças de Uruguaiana, dirigidas por Lusardo – 1.200 homens, 5º. Regimento, Grupo de Artilharia, um corpo de civis comandado por Virgílio Viana e um grupo de civis vindo de São Borja, onde encontro meu irmão Benjamim, um sobrinho, Omar, e o Lino Correia. Digo ao Lutero que os acompanhe para a frente. Este pouco fica, por doente. As tropas de Uruguaiana vêm cheias de entusiasmo, rapazes das melhores famílias do município.

Só à noite termina a chuva – é este o maior obstáculo que temos encontrando na marcha das operações.³⁰³

As tropas da coluna comandada por Miguel Costa aprontam-se para o ata-

³⁰³ Idem, pg. 16.

que decisivo às forças fiéis a Washington Luís. Mas talvez já saibam que não há mais pressa.

AS CONVERSAS DO PRESIDENTE COM O CARDEAL E O GENERAL

O Presidente Washington Luís vai receber o Cardeal Leme, que o visita pela segunda vez na mesma semana. Antes, o Presidente recebe o Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos, a quem interpela a respeito de notícias insistentes de conspiração. Até mesmo essa rocha inabalável que é Washington Luís está sendo infiltrada ou minada.

– Não há nada – responde o General .

O Presidente – observa Barbosa Lima Sobrinho, em *A Verdade sobre a Revolução de Outubro* – não chegara nunca a verificar que poço de ingenuidade era seu Ministro da Guerra.

O Cardeal D. Leme chega em seguida, para alertar o Presidente e este, talvez convencido pelas palavras do General Sezefredo, que eram as que queria ouvir, responde com rispidez:

– Então Vossa Eminência duvida da lealdade dos meus generais?

Um despacho da Agência Brasileira, controlada pelo governo, deve agradar ainda mais a Washington Luís: segundo a agência, a imprensa paulista começa a divulgar os pormenores dos últimos triunfos alcançados pelas forças legais.

Às dez horas da noite, o Ministro da Guerra volta a Washington Luís, agora para transmitir-lhe a certeza do golpe de Estado. O General Sezefredo diz que tudo está perdido. O Presidente insiste em resistir. Chegam ao Palácio Guanabara ministros e amigos, em visita de solidariedade. O Ministro da Guerra tenta ainda prender os generais revoltosos, mas só encontra um deles.

O DEPOIMENTO DE OTÁVIO MANGABEIRA

Aqui devemos recorrer ao depoimento de um dos homens mais próximos de Washington Luís – e dos mais inteligentes entre os que o cercavam, senão o

mais inteligente, naquele viveiro de ingenuidade e arrogância em que florescia o espírito do General Sezefredo: Otávio Mangabeira, o Ministro do Exterior.

Esse depoimento foi escrito por Mangabeira em novembro de 1930, no quartel do 1º. Regimento de Cavalaria, no qual estava preso. Não se destinava a qualquer tribunal ou inquérito revolucionário, caso em que ele não teria o direito moral de falar a verdade, pois seu dever seria recusar qualquer vantagem ao adversário. Foi um depoimento que Mangabeira escreveu para si mesmo e para a posteridade, que reviu no exílio, em Nápoles, em janeiro de 1931, e publicou no *Correio da Manhã* em setembro de 1947.

Graças a Hélio Silva, tão desconsiderado nos meios universitários, dispomos hoje desse depoimento e suas insubstituíveis informações num apêndice ao terceiro volume do monumental “Ciclo de Vargas”, 1930: a Revolução Traída.³⁰⁴

Na manhã desse dia 23 de outubro, Mangabeira estivera no Palácio Guanabara, como se habituara a fazer diariamente nesse período. Ele era Ministro do Exterior, não tinha ingerência direta nem na orientação da política interna nem na condução das operações militares. Mas tinha o dever de manter-se informado, para o caso de caber-lhe acudir às sequelas internacionais da situação. Encontrou, porém, o Presidente inabalável em sua convicção de que derrotaria os revolucionários:

– Supunha-se, melhor que ninguém, a par da situação, e se tranquilizava na certeza de contar com os elementos para a defesa da ordem.

A certeza de saber de tudo melhor que os outros e a certeza de dispor de poderes para controlar os acontecimentos é que tinham precipitado Washington Luís, desde 1928 ou 1929, na voragem de uma sucessão de eventos que agora o derrotava – e que ele ainda não percebia (como, teimosamente, não perceberia no futuro).

Preocupado, tanto com os fatos como com a atitude de Washington Luís, Mangabeira conversou, ao longo do dia, com o Cardeal Leme, com o Vice-Presidente do Senado e com o líder do governo na Câmara, Manoel Vilaboim. À

³⁰⁴ Hélio Silva, 1930, a Revolução Traída, pp. 466 e seguintes.

noite, Mangabeira visitou um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que ele não identifica no depoimento, mas de quem diz ser um dos mais insignes.

– Como estaria pensando a nossa Corte Suprema? Acastelar-se-ia no redu-to da sua vida normal, estranha à calamidade que não entrava na órbita de sua competência, ou, dadas as proporções que atingira o fenômeno, se disporia a intervir, com os conselhos de sua autoridade, junto aos elementos desavindos?

O depoimento de Otávio Mangabeira não diz se, nessa visita, ele conseguiu resposta a tais questões. Saindo da casa do juiz do Supremo, às 11 horas da noite, ele pretendia ainda visitar o Ministro da Guerra, General Sezefredo.

– Ia acentuar-lhe, como fizera com o Presidente, o que vinha observando. Falava-se, até com minúcias, de um próximo levante na Capital Federal... O apelo aos reservistas, que então se punha em prática, mais do que inútil, contraproducente, não reunindo reservas acaso apreciáveis, convocava, entretanto, a cidade para um verdadeiro clamor, reacendendo-lhe as ânsias, afervorando-lhe as preces por que, de qualquer maneira, se pusesse um termo ao conflito.

Já era tarde. Mangabeira sentia-se cansado.

– Preferi adiar a conversa, que teria de ser longa, para a manhã seguinte. Voltei para casa. Era, mais ou menos, meia-noite, quando me recolhi.

– Às 2 horas e meia, soou o telefone oficial. Previ logo o que seria. Desci rápido à sala de trabalho. Fui em pessoa atender.

Era o telefonista do Palácio Guanabara, informando, na linguagem a que o governo induzira os jornais, estar ocorrendo “uma anormalidade na situação”. Mangabeira vestiu-se e correu ao encontro do Presidente, a quem encontrou “de fisionomia normal”.

– O Presidente explicou-me. O Ministro da Guerra, entre 10 e 11 horas da noite, lhe comunicara o que ocorria. Tendo-se recolhido ao Forte de Copacabana, assim sublevado, dali o General Mena Barreto [comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares] deitara uma espécie de proclamação, que o próprio Ministro recebera, concitando o presidente a renunciar. Acrescentou Sua Excelência [o Presidente] que ordenara ao Ministro da Guerra proceder com a máxima energia.

CAPÍTULO 42

OUTUBRO 24, 1930

APÓS TRÊS SEMANAS DE LUTA, O PRESIDENTE É DEPOSTO

A QUEDA DE WASHINGTON LUÍS

WASHINGTON LUÍS JÁ SE RENDERA ÀS EVIDÊNCIAS DA SITUAÇÃO E PERCEBERA QUE O PODER DESCERA DO ANDAR DE CIMA, ONDE ELE ESTAVA, PARA O ANDAR DE BAIXO, ONDE PERMANECIAM OS GENERAIS REBELDES.

Nem as hipóteses mais otimistas dos planos de Gois Monteiro para a revolução chegavam perto do que viria a acontecer na prática. Foram apenas três semanas de combate, a contar do início das operações militares revolucionárias, no fim da tarde de sexta-feira, 3 de outubro de 1930. Ao longo da sexta-feira, 24 de outubro, a revolução tornava-se virtualmente vitoriosa com a deposição do governo Washington Luís por uma junta militar no Rio.

Isso não acontecia por acaso. Em setembro, antes de marcar a data de início da revolução, Vargas mandara ao Rio o deputado Lindolfo Collor, como emissário junto a alguns generais dos mais simpáticos ou abertos ao movimento.

Esses generais não podiam garantir qualquer apoio, por não exercerem funções de comando, mas logo conseguiram adesões de peso – e poder – como a do General Mena Barreto, comandante do 1º Grupo de Regiões Militares.

Era ele, agora, que comandava a deposição de Washington Luís. Em Ponta Grossa, no QG revolucionário, Vargas recebe, ainda de manhã, as primeiras notícias:

Pela manhã, começamos a receber notícias esparsas, incompletas, sobre a explosão do movimento revolucionário na capital da República. Essas notícias vão se precisando até conhecer-se que os generais Malan, Mariante, Mena Barreto, Tasso Fragoso e o almirante Isaías de Noronha dirigem um movimen-

to que triunfou facilmente, sem luta, resultando na deposição do Presidente Washington Luís e prisão de alguns políticos, e na formação de uma Junta Governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto.

De várias frentes, principalmente do Rio Grande, recebo muitos telegramas de felicitações, notícias de grande regozijo popular, e o povo de Ponta Grossa surpreende-me, à noite, com uma manifestação, a que respondo.

No entanto, nos elementos que me cercam, surgem apreensões sobre os intuitos dos dirigentes do golpe de Estado, no Rio. Não querem um governo militar. Receia-se que os generais queiram aproveitar-se do nosso movimento, indubitavelmente vitorioso, para apoderar-se do poder, reduzindo a uma sedição militar o que iniciamos como uma revolução que traga reformas radicais, de acordo com o programa da Aliança Liberal e as ideias da Revolução.

Troco, a esse respeito, vários telegramas com Oswaldo Aranha, entendendo-me com o coronel Gois, e resolvemos continuar a ofensiva contra as forças paulistas entrincheiradas em três frentes estratégicas da fronteira do Estado. Continua a marcha das forças. Não se interrompe o tráfego das que estão em marcha. A luta pode continuar, e ainda sob essa impressão encerro a nota do dia.

Essas apreensões eram procedentes e de fato a Junta do Rio, que tinha a integrá-la os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e mais o almirante Isaías de Noronha, logo começou a criar dificuldades para as lideranças revolucionárias: antes mesmo de consumada a rendição e a prisão de Washington Luís, a Junta informava a um representante dessas lideranças, o deputado Ariosto Pinto, do Rio Grande do Sul, que não transmitiria o poder a Getúlio Vargas na condição de Presidente eleito da República.

FORA DO PODER, MAS AGARRADO À PRESIDÊNCIA

Quando Vargas recebe, de manhã, as primeiras informações, Washington Luís está, inegavelmente, fora do poder, mas ainda não fora do governo, ou melhor, das exterioridades da Presidência, das quais só se separará já no início da noite desse dia 24.

Aqui voltamos ao depoimento de Otávio Mangabeira, que passou todas as horas finais dessa crise ou ao lado de Washington Luís ou numa série de missões a seu serviço. Mangabeira chegara ao Palácio Guanabara pouco depois das duas horas da manhã, assim que avisado, pelo telefonista do Palácio, de uma “anormalidade na situação”.

Já no início da revolução, três semanas antes, Mangabeira só fora avisado por Washington Luís às nove e meia da noite, quando a revolução começara às cinco e meia. Agora o Presidente recebe o aviso do Ministro da Guerra entre dez e onze da noite e o Ministro do Exterior só é avisado às duas da manhã, e pelo telefonista do Palácio.

Não se trata apenas de desconsideração para com um ministro que, em razão de sua responsabilidade funcional, deve ser informado imediatamente de acontecimentos como esses. Tratava-se da atitude de Washington Luís, arrogante diante dos fatos e indiferente aos sofrimentos que esses fatos impunham a tanta gente.

– Não tinha ainda talvez o dia amanhecido – diz Otávio Mangabeira – quando chegaram a Palácio o Ministro da Guerra e o comandante da Região Militar, General Azeredo Coutinho, colunas que eram da legalidade.

O superior imediato do comandante da Região Militar era o comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares, General Mena Barreto, que nesse momento não se apresentava a Washington Luís porque estava encerrado no Forte de Copacabana, comandando o movimento pela deposição do Presidente.

– Quem fitasse, naquele momento, os dois homens [o General Sezefredo, Ministro da Guerra, e o General Azeredo Coutinho] – diz Mangabeira – nada precisaria perguntar-lhes. Tudo se lhes estampava no semblante. Entraram para o gabinete. O Presidente, como de costume, sentou-se à cabeceira. Sentaram-se os dois à esquerda. Não sei propriamente o que disseram. Mas, espreitando, passados alguns momentos, do corredor contíguo, [eu] os vi profundamente desolados, a ouvir, sem dizer palavra, descrentes de tudo, as manifestações do Presidente, que ainda se declarava confiante nas resistências possíveis...

– Ergueram-se, por fim. O General Azeredo Coutinho saiu como quem ia cumprir ordens. Inspirava pena e respeito. Pena da inanidade dos recursos de

que se queria, a todo transe, que ele tirasse forças; respeito à fidelidade com que se mantinha no seu posto, embora quase só.

– Quando vi que o Ministro da Guerra, à paisana, já não voltava mais ao Ministério, preferindo ficar com o Presidente, não interpretei o seu ato senão como a confissão de que nada mais tinha a fazer...

Mais ou menos a essa hora, Mangabeira recebe de casa, pelo telefone, um recado do Cardeal Leme, que precisava falar-lhe com absoluta urgência. Washington Luís concorda que o pedido deve ser atendido e Mangabeira vai para o Palácio São Joaquim. D. Leme estava emocionado. Confirmavam-se as suas previsões:

– Recebera, não havia muito, por um portador desconhecido, dentro de um envelope oficial do Forte de Copacabana, o papel que me mostrava. Era um apelo ou uma intimação dirigida ao Presidente da República... Descrevia, a traços rápidos, as dificuldades do momento e convidava o Presidente à renúncia, para evitar derramamento de sangue... Assinavam: Augusto Tasso Fragoso, General de divisão, por si e pelo General Leite de Castro; e João de Deus Mena Barreto, General de brigada, por si e pelos generais Firmino Borba e Pantaleão Teles.

O cardeal ponderou:

– Não posso, evidentemente, servir de intermediário para encaminhar ao Presidente um documento dessa natureza. Devo, pois, devolvê-lo.

Ao que Mangabeira respondeu:

– Era o que eu faria no seu caso. Aliás, o Presidente será de tudo informado.

De volta ao Palácio Guanabara, Mangabeira transmitiu a Washington Luís a conversa com D. Leme e o conteúdo da intimação dos generais rebelados.

– Estava [o Presidente] sentado no divã da sala da biblioteca... sereno, silencioso, tendo apenas, a seu lado, em uma poltrona, o Ministro da Guerra. Narrei, depois, o ocorrido aos outros circunstantes... Não houve maior impressão. Já o desânimo lavrava. Um espírito, entretanto, se mantinha. Era o do Presidente.

– Enquanto se recolhiam quase todos ao mais expressivo silêncio; enquanto o Ministro da Guerra se limitava a dizer um ou dois vocábulos terríveis, para

estigmatizar com esse ferrete os que o tinham abandonado; enquanto se ouvi-
am apenas murmúrios, uma ou outra conversa em voz baixa, o Presidente, ora
calmo, ora irritado, perseverava em dar ordens.

– Assim, por mais de uma vez o Ministro da Guerra foi ao telefone. Perce-
bia-se que o fazia porque o Presidente ordenava: sem esperança, entretanto,
de ser obedecido. Também pelo telefone entendeu-se o Ministro da Justiça
[Viana do Castelo] com a Polícia Militar, que se soube contar, na capital,
2.600 homens.

Recebendo essa informação, Washington Luís retruca:

– Pois são suficientes. Saíam e cumpram seu dever.

“RESPONDA AO CARDEAL QUE PODEM BOMBARDEAR!”

Mas, diz Mangabeira, desta ou daquela forma, por isto ou por aquilo, a
cada força para que se apelava correspondia uma decepção; a cada decepção,
uma insistência por parte do Presidente. Faltando pouco para as 9 horas da
manhã, Mangabeira foi chamado ao telefone pelo Cardeal.

– Comunicam-me do Forte de Copacabana – diz D. Sebastião Leme – que,
se o Presidente abandonar o governo até as 11 horas, poderá retirar-se em
minha companhia e vir para minha casa. Em hipótese contrária, o Forte come-
çará a atirar com pólvora seca a partir das 9 horas. Iniciando justamente às 11
horas o bombardeio do Palácio Guanabara... Não há tempo a perder. Já são
quase 9 horas.

A reação de Washington Luís foi feroz:

– Enrubescido de indignação, ergueu-se do divã. Parte de sua família já
tinha deixado o Palácio. Sua senhora, entretanto, insistia no propósito de ali
permanecer. Chamou, em particular, o dr. Antônio Prado [Prado Júnior, pre-
feito do Rio e seu amigo] e deu-lhe instruções no sentido de, usando de certo
pretexto, fazê-la retirar-se, acompanhando-a para uma casa amiga no Cosme
Velho (família Pires Ferreira).

Voltou-se, então, para Mangabeira, como se a culpa de tudo fosse de D.
Leme:

– Responda ao Cardeal que já fiz retirar as senhoras que ainda se conservavam no Palácio, para que possam bombardeá-lo à vontade.

“Responda ao Cardeal”, não “responda aos Generais”, foi o que disse Washington Luís, transtornado. Logo, porém, recuperou a calma.

– Tornou-se mais pesada a atmosfera. Começaram a ser ouvidos os tiros de pólvora seca.

O Presidente reuniu os ministros para discutir a situação e, talvez pela primeira vez, admitiu-a sem saída:

– Os senhores conhecem a situação. Dou-lhes plena liberdade. Podem retirar-se. Penso que devem fazê-lo. Principalmente os civis.

– Aqui – interrompe Mangabeira – não há civis ou militares. Há membros do governo. V. Exa. é civil.

“Meio sorrindo”, o Presidente faz uma objeção que tem humor:

– Eu sou o comandante em chefe...

Com a concordância de todos, o Ministro da Fazenda encerra o assunto:

– Ficaremos todos a seu lado.

O que acontece em seguida é resumido por Otávio Mangabeira num dos parágrafos mais densos desse depoimento:

– Depois, queda sobre queda. O fracasso, a derrocada. Todas as notícias eram más. Repartições ocupadas. Ocupado o Palácio do Catete. Fogo aos jornais governistas. Um oficial da Polícia Militar veio fazer uma notificação: a Brigada passara a obedecer ao General Malan, um dos diretores do movimento. Percebi uma troca de palavras entre um dos oficiais da Casa Militar, comandante Braz Veloso, e um oficial de serviço. Na cidade, ao que se dizia, não havia mais legalistas. Todo o mundo era revolucionário. Bandos de populares enchiam as ruas, conduzindo bandeiras vermelhas, em pleno motim festivo. Alguns demandavam já o Guanabara.

GOIS MONTEIRO SUSPENDE A OFENSIVA

Na manhã de 24 de outubro, o Estado-Maior de Gois Monteiro ultimava os preparativos para a grande ofensiva na região de Itararé e da Capela da

Ribeira, na divisa do Paraná com São Paulo.

– De 5 a 24 de outubro – conta Virgílio de Melo Franco, que integrava o Estado-Maior de Gois – chovera copiosamente em todo o Estado do Paraná, o que dificultou sobremodo as operações militares.

– Como as previsões atmosféricas fossem melhores, tinha o coronel Gois Monteiro ordenado, para o dia 26 de outubro, a ofensiva geral na zona de Itararé e da Capela da Ribeira. Desbordando pelo flanco direito e esquerdo de Itararé e da Ribeira, as nossas forças de manobra, especialmente as de cavalaria, haviam atravessado o Rio Itararé, procurando tomar posição para cortar a retirada do adversário quando este cedesse ante a pressão do ataque geral.

Alguns dos integrantes do Estado-Maior de Gois Monteiro, como Virgílio de Melo Franco e João Alberto, estavam em Curitiba, a capital do Paraná, e concluíam as operações de transporte, para as frentes de Itararé e da Ribeira, de cerca de 40 mil homens das tropas revolucionárias. Às primeiras horas da manhã do dia 24, o operador de rádio do QG da 5ª Região Militar, em Curitiba, capta uma mensagem da estação radiotelegráfica do Campo dos Afonsos, o aeródromo da Escola de Aviação Militar do Rio, comunicando a deflagração do movimento dos generais contra Washington Luís.

Outras mensagens com a mesma informação são interceptadas e Gois Monteiro, de Ponta Grossa, ordena a suspensão da ofensiva geral, até segunda ordem.

Pouco depois, já à tarde, novo rádio de Gois Monteiro a João Alberto, Miguel Costa e Alcides Etchegoyen, que comandariam a ofensiva:

– Governo provisório Rio [a Junta dos Generais] está determinando suspensão operações militares às tropas que defendem Catete [o governo de Washington Luís]. Comando Geral Forças Nacionais [as forças revolucionárias sob o comando de Gois] determina continuação progressão no Estado São Paulo, devendo as tropas adversárias render-se, entregando armamento e munição, mesmo que seja necessário empregar força. A ocupação de São Paulo será feita progressivamente por nossas forças, cujo movimento só poderá ser detido por minha ordem.

Se a Junta determinara a suspensão das operações militares das forças que

vinham defendendo Washington Luís, forças amplamente derrotadas, isso não significava que as forças revolucionárias deveriam fazer a mesma coisa na mesma hora. As forças revolucionárias deveriam continuar seu avanço pelo território de São Paulo, mas só recorreriam à força se as tropas governistas se recusassem a entregar armamento e munição. Gois estava desconfiado.

OS JORNAIS, SEM CENSURA; A CIDADE, EM FESTA

Não é possível acreditar que Washington Luís ainda ignorasse o que acontecia, não nos quartéis, mas na cidade, desde 12 horas antes. Aquilo que Otávio Mangabeira ouvia às 9 horas da manhã da sexta-feira, 24 de outubro, começara logo depois das 9 horas da noite da véspera, quinta-feira, 23.

Como leremos nos jornais da sexta-feira, já sem censura, foi por volta das 9 horas da noite de quinta-feira (23) que os generais revoltosos fizeram hastear a bandeira nacional em seus quartéis, sinal do início das operações para a deposição de Washington Luís. A notícia se espalhou rápida. As ruas se encheram de gente.

Já às 10 horas da noite de quinta-feira, vários automóveis percorriam as ruas do Rio, inclusive a Avenida Rio Branco, sem que a polícia interviesse, distribuindo um boletim que dizia:

– Devendo chegar no dia 24 do corrente a esta Capital o General Juarez Távora, chefe da Revolução Brasileira, convida-se o povo desta cidade para esperá-lo na Avenida Rio Branco, às 5 horas da tarde, a fim de acompanhá-lo ao Palácio do Catete.

Juarez não deve chegar ao Rio na tarde de 24, mas, depois do jejum de informações imposto aos cariocas pela censura, qualquer invenção com um mínimo de plausibilidade serve para mobilizar uma cidade amordaçada há três semanas.

Só bem mais tarde, na manhã de 24, Washington Luís ficará convencido de que não conta mais com as forças da Polícia Militar. Ele desconhecerá que já não tem sequer polícia civil, para prender boateiros e apreender boletins como esses?

Numa das muitas edições dos jornais já desse dia 24, leremos um relato da deflagração do movimento na noite de 23:

– No Forte de Copacabana – diz um repórter – defrontamo-nos com o coronel Correia do Lago, que comanda o setor Oeste, compreendido pelas fortalezas de Copacabana, Lage [na entrada da Baía de Guanabara], São João [na Urca] e Vigia.

É possível que o repórter infiltrado nessa noite no Forte de Copacabana fosse o futuramente famoso dr. Roberto Marinho. A muitos de seus colaboradores na redação de O Globo, décadas depois, inclusive ao autor deste livro, ele gostava de contar sobre suas aventuras na Revolução de 1930, quando prestava serviço militar, e conseguiu, fardado, entrar em lugares dos quais outros jornalistas, à paisana, não conseguiam chegar perto. Ele não contava esses episódios para vangloriar-se, mas para estimular seus repórteres de meio século depois à corrida em busca da notícia e, de preferência, do furo de reportagem.

Ao repórter – fosse ele Roberto Marinho ou não – que conseguira penetrar no Forte de Copacabana, o que as remanescentes forças leais a Washington Luís não poderiam nem pensar em fazer, o coronel Correia do Lago informa que “o movimento hoje aqui deflagrado vinha há muito tempo sendo preparado”.

– Às 9 horas [da noite de quinta-feira, 23], que fora a ocasião determinada – prossegue o repórter – foi hasteada a bandeira nacional, sendo lida então, em presença de mais de mil pessoas, a primeira ordem do dia das forças pacificadoras.

Forças pacificadoras. Essa pode ter sido, nessa mesma reportagem, a primeira referência ao nome adotado, provisoriamente, depois da deposição de Washington Luís, pela Junta Militar.

– Nessa ocasião – prossegue o repórter – estrugiram delirantes e frenéticos aplausos. Reunidos no Forte, os Generais Mena Barreto e Tasso Fragoso tomaram providências, expedindo ordens. Pouco depois, o General Malan d’Angrogne saiu e foi tomar seu posto de comando no 3º. R.I. [Regimento de Infantaria].

Esse Regimento ficava na Praia Vermelha. Para chegar até lá, o General Malan teria de atravessar boa parte da Praia de Copacabana – uma parte do mesmo caminho dos jovens tenentes rebelados de 1922, os 18 do Forte de Copacabana, alguns dos quais, como Juarez Távora e Eduardo Gomes, estavam agora na revolução liderada por Getúlio Vargas.

Podia ser uma das piedosas metáforas com as quais a história consola os derrotados, mas agora o General Malan refazia, vitorioso e motorizado, a caminhada dos 18 do 5 de julho de 1922, como a resgatar seu heroísmo, sua generosidade e seu espírito de renúncia, tão belos e, no entanto, tão ingênuos e distantes do verdadeiro drama de seu país.

Para chegar ao 3º. Regimento de Infantaria, o General Malan teria de tomar o caminho do Túnel Velho, para Botafogo, nas imediações de uma rua que hoje homenageia aquele que, se tivesse vivido, seria com certeza o maior dos 18 do Forte: Siqueira Campos.

Siqueira sobrevivera ao massacre dos 18 do Forte, em julho de 1922, sempre atribuído ao Presidente Artur Bernardes, mas acontecido, de fato, no governo do Presidente Epitácio Pessoa. Sobrevivera ao segundo 5 de julho, a revolução de 1924. Sobrevivera aos muitos combates da Coluna Prestes, de 1924 a 1926.

Mas não estava vivo nesse dia 24 de outubro de 1930. Siqueira Campos morrera em maio de 1930, afogado nas águas do Rio da Prata, em consequência da queda de um avião no qual voltava com João Alberto de um encontro com Luís Carlos Prestes em Buenos Aires.

A caminhada de Siqueira Campos era agora retomada com êxito pelo General Malan, que não só chegaria ao 3º. R.I., na Praia Vermelha, e assumiria seu comando, como logo receberia a declaração de obediência da Polícia Militar do Distrito Federal, a última força com a qual Washington Luís supunha contar.

AVIÕES VOAM SOBRE O FORTE E SOBRE A CIDADE

Depois da saída do General Malan d'Angrogne, para atravessar Copacabana e Botafogo e chegar à Praia Vermelha, onde assumiria o comando do 3º. R.I.,

o 3º. Regimento de Infantaria, e receberia o apoio das forças da Polícia Militar no Distrito Federal, “o Forte deu as salvas convencionadas, de 13 tiros, seguindo-a as outras fortalezas, que corresponderam às salvas, sendo a última a de Santa Cruz, que só atirou às dez e meia”.

Pouco depois aviões voavam sobre o Forte, lançando um manifesto no qual era declarado que a Escola de Aviação Militar, a Escola Militar e as forças da Vila Militar estavam ao lado do movimento.

Essas informações conferem credibilidade a outra informação, no dia seguinte. Segundo essa informação, não foi só sobre o Forte de Copacabana que voaram, nessa noite, aviões da escola de Aviação Militar, lançando um manifesto no qual era declarado que a Escola de Aviação Militar, a Escola Militar e as forças da Vila Militar estavam ao lado do movimento.

Como dirá O Globo, nas edições, já sem censura, de 24 de outubro, cerca de 11 horas [da noite], uma esquadrilha de biplanos, voando sobre a cidade, atirou ao povo, aglomerado nas ruas, a seguinte proclamação – que era a intimação dos generais a Washington Luís:

– Exmo. Sr. Presidente da República. A Nação em armas, de Norte a Sul, irmãos contra irmãos, pais contra filhos, já retalhada, ensanguentada, anseia por um sinal que faça cessar a luta inglória, que faça voltar a paz aos espíritos, que derive para uma breve reconstrução urgente as energias desencadeadas para a entredestruição...

– A salvação pública, a integridade da Nação, o decoro do Brasil e até mesmo a glória de V. Exa. instam, urgem e imperiosamente comandam a V. Exa. que entregue os destinos do Brasil, no atual momento, a seus generais de terra e mar. Tem V. Exa. o prazo de meia hora, a contar do recebimento desta, para comunicar ao portador a sua resolução, e, sendo favorável, como toda a Nação livre o deseja e espera, deixará o poder com todas as honras e garantias. (aa) João de Deus Mena Barreto, General de Divisão, Inspetor Geral do 1º. Grupo de Regiões. José Fernando Leite de Castro, General de Brigada, Comandante do 1º. D.A.G. (Artilharia de Costa). Firmino Antônio Borba, General de Brigada, Subchefe do Estado Maior do Exército, Pantaleão Neves Ferreira, General de Brigada. E ainda outros generais e almirantes que não

tiveram tempo de assinar.

O relato do jornalista que passou essas horas no Forte de Copacabana termina no mesmo momento em que, desafortadamente, Washington Luís mandava dizer ao Cardeal que podiam bombardear à vontade o Palácio Guanabara, porque as senhoras já tinham sido retiradas de lá:

– Às 9 horas [da manhã], um oficial do Forte convidou D. Sebastião Leme para levar a intimação dos chefes do movimento ao Dr. Washington Luís, sendo essa missão aceita pelo nosso Arcebispo. Ignorava, porém, o coronel Lago qual a resposta à intimação.

EM VEZ DE BOMBAS, CHEGAM AO PALÁCIO OS GENERAIS

No Guanabara, ao se aproximarem as 11 horas, prazo dado pelos generais revolucionários para o início do bombardeio, Otávio Mangabeira ouve do capitão Oswaldo Rocha, da Casa Militar, que os canhões apontados para o Palácio podem reduzi-lo a cinzas em meia hora.

Não houve bombardeio, o que, aliás, não preocupava Mangabeira: se não havia necessidade de chegar a tal extremo, os generais rebeldes não iriam assumir a responsabilidade pelas vidas que seriam sacrificadas – e seriam muitas.

Em vez de bombas, houve mais dois telefonemas a Mangabeira. Um do Cardeal, dizendo que do Forte de Copacabana queriam falar-lhe. Consultado, Washington Luís respondeu que não deveriam ter qualquer contacto com os revoltosos. Outro, em seguida, do General Malan d'Angrogne, amigo pessoal de Mangabeira. Diante da reação anterior de Washington Luís, Mangabeira deu um jeito de não atender.

Por volta de 2 horas da tarde – diz Mangabeira – “já pequenos ajuntamentos de populares faziam manifestações subversivas em frente do Palácio”:

– Uma força da Polícia, que guardava o Guanabara, ainda parecia fiel. Pois ainda para ela apelou o Presidente. Que fizesse dispersar quaisquer grupos que em atitude hostil se aproximassem. Alguns soldados se movimentaram. Dadas, entretanto, as circunstâncias, seria uma imprudência. Tratou de

evitá-la. Também logo se apurou que a própria guarda falhava. Os soldados tiravam ramos das árvores do parque e com eles enfeitavam as carabinas.

O Cardeal volta a telefonar. A pedido dos líderes da rebelião, estava pronto a ir buscar o Presidente e levá-lo ao palácio episcopal. Mangabeira só pode responder que a posição do Presidente não mudou.

Os amigos mais íntimos e mais antigos insistem com Washington Luís para que desista. Não há mais como defender o governo. A mera tentativa de dissolver grupos desarmados de manifestantes em frente ao palácio teve de ser abandonada, não só porque poderia causar mortes, mas porque a guarda já não era confiável. Washington Luís, porém, resiste.

– Muito não se havia passado – prossegue Mangabeira – e soube-se que acabavam de chegar os generais emissários da subversão vitoriosa.

Estavam todos na sala da biblioteca. O Presidente, como sempre, no divã. O General Teixeira de Freitas, chefe da Casa Militar, aproxima-se do Presidente e comunica-lhe a chegada dos generais:

– Nada tenho a ver com isso – responde Washington Luís, numa atitude em que a arrogância esconde a infantilidade. Se generais rebeldes chegam ao palácio para depor o Presidente, é claro que o Presidente tem tudo a ver com isso. Deve, pelo menos, tentar prendê-los.

Disciplinadamente e com certeza sem saber mais como ser útil a um chefe tão cabeçudo, o General Teixeira de Freitas retira-se. Como o Presidente nada tinha a ver com isso, nem sequer se pediu aos generais rebeldes que se retirassem. Eles, então, decidiram ir até o Presidente.

– Foram entrando – conta Mangabeira. – Vieram até onde nos achávamos. Eram três, um atrás do outro, Tasso Fragoso, Mena Barreto, Malan. O Presidente ergueu-se. Levantamo-nos todos.

A fisionomia de Washington Luís, “mais do que em qualquer ocasião, era fechada e enérgica”. O General Tasso Fragoso dirigiu-se a ele:

– O senhor deve compreender a imensa mágoa com que hoje viemos aqui. O patriotismo nos ditou a atitude que assumimos. Aqui estamos, porém, para oferecer-lhe todas as garantias...

– Não preciso delas – interrompe o Presidente. – Dispensó-as.

O General responde:

– Mas é que realmente a sua vida está correndo perigo e queremos preservá-la.

– Nunca fiz caso da vida – teima Washington Luís. – Neste momento, desprezo-a mais do que nunca.

O General sente-se obrigado a arrematar:

– Nesse caso, o senhor responderá por todas as consequências.

– Por todas! – diz o Presidente num último e inútil gesto de desafio.

Os generais saem, cavalheirescamente, como diz Otávio Mangabeira:

– Deram, com firmeza, meia volta e retiraram-se, na mesma ordem, pelo mesmo caminho por que entraram.

Já eram eles que controlavam o próprio Palácio, tanto que entraram como entraram no gabinete do Presidente, e saíram como saíram. Poderiam ter dado voz de prisão a Washington Luís ou mandado prendê-lo. Mas preferiram ter paciência. Talvez soubessem que o Presidente levava uma pistola no bolso do paletó.

Os generais deixaram a sala da biblioteca, no andar de cima, onde estavam Washington Luís e seus auxiliares e amigos. Mas ficaram no andar de baixo, com exceção de pelo menos um ajudante de ordens, à paisana, que se aproximou de Mangabeira quando este deixou a biblioteca para ir ao telefone.

Era um moço, vestido de preto e “um tanto emocionado”:

– Dr. Mangabeira, sou o capitão Pery Beviláqua. O General Tasso Fragoso deseja muito entender-se com o senhor. Há, de parte de todos, o empenho em que tudo se conclua dignamente... Mas o Presidente está criando uma situação insustentável.

– Capitão, diga ao General Tasso Fragoso que vá conduzindo, pelo seu lado, as coisas, enquanto, por nossa parte, nos esforçamos em encaminhá-las...

O capitão desce, conversa com o General e volta:

– O General fica à espera. Pergunta se é necessário que permaneça aqui.

– Sim – responde Mangabeira. – Será conveniente.

O Ministro do Exterior já age e decide por conta própria. Era conveniente, de fato, que o General Tasso Fragoso permanecesse no Palácio:

– Com efeito. O Palácio, a bem dizer, apesar de fechados os portões, já tinha sido invadido... Foram cortadas as comunicações telefônicas... Conversamos uns com os outros, os presentes. Todos estavam de acordo em que aquele estado de coisas não podia continuar... Fui até onde estava o Presidente, na sala da biblioteca.

– Sentei-me a seu lado. Entrei a considerar. A situação estava extinta. Estava acabado o governo. Não havia mais um soldado que lhe obedecesse às ordens. Cessara, por conseguinte, a autoridade. As repartições, os ministérios, o Telégrafo, a Central [estrada de ferro], o Palácio do Catete, o próprio Guanabara se achavam já ocupados. Nossa presença ali, por conseguinte, passava a ser humilhante.

– O Presidente já se encontrava mais calmo. Mas fez ver que o resultado não dependia de nós... Senti-me, desde aí, habilitado a ir ao General Tasso Fragoso. Fui. Conferenciamos os três, ele, o General Malan d'Angrogne e eu, no pavimento térreo.

A CAPITULAÇÃO DE WASHINGTON LUÍS

Depois dessa conversa, Mangabeira subiu. Washington Luís já se rendera às evidências da situação e percebera que o poder descera do andar de cima, onde ele estava, para o andar de baixo, onde permaneciam os generais rebeldes.

– Perguntei-lhe se queria reunir os seus papéis, que, alguns, em pequenas pastas, se encontravam nas mesas de trabalho. Indagou, a sorrir, se seria permitido. Fê-lo. Transmiti aos demais circunstantes o ocorrido.

– Tratei de fazer vir o Cardeal. Os telefones já não funcionavam. O próprio General Tasso Fragoso mandou um oficial, em um automóvel, buscar D. Sebastião Leme.

– Aquilo parecia interminável. As cenas eram as mais desoladoras. O 3º. Regimento, comandante o coronel José Pessoa, tomou a si a guarda do palácio. Sentinelas, de baioneta calada, foram postadas nas portas, em todas as passagens, mesmo onde estávamos. Já não se podia circular.

Ou seja, já eram todos prisioneiros.

– D. Leme demorava. Soube, afinal, que chegara, mas permanecia em conferência, no pavimento inferior, com os chefes militares.

Só meia hora depois o Cardeal subiu. Mangabeira notou-o “um tanto agitado”.

– O Presidente não irá mais para a minha casa. Irá preso, para um navio ou para o Forte de Copacabana. Presos também serão os Ministros da Guerra e da Justiça.

Mangabeira protesta:

– Não foi isso o que me disseram.

– Mas, agora – responde o Cardeal – as coisas sofreram modificações. É o máximo que se pode conseguir. E não há tempo a perder. Vamos retirar o Presidente.

Se deixado à própria sorte, Washington Luís seria no mínimo humilhado pelos grupos revolucionários improvisados que começavam a cercar e a invadir o palácio, já com a adesão de elementos da guarda. Nesse momento, felizmente, a atitude de Washington Luís mudou.

– O Presidente – diz Otávio Mangabeira – cessada no seu espírito a preocupação da resistência, passou a assumir atitude relativamente tranquila. Serenidade, se não indiferença. Recebeu D. Sebastião, o General Tasso Fragoso... As luzes, nesse momento, se acenderam. Caía a tarde.

– Foi coisa de poucos minutos. O Presidente abraçou, um por um, os seus ministros, o prefeito, os membros das Casas Civil e Militar, os seus filhos, em suma os que lhe foram companheiros naquela triste jornada. Tinha no rosto o costumado sorriso. Não manifestava comoção. Houve, entretanto, mais de um no grupo que não conteve as lágrimas.

Os dois automóveis que deixaram em seguida o Guanabara lograram os manifestantes que esperavam a saída do Presidente deposto pela frente do Palácio. A saída foi pelo lado do Palácio que dá para a sede e para o estádio do Fluminense Futebol Clube. Num deles, fotografado pelo O Globo, veremos no dia seguinte o perfil de Washington Luís, ladeado pelo Cardeal Leme.

– Chegando ao Forte de Copacabana – diz Otávio Mangabeira nesse depo-

imento – o Presidente [Washington Luís], mantendo a mesma atitude, entregou ao comandante a arma que trazia.³⁰⁵

Já era noite no Rio.

O QUE DIZEM OS JORNAIS

Sorte de Washington Luís se não teve tempo de receber e ler os jornais de 24 de outubro.

O Globo sai, como habitualmente, às 5 horas da tarde, já sem censura e com um editorial de primeira página, no qual diz:

– A cidade, que tanto vinha sendo angustiada pelo regime de terror policial, que lhe negava o direito de comentar a situação política em que se imolava a flor de nossa mocidade, acordou hoje desoprimida. O termo da luta, por mercê de Deus, não nos exigiu aqui no Rio nenhuma efusão de sangue, ocorrendo tudo pacificamente, pode-se dizer.

Em São Paulo, a reação dos jornais varia. Na manhã de 25 de outubro, O Estado de S. Paulo³⁰⁶ anuncia, feliz, na primeira página:

– O BRASIL respira! – não deixando dúvidas quanto à sua satisfação.³⁰⁶

É diferente a reação do Correio Paulistano, órgão oficial do Partido Republicano Paulista.

Antes da revolução, o Correio Paulistano faz questão de elogiar, sempre, a posição conservadora de Borges de Medeiros. Depois das eleições, Vargas é apresentado como alguém integrado nas melhores normas republicanas. Ele tem, pois, a escolher, duas estradas: uma, essa que lhe aponta Borges de Medeiros; a outra, a da aventura. O Correio Paulistano conclui:

– Não nos enganaremos, ele vai escolher a de casa.

Vargas, porém, escolhe a outra, a via revolucionária.

O jornal se enganou. Quando estoura a revolução, o jornal clama pela

³⁰⁵ O depoimento de Otávio Mangabeira figura na íntegra em Hêlio Silva, 1930: A Revolução Traída, apêndice.

³⁰⁶ Vavy Pacheco Borges, Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista, pg. 107.

unidade nacional e ressalta “o nefando desejo de humilhar os paulistas, destruir suas realizações, aniquilar sua fortuna conquistada...”³⁰⁷

Nas vésperas da entrada das forças revolucionárias em São Paulo, o *Correio Paulistano* escreve:

– Em São Paulo não se entra!

Quando, a 24 de outubro, a Junta Militar formada no Rio depõe o Presidente Washington Luís, o jornal entra em delírio. E acusa Getúlio Vargas. Acusa-o de ter implantado no Sul “o regime comunista, apropriando-se da fortuna particular... Agrediu violentamente os proprietários, fulminou os latifúndios, cuja existência não admite, começou processar todo mundo, afirmando que distribuiria com seus soldados a fortuna e os bens dos paulistas. Condensou, como se vê, os princípios comunistas, começando a praticá-los com a requisição de fundos...”³⁰⁸

Getúlio Vargas comunista? Deviam perguntar a Luís Carlos Prestes, que recusara a chefia do Estado-Maior da Revolução precisamente por achar Getúlio Vargas um insuportável reacionário anticomunista. Pobre *Correio Paulistano*, que também não entendeu nada!

³⁰⁷ *Idem*, pp. 98 e 99.

³⁰⁸ *Idem*, pg. 99.

CAPÍTULO 43

OUTUBRO 24 E 25, 1930

MANTER EM ANDAMENTO, E NO MESMO RITMO, AS OPERAÇÕES

REVOLUCIONÁRIAS

ORDENS E DECISÕES DE CABEÇA FRIA

O RISCO ERA, UMA VEZ SUSPENSAS AS AÇÕES MILITARES DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS E INICIADA A DESMOBILIZAÇÃO DESTAS, AS FORÇAS GOVERNISTAS EM SÃO PAULO NÃO FAZEREM O MESMO E PARTIREM PARA A CONTRA-OFENSIVA. ISSO PROLONGARIA A FASE MILITAR DA REVOLUÇÃO E, EM VEZ DE SOLUCIONAR, AGRAVARIA TODOS OS PROBLEMAS.

Na manhã de 24 de outubro, ao receber a notícia da rebelião dos generais, no Rio, contra Washington Luís, Vargas decide manter em andamento, e no mesmo ritmo, as operações militares da revolução.

A rebelião dos generais, no Rio, resultava, em parte, da iniciativa do próprio Vargas, em setembro.

Oswaldo Aranha fora comunicar-lhe que tudo estava pronto para a revolução, faltando apenas marcar a data. Vargas levantara, então, uma hipótese nova. Era preciso mandar ao Rio alguém de confiança, para conversar com os generais simpáticos ou menos fechados à revolução. O governo de Washington Luís poderia decompor-se e cair antes da chegada das forças revolucionárias ao Rio, já que elas teriam alguma demora em Itararé, antes de entrar em território de São Paulo e atravessá-lo, rumo ao Rio.

Considerada tal hipótese, era preciso assegurar que alguns generais, no Rio, se comprometessem a impedir a anarquia na cidade, em caso de colapso do governo de Washington Luís.

Lindolfo Collor foi o emissário mandado ao Rio em setembro, com essa missão, e os generais consultados não puderam assumir qualquer compromis-

so formal com a revolução, ou por serem contra a ruptura da legalidade ou por não exercerem funções de comando na Capital da República. (Um deles, o General Tasso Fragoso, alertou que, tendo sido sempre legalista, não admitia a hipótese de agir contra o governo.)

Mas a teimosia de Washington Luís e a brutalidade inútil de medidas por ele tomadas, como a convocação dos reservistas, foi mudando a atitude dos comandantes militares. Nas primeiras reuniões que realizaram, a ideia de um movimento para depor Washington Luís e abreviar a revolução recebeu o apoio de oficiais com importantes funções de comando, como o General Mena Barreto, comandante do 1º. Grupo de Regiões Militares.

Agora esses generais organizavam uma “Junta Pacificadora” e depunham o Presidente Washington Luís, com o objetivo de impedir maior derramamento de sangue.

Vimos, no capítulo anterior, como foi elegante o comportamento dos generais da Junta com Washington Luís. Mas a Junta não agia em nome da revolução, e, sim, em nome da ideia da pacificação nacional. Desde o início formara-se, ao redor dela, o grupo dos que queriam perpetuá-la ou prolongar sua duração, de modo a evitar a entrega do poder a Getúlio Vargas.

Getúlio e a revolução tinham a legitimidade de sua luta, iniciada em 1928, da campanha eleitoral, de janeiro a março de 1930, e da própria eleição de 1º. de março, na qual foram roubados.

A Junta “Pacificadora” do Rio só tinha a seu crédito a derrubada e a prisão de Washington Luís. Mas queria transformar-se em governo provisório. Daí a decisão de Vargas, ainda no dia 24, de prosseguir com o avanço militar da revolução.

Ele recebera em Ponta Grossa um telegrama circular que a Junta passara a todos os governos estaduais:

– Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, com a cooperação da massa popular, as classes armadas realizaram hoje, sem efusão de sangue, a mudança na alta administração do país, no patriótico intuito de pôr um paradeiro à chacina que ameaçava degradar a família brasileira. O ex-Presidente foi recolhido ao entardecer ao Forte de Copacabana; o ex-Ministro da Justiça ao 1º.

Regimento de Cavalaria; o ex-Ministro da Guerra, à Fortaleza de São João; os demais ministros em liberdade. A Junta Provisória apela para que todos os brasileiros suspendam imediatamente quaisquer hostilidades. Saudações. Pela Junta Provisória (a) General Tasso Fragoso.

Vargas devia saber que a Junta ainda não estava decidida a entregar-lhe o poder. Já na manhã desse dia 24, o deputado gaúcho Ariosto Pinto apresentou-se no Forte de Copacabana ao General Mena Barreto, que o incumbiu de comunicar às lideranças revolucionárias a posição da Junta: seus integrantes discordavam, em absoluto, “de que o dr. Getúlio Vargas assumisse o poder a título de Presidente eleito”.

Ariosto Pinto não discutiu. Tinha até a impressão de que o melhor seria adotar a fórmula da proclamação da República, em 1889: organizar um governo provisório cujo chefe seria um de seus integrantes.

Também a Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior revolucionário, o General Tasso Fragoso telegrafou no mesmo dia:

— Comunico distinto camarada que movimento [que] triunfou no Rio teve por objetivo principal evitar derramamento de sangue brasileiro. Confio, pois seu patriotismo imediata suspensão hostilidades.

Se esse apelo fosse atendido de imediato, sem maior exame e discussão, as consequências poderiam ser péssimas. Já em São Paulo o Comandante da 2ª. Região Militar, General Hastínfilo de Moura, aderira à Junta e assumira o governo do Estado. (O ainda Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, já se refugiara no consulado britânico.)

Não podendo repor Washington Luís na Presidência, partidários seus em São Paulo querem ao menos deter a revolução – e esse poderia ser o propósito do General Hastínfilo.

Era essa a posição do Correio Paulistano, o velho jornal do Partido Republicano Paulista. Quando começa a revolução, o Correio diz que ela é inspirada pelo “nefando desejo de humilhar os paulistas”.

Nesse clima, o risco era, uma vez suspensas as ações militares das forças revolucionárias e iniciada a desmobilização destas, as forças governistas em São Paulo não fazerem o mesmo e partirem para a contraofensiva. Isso pro-

longaria a fase militar da revolução e, em vez de solucionar, agravaria todos os problemas.

A JUNTA PEDE UM ENCONTRO COM VARGAS

Na manhã de sábado, 25, a Junta volta a telegrafar a Vargas:

– As grandes dificuldades de ontem, para assegurar a ordem pública e apelar com dignidade e acatamento anterior governo, impediram-nos informar pormenorizadamente V. Exa., cuja presença aqui é urgentíssima. Apelamos para V. Exa., a fim de que sejam imediatamente suspensas hostilidades que porventura ainda persistem. Idênticas providências neste momento reiteramos forças federais em todo o território nacional.

É uma desculpa esfarrapada, mas Vargas responde na mesma hora:

– Agradeço comunicação V. Exa. e reconheço objetivos patrióticos determinaram forças federais Rio, abreviando desfecho revolucionário. Desconhecendo, porém, propósitos Junta organizada Rio, que não esclarece se aceita princípios revolução brasileira, bem como solução já alvitrada, acho preferível V. Exa. mandar aqui emissário incumbido esclarecer e tratar situação um tanto confusa, visto considerar no momento sem objetivo minha ida aí... Quanto à solução definitiva da situação militar, ficará subordinada à solução definitiva da situação política.³⁰⁹

Em depoimento publicado muito tempo depois, o General Tasso conta qual foi sua reação a essa resposta de Getúlio Vargas:

– Diante desse telegrama e de outros que vinham chegando, inclusive das demais frentes, denunciadores da resistência à ideia da suspensão da luta por parte dos revolucionários, convenci-me de que a suspeita da nossa ambição política era uma realidade e talvez por isso o dr. Getúlio Vargas não queria vir ao nosso encontro para lhe entregarmos o poder e dar-lhe explicações verbais.³¹⁰

Nesse depoimento, o General diz que convidara Vargas a seguir com urgência para o Rio, não só para dar-lhe explicações, como também para passar-

³⁰⁹ Hélio Silva, 1930, *a Revolução traída*, pp. 394 e 395.

³¹⁰ Tasso Fragoso, citado por Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pg. 395.

lhe o governo. Mas isso só é dito, e pela primeira vez, no telegrama que o General passa em seguida a Vargas, em resposta à resposta deste:

– Meus esforços têm-se concentrado exclusivamente na manutenção da ordem e conservação aparelho governamental. Estou pronto e foi sempre esse meu pensamento, a passar o governo a V. Exa. quando V. Exa. aqui se apresentar.

Nesse telegrama, o General nada diz sobre a afirmação de Vargas de que “a solução definitiva da situação militar ficará subordinada à solução definitiva da situação política”.

Se fosse ao Rio naquele momento e aceitasse assumir ali a chefia de um governo provisório, Vargas faria isso sem resolver o principal problema da situação política, que era a questão de São Paulo. Ele não poderia assumir o governo federal sem que a revolução assumisse o governo de São Paulo e os comandos militares em São Paulo.

Em telegrama à Junta do Rio, Oswaldo Aranha descreve qual é a situação militar e a situação política no conjunto do país – razão pela qual a revolução não pode fazer certas concessões:

– As forças nacionais [revolucionárias] estavam de posse de mais de metade do nosso território e contavam com dois terços da população brasileira, quando, correspondendo à expectativa do país e aos compromissos assumidos conosco, foi feito o movimento da capital chefiado por V. Exa. Quinze governadores da revolução estão em seus Estados e continuarão pondo em prática as medidas civis e militares necessárias.

– Nessa emergência, os demais, São Paulo, Bahia, Estado do Rio, estão sendo invadidos por forças invencíveis, porque recebem a adesão das outras forças e das populações. Apenas o Amazonas e a capital não estavam atingidas, aquela pela distância, esta pelo terror e pela mentira oficiais.

– Forças nacionais compostas de mais de 70 unidades das 100 do Exército brasileiro, acrescidas das forças policiais de 15 Estados e de um voluntariado que só no Rio Grande atinge a soma de cem mil, marcham para seus objetivos... Não podemos ficar no meio do caminho...³¹¹

³¹¹ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 249.

GOIS MONTEIRO ENDURECE E AMEAÇA A JUNTA DO RIO

Gois Monteiro, por sua vez, telegrafa à Junta:

– Nossas forças, mais de trinta mil homens, estão ocupando o sul do Estado de São Paulo e prosseguirão nesse avanço até completa submissão. Devo manifestar desejo Estados do Sul, face atuais circunstâncias... acatar vontade povo brasileiro expressa últimas eleições presidenciais, isto é, investindo chefia... governo Dr. Getúlio Vargas, eleito e esbulhado Congresso Nacional, uma vez ouvidos principais chefes revolução Minas, Norte, Rio Grande do Sul.³¹²

Em outros rádios, Gois Monteiro toma posições cada vez mais duras. O primeiro é uma circular à Junta do Rio, a todos os Governadores dos Estados, quinze dos quais investidos pela própria revolução, e ao General Juarez Távora, “onde estiver”. Juarez vinha sendo tratado como General e dominava uma enorme região, que se estendia do Maranhão à Bahia.

Nesse rádio, que é na verdade uma interpelação e uma intimação à Junta Militar do Rio, com cópia para os governos estaduais revolucionários e para Juarez Távora (já considerado “Vice-Rei do Nordeste”), Gois Monteiro leva ao conhecimento dos destinatários “o pensamento dominante entre as forças revolucionárias vitoriosas”:

– A) O Governo Provisório deverá ter por chefe o Dr. Getúlio Vargas...

– B) Essa investidura não só se justifica pela qualidade... de Chefe da Nação que o sr. Getúlio Vargas encarna, por expressão da vontade popular, como por sua qualidade... de General em chefe das Forças Nacionais...

– C) O governo chefiado pelo sr. Getúlio Vargas dirigirá os Estados Unidos do Brasil sem compromissos previamente assumidos, a não ser os enfeixados no programa da Aliança Liberal e consubstanciados em sua plataforma lida na Capital da República.

D) A duração do governo revolucionário... será de tempo indeterminado, até conseguir a normalização dos negócios públicos e a reconstrução gradual do país...

³¹² Idem, *ibidem*.

Um segundo rádio é dirigido aos Generais Andrade Neves e Malan d'Angrogne, que não integravam a Junta Militar (composta dos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e do Almirante Isaías de Noronha), mas colaboravam íntima e intensamente com ela. Esse rádio parece responder a mais um pedido da Junta para que as forças revolucionárias suspendam suas ações militares. Ele não é assinado pelo coronel Gois Monteiro, mas por seu chefe de gabinete, Capitão Dubois Ferreira:

– Coronel Gois Monteiro deseja, antes de tomar qualquer atitude no sentido de suspender hostilidades, que a Junta declare, positivamente, se aceita ou não os quatro itens constantes da circular remetida.³¹³

Essa cobrança pode não ter sido atendida porque, ainda na noite de 25, talvez na madrugada de 26, Gois radiografa (napoleonicamente, talvez) “aos chefes dos Estados em poder da revolução e chefes das Forças Nacionais [como cada vez mais eram chamadas as forças revolucionárias] no Norte do país e em Minas”:

– A partir do meio dia de hoje [domingo, 26 de outubro] a ofensiva recomeçará contra todo elemento que se opuser ao nosso avanço e recusar depor armas. As hostilidades só cessarão, noutro caso qualquer, por ordem expressa do Chefe do Estado Maior do Presidente Getúlio Vargas, chefe supremo da revolução, ordem cuja confirmação os chefes desses Estados revolucionários devem obter de Ponta Grossa, se não tiverem cifra com este Quartel-General.

Afinal um último rádio ao coronel Lúcio Esteves, amigo de Gois e, sem o saber, um dos motivos da transferência deste, mais de um ano antes, para o Rio Grande do Sul.

– Completando meu despacho anterior, devo acrescentar que a atitude indecisa da Junta aí, entre outros prejuízos de ordem moral e material fáceis de prever, provoca desconfiança e impede que sejam desmobilizados [desde] já numerosos corpos irregulares do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. O momento exige, sem demora, que se trate sem demora do restabelecimento da ordem e da reconstrução imediata da nacionalidade sobre bases sólidas; e para

³¹³ Idem, pg. 251.

isso é preciso não ter vacilações...

Esse último rádio recebe resposta do coronel Lúcio Esteves:

– Acabo de chegar ao Catete. Não me foi possível entendimento com a Junta Governativa, cujos membros, fatigados, já se haviam recolhido a suas residências... Confio no patriotismo dos valorosos companheiros, para aguardarem mais algumas horas. Deliberação da Junta Governativa impossível de obter agora, pelo motivo declarado.³¹⁴

Os generais da Junta, porém, acabam por acordar ou são acordados, e respondem ao ultimato de Gois.

– A Junta, em resposta ao meu ultimatum – diz ele em suas memórias – comunicou a Ponta Grossa a sua intenção de transmitir o governo ao sr. Getúlio Vargas, logo que chegasse ele ao Rio de Janeiro. Por essa razão, transmiti ordem a todos os setores onde as armas revolucionárias estavam dominando, para cessarem definitivamente as operações militares, ao mesmo tempo encaminhando as forças do Norte, de Minas e do Sul para ocuparem São Paulo e o Rio de Janeiro.³¹⁵

TRENS COM TROPAS EM DIREÇÃO AO NORTE

No diário, Vargas registra que as tropas revolucionárias continuam passando, em direção ao Norte:

Os trens se sucedem dia e noite, conduzindo forças do Exército e civis, vibrantes, entusiásticas. O estado-maior continua alojado num prédio do club da cidade, e eu, com as minhas casas Civil e Militar, no trem na estação.

Recebo comunicação da Junta Militar do Rio, chamando-me com urgência. Respondo que enviem emissários, uma vez que a Junta não precisa seus intuitos. Esses emissários devem chegar amanhã.

O General Hastinfilo assume o governo de São Paulo e me telegrafa pedindo para cessar as hostilidades. Respondo [ser] necessária a ocupação daquele

³¹⁴ Idem, pp. 251 e 252.

³¹⁵ Lourival Coutinho, O General Gois depõe, pg. 137.

Estado por tropas de confiança, e o estado-maior expede instrução aos exércitos da frente para que exijam a rendição dos adversários. Fica assentada a ocupação militar de São Paulo. Oswaldo comunica-se com Minas e Juarez, que permanecem fiéis aos princípios da Revolução, não aceitando a autoridade da Junta.

Oswaldo telegrafa-me, propondo ir assumir o governo para entregar-me constitucionalmente a 15 de novembro. Respondo-lhe que as medidas excepcionais que precisam ser tomadas não comportam um governo constitucional, devendo essas medidas estender-se além de 15 de novembro.

Todo o dia e à noite, até a hora de acomodar-me, continuo recebendo milhares de telegramas de felicitações, cruzando comentários de toda a sorte sobre acontecimentos, e demonstrações de júbilo e entusiasmo popular.³¹⁶

A decisão do comando revolucionário sobre a ocupação militar de São Paulo é transmitida por Vargas ao General Tasso e ainda nessa tarde fica combinada a viagem de emissários do Rio a Ponta Grossa, para explicar o que ocorreu na Capital Federal e reiterar “nossa decisão irrevogável [da Junta] de passar-lhe [a Vargas] o governo com a máxima rapidez”.

Os emissários serão o deputado Ariosto Pinto, o coronel Coelho Neto, o tenente-coronel Lúcio Esteves e o capitão Paiva Chaves. Eles seguirão no dia seguinte, de manhã cedo, de avião. Devem desembarcar em Paranaguá, no litoral do Paraná, e seguir de trem até o QG revolucionário de Ponta Grossa.

Um decreto da Junta, nesse sábado, manda desincorporar os reservistas convocados por Washington Luís: eram todos os homens de 21 a 30 anos que tinham concluído o serviço militar classificados na primeira e na segunda categoria. Só sobravam, praticamente, os considerados, por razões de ordem médica, incapazes para o serviço militar.

A CONVERSA PELO RÁDIO COM AFRÂNIO DE MELO FRANCO

A pedido de Gois Monteiro, Virgílio de Melo Franco seguira de Curitiba para Ponta Grossa, o que teve de fazer numa locomotiva, e só chegou às 11

³¹⁶ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pp. 16 e 17.

horas da noite do dia 25, sábado. Gois reconstituiu sumariamente os eventos da véspera no Rio e expôs suas desconfianças:

– Os acontecimentos, porém, na opinião do Coronel Gois, iam tomando um rumo misterioso... A Junta nomeara o General Hastínfilo de Moura – comandante legalista da 2ª. Região Militar – Interventor em São Paulo e, além disso, tomara outras deliberações sem a menor consulta ao sr. Getúlio Vargas, a quem apenas se dirigira em forma circular.

Virgílio acrescenta:

– Por mais friamente que se considerassem os acontecimentos, dizia-me o coronel Gois Monteiro, tinha-se de chegar à conclusão de que a Junta pretendia sobrepor sua autoridade à dos verdadeiros chefes da revolução.

O que Gois Monteiro queria naquele momento era que Virgílio tentasse entender-se pelo rádio com seu pai, o Embaixador Afrânio de Melo Franco, que fora mandado buscar na Embaixada do Peru, na qual estava asilado, para assumir o Ministério das Relações Exteriores.

Virgílio deu sorte, porque, quando chegou à cabine de rádio do QG de Ponta Grossa, a estação estava em comunicação com a do Palácio do Catete, no Rio. Além disso, o Embaixador Melo Franco estava nesse momento no Catete e é chamado à cabine radiotelegráfica.

De Ponta Grossa, Virgílio dita ao operador:

– Estou falando de Ponta Grossa. O Presidente Getúlio Vargas pede a você que se entenda com o General Tasso Fragoso, chefe da Junta Governativa, a fim de verificar quais são as suas intenções. Nós estamos inteiramente vitoriosos. A guarnição de Itararé acaba de se entregar e as nossas tropas vão progredindo rapidamente [pelo território de São Paulo].

– É intenção do Presidente Getúlio evitar o mais que puder o sacrifício de vidas. No entanto, ele está disposto a continuar a luta, caso não se resolva a situação aí. Até agora, o Presidente não conseguiu apurar ao certo quais são os intuitos da Junta. Entretanto, nós temos apreendido rádios do General Azevedo Costa intimando o governo de Minas a se render.

– Calou profundamente mal aqui o fato de ter assumido a Presidência de São Paulo o General Hastínfilo de Moura. O pensamento do Presidente e de

todos aqui é de absoluta serenidade. Nem por isso, porém, eles concordam em que a situação seja entregue a elementos que, há bem poucos dias, eram sustentáculos do governo deposto. Se você puder, reforce nossas comunicações a Minas e ao Norte, para que só recebam instruções do Presidente Getúlio, do Oswaldo Aranha ou do Coronel Gois Monteiro. Vou bem e peço que você me abençoe.³¹⁷

A comunicação de Virgílio de Melo Franco ao pai introduz uma nova informação, um fato novo e inquietador no enredo revolucionário.

Já se sabia da desconfiança causada pela investidura do General Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª. Região Militar, no governo de São Paulo. O General fora fiel a Washington Luís e ao ainda Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, não até o fim, mas quase até o fim.

Quando teve certeza da queda de Washington Luís e da absoluta desimportância, daí em diante, do ainda Presidente de São Paulo e ex-quase futuro Presidente da República Júlio Prestes (já asilado no Consulado Britânico em São Paulo), o General Hastínfilo correu a assumir o governo do Estado, a pretexto de "colaborar" com a pacificação do país, e conseguiu o endosso da Junta do Rio, que o nomeou interventor em São Paulo sem consultar Vargas.

Mas Virgílio comunica ao Embaixador Afrânio de Melo Franco outro fato da maior gravidade. Um General que fala em nome da Junta do Rio, Azevedo Costa, intima o governo de Minas a render-se. Por que?

A Junta intimara Washington Luís a render-se e afinal o retirara à força da Presidência e do Palácio Guanabara porque ele afrontava a consciência do país, não só pelo modo como conduziu o governo na campanha eleitoral e nas eleições de 1º. de março de 1930, como pela brutalidade de seu procedimento em seguida ao 3 de outubro, nas semanas de luta armada da revolução.

Depor Washington Luís estava na lógica dos fatos daquele momento. Por que, porém, um General em comando exigir, depois da derrubada de Washington Luís, a renúncia do governo mineiro, chefiado agora pelo velho, mas rijo e valente Olegário Maciel, que, aliás, fora um dos esteios da revolução?

³¹⁷ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pp. 253 e 254.

O pai ao qual Virgílio de Melo Franco pede a bênção tem apenas 60 anos. O filho está com 33 e ainda pede a bênção. Que belos tempos! O pai responde pelo rádio telégrafo:

– Deus te abençoe. Penso que é urgente cessar as hostilidades, uma vez que a nossa vitória está assegurada. Há, certamente, alguma confusão, explicável, nos primeiros momentos, quando existe ainda certa desarticulação nos elementos. Em São Paulo tem havido alguma perturbação, também natural em cidade cosmopolita. Era indispensável garantir aí ordem material, razão pela qual Junta aceitou colaboração General Hastínfilo.

– Entretanto, poder-se-á constituir, até, uma Junta Provisória, com elementos que inspirem confiança Presidente Getúlio. Penso que será ótima medida vinda urgente Presidente Getúlio, tomar parte governo como presidente Junta... Não devemos esquecer que é mais difícil organizar a paz que a guerra. Um abraço ao Presidente Getúlio e beijos a ti.³¹⁸

Vargas toma conhecimento dessa troca de mensagens entre Virgílio e o Embaixador Afrânio de Melo Franco e na mesma hora redige um telegrama ao Embaixador:

– Acho-me na fronteira de São Paulo, com trinta mil homens de tropas do Exército e do povo dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, perfeitamente armados e municiados, agindo em combinação com Minas e com o Norte, não para depor o sr. Washington Luís, mas apenas para realizar o programa da revolução.

– As tropas nacionais do Sul, que podem ser aumentadas para o dobro, se necessário – pois ainda não pôde ser transportado para a frente um total mobilizado equivalente ao que se acha em operações – têm plena consciência de sua missão, como têm possibilidades materiais para realizá-la.

– Sou apenas uma expressão transitória da vontade coletiva. Os membros da Junta do Rio de Janeiro serão aceitos em caráter de nossos colaboradores, porém não como dirigentes, uma vez que seus elementos participaram da revolução quando esta já estava virtualmente vitoriosa. Nessas condições, en-

³¹⁸ Idem, pg. 254.

trarei com forças do Sul no Estado de São Paulo, que será ocupado por tropa de confiança, resolvendo ulteriormente sobre minha ida ao Rio.

– Desnecessário será dizer que a marcha sobre São Paulo e sua consequente ocupação visa apenas a garantias de ordem militar, das quais não podemos prescindir, não havendo o menor propósito de hostilizar ou humilhar os nossos irmãos daquele Estado, que só nos merecem estima e apreço.

O telegrama conclui com um gesto amistoso, que o Embaixador Melo Franco saberá valorizar junto aos generais da Junta:

– Antes de iniciar, amanhã, minha marcha para São Paulo, ouvirei qualquer ponderação que a Junta me queira fazer.³¹⁹

A esse telegrama, que fica encarregado de transmitir ao pai, Virgílio acrescenta, como coisa sua, mas sem dúvida que endossada ou solicitada por Vargas, o seguinte adendo, que o Embaixador compreenderá perfeitamente e explicará aos generais da Junta:

– Caso a Junta persista aí em não se manifestar claramente sobre seus propósitos, o Presidente Getúlio Vargas vai consultar os governos de Minas e do Norte do país sobre a conveniência de se instalar um outro governo federal. Todos nós confiamos na sua ação, no sentido de orientar essa divergência de pontos de vista entre a Junta e os verdadeiros promotores do movimento vitorioso, para uma solução que poupe ao Brasil maiores sacrifícios. Peço a você que me abençoe.³²⁰

³¹⁹ Idem, pg. 256.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 44

OUTUBRO 26 A 30, 1930

OSWALDO ARANHA, NO RIO, ACERTA A POSSE DE VARGAS

DEPOIS DA VITÓRIA MILITAR, A VITÓRIA POLÍTICA

GETÚLIO VARGAS NÃO ASSUMIRIA A PRESIDÊNCIA DAQUELA JUNTA OU DE QUALQUER OUTRA – OU SEJA, NÃO HAVERIA JUNTA ALGUMA. VARGAS ASSUMIRIA COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REVOLUÇÃO. E OS GENERAIS DA JUNTA IRIAM PARA CASA.

Na manhã de segunda-feira, 26, João Alberto, que ficara em Curitiba, chega a Ponta Grossa.

– Pela manhã – diz Virgílio de Melo Franco – tivemos uma conferência com os srs. Getúlio Vargas e Gois Monteiro. Daí a ideia de seguir o sr. João Alberto imediatamente para São Paulo, com as mesmas credenciais de que fora armado no Paraná, quando da queda do governo do sr. Afonso Camargo.

João Alberto parte como delegado militar em São Paulo, acompanhado por Maurício Cardoso, Luís Aranha, Assis Chateaubriand, Paulo Nogueira Filho (um dos principais dirigentes do Partido Democrático de São Paulo) e Virgílio de Melo Franco. Em Itararé reunir-se-iam a eles o General Miguel Costa e João Neves da Fontoura.

Como as operações militares das forças até então fiéis ao governo tinham sido suspensas pela Junta Militar, e as das forças revolucionárias acabavam de receber ordens para fazer o mesmo, a delegação chefiada por João Alberto embarcou acompanhada apenas por uma escolta de algumas dezenas de homens.³²¹

³²¹ Idem, pp. 257 e 258.

No diário, Getúlio Vargas escreve:

Recebo várias comissões municipais que vêm cumprimentar-me. Algumas tropas civis vindas do Rio Grande e um batalhão de Curitiba têm ordem de regressar, por motivo da terminação das hostilidades. Esta se verifica em virtude do telegrama do General Tasso Fragoso, dando explicações sobre a atitude da Junta e reiterando o convite para ir ao Rio. Respondo em termos cordiais e comunico que foram expedidas ordens de suspensão das hostilidades.

Segue para São Paulo o coronel João Alberto, em missão especial para examinar a situação e propor as modificações que achar necessárias. Mantém a decisão de ocupar militarmente São Paulo, como medida de garantia. Em companhia de João Alberto, seguem Virgílio de Melo Franco, Maurício Cardoso, Paulo Nogueira e outros, devendo, ao passar em Sengés, convidar João Neves e Flores. Telegrafo a Oswaldo Aranha para que siga para o Rio de Janeiro, a fim de acomodar as coisas.

Ao meio-dia, compareço a um churrasco oferecido nos arredores da cidade pelo coronel Vítor Batista. Festa agradável. À noite, compareço a um baile. Quando dançava, fui interrompido pela notícia da chegada de uma comissão enviada pela Junta Militar do Rio. Deixo o baile e venho com a comissão e o coronel Gois para o meu trem. Esta é composta dos coronéis Lúcio Esteves, Coelho Neto, deputado Ariosto Pinto e tenente Floriano. Trazem um ofício da Junta, reiterando o convite para seguir para o Rio. Explicam o propósito da Junta, que nada quer e tem pressa da minha viagem, para normalizar a situação. Conversamos até tarde da noite, ficando o resto para o dia seguinte.

Parece assunto mais melindroso a nomeação, feita pela junta, do General Hastínfilo para governador de São Paulo. À tarde telegrafei a Oswaldo Aranha para que seguisse para o Rio, esperar-me lá. Nomeei Miguel Costa comandante da Força Pública de São Paulo.³²²

Esse registro do diário de Getúlio Vargas foi feito já na madrugada do dia 27, pois menciona o encontro de Vargas com os emissários da Junta do Rio,

³²² Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pp. 17 e 18.

entre os quais o deputado gaúcho Ariosto Pinto. O grupo embarcara cedo, no Rio, num hidroavião de carreira, e descera em Paranaguá, no litoral do Paraná, seguindo daí a Ponta Grossa em trem especial.

Mesmo em condições normais, essa viagem seria demorada. A subida do litoral até o planalto em que fica a capital do Paraná, Curitiba, a cerca de 900 metros acima do nível do mar, era feita por uma das mais belas e fantásticas ferrovias construídas no Brasil, com curvas, túneis e viadutos impressionantes nas encostas da montanha. De Curitiba a Ponta Grossa o trajeto podia ser mais rápido, mas as linhas estavam congestionadas pelos trens de tropas e carga que até pouco antes continuavam a subir em direção a São Paulo, e, agora, atendendo à ordem do comando revolucionário, começavam a fazer o caminho de volta.

Só às 10 horas da noite o grupo chega a Ponta Grossa e passa a conferenciar com Vargas. Este já tomara, ao longo do dia, como registra no diário, várias decisões e providências que apressariam a solução dos problemas pendentes.

Ainda na manhã desse dia 26, Vargas, em resposta ao mais recente telegrama da Junta, dera as primeiras ordens para a cessação das hostilidades e para a volta às regiões de origem de tropas do sul que marchavam para São Paulo. João Alberto é mandado a São Paulo, como delegado militar da revolução, e o próprio Vargas nomeia Miguel Costa comandante da Polícia Militar desse Estado.

O próximo passo será afastar do governo paulista o General Hastínfilo de Moura, que na prática se apossara do cargo, e, apesar disso, fora confirmado pela Junta do Rio. Para tratar desse problema, mas sobretudo de sua posse no governo, Vargas pede a Oswaldo Aranha que siga de avião de Porto Alegre para o Rio.

No Rio, a Junta chamara ao Palácio do Catete o ex-Ministro do Exterior, Otávio Mangabeira, a quem pedira uma gestão junto a Washington Luís, preso no Forte de Copacabana, para saber se ele estava disposto a embarcar para o estrangeiro, com a família, sem criar os problemas que criara antes de deixar o Palácio Guanabara.

De cabeça mais fria, Washington Luís concorda. E deve ter percebido, também, que a aparente dureza da Junta, ao levá-lo para o Forte de Copacabana e não mais para o Palácio São Joaquim, residência do Cardeal Leme, não fora um ato hostil, mas medida de segurança, para proteger sua integridade física e até sua vida.

Na sexta-feira, antes mesmo da saída de Washington Luís do Palácio Guanabara, os jornais que o apoiavam foram incendiados. E a invasão do Palácio só não se completou porque o deputado revolucionário Maurício de Lacerda, solto na véspera (para evitar que o Supremo Tribunal lhe concedesse habeas corpus), discursara à multidão, diante do Palácio, a pedido dos generais da Junta, convencendo os manifestantes mais encolerizados a conter a violência.

Um jornal oposicionista, A Batalha, chegou a lançar um concurso público com a seguinte proposta e respectiva explicação:

– Que castigo merece o sr. Washington Luís? O sr. Washington Luís desceu as escadas do Guanabara, ao anoitecer do dia 24, preso, sob o clamor de toda a Nação. Da palavra implacável da Justiça das massas ao riso displicente, porém agudo, ele teve a lhe azucrinarem os ouvidos, até bem pouco antes olímpicos. O carioca vingou-se do Barbado que há tanto tempo o perseguia – a ele e a todos os brasileiros – de vários modos, inclusive cantando “Dá nele... Dá nele...” [paródia de uma marchinha de Carnaval, Dá nela...]

SEGUNDA-FEIRA, 27 – DIA DE AGITAÇÃO E CONFUSÃO NO RIO

No dia 27, segunda-feira, de manhã cedo, João Alberto e seus acompanhantes partem de Itararé com destino à cidade de São Paulo, onde o General Hastínfilo de Moura já deixava o governo do Estado, para ser substituído pelo professor Francisco Morato.

– Algum tempo depois de nossa partida de Itararé – conta Virgílio de Melo Franco – recebemos um telegrama urgentíssimo do coronel Gois Monteiro, no qual este nos prevenia de que rebentara no Rio de Janeiro um movimento contrarrevolucionário e nos ordenava que nos detivéssemos no ponto em que

nos encontrássemos, a fim de aguardar reforços que nos seriam mandados e com os quais deveríamos seguir para São Paulo o mais rápido possível.

Se rebentara um movimento contrarrevolucionário na Capital, era inevitável que ele se alastrasse rapidamente a São Paulo, até em razão da imprudência da Junta do Rio, ao aceitar a “colaboração” do General Hastínfilo e permitir sua investidura no governo paulista, cumulativamente com o comando das forças 2ª. Região Militar. Seria imprudência ainda maior João Alberto e seus acompanhantes chegarem à cidade de São Paulo protegidos apenas por uma pequena escolta de algumas dezenas de homens.

— De acordo com as instruções do Chefe do E.M.G — diz Virgílio de Melo Franco — estivemos parados algumas horas, findas as quais recebemos novo telegrama, da mesma procedência, comunicando-nos que o movimento no Rio fora sufocado e que poderíamos prosseguir na nossa marcha.³²³

Há, de fato, no Rio, uma onda de violência e desordem, inclusive assaltos a lojas de armas, a pretexto de possibilitar a ajuda popular às Forças Armadas, para defesa da revolução. Houve uma tentativa de levante em um dos batalhões da Polícia e a Junta Governativa preparou-se para resistir no Catete ao alarma de uma contrarrevolução. Em três ou quatro pontos da cidade foram colocados carros de combate e as tropas da 1ª. Região Militar ficaram de prontidão.

Segundo algumas versões, fora uma tentativa de contrarrevolução, desencadeada por partidários de Washington Luís. Segundo outras, fora exatamente o contrário, uma tentativa insurrecional dos comunistas, aproveitando a confusão na cidade.

O que quer que tenha sido, a confusão seria contida em algumas horas.

Getúlio, mais tarde, ainda nesse dia, escreve em seu diário:

Estava designada para as 14 horas nossa partida para São Paulo, em virtude do entendimento com a comissão vinda do Rio e do ofício de que a mesma fora portadora.

Logo pela manhã, o deputado Maciel, que era meu agente de ligação com o quartel-general em virtude da distância a que me achava deste, trouxe-me a

³²³ Virgílio de Melo Franco, Outubro, 1930, pg. 258.

notícia de que se desenrolavam graves acontecimentos no Rio – revolta da polícia, luta com o Exército etc. Suspeitava-se de uma contrarrevolução.

O coronel Gois resolvera adiar a partida. Fiz voltar o deputado Maciel, insistindo para que não adiássemos a viagem. Esta devia prosseguir, pois era necessário chegar ao Rio para pôr termo a esse estado de confusão. Ficou assentado que partíssemos.

Recebo um rádio do professor Morato, indagando se deviam aceitar a presidência do General Hastinfilo ou recusar colaboração. Respondi-lhe que mantivesse o estado de coisas estabelecido, até a chegada do meu emissário. Tratava-se do coronel João Alberto.³²⁴

A confusão era no Rio, mas Gois Monteiro preocupa-se com questões de segurança na vanguarda revolucionária. João Alberto, que já entrara em território de São Paulo, não poderia continuar avançando apenas com a cobertura de sua pequena escolta. Precisava de reforços. Vargas, porém, estava ainda em Ponta Grossa, no Paraná, em território perfeitamente seguro.

Até chegar a Itararé, atravessar a divisa e entrar em território de São Paulo, teria ainda muitas horas de viagem. Por isso ele decide avançar – e Gois não tem porque fazer objeções.

Os dois trens avançam, o de João Alberto em território de São Paulo, e o de Vargas e Gois Monteiro ainda no Paraná, mas com o mesmo destino. No Rio, à tarde, cessada a agitação da manhã, a Junta divulga um manifesto:

– A Junta Governativa, depois de se haver posto em contacto com todas as forças revolucionárias triunfantes, pode fazer, agora, as seguintes comunicações ao povo brasileiro:

– A vitória da revolução traz como consequência a dissolução do Congresso Nacional e a anistia, mas a Junta aguarda a chegada do Dr. Getúlio Vargas a esta Capital, a fim de serem expedidos os necessários atos: as nomeações até agora feitas são as estritamente indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços públicos e têm todas caráter interino.

– Foram expedidas, pela Junta e pelas forças revolucionárias do Sul, do

³²⁴ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pg. 18.

Centro e do Norte, as ordens definitivas para a cessação das hostilidades e a completa pacificação do país.

– A Junta garantirá a ordem pública, a segurança nacional, a distribuição da justiça, o respeito aos tratados e à unidade nacional e procederá para alcançar esse objetivo com a maior energia. Ela aguarda unicamente a chegada do Dr. Getúlio Vargas para que se inicie a normalização definitiva do governo do país.³²⁵

A Junta ainda não diz que vai entregar o governo a Vargas. Diz que espera por sua chegada ao Rio para que sejam expedidos – por ele, por ela? – os atos de anistia e dissolução do Congresso. Informa, porém, que tanto as forças governistas quanto as forças revolucionárias já receberam ordens para a cessação das hostilidades. De fato, a vanguarda praticamente desarmada de João Alberto avança sem enfrentar resistência pelo território paulista, rumo à cidade de São Paulo. Afinal, a Junta declara aguardar “unicamente a chegada do Dr. Getúlio Vargas, para que se inicie a normalização definitiva do governo do país”.

Quase à mesma hora desse manifesto, circula a edição das 5 horas da tarde de O Globo, com uma entrevista do General Tasso Fragoso:

– As palavras do General Tasso Fragoso numa entrevista ao Globo

– O movimento realizado pelos generais de terra e mar correspondeu à intenção de evitar o prolongamento de uma luta que se estava tornando encarniçada, com perdas dolorosíssimas ao país. Assim, a Junta que está à frente dos destinos da Nação visa, apenas, manter a ordem e prover as várias faces da administração.

– No sentido de dar ao sr. Getúlio Vargas o conhecimento pleno da situação e disposição em que se encontram os membros da Junta, ratificando o que lhe foi comunicado em repetidos telegramas e rádios, seguiu para o Sul, na manhã de hoje, em avião, o deputado riograndense Ariosto Pinto. [Isso, na verdade, acontecera na véspera.]

– Ao tempo em que segue para o Sul um emissário da Junta a Getúlio Vargas, chegam ao Rio, desembarcando no Campo dos Afonsos, emissários

³²⁵ Hélio Silva, 1930, *a Revolução Traída*, pp. 401 e 402.

de Vargas à Junta: Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor e o tenente Hercolino Cascardo.³²⁶

(O Globo usa aí um artifício de linguagem; sua edição circula às 5 horas da tarde, e fecha e roda, portanto, antes disso. Aranha, porém, só desembarcará às 7 e meia da noite. Quando diz, portanto, que “chegam” ao Rio Aranha, Collor e Cascardo, O Globo diz, na verdade, que chegarão, ou são esperados.)

Assim como o manifesto da Junta, a entrevista do General Tasso Fragoso não diz explicitamente que ela já está decidida a entregar o governo a Getúlio Vargas, chefe da Revolução vitoriosa.

Isso só será dito depois do encontro decisivo da Junta com Oswaldo Aranha, na manhã seguinte.

Às 7 e meia da noite, como emissário de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha desembarcava no Campo dos Afonsos, o aeroporto militar da Escola de Aviação, uma das primeiras unidades a aderir ao movimento contra Washington Luís.

Foi levado em cortejo de automóveis, aplaudido por todo o caminho, até a cidade, onde só conseguiu chegar mais de uma hora depois.

TERÇA-FEIRA, 28: A JUNTA ENTREGA OS PONTOS

Na manhã de terça-feira, 28 de outubro, chegaram ao Palácio do Catete Plínio Casado, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, que se dirigiram para o gabinete em que trabalham os membros da Junta Governativa Provisória.

– Nessa conferência – diz o noticiário – verificou-se a perfeita unidade de vistas entre os membros da Junta Provisória e os chefes revolucionários. Teria ficado resolvida a entrega da Presidência do governo provisório ao sr. Getúlio Vargas.

Teria, não. Foi, afinal resolvida essa questão, questão artificial, criada pela Junta Provisória, sob o estímulo de sugestões para, de fato, apoderar-se da vitória da revolução.

³²⁶ O Globo, 27.10.1930, citado em José Augusto Ribeiro, “Diário de uma Revolução”, O Globo, outubro, 1980.

Terminada a reunião, Aranha conversou com os repórteres:

– Está tudo acertado com a Junta – disse Aranha. – O Chefe da Revolução chega ao Rio dentro de três dias, para assumir o governo.³²⁷

Stanley Hilton, biógrafo de Oswaldo Aranha e um dos melhores dos brasilianistas que se debruçaram nas últimas décadas sobre nossa história, reconstituiu esse encontro:

– Na manhã [de 28] o arquiteto da revolução vitoriosa teve seu encontro histórico com o General Tasso Fragoso e seus colegas no Palácio do Catete. A discussão sobre a situação nacional tornou-se às vezes azeda, Aranha insistindo, por exemplo, na necessidade de a nova ordem proceder com mão firme em relação aos do ancien régime. “Se não fizermos justiça – declarou – seremos corridos pelo povo.”

– O General Malan d’Angrogne, presente ao encontro, anotou em seu diário a profunda impressão causada por Aranha, que, apesar de seu “sorriso conquistador e suave”, e de sua maneira “insinuante”, possuía um “rugido leonino” e mostrava-se “impetuoso, ardente como um oceano encapelado”, quando defendia seu ponto de vista.

– Sobre a questão principal, a entrega do poder a Vargas imediatamente, Aranha foi intransigente, concordando apenas em que os atuais ministros militares continuassem com suas pastas.³²⁸

Na verdade, a concessão foi menor.

A Junta do Rio, no primeiro momento, pretendia transformar-se em governo. Num segundo momento, admitira que Getúlio Vargas fosse um dos integrantes de um governo provisório. Num terceiro momento, que ele assumisse a presidência desse governo provisório.

Até que, depois de uma barragem de telegramas, de Vargas, de Gois Monteiro e de Virgílio de Melo Franco, de Ponta Grossa, e de Oswaldo Aranha, de Porto Alegre, os generais da Junta foram avisados de que eles não eram a revolução – e, por obséquio, parassem de atrapalhar!

³²⁷ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, pp. 74 e 75.

³²⁸ Idem, pp. 74 e seguintes.

Getúlio Vargas não assumiria a presidência daquela Junta ou de qualquer outra – ou seja, não haveria Junta alguma. Vargas assumiria como Chefe do Governo Provisório da Revolução, com as mesmas prerrogativas unipessoais dos Presidentes da República. E os generais da Junta iriam para casa. A concessão única admitida por Aranha foi a manutenção, por Getúlio, do Ministro da Guerra nomeado pela Junta, o General Leite de Castro. No Ministério da Marinha foi mantido o Almirante Isaías de Noronha, que assumira esse posto cumulativamente com o de representante do Almirantado na Junta. Mas só ficou até dezembro, quando Vargas o substituiu pelo Almirante Conrado Heck, e Noronha também foi para casa.

Nesse dia 28, Getúlio entra em território de São Paulo, como lemos em seu diário:

Em Pirai, no Paraná, sou forçado a levantar-me de madrugada, para atender a uma manifestação popular.

À tarde, em território paulista, chegando a Itararé – terreno acidentado onde as forças reacionárias se entrincheiraram para conter o avanço das tropas do Sul, comandadas por Miguel Costa, sendo, porém, constantemente batidas e postas em fuga. Na cidade de Itararé, grande aglomeração de trens e de tropas que nos festejam, com escassa população civil. Discursos de civis e de soldados, respondidos pelo deputado Maciel.

Recebemos jornais novos de São Paulo e Rio. O General Isidoro Lopes assume o comando da Região em São Paulo, e Morato, a presidência do Estado.³²⁹

Desafiando a bravata histórica do Correio Paulistano, segundo o qual “em São Paulo não se entra”, as forças revolucionárias e o próprio Getúlio Vargas estão em território de São Paulo e serão recebidos em toda parte com grandes manifestações populares.

Em Itararé era escassa a população civil porque a população, na expectativa de uma grande batalha, evacuara a cidade.

O velho, reacionário e ranzinza jornal do Partido Republicano Paulista de

³²⁹ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pg. 19.

Washington Luís esquecera o enorme apoio popular a Vargas, em sua visita a São Paulo, menos de um ano antes, a 4 de janeiro desse ano de 1930, para a leitura da plataforma da Aliança Liberal, manifestação que outros jornais qualificaram de “o despertar das massas”.

O problema político de São Paulo estava resolvido, pelo menos provisoriamente. O professor Francisco Morato, Presidente do Partido Democrático, que apoiara a Aliança Liberal nas eleições e na revolução, substituíra o General Hastínfilo de Moura no governo do Estado. O General Isidoro Dias Lopes, líder do segundo 5 de julho, a revolução de 1924 em São Paulo, origem da Coluna Prestes, assumira o comando da 2ª. Região Militar. Miguel Costa estava no comando da Força Pública, a polícia militar, da qual era oficial. E João Alberto também chegara a São Paulo, como delegado militar da revolução.

Agora Vargas podia seguir para o Rio e assumir o governo, certo de que assumia o governo de todo o Brasil e não de um governo sem controle sobre algumas de suas regiões, o que estimularia novos surtos de violência e desordem, como o da véspera, no Rio.

QUARTA-FEIRA, 29: A JUNTA CONFIRMA A POSSE DE VARGAS

O resultado mais imediato e mais direto do encontro de Oswaldo Aranha com os integrantes da Junta Militar do Rio é a decisão desta, ou a resignação desta diante de uma decisão revolucionária que ela não teria como contestar, por não ter meios militares de a ela desobedecer.

Assim, na quarta-feira, 29 de outubro, um comunicado oficial confirma:

– A Junta aguarda a chegada do sr. Getúlio Vargas a esta capital, para transmitir-lhe o governo, como chefe da Revolução triunfante.

Tinha havido, nesses dias, a partir da instauração da Junta Provisória, uma intensa discussão de Direito Constitucional. Já na manhã do dia 24, quando Washington Luís ainda não fora levado para o Forte de Copacabana e nominalmente ainda era o Presidente da República, o deputado Ariosto Pinto, da Aliança Liberal, apresentara-se no Forte de Copacabana ao General Mena Barreto, um dos integrantes da Junta e dele ouvira que a Junta não aceitaria

empossar Getúlio Vargas na condição de Presidente eleito.

Já era uma tentativa de criar dificuldades, de valorizar a Junta e de arrancar das lideranças revolucionárias o compartilhamento do futuro governo. Reagindo contra isso, Oswaldo Aranha ofereceu-se a Getúlio para ir ao Rio, assumir a chefia de um governo provisório e empossar Getúlio na Presidência da República, como Presidente eleito, no dia 15 de novembro, no qual terminaria o mandato constitucional de Washington Luís e teria início o de seu sucessor.

Aranha, como Vargas, era mais que um bom e competente advogado: era um jurista, com grande conhecimento da teoria do direito. Ele e Vargas não se iludiam: a ordem constitucional estava rompida e só uma nova eleição, no caso a de uma Constituinte, poderia restabelecê-la.

A proposta de Aranha era apenas tática. Se ele voasse imediatamente para o Rio, a mobilização popular forçaria a Junta a transferir-lhe as funções de governo – e estaria desfeita a trama que se desenvolvia para esvaziar o triunfo revolucionário.

Além das diferenças de temperamento e até da diversidade das experiências vividas por um e por outro na campanha eleitoral e na fase da organização revolucionária, Vargas e Aranha viam as coisas, nesse momento, de perspectivas completamente diferentes. Agora era Aranha que estava na retaguarda, em Porto Alegre. Vargas estava na vanguarda, no Quartel General revolucionário de Ponta Grossa.

Em Ponta Grossa, Vargas podia ver, melhor que Aranha em Porto Alegre, que o fundamental, diante da queda de Washington Luís e das ambições rapidamente brotadas na Junta, seria completar a vitória militar da revolução.

Diante dessa vitória, perdia o sentido qualquer discussão de teoria constitucional, discussão, aliás, que só fora suscitada como um blefe num jogo de pôquer.

O comunicado de 29 de outubro repõe as coisas no lugar: a Junta vai transferir o governo a Vargas como chefe da Revolução triunfante. Ele não será, como quis a Junta ao perceber que não poderia descartá-lo de todo, apenas o presidente de uma nova Junta, da qual participariam, evidentemente, os integrantes da Junta original – com o poder, implícito, de o derrotarem nas delibe-

rações e até, em algum momento, de destituí-lo.

Atravessando o território paulista, Vargas escreve, com data dessa quarta-feira, 29:

Prosseguimos viagem. Passo em Itapetininga, terra de Júlio Prestes. O trem demora-se, o povo insiste para que visite a cidade. Acedo, sendo o auto empurrado pelos populares até um coreto da praça principal. Sou saudado por um popular. Responde em meu nome o dr. Lacerda de Almeida, que estava comandando um corpo da Brigada de Quinta César ali estacionado. Prossigo viagem. Grandes demonstrações populares em Tatuí, Sorocaba etc.

Chegamos à noite a São Paulo, onde sou recebido com carinho pelas principais autoridades do novo governo.

Chegamos à capital paulista cerca de 11 horas da noite, levado em triunfo da gare até o automóvel. Este percorre as ruas no meio de verdadeiro delírio popular. Parece que toda a população de São Paulo comungava com a Revolução. Magnífico povo.

Sou conduzido até os Campos Elísios, onde me aguardavam muitas famílias da melhor sociedade paulista, que me acolheu carinhosamente. Mando franquear ao povo os jardins do palácio e, da escadaria deste, falo ao povo, fazendo declarações sobre os propósitos da Revolução.³³⁰

QUINTA-FEIRA, 30: VARGAS PASSA O DIA EM SÃO PAULO

Vargas não conseguirá limitar sua permanência na cidade de São Paulo a umas poucas horas.

Os problemas políticos de São Paulo são e continuarão complicadíssimos.

São Paulo é o principal centro da produção e da exportação de café no Brasil, e é, no Brasil, a região mais atingida pela quebra da Bolsa de Nova York, um ano antes. São de São Paulo o Presidente deposto, Washington Luís, agora preso no Rio, no Forte de Copacabana, e o candidato que se supôs eleito Presidente da República, Júlio Prestes, forçado a abandonar seu posto de Pre-

³³⁰ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, pp. 19 e 20.

sidente do Estado de São Paulo e a refugiar-se no Consulado da Inglaterra.

A revolução, dissera o velho Correio Paulistano, era uma ameaça comunista e, além disso, queria humilhar São Paulo. Havia, de fato, um espectro a assombrar não só as velhas oligarquias reacionárias, como também agrupamentos renovadores do tipo do Partido Democrático, que se jogara à oposição a Washington Luís e também apoiara a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal e, em seguida, a Revolução agora vitoriosa.

Esses agrupamentos renovadores também ficaram muito assustados em janeiro de 1930, com o apoio popular, e operário, a Getúlio Vargas, em sua chegada a São Paulo para repetir a leitura da plataforma da Aliança Liberal que fizera dois dias antes no Rio.

Agora essa manifestação popular e operária acontece de novo. Em janeiro, ele chegara a São Paulo no fim da tarde. Agora ele chega às 11 horas da noite e eis, em seu diário, o que acontece:

Chegamos à capital paulista cerca de 11 horas da noite. Levado em triunfo da gare até o automóvel. Este percorre as ruas, no meio de verdadeiro delírio popular. Parece que toda a população de São Paulo comungava com a Revolução. Magnífico povo.³³¹

Esse apoio popular incomoda os partidários de Washington Luís, mas assusta, igualmente, os dirigentes do Partido Democrático, a dissidência oligárquica que apoia a Revolução.

Em vez de apenas umas poucas horas, Vargas passa um dia inteiro em São Paulo. Ele arranja as coisas provisoriamente, mas sabe que vai ter problemas sérios no futuro em razão dos problemas de São Paulo.

No diário, ele descreve sua partida de São Paulo para o Rio:

Seguimos para a Estação da Luz: grande aglomeração de povo, cordões de tropas, festas, vivas, flores. O trem demorou a sair, aguardando os secretários do governo, que vinham despedir-se. Nesse intervalo, fui assediado constantemente pelos pedidos de autógrafos em cartões, cadernetas, pedaços de papel etc. — provavelmente uns cem autógrafos lançados sobre o papel.

³³¹ Idem, pg. 19.

Partimos, destino ao Rio, eram mais de 9 horas. Todo o caminho, todas as estações, por mais insignificantes, tínhamos de atender ao povo entusiástico, vibrante. No geral, povo de trabalhadores rurais, operários etc. Flores, discursos, foguetes. Assim fomos até Moji das Cruzes.

Depois desta, vim deitar-me e escrever as notas dos dois últimos dias. Eram quase 2 horas, e escrevo estas quando passo, já deitado, por uma estação cujo nome ignoro, ouvindo o eco de vivas, músicas e foguetes. Toda a comitiva admira-se da vibração do espontâneo entusiasmo do povo paulista.

A Junta do Rio mandou-me o trem presidencial, vindo a cargo do dr. Luís Carlos, engenheiro e poeta, homem culto e muito simpático.³³²

³³² Idem, pg. 20.

CAPÍTULO 45

OUTUBRO 31, NOVEMBRO 3, 1930

GETÚLIO VARGAS, CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO

A REVOLUÇÃO TRANSFORMA-SE EM GOVERNO

QUEM OUVISSE AQUELE DISCURSO, TÃO SÓBRIO, E PRESTASSE
ATENÇÃO NO PROGRAMA DE 17 PONTOS EXPOSTO PELO NOVO PRESIDENTE,
NÃO PODERIA IMAGINAR QUE ALI COMEÇAVA UMA REVOLUÇÃO
MUITO MAIOR QUE AQUELA ALI ENCERRADA.

Na tarde de sexta-feira, 31 de outubro, quatro semanas depois do início das operações militares da Revolução, Getúlio Vargas chega ao Rio, para assumir a Presidência da República na condição de Chefe do Governo Provisório.

– Getúlio Vargas – diz O Globo – chega ao Rio à tarde e atravessa a cidade em triunfo.

Em entrevista a O Globo, concedida possivelmente ainda no trem, ele informa:

– A finalidade da Revolução está no programa da Aliança Liberal. As modificações que introduzirmos nesse programa serão apenas uma consequência do movimento de reivindicação que agitou o país e culminou com a vitória do povo sobre as oligarquias que o asfixiavam.

Chegando ao Catete, Vargas fala pelo rádio para todo o país. Começou falando da morte de João Pessoa, “que sucumbiu em prol da causa revolucionária e que foi a semente do levante da Nação contra os dominantes que burlavam a vontade do povo, deturpando o resultado das urnas”.

Sobre a Revolução, ele diz que tentou, por várias vezes, evitar o derramamento de sangue entre irmãos... “quis evitá-lo, mas não tinha mais confiança naqueles que o tinham traído”.

– Foi melhor que houvesse o triunfo pelas armas... por que assim teriam

mais conquistas e não apenas a reforma da lei eleitoral e a anistia que, a princípio, pleiteavam os candidatos da Aliança Liberal...

No diário, suas impressões mais pessoais:

De tal modo fui absorvido pela emoção da viagem e pela comitiva que premia no vagão – jornalistas, políticos, amigos de vários pontos – que interrompi estas notas. Não pude continuar a escrever devido à fadiga.

Trinta e um, à noite, cheguei ao Rio, recebido pela Junta Governativa e altas autoridades, na gare. O Rio, durante todo o trajeto, desde a estação da Central ao Catete, recebeu-me com uma manifestação extraordinária de entusiasmo e impressionante pelo número. Hospedei-me no Catete. Darci, que já me aguardava, estando hospedada no Glória, mudou-se para o palácio.

Combinei com a Junta que só assumiria o governo a 3 de novembro. Não havia ainda organizado o Ministério e queria, com alguns dias de antecedência, observar o meio.³³³

Não é a Junta, é o próprio Vargas que retarda sua posse. Com a situação militar garantida, ele decide ganhar alguns dias para compor a nova situação política.

VARGAS E OS “RAPAZES DA IMPRENSA”

No sábado, 1º, de novembro, Vargas, ao chegar, à tarde, ao Salão Silva Jardim, do Catete, foi cumprimentado por todos os jornalistas acreditados junto ao Palácio.

– O Chefe da Revolução – dizia uma notícia – palestrou longamente com os rapazes da imprensa e, a uma pergunta destes sobre a data da posse, respondeu que ela terá lugar na segunda feira [3 de novembro], às 15 horas.

– Perguntaram ainda os jornalistas em que caráter será essa posse, ao que o sr. Getúlio Vargas respondeu que a Junta Militar lhe passará o governo na qualidade de Presidente da República, porém com poderes discricionários, dada a situação criada pela vitória do movimento revolucionário.

³³³ Idem, pg. 21.

– Adiantou S. Exa. que não pretende governar com o Congresso, tanto que um de seus primeiros atos será a dissolução do Poder Legislativo.

– Por último, respondendo a uma indagação sobre a composição do Ministério, o sr. Getúlio Vargas respondeu não ter ainda os nomes de seus auxiliares de governo.

O registro do diário de Vargas, nesse dia, oferece mais informação que a dos jornais:

Começam as tratativas para a organização do Ministério. Alguns nomes eu já trazia fixados, outros foram sendo sugeridos depois. A mentalidade criada pela Revolução não admitia mais o emprego dos velhos processos, do critério puramente político. Por isso, causou certa dificuldade o desejo manifestado por Minas – Artur Bernardes – de que esse Estado desse três ministros. Enfim, conformaram-se com dois, devendo ser criado o da Instrução e Saúde Pública para Francisco Campos, que me pareceu, aliás, um excelente nome.

Desde a plataforma da Aliança Liberal, Getúlio Vargas tinha o plano de criar o Ministério do Trabalho. Agora, diz ele que lhe exigem um segundo Ministério para Minas (o primeiro era o das Relações Exteriores, que será exercido pelo Embaixador Afrânio de Melo Franco). Como ele tem planos ambiciosos para a área da educação, essa exigência de Minas pode até ser bem-vinda.

Do domingo, dia 2 de novembro, temos um breve registro no diário de Vargas:

Continuam as conferências e tratativas. À tarde, vou ao cemitério visitar o túmulo de João Pessoa.

No dia 3, segunda-feira, ele encerra as conversas.

Ultimo as tratativas e organizo o Ministério. Apenas o da Agricultura e o chefe de Polícia foram nomeados sem consulta. Cerimônia da entrega, às 16 horas, no salão nobre – muita gente, discursos, abraços, magnésios.

O Ministério causou excelente impressão.³³⁴

³³⁴ Idem, pp. 21 e 22.

NA POSSE: “UM POVO AFINAL SENHOR DE SEU DESTINO”

No diário, Vargas não entra em detalhes sobre sua posse na chefia do Governo Provisório – registra apenas estas impressões: muita gente, discursos, abraços, magnésios.

Magnésios são as explosões de luz das lâmpadas dos fotógrafos, espalhafatosas, barulhentas e fumarentas, como já vimos em filmes sobre essa época.

Dos discursos, o importante foi o dele mesmo e pode ter causado tão excelente impressão quanto o ministério.

O ministério empossado por Vargas nesse dia tinha os seguintes ministros: Justiça, Oswaldo Aranha; Marinha, Almirante Isaías de Noronha; Guerra, General Leite de Castro; Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco; Fazenda, José Maria Whitaker; Viação e Obras Públicas, Juarez Távora; Agricultura, Assis Brasil.

Assis Brasil era o líder dos antigos federalistas, outrora inimigos de morte dos republicanos do Rio Grande do Sul, agora conhecidos como libertadores e pacificados por Getúlio Vargas, como Presidente do Estado, ao reconhecer e respeitar suas vitórias eleitorais em eleições municipais. Os líderes das rebeliões tenentistas dos anos 20, como Siqueira Campos, Juarez Távora, João Alberto, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias – e até o intransigente Luís Carlos Prestes – consideravam e proclamaram Assis Brasil “o líder civil da revolução brasileira”.

Juarez Távora fora o comandante militar da revolução no Nordeste, operando numa extensa área que se estendia do Maranhão à Bahia. Se Assis Brasil era o líder civil, Juarez era um dos principais líderes militares do que quer que fosse a “revolução brasileira”.

José Maria Whitaker era o homem de São Paulo, banqueiro, mas de boa reputação, advogado e empresário no comércio e mais tarde na exportação de café. No governo de Epitácio Pessoa, fora Presidente do Banco do Brasil e criador de sua Carteira de Redescontos, embrião remoto de um futuro Banco Central. No governo Washington Luís, recusara a presidência do Banco do Brasil, por discordar do plano monetário que, como previu, arruinaria a economia brasileira.

O Embaixador Afrânio de Melo Franco fora um dos precursores da aliança política de Minas com o Rio Grande do Sul que resultara na candidatura de Getúlio Vargas à Presidência. Tivera papel preponderante não só nas negociações realizadas no Brasil, como também em operações no estrangeiro, para o financiamento e a compra de armas para a revolução.

O General Leite de Castro era um dos generais rebelados contra Washington Luís e fora o Ministro da Guerra da Junta Provisória. Sua manutenção no Ministério teria sido a concessão única de Oswaldo Aranha à Junta, nas conversações, dias antes, em que a Junta entregara os pontos e concordara em passar o governo a Vargas, incondicionalmente.

O Almirante Isaías de Noronha, nomeado Ministro da Marinha, foi o único membro da Junta a integrar o novo Ministério.

Oswaldo Aranha tinha de ser o Ministro da Justiça do governo revolucionário, ele que organizara a revolução e, nos dias da Junta Militar, conduzira a transição. Ele, porém, preferiria voltar para o Rio Grande, ou dizia isso por saber ser esse o desejo de D. Vindinha, sua mulher. E também para criar uma possibilidade de reintegração de João Neves no comando revolucionário, nomeado Ministro da Justiça.

Não havia como oferecer a João Neves, que continuava ressentidíssimo, o governo do Rio Grande, depois de sua preterição menos de um mês antes. Aranha fez esse gesto, mas João Neves não aceitou o Ministério da Justiça, e Aranha teve de desistir da volta para o Rio Grande e tornar-se o principal ministro do governo provisório.

Nesse ministério que causou “excelente impressão” estavam representados não só o Rio Grande (Oswaldo Aranha e Assis Brasil) e Minas (Afrânio de Melo Franco), como também o Nordeste (Juarez Távora) e até São Paulo. Ainda em novembro, a Paraíba passaria a representar o Nordeste em lugar do cearense Juarez Távora, porque Juarez preferiu não ficar no Ministério e voltar para o Nordeste, como uma espécie de grande delegado militar da Revolução (o que lhe daria o título e a legenda de “Vice-Rei do Nordeste”). Substituiu-o José Américo de Almeida, que fora o principal auxiliar de João Pessoa no governo da Paraíba.

O Rio Grande tinha dois ministros, o republicano Oswaldo Aranha e o libertador Assis Brasil, este com o duplo encargo de representar a corrente federalista-libertadora do Rio Grande, consolidando a pacificação promovida por Getúlio Vargas e de encarnar o papel de “líder civil da revolução brasileira” que lhe tinham conferido os líderes militares do movimento tenentista, sem objeção do próprio Prestes.

Com a criação, ainda em novembro, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, o Rio Grande passaria a ter um terceiro ministro, o republicano Lindolfo Collor, nomeado Ministro do Trabalho; e Minas teria seu segundo ministro, Francisco Campos, Ministro da Educação.

O DISCURSO DE POSSE

Com o discurso de posse, ao qual não faz qualquer referência no diário, Vargas talvez tenha causado mais impressão que o ministério e que os magnésios dos fotógrafos.

Ele começa por uma avaliação do movimento revolucionário na qual parece acentuar menos as possibilidades abertas pelo triunfo que as responsabilidades impostas por ele.

– O movimento revolucionário – diz o novo Presidente da República (embora assumo o cargo com o título mais modesto de Chefe do Governo Provisório) – foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

Estará ele dizendo que sua revolução foi o acontecimento mais importante da história política do Brasil? Mais importante que a República, que a Abolição, que a Independência? Será que a vitória e o poder já lhe subiram à cabeça?

Não. O que ele quer dizer é que as responsabilidades do governo provisório são maiores porque a revolução foi um movimento mais amplo. Em primeiro lugar, porque a população do Brasil é hoje muito maior que a dos anos

da campanha abolicionista e da propaganda republicana, meio século antes. Muito maior, também, é a população urbana, politizada, alcançada pelos jornais, pelos debates parlamentares e já agora pelo rádio. Já é expressiva, numerosa e, para alguns, temível, a massa operária que se manifestou em São Paulo, na chegada de Vargas como candidato à Presidência em 4 de janeiro. Era, como disse um jornal paulista, o “despertar das massas”.

Além disso, e por isso, a revolução foi um movimento muito mais incluyente – não foi exclusivo de determinados grupos:

– No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, compartilharam um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

Vargas conhece os preconceitos contra o Rio Grande, desde a Revolução Farroupilha e sua República de Piratini, de 1835 a 1845, preconceitos realimentados, nos centros mais conservadores do país e em suas regiões de agricultura dependente do trabalho escravo, como as do café e da cana de açúcar, pelo desabrido abolicionismo dos republicanos gaúchos, liderados por um grupo de ideólogos apresentados como positivistas. Mas o velho Correio Paulistano percebera e denunciara logo que esse Getúlio Vargas, Presidente do Rio Grande e líder dessa revolução, é de fato um comunista disfarçado.

Se a revolução quer realizar no conjunto do país a mesma obra de pacificação realizada por Vargas no Rio Grande, como Presidente do Estado, é preciso desarmar tais prevenções. É preciso isolar os fios desencapados que são as manifestações do Correio Paulistano, o mais fiel e radical intérprete do pensamento mais profundo do reacionarismo ainda escravagista e ainda inconformado que foi buscar refúgio e trincheira nos partidos republicanos provinciais antiabolicionistas.

Para essas correntes, o objetivo da revolução era humilhar São Paulo. Um jornal que acusava Getúlio Vargas de ser comunista podia perfeitamente acre-

ditar que o Rio Grande, não tendo conseguido, cem anos antes, separar-se do Brasil para perpetuar sua República de Piratini, queria agora conquistar o Brasil – e começaria pela invasão e pela humilhação de São Paulo.

Vargas mostra, então, defensivamente, em que circunstâncias o Rio Grande do Sul avançara além das fronteiras de seu território:

– O Rio Grande do Sul, ao transpor suas fronteiras rumo a Itararé, já trazia consigo mais de metade do nosso glorioso Exército.

Não havia, portanto, uma intenção do Rio Grande de invadir e humilhar São Paulo. Não houve ocupação militar de São Paulo, embora alguns comunicados se referissem a isso. Tanto que, sem qualquer oposição, os trens, primeiro o de João Alberto e depois o de Vargas e Gois Monteiro, atravessaram rapidamente o território de São Paulo, sem qualquer oposição ou ato hostil, passando por cidades históricas como Itapetininga e Sorocaba, até chegarem à cidade de São Paulo, onde Getúlio Vargas teria uma acolhida consagradora, maior talvez que a de 4 de janeiro de 1930.

– Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República – lembra ele no discurso – a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações. Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

As forças que assumiram o controle de comandos militares em São Paulo não eram forças gaúchas invasoras, eram forças nacionais, que se limitavam a substituir comandantes fiéis à situação deposta por novos comandantes, comprometidos com a revolução.

Defendendo, a seguir, sua atitude diante da Junta Militar, Vargas diz:

– Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o país. A Nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da Capital da República.

Esse prazo, talvez calculado pelo coronel Gois Monteiro, com seu costumeiro realismo, com certeza seria menor na prática. Antes mesmo da deposição de Washington Luís, tropas governistas debandavam e rendiam-se diante

das forças revolucionárias que flanqueavam Itararé, preparando-se para o ataque maciço afinal abortado pela suspensão das hostilidades. No que derrotassem as forças governistas em Itararé, as colunas revolucionárias encontrariam caminho aberto até São Paulo, e caminho livre de São Paulo ao Rio.

– Não seria difícil – prossegue Vargas – prever o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa para bater, em seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

– Compreendestes, Senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valorosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça... Integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da Revolução... Poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.

UM PROGRAMA DE 17 PONTOS

Para alguns participantes desses episódios e alguns comentaristas posteriores, os revolucionários ficaram profundamente decepcionados com a perda da oportunidade de entrarem no Rio combatendo e completando a marcha vitoriosa iniciada em Porto Alegre. Dizer isso, porém, é esquecer que, chamado a marcar a data definitiva da revolução, Vargas condicionou sua resposta à viagem ao Rio de um emissário encarregado de propor aos chefes militares menos hostis à revolução que eles fizessem o que acabaram fazendo, ou seja, depor Washington Luís para antecipar o fim dos combates.

Todas essas explicações do discurso são uma espécie de depoimento prévio que fica para a história – pois não pode haver a menor dúvida, na cabeça de Vargas, de que suas atitudes e decisões entrarão logo em julgamento.

Dadas essas explicações, que valerão também para a posteridade, ele diz que é preciso “refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar”:

– O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas

contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos... Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia.

Ele anuncia, então, um programa de 17 pontos, que não chegam a esgotar as propostas da plataforma da Aliança Liberal, apresentada em janeiro, mas são o ponto de partida para sua realização:

1 – Concessão de anistia – [a mesma anistia que era esperada pelo menos desde novembro de 1926, quatro anos antes, no momento da posse de Washington Luís. Na esperança de que ela fosse concedida, e para dar condições a Washington Luís de propô-la, a Coluna Prestes encerrou a luta e internou-se na Bolívia no início de 1927].

2 – Saneamento moral e financeiro, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção...

3 – Difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério da Instrução e da Saúde Pública, sem aumento de despesas.

4 – Instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das ideias novas.

5 – Nomeação de comissões de sindicância, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos.

6 – Remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional.

7 – Reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto.

8 – Reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases. [Com essa ampliação das atribuições da Justiça, o Congresso não teria mais a prerrogativa de degolar mandatos, por meio da qual os governos da República Velha mantinham os dissidentes longe do poder.]

9 – Feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central.

10 – Consolidação das normas administrativa, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e os excedentes.

11 – Manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais.

12 – Reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro.

13 – Intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento de nossas sobras exportáveis.

14 – Rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando.

15 – Instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural.

16 – Promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade.

17 – Organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas, e não ao sabor de interesses de ocasião.

— Como vedes — diz Vargas depois de expor esses 17 pontos — temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades.

Quem ouvisse esse discurso, tão sóbrio, e prestasse atenção no programa de 17 pontos exposto pelo novo Presidente, não poderia imaginar que ali começava uma outra revolução, muito maior que aquela ali encerrada.

SUMÁRIO

PARTE I – O FIO DA HISTÓRIA	9
Capítulo 1	11
1930	
OS COMÍCIOS DO RIO E DE SÃO PAULO; OS CADERNOS SECRETOS	
A REVOLUÇÃO COMEÇA NOVE MESES	
(E QUASE MEIO SÉCULO) ANTES	
SEU BATISMO POPULAR, AQUILO QUE FEZ DE GETÚLIO VARGAS UMA FIGURA FORTÍSSIMA NO IMAGINÁRIO COLETIVO FOI O GRANDE COMÍCIO DA ESPLANADA DO CASTELO, NO RIO, NA NOITE DE 2 DE JANEIRO DE 1930, SEGUIDO DOIS DIAS DEPOIS PELA ESPANTOSA E INACREDITÁVEL RECEPÇÃO POPULAR A ELE EM SÃO PAULO. JÁ ERA O COMEÇO DA REVOLUÇÃO, NOVE MESES ANTES DO DESENCADEAMENTO DE SUAS OPERAÇÕES MILITARES.	
Capítulo 2	33
1882	
JÚLIO DE CASTILHOS: ABOLICIONISTAS E REPUBLICANOS	
MATRIZES E PRECURSORES DA REVOLUÇÃO DE 1930: A LUTA DE JÚLIO DE CASTILHOS E SEUS COMPANHEIROS PELA ABOLIÇÃO, PELA REPÚBLICA, PELO DESENVOLVIMENTO E PELA JUSTIÇA SOCIAL	
Capítulo 3	55
1883	
TUDO ESTÁ PRONTO, NADA MAIS HÁ PARA INVENTAR	
O MUNDO PERFEITO E ACABADO	
O COMISSÁRIO DE MARCAS E PATENTES DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PEDE DEMISSÃO, CONVICTO DE QUE NADA MAIS HAVERÁ A PATENTEAR. NESSE MUNDO, NASCE GETÚLIO VARGAS.	
Capítulo 4	63
1882-1897	
UMA INFÂNCIA NA FRONTEIRA	
RIO URUGUAI: SÃO BORJA	
OS PRIMEIROS ANOS DE GETÚLIO VARGAS	
Capítulo 5	71
1898	
A HERANÇA POLÍTICA DE CASTILHOS	
BORGES DE MEDEIROS, UMA SURPRESA	
O CAUDILHO SEMPRE PINTADO COMO REACIONÁRIO E AUTORITÁRIO IMPÕE RESPEITO AO DIREITO DE GREVE, QUE A LEI NÃO RECONHECIA, E ENFRENTA E DERROTA AS MULTINACIONAIS DA ÉPOCA.	

CAPÍTULO 6.....	77
1903-1908	

UM DISCURSO QUE SERÁ A DIRETRIZ DE UMA VIDA INTEIRA

A COAÇÃO DA HISTÓRIA

COM 23 ANOS, O ESTUDANTE GETÚLIO VARGAS DENUNCIA A SITUAÇÃO DE PAÍSES COMO O BRASIL, CONDENADOS A RECOMPRAR, INDUSTRIALIZADOS, OS PRODUTOS DE SUA PRÓPRIA EXPORTAÇÃO. O BRASIL TEM O MELHOR MINÉRIO DE FERRO DO MUNDO E IMPORTA ATÉ ENXADAS.

CAPÍTULO 7.....	83
1909-1923	

GETÚLIO VARGAS VOLTA A SÃO BORJA, COMO ADVOGADO

OS PRIMEIROS MANDATOS POLÍTICOS: DEPUTADO ESTADUAL

A ASSEMBLÉIA DO RIO GRANDE CONTROLA O GOVERNO PELO ORÇAMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 8.....	97
1923	

DO CERCO DE URUGUAIANA AO PALÁCIO TIRADENTES

GETÚLIO VARGAS NO CONGRESSO NACIONAL

GETÚLIO VARGAS É RETIRADO DE SEU COMANDO MILITAR NA REVOLUÇÃO DE 1923 NO RIO GRANDE DO SUL PARA ASSUMIR O MANDATO DE DEPUTADO FEDERAL E A LIDERANÇA DA BANCADA GAÚCHA E IMPEDIR A INTERVENÇÃO FEDERAL EM SEU ESTADO.

CAPÍTULO 9.....	103
1926	

UM PARECER CONTRA A COAÇÃO DA HISTÓRIA

O CASO DA ITABIRA IRON

GETÚLIO VARGAS VOTA NA CÂMARA CONTRA AS CONCESSÕES AO GRUPO INTERNACIONAL QUE QUERIA REPRODUZIR NA EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO DO BRASIL O MODELO COLONIAL DO CONGO: MINA EXCLUSIVA, FERROVIA EXCLUSIVA, PORTO EXCLUSIVO.

CAPÍTULO 10.....	121
1928	

UMA PASSAGEM INEXPRESSIVA PELO GOVERNO FEDERAL...

MINISTRO DA FAZENDA E GOVERNADOR DO RIO GRANDE

... E UMA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA COMO GOVERNADOR DO ESTADO. A PACIFICAÇÃO POLÍTICA DO RIO GRANDE E UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE ANTECIPA AS PRIORIDADES DA REVOLUÇÃO DE 30.

PARTE II – A VEZ DO RIO GRANDE	135
Capítulo 11	137
1928	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
SÃO PAULO E O “GENERAL” CAFÉ	
ANTES MESMO DE ASSUMIR O GOVERNO DO RIO GRANDE, GETÚLIO VARGAS JÁ ERA UM FATO A CONSIDERAR.	
Capítulo 12	143
1928	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
O “GENERAL” CAFÉ E AS CARTAS FALSAS	
UM CASO PRIMÁRIO DE FALSIFICAÇÃO ABALA AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DA REPÚBLICA NO MOMENTO EM QUE SE AGRAVA A SITUAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA DO BRASIL.	
Capítulo 13	153
1928	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
A VEZ DO RIO GRANDE	
MINAS INICIA SONDAGENS SOBRE A HIPÓTESE, INÉDITA, DE UMA CANDIDATURA DO RIO GRANDE DO SUL, A DE GETÚLIO VARGAS, À PRESIDÊNCIA.	
Capítulo 14	165
1928	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
MINAS OFERECE A VEZ	
UM PERFIL DE WASHINGTON LUÍS: PLETÓRICO E ALEGRE, POUCO INTELIGENTE E IGNORANTE, UM HOMEM DE SAÚDE EXCESSIVA PARA A IDADE.	
Capítulo 15	173
1929	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
O PACTO DO HOTEL GLÓRIA	
SOB SUA RESPONSABILIDADE PESSOAL, JOÃO NEVES ASSINA COM O EMISSÁRIO DE MINAS UM ACORDO QUE TORNA PRATICAMENTE IRREVERSÍVEL A CANDIDATURA VARGAS À PRESIDÊNCIA.	
Capítulo 16	183
1929	
GETÚLIO CANDIDATO A PRESIDENTE?	
ALGUÉM QUE CAI DAS NUENS	
FLORES DA CUNHA ENTREGA A WASHINGTON LUÍS A CARTA EM QUE VARGAS CONFIRMA SUA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA.	

CAPÍTULO 17.....	195
JULHO, 1929	
WASHINGTON LUÍS LANÇA JÚLIO PRESTES	
GETÚLIO CANDIDATO, SIM	
A REAÇÃO DE WASHINGTON LUÍS TORNA AINDA MAIS IRREVERSÍVEL	
A CANDIDATURA VARGAS PELA OPOSIÇÃO.	
CAPÍTULO 18.....	207
AGOSTO, SETEMBRO, 1929	
GETÚLIO, SIM, CANDIDATO A PRESIDENTE	
QUEM FALOU PRIMEIRO EM REVOLUÇÃO?	
DESDE O COMEÇO, SABIA-SE QUE O DESFECHO DA SUCESSÃO DE	
WASHINGTON LUÍS DIFICILMENTE SERIA PACÍFICO.	
CAPÍTULO 19.....	219
DEZEMBRO, 1929	
GETÚLIO CHEGA AO RIO PARA LANÇAR A PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL	
“A ELEIÇÃO SERÁ FRAUDADA E SEGUIDA PELA	
REVOLUÇÃO!”	
OSWALDO ARANHA, EM PORTO ALEGRE, ATRAI O	
CORONEL GOIS MONTEIRO PARA O COMANDO MILITAR.	
PARTE III – A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO COMEÇOU EM JANEIRO	225
CAPÍTULO 20.....	227
DEZEMBRO, 1929	
GETÚLIO CHEGA AO RIO	
AS ESTRELAS DE SANA KHAN	
CONHECIDO COMO VIDENTE OU MAGO, SANA KHAN CONSIDERA-SE UM CIENTISTA E PROFETIZA	
QUE GETÚLIO VARGAS PERMANECERÁ 15 ANOS NO PODER, SERÁ DERRUBADO E DEPOIS VOLTARÁ.	
CAPÍTULO 21.....	235
JANEIRO 2, 1930	
A QUESTÃO SOCIAL NÃO É CASO DE POLÍCIA	
O COMÍCIO DA ESPLANADA	
NEM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, WASHINGTON LUÍS, NEM O CANDIDATO DA	
OPOSIÇÃO, GETÚLIO VARGAS, PODERIAM IMAGINAR O QUE SERIA ESSE COMÍCIO.	

Capítulo 22	239
Janeiro 4, 1930	

NÃO APENAS UMA: DUAS MULTIDÕES RECEBEM VARGAS EM SÃO PAULO

O DESPERTAR DAS MASSAS

“NO AMPELO DAQUELAS MULTIDÕES EM MEIO DE FRENESI COLETIVO, ALGUÉM BRADOU: NÓS QUE-RE-MOS GE-TÚ-LIO! A MULTIDÃO, COMO NUNCA SÃO PAULO VIRA IGUAL, REPETIA: NÓS QUEREMOS, NÓS QUEREMOS GETÚLIO!”

Capítulo 23	247
Janeiro, 1930	

A PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL

A QUESTÃO SOCIAL NÃO É CASO DE POLÍCIA

AS PROPOSTAS DE GETÚLIO NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1929-1930.

UMA POLÍTICA NACIONALISTA DE DESENVOLVIMENTO.

Capítulo 24	262
Janeiro, 1930	

SURGE O CORONEL GOIS MONTEIRO

A CONSPIRAÇÃO

AS MEMÓRIAS DE GOIS MONTEIRO DEIXAM CLARO QUE, BEM ANTES DOS COMÍCIOS DE LANÇAMENTO DA CANDIDATURA DE GETÚLIO VARGAS NOS PRIMEIROS DIAS DE JANEIRO DE 1930, JÁ SE DISCUTIAM OS PLANOS MILITARES DE UMA REVOLUÇÃO.

Capítulo 25	271
Janeiro, fevereiro, 1930	

ENTRE MORTOS E FERIDOS, NEM TODOS SE SALVARAM

A CAMPANHA

“QUANDO SERENOU UM POUCO AQUELA BARBARIDADE, VIMOS O RESULTADO DA CHACINA: DOIS MORTOS E 27 FERIDOS. UMA CRIANÇA QUE GRITARA “VIVA GETÚLIO VARGAS!” ERA UM DOS MORTOS.” NO FIM DE OUTRO TIROTEIO, “MORDIAM O PÓ DA RUA CERCA DE 60 MORTOS E VINTE FERIDOS, ENTRE OS QUAIS MULHERES E CRIANÇAS”.

Capítulo 26	283
Março, 1930	

A FRAUDE SEM FREIO

A ELEIÇÃO

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, COM 140 MIL ELEITORES, VOTARAM APENAS 60 MIL, MENOS DA METADE. NO RIO, CAPITAL DA REPÚBLICA, ERA MAIOR A PRESENÇA DO GOVERNO FEDERAL. COM TANTA PRESENÇA E AÇÃO DO GOVERNO, E AINDA MAIS EM PLENO CARNAVAL, TALVEZ FOSSE MAIS PRUDENTE, PARA MUITOS ELEITORES ANIMADOS PELA CAMPANHA OPOSICIONISTA, NÃO VOTAR NUMA ELEIÇÃO SEM VOTO SECRETO.

Capítulo 27.....	295
MARÇO, 1930	
“SABÍAMOS QUE À NOSSA FRENTE SÓ SE ABRIAM DOIS CAMINHOS”	
AGORA, OU A ADESAO OU A REVOLUÇÃO	
PELA SEQUÊNCIA DOS ACONTECIMENTOS E ENTENDIMENTOS, VERIFICA-SE QUE QUANDO JOÃO PESSOA FOI ASSASSINADO, EM JULHO, A REVOLUÇÃO ESTAVA MAIS QUE DECIDIDA.	
Capítulo 28.....	307
ABRIL, 1930	
16 MIL CONTOS PARA COMPRAR ARMAS	
NOVO ACORDO MINAS-RIO GRANDE: AGORA, A REVOLUÇÃO	
EM LONGA MENSAGEM CIFRADA, QUE TRANSMITE PELO RÁDIO DO PRÓPRIO PALÁCIO DA LIBERDADE, LUÍS ARANHA COMUNICA AO IRMÃO OSWALDO QUE O NOVO ACORDO MINAS-RIO GRANDE, AGORA PARA A REVOLUÇÃO, ESTÁ FIRMADO.	
Capítulo 29.....	323
MAIO, 1930	
A MORTE DE SIQUEIRA CAMPOS NO DESASTRE DO CORREIO AÉREO	
A REVOLUÇÃO PERDE SEU COMANDANTE EM SÃO PAULO	
PRESTES CHAMA SIQUEIRA E JOÃO ALBERTO A BUENOS AIRES, PARA PROTESTAR CONTRA O APOIO DOS TENENTES DA COLUNA À REVOLUÇÃO DE GETÚLIO. NA VOLTA, UMA TEMPESTADE DERRUBA NAS ÁGUAS DO PRATA O PEQUENO AVIÃO DA LATECOÈRE.	
Capítulo 30.....	339
MAIO, 1930	
DA DEGOLA DA BANCADA MINEIRA AO MANIFESTO DE BUENOS AIRES	
WASHINGTON LUÍS E PRESTES ATIRAM NO MESMO ALVO	
NEM PRESTES, COM SEU MANIFESTO, NEM WASHINGTON LUÍS, COM A DEGOLA DE TANTOS CONGRESSISTAS ELEITOS, CONSEGUEM DETER OS ACONTECIMENTOS QUE CONDUZIAM À REVOLUÇÃO.	
Capítulo 31.....	349
JUNHO, 1930	
O RECUO DE ANTÔNIO CARLOS E A DEMISSÃO DE ARANHA	
A REVOLUÇÃO MORRE E RENASCE	
ERA BOM QUE SE ESPALHASSE E CONTAGIASSE WASHINGTON LUÍS A IMPRESSÃO DE QUE A REVOLUÇÃO ESTAVA MORTA.	
Capítulo 32.....	369
JUNHO 27, 1930	
QUEM É O CHEFE TÃO FRACO QUE DESANIMA OS PRÓPRIOS SOLDADOS?	
A DEMISSÃO DE OSWALDO ARANHA	
GETÚLIO É ACUSADO, ATÉ HOJE, DE TER SIDO ESSE CHEFE DESANIMADOR, MAS, SEGUNDO VIRGÍLIO DE MELO FRANCO, MINEIRO E INSUSPEITO, O ALVO DA QUEIXA DE ARANHA NÃO ERA GETÚLIO, E SIM ANTÔNIO CARLOS.	

CAPÍTULO 33	379
-------------------	-----

JULHO, 1930

O ASSASSINATO DE JOÃO PESSOA

ANAYDE BEIRIZ

JOÃO PESSOA NÃO FOI VÍTIMA DE UM CRIME POLÍTICO — E NÃO MORREU POR SEU APOIO A GETÚLIO VARGAS — MAS POR TER PERMITIDO UM ATO DE VINGANÇA PESSOAL CONTRA UM INIMIGO, JOÃO DANTAS, E ANAYDE, A NOIVA DESTA.

CAPÍTULO 34	391
-------------------	-----

AGOSTO, SETEMBRO, 1930

AGORA A REVOLUÇÃO AVANÇA COM MENOS RECUOS E CONTRATEMPOS

AS SEMANAS FINAIS DE ESPERA

TERMINARA A FASE DA CONSPIRAÇÃO. AGORA FALARIAM AS ARMAS. DE ACORDO COM O QUE ESTAVA COMBINADO, A EXPLOSÃO SE DARIA NA SEXTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO, ÀS CINCO E MEIA DA TARDE.

PARTE IV – A REVOLUÇÃO VENCE EM TRÊS SEMANAS	407
--	-----

CAPÍTULO 35	409
-------------------	-----

OUTUBRO 2, 1930

NA VÉSPERA DA REVOLUÇÃO

GOIS ESPERA VENCER NO RIO GRANDE EM OITO DIAS: E VENCE EM TRÊS. NO CONJUNTO DO PAÍS, NA MELHOR HIPÓTESE PARA O GOVERNO FEDERAL, ELE CONTA QUE, NO MÁXIMO EM TRÊS MESES, “TEREMOS GANHO A PARTIDA”.

CAPÍTULO 36	417
-------------------	-----

OUTUBRO 3 A 24, 1930

O RIO GRANDE DOMINADO

A REVOLUÇÃO AVANÇA PELOS TRILHOS DA SÃO PAULO-RIO GRANDE, RUMO A SÃO PAULO E AO RIO.

CAPÍTULO 37	425
-------------------	-----

DOMINGO, OUTUBRO 5, 1930

AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS DOMINAM TODO O SUL E RUMAM PARA SÃO PAULO

O PARANÁ ENTRA NA REVOLUÇÃO

JUAREZ TÁVORA AVANÇA SOBRE PERNAMBUCO E CONTROLA O RECIFE. O FIM DA TRAGÉDIA PARAIBANA. JOÃO DANTAS MORRE NA CASA DE DETENÇÃO E ANAYDE BEIRIZ SE SUICIDA COM VENENO NUM ABRIGO PARA PROSTITUTAS.

CAPÍTULO 38.....	431
OUTUBRO 6 A 11, 1930	
GETÚLIO PREPARA-SE PARA ASSUMIR O COMANDO, NA VANGUARDA DA REVOLUÇÃO	
A CAMINHO DA FRENTE DE COMBATE	
“COMEÇO A FAZER MEUS PREPARATIVOS A FIM DE SEGUIR PARA O TEATRO DE OPERAÇÕES, NO PARANÁ. DESEJO FAZÊ-LO, PORQUE ESSE É O MEU DEVER, DECIDIDO A NÃO REGRESSAR VIVO AO RIO GRANDE, SE NÃO FOR VENCEDOR. EM OSWALDO ARANHA, ENCONTRO APOIO DECIDIDO A ESSA IDEIA.”	
CAPÍTULO 39.....	445
OUTUBRO 11, 1930	
O GOVERNO DO RIO GRANDE É ENTREGUE A ARANHA, NÃO A JOÃO NEVES	
GETÚLIO EMBARCA PARA O “FRONT”	
ASSUMIR O GOVERNO DO RIO GRANDE CONVRIRIA, NESSE MOMENTO, AO INTERESSE E AO PROJETO POLÍTICO PESSOAL DE NEVES. A REVOLUÇÃO VAI MUITO BEM, MELHOR QUE AS EXPECTATIVAS MAIS OTIMISTAS. MAS A REVOLUÇÃO FORA ORGANIZADA POR OSWALDO ARANHA: COMO ELE ERA SEU MINISTRO DA GUERRA DE FATO, ERA PRECISO QUE, NA AUSÊNCIA DE VARGAS, O GOVERNO DO RIO GRANDE FOSSE ENTREGUE A ARANHA.	
CAPÍTULO 40.....	457
OUTUBRO, 1930	
FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS CHEGAM PERTO DA DIVISA PARANÁ-SÃO PAULO	
COLUNAS MINEIRAS INVADEM O ESPÍRITO SANTO	
NO RIO, O COMUNICADO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NÃO SE REFERE ÀS TROPAS MINEIRAS QUE INVADEM GOIÁS, NEM AO TREM QUE AVANÇA PELO PARANÁ CONDUZINDO VARGAS E O ESTADO-MAIOR DA REVOLUÇÃO. DIZ APENAS QUE NA FRONTEIRA SÃO PAULO-PARANÁ, REGISTROU-SE NOVO ATAQUE, RECHAÇADO, ÀS POSIÇÕES LEGALISTAS EM ÍTARARÉ.	
CAPÍTULO 41.....	469
OUTUBRO 20 A 23, 1930	
DUAS VISITAS DO CARDEAL D. SEBASTIÃO LEME A WASHINGTON LUÍS	
EXTREMA UNÇÃO E COLAPSO DA PRIMEIRA REPÚBLICA	
QUANDO O CARDEAL-ARCEBISPO DO RIO, D. SEBASTIÃO LEME, VISITA WASHINGTON LUÍS, AO CHEGAR DE ROMA NO DOMINGO, 19, E VAI VISITÁ-LO, DE NOVO, NA QUINTA-FEIRA, 23, É COMO SE LHE ESTIVESSE PREPARANDO O ESPÍRITO PARA A EXTREMA UNÇÃO POLÍTICA, QUE SERÁ TAMBÉM A DA PRIMEIRA REPÚBLICA.	
CAPÍTULO 42.....	475
OUTUBRO 24, 1930	
APÓS TRÊS SEMANAS DE LUTA, O PRESIDENTE É DEPOSTO	
A QUEDA DE WASHINGTON LUÍS	
WASHINGTON LUÍS JÁ SE RENDERA ÀS EVIDÊNCIAS DA SITUAÇÃO E PERCEBERA QUE O PODER DESCERA DO ANDAR DE CIMA, ONDE ELE ESTAVA, PARA O ANDAR DE BAIXO, ONDE PERMANECIAM OS GENERAIS REBELDES.	

CAPÍTULO 43	493
OUTUBRO 24 E 25, 1930	

MANTER EM ANDAMENTO, E NO MESMO RITMO, AS OPERAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

ORDENS E DECISÕES DE CABEÇA FRIA

O RISCO ERA, UMA VEZ SUSPENSAS AS AÇÕES MILITARES DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS E INICIADA A DESMOBILIZAÇÃO DESTAS, AS FORÇAS GOVERNISTAS EM SÃO PAULO NÃO FAZEREM O MESMO E PARTIREM PARA A CONTRA-OFENSIVA. ISSO PROLONGARIA A FASE MILITAR DA REVOLUÇÃO E, EM VEZ DE SOLUCIONAR, AGRAVARIA TODOS OS PROBLEMAS.

CAPÍTULO 44	507
OUTUBRO 26 A 30, 1930	

OSWALDO ARANHA, NO RIO, ACERTA A POSSE DE VARGAS

DEPOIS DA VITÓRIA MILITAR, A VITÓRIA POLÍTICA

GETÚLIO VARGAS NÃO ASSUMIRIA A PRESIDÊNCIA DAQUELA JUNTA OU DE QUALQUER OUTRA – OU SEJA, NÃO HAVERIA JUNTA ALGUMA. VARGAS ASSUMIRIA COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REVOLUÇÃO. E OS GENERAIS DA JUNTA IRIAM PARA CASA.

CAPÍTULO 45	523
OUTUBRO 31, NOVEMBRO 3, 1930	

GETÚLIO VARGAS, CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO

A REVOLUÇÃO TRANSFORMA-SE EM GOVERNO

QUEM OUVISSE AQUELE DISCURSO, TÃO SÓBRIO, E PRESTASSE ATENÇÃO NO PROGRAMA DE 17 PONTOS EXPOSTO PELO NOVO PRESIDENTE, NÃO PODERIA IMAGINAR QUE ALI COMEÇAVA UMA REVOLUÇÃO MUITO MAIOR QUE AQUELA ALI ENCERRADA.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Marcelo Paiva, "O Brasil e a Economia Mundial, 1929-1945", em História Geral da Civilização Brasileira, direção de Bóris Fausto, São Paulo, 1986, ed. Difel.

Amaral Peixoto, Alzira Vargas do -, Getúlio Vargas, Meu Pai, Porto Alegre, 1960, ed. Globo.

Amaral Peixoto, Ernâni do -, Artes da Política, Rio, 1986, ed. Nova Fronteira.

Araújo, Rosa Maria Barbosa de -, O Batismo do Trabalho, a experiência de Lindolfo Collor, Rio, 1981, ed. Civilização Brasileira.

Araújo, Rubens Vidal de -, Os Vargas, Porto Alegre, 1985, ed. Globo.

Barbosa Lima Sobrinho, A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930, São Paulo, 1975, ed. Alfa-Ômega.

Bastos, Humberto, A conquista siderúrgica no Brasil, São Paulo, 1959, ed. Martins.

Borges, Vavy Pacheco, Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista, São Paulo, 1979, ed. Brasiliense.

Carneiro, Glauco, Lusardo, o Último Caudilho, Rio, 1978, ed. Nova Fronteira, vol. 2.

Carneiro, Paulo, organizador, As ideias políticas de Júlio de Castilhos, Brasília, 1982, Senado Federal.

Carone, Edgar, *O Tenentismo*, São Paulo, 1975, ed. Difel.

Costa Porto, Walter, *O Voto no Brasil*, Brasília, 1989, ed. Senado Federal.

Coutinho Lourival, *O General Gois Depõe*, Rio, 1955, Livraria Editora Coelho Branco.

Dulles, John Wills Foster, *Getúlio Vargas*, Rio, 1967, ed. Rennes.

Fausto, Bóris, direção, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, 1986, ed. Difel.

Fontoura, João Neves, *Memórias*, Porto Alegre, 1963, ed. Globo.

Franco, Sérgio da Costa, *Júlio de Castilhos e sua época*, Porto Alegre, 1967, Editora Globo.

Frischauer, Paul, *Getúlio Vargas*, Rio, 1944, ed. Americ-Edit.

Fundação Getúlio Vargas, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Rio, 1984, ed. Forense-Universitária.

Hecht, Susanna, e Alexander Cockburn, *The Fate of the Forest*, Nova York, 1990, ed. Verso.

Hilton, Stanley, *Oswaldo Aranha, uma Biografia*, Rio, 1984, ed. Objetiva.

Hobsbawm, Eric, *A Era dos Impérios*, Rio, 1988, ed. Paz e Terra.

João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*, Rio, 1954, ed. Civilização Brasileira.

Joffily, José, Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de 30, Rio, 1980, ed. CBAG.

Lessa, Barbosa, Borges de Medeiros, Porto Alegre, 1985, ed. Tchê.

Lima, Valentina da Rocha, organizadora, Getúlio Vargas, uma história oral, Rio, 1986, ed. Record.

Magalhães, Juracy, Minhas Memórias Provisórias, Rio, 1982, ed. Civilização Brasileira.

Moraes, Dênis, e Francisco Viana, Prestes: lutas e autocríticas, Rio, 1982, ed. Vozes.

Morais, Fernando, Chatô, o Rei do Brasil, São Paulo, 1994, ed. Companhia das Letras.

Melo Franco, Afonso Arinos de -, Um Estadista da República, Rio, 1977, ed. Nova Aguilar.

Melo Franco, Virgílio de -, Outubro, 1930, Rio, 1980, ed. Nova Fronteira.

Morel, Edmar, A Marcha da Liberdade, Petrópolis, 1987, ed. Vozes.

Pereira, Osny Duarte, Ferro e Independência, Rio, 1967, ed. Civilização Brasileira.

Silva, Hélio, 1926: A Grande Marcha, Rio, 1965, ed. Civilização Brasileira.

– 1930, a Revolução Traída, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.

– 1939: Véspera de Guerra, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.

Tronca, Italo, "O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda", em *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Bóris Fausto, vol. 10, São Paulo, 1986, ed. Difel.

Vargas, Alzira, v. Amaral Peixoto, Alzira Vargas do -.

Vargas, Getúlio, *A Nova Política do Brasil*, Rio, 1938, ed. José Olympio, vol. 1.
– *Diário*, Rio, 1995, ed. Siciliano/Fundação Getúlio Vargas, vol. 1.

Vargas, Lutero, *Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada*, Rio, 1988, edição do autor.

Luís Vergara, *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, Porto Alegre, 1960, ed. Globo.



Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes.

Getúlio Vargas

no comício da Esplanada do Castelo ao ler a

BM11

Tombo: 35166



4404785

Apoio:

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



ISBN 858583528-1



9 788585 835286